



COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 08.324.196/0001-81

Rua Mermoz, nº 150, CEP 59025-250, Natal - RN

R\$ 163.600.000,00

ISIN: BRCSRNDBS051

Rating: "brAA-" pela Standard & Poor's

Distribuição pública de 16.360 (dezesseis mil trezentas e sessenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, subordinadas, em série única, todas nominativas e escriturais, sem garantia, da quarta emissão para distribuição pública da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN** ("4ª Emissão" e "**COSERN**", "**Companhia**" ou "**Emissora**"), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("**Debêntures**"), perfazendo o montante de R\$ 163.600.000,00 (cento e sessenta e três milhões e seiscentos mil reais) na data de emissão, qual seja, 1º de dezembro de 2007 ("**Oferta**" e "**Data de Emissão**", respectivamente).

A 4ª Emissão foi aprovada conforme deliberação em Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 12 de dezembro de 2007, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte ("**JUCERN**") em 18 de dezembro de 2007 sob o nº 24158621, e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e no jornal Valor Econômico, edição nacional, em 14 de dezembro de 2007. A ata da Reunião do Conselho de Administração que aprovou a quantidade a ser emitida e a Remuneração aplicável às Debêntures foi arquivada na JUCERN em 18 de dezembro de 2007 sob o nº 24158622 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e no jornal Valor Econômico, em 14 de dezembro de 2007. Adicionalmente, a ata da Reunião do Conselho de Administração que alterou a espécie das Debêntures, realizada em 20 de dezembro de 2007, foi protocolada para arquivamento na JUCERN em 26 de dezembro de 2007 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e no jornal Valor Econômico em 27 de dezembro de 2007.

A 4ª Emissão é regulada pelo Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Subordinada, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, celebrada entre a Emissora e a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 18 de dezembro de 2007 e arquivada na JUCERN em 21 de dezembro de 2007 sob o nº 24158838, conforme aditada pelo Primeiro Aditamento celebrado em 21 de dezembro de 2007 e protocolado para arquivamento na JUCERN em 26 de dezembro de 2007.

A 4ª Emissão foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("**ANEEL**"), em 30 de novembro de 2007, por meio do despacho nº 3.515/2007, publicado no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 2007.

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de colocação de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para distribuição: (i) no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("**SDT**"), administrado e operacionalizado pela Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP ("**CETIP**"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("**ANDIMA**"); e (ii) no mercado secundário (a) no Sistema Nacional de Debêntures ("**SND**"), administrado e operacionalizado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP, segundo as respectivas normas e procedimentos; e (b) no Sistema BOVESPAFIX ("**BOVESPAFIX**"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA ("**BOVESPA**"), sendo a negociação e a liquidação realizadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("**CBLC**").

Este Prospecto Definitivo representa a Oferta de Debêntures emitidas pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM nº 400**"). Este Prospecto Definitivo não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir por adquirir as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures.

Recomenda-se a leitura cuidadosa deste Prospecto Definitivo antes de qualquer decisão sobre os investimentos nas Debêntures. Os potenciais investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 54 a 69. Maiores informações sobre a Emissora e a Distribuição poderão ser obtidas junto às Instituições Intermediárias e à CVM nos endereços indicados nas páginas 23 a 26.

A Oferta foi registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 27 de novembro de 2007, sob o nº CVM/SRE/DEB/2007/051.

A Emissora é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures.

A Instituição Líder desenvolveu esforços no sentido de verificar a suficiência e a qualidade das informações constantes deste Prospecto, com base no que julga necessário para uma adequada tomada de decisão por parte dos investidores. Este Prospecto foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, não implicando, por parte da Instituição Líder, garantia de precisão e veracidade das informações prestadas, ou qualquer julgamento sobre a qualidade da Emissora e/ou da Emissão.

O registro da presente Oferta não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia, bem como sobre as Debêntures a serem ofertadas no âmbito dessa Oferta.



"A(O) presente oferta pública/programa foi elaborada(o) de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo sob o nº 4890254, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública/programa, aos padrões mínimos de informação contidos no código, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da Emissora e/ou ofertantes, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública/programa."

Instituições Intermediárias



O Banco Itaú BBA S.A. é a Instituição Intermediária Líder da presente Oferta

A data deste Prospecto é de 27 de dezembro de 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

• Definições	4
• Resumo das Características da Oferta	12
• Sumário da Emissora e das Instituições Intermediárias.....	15

2. IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS, CONSULTORES LEGAIS, AUDITOR INDEPENDENTE E AGENTE FIDUCIÁRIO

• Informações Cadastrais da Emissora	23
• Identificação dos Administradores, Instituições Intermediárias, Consultores Legais, Auditor Independente e Agente Fiduciário	24

3. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

• Informações Relativas à Oferta.....	29
• Ressalvas com Relação a Declarações e Estimativas Acerca do Futuro	53
• Fatores de Risco.....	54
Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos	54
Riscos Relacionados ao Setor de Energia Elétrica	57
Riscos Relacionados às Atividades da Emissora.....	63
Riscos Relacionados à Oferta	67
• Destinação de Recursos	70
• Capitalização.....	71

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA

• Informações Financeiras Seleccionadas.....	75
• Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora	78
• Visão Geral do Setor de Energia Elétrica	111
• Panorama do Estado do Rio Grande do Norte	138
• Histórico da Emissora	139
• Estrutura Organizacional e Principais Acionistas	141
• Atividades da Emissora	147
• Propriedades, Plantas e Equipamentos	185
• Recursos Humanos.....	186
• Descrição do Capital Social e Dividendos	189
• Administração	193
• Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Companhia.....	201
• Contingências Judiciais e Administrativas.....	206
• Operações com Partes Relacionadas	209
• Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa	215

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

• DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2006, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração	219
• DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2005, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração	315
• DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2004, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração	411
• ITR – Informações Trimestrais da Emissora relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2007	497
• ITR – Informações Trimestrais da Emissora relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2006.....	561

6. ANEXOS

• Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 12 de dezembro de 2007.....	627
• Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 13 de dezembro de 2007.....	635
• Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 20 de dezembro de 2007.....	639
• Estatuto Social da Emissora.....	643
• Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN.....	655
• Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-conversíveis em Ações, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, renomeado para Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Subordinadas, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN.....	691
• IAN – Informações Anuais da Emissora de 31 de dezembro de 2006	699
• Súmula da Classificação de Risco	843
• Declaração da Emissora nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03	847
• Declaração da Instituição Intermediária Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03	851

1. INTRODUÇÃO

- Definições
- Resumo das Características da Oferta
- Sumário da Emissora e das Instituições Intermediárias

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

DEFINIÇÕES

ABRADEE	Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
Acionista Controladora ou Neoenergia	Neoenergia S.A.
Acionistas	Neoenergia S.A., Iberdrola Energia S/A, PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, dentre outros
ACL	Ambiente de Contratação Livre
ACR	Ambiente de Contratação Regulada
Agente Fiduciário	Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Amara	Amara Brasil Ltda.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
Auditor Independente	Ernst & Young Auditores Independentes S/S Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Autoprodutor	Agente titular de concessão, permissão ou autorização para produzir energia elétrica destinada ao seu uso exclusivo
BACEN	Banco Central do Brasil
Banco Citibank	Banco Citibank S.A., Instituição Intermediária da Oferta
Banco Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A., Instituição Líder da Oferta
Banco Depositário e/ou Mandatário	Banco Itaú S.A.
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BOVESPA FIX	Sistema de Negociação BOVESPA FIX, administrado pela BOVESPA
Brasil ou País	República Federativa do Brasil
CAERN	Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia
CCC	Conta de Consumo de Combustíveis

CCEAR	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CCVEE	Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CMN	Conselho Monetário Nacional
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, companhia ligada ao mesmo grupo
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Companhia, COSERN ou Emissora	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil
Consumidores Livres	Consumidores que optaram por contratar seu fornecimento, no todo ou em parte, com produtor independente de energia do sistema interligado ou com comercializador de energia elétrica
Consumidores Parcialmente Livres	Consumidores Livres que optaram por contratar apenas parte de seu consumo com produtor independente de energia do sistema interligado ou com comercializador de energia elétrica
Consumidores Potencialmente Livres	Consumidores que, a despeito de cumprirem as condições previstas de se tornarem Consumidores Livres, não exerceram a opção de se tornarem Consumidores Livres e são atendidos de forma regulada, ou seja, sujeitos à regulamentação aplicável
Contrato de Concessão	Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica n.º 08/1997, celebrado em 31 de dezembro de 1997, entre a Emissora e a União Federal
Contrato de Distribuição	Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Quirografárias, Sem Garantia, em Série Única, da 4ª Emissão da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern, celebrado entre a Emissora e as Instituições Intermediárias, em 18 de dezembro de 2007, conforme aditado em 21 de dezembro de 2007, e renomeado para Contrato de Coordenação, Distribuição e Colocação Pública de Debêntures Simples, Subordinadas, sob Regime de Colocação de Garantia Firme, em Série Única, da 4ª Emissão da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN.

Contratos Iniciais	Contratos de compra e venda de energia elétrica, referentes a montantes definidos em Resoluções da ANEEL, firmados com base na Lei n.º 9.648/98 entre uma concessionária de geração e uma concessionária de distribuição de energia elétrica
COSERN, Companhia ou Emissora	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
CVA	Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A da tarifa de energia elétrica
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CMN	Conselho Monetário Nacional
Debêntures	16.360 Debêntures simples, não conversíveis, sem garantia, subordinadas, todas nominativas e escriturais, em série única, perfazendo o total de R\$ 163.600.000,00
Debenturistas	Os titulares das Debêntures
DEC	Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora
Decreto n.º 5.163/04	Decreto n.º 5.163, de 30 de julho de 2004
Deloitte	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Dólar	Dólar dos Estados Unidos da América
EBITDA ou LAJIDA	Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização
ECE	Encargo de Capacidade Emergencial
Economática	Banco de dados para análise investimentos em ações
Eletrobrás	ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Emissão	4ª Emissão para distribuição pública de Debêntures da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN
Emissora, COSERN ou Companhia	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN
Energia Assegurada	Quantidade de energia elétrica de uma usina, estabelecida pelo Poder Concedente no respectivo Contrato de Concessão, que deverá ser disponibilizada para venda
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
Ernst & Young	Ernst & Young Auditores Independentes S/S

Escritura de Emissão

Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Quirografárias, em Série Única, não conversíveis, sem garantia, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, celebrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário em 18 de dezembro de 2007 e arquivada na JUCEBA em sessão do dia 21 de dezembro de 2007, sob o número 24158838, conforme aditado em 21 de dezembro de 2007, e renomeado para Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Subordinadas, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN.

Estatuto

Estatuto Social da Emissora

Fator X

Número índice definido pelo Poder Concedente, de acordo com o Contrato de Concessão e Resolução ANEEL n.º 55, de 5 de abril de 2004, a ser subtraído ou somado ao índice obtido da variação da parcela reajustada pelo IGPM

FEC

Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora.

Fundo UBP

Fundo de Uso de Bem Público

GCE

Câmara de Gestão da Crise de Energia

GCS Energia

Guaraniana Comércio e Serviços S.A. (atual NC Energia S.A.)

Guaraniana

Guaraniana S.A. (antiga denominação da Neoenergia S.A.)

Governo ou Governo Federal

Governo da República Federativa do Brasil

Grupo Neoenergia

Grupo empresarial do qual a Companhia é parte, composto por sociedades constituídas sob as leis do Brasil, que atuam no setor elétrico, cuja sociedade controladora é a Neoenergia

IASC

Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor

IBAMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Ibenbrasil

Iberdrola Engenharia do Brasil Ltda.

Iberdrola Participações

Iberdrola Participações S.A., acionista

Iberdrola Energia

Iberdrola Energia S.A.

IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

IGPM

Índice Geral de Preços do Mercado, conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas

INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
Instituição Intermediária Líder	Banco Itaú BBA
Instituições Intermediárias	Banco Itaú BBA, Banco Citibank e Unibanco
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IRT	Índice de Revisão Tarifária
Itapebi	Itapebi Geração de Energia S.A., companhia ligada ao mesmo grupo
Lei das Sociedades por Ações ou Lei n.º 6.404/76	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores
Lei de Concessões	Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e alterações posteriores
Lei de Licitações	Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores
Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004
Lei do Setor Elétrico	Lei n.º 9.074, de 07 de julho de 1995
Lei de Reestruturação do Setor Elétrico	Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, e alterações posteriores
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica
MME	Ministério das Minas e Energia
MRE	Mecanismo de Realocação de Energia, tratando-se de mecanismo financeiro que tem o objetivo de otimizar os custos de operação no sistema energético nacional
MVA	Mega Volt Ampère
NC Energia	NC Energia S.A. (nova denominação da GCS Energia S.A.)
Oferta	Distribuição Pública de 16.360 (dezesesseis mil trezentas e sessenta) Debêntures simples, não-conversíveis em ações, subordinadas, sem garantia, em série única, todas nominativas e escriturais, da 4ª Emissão para distribuição pública da Cosern, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$ 163.600.000,00 (cento e sessenta e três milhões e seiscentos mil reais)

ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
Parcela A	Parcela da tarifa da concessionária de serviços de distribuição de energia elétrica representativa dos custos não gerenciáveis pela Companhia
Parcela B	Parcela da tarifa da concessionária de serviços de distribuição de energia elétrica representativa dos custos gerenciáveis pela Companhia
PASEP	Programa de Formação ao Patrimônio do Servidor Público
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PIB	Produto Interno Bruto
PIE	Produtor Independente de Energia Elétrica
PIS	Programa de Integração Social
Poder Concedente	União Federal
PPA	<i>Power Purchase Agreement</i> (CCVEE)
PPT	Programa Prioritário de Termoeletricidade
Previ	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI
Procedimento de Bookbuilding	Procedimento a ser conduzido para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros no qual é definida, de acordo com as condições de mercado à época da colocação, aplicável às Debêntures, observado o limite do Valor Total da Emissão (conforme definido na Seção "Resumo das Características da Oferta"). Ao final deste procedimento, o Conselho de Administração da Emissora ratificará a quantidade total a ser emitida e a remuneração das Debêntures, conforme o artigo 59, § 1º da Lei nº 6.404/76.
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
Prospectos	Prospecto Preliminar da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Subordinadas, sem garantia, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte, datado de 26 de dezembro de 2007, considerado em conjunto com o Prospecto Definitivo da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Subordinadas em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte, datado de 27 de dezembro de 2007
Real	Moeda oficial brasileira
Rede Básica	Instalações pertencentes ao Sistema Elétrico Interligado, responsável pelo suprimento de energia elétrica a todas as regiões do País, exceto aos sistemas isolados

RGR ou Fundo RGR	Reserva Global de Reversão
RTE	Recomposição Tarifária Extraordinária
SAELPA	Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – SAELPA
SDT	Sistema de Distribuição de Títulos
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SIN	Sistema Interligado Nacional
SND	Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP
Termoaçu	Termoaçu S.A., companhia ligada ao mesmo grupo
Taxa DI	Taxas médias dos Depósitos Intrafinanceiros DI de um dia, <i>over</i> extra-grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) e no jornal “Valor Econômico”, edição nacional. Ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TMA	Tempo Médio de Atendimento
UHE	Usina Hidrelétrica
UHE Itapebi	Usina Hidrelétrica de Itapebi.
Unibanco	Unibanco – União dos Banco Brasileiros S.A., Instituição Intermediária da Oferta

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Emissora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN
Valor Mobiliário:	Debêntures.
Data de Emissão:	1º de dezembro de 2007 ("Data de Emissão").
Agente Fiduciário:	Pavarini Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários Ltda.
Banco Mandatário:	Banco Itaú S.A.
Coordenador Líder:	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores:	Coordenador Líder, Citibank S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Valor Total da Oferta:	R\$ 163.600.000,00 (cento e sessenta e três milhões e seiscentos mil reais).
Número de Séries:	As Debêntures serão emitidas em série única.
Quantidade de Debêntures:	Serão emitidas 16.360 (dezesesseis mil, trezentas e sessenta) Debêntures.
Valor Nominal Unitário das Debêntures:	O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
Espécie:	As Debêntures serão da espécie subordinada, sendo que mediante o resgate antecipado parcial de debêntures da 3ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária da Emissora, no montante de principal igual ao montante da 4ª Emissão na Data de Emissão, as Debêntures serão automaticamente transformadas em debêntures da espécie quirografária.
Forma e Conversibilidade:	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações.
Garantia	As Debêntures não contarão com nenhum tipo de garantia.
Prazo e Data de Vencimento:	As Debêntures terão prazo de 7 (sete) anos, contados a partir da Data de Emissão, com vencimento em 1º de dezembro de 2014.
Preço de Subscrição:	As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> , desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, deduzido de deságio de 0,568% (quinhentos e sessenta e oito milésimos por cento).
Remuneração das Debêntures:	As Debêntures renderão juros de acordo com taxa apurada em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , observando-se como limite a taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, " <i>over extragrupo</i> ", calculada e divulgada pela CETIP, acrescida de um spread ou sobretaxa de 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização

Pagamento da Remuneração:	A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a partir da data de Emissão, sendo o 1º pagamento devido em 1º de junho de 2008 e o último na Data de Vencimento.
Repactuação:	Não haverá repactuação das Debêntures.
Local de Pagamento:	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou pela CBLC. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à CBLC terão os seus pagamentos realizados pelo Banco Mandatário.
Amortização:	A Amortização das Debêntures será paga 9 (nove) parcelas, semestrais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2010.
Aquisição Facultativa	A Emissora poderá, a qualquer tempo até a Data de Vencimento, realizar a aquisição antecipada, integral ou parcial das Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado.
Resgate Antecipado	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas. As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.
Colocação e Procedimento:	As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, com a intermediação dos Coordenadores de acordo com o plano de distribuição das Debêntures descrito na seção “Características da Oferta” deste Prospecto, sendo que as Debêntures serão registradas para colocação no mercado primário, no SDT, operacionalizado pela CETIP, com base nas diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo a integralização das Debêntures neste caso liquidada pela CETIP.
Negociação:	A Emissora poderá, a qualquer tempo até a Data de Vencimento, adquirir Debêntures em circulação, por preço igual ou inferior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração <i>pro rata temporis</i> devida até a data de aquisição e ainda não paga aos debenturistas, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

Público Alvo:	O público alvo da Emissão é composto por investidores institucionais ou qualificados, conforme definição do artigo 109 da Instrução CVM 409. Entretanto, poderão ser atendidos outros investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não qualificados, clientes dos Coordenadores, desde que atestem ter tido amplo conhecimento dos termos, condições e riscos inerentes à Emissão, bem como acesso aos Prospectos Preliminar e Definitivo.
Inadequação do Investimento:	A Oferta não é adequada aos investidores que (i) necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário para negociação de debêntures é restrito e (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor elétrico.
Destinação dos Recursos:	Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados integralmente ao resgate antecipado parcial das debêntures da 3ª Emissão da COSERN, realizada em Setembro de 2005, no montante de principal igual ao montante desta Emissão. Conforme disposto no Contrato de Colocação, não serão deduzidos dos valores obtidos com a Emissão quaisquer custas relativas à Emissão ou comissões devidas aos Coordenadores. Ou seja, os R\$163.600.000,00 obtidos com esta Emissão serão destinados à amortização de igual montante de debêntures da 3ª emissão, as quais, de acordo com o informado na cláusula V.9 da Escritura de Emissão, conforme aditada, era de R\$180.608.804,92. A Companhia amortizará, ainda, com recursos próprios, aproximadamente, R\$1.470.400,00, relativo aos juros das debêntures da 3ª emissão, resgatadas antecipadamente, conforme acima descrito, atendendo aos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.
Informações Adicionais:	Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora e a Emissão poderão ser obtidos com a Emissora, com os Coordenadores e com a CVM.
Quoruns de Deliberação	Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações devem ser tomadas por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, com exceção da modificação (i) da data de vencimento das Debêntures, (ii) das condições da Amortização, (iii) que diminua a Remuneração; (iv) que altere qualquer um dos <i>quorum</i> de deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas; ou (v) que altere qualquer hipótese de vencimento antecipado previstos na Escritura, as quais deverão ser deliberadas por Debenturistas que representem 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em circulação, na forma do disposto no artigo 71, § 5º, da Lei nº 6.404/76.

Para mais informações sobre as características específicas da Emissão, ver "Informações sobre a Emissão" neste Prospecto. Antes de adquirir as Debêntures, leia a seção "Fatores de Risco".

SUMÁRIO DA EMISSORA E DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS

A Emissora

A COSERN foi constituída pela Lei nº 2.721, de 14 de dezembro de 1961, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.878, de 8 de janeiro de 1962, sob a denominação de Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte – COSERN. Em 22 de dezembro de 1987, a Emissora passou a adotar a denominação Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN.

Em 04 de janeiro de 1999, a COSERN tornou-se companhia aberta, inscrita na CVM sob o n.º 01813-9.

A Companhia permaneceu vinculada ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte até 12 de dezembro de 1997, quando foi privatizada, por meio de leilão público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, no qual o consórcio formado pela COELBA, Guaraniana (antiga denominação da Neoenergia) e UPTICK Participações, adquiriu 77,92% do capital total da Emissora pelo valor de R\$676,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 1997, a COSERN celebrou com a União Federal, o Contrato de Concessão, por meio do qual a Emissora adquiriu o direito à exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Norte, em seus 167 municípios, pelo prazo de 30 anos. A concessão abrange uma área de 53.307 km², abrangendo uma população de aproximadamente 3 milhões de habitantes.

Em 29 de dezembro de 2000, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia uma reestruturação societária envolvendo Guaraniana, COELBA, Uptick Participações, COSERN e Ibidem, a qual foi autorizada pela ANEEL através da Resolução nº 474, de 30 de novembro de 2000. Essa reestruturação societária teve por objeto a incorporação do ágio originado na aquisição da Emissora, quando de sua privatização.

A energia elétrica no Estado do Rio Grande do Norte é 100% distribuída pela COSERN. As tarifas cobradas pela Emissora de seus clientes são fixadas pela ANEEL e são passíveis de reajuste e revisão. Os reajustes: (i) ordinários são procedidos anualmente, e (ii) os extraordinários a qualquer tempo, sempre que o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão for ameaçado. As revisões tarifárias ocorrem a cada cinco anos e objetivam, nos termos do Contrato de Concessão, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Em 30 de setembro de 2007, a COSERN atendia a mais de 963 mil consumidores, com mercado de 2.500.333 MWh. É a 4ª concessionária de serviços de distribuição de energia elétrica do Nordeste, com cerca de 9,95% de participação nesse mercado, segundo Informe de Mercado Eletrobrás datado de dezembro de 2006.

Em relação às linhas de sub-transmissão cujas tensões são de 69 kV e 138 kV, com extensão de 1994,07 km, a Emissora apresentou uma potência instalada de 929,15 MVA, distribuídas nas 53 subestações para suprir o Estado do Rio Grande do Norte, em 30 de setembro de 2007.

Em 30 de setembro de 2007, a rede de distribuição da Companhia era composta por 461 mil postes, com aproximadamente 35 mil km de linhas e 26 mil transformadores de distribuição, com uma capacidade instalada total de 905.886 kVA.

Em 30 de setembro de 2007, a compra de energia elétrica, incluindo os encargos de conexão e uso do sistema de transmissão, representou 70,76% dos custos e despesas operacionais da Companhia. Atualmente, os CCEAR, firmados no Leilão em 07 de dezembro de 2004, representam 90,20% do total de energia elétrica comprada para o ano de 2007.

Em 30 de setembro de 2007, a venda de energia elétrica foi responsável por 94,9% da receita bruta da Companhia.

O principal centro urbano servido pela COSERN é Natal, que representava 26,41% da totalidade de consumidores da Companhia, em 30 de setembro de 2007.

No ano de 2006, o consumo de energia foi de 3.730 GWh, tendo uma variação positiva de 6,12% em relação ao ano de 2005, e positiva de 18,0% em relação a 2004.

As Instituições Intermediárias

Banco Itaú BBA S.A.

O Itaú BBA é o maior banco de atacado do Brasil, com ativos de R\$ 77,6 bilhões em junho de 2007. O banco faz parte do grupo Itaú, que possui 95,8% do total de ações e 50,0% das ações ordinárias de emissão do Itaú BBA, sendo o restante detido por executivos do próprio banco. O Itaú BBA se caracteriza pelo foco no atendimento aos clientes corporativos, com ênfase em crédito e operações estruturadas, atuando, assim, como banco corporativo e banco de investimento.

De acordo com o ranking ANBID, o Itaú BBA é um dos líderes de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, ocupando o primeiro lugar em 2004, 2005, 2006 e 2007 (até Setembro) com participações de mercado de 26,0%, 20,0%, 19,2% e 27,9% respectivamente.

Em 2006, entre as operações coordenadas pelo Itaú BBA destacam-se as debêntures da Telemar Norte Leste S.A., no valor R\$ 2,1 bilhões; Itauseg Participações S.A., no valor de R\$ 1,5 bilhão; Vivax S.A., no valor de R\$ 220 milhões; Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, no valor de R\$ 350 milhões; Brasil Telecom, no valor de R\$ 1,1 bilhão; Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. - Autoban, no valor de R\$ 510 milhões, ALL - América Latina Logística - S.A., no valor de R\$ 700 milhões; TAM S.A., no valor de R\$ 500 milhões; Ampla Energia e Serviços S.A., no valor de R\$ 370 milhões; Gafisa S.A., no valor de R\$ 240 milhões; Lupatech S.A., no valor de R\$ 227 milhões; Energisa S.A. no valor de R\$ 350 milhões; Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$ 5,5 bilhões; Light Serviços de Eletricidade S.A., no valor de R\$ 1,0 bilhão; NET Serviços de Comunicação S.A., no valor de R\$ 580 milhões; e o FIDC CESP III, no valor de R\$ 650 milhões.

Em 2007, destacam-se as seguintes operações de renda fixa no mercado de capitais local: debêntures simples da Telemar Participações S.A., no valor de R\$ 250 milhões; da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, no valor de R\$ 267,3 milhões; da Companhia Brasileira de Distribuição S.A, no valor de R\$ 779 milhões; da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, no valor de R\$ 500 milhões; da Tractebel Energia S.A., no valor de R\$ 350 milhões; da Nova América S.A. Agroenergia, no valor de R\$ 306,9 milhões; da BR Malls Participações S.A., no valor de R\$ 320 milhões; da Concessionária de Rodovias do Oeste de SP – Via Oeste S.A., no valor de R\$ 650 milhões, da BFB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, no valor de R\$ 10 bilhões e debêntures conversíveis da Zain Participações S.A., no valor de R\$ 368 milhões; nota promissória para a Nova América S.A. Agroenergia, no valor de R\$ 100 milhões; o FIDC CESP IV, no valor de R\$1,25 bilhão e o FIDC Panamericano Veículos I, no valor de R\$ 350 milhões.

Banco Citibank S.A.

O Citi, do qual o Banco Citibank é parte, é um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, está presente em mais de 100 países, reúne atualmente 200 milhões de contas de clientes, conta com cerca de 300 mil funcionários e possui ativos totais de US\$ 1,5 trilhão, distribuídos entre pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições, combinando recursos globais com forte presença local.

Presente há mais de 90 anos no Brasil, o Banco Citibank conta hoje com mais de 5 mil funcionários, R\$ 25,1 bilhões em ativos totais e mais de 300 mil correntistas.

Como parte integrante dessa organização, o Banco Citibank, tem atuado continuamente e com forte presença no segmento *Citi Markets & Banking*, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, *project finance* e empréstimos sindicalizados.

Em 2006, o Banco Citibank participou de diversas emissões de debêntures, totalizando R\$ 11,4 bilhões distribuídos a investidores. O Banco Citibank participou como coordenador das três maiores transações de renda fixa já realizadas no mercado de capitais brasileiro, Companhia de Bebidas das Américas - AmBev, Telemar Norte Leste S.A. - Telemar e Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, sendo uma delas a primeira emissão de uma empresa *investment grade* em escala global.

Em 2007 e até a presente data, o Banco Citibank participou de diversas emissões no mercado de capitais brasileiro de renda fixa, totalizando R\$ 2,5 bilhões distribuídos a investidores.

Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S.A.

O Unibanco está entre os maiores bancos privados brasileiros. Oferece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros para uma diversificada base de clientes pessoas físicas e jurídicas, de todos os segmentos de renda. Os negócios do Unibanco compreendem os segmentos de varejo, atacado, seguros e previdência e gestão de patrimônios. O Unibanco possui uma sólida posição de mercado em todas as áreas em que atua.

Valendo-se de estratégia de cobertura regional, a área de atacado do Unibanco tem cerca de 2.850 clientes, divididos entre médias e grandes empresas. Além disso atende mais de 500 investidores institucionais no Brasil e no exterior. O Unibanco tem ocupado posições de destaque nos rankings em fusões e aquisições, project finance e nos mercados de renda fixa e renda variável. De acordo com o ranking ANBID de origem e distribuição de renda fixa de operações no mercado doméstico, base janeiro a junho de 2007, o Unibanco ocupa o 2º lugar, com uma participação de mercado de aproximadamente 18,1%, e o 3º lugar em número de operações realizadas com 7 emissões neste período.

Com larga experiência em emissões de títulos de renda fixa no mercado de capitais brasileiro, o Unibanco coordenou diversas operações de destaque nos últimos anos.

Em 2006, o Unibanco participou (a) como coordenador líder (i) do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC Caiuá, no valor de R\$110,1 milhões; (ii) da 1ª emissão de notas promissórias da SPR Sociedade para Participações em Rodovias, no valor de R\$220 milhões; (iii) da 1ª emissão de debêntures da Diagnósticos da América S.A., no valor de R\$202,5 milhões; (iv) da 4ª emissão de debêntures simples da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, no valor de R\$5,7 bilhões; (v) da 1ª emissão de debêntures da Companhia de Bebidas das Américas - AmBev, no valor de R\$2,1 bilhões; (vi) da 1ª emissão de debêntures da Andrade Gutierrez Participações S.A., no valor de R\$120 milhões; (vii) da 1ª emissão de debêntures da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., no valor de R\$450 milhões; (viii) da 1ª emissão de debêntures da Cemig Distribuição S.A., no valor de R\$250 milhões; (ix) do 1º programa de distribuição pública de debêntures da Itapebi Geração de Energia S/A. no valor de R\$250 milhões; (x) da 10ª emissão de debêntures da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. no valor de R\$ 600 milhões e (b) como coordenador (i) da 4ª emissão de debêntures da Ampla Energia, no valor de R\$370 milhões; (ii) da 1ª emissão de debêntures da Lupatech S.A., no valor de R\$227 milhões; (iii) da 6ª emissão de debêntures da Net – Serviços de Comunicação S.A., no valor de R\$580 milhões e (iv) da 5ª emissão de debêntures da Light Serviços de Eletricidade S.A. , no valor de R\$1,0 bilhão; (v) da 1ª emissão de debêntures da BV Leasing Arrendamento Mercantil S/A., no valor de R\$1.350 milhões; (vi) da 1ª emissão de debêntures da Tam S/A., no valor de R\$500 milhões; e (vii) da 6ª emissão de debêntures da ALL América Latina Logística S/A., no valor de R\$700 milhões.

Em 2007, até a data deste Prospecto, o Unibanco participou (a) como coordenador líder (i) da 1ª emissão de notas promissórias da Nova América S/A. Agroenergia, no valor de R\$100 milhões; (ii) da 1ª emissão de notas promissórias da Obrascon Huarte Lain Brasil S/A., no valor de R\$180 milhões; (iii) da 1ª emissão de debêntures simples da Cemig Geração e Transmissão S/A., no valor de R\$582 milhões; (iv) da 3ª emissão de debêntures da Lojas Americanas S/A., no valor de R\$230 milhões; (v) do 1º programa de distribuição pública de debêntures da Tractebel Energia S.A.; (vi) da 1ª emissão de debêntures da Nova América S.A. Agroenergia, no valor de R\$306 milhões; (vii) do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista - Veículos, no valor de R\$100 milhões; e (viii) da 4ª emissão de debêntures da Santher – Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A., no valor de R\$ 100 milhões; e (b) como coordenador (i) da 5ª emissão de debêntures da Light Serviços de Eletricidade S/A., no valor de R\$1.000 bilhão; (ii) da 1ª emissão de notas promissórias da Kepler Weber S/A., no valor de R\$200 milhões; (iii) do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC Petroflex, no valor de R\$100 milhões; e (iv) da 1ª emissão de debêntures da BR MALLS Participações S.A., no valor de R\$320 milhões.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

2. IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS, CONSULTORES LEGAIS, AUDITOR INDEPENDENTE E AGENTE FIDUCIÁRIO

- Informações Cadastrais da Emissora
- Identificação dos Administradores, Instituições Intermediárias, Consultores Legais, Auditor Independente e Agente Fiduciário

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.324.196/0001-81
Sede	Rua Mermoz, n.º 150 59025-250 – Natal – RN
Data de registro da Emissora na CVM como companhia aberta	04 de janeiro de 1999
Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores (responsável por eventuais esclarecimentos sobre a Emissão).	Sr. Jose Arcésio Rodrigues Neto Rua Mermoz, n.º 150 59025-250 – Natal – RN Tel.: (84) 3215-6104 Fax: (84) 3215-6370
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S/S Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Acionista Controlador	Neoenergia S.A.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos no Mercado Doméstico	Debêntures simples
Jornais nos quais Divulga Informações	As informações referentes à Emissora são divulgadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e no jornal Valor Econômico.
Website e e-mail para informações aos investidores e ao mercado	<u>www.cosern.com.br</u>

**IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS,
CONSULTORES LEGAIS, AUDITOR INDEPENDENTE E AGENTE FIDUCIÁRIO**

Administradores da Emissora

Quaisquer outras informações sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas no Prospecto e com o Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores da Emissora, no seguinte endereço:

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Rua Mermoz, 150, Bairro Baldo

Natal - RN

CEP: 59025-250

Sr. Jose Arcésio Rodrigues Neto

Telefone: (84) 3215-6104

Fac-símile: (84) 3215-6370

Correio eletrônico: jose.arcesio@cosern.com.br

Instituição Intermediária Líder

Quaisquer outras informações sobre a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas com a Instituição Intermediária Líder, no seguinte endereço:

Banco Itaú BBA S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 4º andar (parte)

04538-132 – São Paulo - SP

At.: Sr. Gustavo Bellon

Telefone: (11) 3708-8715

Fac-símile: (11) 3708-8107

Correio eletrônico: gtbellon@itaubba.com.br

Demais Instituições Intermediárias

Banco Citibank S.A

Avenida Paulista, 1111 – 10º andar

01311-920 - São Paulo - SP

Contato: Sr. Hamilton Libório Agle

Telefone: (11) 4009-3193

Fac-símile: (11) 4009-7558

Correio eletrônico: hamilto.agle@citi.com

Unibanco – União de Bancos Brasileiros

Av. Eusébio Matoso, 891 – 20º andar

05423-901 - São Paulo - SP

At.: Sr. Rogério Assaf Gonçalves Freire

Telefone: (11) 3584-4032

Fac-símile: (11) 3584-5401

Correio eletrônico: rogerio.freire@unibanco.com.br

Banco Mandatário e Depositário

O Banco Mandatário e Depositário pode ser contatado no seguinte endereço:

Banco Itaú S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 Torre Itaúsa

CEP: 04.344-902 – São Paulo – SP

At. José Nilson Cordeiro

Telefone: (11) 5029-1317

Fac-símile: (11) 5029-1917

Correio eletrônico: jose-nilson.cordeiro@itau.com.br

Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário pode ser contatado no seguinte endereço:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

At. Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira

Rua Sete de Setembro, 99, 24º andar CEP: 20050-005 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2507-1949

Fax: (21) 2507-1773

E-mail: pavarini@pavarini.com.br

Internet: www.pavarini.com.br

Consultores Legais

O consultor legal da Companhia pode ser contatado no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
São Paulo - SP
CEP: 01403-001
At.: Sr. Eduardo Soares
Telefone: (11) 3147-7600
Fac-símile: (11) 3147-7770
Correio eletrônico: esoares@mattosfilho.com.br

O consultor legal das Instituições Intermediárias pode ser contatado no seguinte endereço:

Souza, Cescon Avedissian, Barriau e Flesh Advogados

Rua Funchal, 418, 11º andar
São Paulo - SP
CEP: 04551-060
At.: Sr. Joaquim Oliveira
Telefone: (11) 3089-6500
Fac-símile: (11) 3089-6565
Correio eletrônico: scbf@scbf.com.br

Auditores Independentes

Os auditores responsáveis por auditar e revisar as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Emissora podem ser contatados no seguinte endereço:

Ernst & Young Auditores Independentes S/S

Centro Empresarial Botafogo – Praia de Botafogo, 300 – 13 andar – Botafogo – Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22250-040
At.: Sr. Paulo José Machado
Telefone: (21) 2109-1400
Fac-símile: (21) 2109-1600
Correio Eletrônico: paulo.j.machado@br.ey.com

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Av. Tancredo Neves, 450 - 29º andar, Edifício Suarez Trade – Pituba
CEP: 41820-020 – Salvador – BA.
At.: Sr. José Luiz Santos Vaz Sampaio
Telefone: (71) 2103-9400
Fac-símile: (71) 2103-9440
Correio eletrônico: jsampaio@deloitte.com

3. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

- Informações Relativas à Oferta
- Contrato de Distribuição de Debêntures
- Ressalvas com Relação a Declarações e Estimativas Acerca do Futuro
- Fatores de Risco
 - Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos
 - Riscos Relacionados ao Setor de Energia Elétrica
 - Riscos Relacionados às Atividades da Emissora
 - Riscos Relacionados à Oferta
- Destinação de Recursos
- Capitalização

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

Composição do Capital Social

Capital Social Atual

Em 30 de setembro de 2007, o capital social integralizado da Companhia era de R\$ 179.787.268,58 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), representado por 168.074.028 ações nominativas, divididas em 129.746.219 ações ordinárias, 20.606.128 ações preferenciais Classe A e 17.721.681 ações preferenciais Classe B, todas sem valor nominal, e estava distribuído conforme o quadro abaixo:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
Acionistas	Única	%	A	%	B	%	Total	%
Neoenergia S/A	110.781.761	84,45	16.507.498	80,11	14.645.619	82,64	141.934.878	84,45
Iberdrola Energia	8.147.546	7,01	2.217.674	10,76	1.417.164	8,00	11.782.384	7,01
Uptick Participações	7.576.650	5,82	1.156.609	5,61	1.047.352	5,91	9.780.611	5,82
Previ	1.854.844	1,54	359.031	1,74	382.135	2,16	2.596.010	1,54
Outros	1.385.418	1,18	365.316	1,77	229.411	1,29	1.980.145	1,18
Total	129.746.219	100,00	20.606.128	100,00	17.721.681	100,00	168.074.028	100,00

Para maiores informações sobre os Acionistas da Companhia, veja a Seção “Informações Relativas à Emissora – Composição do Capital Social – Principais Acionistas”.

Características e Prazos

Quantidade, Direitos, Vantagens e Restrições das Debêntures a serem Emitidas.

Serão emitidas 16.360 (dezesesseis mil, trezentas e sessenta) Debêntures, em série única, na Data de Emissão.

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora, do tipo escritural-nominativa, sem emissão de cautelas ou certificados, da espécie subordinada e sem garantia, sendo que mediante o resgate antecipado parcial de debêntures da 3ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária da Emissora, no montante de principal igual ao montante da 4ª Emissão na Data de Emissão, as Debêntures serão automaticamente transformadas em debêntures da espécie quirografária.

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados integralmente ao resgate antecipado parcial das debêntures da 3ª Emissão da COSERN, realizada em Setembro de 2005, no montante de principal igual ao montante desta Emissão. Conforme disposto no Contrato de Colocação, não serão deduzidos dos valores obtidos com a Emissão quaisquer custas relativas à Emissão ou comissões devidas aos Coordenadores. Ou seja, os R\$163.600.000,00 obtidos com esta Emissão serão destinados à amortização de igual montante de debêntures da 3ª emissão, as quais, de acordo com o informado na cláusula V.9 da Escritura de Emissão, conforme aditada, era de R\$180.608.804,92. A Companhia amortizará, ainda, com recursos próprios, aproximadamente, R\$1.470.400,00, relativo aos juros das debêntures da 3ª emissão, resgatadas antecipadamente, conforme acima descrito, atendendo aos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

Procedimento de Distribuição e Forma de Subscrição e Integralização das Debêntures.

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (Instituições Intermediárias), conforme os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM nº 400/03, sendo que as Instituições Intermediárias farão a colocação pública das Debêntures observando as condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários da Oferta, não havendo, porém, reservas de subscrição, preferência para a subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora, reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes investidores qualificados das Instituições Intermediárias que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação das Instituições Intermediárias com esses clientes, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM nº 409/04"), bem como outros fundos de investimento, mesmo que não se enquadrem na definição de investidores qualificados da referida Instrução CVM nº 409/04.

A liquidação física e financeira das Debêntures está prevista para ser realizada no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, inclusive, contado da data da publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública.

Foi solicitado registro para distribuição das Debêntures no mercado primário por meio do SDT, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo a subscrição das Debêntures liquidada e custodiadas na CETIP. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, e serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional e no mercado secundário, (a) no SND, administrado pela CETIP com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP, segundo as respectivas normas e procedimentos; e (b) no Sistema BovespaFix, administrado pela Bovespa, sendo a negociação e a liquidação das Debêntures realizada na CBLC.

Data de Emissão.

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 1º de dezembro de 2007.

Prazo e Data de Vencimento.

As Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo em 1º de dezembro de 2014 ("Data de Vencimento das Debêntures").

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago pela Emissora em 9 (nove) parcelas, semestrais e sucessivas, realizados a partir de 1º de dezembro de 2010 ("Amortização" ou "Amortizações"), de acordo com a tabela abaixo:

	Pagamentos	% do Valor Nominal das Debêntures
1.	01/12/2010	11,11%
2.	01/06/2011	11,11%
3.	01/12/2011	11,11%
4.	01/06/2012	11,11%
5.	01/12/2012	11,11%
6.	01/06/2013	11,11%
7.	01/12/2013	11,11%
8.	01/06/2014	11,11%
9.	01/12/2014	11,12%

Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida na forma estabelecida a seguir.

Prazo para Subscrição.

As Debêntures serão colocadas em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do Anúncio de Início de distribuição da presente Emissão.

Preço de Subscrição.

O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme definida abaixo, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a data de integralização, conforme definido na Cláusula V.16 da Escritura de Emissão, deduzida de deságio de 0,568% (quinhentos e sessenta e oito milésimos por cento) ("Preço de Subscrição").

Remuneração.

O Valor Nominal Unitário não será atualizado. A partir da data de emissão, as Debêntures renderão juros de acordo com taxa apurada em Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "*over extragrupo*", calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano ("*Spread*"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização ("Remuneração").

Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. A Remuneração correspondente a cada Período de Capitalização será devida semestralmente, a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 01/06/2008 e o último na Data de Vencimento, ou seja, em 01/12/2014 ("Data de Pagamento da Remuneração").

Foi realizado Procedimento de *Bookbuilding*, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de *Bookbuilding*") no qual foram definidas, de acordo com as condições de mercado a época da colocação, a remuneração e a quantidade de Debêntures a serem alocadas na Emissão, observado o limite do Valor Total da Emissão.

Não houve participação de pessoas vinculadas à distribuição, exceto pelos intermediários contratados através do exercício da garantia firme de subscrição.

Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, o Conselho de Administração ratificou em reunião realizada em 12 de dezembro de 2007, o valor, a remuneração e o número total de Debêntures da Emissão, conforme artigo 59, §1º da Lei 6.404/76.

A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, desde a Data de Emissão, ou da data do vencimento de juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

O cálculo da Remuneração das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\} \text{ onde:}$$

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do primeiro Período de Capitalização, ou o saldo do Valor Nominal Unitário no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das taxas DI Over da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

, onde: $k = 1, 2, \dots, n$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI Over, sendo " d_k " um número inteiro;

FatorSpread= sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = *Spread* das Debêntures ou sobretaxa, ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP = é o número de dias úteis entre a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante, até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento.

Considera-se o resultado da multiplicação ("Fator DI" x "FatorSpread") com 09 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, o Agente Fiduciário deverá, no primeiro dia útil seguinte ao prazo de 10 (dez) dias ora mencionado, convocar AGD (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, no prazo de 20 (vinte) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou

- (ii) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo a estabelecida na Cláusula 4.4 da Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma Taxa Substitutiva definida pelos Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e apresentada à Emissora na referida Assembléia de Debenturistas, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Periodicidade do Pagamento da Remuneração.

A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, razão pela qual o 1º (primeiro) pagamento ocorrerá em 01 junho de 2008 e o último, em 01 de dezembro de 2014. Farão jus à Remuneração das Debêntures que assim constem no Banco Depositário ao final do dia útil anterior à data de seu pagamento.

Local de Pagamento.

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou pela CBLC, ou por meio do Banco Depositário, para os titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC.

Banco Mandatário e Banco Depositário

O banco mandatário e banco depositário das Debêntures será o Banco Itaú S.A. ("Banco Mandatário").

Fundo de Amortização.

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

Repactuação.

Não haverá repactuação das Debêntures.

Aquisição Facultativa.

A Emissora poderá, a qualquer tempo até a Data de Vencimento, adquirir Debêntures em circulação, por preço igual ou inferior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração *pro rata temporis* devida até a data de aquisição e ainda não paga aos debenturistas, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76.

As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

Resgate Antecipado Facultativo.

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado").

A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio amplamente divulgado ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se a aquisição será da totalidade das Debêntures ou se a mesma será parcial e, neste caso deverá estar descrito no aviso aos debenturistas a ser publicado divulgando a Oferta de Resgate Antecipado e seus termos, o procedimento para aquisição parcial (sorteio ou atendimento em ordem cronológica); (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (iv) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas.

Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado.

A Emissora poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado.

O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.

As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

O pagamento das Debêntures resgatadas por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, (ii) por meio dos procedimentos adotados pela CBLC para as Debêntures registradas no BovespaFix, e/ou (iii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não sejam vinculados aos sistemas acima mencionados.

Para as Debêntures custodiadas na CETIP, no caso de resgate parcial das Debêntures, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas da Oferta de Resgate Antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

Encargos Moratórios.

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso, encargos moratórios esses calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

Prorrogação dos Prazos.

Serão considerados automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Seção, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos.

Sem prejuízo do disposto no item V.23 da Escritura de Emissão, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios, se houver, relativos ao período em atraso.

Publicidade.

Observados os prazos especificados na Escritura de Emissão, todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, nos jornais "Valor Econômico" e "Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte", informados nas Informações Anuais – IAN, e através da rede mundial de computadores, por meio do *site* da Emissora (<http://www.cosern.com.br>), devendo esta avisar o Agente Fiduciário, antecipadamente, da realização de qualquer publicação. O Anúncio de Início e o Anúncio de Encerramento da presente Emissão serão publicados no jornal "Valor Econômico" na forma de aviso resumido, conforme estabelecido pela Instrução nº 400/03, sendo obrigatoriamente disponibilizados, em sua íntegra, no *site* da Emissora, acima indicado.

Vencimento Antecipado

Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático.

O Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes da Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida desde a data da Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data da inadimplência;
- b. (i) se a Emissora e/ou seus acionistas controladores ingressarem em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (ii) pedido de auto-falência ou de falência da Emissora e/ou seus acionistas controladores, formulado pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores; (iii) decretação de falência da Emissora e/ou seus acionistas controladores; e (iv) se a Emissora e/ou seus acionistas controladores pela Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- c. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de seus acionistas controladores e não devidamente elidido pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores, no prazo legal então vigente;
- d. término ou rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Concessão nº 08/97, celebrado entre a Emissora e o Poder Concedente (União), em 31 de dezembro de 1997, conforme aditado em 29 de novembro e em 18 de abril de 2005, relativo ao serviço público de distribuição de energia elétrica para o Estado do Rio Grande do Norte ("Contrato de Concessão");

- e. inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer obrigações a que esteja sujeita, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, observados os períodos de carência aplicáveis, obrigações essas em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), não regularizado em um período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do descumprimento da obrigação;
- f. vencimento antecipado de quaisquer obrigações da Emissora, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- g. liquidação, dissolução ou extinção da Emissora; e
- h. protesto de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor unitário ou agregado seja maior ou igual a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da ocorrência do referido protesto, (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) for cancelado, ou, ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo.

Hipóteses de Vencimento Antecipado mediante AGD. Observado o disposto na Cláusula VII.4 da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, a AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido na Cláusula VII.3 da Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido;
- b. caso as declarações prestadas pela Emissora na Escritura de Emissão forem descumpridas ou provarem-se substancialmente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;
- c. alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora, sem que os Debenturistas previamente reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim aprovem referida alteração;
- d. cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, que possa de qualquer modo vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, excetuadas a cisão, a fusão e a incorporação quando previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o quorum previsto na Cláusula XI.5 da Escritura de Emissão, sendo admitida a opção de dispensa da realização de Assembléia Geral de Debenturistas prevista no §1º do artigo 231 da Lei nº 6.404/76;

- e. não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou decisão arbitral definitiva, contra a Emissora em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu contra-valor em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias da data estipulada para pagamento;
- f. não manutenção, pela Emissora, dos índices e limites financeiros a seguir: (a) Relação Dívida Líquida/EBITDA, não superior a 3 (três); e (b) Relação EBITDA/Resultado Financeiro, não inferior a 2 (dois); e
- g. realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, caso esteja em mora relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão.

A apuração pelo Agente Fiduciário das relações previstas na alínea i da Cláusula VII.2 da Escritura de Emissão deverá ser feita em relação a cada uma das demonstrações financeiras auditadas da Emissora, seja trimestral ou anual, até 05 (cinco) dias úteis após a sua disponibilização pela Emissora à CVM, na forma de legislação aplicável e de acordo com o disposto no item a.8 da Cláusula IX da Escritura de Emissão.

Os índices e limites financeiros estabelecidos no item VII.2. (f) da Escritura de Emissão serão apurados ao final de cada trimestre fiscal, sendo certo que, em caso de descumprimento, a Companhia terá até o final do próximo trimestre fiscal, para obter o seu restabelecimento.

As obrigações previstas na Cláusula VII da Escritura de Emissão vigorarão durante todo o prazo das Debêntures, até a Data de Vencimento, ou enquanto houver Debêntures em circulação.

Após a realização da AGD mencionada na Cláusula VII.2 da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescidos da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, a menos que titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, observando-se o previsto no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28/83.

Correção de Valores. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas nos itens VII.1 (e), (f), (g) e (h), da Escritura de Emissão, os respectivos valores de referência serão corrigidos pelo IGP-M a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão ou, à falta deste, por outro índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.

Correção de Valores.

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas nas alíneas “e”, “f” e “h” da Cláusula VII.1 da Escritura de Emissão, os respectivos valores de referência serão corrigidos pelo IGP-M a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão ou, à falta deste, por outro índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.

Definições dos Termos Financeiros

Para os fins da Escritura de Emissão, especialmente no que se refere ao disposto no item VII.2.1. da Escritura de Emissão (Hipóteses de Vencimento Antecipado através de Assembléia Geral de Debenturistas), aplicar-se-ão as seguintes definições, baseadas em demonstrativos elaborados com base nos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil:

- a) **“Dívida Líquida”:** significa o endividamento oneroso total menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras.
- b) **“EBITDA”:** significa o lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses ao qual deverá ser adicionado, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, a parcela da amortização da recomposição tarifária do racionamento.
- c) **“Resultado Financeiro”:** significa a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, será considerado “1”.

Valor Total da Emissão.

O valor total da emissão será de R\$ 163.600.000,00 (cento e sessenta e três milhões, trezentos e sessenta mil reais), na Data de Emissão.

Autorizações Societárias.

A Oferta foi deliberada pela Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2007, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte em 18 de dezembro de 2007 sob o número 24158621, e foi publicada no jornal “Valor Econômico” e Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte em 14 de dezembro de 2007, e encontra-se anexa a este Prospecto.

Em reunião realizada em 13 de dezembro de 2007, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte em 18 de dezembro de 2007 sob o nº 24158622, e foi publicada no jornal "Valor Econômico" e Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte em 14 de dezembro de 2007, e encontra-se anexa a este Prospecto, o Conselho de Administração da Emissora aprovou, ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, a Remuneração aplicável às Debêntures.

Adicionalmente, em reunião realizada em 20 de dezembro de 2007, cuja ata foi protocolada para arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte em 26 de dezembro de 2007 e será publicada no jornal "Valor Econômico" e Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, o Conselho de Administração da Emissora aprovou a alteração da espécie das Debêntures da 4ª Emissão da Companhia para a espécie "subordinada", com a conseqüente assinatura do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-conversíveis em Ações, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN", renomeado para "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Subordinadas, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN.

Quorum de Deliberação

As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, com exceção da modificação (i) da data de vencimento das Debêntures, (ii) das condições da Amortização, (iii) que diminua a Remuneração, (iv) que altere qualquer um dos *quori* de deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos na Escritura ou (v) que altere qualquer hipótese de vencimento antecipado previstos na Escritura de Emissão, as quais deverão ser deliberadas por Debenturistas que representem 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, na forma do disposto no artigo 71, § 5º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto na cláusula X.5.1 da Escritura de Emissão.

Inadequação do Investimento para Certos Investidores.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (a) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (b) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado.

Registro da Negociação.

Foi solicitado registro (i) para distribuição das Debêntures no mercado primário por meio do SDT -, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo a subscrição das Debêntures liquidada e custodiadas na CETIP; e (ii) para negociação no mercado secundário, (a) no SND, administrado pela CETIP, segundo as respectivas normas e procedimentos; e (b) no Sistema BovespaFix, administrado pela BOVESPA, sendo a negociação e a liquidação das Debêntures realizada na CBLIC.

Regime de Colocação e Plano de Distribuição das Debêntures

As Debêntures serão distribuídas publicamente em regime de garantia firme de distribuição (Garantia Firme), não havendo solidariedade entre as Instituições Intermediárias, respondendo cada qual exclusivamente pela parcela ora indicada, na forma descrita a seguir:

Coordenador	Número de Debêntures	Garantia Firme Prestada (em R\$ na Data de Emissão)
Itaú BBA	8.180	81.800.000,00
Citibank	4.090	40.900.000,00
Unibanco	4.090	40.900.000,00
Total	16.360	163.600.000,00

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, as o Coordenador Líder e os demais Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400/03, , de forma a assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores, e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente exemplares do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelo Coordenador Líder ("Plano de Distribuição"). O Plano de Distribuição será fixado nos seguintes termos:

- (i) a distribuição das Debêntures será pública, sendo distribuídas em regime de garantia firme de colocação, sem solidariedade entre os Coordenadores, observado o disposto na Cláusula 5.6 do Contrato de Distribuição;
- (ii) após o protocolo do pedido de registro da Emissão de Debêntures na CVM, mas anteriormente ao registro da distribuição das Debêntures, será realizada apresentação para potenciais investidores ("Apresentação aos Investidores"), conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Emissora, durante o qual serão distribuídas versões do Prospecto Preliminar;
- (iii) a partir da data de disponibilização do Prospecto Preliminar, poderá ser utilizado procedimento de coleta de intenção de investimento;
- (iv) encerrado o processo de coleta de intenções, os Coordenadores consolidarão as propostas dos investidores para subscrição das Debêntures;

- (v) caso venha a ser utilizado (i) material publicitário ou (ii) documentos de suporte a apresentações oferecidas a investidores, os mesmos serão submetidos à aprovação da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM nº 400/03, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do §5º do artigo 50 da Instrução CVM nº 400/03, respectivamente;
- (vi) uma vez determinada a Remuneração final das Debêntures e sendo a mesma devidamente ratificada na RCA Remuneração da Emissora, a Escritura deverá refletir essa remuneração final, sendo apresentada definitiva ou novamente, conforme o caso, para registro na CVM e arquivamento na JUCERN;
- (vii) a colocação pública das Debêntures somente terá início após (i) a satisfação ou renúncia pelos Coordenadores à satisfação das condições precedentes estipuladas na Cláusula IV do Contrato de Distribuição, nos termos ali previstos; (ii) a concessão do registro da Emissão pela CVM; (iii) a colocação do Prospecto Definitivo à disposição dos investidores; e (iv) a publicação do Anúncio de Início;
- (viii) os pagamentos referentes à integralização das Debêntures serão feitos adotando-se os procedimentos estabelecidos pela CETIP;
- (ix) o público alvo da Emissão é composto por investidores institucionais ou qualificados, conforme definição do artigo 109 da Instrução CVM 409. Entretanto, poderão ser atendidos outros investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não qualificados, clientes dos Coordenadores, desde que atestem ter tido amplo conhecimento dos termos, condições e riscos inerentes à Emissão, bem como acesso aos Prospectos Preliminar e Definitivo;
- (x) Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures; e
- (xi) Não haverá exigência de lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures.

Não há, nem será constituído, fundo de sustentação ou de manutenção de liquidez para as Debêntures.

Cronograma e Etapas da Oferta

A divulgação da Oferta ocorreu através da publicação de Aviso aos Investidores, em 27 de novembro de 2007, no jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400.

A Oferta seguirá o cronograma tentativo a seguir:

Eventos	Datas Indicativas*
Disponibilização do Prospecto Preliminar	27 de novembro de 2007
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	13 de dezembro de 2007
Obtenção do Registro da Oferta	26 de dezembro de 2007
Publicação do Anúncio de Início	27 de dezembro de 2007
Disponibilização do Prospecto Definitivo	27 de dezembro de 2007
Subscrição e Liquidação Financeira das Debêntures	28 de dezembro de 2009
Início da Negociação das Debêntures	28 de dezembro de 2008
Publicação do Anúncio de Encerramento	04 de janeiro de 2008

*Todas as datas previstas acima são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e adiamentos.

Suspensão e Cancelamento da Oferta

A Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, se: (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) for considerada ilegal, fraudulenta ou contrária à regulamentação da CVM, ainda que após obtido o respectivo registro.

A Oferta deverá ser suspensa quando a CVM verificar ilegalidade ou violação de regulamentos sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo esse prazo de 30 dias sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro.

A eventual suspensão ou cancelamento da Oferta, bem como quaisquer outras informações ou avisos a ela relativos, serão divulgados ao mercado e aos investidores que a tenham aceitado imediatamente após a sua ocorrência, nos mesmos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Emissora.

É facultado aos investidores, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º dia útil posterior ao recebimento da comunicação da suspensão. A manutenção da aceitação será presumida em caso de silêncio.

Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento e os investidores que tenham revogado sua aceitação, na hipótese de suspensão, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Debêntures, sem reembolso da quantia relativa à CPMF, os quais serão creditados na conta dos investidores, no prazo máximo de 5 dias úteis, a contar da comunicação da revogação aos investidores ou do recebimento da comunicação de revogação do investidor, no caso de suspensão.

Manifestação de Aceitação à Oferta

A partir da data de publicação do Anúncio de Início e enquanto não tiver sido publicado o Anúncio de Encerramento, o que deve ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses contados da publicação do Anúncio de Início, os investidores poderão aceitar a Oferta das Debêntures e subscrevê-las por meio dos procedimentos do SND.

Prazo para o Exercício da Garantia Firme

Até o 5º (quinto) dia corrido contado da publicação do Anúncio de Início, das Instituições Intermediárias exercerão a garantia firme.

Posterior alienação das Debêntures adquiridas em decorrência do exercício da Garantia Firme. As Instituições Intermediárias poderão revender as Debêntures que venham a ser adquiridas por força do exercício da Garantia Firme de distribuição até a data de publicação do Anúncio de Encerramento de distribuição das Debêntures, por preço a ser determinado com base na análise (i) de seu valor nominal unitário atualizado, se for o caso, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização das Debêntures, (ii) da taxa de juros praticada pelo mercado à época da efetiva integralização; (iii) do preço de negociação e colocação dos títulos públicos federais que possuem prazos de vencimento semelhantes; e (iv) da percepção de risco de crédito da Emissora. Após a data de publicação do respectivo Anúncio de Encerramento de distribuição das Debêntures, as Debêntures poderão ser vendidas por preço de mercado a exclusivo critério das Instituições Intermediárias.

Pagamento e Financiamento

O pagamento das Debêntures deverá ser feito à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. Não são previstas ou oferecidas condições de financiamento para a subscrição das Debêntures.

Modificação ou revogação da Oferta

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo ofertante e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta.

A revogação torna ineficazes a oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo o valor dado em contrapartida às Debêntures ser restituído integralmente aos aceitantes, na forma estabelecida acima.

A modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início de Distribuição Pública e as Instituições Intermediárias deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Na hipótese prevista acima, os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

Devolução e Reembolso aos Investidores

Caso a Oferta não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos entregues pelos investidores com relação às Debêntures deverão ser devolvidas aos respectivos investidores, por intermédio do Banco Mandatário, no prazo de 3 (três) dias, ficando porém, desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem qualquer remuneração ou atualização monetária e deduzida a quantia relativa à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF. Caso esse procedimento de restituição de valores seja utilizado, o investidor deverá fornecer um recibo de quitação à Emissora, bem como deverá efetuar a devolução do boletim de subscrição, caso tenha havido a subscrição de Debêntures.

Contrato de Distribuição

Condições do Contrato de Distribuição

Em 18 de dezembro de 2007 a Emissora celebrou, com as Instituições Intermediárias, o Contrato de Distribuição. Conforme os termos e condições do Contrato de Distribuição, as Instituições Intermediárias prestaram garantia firme de colocação e de liquidação, obrigando-se a colocar, de forma não solidária, a quantidade de Debêntures indicada no quadro abaixo:

Coordenador	Número de Debêntures	Garantia Firme Prestada (em R\$ na Data de Emissão)
Itaú BBA	8.180	81.800.000,00
Citibank	4.090	40.900.000,00
Unibanco	4.090	40.900.000,00
Total	16.360	163.600.000,00

Embora a Oferta seja irrevogável, o Contrato de Distribuição estabelece que o compromisso das Instituições Intermediárias de cumprir com as suas obrigações, dentre as quais a de efetuar o pagamento pelas Debêntures, está sujeito a várias condições como a veracidade e a precisão das declarações e das garantias prestadas pela Companhia, a ausência de eventos de natureza política, econômica ou financeira que possam prejudicar de forma substancial e negativa a Emissora ou as operações de mercado de capitais etc.

Ademais, nos termos do Contrato de Distribuição, será admitida a adesão de outras instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários à presente Oferta das Debêntures.

Adicionalmente, nos termos do mesmo Contrato de Distribuição, a Emissora obrigou-se a indenizar integralmente as Instituições Intermediárias, dentre outros, por qualquer prejuízo causado pela inverdade, inconsistência, insuficiência ou imprecisão das declarações e garantias feitas pela Emissora às Instituições Intermediárias, ou das informações prestadas às Instituições Intermediárias, ou por qualquer omissão de declaração de fato relevante que devesse constar dos Prospectos ou fosse necessário para fazer com que as informações contidas neste Prospecto não fossem enganosas.

A tabela abaixo indica o custo unitário por Debênture, o valor total da Oferta, as comissões e o prêmio a serem pagos pela Companhia às Instituições Intermediárias, bem como a demonstração dos recursos auferidos pela Companhia após a Oferta, sem dedução dos custos da distribuição pública:

(em Reais)	Custo Unitário Por Debênture	Valor Total da Oferta
Preço	10.000,00	163.600.000,00
Comissão de Estruturação	9,00	147.240,00
Comissão de Colocação ¹	900	147.240,00
Prêmio de Garantia Firme	9,00	147.240,00
Recursos para a Cosern, sem dedução dos custos da distribuição pública	9.973,00	163.158.280,00

Poderão ser obtidas cópias do Contrato de Distribuição na sede social da Companhia e nas sedes sociais das Instituições Intermediárias desta Emissão.

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Comissões, Prêmios e Remuneração

São as seguintes, as comissões e prêmio referentes à Emissão, devidas à Instituição Líder e às demais Instituições Intermediárias, *pro rata* à participação de cada uma na garantia firme:

- (i) Comissão de Estruturação e Coordenação: a este título a Emissora pagará aos Coordenadores, na data da primeira subscrição e integralização de Debêntures, uma comissão de 0,09% (nove centésimos por cento), incidente sobre o valor apurado mediante a multiplicação do número total de Debêntures emitidas, pelo Preço de Subscrição atualizado das mesmas;

- (ii) Comissão de Garantia Firme: a este título a Emissora pagará aos Coordenadores, na Data da Integralização de Debêntures, uma comissão de 0,09% (nove centésimos por cento), incidente sobre o valor apurado mediante a multiplicação do número total de Debêntures objeto da garantia firme prestada, pelo preço de subscrição atualizado das mesmas, independentemente do efetivo exercício da Garantia Firme; e
- (iii) Comissão de Colocação: a este título a Emissora pagará aos Coordenadores, na Data de Integralização das Debêntures, uma comissão de 0,09% (nove centésimos por cento), incidente sobre o valor apurado mediante a multiplicação do número total de Debêntures efetivamente colocadas, pelo Preço de Subscrição atualizado das mesmas..

Registro na CVM

Despesas decorrentes do registro da Emissão na CVM: 0,30% sobre o volume da Emissão, limitado a R\$ 82.870,00, conforme tabela em vigor.

Custo da Distribuição

Os custos decorrentes da Emissão serão arcados pela Emissora. A tabela abaixo demonstra o custo total da distribuição das Debêntures, com base no valor na Data de Emissão:

Custo da Distribuição	Montante ¹ (R\$)	% sobre o total da Oferta ¹
Comissões (Total)		
Comissão de Estruturação e Coordenação	147.240,00	0,09
Comissão de Garantia Firme	147.240,00	0,09
Comissão de Colocação	147.240,00	0,09
Assessores Legais	145.000,00	0,09
Taxa de Registro na CVM	82.870,00	0,05
Taxa ANBID	5.000,00	0,00
Outros Custos Relacionados à Oferta ³	210.000,00	0,13
Total dos Custos	884.590,00	0,54
Montante Líquido para a Emissora	162.715.410,00	

1. Valores calculados considerando o valor total da Emissão de R\$ 163.600.000,00

2. Inclui despesas como agência de classificação de risco (*rating*), auditoria externa, Agente Fiduciário, publicações, Banco Mandatário e Agente Escriturador, impressões etc.

Custo Unitário de Distribuição

<u>Preço por Debênture (R\$)*</u>	<u>Custo por Debênture (R\$)</u>	<u>Montante líquido para a Emissora (R\$)</u>
10.000,00	54,07	9.945,93

Contrato de Garantia de Liquidez, de Estabilização de Preço e/ou Contrato de Opção de Colocação de Lote Suplementar.

Não aplicável.

Relacionamento da Emissora com as Instituições Intermediárias e Participante Especial.

Banco Itaú BBA

Além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia manteve e mantém relacionamento comercial, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, com o Itaú BBA ou com sociedades de seu conglomerado econômico, incluindo a administração de recursos da Companhia por sociedade do conglomerado econômico do Itaú BBA; e poderá, no futuro, contratar o Itaú BBA ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la, inclusive na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades. Adicionalmente, a Companhia possui 9 (nove) contratos de repasse de BNDES em aberto com o Coordenador Líder, com vencimento em 2008, no valor total aproximado de R\$ 1,6 milhão em 30 de setembro de 2007.

Banco Citibank S.A.

Além do relacionamento referente a oferta, a Companhia manteve e mantém relacionamento comercial, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro com o Citibank ou com sociedades de seu conglomerado econômico, e poderá, no futuro, contratar o Citibank ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la, inclusive na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Em Novembro de 2007, o Citibank possuía com a Companhia relacionamento decorrente das seguintes operações no mercado financeiro: (i) fianças no valor total de aproximadamente R\$ 35 milhões com vencimento em Novembro de 2008 e (ii) prestação de serviços de cash management.

Unibanco

Além da presente oferta, o Unibanco e demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro mantêm relacionamentos comerciais com a Companhia e com outras empresas do Grupo NeoEnergia, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro. Nesse contexto, o Unibanco, e as demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro realizam diversas operações de crédito com a Companhia, incluindo operações de financiamento num total de R\$3,0 MM, divididos entre fianças e repasses de BNDES. Possuímos também serviços bancários com a companhia. Além disso, prestamos serviços de arrecadação do pagamento de serviços de fornecimento de energia elétrica dos consumidores da Companhia

Destinação de Recursos.

O montante líquido dos recursos, obtido pela Emissora com a distribuição pública das Debêntures será destinado para o resgate antecipado parcial da 3ª emissão de debêntures simples, quirografárias, em série única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, realizada em Setembro de 2005, no montante de principal igual ao montante desta Emissão. Conforme disposto no Contrato de Colocação, não serão deduzidos dos valores obtidos com a Emissão quaisquer custas relativas à Emissão ou comissões devidas aos Coordenadores. Ou seja, os R\$163.600.000,00 obtidos com esta Emissão serão destinados à amortização de igual montante de debêntures da 3ª emissão, as quais, de acordo com o informado na cláusula V.9 da Escritura de Emissão, conforme aditada, era de R\$180.608.804,92.

A Companhia amortizará, ainda, com recursos próprios, aproximadamente, R\$1.470.400,00, relativo aos juros das debêntures da 3ª emissão, resgatadas antecipadamente, conforme acima descrito, atendendo aos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

A 3ª emissão de debêntures tem vencimento em 1º de setembro de 2010, e a Emissora reserva-se o direito de promover o resgate antecipado parcial ou total das Debêntures em circulação, a partir do 30º (trigésimo) mês contado da Data de Emissão, inclusive, mediante o pagamento de seu Valor Nominal Unitário, na Data da Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do pagamento das Debêntures resgatadas e de prêmio equivalente a 0,80% (oitenta centésimos por cento) sobre o saldo a ser resgatado.

Em 12 de Dezembro de 2007 foi realizada Assembléia Geral de Debenturistas da 3ª emissão pública de debêntures da COSERN onde foi deliberada e aprovada a oferta de resgate antecipado das debêntures da 3ª emissão pela Emissora a qualquer tempo, com o pagamento ocorrendo com os recursos obtidos pela Emissora através da sua 4ª Emissão Pública de Debêntures.

Em 30 de setembro de 2007, o saldo devedor da 3ª emissão, a ser resgatado antecipadamente pela Companhia com os recursos desta Emissão, era R\$ 180.608.804,92.

A parcela dos encargos incorrida até a data da liquidação da presente Emissão será pré-paga pela Emissora com recursos de caixa.

A parcela dos encargos incorrida até a data da liquidação da presente Emissão será pré-paga pela Emissora com recursos de caixa.

Declaração dos Administradores da Emissora e da Instituição Líder (artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03).

A Companhia declara que:

- o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo contêm, nas suas respectivas datas, as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo foram elaborado de acordo com as normas pertinentes incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e
- as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.
- Independentemente do disposto acima, determinadas informações referentes ao Brasil e ao setor elétrico incluídas neste Prospecto foram compiladas de dados disponíveis ao público em geral, incluindo, mas não se limitando a, informações disponibilizadas pelo Governo Federal, MME ou pela ANEEL. A Emissora e as Instituições Intermediárias não assumem qualquer responsabilidade pela veracidade ou precisão de tais informações.

A declaração ora proposta foi devidamente formalizada, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400, tendo sido firmada por nossos superintendentes, o Srs. José Arcésio Rodrigues Neto e Wagner Aparecido Carnaval, e anexada ao presente Prospecto sob a forma de Anexo.

Ainda, considerando que:

- a Companhia e o Coordenador Líder constituíram consultores legais para lhes auxiliar na implementação da Oferta;
- para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em setembro de 2007 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo;
- foram disponibilizados pela Companhia os documentos que esta considerou materialmente relevantes para a Oferta;

- além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- conforme informações prestadas pela Companhia, foram disponibilizados, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta,

o Coordenador Líder declara que:

- tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (i) O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo contêm as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Emissão, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes; e (ii) as informações prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão, inclusive aquelas constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, sejam, nas suas respectivas datas, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Debêntures e da Emissão; e
- o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo foram preparados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando à Instrução CVM n.º 400;

A declaração ora proposta foi devidamente formalizada, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400, tendo sido firmada por seus Diretores estatutários, os Srs. Fabio de Souza Queiroz Ferraz e Marcelo Naigeborin, e anexada ao presente Prospecto sob a forma de Anexo.

Assunções, previsões e eventuais expectativas futuras constantes deste Prospecto estão sujeitas a incertezas de natureza econômica, política e competitiva e não devem ser interpretadas como promessa ou garantia de resultados futuros ou desempenho da Emissora. Os potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações acerca de eventuais tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Prospecto, bem como acerca das metodologias e assunções em que se baseiam as discussões dessas tendências e previsões. Potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações sobre tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Prospecto, bem como sobre as metodologias e assunções em que se baseiam as discussões dessas tendências e previsões. A Emissora e as Instituições Intermediárias recomendam a leitura atenta deste Prospecto.

RESSALVAS COM RELAÇÃO A DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém declarações, estimativas, intenções e pretensões quanto a eventos futuros. Quaisquer declarações e estimativas, intenções e pretensões com relação a eventos futuros envolvem riscos e incertezas. Diversos fatores importantes considerados nas declarações e estimativas futuras podem se modificar, fazendo com que os resultados reais possam vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos em tais declarações e estimativas, e que as intenções e pretensões possam vir a não se materializar. Esses fatores incluem, dentre outros:

- medidas do Governo brasileiro;
- condições sociais, políticas ou econômicas e demográficas do Brasil;
- inflação, valorização ou desvalorização do real;
- a percepção de risco com relação aos mercados emergentes, principalmente a América Latina;
- término antecipado do contrato de concessão ou outras medidas por parte do Poder Concedente;
- medidas do Governo relativas ao setor de energia elétrica;
- capacidade da Companhia em obter financiamentos quando necessários, em condições razoáveis e implementar planos de investimentos em manutenção;
- resultado de pendências judiciais;
- nível de endividamento da Emissora;
- flutuações das taxas de juros; e
- concorrência.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações atinentes a resultados e projeções, estratégia, planos de financiamentos, posição concorrencial, ambiente do setor, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Tais estimativas e perspectivas para o futuro referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que nem a Companhia, nem as Instituições Intermediárias assumem a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto podem não vir a se concretizar. Tendo em vista estas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Prospecto.

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures a serem ofertadas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos nesta seção. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente ocorra, os negócios, a situação financeira e/ou os resultados operacionais da Emissora poderão ser afetados de forma adversa. Os fatores de risco descritos abaixo refletem a situação atual da Emissora.

Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos

A Companhia atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.

Freqüentemente, o Governo Federal intervém na economia do País, realizando, ocasionalmente, mudanças drásticas e repentinas nas suas políticas. As medidas do Governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido alterações nas taxas de juros, flutuação da moeda, controle de câmbio, tarifas e limites à importação, controles no consumo de energia elétrica, entre outras medidas. Essas políticas, bem como algumas condições macroeconômicas, causaram efeitos significativos na economia brasileira, assim como no mercado de capitais brasileiro.

Além disso, discute-se atualmente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados diversas reformas e/ou medidas que poderão ser aprovadas e implementadas pelo Governo Federal, dentre elas: (i) a reforma tributária, a qual já foi parcialmente implementada; e (ii) a reforma da legislação trabalhista.

Adicionalmente, não há como prever quais diretrizes das políticas econômica e monetária serão adotadas pelo Governo Federal e quais serão os impactos dessas medidas sobre a Emissora.

A adoção de medidas que possam resultar em eventuais flutuações da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal poderão impactar negativamente os negócios, a condição financeira, a capacidade de geração de caixa e os resultados operacionais da Emissora.

A inflação e certas medidas governamentais para contê-la podem ter efeitos adversos sobre a economia brasileira, o mercado mobiliário brasileiro e/ou os negócios da Emissora.

Ao longo de sua história, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. Determinadas medidas adotadas no passado pelo Governo Federal para combatê-la tiveram um forte impacto negativo sobre a economia brasileira. Eventuais pressões inflacionárias persistem e medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal, podem gerar um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado bancário e de capitais brasileiro. A inflação apurada pelo IGP-M foi de 12,4% em 2004, 1,2% em 2005, 3,84% em 2006 e 4,1% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2007. Os preços, por sua vez, quando apurados pelo IPCA, aumentaram 7,6% em 2004, 5,7% em 2005, 3,14% em 2006 e 3,0% nos primeiros nove meses de 2007.

Caso as taxas de inflação venham a aumentar, eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal poderá vir a resultar em desaceleração no nível de atividade econômica e no poder aquisitivo da população, gerando consequências negativas para os nossos negócios, nossa condição financeira, os nossos resultados operacionais. Além disso, caso o Brasil venha a registrar altas taxas de inflação, poderemos não ser capazes de ajustar os nossos preços de forma a compensar os efeitos da inflação sobre os custos da Companhia.

Caso as taxas de inflação voltem a aumentar, os negócios da Emissora, sua condição financeira e o resultado de suas operações poderão ser afetados negativamente.

Oscilações do valor do real frente ao valor do Dólar e outras moedas podem afetar negativamente a capacidade de pagamento da Emissora.

Periodicamente, ocorreram significativas flutuações na taxa de conversão do real perante o Dólar e outras moedas. Por exemplo, o real desvalorizou-se em 15,7% perante o Dólar em 2001, e 34,3% em 2002 – em comparação com uma apreciação de 22,3% em relação ao Dólar em 2003, 8,8% em 2004, 13,4% em 2005 e 10,6% em 2006.

O resultado da flutuação acentuada do real em relação ao Dólar poderá gerar inflação e medidas governamentais para combater eventuais surtos inflacionários, entre as quais a elevação na taxa de juros básicos. Tais medidas podem gerar efeitos relevantes e adversos na economia brasileira e/ou nos negócios da Emissora.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente nos considerados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Emissora.

A economia e as companhias brasileiras têm sido impactadas, em diferentes intensidades, pelas condições econômicas de outros países. Desta forma, a possibilidade de obtenção de crédito por empresas brasileiras é diretamente influenciada pelas condições econômicas no Brasil e também, ainda que em graus diversos, pela economia em outros países, principalmente os emergentes.

Acontecimentos ou condições econômicas e/ou políticas em outros países já afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira e resultaram em consideráveis saídas de recursos estrangeiros no País.

Não há como garantir que futuros acontecimentos em outros países não afetarão a oferta de crédito às companhias brasileiras, podendo, deste modo, vir a afetar negativamente a oferta de crédito para a Emissora, podendo resultar em impacto material adverso nos seus resultados.

Efeitos das Flutuações das Taxas de Juros.

O BACEN estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro. Durante os últimos anos, a taxa de juros básica tem oscilado consideravelmente, chegando a, aproximadamente, 45,0% em março de 1999 e caindo para 15,2% em 17 de janeiro de 2001. Posteriormente, a taxa de juros básica atingiu 26,5% em fevereiro de 2003 e recuou novamente para 16,5% em dezembro do mesmo ano. Nos anos seguintes a taxa básica de juros esteve novamente em alta equivalente a 19,7% entre maio e agosto de 2005, quando o Banco Central passou a tomar medidas que possibilitaram que a taxa de juros básica chegasse aos atuais 11,43% ao ano, de acordo com a Economática.

A elevação das taxas de juros poderá ter impacto negativo no resultado da Emissora na medida em que pode inibir o crescimento econômico e conseqüentemente a demanda por energia, e também porque suas atividades exigem intensos investimentos de capital. Tais investimentos são, em sua maioria, financiados com recursos de terceiros e remunerados a taxas de juros pós-fixadas. Em 30 de setembro de 2007, a COSERN não possuía endividamento atrelado à variação cambial, tendo suas dívidas indexadas ao CDI, TJLP, dentre outros índices. Caso haja uma elevação das taxas de juros que influencie esses indexadores, as despesas financeiras da Emissora também aumentarão, afetando negativamente a capacidade de pagamento da Emissora.

Alterações nas leis tributárias brasileiras podem ter impacto adverso nos resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias, as quais afetam os participantes do mercado brasileiro de energia, a Companhia, as distribuidoras e os consumidores industriais. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários cujos recursos são alocados para certos fins determinados pelo Governo Federal. Tais medidas podem aumentar as obrigações fiscais da Companhia, o que poderá, por sua vez, influenciar sua lucratividade, e afetar adversamente os seus resultados operacionais.

Caso a Companhia não consiga repassar aos consumidores o custo com esses tributos adicionais, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia podem ser adversamente afetados.

Riscos Relacionados ao Setor de Energia Elétrica

A Emissora atua no setor elétrico brasileiro, o qual foi reestruturado pelo Governo Federal. Eventuais alterações na regulamentação do Setor Elétrico poderão afetar de maneira adversa as empresas sujeitas às suas regras, como a Companhia.

O Governo Federal vem implementando mudanças significativas na legislação do setor elétrico brasileiro durante os últimos anos, especialmente por meio da Lei de Concessões, da Lei do Setor Elétrico e da Lei de Reestruturação do Setor Elétrico, além da regulamentação administrativa. Essas medidas tiveram por objetivo desvincular a autoridade regulatória do Governo Federal, aumentar o investimento privado na geração, transmissão e distribuição de energia no Brasil e incentivar a competição no setor. No âmbito dessa reestruturação, a competência regulatória foi atribuída à ANEEL.

Em 15 de março de 2004 foi aprovada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes e implementou o novo modelo do setor elétrico no Brasil. Na mesma data, foi editada a Lei nº 10.847, que autorizou a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor elétrico nacional. Em julho e agosto de 2004, foram promulgados os Decretos nº 5.163, 5.175, 5.177 e 5.184 que regulamentam as Leis nº 10.847 e a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, uma parcela significativa da energia futura comprada por empresas de distribuição, inclusive a Emissora, será adquirida em leilões públicos anuais de todo o setor. A ANEEL aprovou os procedimentos para estabelecer os preços e as quantidades de comercialização de energia desde o primeiro desses leilões, que ocorreu em 7 de dezembro de 2004, sem que houvesse mudança posterior. Se os leilões públicos não forem bem sucedidos, o Governo poderá estabelecer novos procedimentos de comercialização de energia, e não podemos ter certeza a respeito do efeito de tais procedimentos sobre a nossa condição financeira e resultado operacional.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico vinha sendo contestada perante o Supremo Tribunal Federal. No entanto, em 11 de outubro de 2006, o Supremo Tribunal Federal, por 7 votos a 4, declarou a constitucionalidade daquela lei.

Contudo, reformas futuras no setor elétrico e seus efeitos sobre nós são difíceis de prever. Na medida em que a Companhia não for capaz de repassar aos seus clientes os custos dessa e de outras leis e regulamentos futuros, os seus resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

As tarifas que a Emissora cobra pela venda de energia a consumidores cativos são determinadas de acordo com o Contrato de Concessão firmado com o Governo Federal, por meio da ANEEL. A receita operacional da Emissora pode ser afetada adversamente se a ANEEL tomar decisões desfavoráveis quanto às tarifas praticadas pela Emissora.

Como concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, a Emissora está sujeita a um ambiente altamente regulado. Além disso, a ANEEL é autorizada a regular e fiscalizar diversos aspectos dos negócios da Emissora, inclusive determinar que as tarifas cobradas pela Companhia sejam reduzidas, os investimentos sejam incrementados, o desenvolvimento de programas para a melhora do serviço, dentre outros.

O Contrato de Concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preço máximo, que permite três tipos de ajuste tarifário: (1) o reajuste anual, (2) a revisão periódica e (3) a revisão extraordinária. A Emissora tem o direito a um reajuste anual, que é concebido para compensar certos efeitos da inflação sobre as tarifas e para repassar aos consumidores certos encargos de sua estrutura de custos não gerenciáveis pela Emissora, como o custo de aquisição de energia e encargos setoriais, incluindo encargos pelo uso de instalações de transmissão e distribuição. Além disso, a ANEEL conduz uma revisão periódica a cada cinco anos para identificar variações nos custos da Emissora e definir um índice baseado na sua eficiência operacional que será aplicado sobre o índice dos reajustes anuais da Emissora, e cujo efeito é premiar a boa administração dos seus custos e compartilhar quaisquer ganhos com os consumidores da Emissora. A Emissora também tem o direito de requerer uma revisão extraordinária das suas tarifas se custos imprevisíveis vierem a alterar significativamente sua estrutura de custos.

A Emissora não pode assegurar que a ANEEL estabelecerá tarifas que lhe sejam favoráveis. Além disso, se quaisquer desses reajustes não forem concedidos pela ANEEL no prazo apropriado ou a Emissora seja obrigada pela ANEEL a efetuar gastos adicionais imprevistos, sem previsão de subsídios e sem a respectiva contrapartida tarifária, de forma a viabilizar o repasse integral do valor de tais despesas adicionais para a tarifa, ou, ainda, sejam estabelecidas normas ainda mais rígidas ou que gerem incertezas, a condição financeira e os resultados das operações da Emissora podem ser adversamente afetados.

As tarifas de distribuição, ainda que determinadas pela ANEEL, podem ser questionadas judicialmente, o que pode afetar adversamente a receita operacional da Emissora.

Não obstante as revisões e reajustes tarifários da COSERN estarem sujeitos à aprovação da ANEEL, bem como aos limites estabelecidos em seu Contrato de Concessão e na legislação brasileira, as decisões da ANEEL acerca das tarifas da Emissora podem ser objeto de contestação judicial, inclusive pelo Ministério Público na defesa dos interesses difusos dos consumidores da área de concessão da Emissora, dada a natureza de serviço público da atividade de distribuição de energia elétrica. Neste sentido, eventuais questionamentos de aumentos tarifários concedidos pela ANEEL podem afetar a capacidade financeira da Emissora (ver seção “Atividades da Emissora – Tarifa”)

O Governo criou um programa de “universalização” que requer que as distribuidoras de energia forneçam serviços de eletricidade a determinados consumidores e incorram despesas operacionais e de capital que podem não ser vantajosos para a Companhia.

Em 2002, o Governo deu início à implementação de um programa de “universalização” com o objetivo de fornecer eletricidade a consumidores de baixo consumo. De acordo com o programa, as empresas de distribuição de energia devem arcar com os custos iniciais de eletricidade para clientes cuja potência declarada dos equipamentos elétricos não ultrapasse 50 kW.

Além disso, em 2003, foi criado o Programa “Luz para Todos” alocando recursos dos fundos setoriais (CDE e RGR) e dos Estados para financiar a universalização nas áreas rurais. Neste sentido, o Termo de Compromisso celebrado entre o Ministério das Minas e Energia, a Cosern e o Estado do Rio Grande do Norte, com a interveniência da ANEEL e da Eletrobrás, determina que as parcelas de participação financeira dos agentes sejam de 75% da Eletrobrás (10% de CDE, a título de subvenção econômica e 65% de financiamento da RGR), 15% de capital próprio da empresa e 10% de participação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, também como subvenção. Não existem garantias de que esses agentes cumprirão com as parcelas de investimentos que foram definidas no Termo de Compromisso.

Se a Companhia não cumprir o objetivo determinado no programa, a Companhia poderá ser penalizada nos reajustes tarifários até cumprir tais metas. Devido as suas características geográficas e sócio-econômicas, este programa pode exigir despesas operacionais e dispêndios de capital significativos da Cosern. O Estado do Rio Grande do Norte tem um grande número de consumidores que se enquadram nos quesitos exigidos por este programa. Além disso, o Governo pode impor à Companhia ônus adicionais no futuro no âmbito do programa de universalização ou outros programas, os quais podem aumentar significativamente os dispêndios de capital e custos operacionais da Companhia e afetar negativamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.

A Emissora pode enfrentar crescente concorrência que pode afetar adversamente sua participação de mercado, em virtude da perda de Consumidores Livres e, conseqüentemente, sua receita.

Em vista da legislação aprovada em 1995, 1998 e 2004, outros fornecedores podem oferecer energia elétrica a certos consumidores de grande porte, que atendam às exigências legais para se qualificar como Consumidores Livres, ou seja, os Consumidores Potencialmente Livres. Consumidores Livres são aqueles cuja demanda é igual ou superior a 3 MW em níveis de tensão iguais ou superiores a 69 kV ou, no caso de novos consumidores que entraram no mercado a partir de julho de 1995, aqueles cuja demanda é igual ou superior a 3 MW em qualquer nível de tensão. Em 2006, os Consumidores Livres representavam 5% da receita bruta da Companhia. Os eventuais concorrentes da Emissora podem vir a oferecer a esses consumidores energia elétrica a preços menores do que os cobrados atualmente pela Companhia.

Em 30 de setembro de 2007 havia, na área de concessão da Emissora, 8 Consumidores Livres, 1 Parcialmente Livre e 4 Consumidores Potencialmente Livres, os quais podem optar por comprar a parcela de energia elétrica de outro fornecedor. Neste caso, esses consumidores pagarão pelo uso do sistema de distribuição da Emissora, por meio do pagamento da tarifa de uso de seu sistema de distribuição ("TUSD"), e que representam 9,23% do seu mercado total.

Além disso, a Emissora pode perder consumidores na faixa de demanda entre 500 kW e 3000 kW. Esses consumidores podem optar por obter suprimento de fontes alternativas tais como energia eólica, PCHs e biomassa, com direito a descontos nas tarifas de transmissão e distribuição de pelo menos 50%.

A perda de clientes para outros fornecedores que atendam a Consumidores Livres na área de concessão da Emissora pode afetar adversamente sua participação de mercado, e, conseqüentemente, sua situação econômico-financeira.

Adicionalmente, o risco de perda dos Consumidores Potencialmente Livres pode também ser agravado caso esses consumidores tornem-se auto-produtores de energia elétrica, com a instalação da fonte de geração dentro de sua área privada, hipótese na qual a Emissora, além de perder a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica a esses consumidores, também perderia a receita decorrente da TUSD.

Períodos de escassez de energia elétrica podem afetar o custo da energia elétrica e os preços que a Emissora pode cobrar dos seus clientes.

Devido à dependência do setor de energia elétrica de variáveis naturais e sazonais, como os níveis de chuva e de água, a deterioração dessas condições pode afetar severamente a geração de energia elétrica no País.

Em 2001, o Brasil sofreu severa redução de geração de energia elétrica. A crise deveu-se em grande parte à falta de investimento em geração e transmissão de energia e à situação de seca na maior parte do país, que fizeram com que os níveis de água nas usinas hidrelétricas caíssem para menos de um terço da sua capacidade.

A fim de evitar a possibilidade de blecautes, em 2001 o Governo Federal baixou medidas destinadas à redução do consumo de energia elétrica nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil em 20% em média e instituiu sobretaxas para os que não atingissem suas quotas de redução e recompensas para os que o fizessem. O Governo brasileiro também determinou que as empresas de distribuição de energia localizadas nas regiões afetadas do país restringissem o fornecimento de energia a seus consumidores. As restrições perduraram até 28 de fevereiro de 2002.

No futuro, o Governo brasileiro poderá adotar novas medidas para reduzir o consumo de energia se a capacidade de geração no Brasil não aumentar para suprir o crescimento da demanda. Tais medidas, se adotadas no futuro, incluindo redução do consumo de energia elétrica dos clientes da Emissora, podem ter efeito adverso relevante sobre as condições financeiras e os resultados de operações da Emissora. Além disso, a escassez de energia elétrica pode provocar volatilidade de preços se o processo de estocagem de água não for suficientemente adequado ao crescimento da demanda, ou os investimentos em geração não acompanharem adequadamente crescimento de demanda, o que também pode afetar negativamente os resultados da Emissora.

A Emissora pode ser forçada a comprar energia no mercado de curto prazo para atender a demanda dos consumidores e o preço de compra de energia no mercado de curto prazo pode ser substancialmente maior que o preço da energia sob os contratos de compra de energia de longo prazo da Emissora. Falta uma definição quanto à destinação de eventual sobra superveniente de energia.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as distribuidoras de energia elétrica, incluindo a Companhia, devem contratar, por meio de licitações públicas conduzidas pela ANEEL, a totalidade de sua demanda de energia elétrica projetada para as respectivas áreas de concessão, em um período de cinco anos antes do efetivo fornecimento dessa energia. Sempre que as projeções iniciais ficarem aquém da demanda do mercado, e após leilões de ajuste e do mecanismo de compensação de sobras e déficits entre as distribuidoras, a Emissora poderá ser obrigada a cobrir a diferença contratando energia no mercado de curto prazo. A Emissora não pode assegurar que suas projeções iniciais da demanda de energia em sua área de concessão de distribuição serão

precisas e exatas e, se não o forem, poderá pagar preços significativamente mais altos no mercado de curto prazo para satisfazer suas obrigações de distribuição de energia elétrica e sofrer certas penalidades impostas pela ANEEL. Tal situação poderá impactar negativamente a situação econômico-financeira da Companhia.

Além disso, a eventual perda de Consumidores Potencialmente Livres acarretará uma sobra de energia elétrica contratada para a Companhia, provocando impacto em seu fluxo de caixa, até que a ANEEL regule a forma de devolução dessa energia elétrica pelas concessionárias distribuidoras

Previsões incorretas das necessidades de energia nas áreas de distribuição da Companhia podem afetar adversamente os seus resultados operacionais.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a Companhia corre o risco de ser impedida de repassar integralmente aos seus clientes os custos das suas compras de energia se errar na previsão da sua demanda de energia. De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, um distribuidor de energia deve contratar com antecedência, por meio de licitações públicas, 100% das necessidades de energia previstas para as suas áreas de concessão nos cinco anos seguintes, podendo ajustar sua previsão inicial. Sempre que as projeções iniciais ficarem aquém da demanda do mercado, e após leilões de ajuste e do mecanismo de compensação de sobras e déficits entre as distribuidoras, a Emissora poderá ser obrigada a cobrir a diferença contratando energia no mercado de curto prazo. A Companhia pode errar na previsão de demanda e comprar mais ou menos eletricidade do que necessita, podendo pagar preços significativamente mais altos no mercado de curto prazo para satisfazer suas obrigações de distribuição de energia elétrica e sofrer certas penalidades impostas pela ANEEL, além de poder ser impedida de repassar integralmente aos seus clientes os custos das suas compras. A Companhia não pode garantir que a sua previsão de demanda de eletricidade será correta.

O projeto de Reforma das Agências Reguladoras em tramitação no Congresso Nacional pode afetar a competência da ANEEL.

Há projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras. Esse projeto de lei visa alterar a estrutura de tais agências, mediante, dentre outros pontos, a criação (i) de contratos de gestão, que deverão ser firmados entre as Agências e os Ministérios a que estiverem vinculadas, e, também, (ii) de ouvidoria nas Agências, com o objetivo de zelar pela qualidade dos serviços prestados e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação da Agência, seja contra entes regulados, sendo que o ouvidor, responsável pela respectiva ouvidoria, será indicado pelo Presidente da República.

Caso a mencionada lei entre em vigor, as medidas dela decorrentes poderão reduzir as atribuições da ANEEL, passando o Poder Concedente, por outro lado, sobretudo o MME – ao qual a ANEEL é vinculada – a ter maior atuação e influência no setor elétrico brasileiro. Não há como garantir que as alterações a serem aprovadas não afetarão negativamente as empresas distribuidoras de energia elétrica, incluindo a Cosern.

Ingerência do Tribunal de Contas da União Federal nos procedimentos adotados pela ANEEL poderão causar insegurança jurídica aos administrados.

O Tribunal de Contas da União (“TCU”) acompanhou e fiscalizou o procedimento de revisão tarifária de algumas empresas do setor elétrico, conduzido pela ANEEL no ano de 2003, e proferiu acórdãos nos processos referentes às empresas Eletropaulo Metropolitana – Eletricidade de São Paulo S.A., Light Serviços de Eletricidade S.A. e Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, nos quais elaborou diversas considerações, críticas e determinações à ANEEL, referentes à metodologia da revisão.

Riscos Relacionados às Atividades da Emissora

O não atendimento, pela Emissora, de obrigações assumidas por meio de contratos financeiros pode acarretar o vencimento antecipado de suas dívidas.

Alguns contratos financeiros estabelecem diversas obrigações de manutenção de índices de endividamento, capitalização e cobertura da dívida. Não há como garantir que a Companhia atingirá todos os índices contratados no futuro, o que poderá gerar o vencimento antecipado de suas dívidas e, igualmente, afetar, de forma substancial e negativa, a condição financeira da Emissora.

A Companhia atua num setor sujeito à redução de resultado em decorrência do aumento nos atrasos e inadimplência de seus clientes.

Em 30 de setembro de 2007, o saldo total das faturas de consumo de energia elétrica vencidas e não pagas pelos clientes da Emissora era de R\$ 106,6 milhões ou 6,5% em relação ao faturamento médio dos 12 últimos meses anteriores a tal data, dos quais R\$ 70 milhões encontravam-se vencidos há mais de 90 dias. Do total dos valores vencidos e não pagos em 30 de setembro de 2007, 81,5% referiam-se ao setor privado e 18,5% ao setor público. Em 30 de setembro de 2007, a provisão para créditos de liquidação duvidosa somava R\$ 45,9 milhões.

A Emissora não pode assegurar que conseguirá implementar todas as medidas necessárias à redução do inadimplemento, nem tampouco que tais medidas garantiriam a redução da inadimplência. A manutenção ou aumento dos índices de inadimplência pode afetar o resultado da Emissora.

A Emissora é parte em diversos processos administrativos e judiciais que, caso decididos contrariamente à Emissora, podem ter um impacto negativo em seus resultados e condição financeira.

Atualmente, a Emissora é parte em diversos processos administrativos e judiciais, de natureza cível, previdenciária, trabalhista e fiscal, decorrentes do exercício regular de suas atividades. Em 30 de setembro de 2007, as provisões da Emissora para tais contingências totalizavam cerca de R\$ 28.875 mil, sendo R\$ 6.233 mil para ações fiscais, R\$ 13.555 mil para ações cíveis e R\$ 9.087 mil para ações trabalhistas. Caso o valor total dessas provisões não seja suficiente para fazer frente às contingências que se tornem exigíveis, os resultados da Emissora podem ser afetados negativamente, além de poder resultar em impacto material adverso nos negócios e na capacidade de geração de caixa da Emissora.

A extinção do Contrato de Concessão pelo Poder Concedente poderá impedir a realização do valor integral de determinados ativos e causar a perda de lucros futuros sem uma indenização suficiente para fazer frente aos seus compromissos.

Nos termos da Lei de Concessões, a concessão está sujeita à extinção antecipada em determinadas circunstâncias, quais sejam: encampação, caducidade, rescisão amigável ou judicial e anulação do Contrato de Concessão e falência ou extinção da concessionária, bem como existe previsão de indenização e intervenção em situações descritas nos contratos de concessões. Ocorrendo a extinção da concessão, o então concessionário não terá direito a qualquer parcela do serviço ou dos poderes que se encontravam sob sua gestão no curso do Contrato de Concessão. Os ativos vinculados à concessão serão revertidos ao Poder Concedente. Apesar da Emissora ter o direito ao valor desses ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados de acordo com os termos do Contrato de Concessão, em caso de extinção antecipada, não se pode assegurar que esse valor será suficiente para compensar a perda de lucro futuro. Se a ANEEL extinguir o Contrato de Concessão com base no inadimplemento por parte da Companhia, o valor da indenização pode ser reduzido a até zero, pela imposição de multas ou outras penalidades.

A extinção antecipada do Contrato de Concessão, assim como a imposição de penalidades à Emissora associadas a tal extinção, poderão gerar significativos impactos nos seus resultados e afetar sua capacidade de pagamento e cumprimento de obrigações financeiras.

A Companhia pode ser penalizada pela ANEEL pelo não atendimento das obrigações contidas no Contrato de Concessão, o que pode acarretar multas e outras penalidades e, dependendo da gravidade do inadimplemento, a caducidade da concessão.

As atividades de distribuição da Companhia são conduzidas em conformidade com o Contrato de Concessão. O órgão regulador poderá impor penalidades à Companhia caso ela deixe de cumprir com qualquer disposição contida no referido contrato. Dependendo da extensão da gravidade da não conformidade, as penalidades aplicáveis incluem:

- advertências;
- multas por infração, limitadas a 2% da receita da concessionária no exercício encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração;
- embargo à construção de novas instalações e equipamentos;
- restrições à operação das instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária de participação em processos licitatórios tendo por objeto novas concessões;
- intervenção da ANEEL na administração da concessionária inadimplente; ou
- caducidade da concessão.

A imposição de penalidades à Companhia pela ANEEL pode afetar de maneira adversa a situação financeira e o resultado operacional da Companhia e até comprometer a continuidade de suas atividades.

Os equipamentos, instalações e operações da Emissora estão sujeitos a vários regulamentos ambientais e de saúde que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

As atividades de distribuição estão sujeitas a abrangente legislação federal e estadual e à supervisão pelas agências governamentais brasileiras responsáveis pela implementação de leis e políticas ambientais e de saúde. Essas agências podem tomar medidas coercitivas contra a Companhia por inobservância de seus regulamentos. Tais medidas podem incluir, entre outras, a imposição de multas e revogação de licenças. Regulamentos ambientais e de saúde mais rigorosos podem forçar a Emissora a destinar investimentos de capital para o seu atendimento e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre a condição financeira e sobre os resultados das operações da Emissora.

Além disso, a inobservância, pela Emissora, das leis, regulamentos e termos de ajustamento de conduta ambientais pode acarretar, além da obrigação de reparação de danos que eventualmente sejam causados, a aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, podendo também incluir a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, podendo ter impacto negativo nas receitas da Emissora ou, ainda, inviabilizar a captação de recursos junto ao mercado financeiro.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância pela Emissora das leis, regulamentos, termos de ajustamento de conduta ou acordos judiciais poderá causar impacto adverso relevante na imagem, na receita e no resultado da Emissora e de suas controladas, coligadas e controladora.

O não atendimento do padrão de serviços estabelecido pela ANEEL poderá sujeitar a Emissora a penalidades.

Os indicadores técnicos relativos a padrões de serviços e atendimento que devem ser observados pela Emissora constantes dos Contratos de Concessão e fixados pela ANEEL são objeto de constante aperfeiçoamento, nos períodos de adaptação, transição e finalmente aplicação desses indicadores. Caso a Emissora não atenda aos padrões estabelecidos, estará sujeita a penalidades que vão desde advertência ou multa pecuniária até caducidade da respectiva concessão, nos casos de reincidência continuada no descumprimento dos indicadores. Ademais, o completo atendimento desses padrões de serviços é requisito essencial para a renovação das concessões nos termos da Lei de Concessões. Caso a Companhia viole os indicadores de qualidade para ela estabelecidos e venha a sofrer reincidentes penalidades, a sua condição financeira e os seus resultados poderão ser adversamente afetados.

Se a Companhia não conseguir controlar as perdas de energia, os seus resultados operacionais e a sua situação financeira poderão ser prejudicados.

A Companhia apresenta dois tipos de perda de energia: perdas técnicas e perdas comerciais. As perdas técnicas acontecem no curso normal da sua distribuição de eletricidade, já que parte da eletricidade que distribui inevitavelmente se dissipa no curso da distribuição. As perdas comerciais são o resultado de conexões ilegais, fraudes, erro na medição de consumo e de faturamento. O total das perdas (técnicas e comerciais) como porcentagem da energia total distribuída em 2005 e 2006 pela Cosern representou, respectivamente, 12,35% e 11,96%. No terceiro trimestre de 2007, esse total foi de 11,29%. Além disso, medidas governamentais futuras em resposta a eventual escassez de energia, tais como a imposição de limites ao consumo de energia implementada por meio do programa de racionamento em 2001, podem resultar em aumentos nas perdas de energia, uma vez que alguns consumidores tentam burlar tais limites por meio de conexões ilegais, roubo e fraude, como ocorrido em 2001. Como a Companhia não pode repassar aos seus clientes a totalidade dos custos com perdas por meio de aumentos de tarifa, aumentos nas perdas podem afetar negativamente a situação financeira da Companhia e os seus resultados operacionais.

Os seguros que a Companhia mantém podem não prover a cobertura completa dos riscos a que está sujeita em razão da sua responsabilidade objetiva.

A Companhia, na qualidade de prestadora de serviços públicos, tem responsabilidade objetiva por danos diretos e indiretos decorrentes da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, tais como interrupções abruptas no suprimento e variações de voltagem. Em linhas gerais isso significa que basta a demonstração do dano, ou seja, independe da comprovação de culpa dos agentes. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por até 100% das perdas e danos causados a terceiros em decorrência de interrupções ou distúrbios que não forem atribuíveis a um integrante identificado do ONS. A ocorrência de perdas ou demais responsabilidades que não estejam cobertas por seguro ou que excedam os limites de seguro da Companhia poderão acarretar significativos custos adicionais não previstos, impactando negativamente os resultados da Companhia.

Além disso, de uma forma geral, os seguros da Companhia são contratados de acordo com as políticas adotadas pelo Grupo Neoenergia. A Companhia não pode garantir que os seguros contratados para os próximos anos manterão o mesmo nível de cobertura atual. Assim, na hipótese das políticas de administração de risco adotadas pelo Grupo Neoenergia no futuro orientarem a Companhia para contratação de seguros em níveis inferiores aos atuais, é possível que a ocorrência de danos ou prejuízos a serem custeados a partir de tais seguros impacte adversamente o fluxo de caixa e os resultados da Companhia.

Nem todos os bens e ativos da Emissora poderão ser objeto de execução para satisfazer as obrigações relativas às Debêntures.

Os bens vinculados à prestação de serviços públicos e vinculados à concessão detida pela Companhia (bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica), cujo valor residual em 30 de setembro de 2007 era de aproximadamente R\$465 milhões, correspondente a 100% do ativo total da Companhia, não podem ser utilizados para satisfazer as obrigações relativas às Debêntures, devendo ser revertidos ao Poder Concedente ao final do prazo da concessão.

Assim, na hipótese de inadimplemento das obrigações relativas às Debêntures pela Companhia, nem todos os seus bens e ativos poderão ser objeto de execução para satisfação dessas obrigações.

Riscos Relacionados à Oferta

Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características das Ofertas e das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro para negociação de debêntures poderá dificultar a venda das Debêntures.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta historicamente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita aos seus subscritores sua alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os titulares de Debêntures podem ter dificuldade em realizar a venda das Debêntures no mercado secundário.

As obrigações da Emissora constantes na Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

Caso ocorra a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão deverão ser declaradas antecipadamente vencidas e o imediato pagamento, pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*. Neste caso, a Emissora poderá ter dificuldades em obter recursos financeiros suficientes para realizar o pagamento das Debêntures.

Modificação dos Termos da Oferta

Mediante manifestação da Emissora e a critério da Instituição Intermediária Líder e das demais instituições intermediárias da distribuição das Debêntures, na hipótese de, durante o período de distribuição, ocorrer alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Emissão perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Emissão, os termos da presente Emissão poderão ser alterados, mediante prévia autorização da CVM.

Em caso de eventual modificação dos termos da Emissão, não há garantia de que as novas condições estabelecidas sejam mais favoráveis aos Debenturistas ou que os prejudiquem, sendo-lhes preservado, no entanto, o direito de não manter a titularidade das Debêntures e à restituição integral dos valores dados em contrapartida à subscrição das Debêntures, na forma e condições previstas neste prospecto.

Ainda, nos termos do Contrato de Distribuição, caso a CVM não autorize a modificação dos termos da Emissão, ocorrerá a rescisão do referido contrato, o que importará, nos termos da legislação em vigor, no cancelamento do registro da Emissão.

Súmula 176 do Superior Tribunal de Justiça

A Súmula n.º 176, editada pelo Superior Tribunal de Justiça, enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a taxa divulgada pela ANBID/CETIP. As Debêntures serão remuneradas com referência à taxa paga aos Depósitos Interbancários – DI, divulgada diariamente pela CETIP. Apesar da referida súmula não vincular as decisões do Poder Judiciário, existe a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a validade da estipulação da Taxa DI ser questionada.

Em caso de falência da Companhia, não há garantia que os investidores titulares de Debêntures quirografárias receberão seus créditos

Para as Debêntures quirografárias deve-se considerar que, na hipótese de falência da Companhia, os investidores titulares destes títulos estarão subordinados aos demais credores da Companhia que contarem com garantia real ou privilégio (em atendimento ao critério legal de classificação dos créditos na falência). Dessa maneira, nessa hipótese, tais investidores somente preferirão aos titulares de créditos subordinados aos demais credores da Companhia e aos acionistas em relação à ordem de recebimento de seus créditos. Em caso de falência da Companhia, não há garantia, portanto, de que os investidores titulares de Debêntures quirografárias receberão a totalidade ou mesmo parte de seus créditos.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados integralmente ao resgate antecipado parcial das debêntures da 3ª Emissão da COSERN, realizada em Setembro de 2005, no montante de principal igual ao montante desta Emissão. Conforme disposto no Contrato de Colocação, não serão deduzidos dos valores obtidos com a Emissão quaisquer custas relativas à Emissão ou comissões devidas aos Coordenadores. Ou seja, os R\$163.600.000,00 obtidos com esta Emissão serão destinados à amortização de igual montante de debêntures da 3ª emissão, as quais, de acordo com o informado na cláusula V.9 da Escritura de Emissão, conforme aditada, era de R\$180.608.804,92.

A Companhia amortizará, ainda, com recursos próprios, aproximadamente, R\$1.470.400,00, relativo aos juros das debêntures da 3ª emissão, resgatadas antecipadamente, conforme acima descrito, atendendo aos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

As debêntures da 3ª emissão rendem juros correspondentes à variação acumulada da taxa de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, capitalizada de um *spread* de 1,3% ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal da Debênture, *pro rata temporis*, a partir da data de emissão, e pagos ao final de cada período de capitalização.

Em 12 de Dezembro de 2007 foi realizada Assembléia Geral de Debenturistas da 3ª emissão pública de debêntures da COSERN onde foi deliberada e aprovada a oferta de resgate antecipado das debêntures da 3ª emissão pela Emissora a qualquer tempo, com o pagamento ocorrendo com os recursos obtidos pela Emissora através da sua 4ª Emissão Pública de Debêntures.

Em 30 de setembro de 2007, o saldo devedor da 3ª emissão, a ser resgatado antecipadamente pela Companhia com os recursos desta Emissão, era R\$ 180.608.804,92.

A parcela dos encargos incorrida até a data da liquidação da presente Emissão será pré-paga pela Emissora com recursos de caixa.

O impacto da Oferta na situação patrimonial e nos resultados da Emissora é apresentado na seção “Capitalização” deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir exhibe o endividamento da Emissora e sua capitalização total no período encerrado em 30 de setembro de 2007, conforme ajustado para descrever o efeito pro forma da emissão e venda das Debêntures e que os recursos sejam integralmente utilizados conforme descrito na Seção "Destinação dos Recursos". As informações descritas a seguir foram extraídas das demonstrações financeiras revisadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2007, produzidas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. A tabela a seguir deve ser lida em conjunto com as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, bem como as seções "Informações Financeiras Seleccionadas" e "Discussão e Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e os Resultados Operacionais":

	30 de setembro de 2007 (em R\$ mil)	30 de setembro de 2007 (em R\$ mil) (ajustada)*
Disponibilidades	19.189	19.189
Endividamento de curto prazo:		
Denominado em reais	37.516	37.516
Debêntures	37.409	0
Total do endividamento de curto prazo	74.925	37.516
Endividamento de longo prazo:		
Denominado em reais	183.897	183.897
Debêntures 3ª Emissão	143.200	0
Debêntures 4ª Emissão	0	179.000
Total do endividamento de longo prazo	327.097	362.897
Patrimônio líquido:		
Capital social	179.787	179.787
Reservas de capital	257.151	257.151
Reservas de lucros	66.461	66.461
Lucros acumulados	105.380	105.380
Total do patrimônio líquido	608.779	608.779
Capitalização total (endividamento de longo prazo e patrimônio líquido)	935.876	971.676

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA

- Informações Financeiras Seleccionadas
- Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora
- Visão Geral do Setor de Energia Elétrica
- Panorama do Estado do Rio Grande do Norte
- Histórico da Emissora
- Estrutura Organizacional e Principais Acionistas
- Atividades da Emissora
- Propriedades, Plantas e Equipamentos
- Recursos Humanos
- Descrição do Capital Social e Dividendos
- Administração
- Informações Sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Companhia
- Contingências Judiciais e Administrativas
- Operações com Partes Relacionadas

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

O potencial investidor deve ler esta seção juntamente com as Demonstrações Financeiras da Emissora, que seguem anexas a este Prospecto, e com todas as demais informações que estão descritas neste Prospecto, antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures.

Os quadros a seguir exibem informações financeiras da Emissora. Essas informações originaram-se das demonstrações financeiras não consolidadas da Emissora relacionadas aos respectivos períodos indicados, elaboradas de acordo com a legislação societária. As demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 foram auditadas. As informações trimestrais dos períodos encerrados em 30 de setembro de 2007 e 2006 foram revisadas pelos Auditores Independentes. As informações ora apresentadas deverão ser analisadas no contexto das demonstrações financeiras da Emissora, que são parte integrante do presente Prospecto.

(em R\$ mil)

	30 de setembro de		31 de dezembro de		
Balanco Patrimonial	2007	2006	2006	2005	2004
Ativo					
Circulante	359.125	312.242	312.612	316.456	274.339
Disponibilidades	19.189	32.080	15.813	27.719	3.820
Créditos	337.779	278.815	295.594	288.549	269.788
Consumidores	160.410	162.717	170.888	176.178	150.065
Ativos regulatórios	61.777	46.594	49.821	49.859	58.984
Créditos fiscais	45.498	40.699	42.494	35.653	31.545
Benefício fiscal – ágio incorporado	9.407	9.714	9.664	9.864	10.100
Títulos e valores mobiliários	33.195	712	724	741	612
Outros	27.492	18.379	22.003	16.254	18.482
Estoques	2.157	1.347	1.205	188	731
Não circulante	489.112	545.211	536.501	557.864	563.691
Créditos diversos	489.112	545.211	536.501	557.864	563.691
Consumidores	213.887	201.792	202.287	199.163	178.964
Ativos regulatórios	104.509	163.938	162.196	166.937	168.451
Créditos fiscais	28.298	29.433	21.924	32.859	43.579
Benefício fiscal – ágio incorporado	132.599	142.006	139.590	149.254	159.117
Títulos e valores mobiliários	6.294	3.303	5.923	2.962	2.500

Outros	3.525	4.739	4.581	6.689	11.080
<i>Permanente</i>	406.140	382.997	391.258	322.924	320.853
Investimentos	1.030	900	1.030	780	10
Imobilizado	384.194	366.026	372.175	304.893	301.080
Intangível	20.916	16.071	18.053	17.251	19.763
Total Ativo	1.254.377	1.240.450	1.240.371	1.197.244	1.158.883

Passivo

<i>Circulante</i>	254.645	279.398	288.499	283.461	272.300
Empréstimos e financiamentos	37.516	35.154	36.499	31.347	66.145
Debêntures	37.409	1.966	8.311	11.183	8.760
Fornecedores	50.454	46.790	51.742	47.383	50.915
Tributos e contribuições sociais	42.628	35.417	39.095	38.208	32.758
Taxas regulamentares	23.535	20.610	24.187	11.945	9.209
Dividendos e juros sobre capital próprio	419	89.674	79.307	110.207	69.921
Provisão para contingências	61	365	374	519	13.609
Passivo regulatório	14.745	23.183	15.313	12.792	7.358
Outros	47.878	26.239	33.671	19.877	13.625
<i>Não circulante</i>	390.953	460.139	476.248	469.432	460.905
Empréstimos e financiamentos	183.897	176.917	195.594	193.888	250.766
Debêntures	143.200	179.000	179.000	179.000	113.200
Tributos e contribuições sociais	32.740	55.217	47.515	51.765	51.615
Provisões	17.382	15.626	15.254	15.011	14.317
Dívidas com pessoas ligadas	-	-	-	236	1.133
Passivo regulatório	12.763	32.261	37.808	28.386	28.763
Outros	971	1.118	1.077	1.146	1.111
Total Passivo	645.598	739.537	764.747	752.893	733.205

Patrimônio Líquido

Capital social	179.787	179.787	179.787	179.787	140.413
Reservas de capital	257.152	221.004	229.376	203.618	230.155
Reservas de lucro	66.461	60.946	66.461	60.946	55.110
Lucro acumulado	105.379	39.176	-	-	-
Total Patrimônio Líquido	608.779	500.913	475.624	444.351	425.678
Total Passivo + Patrimônio Líquido	1.254.377	1.240.450	1.240.371	1.197.244	1.158.883

O aumento em Outros decorre principalmente de: (i) incremento de R\$ 32.483 mil em Títulos e Valores Mobiliários, devido a reclassificação contábil de valores de fundos de investimento da conta de 'Aplicações Financeiras' para a conta de "Títulos e Valores Mobiliários" e (ii) Incremento de R\$ 5.137 mil em Dispêndio a Reembolsar em Curso. Os Dispêndios a Reembolsar são oriundos do Programa Luz para Todos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA EMISSORA

A análise e discussão da administração sobre a situação financeira e o resultado das operações a seguir deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto. As demonstrações financeiras constantes do presente Prospecto foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas complementares editadas pela CVM, que não prevêem o reconhecimento dos efeitos inflacionários a partir de 1º de janeiro de 1996.

Visão Geral da Companhia

A COSERN foi constituída pela Lei nº 2.721, de 14 de dezembro de 1961, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.878, de 8 de janeiro de 1962, sob a denominação de Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte – COSERN. Em 22 de dezembro de 1987, a Emissora passou a adotar a denominação Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN.

Em 04 de janeiro de 1999, a COSERN tornou-se companhia aberta, inscrita na CVM sob o n.º 01813-9.

A Companhia permaneceu vinculada ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte até 12 de dezembro de 1997, quando foi privatizada, por meio de leilão público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, no qual o consórcio formado pela COELBA, Guaraniana (antiga denominação da Neoenergia) e UPTICK Participações, adquiriu 77,92% do capital total da Emissora pelo valor de R\$676,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 1997, a COSERN celebrou com a União Federal, o Contrato de Concessão, por meio do qual a Emissora adquiriu o direito à exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Norte, em seus 167 municípios, pelo prazo de 30 anos. A concessão abrange uma área de 53.307 km², abrangendo uma população de aproximadamente 3 milhões de habitantes.

Em 29 de dezembro de 2000, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia uma reestruturação societária envolvendo Guaraniana, COELBA, Uptick Participações, COSERN e Ibidem, a qual foi autorizada pela ANEEL através da Resolução nº 474, de 30 de novembro de 2000. Essa reestruturação societária teve por objeto a incorporação do ágio originado na aquisição da Emissora, quando de sua privatização.

A energia elétrica no Estado do Rio Grande do Norte é 100% distribuída pela COSERN. As tarifas cobradas pela Emissora de seus clientes são fixadas pela ANEEL e são passíveis de reajuste e revisão. Os reajustes: (i) ordinários são procedidos anualmente, e (ii) os extraordinários a qualquer tempo, sempre que o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão for ameaçado. As revisões tarifárias ocorrem a cada cinco anos e objetivam, nos termos do Contrato de Concessão, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Em 30 de setembro de 2007, a COSERN atendia a mais de 963 mil consumidores, com mercado de 2.500.333 MWh. É a 4ª concessionária de serviços de distribuição de energia elétrica do Nordeste, com cerca de 9,95% de participação nesse mercado, segundo Informe de Mercado Eletrobrás datado de dezembro de 2006.

Em relação às linhas de sub-transmissão cujas tensões são de 69 kV e 138 kV, com extensão de 1994,07 km, a Emissora apresentou uma potência instalada de 929,15 MVA, distribuídas nas 53 subestações para suprir o Estado do Rio Grande do Norte, em 30 de setembro de 2007.

Em 30 de setembro de 2007, a rede de distribuição da Companhia era composta por 461 mil postes, com aproximadamente 35 mil km de linhas e 26 mil transformadores de distribuição, com uma capacidade instalada total de 905.886 kVA.

Em 30 de setembro de 2007, a compra de energia elétrica, incluindo os encargos de conexão e uso do sistema de transmissão, representou 70,76% dos custos e despesas operacionais da Companhia. Atualmente, os CCEAR, firmados no Leilão em 07 de dezembro de 2004, representam 90,20% do total de energia elétrica comprada para o ano de 2007.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2007, a venda de energia elétrica foi responsável por 94,9% da receita bruta da Companhia.

O principal centro urbano servido pela COSERN é Natal, que representava 26,41% da totalidade de consumidores da Companhia, em 30 de setembro de 2007.

No ano de 2006, o consumo de energia foi de 3.730 GWh, tendo uma variação positiva de 6,12% em relação ao ano de 2005, e positiva de 18,0% em relação a 2004.

Ambiente Macroeconômico Brasileiro

Os resultados operacionais da Emissora poderão ser afetados por mudanças na economia nacional, inclusive por mudanças nas taxas de juros de curto e longo prazo, políticas governamentais, índices inflacionários e política cambial.

Em 2004, sustentado pelas exportações, o Brasil retomou o crescimento econômico, especialmente nos setores que são mais sensíveis à expansão de crédito. Os sinais da recuperação do mercado interno foram sentidos positivamente no mercado de trabalho, na renda da população e na aceleração da economia brasileira. O PIB brasileiro cresceu 5,7% e a valorização do Real frente ao Dólar foi de 8,1%, entre 31 de dezembro de 2003 e 2004. Durante o mesmo período, ocorreu a expansão do mercado de trabalho formal, com a criação de aproximadamente 1,9 milhão de postos de trabalho, dinamizando o crescimento da demanda por bens e serviços na economia. A inflação medida pelo IPCA foi de 7,6%. As exportações brasileiras e os investimentos externos injetaram um excedente na conta-corrente superior a US\$10,0 bilhões (equivalentes a 2% do PIB brasileiro).

Em setembro de 2004, o BACEN iniciou uma política de aumento da taxa SELIC, já que os indicadores não acompanharam os objetivos definidos pelo Ministério da Fazenda para 2005. O efeito do aumento da taxa SELIC reduziu a atividade econômica do Brasil. Conseqüentemente, o PIB brasileiro cresceu 2,9% em 2005.

Em setembro de 2005, o BACEN iniciou um processo de redução gradual da taxa SELIC, à medida que as estimativas de inflação para 2005 e para os próximos 12 meses começaram a atingir a meta estabelecida. A taxa SELIC fechou o ano 2005 em 18%. Em 2005, a inflação medida pelo IPCA foi de 5,7%, índice superior à meta de 5,1% estabelecida pelo BACEN. A cotação do Real frente ao Dólar atingiu R\$2,34 para cada US\$1,00, em 31 de dezembro de 2005, com valorização do Real de 13,4%.

Em 2006, o BACEN manteve o processo de redução da taxa SELIC, que atingiu 13,3% em 31 de dezembro de 2006. Neste período, a inflação medida pelo IPCA foi de 3,1%. O Real valorizou-se frente ao dólar em 8,5%, atingindo a taxa de R\$2,13 para cada US\$1,00 em 31 de dezembro de 2006.

No primeiro semestre de 2007, o BACEN manteve o processo de redução da taxa SELIC, que atingiu 12% em 30 de junho de 2007 e atualmente encontra-se em 11,43%, de acordo com a Economática. Neste período, a inflação medida pelo IPCA foi de 2,1%. O Real valorizou-se frente ao dólar em 9,7%, atingindo a taxa de R\$1,92 para cada US\$1,00 em 30 de junho de 2007.

A tabela a seguir apresenta dados sobre o crescimento do PIB brasileiro, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio (Dólar em relação ao Real) para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período encerrado em 30 de setembro de	
	2004	2005 ⁽¹⁾	2006 ⁽¹⁾	2006 ⁽¹⁾	2007
Crescimento do PIB	4,9%	2,9%	3,7%	2,5%	--
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	12,4%	1,2%	3,8%	2,3%	4,1%
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	7,6%	5,7%	3,1%	2,0%	3,0%
CDI ⁽⁴⁾	16,2%	19,1%	15,2%	14,2%	11,1%
TJLP ⁽⁵⁾	9,8%	9,8%	6,9%	7,5%	6,3%
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	8,1%	11,8%	8,5%	7,1%	14,0%
Taxa de câmbio (fechamento) R\$ por US\$1,00	R\$2,654	R\$2,341	R\$2,138	R\$2,173	R\$1,838
Taxa média de câmbio — R\$ por US\$1,00 ⁽⁶⁾	R\$2,927	R\$2,934	R\$2,177	R\$2,173	R\$1,984

--

⁽¹⁾ O PIB informado em tais períodos já utiliza a nova metodologia do IBGE.

⁽²⁾ A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.

⁽³⁾ A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.

⁽⁴⁾ A taxa CDI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil (acumulada para o mês do fim do período, anualizada).

⁽⁵⁾ Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período).

⁽⁶⁾ Média das taxas de câmbio do último dia de cada mês durante o período.

Fontes: BNDES, Banco Central e FGV.

Principais Políticas Contábeis e Estimativas

Aplicações Financeiras: Estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata.

Consumidores, concessionárias e permissionárias: Engloba as contas a receber com fornecimento e suprimento de energia faturada e não faturada, esta por estimativa, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Títulos e valores mobiliários: Estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis e não excedem o seu valor de mercado.

Estoques (inclusive do ativo imobilizado): Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante – Imobilizado (depósito de obras), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

Investimentos: Representam investimentos em bens imóveis que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Empréstimos, financiamentos e debêntures: As obrigações são atualizadas pela variação cambial ou monetária e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis, do imposto de renda e contribuição social quando da parcela corrente e reconhecido o diferimento em função dos prejuízos fiscais, bases negativas e das diferenças intertemporais. A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Adene), calculada com base no lucro de exploração.

Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados: Os custos associados ao plano de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a deliberação CVM nº 371/00.

Apuração do resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Uso de estimativas: A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia, baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do fornecimento não faturado, utilização da rede de distribuição não faturada, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, realizações dos impostos e contribuições sociais diferidos, ágio e da recomposição tarifária.

Derivativos: A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais, contabilizados pelo regime da competência. Os pagamentos feitos ou recebidos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos de derivativos da Companhia são firmados com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros desta natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos.

Demais direitos e obrigações: Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes, sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Práticas Contábeis Regulatórias - Específicas do Setor Elétrico

Plano de Contas: A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL n.º 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações subsequentes estabelecidas através da Resolução ANEEL n.ºs 473, de 06 de março de 2006 e 219, de 11 de abril de 2006, e Despachos n.ºs 657, de 30 de março de 2006 e 3.033, de 21 de dezembro de 2006.

Ativos e Passivos Regulatórios: Tratam-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do Contrato de Concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão. O contrato prevê que "As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência das concessionárias ou permissionárias e a acuracidade das informações contábeis."

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD: Está reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Ativo Imobilizado em Serviço – AIS.....

Bens e Instalações em função do serviço concedido: Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

.....*Reserva técnica imobilizada:* Compreende o bem, ou conjunto de bens, que, por razões de ordem técnica voltada à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, embora não estando em serviço, esteja à disposição e que poderá entrar em operação de imediato. Sua contabilização obedece a todos os preceitos do ativo imobilizado em serviço.

.....*Depreciação:* A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Resolução ANEEL n.º 015 de 24 de dezembro de 1997 e a Portaria DNAEE n.º 815, de 30 de novembro de 1994. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL n.º 02, de 24 de dezembro de 1997, n.º. 44, de 17 de março de 1999, e n.º. 473, de 06 de março de 2006.

Ativo Imobilizado em Curso – AIC

Rateio de Administração Geral (RAG): As despesas administrativas e gerais, decorrentes dos gastos com pessoal próprio, prestação de serviços, arrendamentos e aluguéis e outros, são apropriadas, mensalmente, às imobilizações e demais ordens em curso, com base em critérios adequadamente fundamentados.

.....*Encargos Financeiros:* Em função do disposto na Instrução Contábil n.º 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL n.º. 444, de 26 de outubro de 2001 e a Deliberação CVM n.º 193, de 11 de julho de 1996, os juros, variações monetárias e encargos financeiros, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica: Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a concessionária. Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante - Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras.

Receita Não Faturada: Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE: Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

Informações Trimestrais – 3º Trimestre de 2007 e 2006

As principais contas que compõem os Balanços Patrimoniais levantados em 30 de setembro de 2007 e 2006 e a Demonstração do Resultado da Emissora, para os períodos findos em 30 de setembro de 2007 e 2006 estão descritas a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL		(em R\$ mil))	
Descrição	30/9/2007	var. (%)	30/9/2006
Ativo			
Ativo circulante	359.125	15,01%	312.242
Disponibilidades	19.189	-40,18%	32.080
Consumidores, concessionárias e permissionários	173.299	5,05%	164.972
Títulos a receber	33.021	21,51%	27.176
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(45.910)	55,99%	(29.431)
Recomposição tarifária extraordinária	33.821	13,99%	29.669
Energia livre - racionamento	10.064	40,46%	7.165
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	17.892	83,32%	9.760
Tributos e contribuições sociais a compensar	39.202	49,35%	26.249
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.296	-56,43%	14.450
Benefício fiscal - ágio de incorporação controladora	9.407	-3,16%	9.714
Outros créditos	62.844	207,49%	20.438
 Ativo não circulante	 895.252	 -3,55%	 928.208
Consumidores, concessionárias e permissionários	14.582	1,17%	14.413
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3)	-	-
Títulos a receber	199.309	6,37%	187.379
Recomposição tarifária extraordinária	69.949	-34,22%	106.337
Energia livre - racionamento	9.249	-72,58%	33.726
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	25.311	6,01%	23.875
Tributos e contribuições sociais a compensar	12.269	-9,55%	13.564
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.029	1,01%	15.869
Benefício fiscal - ágio de incorporação controladora	132.599	-6,62%	142.006
Outros créditos	9.819	22,10%	8.042

Investimentos	1.030	14,44%	900
Imobilizado	384.194	4,96%	366.026
Intangível	20.916	30,15%	16.071
Ativo Total	<u>1.254.377</u>	1,12%	<u>1.240.450</u>
Passivo			
Passivo Circulante	254.645	-8,86%	279.398
Empréstimos e financiamentos	37.516	6,72%	35.154
Debêntures	37.409	1802,80%	1.966
Fornecedores	50.454	7,83%	46.790
Tributos e contribuições sociais	25.274	-5,62%	26.780
Tributos e contribuições sociais diferidos	17.354	100,93%	8.637
Taxa regulamentares	23.535	14,19%	20.610
Dividendos e juros sobre capital próprio	419	-99,53%	89.674
Provisão para contingências	61	-83,29%	365
Energia livre – racionamento	9.067	21,07%	7.489
Valores tarifários não gerenciáveis	5.678	-63,82%	15.694
Outras contas a pagar	47.878	82,47%	26.239
Passivo não circulante	390.953	-15,04%	460.139
Empréstimos e financiamentos	183.897	3,95%	176.917
Debêntures	143.200	-20,00%	179.000
Tributos e contribuições sociais	1.483	0,00%	1.483
Tributos e contribuições sociais diferidos	31.257	-41,83%	53.734
Provisão para contingências	17.382	11,24%	15.626
Energia livre – racionamento	9.708	-67,14%	29.543
Valores tarifários não gerenciáveis	3.055	12,40%	2.718
Outras contas a pagar	971	-13,15%	1.118
Patrimônio líquido	608.779	21,53%	500.913
Capital social	179.787	0,00%	179.787
Reservas de capital	257.152	16,36%	221.004
Reservas de lucro	66.461	9,05%	60.946
Lucro acumulado	105.379	168,99%	39.176
Passivo e patrimônio líquido	<u>1.254.377</u>	1,12%	<u>1.240.450</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(em R\$ mil)

Descrição	Em 30 de setembro de		
	2007	var %	2006
Receita bruta de vendas e/ou serviços	790.152	11,96%	705.731
Fornecimento de energia elétrica	743.901	11,04%	669.915
Suprimento de energia elétrica	5.932	219,61%	1.856
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	34.384	18,00%	29.138
Subvenção à baixa renda (tarifa social)	25.206	-8,56%	27.565
Reversão da recomposição tarifária extraordinária	(23.346)	10,47%	(21.134)
Reversão energia livre	(5.678)	11,09%	(5.111)
Receita(reversão) revisão tarifária	3.541	-1392,34%	(274)
Encargos CBEE	(4)	-103,08%	130
Outras receitas	6.216	70,49%	3.646
Deduções da receita bruta	(247.945)	-0,27%	(248.624)
ICMS	(132.491)	6,69%	(124.182)
PIS	(13.870)	-0,44%	(13.931)
COFINS	(60.815)	1,77%	(59.757)
ISS	(269)	120,49%	(122)
Quota para reserva global de reversão – RGR	(5.497)	23,20%	(4.462)
Encargos CBEE	3	-102,05%	(146)
Subvenção conta consumo combustivel - CCC	(24.388)	-30,87%	(35.279)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.197)	8,07%	(4.809)
Fundo nac des cient e tecnológico - FNDCT	(1.256)	-38,85%	(2.054)
Empresa de pesquisa energética - EPE	(628)	-19,90%	(784)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.257)	-19,83%	(1.568)
Prog. eficiência energética - PEE	(2.280)	49,02%	(1.530)
Receita líquida de vendas e/ou serviços	<u>542.207</u>	18,62%	<u>457.107</u>
<i>Custo de bens e/ou serviços vendidos</i>	(278.702)	6,61%	(261.432)
Resultado bruto	263.505	34,66%	195.675
Despesas/receitas operacionais	(98.218)	17,94%	(83.280)
Com vendas	(29.331)	22,39%	(23.965)
Gerais e administrativas	(40.471)	22,62%	(33.006)
Resultado financeiro	(28.416)	8,01%	(26.309)
Resultado operacional	165.287	47,06%	112.395
Resultado não operacional	(1.379)	243,03%	(402)
Resultado antes tributação/participações	163.908	46,36%	111.993
Provisão para IR e contribuição social	(56.662)	144,05%	(23.217)
IR diferido	(1.867)	-87,41%	(14.824)
Reversão de juros s/ capital próprio	15.400	-18,95%	19.000
Lucro do período	120.779	29,94%	92.952

Comparação das Informações Trimestrais dos Períodos Encerrados em 30 de setembro de 2007 e 2006

Ativo

Circulante

Em Setembro de 2007 este grupo obteve um crescimento de 15,01%, equivalente a R\$ 46.883 mil, na comparação com os valores apurados em 30 de setembro de 2006. Principais fatores:

- Redução de 40,18% nas disponibilidades, equivalente a R\$ 12.891 mil, devido principalmente ao pagamento de Dividendos, no valor de R\$ 186.058 mil ocorrido no período;
- Aumento de 21,51% nos Títulos a Receber, equivalente a R\$ 5.845 mil, referente à constituição de novos parcelamentos de confissão de dívida;
- O aumento de 55,99% em Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD, equivalente a 16.479 mil, refere-se à inclusão de novos clientes no critério definido pela ANEEL para constituição da PCLD;
- Incremento de R\$ 8.132 mil, nos Valores não gerenciáveis a compensar, representando uma variação de 83,32% em função da constituição de novos ativos regulatórios em abril de 2007;
- Incremento de 49,35% no item Tributos e contribuições sociais a compensar, decorrente, principalmente, de reclassificação entre Longo e Curto Prazo, no valor de R\$ 7.644 mil do Controle de ICMS do Ativo Permanente – CIAP.
- Redução de 56,43% no item Imposto de Renda e contribuição social diferido em função da compensação do montante do prejuízo fiscal do IR e base de cálculo negativa da CSLL ocorrida no período.
- Aumento de 207,49% nos Outros Créditos, equivalente a R\$ 42.406 mil, decorre principalmente de:
 - Incremento de R\$ 32.483 mil em Títulos e Valores Mobiliários, devido a reclassificação contábil de valores de fundos de investimento da conta de “Aplicações Financeiras” para a conta de “Títulos e Valores Mobiliários”.
 - Incremento de R\$ 5.137 mil em Dispêndio a Reembolsar em Curso. Os Dispêndios a Reembolsar são oriundos do Programa Luz para Todos.

Realizável a Longo Prazo

Em Setembro de 2007, o grupo apresentou uma redução de 10,29%, equivalente a R\$ 56.099 mil, na comparação com os valores apurados em 30 de setembro de 2006, devido principalmente a:

- Redução de 34,22% na Recomposição tarifária extraordinária, correspondente a R\$ 36.388 mil, em virtude dos seguintes fatores:
 - Transferência para o Ativo Circulante ocorrida no período;
 - Constituição de provisão no valor de R\$ 19.394 mil para ajuste ao valor de realização.
 - Ajuste no valor de R\$ 3.098 mil em conformidade com o Ofício ANEEL 074/2006.
- Redução de 72,58% na Energia Livre – Racionamento, correspondente a R\$ 24.477 mil, em virtude dos seguintes fatores:
 - Transferência para o Ativo Circulante ocorrida no período;

- Constituição de provisão no valor de R\$ 22.445 mil para ajuste ao valor de realização.

Imobilizado, Intangível e Investimentos

No período em análise, estes grupos não apresentaram variação significativa.

Passivo

Circulante

Em Setembro de 2007, houve uma redução de 8,86%, equivalente a R\$ 24.753 mil, em comparação a setembro de 2006, devido aos seguintes fatores:

- Aumento de 1.802,80% no item Debêntures devido à transferência para o curto prazo da 1ª parcela da amortização vincenda no prazo de 12 meses;
- Aumento de 100,93%, correspondente a R\$ 8.717 mil, em função de:
 - Reclassificação entre curto e longo prazo; e
 - Diferimento de tributos devido constituição de novos ativos regulatórios.
- Redução de 99,53% nos Dividendos a Pagar em função dos pagamentos realizados no período em análise;
- Redução nos Valores tarifários não gerenciáveis de 63,82%, correspondente a R\$ 10.016 mil, em função da realização de passivos tarifários no período do ano tarifário;
- Aumento nas Outras contas a pagar de 82,47%, correspondente a R\$ 21.639 mil, devido basicamente à variação ocorrida nas obrigações estimadas no período. O incremento das obrigações estimadas ocorreu principalmente devido ao esgotamento de estoque de crédito tributário referente a prejuízo fiscal do IR e base de cálculo negativa da CSLL.

Não Circulante

Em Setembro de 2007 houve um decréscimo de 15,04%, equivalente a R\$ 69.186, em comparação a setembro de 2006, devido aos seguintes fatores:

- Redução de 20,00% no item Debêntures devido a transferência para o curto prazo da 1ª parcela da amortização vincenda no prazo de 12 meses;
- Redução de 41,83% no item Tributos e Contribuições Sociais diferidos devido a transferência para o curto prazo.

- Redução de 67,14% na Energia Livre – Racionamento, correspondente a R\$ 19.835 mil, em virtude dos seguintes fatores:
 - Transferência para o Passivo Circulante ocorrida no período;
 - Constituição de provisão no valor de R\$ 22.445 mil para ajuste ao valor de realização.

Patrimônio Líquido

No período em análise, este grupo não apresentou variação significativa.

Lucro do Período

O Lucro do período obteve um incremento de 29,94% equivalente a R\$ 27.827 mil influenciado principalmente pelos fatores:

- Aumento de 11,04% no fornecimento de energia elétrica, correspondente a R\$ 73.986 mil, em função do crescimento do mercado, reajuste tarifário e constituição de ativo regulatório conforme resolução ANEEL nº. 207/06);
- Aumento de 219,61% no suprimento de energia elétrica, equivalente a R\$ 4.076 mil, decorrente do aumento na quantidade de MWh e no preço do mesmo;
- Incremento de 18,00% na receita de disponibilização do sistema de transmissão e distribuição, correspondente a R\$ 5.246 mil, em função do aumento no número de clientes livres;
- Variação de 1392,34% ocorrida na receita de recomposição tarifária devido constituição de novos ativos tarifários no período de reajuste;
- Aumento de 6,61% ocorrida no custo de bens e/ou serviços deve-se principalmente:
 - Ao reajuste médio de 2,99% na energia comprada, ao crescimento de mercado e ao aumento da demanda contratada nos encargos de uso do sistema de transmissão/distribuição;
- Incremento de 17,94% ocorrida nas despesas/receitas operacionais, correspondente a R\$ 14.938 mil, deve-se principalmente:
 - Aumento de 22,39% nas despesas com vendas, em função do aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosas;
 - Aumento de 22,62%, nas despesas gerais e administrativas correspondente a R\$ 5.366 mil, ocorrido principalmente em função do aumento das contingências comparadas como o mesmo período anterior.
- Incremento de 243,03% ocorrida no resultado não operacional, correspondente a R\$ 977 mil, deve-se principalmente ao reconhecimento de perdas no processo de desativação de bens do acervo patrimonial.

O EBITDA alcançou R\$ 223.125 mil representando um crescimento de 36,1% comparado ao ano exercício de 2006, gerando uma margem de 54,13%.

A tabela abaixo apresenta o desempenho da COSERN comparado ao ano anterior.

	R\$ mil		
	2007	2006	Variação (%)
Receita líquida de vendas e/ou serviços	542.207	457.107	18,62%
Custos e despesas operacionais	348.504	318.403	9,45%
Resultado do Serviço	193.703	138.704	39,65%
Resultado Operacional	165.287	112.395	47,06%
Lucro Líquido	120.779	92.952	29,94%
EBITDA (*)	223.125	163.942	36,10%
Margem do EBITDA (Lucro Líquido/EBITDA)	54,13%	56,70%	-4,53%

(*) EBTIDA (LAJIDA) Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, acumulado até setembro.

Demonstrativo do cálculo do EBITDA.

	R\$ mil	
	2007 (*)	2006(*)
Resultado Operacional	165.287	112.395
(+) Resultado Financeiro	13.016	7.309
(+) Juros sobre capital próprio	15.400	19.000
Depreciação e amortização	29.422	25.238
(=)EBITDA (LAJIDA)	223.125	163.942

(*) Acumulado até setembro

Endividamento

Em 30 de setembro de 2007, a COSERN possuía as seguintes posições com relação aos seus financiamentos.

	Encargos da dívida	R\$ mil			
		Principal		Total	
		Circulante	Não circulante	2007	2006
Moeda nacional					
Banco do Brasil	275	3.825	29.571	33.672	35.779
Eletrobrás	0	2.146	19.407	21.553	17.990
BNDES FINEM	36	10.094	0	10.130	23.534
BNDES Emergencial	312	17.614	53.315	71.241	84.563
BNB I	98	0	46.184	46.282	46.268
BNB II	362	1.795	33.205	35.362	0
FINEP	9	949	2.215	3.173	3.937
Total moeda nacional	1.092	36.424	183.897	221.413	212.071

Atualmente a companhia não possui dívidas em moeda estrangeira.

O total de endividamento desdobra-se da seguinte forma:

<u>Moeda nacional</u>	2007		2006	
	Em milhares de reais	%	Em milhares de reais	%
-				
Juros prefixados	81.644	36,87	46.268	21,82
UFIR	21.520	9,72	17.773	8,38
FINEL	31	0,01	218	0,10
IGP-M	29.708	13,42	31.425	14,82
TJLP	17.268	7,80	31.824	15,01
SELIC	71.242	32,18	84.563	39,87
Total	221.413	100,00	212.071	100,00
Principal	220.320		210.987	
Encargos	1.093		1.084	

A mutação destes empréstimos e financiamentos, em 30 de setembro de 2007, foi a seguinte:

<u>Mutação de empréstimos e financiamentos</u>	R\$ mil	
	Circulante	Não circulante
Saldos em 30 de junho de 2007	38.823	190.755
Ingressos	0	0
Encargos	5.302	487
Variação monetária e cambial	61	403
Transferências	7.748	(7.748)
Amortizações	(14.418)	0
Saldos em 30 de setembro de 2007	37.516	183.897

Debêntures

A posição de debêntures da companhia em 30 de setembro de 2007 está demonstrada a seguir:

Debêntures	Encargos da dívida	R\$ mil		2007 Total
		Circulante	Principal	
3ª Emissão	1.609	35.800	143.200	180.609

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	30/09/
2008	-
2009	71.60
2010	71.60
Total	<u>143.2</u>

Análise da Capacidade de Pagamento da Emissora

A escritura de emissão das debêntures prevê manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas informações trimestrais findas em 30 de setembro de 2007, assim como nas Informações Trimestrais anteriores, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente, o que demonstra a capacidade de pagamento da Emissora. Além disso, com a 4ª emissão de debêntures será mantido o atual nível de endividamento da empresa, melhorando o seu perfil, face a ampliação dos prazos de liquidação, e obtidas melhores condições para o custo da dívida.

O histórico dos valores dos *covenants* para a Companhia estão demonstradas no quadro a seguir:

	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	mai/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04
Dívida Líquida/Ebitda	2,86	2,84	2,83	2,74	2,44	2,02	1,96	1,86	1,82	1,80	1,85	1,84
Ebitda/Result.Financ	14,14	16,36	54,01	40,64	76,14	79,54	58,09	13,66	10,95	15,43	13,68	16,90

	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	mai/05	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05
Dívida Líquida/Ebitda	1,79	1,74	1,60	1,58	1,70	1,84	1,95	1,90	1,92	1,83	1,76	1,65
Ebitda/Result.Financ	14,53	15,30	14,62	15,26	15,39	12,72	12,25	11,06	12,80	12,33	12,32	38,27

	jan/06	fev/06	mar/06	abr/06	mai/06	jun/06	jul/06	ago/06	set/06	out/06	nov/06	dez/06
Dívida Líquida/Ebitda	1,66	1,56	1,57	1,58	1,62	1,59	1,59	1,49	1,39	1,27	1,19	1,43
Ebitda/Result.Financ	49,23	32,30	32,96	38,66	48,58	33,33	33,32	35,21	51,85	89,46	207,03	39,50

	jan/07	fev/07	mar/07	abr/07	mai/07	jun/07	jul/07	ago/07	set/07
Dívida Líquida/Ebitda	1,37	1,34	1,26	1,14	1,02	1,16	1,09	1,04	1,02
Ebitda/Result.Financ	38,54	65,44	27,11	33,58	37,25	32,26	29,48	31,28	26,46

Demonstrações Financeiras Padronizadas – 2006, 2005 e 2004

As principais contas que compõem os Balanços Patrimoniais e Demonstração do Resultado da Emissora apurados no dia 31 de dezembro dos anos de 2006, 2005 e 2004, estão descritas a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL

(em R\$ mil)

Descrição

Em 31 de dezembro de

<u>Ativo</u>	<u>2006</u>	<u>var. (%)</u>	<u>2005</u>	<u>var. (%)</u>	<u>2004</u>
<i>Circulante</i>	312.612	-1,21%	316.456	15,35%	274.339
Disponibilidades	15.813	-42,95%	27.719	625,63%	3.820
Consumidores, concessionárias e permissionários	175.307	4,90%	167.116	17,30%	142.473
Títulos a receber	28.694	-3,26%	29.660	20,71%	24.571
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.113)	60,76%	(20.598)	21,31%	(16.979)
Recomposição tarifária do racionamento	28.847	1,48%	28.426	-1,00%	28.713
Energia livre – racionamento	8.863	29,10%	6.865	10,23%	6.228
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	12.111	-16,87%	14.568	-39,41%	24.043
Tributos e contribuições sociais a compensar	25.813	29,92%	19.868	11,57%	17.807
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.681	5,68%	15.785	14,90%	13.738
Benefício fiscal – ágio de incorporação controladora	9.664	-2,03%	9.864	-2,34%	10.100
Outros créditos	23.932	39,28%	17.183	-13,33%	19.825
<i>Não circulante</i>	536.501	-3,83%	557.864	0,52%	554.971
Consumidores, concessionárias e permissionários	14.279	-18,79%	17.583	0,62%	17.474
Títulos a receber	188.008	3,54%	181.580	12,44%	161.490
Recomposição tarifária do racionamento	99.744	-9,16%	109.804	6,41%	103.192
Energia livre – racionamento	37.921	29,62%	29.255	-3,80%	30.411
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	24.531	-12,01%	27.878	-20,00%	34.848
Tributos e contribuições sociais a compensar	15.283	52,07%	10.050	-2,28%	10.284
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.641	-70,88%	22.809	-31,49%	33.295
Benefício fiscal – ágio de incorporação controladora	139.590	-6,47%	149.254	-6,20%	159.117
Outros créditos	10.504	8,84%	9.651	98,58%	4.860
Investimentos	1.030	32,05%	780	7700,00%	10
Imobilizado e intangível	390.228	21,13%	322.144	0,41%	320.843
<i>Total Ativo</i>	1.240.371	3,60%	1.197.244	4,09%	1.150.163

Passivo

<i>Circulante</i>	288.499	1,78%	283.461	9,36%	259.210
Empréstimos e financiamentos	36.499	16,44%	31.347	-52,61%	66.145
Debêntures	8.311	-25,68%	11.183	27,66%	8.760
Fornecedores	51.742	9,20%	47.383	-6,94%	50.915

Tributos e contribuições sociais	26.029	3,76%	25.085	18,59%	21.152
Tributos e contribuições sociais diferidos	13.066	-0,43%	13.123	13,07%	11.606
Taxas regulamentares	24.187	102,49%	11.945	29,71%	9.209
Dividendos e juros sobre capital próprio	79.307	-28,04%	110.207	57,62%	69.921
Provisão para contingência	374	-27,94%	519	0,00%	519
Energia livre – racionamento	7.970	10,48%	7.214	12,14%	6.433
Valores tarifários não gerenciáveis	7.343	31,64%	5.578	503,03%	925
Outras contas a pagar	33.671	69,40%	19.877	45,89%	13.625
Não circulante	476.248	1,45%	469.432	0,89%	465.275
Empréstimos e financiamentos	195.594	0,88%	193.888	-22,68%	250.766
Debêntures	179.000	0,00%	179.000	58,13%	113.200
Tributos e contribuições Sociais	1.483	-0,34%	1.488	0,34%	1.483
Tributos e contribuições Sociais diferidos	46.032	-8,44%	50.277	0,29%	50.132
Provisão para contingências	15.254	1,62%	15.011	-19,67%	18.687
Dívidas com pessoas ligadas	-		236	-79,17%	1.133
Energia livre – racionamento	35.005	35,01%	25.928	-2,88%	26.697
Valores tarifários não gerenciáveis	2.803	14,04%	2.458	18,97%	2.066
Outras contas a pagar	1.077	-6,02%	1.146	3,15%	1.111
Patrimônio líquido	475.624	7,04%	444.351	4,39%	425.678
Capital social	179.787	0,00%	179.787	28,04%	140.413
Reservas de capital	229.376	12,65%	203.618	-11,53%	230.155
Reservas de lucros	66.461	9,05%	60.946	10,59%	55.110
Passivo e patrimônio líquido	1.240.371	3,60%	1.197.244	4,09%	1.150.163

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(em R\$ mil)
Descrição
Em 31 de dezembro de

	2006	var %	2005	var %	2004
Receita bruta de vendas e/ou serviços	970.563	10,57%	877.754	17,34%	748.048
Fornecimento de energia elétrica	919.841	10,40%	833.200	19,62%	696.540
Suprimento de energia elétrica – MAE/CCEE	2.729	20,81%	2.259	-74,03%	8.698
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	41.069	108,44%	19.703	193,90%	6.704
Subvenção a baixa renda (tarifa social)	36.357	6,74%	34.061	39,10%	24.487
(Reversão) receita recomposição tarifária do racionamento	(28.911)	4,80%	(27.586)	12,38%	(24.548)
(Reversão) receita da energia livre racionamento	(6.980)	4,43%	(6.684)	13,60%	(5.884)
Receita recomposição revisão tarifária – líquida	(274)	-91,89%	(3.377)	-192,50%	3.651
Encargos CBEE	129	-99,35%	19.856	-29,76%	28.267
Outras receitas operacionais	6.603	4,44%	6.322	-37,61%	10.133
Deduções da receita bruta	(336.099)	8,88%	(308.695)	33,09%	(231.950)
ICMS	(167.830)	13,28%	(148.149)	28,04%	(115.706)
PIS	(18.155)	13,46%	(16.001)	81,46%	(8.818)
COFINS	(80.390)	19,31%	(67.381)	48,98%	(45.229)
ISS	(224)	12,00%	(200)	117,39%	(92)
Quota para reserva global de reversão – RGR	(6.294)	-1,47%	(6.388)	2,72%	(6.219)
Encargos CBEE	(145)	-99,27%	(19.980)	-29,32%	(28.267)
Subvenção conta consumo combustível - CCC	(48.450)	34,43%	(36.040)	78,22%	(20.222)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(6.506)	15,79%	(5.619)	30,86%	(4.294)
Fundo nac des cient e tecnologico - FNDCT	(2.587)	92,77%	(1.342)	2,44%	(1.310)
Empresa de pesquisa energética - EPE	(1.050)	27,89%	(821)	266,52%	(224)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.100)	121,75%	(947)	111,38%	(448)
Prog. eficiência energética - PEE	(1.974)	-66,12%	(5.827)	419,80%	(1.121)
Outros	(394)		-		-
Receita operacional líquida	634.464	11,49%	569.059	10,26%	516.098
Custo do serviço de energia elétrica	(349.295)	4,05%	(335.693)	6,38%	(315.552)
<i>Custo com energia elétrica</i>	<i>(272.639)</i>	<i>3,40%</i>	<i>(263.685)</i>	<i>7,24%</i>	<i>(245.874)</i>
Energia elétrica comprada para revenda	(227.360)	10,37%	(205.993)	5,40%	(195.433)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(45.279)	-21,52%	(57.692)	14,38%	(50.441)
Energia livre racionamento					
<i>Custo de operação</i>	<i>(75.319)</i>	<i>8,58%</i>	<i>(69.368)</i>	<i>0,30%</i>	<i>(69.158)</i>
Pessoal	(19.437)	12,93%	(17.211)	-11,18%	(19.378)
Entidade de previdência privada	(522)	22,82%	(425)	-34,62%	(650)
Material	(5.023)	10,54%	(4.544)	6,32%	(4.274)
Serviços de terceiros	(17.183)	31,73%	(13.044)	5,42%	(12.373)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica TFSEE	(1.831)	12,54%	(1.627)	34,80%	(1.207)
Depreciação e amortização	(30.321)	-3,66%	(31.474)	4,41%	(30.145)
Tributos	(195)	18,90%	(164)	1,23%	(162)

Outras Despesas Operacionais	(807)	-8,19%	(879)	-9,29%	(969)
<i>Custo de Serviço Prestado a Terceiros</i>	<i>(1.337)</i>	<i>-49,36%</i>	<i>(2.640)</i>	<i>407,69%</i>	<i>(520)</i>
Resultado Bruto	285.169	22,20%	233.366	16,37%	200.546
Despesas/receitas operacionais	(120.084)	3,44%	(116.093)	29,67%	(89.529)
Despesas com vendas	(32.308)	34,36%	(24.046)	-685,63%	4.106
Despesas gerais e administrativas	(45.823)	3,14%	(44.428)	32,01%	(33.654)
Receitas(despesas) financeiras	(7.053)	15,26%	(6.119)	-59,15%	(14.981)
Juros sobre o capital próprio	(34.900)	-15,90%	(41.500)	-7,78%	(45.000)
Resultado operacional	165.085	40,77%	117.273	5,64%	111.017
Resultado não operacional	510	-122,22%	(2.295)	-80,33%	(11.667)
Resultado antes tributação/participações	165.595	44,02%	114.978	15,73%	99.350
Provisão para IR e CSLL	(37.381)	218,35%	(11.742)	-495,49%	2.969
IR e contribuição social - diferido	(21.766)	-22,27%	(28.003)	-18,70%	(34.446)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	34.900	-15,90%	41.500	-7,78%	45.000
Lucro do exercício	141.348	21,09%	116.733	3,42%	112.873

Comparação das Demonstrações Financeiras Padronizadas dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2005

Ativo

Circulante

No ano de 2006 este grupo obteve uma diminuição de 1,21%, equivalente a R\$ 3.844 mil, na comparação com os valores apurados em 31 de dezembro de 2005. Principais fatores:

- Redução nas Disponibilidades em 42,95%, correspondente a R\$ 11.906 mil, devido, principalmente aos seguintes fatores:
 - Constituição de garantia em aplicação financeira para o contrato do BNB; e
 - Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas no valor de R\$ 166.005 mil no decorrer do período.
- Aumento de 60,76% da provisão para crédito de liquidação duvidosa, correspondente a R\$ 12.515 mil devido a Inclusão de novos clientes no critério definido pela ANEEL para constituição da PCLD;
- Aumento de 29,10% em energia livre, correspondente a R\$ 1.998 mil, refere-se principalmente a reclassificação dos encargos de energia livre, classificados anteriormente como passivo.
- Redução de 16,87% nos valores tarifários não gerenciáveis a compensar, correspondente a R\$ 2.457 mil em função principalmente da realização da CVA do PIS e COFINS.

Realizável a Longo Prazo

Em 2006, o grupo apresentou uma redução de 3,83%, equivalente a R\$ 21.363 mil, devido principalmente aos seguintes fatores:

- Aumento de 29,62% em energia livre, correspondente a R\$ 8.666 mil devido principalmente a ajustes efetuados na remuneração conforme ofício 074/2006 da Agência Nacional de Energia Elétrica;
- Redução de 12,01% nos valores tarifários não gerenciáveis a compensar, correspondente a R\$ 3.347 mil devido principalmente a transferência para o curto prazo.
- Redução de 70,88% nos tributos e contribuições sociais diferidos, correspondente a R\$ 16.168 mil, em função da utilização do saldo de prejuízos fiscais.

Imobilizado, intangível e investimentos

O aumento decorre basicamente de expansão dos sistema de distribuição, principalmente em função do programa Luz para Todos, afetando o ativo imobilizados.

Passivo

Circulante

Em 2006, houve um aumento de 1,78%, equivalente a R\$ 5.038 mil, em relação a 2005, devido aos seguintes fatores:

- Acréscimo de 16,44% em Empréstimos e financiamentos, equivalente a R\$ 5.152 mil, em função, principalmente, captação de novo empréstimo junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB com vencimento em 2014;
- Redução de 25,68% nas debêntures, correspondente a R\$ 2.872 mil, motivado pelo pagamento dos encargos.
- Aumento de 102,49% das taxas regulamentares, correspondente a R\$ 12.242 mil ocorreu motivado, principalmente, pela elevação dos valores pela ANEEL da Conta de Consumo e Combustíveis - CCC ser superior em R\$ 14.811 mil em relação ao ano de 2005.
- A redução de 28,04% nos dividendos a pagar, correspondente a R\$ 30.900 mil decorre principalmente de pagamentos no exercício.
- Aumento de 31,64% em valores tarifários não gerenciáveis, correspondente a R\$ 1.765 mil devido principalmente, a constituição de CVA de exposição financeira.

Passivo não circulante

Em 2006 houve um crescimento de 1,45%, equivalente a R\$ 6.816 mil, em relação a 2005, devido a:

- Aumento na energia livre de 35,01%, correspondente a R\$ 9.077 mil em função de segregação entre curto e longo prazo.

Patrimônio Líquido

O aumento decorre basicamente do lucro do exercício e constituição das reservas de capital e lucros.

Lucro do Exercício

O Lucro do Exercício obteve um incremento de 21,09% influenciado principalmente pelos seguintes fatores:

- Incremento no fornecimento de energia elétrica de 10,40%, correspondente a R\$ 86.641 mil, ocasionado pelo crescimento do mercado, reajuste tarifário e constituição de ativo regulatório em conformidade com a resolução ANEEL nº. 207/06;
- Variação da receita de disponibilização do sistema de transmissão e distribuição de 108,44% ocorrida em função do aumento no número de clientes livres;
- Redução de 91,89% ocorrida na receita de recomposição tarifária – líquida em função da realização ter ocorrido no ano de 2005; e
- Redução de 99,35% ocorrida nos encargos CBEE é em função do término dos mesmos, conforme Resolução Normativa da ANEEL nº. 204 de 22 de dezembro de 2005.
- Incremento de 8,88% ocorrida nas deduções da receita bruta, correspondente a R\$ 27.404 mil, deve-se principalmente:
 - Variação ocorrida no ICMS de 13,28% em função do início da cobrança de ICMS de clientes livres, de acordo com o Decreto 18.615 de 24 de outubro de 2005 e aumento no fornecimento de energia;
 - Variação 13,46% ocorrida no PIS em função da recuperação da compensação de valores da parcela A - CVA e aumento no faturamento;
 - Variação 19,31% ocorrida na COFINS em função da recuperação da compensação de valores da parcela A - CVA e aumento no faturamento;
 - Redução de 99,27% nos encargos CBEE em função do término dos mesmos, conforme Resolução Normativa da ANEEL nº. 204 de 22 de dezembro de 2005;
 - Variação de 34,43% na subvenção conta consumo combustível – CCC em função do incremento de 45,68% nos valores fixados para 2006; e
- O incremento de 4,05% ocorrido no custo do serviço de energia elétrica deve-se principalmente:

- Variação de 10,37% na energia elétrica comprada para revenda, em função do reajuste médio de 8,80% a partir de 22 de abril de 2006; e
- Redução de 21,52% ocorrida nos encargos de uso do sistema de transmissão é em função de constituição/reversão de CVA; e
- Acréscimo de 8,58% ocorrida no custo de operação deve-se principalmente:
 - Variação de 31,73% em serviços de terceiros em virtude da ampliação do plano de combate às perdas e inadimplência e da contratação dos serviços de infra-estrutura de tecnologia da informação.
 - Redução de 3,66% na depreciação e amortização em função da alteração nas taxas de depreciação para alguns bens do ativo imobilizado conforme Resolução Autorizativa da ANEEL nº. 473 de 06 de março de 2006.

O EBITDA alcançou R\$ 239.807 mil representando um crescimento de 19,94% comparado ao ano exercício de 2005, gerando uma margem de 58,94%.

A tabela abaixo apresenta o desempenho da COSERN comparado ao ano anterior.

	R\$ mil		
	2006	2005	Variação (%)
Receita Operacional Líquida	634.464	569.059	11,49%
Custos e Despesas operacionais	427.426	404.167	5,75%
Resultado do Serviço	207.038	164.892	25,56%
Resultado Operacional	165.085	117.273	40,77%
Lucro Líquido	141.348	116.733	21,09%
EBITDA (*)	239.807	199.931	19,94%
Margem do EBITDA (Lucro Líquido/ EBITDA)	58,94%	58,39%	0,95%

(*)EBTIDA (LAJIDA) Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.

Demonstrativo do cálculo do EBITDA.

	R\$ mil	
	2006	2005
Resultado Operacional	165.085	117.273
(+) Resultado Financeiro	7.053	6.119
(+) Juros sobre capital próprio	34.900	41.500
Depreciação e amortização	32.769	35.039
(=)EBITDA (LAJIDA)	239.807	199.931

Destinação do Lucro

O Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos aos seus acionistas, os quais foram calculados seguinte forma:

Valor por ação – R\$

Deliberação	Provento	Valor deliberado R\$ mil	ON	PNA	PNB
<u>2006</u>					
RCA de 22 de maio de 2006	JSCP	9.900	0,0575893	0,0633483	0,0633483
RCA de 24 de julho de 2006	JSCP	9.100	0,0529357	0,0582292	0,0582292
RCA de 28 de setembro de 2006	Dividendo	34.776	0,2022957	0,2225252	0,2225252
RCA de 17 de novembro de 2006	JSCP	8.300	0,048282	0,0531102	0,0531102
RCA de 27 de dezembro de 2006	JSCP	7.600	0,04421	0,048631	0,048631
		69.676			
<u>2005</u>					
RCA de 29 de dezembro de 2005		41.500	0,2414099	0,2655509	0,2655509

O pagamento dos juros sobre o capital próprio foi considerado ao final do exercício para cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

O Conselho de Administração da Companhia encaminhou à Assembleia Geral Ordinária “ad referendum” proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$ 66.157 mils, correspondente a R\$ 0,3848419 por ação ordinária e R\$ 0,4233261 por ação preferencial.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe “A” e “B” terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2006, a COSERN possuía as seguintes posições com relação aos seus financiamentos.

	Encargos da dívida	R\$ mil			
		Principal		Total	
		Circulante	Longo prazo	2006	2005
Moeda nacional					
Banco do Brasil	289	3.452	31.611	35.352	37.259
Eletrobrás	0	1.882	17.096	18.978	13.678
BNDES FINEM	90	13.440	6.720	20.250	33.105
BNDES Emergencial	511	15.511	65.514	81.537	92.458
Itaú					
BNB I	84	0	46.184	46.268	46.319
Bnb II	207	0	25.550	25.757	0
FINEP	86	947	2.919	3.952	2.416
Total moeda nacional	1.267	35.232	195.594	232.094	225.235

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 a companhia não possuía dívidas em moeda estrangeira.

O total de endividamento desdobra-se da seguinte forma:

	2006		2005	
	Em milhares de reais	%	Em milhares de reais	%
<u>Moeda nacional</u>				
REAL	72.026	31,03	46.318	20,56
UFIR	18.805	8,10	13.322	5,91
FINEL	171	0,08	356	0,16
IGP-M	31.092	13,40	32.712	14,52
TJLP	28.463	12,26	40.070	17,79
CDI	0	0	0	0
SELIC	81.537	35,13	92.457	41,06
Total	232.094	100,00	225.235	100,00
Principal	230.827		223.821	
Encargos	1.267		1.414	

A mutação destes empréstimos e financiamentos, no exercício de 2006, foi a seguinte:

Mutação de empréstimos e financiamentos	R\$ mil	
	Moeda nacional	
	Circulante	Longo prazo
Saldos em 31 de dezembro de 2005	31.347	193.888
Ingressos	0	34.014
Encargos	25.125	2.095
Variação monetária e cambial	377	1.385
Transferências	35.788	(35.788)
Amortizações	(56.138)	0
Saldos em 31 de dezembro de 2006	36.499	195.594

Debêntures

A posição de debêntures da companhia em 31 de dezembro de 2006 está demonstrada a seguir:

Debêntures	Encargos da dívida	R\$ mil		Total
		R\$ mil		
		Circulante	Principal	
3ª Emissão	8.311	0	179.000	187.311

Comparação das Demonstrações Financeiras Padronizadas dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2004

Ativo

Circulante

Este grupo de contas registrou em 31 de dezembro de 2005 um aumento de 15,35%, equivalente a R\$ 42.117 mil, em relação aos valores apurados no final de 2004. Contribuíram para esse fato os seguintes fatores:

- Aumento nas disponibilidades de 625,63%, correspondente a R\$ 23.899 mil, devido principalmente dos ingressos de recursos do empréstimo e financiamento e da subvenção para aplicação no Programa Luz para Todos do Governo Federal;
- Aumento de 21,31% da provisão para crédito de liquidação duvidosa, correspondente a R\$ 3.619 mil devido a inclusão de novos clientes no critério definido pela ANEEL para constituição da PCLD;
- Aumento de 20,71% nos títulos a receber em função da constituição de parcelamentos de confissão de dívida;
- Redução de 39,41% em valores tarifários não gerenciáveis, correspondente a R\$ 9.475 mil em função das realizações.

Realizável a Longo Prazo

Este grupo de contas registrou um decréscimo de 0,52% no ano de 2005, equivalente a R\$ 2.893 mil, em comparação ao ano de 2004, devido aos seguintes fatores:

- Aumento de 12,44% nos títulos a receber em função da constituição de parcelamentos de confissão de dívida;
- Aumento de 31,49% nos tributos e contribuições sociais diferidos em função de:
 - Compensação de 50,00% do prejuízo fiscal do IR já ter ocorrido no período;
 - A realização do total da base negativa da CSLL.

Imobilizado, intangível e investimentos

As adições de imobilizado referem-se principalmente a obras de expansão dos sistemas de distribuição.

Passivo

Circulante

Este grupo de contas apresentou um crescimento de 9,36% em 2005, equivalente a R\$ 24.251 mil, em relação a 2004, devido, principalmente, aos fatores:

- Redução nos empréstimos e financiamento de 52,61%, correspondente a R\$ 34.798 mil, em função da liquidação de contratos.
- Aumento de debêntures em 27,66%, correspondente a R\$ 2.423 mil em função da liquidação da segunda emissão e lançamento da terceira ocorrido em setembro de 2005.
- Aumento nos dividendos a pagar de 57,62%, equivalente a R\$ 40.286 mil, relativo a deliberação de em 2005.
- Aumento de 503,03% em Valores tarifários não gerenciáveis, correspondente a R\$ 4.653 mil devido a reclassificação entre ativo e passivo.

Passivo não circulante

Em 2005, este grupo de contas obteve um aumento de 0,89%, equivalente a R\$ 4.157 mil, em relação a 2004. Esse aumento foi decorrente de:

- Redução em empréstimos e financiamento de 22,68%, correspondente a R\$ 56.878 mil, em função liquidação de contratos.
- Aumento das Debêntures em 58,13%, correspondente a R\$ 65.800 mil, em função da liquidação da segunda emissão e lançamento da terceira ocorrido em setembro de 2005.
- Redução da dívida com pessoa ligada de 79,17%, devido a pagamentos efetuados no período.

Patrimônio Líquido

O aumento de 28,04% no capital social, correspondente a R\$ 39.374 mil, ocorreu em função da Assembléia Geral Extraordinária – AGE, realizado em 8 de agosto de 2005 ter aprovado o aumento de capital social com recursos oriundos da reserva especial de ágio e reserva de remuneração e bens e direitos constituídos com capital próprio, realizadas até 2004, sem emissão de novas ações, conforme previsto no parágrafo 1º, artigo 169 da Lei 6.404/76.

Lucro do Exercício

O Lucro do Exercício obteve um incremento de 3,42%, influenciado principalmente por:

- Incremento no Fornecimento de Energia Elétrica de 19,62% em função do reajuste tarifário médio de 19,58% e do crescimento do mercado;
- Redução de 74,03% no suprimento de energia elétrico oriundo do Mercado Atacadista de Energia Elétrica- MAE;
- Variação da receita de disponibilização do sistema de transmissão e distribuição de 193,90% em função do aumento no número de clientes livres e do reajuste de 18,54% nas tarifas do encargo de uso do sistema;
- Incremento de 33,09% nas Deduções da Receita Bruta em função de:
 - Variação ocorrida no ICMS de 28,04% em função do aumento no fornecimento de energia;
 - Variação 81,46% ocorrida no PIS é em função da recuperação da CVA e aumento no faturamento;
 - Variação 48,98% ocorrida na COFINS é em função da recuperação da CVA e aumento no faturamento;
 - Variação de 78,22% na subvenção conta consumo combustível – CCC em função do incremento de 30% nos valores fixados para 2005 e constituição de ativo regulatório; e
- A variação de 6,38% ocorrida no custo do serviço de energia elétrica deve-se principalmente:
 - Variação de 5,40% na energia elétrica comprada para revenda, deve-se ao reajuste médio de 9,7% ocorrido nas tarifas da CHESF (contratos iniciais), em abril de 2005.

O EBITDA alcançou R\$ 199.931 mil, representando uma diminuição de 2,70% comparado ao exercício de 2004, gerando uma margem de 58,39%.

A tabela abaixo apresenta o desempenho da COSERN comparado ao ano anterior.

R\$ mil			
	2005	2004	Variação (%)
Receita Operacional Líquida	569.059	516.098	10,26%
Custos e Despesas Operacionais	404.167	345.100	17,12%
Resultado do Serviço	164.892	170.998	-3,57%
Resultado Operacional	117.273	111.017	5,64%
Lucro Líquido	116.733	112.873	3,42%
EBITDA (*)	199.931	205.483	-2,70%
Margem do EBITDA (%) (Lucro Líquido/EBITDA)	58,39%	54,93%	6,29%

(*)EBITDA (LAJIDA) Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.

Destinação do Lucro

O Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, os quais foram calculados sobre o lucro antes dos impostos, da seguinte forma:

Deliberação	Valor deliberado	Valor por ação R\$		
		ON	PNA	PNB

	R\$ mil			
<u>2005</u>				
RCA de 29 de dezembro de 2005	41.500	0,2414099	0,2655509	0,2655509
<u>2004</u>				
RCA de 13 de julho de 2004	15.500	0,0901651	0,0991816	0,0991816
RCA de 10 de novembro de 2004	21.000	0,1221592	0,1343751	0,1343751
RCA de 10 de dezembro de 2004	8.500	0,0494454	0,0543899	0,0543899
	45.000			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio foi considerado ao final do exercício para cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

O Conselho de Administração da Companhia encaminhou à Assembléia Geral Ordinária “ad referendum” proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$ 69.397 mil, correspondente a R\$ 0,4036875 por ação ordinária e R\$ 0,4440563 por ação preferencial.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe “A” e “B” terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

EBITDA (LAJIDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

No ano de 2005 a COSERN apresentou um EBITDA de R\$ 199.931 mil, representando uma redução de 2,70% em relação ao ano de 2004, no valor de R\$ 5.552 mil, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Resultado Operacional	117.273	111.017
(+) Resultado Financeiro	6.119	14.981
(+) Juros Sobre Capital Próprio	41.500	45.000
Depreciação e amortização	35.039	34.485
(=) EBITDA (LAJIDA)	199.931	205.483

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2005, a COSERN possuía as seguintes posições com relação aos seus financiamentos:

	R\$ mil	
	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Encargos		

	<u>da dívida</u>	<u>Circulante</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Moeda nacional					
Banco do Brasil	304	3.021	33.934	37.259	39.166
Eletrobrás	0	1.638	12.040	13.678	11.082
BNB I	135	0	46.184	46.319	23.970
BNDES FINEM	147	13.183	19.775	33.105	44.742
BNDES Emergencial	776	12.091	79.591	92.458	100.073
Itaú	0	0	0	0	36.368
Unibanco	0	0	0	0	45.822
FINEP	52	0	2.364	2.416	0
Westlb	0	0	0	0	10.645
HSBC	0	0	0	0	5.043
Total moeda nacional	<u>1.414</u>	<u>29.933</u>	<u>193.888</u>	<u>225.235</u>	<u>316.911</u>

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 a companhia não possuía dívidas em moeda estrangeira.

O total de endividamento desdobra-se da seguinte forma:

	R\$ mil			
	2005		2004	
	Em milhares de reais	%	Em Milhares de reais	%
<u>Moeda nacional</u>				
Juros Prefixados	46.318	20,56	23.970	7,56
UFIR	13.322	5,91	10.427	3,29
FINEL	356	0,16	655	0,21
IGP-Ms	32.712	14,52	34.451	10,87
TJLP	40.070	17,79	49.457	15,61
CDI	0	0	97.879	30,89
SELIC	92.457	41,06	100.072	31,57
Total	<u>225.235</u>	<u>100,00</u>	<u>316.911</u>	<u>100,00</u>
Principal	<u>223.821</u>		<u>311.612</u>	
Encargos	<u>1.414</u>		<u>5.299</u>	

A mutação destes empréstimos e financiamentos, no exercício 2005, foi a seguinte:

	Moeda nacional	
	Circulante	Não circulante
	R\$ mil	R\$ mil
SalDOS em 31 de dezembro de 2004	66.145	250.766
Ingressos	20.500	28.562
Encargos	44.739	2.143
Variação monetária e cambial	518	1.760
Transferências	107.334	(107.334)
Amortizações	(189.898)	0
Renegociação contrato com alongamento dívida	(17.991)	17.991
SalDOS em 31 de dezembro de 2005	<u>31.347</u>	<u>193.888</u>

Debêntures

A posição de debêntures da companhia em 31 de dezembro de 2005 está demonstrada a seguir:

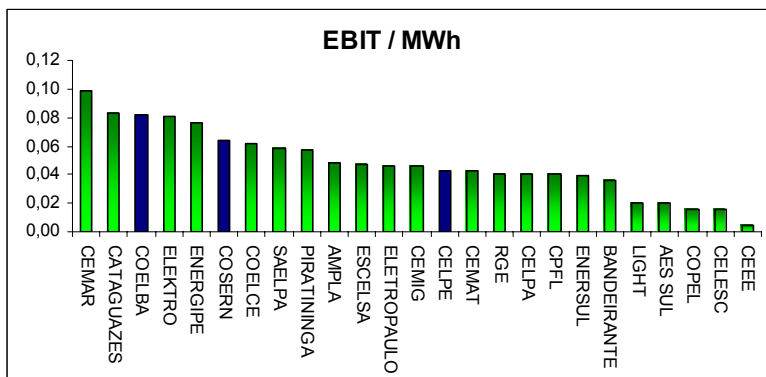
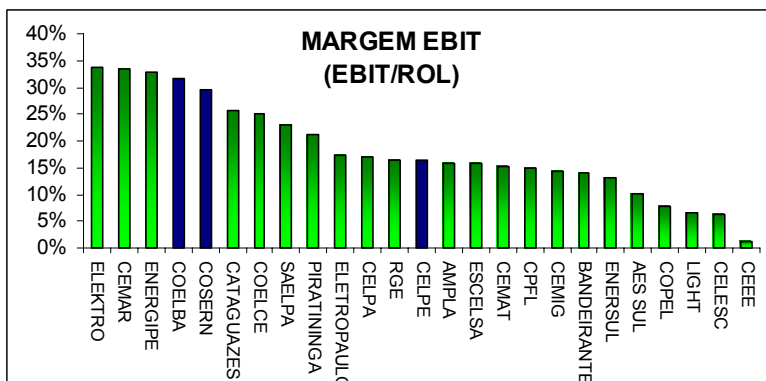
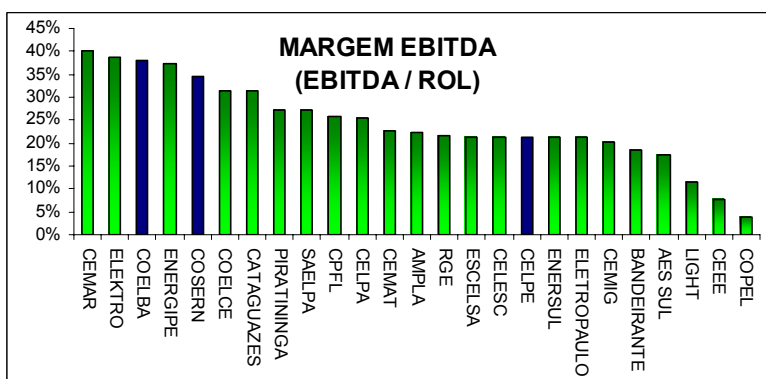
2005 – R\$ mil		
Encargos da dívida	Não circulante	Total
11.183	179.000	190.183

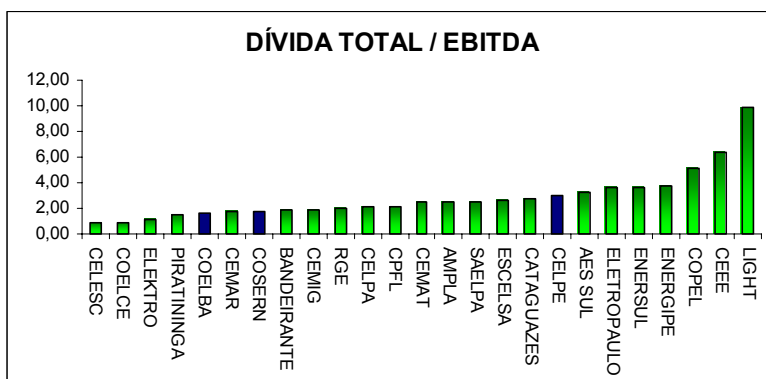
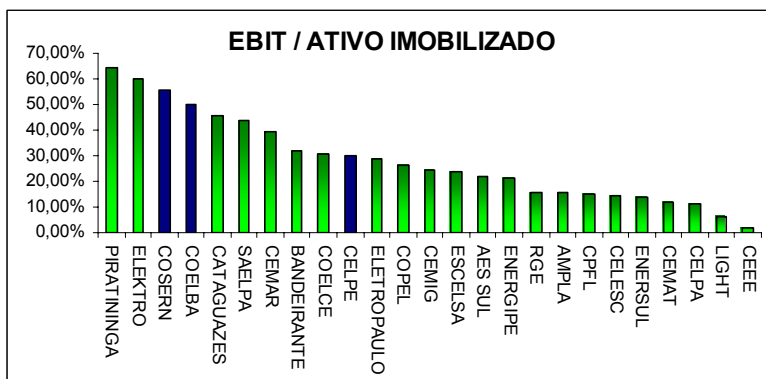
A Companhia realizou resgate antecipado da totalidade das debêntures da 2ª emissão em circulação, em 27 de setembro de 2005, de acordo com os procedimentos da Câmara de Custódia Liquidação - CETIP

Características

Forma e Espécie: Nominativa escritural com garantia real
 Quantidade de títulos: 1.200
 Valor nominal: 100.000,00
 Data da emissão: 1º de junho de 2004
 Vencimento final: 1º de junho de 2008
 Remuneração: CDI + 2,50%
 Periodicidade pagamento: trimestral
 Amortização programada: 11 parcelas trimestrais e consecutivas

Rentabilidade da Companhia e dados de outras empresas do Setor





Obrigações Contratuais

O contrato BNDES FINEM prevê manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas informações trimestrais findas em 30 de setembro de 2007 a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

A escritura da 3a emissão das debêntures prevê manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas informações trimestrais findas em 30 de setembro de 2007 e a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Informações Quantitativas e Qualitativas de Risco de Mercado

Tendo em vista que o endividamento da Companhia será formado por taxas flutuantes, estaremos sujeitos aos riscos de mudanças na taxa de juros.

Operações Não Registrados no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações de Resultado

Não há operações não registradas no balanço patrimonial e nas demonstrações de resultado.

VISÃO GERAL DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Geral

O MME aprovou o Plano Decenal de Energia Elétrica - PDEE através Portaria n.º 121 de 31 de maio de 2006. Este plano faz um diagnóstico e define critérios para a expansão do sistema elétrico brasileiro para os mercados de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica e parque gerador nacional existente, as interligações internacionais já em operação e também a parcela de Itaipu importada do Paraguai. De acordo com a ANEEL, em 30 de outubro de 2007, a capacidade instalada é de 108.146.846 KW, , divididos da seguinte forma: 70,98% correspondiam a geração hidrelétrica, 19,39% a geração termelétrica (gás natural, petróleo, biomassa, e carvão mineral), 1,86% correspondiam a energia nuclear, 0,22% correspondiam a energia eólica, e 7,94% à importação de energia elétrica pelo SIN.

De acordo com a ANEEL, existe hoje um total de 1.635 empreendimentos de geração em Operação no Brasil, gerando 99.976.848 kW de potência. A adição de 25.120.200 kW na capacidade de geração do País é esperada para os próximos anos, proveniente de empreendimentos em três fases de andamento, sendo 5.610.900 kw sem restrições, 5.334.800 kw em fase de licença ambiental, e 14.174.600 kw com graves restrições.

Em 2007, de acordo com a ANEEL, aproximadamente 37,0% da capacidade instalada de geração de energia dentro do Brasil era de propriedade da ELETROBRÁS, empresa controlada pelo Governo Federal. Por meio de suas subsidiárias, a ELETROBRÁS era responsável também por 70,00% da capacidade instalada de transmissão acima de 230 kV. Além disso, alguns Estados brasileiros controlam empresas envolvidas na geração, transmissão e distribuição de energia, tais como a Companhia Energética de São Paulo (CESP), a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), e a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, o consumo de energia no Brasil registrou em 2006 um total de 347.371 GWh, valor 3,8% superior ao de 2005, que foi de 315.328 GWh. Para os próximos anos espera-se que o crescimento no consumo de energia permaneça correlacionado com o desempenho econômico do país, sendo o crescimento do PIB mais um pequeno acréscimo.

Em setembro de 2006 as empresas privadas possuíam aproximadamente 29,0%, 73,0% e 17,0% do mercado de geração, distribuição e transmissão (rede básica), respectivamente, em termos de capacidade total, de acordo com dados da ANEEL.

Fundamentos Históricos

A constituição brasileira determina que o desenvolvimento, uso e venda de energia podem ser assumidos diretamente pelo Governo ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o Setor de Energia Elétrica Brasileiro tem sido dominado pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição, controladas pelo Governo. A partir de meados dos anos 90, o Governo tomou diversas medidas para remodelar o Setor de Energia Elétrica. Em geral, essas medidas tiveram como objetivo o aumento do papel do investimento privado e a eliminação das restrições ao investimento estrangeiro, aumentando portanto a concorrência no Setor de Energia Elétrica.

Em particular, o Governo tomou as seguintes medidas:

(1) A Constituição Brasileira foi alterada em 1995 a fim de autorizar o investimento estrangeiro para exploração dos potenciais de energia hidráulica. Antes dessa alteração, todas as concessões de geração eram detidas por uma pessoa física brasileira, ou por uma sociedade controlada por pessoas físicas brasileiras ou pelo Governo.

(2) Foi promulgada em 13 de fevereiro de 1995, a Lei nº 8.987, ou a Lei de Concessões, e em 7 de julho de 1995, a Lei Nº 9.074, ou a Lei de Concessões de Energia, que juntas:

- exigiam que todas as concessões para prestação de serviços relacionados à energia fossem outorgadas por meio de processos licitatórios;
- gradualmente permitiam que certos consumidores de energia com demanda significativa, designados consumidores livres, comprassem energia diretamente de fornecedores detentores de uma concessão, permissão ou autorização;
- estabeleciam a criação de sociedades de geração, ou Produtoras Independentes de Energia, que, por meio de uma concessão, permissão ou autorização, poderiam gerar e vender por sua própria conta e risco, toda ou parte da energia que gerariam a consumidores livres, concessionárias de distribuição, agentes de comercialização, entre outros;
- concediam a consumidores livres e fornecedores de energia acesso aberto a todos os sistemas de distribuição e transmissão mediante ressarcimento de custo de transporte envolvido; e

- eliminavam a necessidade de uma concessão para construir e operar projetos energéticos com capacidade de 1 MW a 30 MW, ou Pequenas Centrais Hidrelétricas (sendo necessária apenas uma autorização).

A partir de 1995, parte das participações detidas pela Eletrobrás e por diversos Estados nas empresas de geração e distribuição foram vendidas a investidores privados.

Em 1998, foi promulgada a Lei nº 9.648, ou a Lei do Setor Energético, para revisar a estrutura básica do setor elétrico, que determinou:

- o estabelecimento de um órgão auto-regulador responsável pela operação do mercado de energia de curto-prazo, ou o Mercado Atacadista de Energia Elétrica, que substituiu o sistema anterior de preços de geração e contratos de fornecimento regulados;
- uma exigência que as empresas de distribuição e geração fizessem contratos de fornecimento de energia inicial, ou os contratos iniciais, em geral compromissos do tipo “take or pay”, a preços e volumes aprovados pela ANEEL. O principal objetivo dos contratos iniciais é garantir que as empresas de distribuição tenham acesso a um fornecimento estável de energia a preços que assegurem uma taxa mínima de retorno às empresas de geração durante o período de transição levando ao estabelecimento de um mercado de energia livre e competitivo;
- a criação do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, uma entidade de direito privado sem fins lucrativos responsável pela administração operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Elétrico Interligado Nacional;
- o estabelecimento de processos de licitação pública para concessões para construção e operação de usinas de energia elétrica e instalações de transmissão.
- Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia que durou até o fim de fevereiro 2002. Como resultado, o Governo implantou medidas que incluíram:
- um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais adversamente afetadas, a saber as regiões sudeste, centro-oeste e nordeste do Brasil; e
- a criação da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, que aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para consumo reduzido de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, introduzindo regimes tarifários especiais que incentivavam a redução de consumo de energia.

Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas emergenciais e o racionamento de energia em consequência de grandes aumentos no fornecimento (em virtude de um aumento significativo nos níveis dos reservatórios) e de uma redução moderada na demanda. O Governo promulgou novas medidas em abril de 2002 que, entre outras coisas, determinou um reajuste tarifário extraordinário para compensar as perdas financeiras incorridas pelas fornecedoras de energia como resultado do racionamento obrigatório.

O Governo, por meio do BNDES, lançou o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica em novembro de 2002, e o Programa de Apoio à Capitalização de Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica, ou Programa de Capitalização, em setembro de 2003, com o objetivo de oferecer apoio financeiro ao refinanciamento das dívidas das empresas de distribuição, para compensá-las pela perda de receitas resultante do racionamento, da desvalorização do Real frente ao Dólar e dos atrasos na aplicação dos reajustes tarifários durante 2002.

A Lei n.º 10.604, de 17 de dezembro de 2002, dentre outras providências, (a) proibiu as concessionárias de oferecerem bens vinculados à concessão, os direitos dela emergente e qualquer outro ativo que possa comprometer suas respectivas concessões em garantia de operação destinada a atividade distinta de sua concessão; e (b) autorizou a criação de subvenção econômica para outorga de benefícios tarifários aos consumidores integrantes da subclasse residencial baixa renda.

Em 15 de março de 2004, o Governo promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia. Essa lei foi regulamentada por inúmeros decretos a partir de maio de 2004, e está sujeita à regulamentação posterior emitida pela ANEEL e pelo MME, conforme detalhado mais adiante. Para mais informações, ver “O Novo Modelo para o Setor”.

Concessões

As empresas ou consórcios que desejam construir ou operar instalações para geração, transmissão ou distribuição de energia no Brasil devem solicitar ao MME ou à ANEEL, uma concessão, permissão ou autorização, conforme o caso. Concessões dão o direito de gerar, transmitir ou distribuir energia em determinada área de concessão por um período determinado. Esse período é de normalmente 35 anos para novas concessões de geração, e 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Concessões existentes poderão ser renovadas a critério do poder concedente.

A Lei de Concessões estabelece, entre outras disposições, as condições que a concessionária deve cumprir na prestação dos serviços de energia, os direitos dos consumidores, e as obrigações da concessionária. Os principais dispositivos da Lei de Concessões estão resumidos como segue:

Serviço adequado. A concessionária deve prestar adequadamente serviço regular, contínuo, eficiente e seguro.

Uso de terrenos. O Poder Concedente pode declarar os bens necessários à execução do serviço ou obra pública de necessidade ou utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa ou desapropriação, em benefício de uma concessionária. Neste caso, a responsabilidade pelas indenizações cabíveis é da concessionária.

Responsabilidade objetiva. A concessionária é objetivamente responsável pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada dos serviços de distribuição de energia, como no caso de interrupções abruptas no fornecimento e variações na voltagem.

Alterações na participação controladora. O poder concedente deve aprovar qualquer alteração direta ou indireta de participação controladora na concessionária.

Intervenção pelo poder concedente. O poder concedente poderá intervir na concessão a fim de garantir o desempenho adequado dos serviços e o cumprimento integral das disposições contratuais e regulatórias.

Término antecipado da concessão. O término do Contrato de Concessão poderá ser antecipado por meio de encampação, caducidade ou rescisão do contrato. Encampação consiste no término prematuro de uma concessão por razões relacionadas ao interesse público que devem ser expressamente declaradas por lei. A caducidade deve ser declarada pelo poder concedente depois de a ANEEL ou o MME ter emitido um despacho administrativo final dizendo que a concessionária, entre outras coisas, (1) deixou de prestar serviços adequados ou de cumprir a legislação ou regulamentação aplicável, (2) não tem mais capacidade técnica financeira ou econômica para fornecer serviços adequados. ou (3) não cumpriu as penalidades eventualmente impostas pelo Poder Concedente. Por fim, a rescisão contratual pode ser feita de comum acordo entre as partes ou em decorrência de decisão judicial irreversível proferida em processo interposto pela concessionária. Em todos esses casos, a concessionária tem direito à indenização por seus investimentos em ativos reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, após dedução de quaisquer multas e danos devidos pela concessionária.

Término por decurso do prazo. Quando a concessão expira, todos os ativos relacionados à prestação dos serviços de energia reverterem ao Poder Concedente. Depois do término, a concessionária tem direito de indenização por seus investimentos em ativos revertidos, exceto quanto àqueles relacionados ao projeto original, que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados.

Adicionalmente, em 2005, em função das alterações provocadas pela Lei 10.848, do Novo Modelo do setor elétrico, foram efetuados aditivos aos contratos de concessão, afim de adaptá-los às novas condições estipuladas na legislação.

Penalidades

A regulamentação da ANEEL prevê a imposição de sanções contra os agentes do setor e classifica as penalidades com base na natureza e relevância da infração (incluindo advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos de licitação para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Quando a infração é caracterizada como multa, os valores podem chegar a até 2,0% da receita oriunda de venda de energia e prestação de serviços (deduzidos o ICMS e o ISS) das concessionárias verificada no período de 12 meses. Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se à ausência de requerimento, pelo agente, de aprovação da ANEEL, nos seguintes casos:

- celebração de contratos entre partes relacionadas, nos casos previstos na regulamentação;
- venda ou cessão de ativos relacionados a serviços prestados assim como a imposição de qualquer gravame (incluindo qualquer espécie de garantia, caução, fiança, penhor ou hipoteca) sobre a receita dos serviços de energia; ou
- alterações no estatuto social, transferência de ações que implique a mudança do seu controle acionário, assim como reestruturação societária da concessionária.

Principais Autoridades

MME

Após a aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o Governo Federal, atuando basicamente por meio do MME, assume certas obrigações que estavam previamente sob a responsabilidade da ANEEL, destacando-se a outorga de concessões e a emissão de instruções regulando o processo de licitação para concessões referentes aos serviços públicos.

ANEEL

O Setor de Energia Elétrica brasileiro está também regulado pela ANEEL. Depois da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser de regular e supervisionar o Setor de Energia Elétrica em linha com a política a ser ditada pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras: (i) fiscalizar concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive com a aprovação de tarifas; (ii) supervisionar a prestação de serviços pelas concessionárias e impor as multas aplicáveis; (iii) promulgar normas para o setor elétrico; (iv) implantar e regular a exploração de fontes de energia, inclusive o uso de energia hidrelétrica; (v) promover licitações para novas concessões; (vi) resolver disputas administrativas entre os agentes do setor; e (vii) definir os critérios e a metodologia para determinação de tarifas de transmissão.

CNPE

Em agosto de 1997, o CNPE, foi criado para assessorar o Presidente da República no desenvolvimento da política nacional de energia. O CNPE é presidido pelo MME, e a maioria de seus membros é formada por ministros do Governo. O CNPE foi criado para otimizar o uso dos recursos de energia do Brasil e para garantir o fornecimento de energia no País.

ONS

Criado em 1998. O ONS é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos constituída por geradores, transmissores, distribuidores, consumidores livres, importadores e exportadores de energia elétrica. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico concedeu ao Governo poder para indicar três diretores para a Diretoria Executiva do ONS. O papel básico do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do Sistema Elétrico Interligado Nacional, sujeito à regulamentação e supervisão da ANEEL.

Os objetivos e as principais responsabilidades do ONS incluem: (i) planejamento operacional para o setor de geração e transmissão; (ii) organização do uso do Sistema Elétrico Interligado Nacional e interligações internacionais; (iii) garantir aos agentes do setor acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória; (iv) assistência na expansão do sistema energético; (v) propor ao MME os planos e diretrizes para extensões da Rede Básica; (vi) apresentação de regras para operação do sistema de transmissão para aprovação da ANEEL; e (vii) elaboração de um programa de despacho otimizado com base na disponibilidade declarada pelos agentes geradores.

MAE e a CCEE

Originalmente uma entidade auto-regulada, o órgão de mercado, a partir de 2002, passou a estar sujeito à autorização, supervisão e regulamentação da ANEEL. O Mercado Atacadista de Energia (MAE) era responsável pela contabilização e pela liquidação das diferenças no mercado de energia de curto-prazo entre seus agentes participantes.

Em 12 de agosto de 2004, o Governo editou um decreto estabelecendo a regulamentação aplicável à nova Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e, dessa forma, em 10 de novembro de 2004 o MAE foi sucedido pela CCEE e suas atividades e ativos foram absorvidos por esse novo órgão de mercado.

Um dos principais papéis da CCEE é realizar, sob delegação da ANEEL, leilões públicos no Ambiente de Contratação Regulada, tais como os leilões de 2004 e 2005. Além disso, a CCEE é responsável, entre outras coisas, por (1) registrar o volume de todos os contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada, os contratos resultantes de contratações no Ambiente de Contratação Livre, e (2) contabilizar e liquidar a diferença entre os montantes efetivamente gerados ou consumidos e aqueles registrados nas transações de curto prazo.

A CCEE é constituída por agentes de geração, distribuição, comercialização e consumidores livres. Seu Conselho de Administração é formado por quatro membros indicados e aprovados por esses agentes em assembléia geral e um pelo MME, que é o Presidente do Conselho de Administração.

EPE

Criada em agosto de 2004, a EPE é responsável por conduzir pesquisas estratégicas no Setor de Energia Elétrica, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE serão usadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador de programas para o setor energético nacional.

CMSE

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a criação do CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela indicação das providências necessárias para a correção de problemas identificados.

O Novo Modelo para o Setor

Sumário

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes na regulamentação do setor elétrico brasileiro visando (1) fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter a capacidade de geração e (2) garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas módicas por meio de processos de leilões públicos de energia elétrica. As principais características da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- criação de dois ambientes paralelos para comercialização de energia, com (1) um para empresas de distribuição, chamado Ambiente de Contratação Regulada; e (2) um outro mercado para consumidores livres, agentes de geração e empresas de comercialização de energia, em que será permitida a concorrência, chamado Ambiente de Contratação Livre (ACL);
- obrigatoriedade, por parte das empresas de distribuição, de adquirir energia suficiente para satisfazer 100% de sua demanda;
- restrições a certas atividades das Distribuidoras, de forma a garantir que estejam voltadas apenas a seu principal negócio a fim de assegurar serviços mais eficientes e confiáveis a seus consumidores, incluindo a proibição das Distribuidoras venderem eletricidade aos consumidores livres a preços não regulados e de desenvolver atividades de geração e transmissão de energia elétrica;
- eliminação ao auto-contratação (self dealing) de forma a proporcionar um incentivo a que as distribuidoras comprem energia aos mais baixos preços disponíveis, ao invés de comprar de partes relacionadas;
- existência de garantia física de lastro de geração para toda energia comercializada em contratos; e
- respeito aos contratos assinados antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de proporcionar estabilidade às transações realizadas antes de sua promulgação.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico excluiu a Eletrobrás e suas subsidiárias do Plano Nacional de Desestatização, que é um programa criado pelo Governo em 1990 visando promover o processo de privatização das empresas estatais.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico vinha sendo questionada perante o Supremo Tribunal Federal. No entanto, em 11 de outubro de 2006, o Supremo Tribunal Federal, por 7 votos a 4, declarou a constitucionalidade daquela Lei.

Coexistência de Dois Ambientes de Contratação de Energia

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, negócios de compra e venda de energia serão realizados em dois mercados: (1) o Ambiente de Contratação Regulada, que inclui a contratação de energia elétrica pelas empresas de distribuição por meio de leilões para o atendimento a todo o seu mercado e (2) Ambiente de Contratação Livre, que inclui transações de energia por agentes não regulados tais como consumidores livres e comercializadores.

A energia gerada por (1) projetos de geração de baixa capacidade localizados próximos a pontos de consumo (tais como usinas de co-geração e pequenas centrais hidrelétricas), (2) usinas qualificadas de acordo com o PROINFA, e (3) Itaipu, não estarão sujeitos a processo de leilão para fornecimento de energia ao Ambiente de Contratação Regulada. A energia gerada por Itaipu é comercializada pela Eletrobrás e os volumes que devem ser comprados por cada concessionária de distribuição são estabelecidos por meio de quotas definidas pela ANEEL. A tarifa pela qual a energia gerada por Itaipu é comercializada é denominada em Dólar e estabelecida conforme tratado firmado entre Brasil e Paraguai. Como consequência, a tarifa de Itaipu aumenta ou diminui, em conformidade com a variação da taxa de Dólar/Real. Alterações no preço da energia gerada por Itaipu estão, entretanto, sujeitas ao mecanismo de ressarcimento das variações dos custos da Parcela A discutido abaixo em "Tarifas de Distribuição".

Ambiente de Contratação Regulada - ACR

No Ambiente de Contratação Regulada, empresas de distribuição compram energia para consumidores cativos por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL e operacionalizados pela CCEE. Compras de energia são feitas por meio de dois tipos de contratos: (1) Contratos de Quantidade de Energia, e (2) Contratos de Disponibilidade de Energia.

De acordo com o Contrato de Quantidade de Energia, os Agentes Vendedores (geradoras, comercializadoras e importadoras de energia elétrica) comprometem-se a fornecer determinada quantidade de energia e assumem o risco de que esse fornecimento de energia poderá ser afetado por condições hidrológicas e níveis baixos dos reservatórios, entre outras condições, que poderão reduzir a energia produzida ou alocada, hipótese na qual o Agente Vendedor é obrigado a comprar energia de outra fonte afim de cumprir seu compromisso de fornecimento. De acordo com o Contrato de Disponibilidade de Energia, a unidade geradora compromete-se a disponibilizar uma determinada capacidade de geração ao Ambiente de Contratação Regulada. Nesse caso, a receita da geradora está garantida e possíveis riscos hidrológicos são imputados às Distribuidoras. Entretanto, a legislação vigente prevê que eventuais custos adicionais incorridos pelas Distribuidoras deverão ser repassados aos consumidores. Juntos, esses contratos constituem os CCEAR.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a previsão de mercado de cada Distribuidora é o principal fator na determinação do volume de energia a ser contratado pelo sistema. De acordo com o novo modelo, as Distribuidoras são obrigadas a celebrar contratos para garantir o atendimento de 100,0% de suas necessidades projetadas de energia, e não mais os 95,0% estabelecidos pelo modelo anterior. O não atendimento da totalidade dos seus requisitos pode resultar em multas para as Distribuidoras.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada, os CCEAR deverão ser celebrados entre cada Agente Vendedor e todas as concessionárias e permissionárias de distribuição que participaram de um determinado leilão, sendo estas obrigadas a oferecer garantias às Geradoras. As contratações entre as Distribuidoras e empreendimentos de geração existentes poderão prever entrega da energia a partir do ano seguinte ao da respectiva licitação e terão prazos de duração de, no mínimo, 3 e, no máximo, 15 anos. As contratações entre as Distribuidoras e novos empreendimentos de geração poderão prever entrega da energia a partir do 3º ou do 5º ano contado do ano da respectiva licitação e terão prazo de duração de, no mínimo, 15 e, no máximo, 35 anos. A regulamentação da contratação de energia no Ambiente de Contratação Regulada deverá prever, ainda, condições e limites para repasse do custo de aquisição de energia elétrica para os consumidores finais, bem como o compartilhamento dos riscos hidrológicos entre Geradoras e compradores.

Ambiente de Contratação Livre - ACL

No Ambiente de Contratação Livre a energia elétrica pode ser comercializada entre concessionária de geração, produtores independentes, autoprodutores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia e consumidores livres.

Consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3 MW ao ano, atendidos em tensão, igual ou superior a 69 kV ou em qualquer nível de tensão, se a ligação da unidade consumidora ocorreu após a edição da Lei 9.074 de 1995. Além disso, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW ou mais poderão ser atendidos por outros fornecedores de energia, que não sua empresa local de distribuição, se tais consumidores passarem a ser supridos por fontes incentivadas de energia alternativa, tais como eólica, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo Ambiente de Contratação Livre, nos termos estabelecidos pela Lei 9.074 de 1995, este somente poderá retornar ao ambiente regulado se notificar seu Distribuidor local com cinco anos de antecedência, ou em menor prazo a critério do Distribuidor. Tal exigência prévia busca garantir que, se necessário, a distribuidora tenha tempo hábil para contratar o suprimento da energia necessária para atender o regresso de consumidores livres ao Ambiente de Contratação Regulada. Afim de minimizar os efeitos resultantes da migração

de consumidores livres, as Distribuidoras podem reduzir o montante de energia contratado junto à geradoras, por meio dos CCEARs de energia oriunda de empreendimentos de geração existente, de acordo com o volume de energia que não irão mais distribuir a esses consumidores.

Os clientes de alta tensão que compravam energia de Distribuidores no Ambiente de Contratação Regulado o faziam a preços subsidiados. Esse subsídio, conhecido por “subsídio cruzado”, começou a ser reduzido gradualmente a partir de julho de 2003, e foi totalmente eliminado em julho de 2007.

Atividades Restritas

Distribuidoras do Sistema Elétrico Interligado Nacional não podem (1) desenvolver atividades relacionadas à geração e transmissão de energia, (2) vender energia a consumidores livres, (3) deter, direta ou indiretamente, qualquer participação em qualquer outra empresa, ou (4) desenvolver atividades que não estejam relacionadas às suas respectivas concessões, exceto aquelas permitidas por lei e/ou constantes do Contrato de Concessão.

Eliminação do self-dealing

Uma vez que a compra de energia para consumidores cativos é realizada no Ambiente de Contratação Regulada, a contratação entre partes relacionadas (self-dealing), por meio da qual as Distribuidoras podiam satisfazer até 30,0% de suas necessidades de energia por meio da compra de energia junto a partes relacionadas, não é mais permitida, exceto no contexto dos contratos que foram devidamente aprovados pela ANEEL antes da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico ou em função de leilões de energia em que partes relacionadas atuem concomitantemente.

Contratos Assinados Antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que contratos assinados por empresas de distribuição e aprovados pela ANEEL antes da edição da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não podem ser alterados em seus prazos, preços ou volumes de energia já contratados, com exceção dos contratos iniciais, conforme descrito abaixo.

Durante o período de transição (1998-2005) para o mercado de energia livre e competitivo estabelecido pela legislação anterior, compra e venda de energia entre concessionárias de geração e de distribuição deveriam ocorrer por meio dos contratos iniciais. O objetivo do período de transição era o de permitir a introdução gradual da concorrência no setor e proteger os participantes do mercado contra a exposição aos preços do mercado de curto prazo, potencialmente voláteis. Durante esse período, os contratos iniciais seriam reduzidos em 25,0% a cada ano, a partir de 2003, finalizando em 31 de dezembro de 2005. Desde janeiro de 2005, toda a

energia descontratada dos contratos iniciais passou a ser negociada no Ambiente de Contratação Regulada ou no Ambiente de Contratação Livre em conformidade com o regramento vigente. Entretanto, a legislação permitiu que empresas públicas e privadas de geração, inclusive produtoras independentes de energia, aditassem seus contratos iniciais em vigor em março de 2004, recontratando suprimento até 31 de dezembro de 2004.

Compras de Energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal editou regulamentação relativa a compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada e no Ambiente de Contratação Livre, assim como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Essa regulamentação inclui regras referentes aos leilões, aos contratos de comercialização de energia e ao método de repasse dos custos de aquisição de energia elétrica aos consumidores finais.

A regulamentação determina que todos os agentes compradores de eletricidade devem garantir a contratação de toda a energia (e potência) necessária para o atendimento de 100,0% de seus mercados ou cargas de acordo com as diretrizes do novo modelo. Por outro lado, os agentes vendedores de energia devem fornecer suporte comprobatório (lastro) de disponibilidade de energia por meio de garantia física de usinas próprias ou de contratos de compra e venda de energia. Os agentes que não cumprirem tais exigências estão sujeitos a multas por insuficiência de lastro impostas pela ANEEL.

Desde 2005, todas as empresas de distribuição são obrigadas a notificar o MME, até 1º de agosto, a respeito de suas necessidades de contratação de energia para cada um dos cinco anos subsequentes. Além disso, as empresas de distribuição são obrigadas a especificar a parte do montante que pretendem contratar para atender seus consumidores potencialmente livres.

O MME estabelece o montante total de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Regulada e a lista das instalações de geração com permissão para participar dos leilões a cada ano.

A nova regulamentação determina que as empresas de distribuição de energia cumpram suas obrigações de fornecimento de energia basicamente por meio de leilões públicos, em conformidade com os procedimentos descritos em “O Leilão de 2004” e “Leilões Subsequentes”, abaixo.

Além desses leilões e de contratos celebrados anteriormente à vigência da Lei do Novo Mercado do Setor Elétrico, a empresa de distribuição pode comprar energia de (1) geração distribuída, empresas de geração ligadas diretamente à rede da empresa de distribuição que não sejam hidrelétricas com capacidade maior que 30 MW e algumas companhias geradoras térmicas, e, compulsoriamente, de (2) projetos de geração de energia participantes da fase inicial do PROINFA, e (3) Itaipu Binacional.

Leilões de Energia

Desde 2005, todas as companhias geradoras, Distribuidoras, comercializadoras, geradores independentes e consumidores livres devem encaminhar à ANEEL em 1 de agosto de cada ano, informações sobre a demanda estimada ou geração estimada de energia, conforme o caso, para os 5 anos subsequentes.

Os leilões de energia para novos projetos de geração são realizados (1) cinco anos antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões "A-5"), e (2) três anos antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões "A-3"). Há também leilões de energia de empreendimentos existentes de geração de energia (1) realizados um ano antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões "A-1") e (2) realizados no máximo quatro meses antes da data da entrega (mencionados como "ajustes de mercado"). Os editais para os leilões serão preparados pela ANEEL, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo MME.

Cada empresa de geração vencedora nos leilões assina um contrato de compra de energia com cada empresa de distribuição, na proporção da respectiva demanda estimada de energia das empresas de distribuição. A única exceção a essas regras refere-se ao leilão de ajuste de mercado, em que os contratos serão celebrados diretamente entre as empresas vendedoras específicas e empresas de distribuição. O CCEAR de ambos os leilões A-5 e A-3 terá uma duração entre 15 e 30 anos, e o CCEAR dos leilões A-1 terá uma duração entre 5 e 15 anos. Contratos resultantes dos leilões de ajuste do mercado serão limitados a uma duração de dois anos.

As informações sobre os leilões realizados até a presente data estão resumidas a seguir e foram obtidas da CCEE.

1º Leilão de Energia Existente

Em 7 de dezembro de 2004, a CCEE realizou o primeiro leilão de energia existente com base nas condições estabelecidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As Distribuidoras confirmaram, até 2 de dezembro de 2004, suas declarações de necessidade de contratação, para os próximos cinco anos (inclusive a parcela relativa aos consumidores potencialmente livres). Com base nessas declarações, o MME estabeleceu o montante total de energia a ser comercializado no leilão de 2004. Em função da comprovação de lastro, foi estabelecida a relação dos geradores que tiveram permissão para participar do leilão que vendeu energia a partir de 2005 por 8 anos.

O leilão foi realizado em duas fases, por meio de um sistema eletrônico. Na primeira fase, as negociações ocorreram em rodadas múltiplas, em cada uma das quais os vendedores de energia ofereceram blocos de energia a um preço específico (preço vigente) a serem entregues dentro de

um prazo proposto. Os tamanhos dos blocos de energia e seus respectivos prazos de entrega foram estabelecidos antecipadamente pelo MME. A primeira fase cessou quando nenhuma oferta para vender foi feita em uma rodada e os preços vigentes foram iguais ou inferiores aos preços de reserva (teto permitido pelo MME para a celebração dos contratos).

A segunda fase teve uma única rodada, em que os vendedores que fizeram ofertas válidas na primeira fase puderam fazer novas ofertas para cada bloco de energia.

Depois da conclusão do leilão de 2004, as empresas de distribuição e as vendedoras celebraram os CCEARs estabelecendo as condições, os preços e os montantes de energia contratados. As Distribuidoras também foram obrigadas a apresentar garantias financeiras. De acordo com os termos do Contrato de Constituição de Garantia, as compradoras disponibilizarão recebíveis em um montante igual a 110,0% do montante médio das últimas três faturas do CCEAR.

2º Leilão de Energia Existente

No dia 02 de abril de 2005, a CCEE conduziu outro leilão de energia existente de acordo com as condições estabelecidas pela Lei do Novo Modelo. Durante o leilão, um total de 92.919.600.000,00 MWh foi vendido, correspondendo a 22,0% da demanda das distribuidoras, por um preço médio de R\$83,13/MWh para contratos de 8 anos começando em 2008. O produto 2009 foi excluído.

3º Leilão de Energia Existente

Início de suprimento em 2006, contrato com duração de 3 anos. Foram verificados, após 18 rodadas, decrementos médios de 0,51 R\$/MWh, finalizando o leilão com o preço de 63,80 R\$/MWh. O volume total negociado foi de 102 MW médio.

4º Leilão de Energia Existente

Leilão ocorrido em 11 de outubro de 2005, com início de suprimento em 2009 e duração de 8 anos. O volume total negociado foi de 1.166 MW médios e a necessidade de compra das distribuidoras foi de 1.969 MW médio.

5º Leilão de Energia Existente

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizou no dia 14 de dezembro de 2006 o quinto leilão de energia existente, onde foram contratos de energia elétrica de 8 anos de duração com início de suprimento em 2007. Foram negociados 14.306,1 GWh de energia ao preço médio de R\$104,74 /MWh, gerando um volume financeiro de R\$1,5 bilhões.

1º Leilão de Energia Nova

Os Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração estão previstos nos parágrafos 5º ao 7º do art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e nos artigos 19 a 23 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, com redação modificada conforme o Decreto nº 5.499, de 25 de julho de 2005.

O leilão de 16 de dezembro de 2005 destinou-se a novas usinas ou projetos de ampliação ainda sem concessão ou autorização e também aos projetos concedidos ou autorizados até 16 de março de 2004, que entraram em operação comercial a partir de 1º de janeiro de 2000 e cuja energia estava sem contratação até 16 de março de 2005.

O total negociado foi de 3.284 MW médio por 15 anos para Usinas Térmicas (contratos por disponibilidade) e 30 anos para Usinas Hidráulicas (contratos por quantidade), com tarifa média de R\$127,15/MWh para o produto 2008, R\$127,77/MWh para o produto 2009 e R\$117,11/MWh para 2010.

2º Leilão de Energia Nova

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizou no dia 29 de junho de 2006 o segundo leilão de energia proveniente de novos empreendimentos, onde foram ofertados dois produtos: (i) Produto H-30: contratos de 30 anos de fornecimento de energia hidrelétrica com início de suprimento em 2009 e; (ii) Produto T-15: contratos de 15 anos de fornecimento de energia termelétrica com início de suprimento em 2009.

Ao todo foram negociados 1.682 lotes de energia o que correspondeu a 356.313,8 GWh e R\$45,7 bilhões. O preço médio ponderado de energia do leilão foi de R\$128,12/MWh (Hidro: R\$126,77/MWh e Termo: R\$132,39/MWh).

3º Leilão de Energia Nova

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizou no dia 10 de outubro de 2006 o terceiro leilão de energia proveniente de novos empreendimentos, onde foram ofertados dois produtos: (i) Produto H-30: contratos de 30 anos de fornecimento de energia hidrelétrica com início de suprimento em 2011 e; (ii) Produto T-15: contratos de 15 anos de fornecimento de energia termelétrica com início de suprimento em 2011.

Ao todo foram negociados 1.104 lotes de energia, que corresponderam a 219.992,8 GWh e R\$27,8 bilhões. O preço médio ponderado de energia do leilão foi de R\$128,9 /MWh (hidro: R\$ 120,86/MWh e Termo: 137,44/MWh).

4º Leilão de Energia Nova

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizou no dia 26 de julho de 2007 o 4º leilão de energia nova, envolvendo os produtos H30 (hidrelétrica – 30 anos de suprimento) e T15 (termelétrica – 15 anos de suprimento) com início de suprimento em 2010. No decorrer do leilão o produto H30 foi excluído dada a inexistência de oferta de energia por fonte hidrelétrica.

Ao todo foram negociados 171.470,8 GWh ao preço médio de R\$134,67/MWh, gerando um volume financeiro de R\$ 23,1 bilhões.

4º Leilão de Ajuste

Leilão ocorrido em 29 de março de 2007, com início de suprimento em abril de 2007 e término em dezembro de 2007. O volume total adquirido foi de 204.000 MWh a um preço médio de R\$69,28 /MWh.

1º Leilão de Energia de Fontes Alternativas

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizou no dia 18 de junho de 2007 o primeiro leilão de energia de fontes alternativas, envolvendo os produtos H30 (hidrelétrica – 30 anos de suprimento) e OF-15 (fontes alternativas – 15 anos de suprimento) com início de suprimento em 2010.

Ao todo foram negociados 30.506,0 GWh ao preço médio de R\$ 137,32/MWh (R\$ 134,99/MWh - fonte hidrelétrica e R\$ 138,85/MWh – fontes alternativas), gerando um volume financeiro de R\$ 4,2 bilhões.

Redução do Nível de Energia Contratada

O Decreto Nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regula a comercialização de energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, permite que empresas de distribuição reduzam seus CCEARs de energia existente (1) para compensar a saída de consumidores potencialmente livres do Ambiente de Contratação Regulada, conforme declaração de necessidade de contratação encaminhada ao MME, (2) até 4,0% ao ano do montante inicialmente contratado devido a outras variações de mercado e (3) na hipótese de aumentos nos montantes de energia adquirida nos termos dos contratos firmados antes de 17 de março de 2004.

As circunstâncias em que a redução do nível de energia contratada poderá ocorrer são devidamente estabelecidas nos CCEARs, e poderão ser exercidas a critério exclusivo da empresa de distribuição e em conformidade com as disposições descritas acima e regulamentação da ANEEL.

Limitação de Repasse

No que se refere ao repasse dos custos de aquisição de energia elétrica dos leilões às tarifas de consumidores finais, o Decreto nº 5.163/04 estabeleceu um mecanismo denominado Valor de Referência Anual (VR), que corresponde à média ponderada dos preços da energia nos leilões A-5 e A-3 calculado para todas as empresas de distribuição. O Valor de Referência Anual é um incentivo para empresas de distribuição contratarem suas demandas esperadas de energia nos leilões A-5 que, acredita-se, terão preços inferiores aos dos leilões A-3. O VR será aplicado nos primeiros três anos de suprimento. A partir do quarto ano, os custos de aquisição da energia serão integralmente repassados. O Decreto nº 5.163/04 estabelece as seguintes restrições na capacidade de empresas de distribuição de repassar os custos aos consumidores:

- não repasse dos custos referentes aos volumes que excedam 103,0% da demanda real;
- repasse limitado dos custos para compras de energia feitas em um leilão "A-3", se o volume da energia adquirida exceder 2,0% da demanda verificada 2 anos antes (ou seja, em A-5");
- repasse limitado dos custos de aquisição de energia de novos projetos de geração de energia se o volume recontratado por meio de CCEARs de instalações existentes de geração estiver abaixo do "Limite Inferior de Contratação" definido pelo Decreto Nº 5.163/04;
- de 2006 a 2009, compras de energia das instalações existentes no leilão "A-1" estão limitadas a 1,0% da demanda das empresas de distribuição. Se a energia adquirida no leilão "A-1" exceder este limite de 1,0%, o repasse de custos da parcela excedente aos consumidores finais está limitado a 70,0% do valor médio de tais custos de aquisição de energia gerada pelas instalações existentes de geração. O MME estabelecerá o preço máximo de aquisição para a energia gerada pelos projetos existentes; e
- se as Distribuidoras não cumprirem a obrigação de contratar a energia necessária para o atendimento integral de suas demandas, o repasse dos custos de energia adquirida no mercado de curto-prazo será equivalente ao menor valor entre o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) e o VR.

Índice para Repasse de Energia Fornecida por Itaipu

A ANEEL determina anualmente o Índice para Repasse de Energia Fornecida por Itaipu, em Dólar. Em dezembro de 2004, o índice para o exercício de 2005 foi estabelecido em um montante igual a US\$19,2071/kW. Em 29 de setembro de 2005, de acordo com a ANEEL, a tarifa de repasse de

ITAIPU foi reajustada em 12,1%, passando de US\$ 19,2071/kW para US\$21,5311/kW de acordo com a Portaria Ministerial nº 338/05. Para 2007 o reajuste foi de 10,31%, passando a tarifa para US\$ 23,7524/KW.

Limitações à Participação

Em 2000, a ANEEL estabeleceu novos limites à concentração de certos serviços e atividades no setor energético. De acordo com esses limites, com exceção de empresas que participam do Programa Nacional de Desestatização (que precisam apenas cumprir tais limites desde que sua reestruturação societária final seja consumada) nenhuma empresa de energia poderá (1) deter mais de 20,0% do mercado de distribuição do Brasil, 25,0% do mercado de distribuição das regiões Sul/Sudeste/Centro-Oeste ou 35,0% do mercado de distribuição das regiões Norte/Nordeste, exceto na hipótese de um aumento na distribuição de energia excedendo as taxas de crescimento nacionais ou regionais; (2) deter mais de 20,0% do mercado de comercialização final do sistema elétrico nacional, 20,0% do mercado de comercialização intermediária do sistema elétrico nacional, ou 25,0% da soma das porcentagens de participação nas comercializações final e intermediária.

Programa Prioritário de Termelétricidade

Em 2000, foi criado o Programa Prioritário de Termelétricidade ("PPT"), com o objetivo de diversificar a matriz energética brasileira e reduzir sua forte dependência de usinas hidrelétricas. Os benefícios concedidos a usinas termelétricas nos termos do PPT incluem: (1) fornecimento garantido de gás por 20 anos, (2) garantia de que os custos relativos à aquisição da energia produzida por usinas termelétricas serão transferidos aos consumidores até o limite do valor normativo determinado pela ANEEL, e (3) acesso garantido a um programa especial de financiamento do BNDES para o setor elétrico. O PPT enfrentou diversos obstáculos durante sua implementação, particularmente no que diz respeito ao preço do gás, o qual está geralmente atrelado ao dólar e, apesar de diversas alterações regulatórias, o PPT nunca foi integralmente implementado.

Incentivos a Fontes Alternativas de Energia

Em 2002, o Governo Federal criou o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA"), destinado a criar incentivos para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, como projetos de energia eólica e biomassa e PCHs. Os projetos desenvolvidos dentro do PROINFA contam com o benefício de compra garantida pela Eletrobrás durante o prazo de 20 anos. A primeira fase do PROINFA teve por objetivo a inserção de 3.300 MW de fontes alternativas, distribuídos igualmente por cada uma das fontes eólica, PCHs e biomassa. A segunda fase, ainda não regulamentada, prevê que as fontes alternativas atendam a 10,0% (dez por cento) do consumo anual de energia elétrica no País em 20 (vinte) anos. Os projetos qualificados na primeira

fase estavam inicialmente previstos para entrar em operação em 30 de dezembro de 2006, tendo tal prazo sido prorrogado até 31 de dezembro de 2008 por Lei. Não obstante, o prazo que consta nos contratos com a Eletrobrás é 30 de dezembro de 2007, o que tem gerado a insatisfação dos investidores. A CCE realizou, no dia 18 de junho de 2007, o 1º leilão de energia de fontes alternativas com início de suprimento em 2010.

Tarifas pelo Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão

A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão. As tarifas são (i) a TUSD, tarifa cobrada pelo uso da rede de distribuição exclusiva de cada distribuidora e (ii) a TUST, tarifa pelo uso do sistema de transmissão, que consiste na Rede Básica e suas instalações auxiliares. Adicionalmente, as Distribuidoras do sistema interligado Sul/Sudeste pagam encargos específicos pela transmissão da energia elétrica gerada em Itaipu. A seguir encontra-se um resumo de cada tarifa ou encargo.

A TUSD é paga pelas Geradoras e pelos Consumidores Livres pelo uso do sistema de distribuição da Distribuidora à qual a Geradora ou o Consumidor Livre estejam conectados, e é reajustada anualmente, levando-se em conta a variação de seus componentes. A TUSD compreende os custos de operação e manutenção da rede, encargos setoriais, remuneração dos investimentos e suas depreciações. Atualmente a TUSD é composta de duas partes, uma denominada TUSD-Encargos, calculada de acordo com o uso de energia elétrica, e a outra, denominada TUSD Fio, cobrada pela demanda contratada. O encargo mensal a ser pago pelo respectivo agente conectado ao sistema de distribuição, por ponto de conexão, é calculado pela multiplicação do montante de uso, em KW, pela tarifa estabelecida pela ANEEL, em R\$/kW.

A diminuição da arrecadação decorrente da saída do consumidor livre não impõe necessariamente à distribuidora redução nas suas margens de lucro, uma vez que a remuneração dos investimentos se dá por meio da TUSD, tarifa que continua sendo auferida pela distribuidora. Porém, os clientes que se tornam clientes livres deixam de pagar a Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE criada para compensar distribuidores e geradores de eletricidade pelas perdas sofridas durante o racionamento. Assim, a saída do cliente livre pode afetar a capacidade de uma distribuidora de recuperar o valor integral da recomposição tarifária referida.

Os consumidores especiais, com carga entre 500 kW e 3 MW, que contratem energia de geradores a partir de fontes alternativas, podem ter de 50% a 100% de desconto na TUSD.

Além disso, o Decreto nº 5.597, de 26 de novembro de 2005, contudo, autorizou os consumidores livres a se conectarem à rede básica por meio de rede própria. Como resultado, caso um consumidor livre se conecte diretamente à rede básica, sem utilizar o sistema de distribuição da concessionária, o pagamento da TUSD não será mais devido.

A TUST é paga por Distribuidoras, Geradoras e Consumidores Livres pela utilização da Rede Básica e é reajustada anualmente pela ANEEL de acordo com (i) a inflação e (ii) as receitas anuais permitidas para as concessionárias de transmissão, incluindo o custo de expansão, determinadas pela ANEEL. Em conformidade com critérios estabelecidos pela ANEEL, os proprietários das diferentes partes da rede de transmissão transferiram a coordenação da operação de suas instalações ao ONS em troca do recebimento de pagamentos regulados dos usuários do sistema de transmissão. Os usuários da rede, incluindo as empresas de geração, assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de usar a rede de transmissão em troca do pagamento das tarifas divulgadas. Outras partes da rede de propriedade das empresas de transmissão porém, que não são consideradas como parte do SIN, são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma remuneração específica aos titulares do direito pertinente.

Taxa de Transporte de Itaipu

A usina hidrelétrica de Itaipu possui uma rede de transmissão exclusiva operada em dois troncos (de corrente contínua e alternada), que não é considerada como parte da Rede Básica ou do sistema de conexão intermediário. O uso deste sistema é remunerado por uma taxa específica chamada de taxa de transporte de Itaipu, paga pelas empresas que compulsoriamente compram energia de Itaipu, proporcionalmente às respectivas quotas.

Tarifas de Distribuição

Os valores das tarifas de distribuição são reajustados anualmente pela ANEEL, conforme fórmula paramétrica prevista no Contrato de Concessão. Ao reajustar tarifas de distribuição, a ANEEL divide os custos de concessionárias de distribuição entre (1) custos fora do controle da Distribuidora (chamado de custos “não gerenciáveis”), ou Parcela A, e (2) custos sob o controle das Distribuidoras (chamado de custos “gerenciáveis”), ou Parcela B.

Os custos da Parcela A incluem, entre outros, os seguintes:

- Custos de energia comprada para revenda de acordo com contratos iniciais;
- Custos de energia comprada de Itaipu;
- Custos de energia comprada de acordo com contratos bilaterais livremente negociados entre as partes;
- Custos de energia comprada em leilões públicos;
- Determinados encargos regulatórios;
- Custos de uso e conexão aos sistemas de transmissão e distribuição.

A Parcela B compreende os itens de custo que estão sob o controle das concessionárias e incluem, entre outros:

- Retorno sobre o investimento relacionado à área de concessão;
- Impostos sobre receitas;
- Custos de depreciação; e
- Custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

O Contrato de Concessão de cada empresa de distribuição prevê um reajuste anual de tarifas. Em geral, todos os custos da Parcela A sejam totalmente repassados aos clientes. Os custos da Parcela B, entretanto, são corrigidos de acordo com o índice IGP-M, ajustado por um fator X.

As empresas de distribuição de energia elétrica, conforme o Contrato de Concessão, também têm direito à revisão periódica das tarifas com intervalos que podem variar entre três e cinco anos (no caso da Companhia, a cada quatro anos). Nestas revisões (1) todos os custos da Parcela B são recalculados e (2) o fator X é calculado com base em três componentes: (i) Xc estabelecido a cada ano, é baseado em índice de satisfação do cliente, conforme pesquisa da ANEEL; (ii) Xa, também estabelecido a cada ano, é calculado considerando a diferença entre os índices de inflação IPC-A e o IGP-M multiplicada, basicamente, pelos custos totais com pessoal da Distribuidora (uma vez que os aumentos de salários se baseiam no IPC-A e os aumentos da Parcela B se baseiam no IGP-M) e; e (3) Xe, estabelecido a cada revisão periódica, é um fator baseado em ganhos de produtividade da concessionária devido ao crescimento de mercado.

O Fator X é usado para ajustar o índice IGP-M que deve ser aplicado ao componente da Parcela B nos reajustes anuais, de forma que as distribuidoras compartilhem seus ganhos de produtividade com os consumidores finais.

Além disso, concessionárias de distribuição de energia têm direito a revisão extraordinária, analisadas caso a caso, para assegurar seu equilíbrio econômico-financeiro e compensá-las por custos imprevisíveis, inclusive impostos, que alterem significativamente sua estrutura de custos.

Desde 2002, clientes de baixa renda têm se beneficiado de uma tarifa especial estabelecida pelo Governo através da ANEEL. Durante o ano de 2002, o déficit gerado pela aplicação desta tarifa especial foi financiado pela Eletrobrás com fundos da Reserva Global de Reversão ("RGR"). Em 2002, de acordo com o Decreto nº 4.336/02, foi determinado que as empresas de distribuição seriam compensadas pela perda de receitas resultante da Tarifa Especial pelo Governo Federal com fundos derivados de dividendos pagos pela Eletrobrás e outras empresas estatais federais e do CDE.

Taxas Regulatórias

Em determinadas circunstâncias, as empresas do setor elétrico são indenizadas em caso de revogação ou encampação da concessão. Em 1971, o Governo Federal criou a RGR, concebida para prover fundos para tal indenização. Em fevereiro de 1999, a ANEEL instituiu a cobrança de uma taxa exigindo que todas as Distribuidoras e determinadas Geradoras que operassem sob o regime de serviços públicos fizessem contribuições mensais à RGR, a uma taxa anual equivalente a 2,5% dos ativos fixos da empresa em operação, porém não podendo exceder 3,0% do total de sua receita operacional em qualquer exercício. Nos últimos anos, a RGR tem sido usada principalmente para financiar projetos de geração e distribuição. A RGR está programada para se esgotar em 2010, e a ANEEL deverá rever a tarifa de forma que o consumidor venha ser de alguma maneira beneficiado pelo fim da RGR.

O Governo impôs uma taxa aos Produtores Independentes de Energia baseada em recursos hídricos, exceto por pequenas usinas hidrelétricas, similar à taxa cobrada de empresas do setor público em associação como Fundo RGR. Produtores Independentes de Energia são obrigados a fazer contribuições ao Fundo de Uso de Bem Público, ou Fundo UBP, de acordo com as regras do processo de licitação pública correspondente para a outorga de concessões.

Empresas de distribuição, e empresas de geração que vendem diretamente a clientes finais, são obrigadas a contribuir para a Conta de Consumo de Combustível - CCC que foi criada em 1973 com o objetivo de gerar reservas financeiras para cobertura de custos de combustíveis associados ao aumento do uso de usinas de energia termoeletrica. As contribuições anuais são calculadas com base em estimativas do custo de combustível necessário para a geração de energia pelas usinas termelétrica no ano seguinte. A CCC é administrada pela Eletrobrás.

Em fevereiro de 1998, o Governo estabeleceu a extinção da CCC. Estes subsídios foram gradualmente extintos durante um período de três anos a partir de 2003 para usinas de energia termoeletrica construídas até fevereiro de 1998 e atualmente pertencentes ao Sistema Elétrico Interligado Nacional. Usinas termoeletricas construídas depois daquela data não terão direito a subsídios da CCC. Em abril de 2002, o Governo estabeleceu que os subsídios da CCC continuariam a ser pagos às usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados por um período de 20 anos com o intuito de promover a geração de energia nestas regiões.

Até dezembro de 2003, todos os agentes do setor elétrico, sejam distribuidoras, geradoras ou comercializadoras, que negociavam energia com consumidores finais realizavam contribuições mensais à CCC. Essas contribuições eram calculadas com base nas estimativas do custo do combustível a ser utilizado pelas usinas de energia termelétrica no ano subsequente. Ao longo de 2004, o recolhimento da parcela destinada à cobertura dos custos da CCC passou a ser realizado diretamente pelas distribuidoras e transmissoras junto aos consumidores finais, por meio de parcela da TUSD e da TUST.

À exceção de algumas pequenas usinas de energia hidrelétricas, todas as instalações hidrelétricas no Brasil devem pagar uma taxa a Estados e Municípios pelo uso de recursos hídricos, a Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos, ou COFURH, que foi introduzida em 1989. As taxas são determinadas com base no volume de energia gerado por cada empresa e são pagas aos Estados e Municípios onde a usina ou o reservatório da usina está localizado.

Em 2002, o Governo instituiu a CDE como sucessora da CCC no que se refere à subvenção dos custos de combustíveis às usinas de geração térmica interligadas no SIN que utilizam carvão mineral nacional. A CDE é gerida pela Eletrobrás e é financiada através de pagamentos anuais feitos por concessionárias pelo uso de ativos públicos, penalidades e multas impostas pela ANEEL e, desde 2003, pelas taxas anuais pagas por agentes que oferecem energia a usuários finais, por meio de uma taxa a ser adicionada às tarifas pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Estas taxas são reajustadas anualmente. A CDE foi criada para dar suporte (1) ao desenvolvimento da produção de energia em todo o país, (2) à produção de energia por fontes alternativas, e (3) à universalização de serviços de energia em todo o Brasil. A CDE permanecerá em vigor por 25 anos e é administrada pela Eletrobrás.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que a falta de pagamento da contribuição ao RGR, PROINFA, CDE, CCC, compensação financeira por utilização de recursos hídricos, ou de pagamentos devidos em virtude da compra de energia (inclusive de Itaipu) impedirá que a parte inadimplente receba reajuste de tarifa (exceto a revisão extraordinária) ou receba recursos advindos do RGR, CDE ou CCC.

Mecanismo de Realocação de Energia

O MRE é um mecanismo destinado a distribuir o risco hidrológico entre as Geradoras. Todas as Geradoras hidroelétricas com despacho centralizado e as Geradoras termelétricas beneficiárias da CCC desde que tenham celebrado Contratos Iniciais são membros do MRE (sendo que a partir de janeiro de 2006, apenas Geradoras hidroelétricas serão membros do MRE). De acordo com este mecanismo cada planta possui uma quantidade de energia a ser comercializada proporcional à sua participação no valor total da Energia Assegurada. Desta forma, a produção total de um membro do MRE é alocada a cada membro de acordo com sua participação no total, independentemente de sua produção individual. Em suma, o MRE transfere o excedente de produção daquelas plantas que produziram acima de seu nível de Energia Assegurada para outros membros que registraram produção abaixo de tal nível. A ANEEL define a Energia Assegurada de cada empreendimento de geração hidroelétrica com base em modelos computacionais que fazem uso do tratamento estatístico do histórico de aflúências na região em questão, fluxos de água dos rios e níveis de água no reservatório de cada usina, em um período de tempo determinado. A partir dessas informações e considerando um risco de 5% de não suprimento à demanda, a Energia Assegurada é calculada e seu valor poderá ser revisto a cada cinco anos pela ANEEL ou na ocorrência de fatos relevantes,

até o limite de 5% do valor estabelecido na última revisão, limitadas as reduções à 10% do valor constante dos respectivos contratos celebrados com o Poder Concedente.

O MRE é alocado por meio de um processo de quatro etapas que examina, primeiramente, a capacidade das usinas, dentro da mesma região, de satisfazer os níveis de Energia Assegurada e, a seguir, considera o compartilhamento da geração excedente entre as diferentes regiões. Tais etapas são detalhadas abaixo:

- aferição se a produção total líquida dentro do MRE alcança os níveis totais de Energia Assegurada dos membros do MRE como um todo;
- aferição se alguma geradora gerou volumes acima ou abaixo de seus volumes de Energia Assegurada, conforme determinados pelo ONS;
- caso determinadas Geradoras, membros do MRE, tenham produzido acima de seus respectivos níveis de Energia Assegurada, o adicional da energia gerada será alocado a outras Geradoras do MRE que não tenham atingido seus níveis de Energia Assegurada. Esta alocação do adicional da energia gerada, designada de Energia Otimizada, é feita, primeiramente, entre as Geradoras dentro de uma mesma região (sub-mercado) e, depois, entre as diferentes regiões, de forma a assegurar que todos os membros do MRE atinjam seus respectivos níveis de Energia Assegurada;
- se, após a etapa (3) acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de Energia Assegurada e houver saldo de energia produzida, o adicional da geração regional líquida, designada de Energia Secundária, deve ser alocado entre as Geradoras das diferentes regiões. A energia será negociada pelo preço MAE prevalecente na região em que tiver sido gerada; e
- se, após a etapa (2) ou (3) acima, todos os membros do MRE não tenham atingido seus níveis de Energia Assegurada, a energia faltante será paga pelos membros do MRE com base no PLD.

As Geradoras membros do MRE que produziram energia excedente além de seus níveis de Energia Assegurada são compensadas por custos variáveis de operação e manutenção ("O&M"), e custos com o pagamento de "royalties" pelo uso da água. Na impossibilidade de gerar os níveis de Energia Assegurada estabelecidos, as mesmas devem pagar custos de O&M e custos com os "royalties" pelo uso da água às Geradoras que produziram acima de seus respectivos níveis de Energia Assegurada durante o mesmo período.

Em situações nas quais as Geradoras do MRE em conjunto não tenham produção líquida suficiente para atingir os níveis de Energia Assegurada do MRE, a Energia Assegurada é escalonada de forma a refletir os números efetivos de geração do MRE. Isto é, as Geradoras recebem um nível de Energia Assegurada Escalonada que é baseado na porcentagem do seu nível de Energia Assegurada em relação ao nível de Energia Assegurada do sistema como um todo, multiplicado

pela geração efetiva. Ainda que algumas Geradoras do MRE gerem acima de seus níveis de Energia Assegurada, se o MRE como um todo não for capaz de atingir os níveis totais de Energia Assegurada, aquelas Geradoras receberão, ainda assim, níveis de Energia Assegurada Escalonada, que estarão abaixo de seus níveis de Energia Assegurada.

Caso as Geradoras do MRE, em conjunto, não tenham produção líquida suficiente para atingir os níveis de Energia Assegurada, mas as Geradoras termelétricas que não são membros do MRE gerem energia suficiente para evitar a necessidade de um racionamento, as Geradoras do MRE deverão comprar de tais Geradoras termelétricas a quantidade suficiente de energia para atingir seus respectivos níveis de Energia Assegurada no mercado local. O mecanismo do MRE tenta assegurar que todos os membros atinjam seus respectivos níveis de Energia Assegurada, independentemente do montante contratado. Assim sendo, se um membro do MRE não tiver a totalidade de sua Energia Assegurada contratada, o MRE assegurará que tal membro satisfaça seus compromissos contratuais, e não seus níveis de Energia Assegurada. A necessidade de racionamento é determinada pelo ONS em bases regionais. Na hipótese de racionamento, o preço refletirá o custo da energia não entregue, ou o preço máximo que os consumidores pagariam pela energia, conforme determinado pelo ONS. O racionamento é alocado segundo critérios técnicos, ao invés de uma base comercial que daria prioridade a contratos de comercialização de energia.

Racionamento

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que, na hipótese de decretação de uma redução compulsória no consumo de energia numa determinada região, todos os CCEARs por quantidade de energia, cujos compradores estejam localizados nessa mesma região, terão seus volumes ajustados na proporção da redução de consumo verificada.

Pesquisa e Desenvolvimento – Programa de Eficiência Energética (PEE)

As concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica devem investir a cada ano um mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. PCHs, projetos de energia solar, eólica e biomassa estão isentos de tal exigência.

Meio Ambiente

As exigências legais e da sociedade, relacionadas às questões ambientais, têm aumentado consideravelmente nos últimos tempos.

As violações à legislação ambiental podem caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os administradores, que podem até ser presos, como a própria pessoa jurídica dessas empresas.

Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas, como multas e suspensão temporária ou definitiva de atividades. Tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos os direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações de determinada empresa, como a disposição final de resíduos, não exime a responsabilidade da contratante por eventuais danos ambientais causados pela contratada. Adicionalmente, a legislação ambiental prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, sempre que esta for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazos determinados de validade: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, quando obrigatória, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas, tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R\$10,0 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

De acordo com a Lei Federal nº 9.985/2000, os empreendedores de atividades com potencial de causar impacto ambiental significativo são obrigados a apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação. Para tanto, como requisito para o licenciamento ambiental, o empreendedor deverá pagar, a título de compensação ambiental, uma quantia no valor de, no mínimo, 0,5 % sobre o custo total de implantação do empreendimento.

No Estado do Rio Grande do Norte, os processos de licenciamento ambiental são regulamentados pela Lei Complementar nº 272/2004, que estabelece, em caráter complementar à legislação federal, as diretrizes básicas para obtenção das licenças exigidas para os empreendimentos implantados neste Estado, incluindo as regras aplicáveis às linhas de transmissão e de distribuição de energia.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a eventual impossibilidade de essas empresas atenderem às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação de empreendimentos.

PANORAMA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

De acordo com os dados publicados pelo IBGE, o Estado do Rio Grande do Norte possui uma área territorial de 53.077 km² (cinquenta e três mil, e setenta e sete quilômetros quadrados), com população estimada em mais de 3 milhões de habitantes.

No ano de 2006, as estimativas realizadas pela CEPLAN a partir de dados do IBGE - Coordenação de Contas Nacionais, mostram que o PIB do Estado do Rio Grande do Norte teve um crescimento de 1,28% na comparação com o ano anterior.

Os últimos dados divulgados pelo IBGE, mostram que o PIB brasileiro apresentou um crescimento de 3,7% no ano de 2006.

A economia do Estado do Rio Grande do Norte participava, em 2004, último ano dos dados oficiais publicados pelo IBGE, com 6% do Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste e 0,9% do País. Quanto à evolução do nível de atividade econômica desse Estado, observa-se que as suas taxas médias de crescimento, segundo todos os períodos, explicitados abaixo, foram superiores às apuradas tanto na Região Nordeste, como no Brasil como um todo: 1985-1990 (4,4%); 1991-2000 (3,5%); 1985-2002 (3,6%) e 2001-2004 (3,6%) novamente.

O setor industrial potiguar foi o principal responsável pelo excelente desempenho da economia, no período 1985-2002, registrando taxas médias anuais de crescimento de 7,81%, entre os anos de 1985-1990 e 4,45% na série 1991-2000, culminando com 4,46% nos últimos dezessete anos (1985-2002), de acordo com o IBGE.

Colaboraram, significativamente, para o comportamento do incremento real do valor adicionado do segmento industrial, as taxas obtidas pelas atividades da extrativa mineral e da indústria de transformação, no primeiro quinquênio (1985-1990), de 7,65% e 7,92%, respectivamente, impulsionadas pela produção de petróleo, têxteis e confecções.

HISTÓRICO DA EMISSORA

A Cosern, concessionária de serviço público de energia elétrica, é uma companhia aberta com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua Mermoz, nº 150.

A Cosern foi constituída pela Lei nº 2.721, de 14 de dezembro de 1961, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.878, de 8 de janeiro de 1962, sob a denominação de "Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte – COSERN", como sociedade de economia mista, controlada pelo Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia tinha na época por objeto a produção, o aproveitamento e o comércio, sob qualquer modalidade, de energia elétrica conforme disposto no Decreto Federal nº 1.302, de 3 de agosto de 1962.

A Emissora iniciou a construção de linhas e redes no interior do Estado com o objetivo de eletrificar todo o Estado do Rio Grande do Norte, utilizando-se da energia produzida pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF. Na época, os serviços de energia elétrica da capital estavam sob a responsabilidade da Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil – CFLNB.

Em 1968, com 47 municípios eletrificados e 44.157 consumidores, a Cosern, com o apoio da ELETROBRÁS, incorporou ao seu patrimônio a CFLNB, e, em 1972, também incorporou ao seu patrimônio a Companhia de Melhoramentos Mossoró S.A. – COMENSA.

Em 22 de dezembro de 1987, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte sancionou a Lei nº 5.694, ampliando o objeto social da Cosern e adotando a denominação atual de Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN.

Em 12 de dezembro de 1997, a Emissora foi privatizada, por meio do leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, no qual o consórcio formado pela COELBA, Neonergia (a época denominada Guaraniana) e UPTICK Participações adquiriu 77,92% do capital total da Emissora pelo valor de R\$676,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 1997, a União concedeu à Companhia o direito à exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica e das instalações de transmissão, abrangendo uma área de 53.307 Km² atendendo os 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte, com uma população de aproximadamente 3 milhões de habitantes. A Emissora é a única concessionária de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Norte.

Em 04 de janeiro de 1999, a Emissora tornou-se companhia aberta, inscrita na CVM sob o n.º 01813-9.

A partir de 17 de maio de 1999, foram iniciados negócios com ações de emissão da Cosern na BOVESPA.

Em 29 de dezembro de 2000, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia uma reestruturação societária envolvendo Neonergia (a época denominada Guaraniana), COELBA, Uptick Participações, Cosern e Ibidem, a qual foi autorizada pela ANEEL através da Resolução nº 474, de 30 de novembro de 2000. Essa reestruturação societária teve por objeto a incorporação do ágio originado na aquisição da Emissora, quando de sua privatização.

O racionamento de energia marcou o ano de 2001 em todo o Brasil (ver seção “Visão Geral do Setor de Energia Elétrica”), tendo a Companhia sofrido os efeitos de tal racionamento. Sua arrecadação, por exemplo, reduziu 10,2% em relação à de 2000. Apesar disso, a Companhia apresentou melhora no desempenho em várias áreas, tendo recebido: dois prêmios da ABRADEE, considerando a Emissora a “Melhor Distribuidora da Região Nordeste” e “Melhor Gestão Econômico-Financeira do Brasil”; o prêmio da Revista Eletricidade Moderna como “Maior Evolução do Desempenho do Nordeste”; e o prêmio concedido pelo Instituto Miguel Calmon de “Melhor Empresa de Concessão Pública da Região Nordeste”.

No dia 6 de junho de 2001, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a participação da Companhia na constituição e construção da Termoauçú, sociedade autorizada pela ANEEL a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica. Em 1º de agosto de 2001, foi firmado Termo de Transferência de Titularidade por meio do qual a Neoenergia cedeu para a Companhia uma ação ordinária nominativa, com direito a voto, do capital social da Termoauçú S.A. Em 2 de outubro de 2001, a Emissora subscreveu 68.639.961 ações ordinárias nominativas da Termoauçú, equivalente a 68,69% do capital social da empresa.

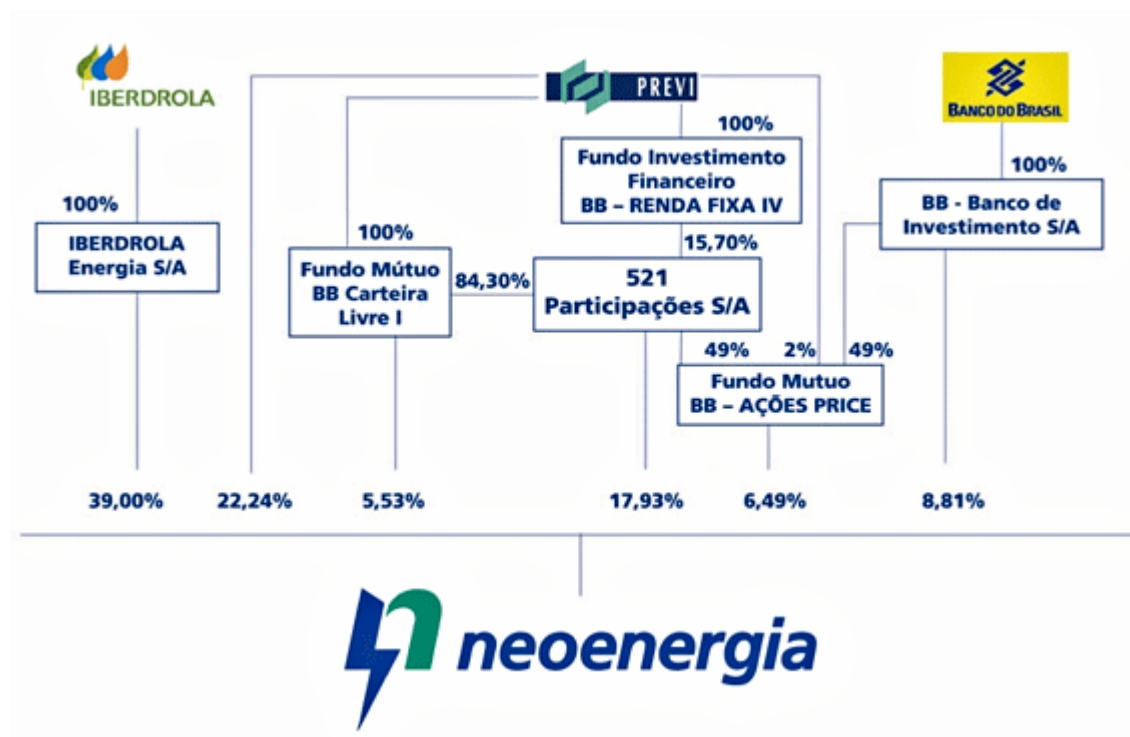
Em 17 de outubro de 2001, o objeto social da Emissora foi alterado novamente, passando a vigorar nos seguintes termos: “estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo”.

Em março de 2003, em virtude de determinação da ANEEL de desverticalizar as atividades de geração e distribuição, a Emissora procedeu à venda de suas ações da Termoauçú para a Neoenergia, holding do grupo.

A composição acionária da Emissora foi alterada, em função do processo de desverticalização da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, ocorrida em 29 de novembro de 2005. A partir de então, passou a contar com a seguinte composição: Neoenergia com 84,45% de participação, representando 141.934.875 ações; Iberdrola com 7,01% de participação, representando 11.782.384 ações; Uptick Participações com 5,82% de participação, representando 9.780.611; Previ com 1,54% de participação, representando 2.596.008 ações e outros com 1,18% de participação, representando 1.980.150 ações.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E PRINCIPAIS ACIONISTAS

A COSERN é controlada pela Neoenergia, que por sua vez é controlada pelo Banco do Brasil, PREVI e Grupo Iberdrola no país, conforme abaixo.



(*) Iberdrola S.A.: Sociedade domiciliada na Espanha cujos principais acionistas são: ACS, Actividades de Construcción y Servicios S.A. (10% do capital), Bilbao Bizkaia Kutxa – BBK (9,966% do capital) e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. – BBVA (7,492% do capital). As demais ações da Iberdrola S.A. encontra-se distribuídas de forma pulverizada no mercado. Considerando que as ações da Iberdrola S.A. estão representadas por anotações em conta, nos termos da legislação espanhola, não é possível conhecer a participação exata dos acionistas no capital social. A informação tem como fonte os informes anuais dos acionistas e as comunicações emitidas a Comissão Nacional de Mercado de Valores (CNVM).

(**) Previ: Entidade Fechada de previdência complementar, nos termos da Lei Complementar n.º 109/2001, a qual não é constituída sob a forma de sociedade empresária, mas sim de fundação, não tendo assim sócios acionistas ou quotistas.

Acordo de Acionistas da Neoenergia:

Em 05 de outubro de 2005, os acionistas da Neoenergia, PREVI, 521 Participações, FIA Carteira Livre, Iberdrola, BB Investimentos, Brasilcap e FIA Price celebraram um acordo de acionistas que visa a regular (a) o sentido das deliberações na assembleia geral e conselho de administração da Neoenergia e de suas controladas e coligadas, (b) a composição e o funcionamento dos órgãos da administração da Neoenergia e das suas controladas e coligadas, bem como do conselho fiscal da Neoenergia, (c) as limitações à transferência das ações de emissão da Neoenergia, (d) a participação da Neoenergia e dos acionistas parte no acordo em processo de venda de ações, (e) aumentos de capital e a constituição de ônus sobre as ações, entre outras matérias.

Segundo o acordo de acionistas, antes de qualquer assembleia geral da Neoenergia, de suas controladas ou de suas coligadas, ou de reunião do conselho de administração da Neoenergia, de suas controladas ou de suas coligadas, os acionistas deverão deliberar a respeito do sentido de voto nas deliberações a serem discutidas nesses eventos deliberativos, em reunião prévia a ser realizada com, pelo menos, 7 dias de antecedência da realização do respectivo evento deliberativo. O quorum para a aprovação do sentido de voto é de 75% do capital social.

Ainda, os acionistas outorgam-se mutuamente direito de preferência para adquirir a participação acionária de acionista que desejar alienar a sua participação no capital social da Neoenergia, nas mesmas condições da oferta realizada pelo terceiro interessado para a aquisição das ações vinculadas ao acordo de acionistas. No caso ações não vinculadas ao acordo de acionistas detidas pelos acionistas, estes se outorgam mutuamente o direito de primeira oferta para a aquisição dessas ações. Contudo, haverá direito de preferência para adquirir as ações não vinculadas ao acordo de acionistas caso o terceiro interessado seja uma empresa do setor de energia elétrica e/ou gás ou que, direta ou indiretamente, controle sociedade que atue no setor de energia elétrica e/ou gás no Brasil ou no exterior.

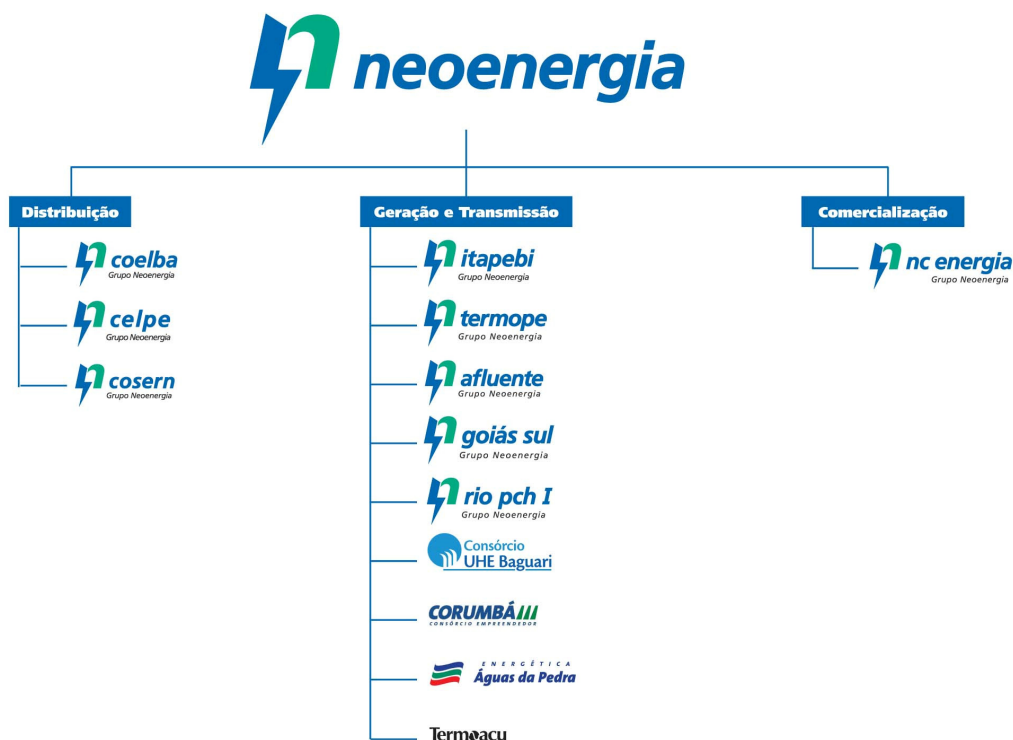
A partir de 05 de outubro de 2008, a PREVI, a 521 Participações S.A., a FIA Carteira Livre e a Brasilcap poderão transferir conjuntamente a sua participação acionária para (a) uma única sociedade, (b) para sociedades que sejam suas controladoras ou controladas ou para sociedades controladas ou fundos de investimentos controlados pelos seus próprios controladores, ou (c) para sociedades que atuem em conjunto ou que tenham por objetivo constituir um único grupo de controle da Neoenergia, e, cumulativamente, declarar rescindido o acordo de acionistas. A Iberdrola possui direito de preferência para adquirir essa participação acionária.

Na hipótese de mudança do controle acionário de qualquer acionista, os demais acionistas terão o direito de adquirir a totalidade das ações deste acionista, sejam elas vinculadas ou não ao acordo de acionistas, pelo seu valor econômico, aferido pelo método de fluxo de caixa descontado, segundo critérios usualmente adotados na avaliação de empresas do setor.

O acordo de acionistas permanecerá em vigor até a ocorrência da hipótese de venda das ações da Companhia, mencionadas acima, ou até o término do prazo de todos os contratos de concessão celebrados pela Neoenergia e/ou por suas controladas, sendo que na hipótese de renovação de qualquer desses contratos, o acordo de acionistas será automaticamente renovado por novo período.

O acordo de acionistas da Neoenergia pode ser consultado no site da CVM (www.cvm.gov.br).

O gráfico abaixo mostra detalhadamente o grupo de empresas em que se insere a COSERN:



Acionistas da COSERN

O quadro abaixo demonstra a distribuição do capital social da Companhia entre seus Principais Acionistas, em 30 de setembro de 2007:

Acionistas	MIL/AÇÕES ON		MIL/AÇÕES PN A		MIL/AÇÕES PN B		TOTAL	
	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Neoenergia S/A	110.781.761	85,38	16.507.498	80,11	14.645.619	82,64	141.934.878	84,45
Iberdrola Energia	8.147.546	6,28	2.217.674	10,76	1.417.164	8,00	11.782.384	7,01
Uptick Participações	7.576.650	5,84	1.156.609	5,61	1.047.352	5,91	9.780.611	5,82
Previ	1.854.844	1,43	359.031	1,74	382.135	2,16	2.596.010	1,54
Outros	1.385.418	1,07	365.316	1,77	229.411	1,29	1.980.145	1,18
Total	129.746.219	100,00	20.606.128	100,00	17.721.681	100,00	168.074.028	100,00

Neoenergia

A Neoenergia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, cujo objeto social consiste em: (i) participar em outras sociedades; (ii) intermediar e assessorar negócios, no País ou no exterior; (iii) importar bens e serviços; e (iv) realizar estudos e projetos comerciais, industriais, bem como as respectivas implementações. Constituída em 14 de fevereiro de 1996, a Neoenergia foi adquirida em 5 de agosto de 1997 pelo grupo formado por Iberdrola Participações, PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, BB - Banco de Investimentos S.A., Fundo Price e BRASILCAP – Capitalização S.A. Em outubro de 1998, a sócia Iberdrola Participações transferiu sua participação para a Iberdrola Energia. A Neoenergia é controladora da Companhia.

Iberdrola Energia

Com mais de 100 anos de experiência, a Iberdrola Energia é uma das principais elétricas privadas do mundo, cujos serviços são destinados a mais de 16 milhões de clientes, sendo mais de 9 milhões na Espanha, país onde está instalada sua sede, concentrados em geração e transmissão de energia elétrica, além de distribuição e comercialização de energia e gás natural.

Em 2006, a Iberdrola Energia apurou lucro líquido de 1,66 bilhões de euros e Ebitda de 3,89 bilhões de euros, e incrementou seu parque de geração global em 2.600 MW, atingindo, ao final de 2006, capacidade instalada de geração superior a 30.400 MW.

Uptick Participações

A Uptick Participações é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída em 8 de setembro de 1997. Seu objetivo social é participar como acionista da Emissora, de forma direta ou indireta, bem como em empresas em que os acionistas diretos ou indiretos da COSERN venham a participar como quotistas ou acionistas.

Atualmente, sua atividade está resumida à participação direta na COSERN, que se encontra registrada com base no método de equivalência patrimonial. Os acionistas da Uptick Participações são fundos de pensão das regiões Norte e Nordeste, dentre os quais FACHESF, CELPOS, FAELCE, FASERN, FUNCASAL e Fundação BANORTE.

Caixa de Previdência dos funcionários do Banco do Brasil - PREVI

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ - foi criada em 1904. É um fundo de pensão pioneiro, cujas atividades antecederam a instituição da seguridade oficial no Brasil. Sua finalidade é complementar, para os empregados do Banco do Brasil, os benefícios de aposentadoria e de pensão oferecidos pelo sistema oficial, o INSS.

O fundo de pensão dos funcionários do BB é o maior da América Latina em patrimônio. Além da participação no Grupo Neoenergia, a Previ tem participação acionária em mais de 100 companhias.

No setor elétrico, a Previ tem participação nas seguintes empresas: CELESC - Distribuidora de Energia do Estado Santa Catarina; CELPE - Distribuidora de Energia do Estado de Pernambuco; COELBA - Distribuidora de Energia do Estado da Bahia; COSERN - Distribuidora de Energia do Estado do Rio Grande do Norte; CPFL Energia - Holding do Grupo CPFL; e Neoenergia (holding do Grupo Neoenergia).

Desverticalização

Conforme estabelecido na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as concessionárias distribuidoras não mais podem exercer atividades de geração, transmissão e livre comercialização de energia elétrica.

Nesse prisma, não é mais admitido que os distribuidores possuam ativos de geração, transmissão ou qualquer outra atividade estranha à atividade de distribuição de energia elétrica.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, ficou determinado um prazo de 18 meses, da data da sua publicação em 16 de março de 2004, para que as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de energia elétrica se adaptassem às exigências de desverticalização e descruzamento societário.

Deste modo, as usinas que integram o Contrato de Concessão da COELBA, bem como as instalações de transmissão de energia elétrica, foram desverticalizadas, ou seja, não mais formam parte dos ativos da COELBA. Também por força da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a participação societária que a COELBA possuía na COSERN foi extinta por meio da cisão do capital social da COELBA, transferindo a participação que detinha na COSERN para os acionistas da COELBA. Dessa forma, o controle da COSERN, que antes era da COELBA, foi transferido à Neoenergia.

A operação de desverticalização foi realizada em 29 de novembro de 2005, dentro do prazo legal determinado pela referida lei.

Acordo de Acionistas

Em 30 de setembro de 2007, não havia nenhum acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

Entretanto, em 05 de outubro de 2005, foi assinado um Acordo de Acionistas entre os sócios da Neoenergia, holding do grupo.

Reestruturações e Participações Societárias da COSERN

Em 29 de dezembro de 2000, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia reestruturação societária envolvendo a Guaraniana (atual Neoenergia), COELBA, Uptick Participações, COSERN e Ibidem, autorizada pela ANEEL através da Resolução nº 474, de 30 de novembro de 2000. No processo de reestruturação, foi criada a Ibidem, mediante a transferência das ações de emissão da COSERN, de titularidade da Guaraniana, COELBA e Uptick, e do respectivo ágio.

Posteriormente, procedeu-se à incorporação da Ibidem pela COSERN. Referida incorporação foi efetivada levando-se em conta o valor do patrimônio líquido da Ibidem, cujos elementos patrimoniais ativos e passivos se encontravam refletidos em seu balanço de 30 de novembro de 2000, avaliado pelo valor contábil de R\$ 429,661 milhões.

Em 29 de novembro de 2005, a composição acionária da Cosern foi alterada, em função da desverticalização da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba. A partir de então, passou a contar com a seguinte composição: Neoenergia com 84,45% de participação, representando 141.934.875 ações; Iberdrola Energia com 7,01% de participação, representando 11.782.384 ações; Uptick Participações S.A. com 5,82% de participação, representando 9.780.611; Previ com 1,54% de participação, representando 2.596.008 ações e outros com 1,18% de participação, representando 1.980.150 ações.

Participações Societárias

Atualmente, a COSERN não detém participações em outras sociedades, respeitando a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Reestruturações Societárias do Grupo Neoenergia

Além das reestruturações societárias ocorridas no âmbito exclusivo da COSERN descritas neste Prospecto, as demais sociedades do grupo estiveram envolvidas nas seguintes reestruturações:

- Alienação de 20% das ações da Itapebi, de titularidade da Neoenergia, sendo 16,4% para a 521 Participações S.A. e 3,6% para a Iberdrola Energia, por meio de contrato de compra e venda, celebrado em fevereiro de 2000, representada por 63 milhões de ações ordinárias de emissão da Itapebi no valor de R\$ 126.257 mil, aprovada em reunião dos conselhos de administração da Itapebi e da COELBA, realizada em 23 de outubro de 2003.
- Alienação da participação detida pela COSERN na Termoapu para a Neoenergia, por meio de compra e venda, em 31 de março de 2003, de 150.640 mil ações ordinárias nominativas de propriedade da COSERN, no valor de R\$ 182.378 mil, a fim de, dentre outros motivos, cumprir a exigência da ANEEL de desverticalizar as atividades de geração e distribuição, conforme reunião dos conselhos de administração da COSERN e Neoenergia, realizada em março de 2003.
- Em cumprimento ao Despacho ANEEL n.º 444/01, a CELPE vendeu sua participação acionária na Termopernambuco à Neoenergia, em outubro de 2003. Essa participação corresponde a 72,57% do capital social integralizado da termelétrica. O valor da venda foi de R\$ 333.876 mil. Essa operação de venda da Termopernambuco foi homologada pela ANEEL em 24 de dezembro de 2004..
- Desverticalização da Coelba em 29 de novembro de 2005, com a alienação das ações que esta detinha na Cosern e com a cisão dos ativos de geração e transmissão formando a companhia Afluente.

ATIVIDADES DA EMISSORA

A Emissora é uma concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, sendo seu mercado de atuação o Estado do Rio Grande do Norte, atendendo todos os 167 municípios do território estadual numa área de 53.167 km².

Por meio do Contrato de Concessão, a União concedeu à Companhia o direito à exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica e das instalações de transmissão necessárias à distribuição de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Norte.

A prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica é viabilizada através de redes de distribuição, ramificadas em toda a área de concessão da Companhia. Esse serviço é prestado diretamente pela COSERN aos consumidores finais, subdivididos em várias classes de tensão e de consumo. A energia elétrica vendida é quantificada por meio da instalação de medidores com leituras mensais, cujas informações são processadas e com base nas mesmas, são emitidas faturas com a aplicação de tarifas, encargos e tributos estabelecidos pelas leis vigentes.

São acessórias à distribuição de energia elétrica pela COSERN as seguintes atividades: (i) ligação e vistoria da unidade consumidora; (ii) aferição de medidor a pedido do consumidor; (iii) verificação do nível de tensão a pedido do consumidor; (iv) religação de unidade consumidora; (v) faturamento e arrecadação; (vi) averiguação de danos no sistema; e (vii) construção de novas linhas de transmissão e distribuição.

As tarifas cobradas pela Emissora de seus clientes são fixadas pelo Poder Concedente, passíveis de reajuste e revisão. Os reajustes: (i) ordinários são procedidos anualmente, e (ii) os extraordinários a qualquer tempo, sempre que o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão for ameaçado. As revisões tarifárias ocorrem a cada cinco anos e objetivam, nos termos do Contrato de Concessão, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Distribuição de Energia Elétrica e Instalações Operacionais

A energia elétrica no Estado do Rio Grande do Norte é 100% distribuída pela COSERN, que atende a 167 municípios do Estado.

A distribuição de energia elétrica consiste no transporte da energia da fronteira com a Rede Básica até o ponto de entrega aos consumidores finais.

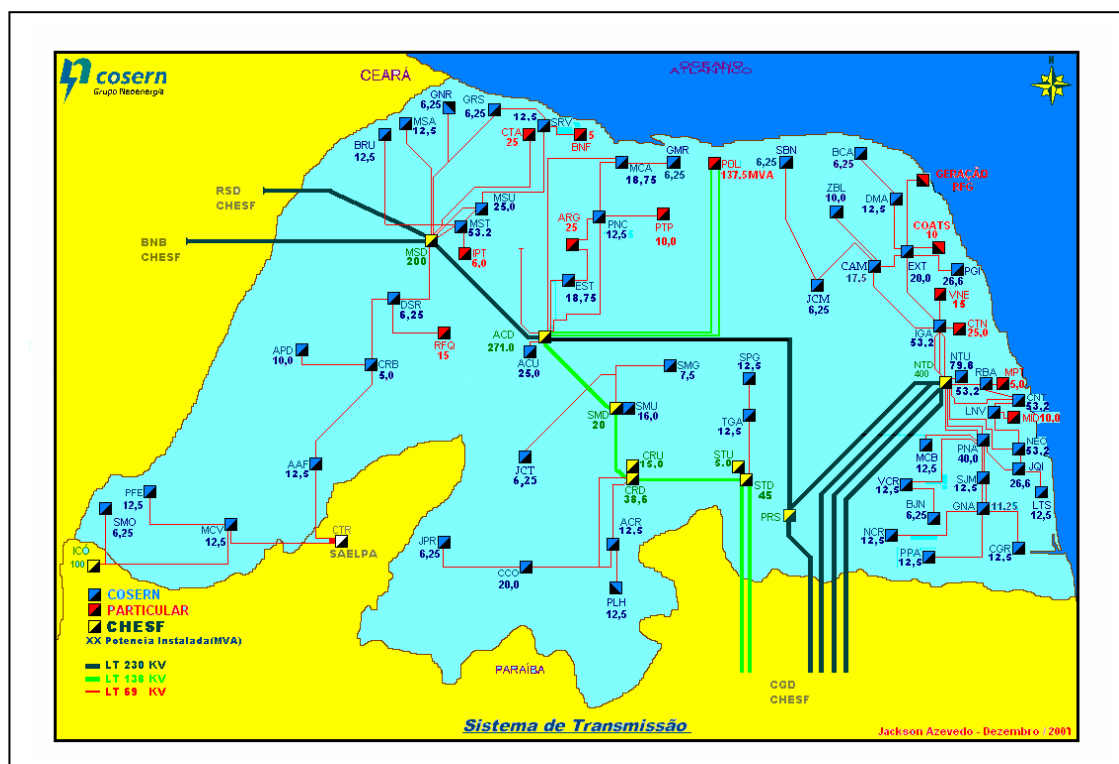
Em relação às linhas de sub-transmissão cujas tensões são de 69 e 138 kV, com extensão de 1994,07 km, a Emissora apresentou uma potência instalada de 929,15 MVA, distribuídas nas 53 subestações para suprir o Estado do Rio Grande do Norte, em 30 de setembro de 2007.

Em 30 de setembro de 2007, a rede de distribuição da Companhia era composta por 461 mil postes, com aproximadamente 35 mil km de linhas e 26 mil transformadores de distribuição, com uma capacidade instalada total de 905886 kVA. A Emissora fornece energia em alta tensão (69 kV e 138 kV) para 11 de seus maiores consumidores, enquanto que o restante dos consumidores recebe energia em média tensão (13,8 kV) ou baixa tensão (380/220V). O principal centro urbano servido pela COSERN é Natal, que representava 26,41% da totalidade de consumidores da Companhia, em 30 de setembro de 2007.

Toda a rede de distribuição da Emissora é aérea, estando conectada ao sistema de geração e transmissão da CHESF por meio de linhas de suprimento que vêm de 7 subestações: Açu II, Currais Novos II, Mossoró II, Natal II, Santa Cruz II, Santana dos Matos II e Icó.

Antes da privatização, a rede de transmissão da COSERN era deficitária em relação à rede de distribuição. A Companhia investiu vultosos recursos a partir do ano de sua privatização no desenvolvimento de sua rede de transmissão e rede de distribuição. A partir de 1998 foram construídos 623 km de redes de transmissão em 69 kV e 16 novas subestações, contando com a aquisição de subestação móvel.

A rede de transmissão da CHESF e as subestações da Emissora estão representadas no mapa abaixo:



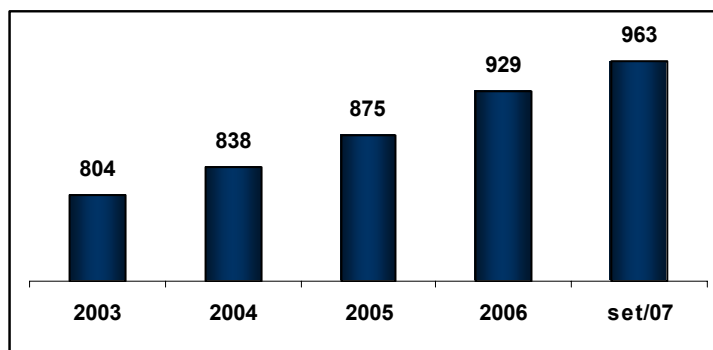
A tabela a seguir contém informações a respeito da rede de distribuição e transmissão referentes aos últimos cinco anos:

	2002	2003	2004	2005	2006
Rede de Transmissão					
Linhas de Transmissão (km) 69 kV	1.716,1	1.806,8	1808	1809,06	1840,17
Potência Instalada em transformadores de Subestações (MVA) *	866,15	879,90	879,90	897,40	922,90
Subestações	50	51	52	52	53
Rede de distribuição					
Linhas de distribuição até 13,8 kV (km)	26.278	30.306	30.672	32.086	34.185
Potência Instalada em transformadores de Distribuição	680.000	752.000	768.000	798.982	864.294
Número de postes	340.752	385.111	406.991	422.507	449.253
Número de localidades servidas					
	167	167	167	167	167
Sedes					

Fonte: COSERN

Mercado de Energia Elétrica

Em 30 de setembro de 2007, a COSERN atendia a 963 mil consumidores, com mercado de 2.500.333 MWh até essa data. É a 4ª concessionária de serviços de distribuição de energia elétrica do nordeste, com cerca de 9,95% de participação nesse mercado, de acordo com o resultado econômico financeiro publicado pela ABRADÉE em junho de 2007. O gráfico abaixo demonstra a evolução do número de clientes da Companhia nos últimos anos:



O consumo de energia elétrica concentra-se na região metropolitana de Natal, cuja demanda, em setembro de 2007, foi de aproximadamente 30% da energia distribuída, fato explicado pela presença de indústrias, centros comerciais e de 27,2% do número de consumidores da COSERN.

A classe residencial detém a maior participação de consumo no mercado da COSERN, seguida das classes comercial e industrial, conforme apresentado na tabela abaixo para os 3^{os} trimestres de 2006 e 2007:

MERCADO CATIVO (MWh)	3º Trimestre 2006	3º Trimestre 2007
Residencial	779.864	858.248
Industrial	482.516	497.033
Comercial	474.174	506.208
Rural	224.519	233.338
Poder Público	129.045	137.169
Iluminação Pública	96.046	99.570
Serviço Público	150.261	165.435
Uso Próprio	4.895	3.333
Total	2.341.322	2.500.333

No ano de 2006, o consumo de energia foi de 3.730 GWh, tendo uma variação positiva de 6,12% em relação ao ano de 2005, e positiva de 18% em relação a 2004.

A Companhia encerrou o ano de 2006 com 929 mil clientes com contratos ativos. Em 30 de setembro de 2007, este número correspondeu a 963 mil clientes. A tabela abaixo apresenta o total de contratos ativos da Companhia em 30 de setembro de 2007:

Residencial	826.887
Industrial	4.871
Comercial	65.787
Rural	49.515
Poder Público	10.316
Iluminação Pública	3.743
Serviço Público	1.480
Uso Próprio	91
Total	962.690

A tabela abaixo mostra a evolução da taxa de atendimento da Companhia para os anos de 2004 a 2006:

Taxa de Atendimento – Número de Clientes/ Total Domicílios (%)			
Ano	2004	2005	2006
Rural	89,1%	90,1%	96,7%
Urbana	99,9%	99,9%	99,9%

Sazonalidade

Apesar de o principal mercado atendido pela Companhia ser o residencial, seus negócios também são afetados pela sazonalidade do mercado. Normalmente, ocorre aumento no consumo de energia elétrica dos clientes industriais e comerciais no quarto trimestre, devido ao aumento da atividade industrial e comercial na época de festas de fim de ano. Além disso, há um aumento geral de uso em todas as categorias de clientes durante o verão, em razão das temperaturas elevadas, que acarretam, por sua vez, a utilização de equipamentos de refrigeração e climatização com maior intensidade. Já no período de maio a agosto temos menores consumos devido ao aumento dos

índices pluviométricos e conseqüente diminuição de temperatura, que afeta diretamente o consumo das classes residencial, comercial, poder público e rural. Outros aspectos sazonais que impactam o consumo de energia são as atividades turísticas e férias escolares.

Perdas de Energia

As perdas de energia da COSERN decorrem de (i) transmissão, distribuição e transformação da energia elétrica (as chamadas perdas técnicas) e (ii) medições defeituosas, fraudes, furtos de energia, e causas semelhantes (denominadas perdas comerciais).

A mudança de cenário com o racionamento de energia elétrica marcou uma inversão na tendência da curva do Índice de Perdas. Este resultado teve como causa fundamental o modelo adotado para o racionamento, que instituiu um bônus para quem cumprisse a cota e uma sobretaxa para quem ultrapassasse esse limite. A corrida para obtenção do benefício do bônus e a fuga da sobretaxa incentivou a proliferação de fraudes nas medições de consumidores e o aumento das ligações clandestinas.

A Emissora destaca equipes técnicas qualificadas para realizar inspeções, incrementa o monitoramento do consumo irregular, aumenta as reposições de equipamentos de medição obsoletos e desenvolve um programa computacional para conter as perdas técnicas, por meio da centralização de medidores e implementação de medidores eletrônicos.

A Tabela abaixo apresenta os principais índices históricos de desempenho operacional e de produtividade utilizados pela COSERN (perdas, DEC e FEC):

Índices	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
DEC	14,29	10,96	11,51	10,63	12,37	12,84	12,48
FEC	11,83	11,44	10,53	8,5	9,39	9,66	8,33
PERDAS (%)	12,82	12,82	14,03	12,33	12,45	12,35	11,96
*TAT (%)	2,18	1,96	2,0	1,97	1,99	2,00	1,82

*TAT - Taxa de Avaria em Transformadores de Distribuição

A Emissora vem aplicando diversas medidas para redução das perdas em 2007, destacando-se:

-substituição de 500 medidores eletromecânicos por eletrônicos;
-implementação de um programa de produtividade para os leituristas;
-inspeção em 36.000 clientes cortados;
-realização de 1.800 inspeções nos clientes do grupo A e 36.000 nos clientes do grupo B;
-realização de 35.000 verificações prévia em clientes do grupo B;
-realização de 30 treinamentos e reciclagem dos leituristas nas indicações de irregularidade com perda durante a leitura;
-regularização de 500 ligações clandestinas que dependem de rede de energia elétrica;
-realização de um seminário de melhores práticas de combate as perdas em nível operacional;
-diagnóstico via SQM de série de medidores obsoletos;
-instalação de 154 módulos de telemetria em clientes do grupo A;
-promover treinamento para equipes próprias e terceirizadas;
-promover treinamento com consultor externo para equipes do grupo A;
-instalação de medição em 300 circuitos exclusivos de iluminação pública; e
-instalação de 10 bancos capacitores.

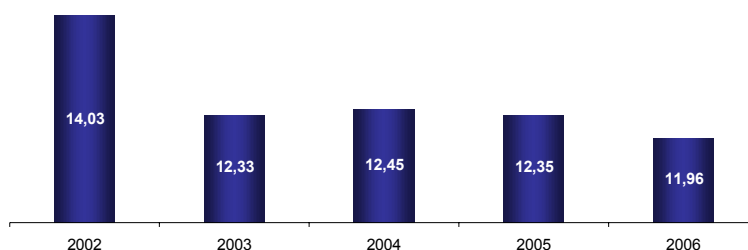
O índice de perdas de energia elétrica da Emissora em 2006 foi de 11,96%, sendo 8,8% técnicas e 3,16% comerciais.

De janeiro até setembro de 2007, a Emissora conseguiu reduzir o índice de perdas de 11,62% para 11,29%.

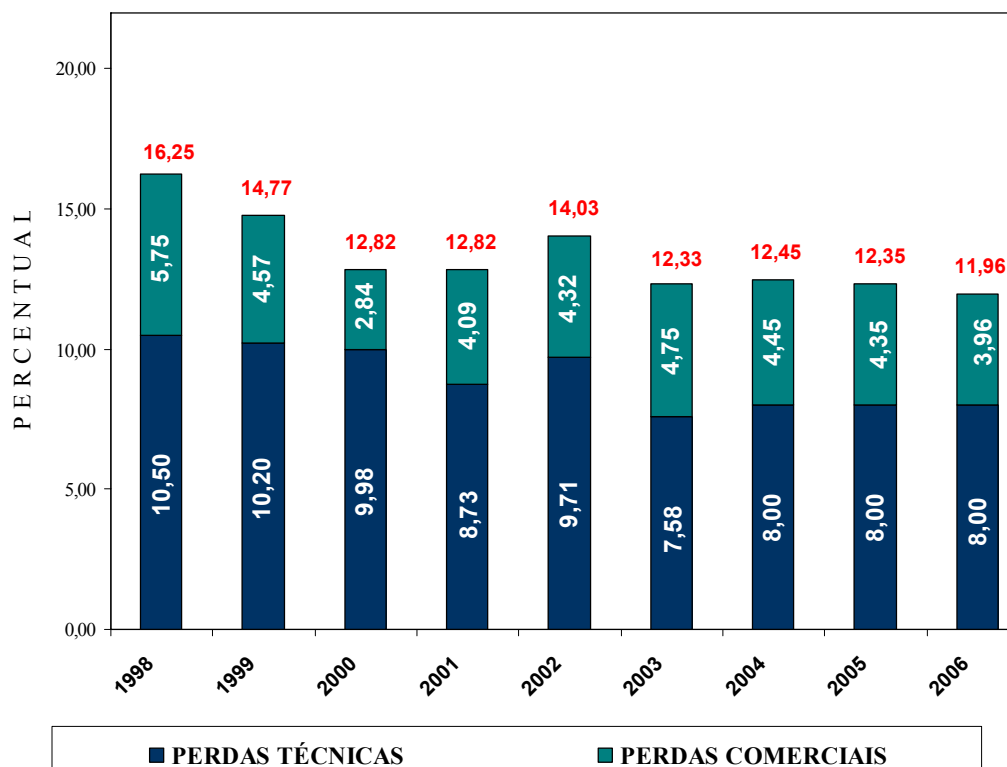
A tabela abaixo apresenta o índice de perdas nos últimos cinco anos, confirmando a eficácia das ações de combate às perdas praticas pela Emissora:

Índice de Perdas 5 anos (%)

Evolução do Índice de Perdas (%)



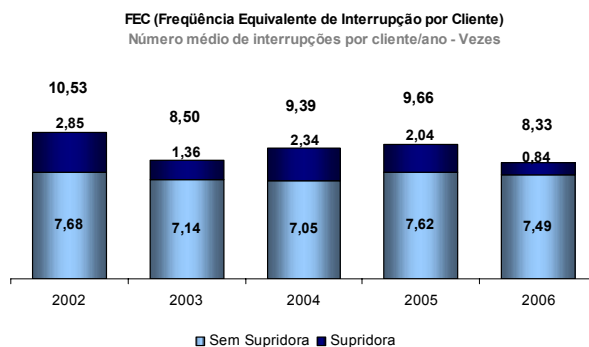
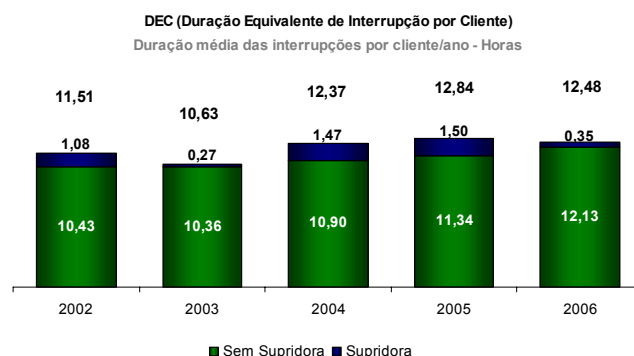
EVOLUÇÃO DAS PERDAS ELÉTRICAS



Qualidade dos Serviços Prestados

A ANEEL utiliza dois índices principais para a verificação de qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica, quais sejam: (i) DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor, que indica o intervalo de tempo que, em média, cada consumidor do conjunto considerado ficou privado do fornecimento de energia elétrica, no período de observação, considerando-se as interrupções maiores ou iguais a 1 minuto e (ii) FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, que indica o número de interrupções que, em média, cada consumidor do conjunto considerado sofreu no período de observação, considerando-se também as interrupções maiores ou iguais a 1 minuto.

Seguindo suas diretrizes estratégicas, a COSERN implementou um moderno projeto de digitalização e automação do seu sistema elétrico, que permite telesupervisionar e telecomandar subestações a partir do Centro de Operação Integradas – COI. Para isso, modernizou seu sistema de proteção e controle, regulação, corrente contínua, alarme e sinalização. A digitalização das subestações também permite a formação de um banco de dados de ocorrências, favorecendo a realização de trabalhos preventivos e corretivos de reparo ou substituição de equipamentos. Com os dados informatizados e disponibilizados para as áreas de operação e manutenção, as decisões e ações são tomadas com maior agilidade e confiabilidade, sem desperdícios de tempo e recursos. Das 53 subestações existentes, todas já estão totalmente automatizadas e integradas aos COI.



De acordo com o principal indicador de satisfação do consumidor de energia, o IASC, o desempenho da COSERN atingiu a média de 61,42 em 2006, ficando acima da média nacional de 60,49 e da média regional, que foi de 59,47.

Estratégia da Companhia

Após a privatização, a COSERN passou a viver uma profunda transformação, tanto técnica como na sua forma de atuação, tendo como suporte a metodologia de reengenharia de processos desenvolvida pela Neoenergia. A estratégia geral consiste em um conjunto de ações convergentes e orientadas para os objetivos empresariais que deverão conduzir a Companhia a uma condição futura de modo que obtenha nível de excelência em qualidade e confiabilidade, ofereça preços competitivos e aufera rentabilidade adequada.

Para tanto, a estratégia tem sido orientada por três diretrizes de atuação: (i) busca da excelência nos indicadores operacionais; (ii) busca de reconhecimento pela qualidade dos serviços prestados por conta dos clientes; e (iii) rentabilidade. Essas políticas são desdobradas em todas as áreas corporativas, para as quais são determinados objetivos específicos

A Companhia vem tomando medidas com vistas a (i) alcançar os melhores níveis de qualidade no fornecimento de energia elétrica para os clientes e superiores aos recomendados pelo órgão regulador; e (ii) aumentar a satisfação global dos clientes com o serviço oferecido, fidelizando o consumidor potencialmente livre.

Os objetivos da COSERN para 2007 são a (i) Continuidade do Programa Luz para Todos, (ii) Plano Especial de Investimento com ações de redução das Perdas, (iii) ações de redução da inadimplência dos clientes privados e públicos, (iv) melhoria na prestação dos serviços à comunidade e (v) responsabilidade social e sócio-ambiental

Investimentos Realizados

Anualmente, a Companhia promove o seu Plano de Investimentos para expansão e modernização que reúne investimentos na área de operação e distribuição de energia, ligação de novos consumidores, frota automotiva, informática e automação. Esses investimentos têm como objetivo garantir o atendimento ao crescimento do mercado, ampliando o número de consumidores rurais e urbanos atendidos pelo serviço de energia elétrica, bem como melhorar a qualidade do atendimento.

Em 2006, foram investidos um total de R\$ 117,1 milhões. Para 2007, os investimentos previstos para o ano somam R\$ 81,9 milhões. A distribuição dos investimentos feitos em 2004, 2005 e 2006, bem como a distribuição dos investimentos planejados para 2007, seguem abaixo:

	2004 R\$ mil	2005 R\$ mil	2006 R\$ mil
PLANOS	54.817	60.486	117.153
. Plano 1 - Expansão de rede	9.231	6.122	9.104
. Plano 2 - Projetos especiais	19.155	30.634	81.008
. Plano 3 - Renovação de subestações	1.068	1.050	775
. Plano 4 - Renovação de linhas (LT)	850	807	2.022
. Plano 5 - Automação	272	336	179
. Plano 6 - Telecomunicações	363	185	194
. Plano 7 - Novas ligações	9.312	9.719	8.814
. Plano 8 - Exploração de redes de distribuição	8.089	8.966	7.860
. Plano 9 - Informática	3.662	1.626	2.740
. Plano 10 - Ferramentas e serviços	1.039	345	1.225
. Plano 11 - Veículos	1.658	539	2.042
. Plano 12 - Infra-estrutura	118	157	1.190

A distribuição dos investimentos planejados para 2007 é a seguinte:

	Planejado 2007 R\$ mil
PLANOS	81.899
. Plano 1 - Expansão de Rede	23.668
. Plano 2 - Projetos Especiais	29.235
. Plano 3 - Renovação de Subestações	1.665
. Plano 4 - Renovação de Linhas (LT)	389
. Plano 5 - Automação	108
. Plano 6 - Telecomunicações	259
. Plano 7 - Novas Ligações	12.028
. Plano 8 - Exploração de Redes de Distribuição	11.022
. Plano 9 - Informática	900
. Plano 10 - Ferramentas e Serviços	705
. Plano 11 - Veículos	1.700
. Plano 12 - Infra-estrutura	220

A seguir, descrevemos, em breve síntese, cada um dos planos de investimento da Companhia:

Expansão da Rede

Este plano é relacionado à atividade de expansão dos sistemas de sub-transmissão e de distribuição, a partir de estudos de planejamento. O plano tem como meta ampliar, reforçar e melhorar a confiabilidade do sistema elétrico para o atendimento ao crescimento do mercado previsto, bem como, alcançar os níveis requeridos de tensão, ampliação de subestações que já superaram sua capacidade nominal de transformação e expansões para atendimento a novos clientes, associadas às construções das linhas de transmissão correspondentes.

Estão contempladas, neste plano, as ações específicas correspondentes a regularização de níveis de tensão, redução de perdas, reforço/expansão do sistema e melhoria da continuidade do fornecimento.

Projetos Especiais

Este plano é relacionado a Projetos Especiais, com duração limitada, sendo que alguns já se encontram em andamento. As subdivisões deste plano contemplam projetos do Programa de Universalização do Fornecimento de Energia e Luz para Todos, de Pesquisa e Desenvolvimento e de Normas e Padrões. Seguem informações mais detalhadas de alguns dos projetos.

Universalização do Atendimento e Luz para Todos

Este programa visa a universalização do fornecimento de energia elétrica e estabelece como meta a eletrificação de 100% dos domicílios do Estado do Rio Grande do Norte. A COSERN deverá cumprir essa meta até o ano de 2008.

O programa Luz para Todos faz parte do Programa de Universalização do Atendimento e conta com um convênio entre a Emissora (30%), o Governo Federal (50%) e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte (20%). O objetivo desse programa é o atendimento aos domicílios não eletrificados, localizados na área rural.

P&D – Pesquisa de Desenvolvimento e Eficiência Energética

Destina-se à apropriação dos investimentos realizados na aquisição de materiais e equipamentos em projetos relacionados ao Programa de Pesquisa de Desenvolvimento e Eficiência Energética, em atendimento à Lei nº 9.991/01, desde que aprovados pela ANEEL, visando a aquisição de materiais e equipamentos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, e que serão integrados ao Ativo da Companhia.

Normas e Padrões

O objetivo deste plano é desenvolver e elaborar padrões de instalações elétricas e de normas técnicas de forma que seja possível cobrir os custos com os serviços de terceiros necessários à normatização e padronização das instalações, melhorando o processo de manutenção/operação do sistema elétrico e reduzindo o número de itens de materiais a serem adquiridos e mantidos em estoque.

Renovação de Subestações

Este plano tem por objetivo o melhoramento e renovação de subestações, incluindo-se as reservas técnicas necessárias para a adequada manutenção das mesmas, com o objetivo de melhorar e renovar as subestações face ao fim da vida útil de equipamentos ou instalações e aquisição de equipamentos para a reserva técnica necessários à atividade de manutenção.

Renovação de Linhas de Sub-transmissão (LT)

Este plano destina-se à apropriação dos custos dos projetos relacionados à atividade de melhoramento/renovação de linhas de sub-transmissão – 69 e 138 kV.

Automação

Este plano destina-se à apropriação dos custos dos projetos relacionados à atividade de adaptação/automação de subestações e redes de distribuição e instalação/modernização de centros de controle de operação, buscando alcançar esses fins no COI – Centro de Operação Integrada e adquirir Unidades Terminais Remotas de Poste, proporcionando a operação otimizada do sistema elétrico, o incremento na qualidade de serviço e a redução dos custos operacionais.

Telecomunicações

Este plano destina-se à apropriação dos custos dos projetos relacionados à implantação de sistemas de telecomunicações próprios, para atendimento às necessidades da operação e manutenção do sistema elétrico da Companhia, nas áreas de suporte de telecomunicações para o sistema de tele-controle; na melhoria das comunicações de voz via rádio móvel; na criação de centros de tele-atendimento nas áreas regionais; e nas interligações para atender à rede interna.

Novas Ligações

Este plano destina-se à apropriação dos custos dos projetos relacionados à atividade de ligação de novos consumidores. Também estão previstos investimentos nas atividades de religação e corte e na aquisição de medidores para crescimento vegetativo e substituição, em função de danificações e fim de vida útil, objetivando garantir o atendimento aos novos clientes decorrentes do crescimento vegetativo do mercado.

Exploração da Rede de Distribuição

Este plano destina-se à renovação e melhoramento de redes de distribuição e constituição da reserva técnica de equipamentos de distribuição (fim de vida útil e atendimento a clientes), assim como para atender às exigências de qualidade e segurança.

Informática

Este plano é relacionado aos sistemas de informática no que se refere à renovação e aquisição de *hardwares* e aquisição e desenvolvimento de *softwares*, visando a renovação do parque de informática da Companhia.

Ferramentas e Serviços

Este plano destina-se à substituição e aquisição de novas ferramentas, equipamentos de serviço e instrumentos de medição, testes e ensaios elétricos de uso das turmas de manutenção de linhas e de redes, turmas de manutenção de subestações e usinas, turmas de inspeção em instalações consumidoras, turmas de novas ligações, e turmas de serviços comerciais, além do instrumental utilizado pelos laboratórios de manutenção, calibragem e ensaios no Departamento de Engenharia e Manutenção do Sistema Elétrico; no Departamento de Automação e Telecomunicações; e no Departamento de Suprimento.

Veículos

Este plano destina-se à aquisição de veículos para a renovação da frota.

Infra- Estrutura

Este plano destina-se à aquisição de móveis e equipamentos de escritório, construção, ampliação e renovação de imóveis administrativos, aquisição de terrenos, etc.

Fornecedores

Por ser uma distribuidora de energia elétrica, a Companhia depende basicamente da energia elétrica que lhe é suprida pelas empresas de geração de energia elétrica. Como a COSERN não possui empreendimento de geração, a energia necessária ao atendimento do seu mercado é, integralmente, adquirida de terceiros.

Em 30 de setembro de 2007, a compra de energia elétrica, incluindo os encargos de conexão e uso do sistema, representou 70,76%¹ dos custos e despesas operacionais da Companhia. Atualmente, os CCEAR, firmados no Leilão em 07 de dezembro de 2004, representam 90,20% do total de energia elétrica comprada para o ano de 2007.

A tabela a seguir mostra os montantes de energia elétrica comprada pela Emissora nos últimos 3 (três) exercícios e os respectivos fornecedores:

Energia Comprada (GWh)			
	2006	2005	2004
CHESF	1.229,70	2.091,79	3.790
NC Energia	6,03	10,72	11,44
SAELPA	0,00	1,25	2,50

Os contratos referentes ao fornecimento de energia elétrica estão descritos abaixo no item "*Contratos Relevantes – Contratos de Compra e Venda de Energia*".

Em 2006, a energia foi adquirida a um custo médio de R\$ 64,26/MWh², resultando num incremento de cerca de 8,65% em comparação ao custo médio apurado em 2005. Destaque-se que tal incremento resultou, principalmente, fim dos Contratos Iniciais.

¹ Energia comprada inclui conexão e uso da rede básica, mas, não contempla(CVA's, Pis/Cofins, etc.)

² Custo médio não contempla encargos(conexão e uso da rede básica).

Em dezembro de 2004 a Companhia participou do primeiro leilão de energia elétrica de empreendimentos existentes no âmbito do ACR, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. Para maiores informações sobre a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico ver seção “Visão Geral do Setor de Energia Elétrica” deste Prospecto.

Como resultado da estratégia de compra no leilão, citado acima, a COSERN adquiriu um volume de energia expressivo a preços competitivos, 428,85 MW médios, em contrato com duração de 8 anos, sendo 264,10 MW médios com início de suprimento em 2005 a um preço de R\$ 57,59, 144,02 MW médios iniciando o suprimento em 2006 a R\$ 67,33/MWh, e 19,99 MW médios iniciando em 2007 a R\$ 75,46/MWh, participando também dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficit – MCSD's para ajustes destes valores.

Em dezembro de 2006 foi realizado o leilão(A-1), no qual adquirimos 1,59 MW médios, contratos com duração de 8 anos, a um preço médio de R\$ 104,74/MWh. Em março de 2007 adquirimos 4,0 MW médio, através do 4º leilão de ajuste com duração de 9 meses, a um preço médio de R\$ 64,56/MWh e em maio deste mesmo ano, adquirimos 0,042 MW médio, através do MCSD Trocas Livre.

De acordo com o contrato de compra de energia elétrica firmado entre a COSERN e a Termoaçu, a COSERN passará a comprar energia da Termoaçu, a partir de março de 2008, em um volume equivalente a 12,16% do total de energia adquirido pela empresa para o ano de 2008. O preço de compra acordado com a Termoaçu é considerado alto (R\$108,27 em março de 2007) se comparado aos preços da energia adquirida da CHESF- 6 anos (R\$65,91 em março de 2007) e por meio dos leilões de dezembro de 2004 (R\$66,20 em março de 2007).

Cientes

Os clientes da Companhia são classificados em oito classes principais: (i) residencial; (ii) comercial, serviços e outras atividades (incluindo universidades e hospitais); (iii) industrial (compreendendo a manufatura e atividades de processamento); (iv) poder público (compreendendo órgãos municipais, estaduais e federais), (v) iluminação pública, (vi) serviços públicos (incluindo empresas de água, esgoto e saneamento); (vii) rural; e (viii) consumo próprio.

As classes de clientes da Emissora estão distribuídas em 2 grupos: (i) o grupo A, que compreende os clientes com fornecimento de energia em nível de tensão igual ou superior a 13,8 KV; e (ii) o grupo B, que compreende os demais clientes.

Os clientes classificados no grupo A representam cerca de 0,24% dos contratos, 42,97% da energia faturada e 38,94% do faturamento da Emissora, enquanto os clientes do grupo B representam 99,76% dos contratos, 57,03% da energia faturada e 61,06% do faturamento.

A maior classe de clientes é a residencial que, em setembro de 2007, correspondia a 85,97% do total dos clientes e a 32,33% das vendas de energia e 36,41% da receita da Companhia. A classe comercial corresponde a 6,79% dos clientes, 19,63% das vendas de energia e a 22,73% da receita. A classe industrial, por sua vez, corresponde a 0,50% dos clientes e 20,68% das vendas de energia e a 20,47% da receita. Os clientes das outras classes correspondem a 6,74% do total de consumidores e a 27,35% das vendas de energia e a 20,39% da receita.

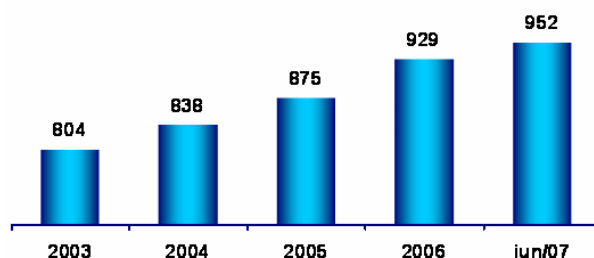
Em 2006, o número de clientes apresentou um crescimento de 6,17% em relação ao ano anterior, o que significou um incremento de 54 mil novos clientes. A classe residencial contribuiu com um crescimento de 5,27% em relação ao ano anterior, que representa 40 mil novos clientes residenciais, participando com 74,07% do incremento total, fomentado pela implantação do Programa Luz para Todos.

Em setembro de 2007, o número de clientes residenciais corresponde a 85,97% do total de clientes/contratos ativos, equivalente a 963 mil consumidores. De conformidade com a Resolução ANEEL n.º 485/2002, que estabeleceu novos critérios para classificação dos consumidores de baixa renda, 46,88% dos consumidores residenciais se enquadram nessa categoria.

A venda de energia elétrica para consumidores residenciais classificados como baixa renda vem evoluindo desde 2002. Em 2002 a classe de consumidores residenciais baixa renda representava 1,5% do faturamento total da Emissora. Com as mudanças na legislação, em setembro de 2007, a participação passou para 5,37% de todo o faturamento da COSERN.

Os maiores clientes da COSERN responderam, em setembro de 2007, por cerca de 15,09% das vendas da Companhia em volume, e a 19,57% do faturamento de energia. Em setembro de 2007, o maior consumidor em volume representava aproximadamente 8,92% do total do consumo dos clientes da Companhia.

Os números de contratos ativos da Emissora estão representados no quadro abaixo:



Consumidores Livres, Consumidores Parcialmente Livres e Consumidores Potencialmente Livres

Em 30 de setembro de 2007, havia, na área de concessão da Companhia, 8 Consumidores Livres e 1 Parcialmente Livres, cujas participações em seu mercado são demonstradas nas tabelas que seguem:

CLIENTES LIVRES			
N.º	Clientes	Receita Líquida (R\$)	Participação (%)
1	CANTO DO AMARO - 1060015	549.059,65	0,69%
2	ALTO DO RODRIGUES - 850529493	518.449,98	0,65%
3	VICUNHA - 1549014	449.712,15	0,56%
4	ITAPETINGA - 976016	179.453,36	0,22%
5	RIACHO DA FORQUILHA - 850953724	165.640,18	0,21%
6	NORTEX - 850386706	62.823,65	0,08%
7	EXTRA PTA NEGRA - 855333945	6.417,99	0,01%
8	TELEMAR - 425010	5.224,98	0,01%
Participação Percentual Livres		1.936.781,94	2,42%
Dados Gerais COSERN - MWh		79.946.346,61	100,00%

Para estes consumidores, a comercialização da energia consumida não é realizada pela COSERN. Desta forma, a COSERN não possui contratos de venda de energia junto a Consumidores Livres. O faturamento obtido pela COSERN e apresentado acima, decorre do faturamento da unidade com base nos encargos pagos pelo uso do sistema de distribuição.

A participação do cliente parcialmente livre dentro do mercado da COSERN refere-se ao montante de energia mensal contratada no ambiente cativo. O restante da energia necessária ao atendimento das cargas da unidade é obtido a partir de contratos bilaterais entre o cliente e a sua comercializadora. Quanto ao faturamento, o valor apresentado na tabela abaixo representa a soma do valor faturado no ambiente cativo (demanda e energia contratada) e livre (encargos de uso do sistema de distribuição).

CLIENTES PARCIALMENTE LIVRES					
N.º	Clientes	Energia (MWh)	Participação (%)	Receita Líquida (R\$)	Participação (%)
1	Coteminas - 101010 - Parte Cativa	1.200,00	0,42%	1.105.887,70	1,38%
	Participação Percentual Parc. Livres	1.200,00	0,42%	1.105.887,70	1,38%
	Dados Gerais COSERN - MWh	282.667,61	100,00%	79.946.346,61	100,00%

Em 30 de setembro de 2007, a Companhia possuía contratos de fornecimento de energia com 4 Consumidores Potencialmente Livres. Os contratos têm prazos médios de 1 a 5 anos.

CLIENTE POTENCIALMENTE LIVRE					
N.º	Clientes	Energia (MWh)	Participação (%)	Receita Líquida (R\$)	Participação (%)
1	Petrobras Pólo Guamaré - 794015	20.290,37	7,18%	3.607.843,06	4,51%
2	Coats Corrente Extremoz - 1793012	2.288,84	0,81%	406.651,22	0,51%
3	Midway Mall - 853088900	1.816,34	0,64%	367.450,07	0,46%
4	Potiporã - 852205113	1.696,25	0,60%	95.242,80	0,12%
	Participação Percentual Pot. Livres	26.091,80	9,23%	4.477.187,15	5,60%
	Dados Gerais COSERN - MWh	282.667,61	100,00%	79.946.346,61	100,00%

A opção dos consumidores de tornarem-se livres implica uma queda na arrecadação da COSERN. Entretanto, a cobrança da tarifa paga por esses consumidores à COSERN pelo uso das linhas de distribuição tem por finalidade a manutenção da margem da distribuição.

Atendimento ao Cliente

Para cada um dos segmentos de cliente, além de disponibilizar um atendimento personalizado com analistas e atendentes especializados, a COSERN desenvolve planos específicos de relacionamento e também disponibiliza produtos e serviços que atendam às necessidades de cada um.

Os clientes potencialmente livres, ou seja, que podem optar por comprar energia de outro fornecedor, ou têm demanda contratada acima de 1,00 MW, formam o segmento de Grandes Clientes, que representa em média 30% do consumo total da Companhia. Para esses, o foco é conquistar a sua lealdade e fidelização através de um atendimento personalizado e preferencial, de visitas periódicas às suas instalações e do acesso privilegiado à Unidade de Operação e Controle do Sistema Elétrico – EOCS da COSERN, para registro de ocorrências. Além disso, são oferecidos produtos e serviços que visam reduzir o custo médio da sua energia elétrica consumida, como eficiência energética e energia adicional temporária. (Energia Mais).

No caso particular das prefeituras, além da negociação dos débitos, busca-se também reduzir o valor das faturas de energia elétrica para iluminação pública e prédios públicos, através da oferta de produtos como Eficientização de Iluminação Pública e Gestão Energética Municipal. Busca-se ainda a redução de reclamações quanto à manutenção e expansão da iluminação pública, através da transferência de propriedade desse acervo da COSERN para os municípios, e da celebração de convênios que autorizem a COSERN a expandir as instalações de iluminação pública dos municípios, acompanhando a rede secundária de distribuição.

A COSERN disponibiliza também para seus clientes um atendimento comercial e de emergência unificados, através do teleatendimento e de suas 18 Agências de Atendimento existentes em todo o Estado.

Como parte da diretriz de sua atuação estratégica, a Companhia tem feito investimentos na melhora da qualidade dos seus serviços, visando à satisfação de seus clientes como forma de garantir fidelidade no fornecimento. Dessa forma, a Emissora vem atingindo posição de destaque nas pesquisas de satisfação, posicionando-se como a 3ª colocada do Nordeste em 2005 e a 4ª em 2006, no IASC – Índice ANEEL de Satisfação dos Clientes.

Comparativamente a 2005, o número de reclamações comerciais em 2006 foi reduzido de 3,70% para 3,07%, o que demonstra a evolução na qualidade dos serviços prestados.

Concorrência

A Emissora detém concessões para distribuir energia elétrica nos 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte. Dentro de sua área de concessão, a Emissora não enfrenta concorrência na distribuição de energia elétrica a consumidores residenciais, comerciais e industriais supridos na baixa tensão.

No entanto, outros fornecedores de energia elétrica podem competir com a Emissora na oferta de energia elétrica a certos consumidores qualificados como Consumidores Livres. Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, os Consumidores Potencialmente Livres são aqueles cuja demanda seja igual ou superior a 3 MW, atendido na tensão de 69 KV, ou novos consumidores, com início de fornecimento a partir de 1998, com demanda igual ou superior a 3 MW, atendidos em qualquer tensão. No terceiro trimestre de 2007, a Emissora forneceu energia elétrica a 4 consumidores que atendiam a estas condições. Esses consumidores representaram aproximadamente 5,60% das receitas operacionais líquidas da Emissora e aproximadamente 9,23% da quantidade total de energia elétrica vendida pela Emissora.

Adicionalmente, consumidores com demanda contratada entre 500 kW e 3000 kW têm a faculdade de contratar energia gerada em empreendimentos de fontes alternativas ou fontes renováveis, como PCHs ou biomassa. No terceiro trimestre de 2007, a Emissora forneceu energia elétrica a 114 consumidores que atendiam a esta condição. Esses consumidores representaram aproximadamente 4,12% das receitas operacionais líquidas da Emissora e 1,79% da energia elétrica vendida pela Emissora. No entanto, a oferta de energia elétrica gerada por fontes alternativas não é representativa comparada a esse mercado.

É ainda permitida a atuação de cooperativas de eletrificação rural (sob regime de autorização), conforme legislação vigente, na área de concessão da Companhia.

A Lei de Concessões exige que as empresas de distribuição e transmissão de energia elétrica permitam que terceiros utilizem suas redes e instalações, mediante pagamento de TUSD e possibilita aos Consumidores Potencialmente Livres firmar contratos com outros fornecedores para suprimento de energia elétrica. Dessa maneira, grandes consumidores de eletricidade dispõem hoje de várias alternativas de suprimento de energia, tais como contratar diretamente com empresa de geração ou comercialização de energia elétrica, e pagar tarifa a uma empresa de distribuição e transmissão.

Tarifas

As tarifas são cobradas pela COSERN com base nos seguintes fatores: (i) classificação do consumidor em relação aos grupos de demanda (A e B); (ii) potência demandada e efetivamente consumida; (iii) energia efetivamente consumida; (iv) meses do ano em que é efetuado o fornecimento; e (v) o horário de fornecimento.

Os critérios expostos acima são utilizados na definição de dois sistemas tarifários: o horo-sazonal e o convencional.

O sistema horo-sazonal é aplicável somente aos consumidores do grupo A, ou seja, aqueles cuja tensão demandada seja igual ou superior a 13,8 KV, que optarem por este sistema. Os consumidores desse grupo pagam, de acordo com a potência contratada e efetivamente utilizada e pela quantidade de energia efetivamente consumida. O valor da tarifa é calculado com base no horário (de ponta ou fora de ponta) e nos períodos do ano (secos ou úmidos) de fornecimento.

O sistema tarifário convencional é aplicável a todos os consumidores do grupo B e aos consumidores do grupo A que não optarem pelo sistema horo-sazonal, sendo calculado sobre a energia efetivamente consumida, sem considerar horário ou sazonalidade. Em relação a estes consumidores do grupo A, também é aplicada à tarifa em função do maior dos valores obtidos entre a demanda máxima registrada ou a contratada.

As tarifas de fornecimento de energia elétrica estão sujeitas aos seguintes procedimentos de reajuste e revisão:

- Reajuste Anual – realizado em 22 de abril de cada ano, com base em uma fórmula que visa a (a) compensar variações nos custos da COSERN representados pela cota da RGR, pela CCC e pela CDE, pelos encargos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, pela TFSEE, pelos encargos de conexão e uso do sistema de transmissão e pela compra de energia elétrica para revenda (conhecidos como “Parcela A”), e (b) atualizar a parte das tarifas que não corresponda àqueles custos (excluído o ICMS) por índice de inflação (o IGP-M ou índice que o substitua) (conhecida como “Parcela B”);
- Revisão Extraordinária – pode ser solicitada pela concessionária a qualquer tempo, caso ocorram alterações significativas nos seus custos (principalmente no que se refere à criação, alteração ou extinção de tributos, exceto o imposto sobre a renda), de modo a restaurar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão;
- Revisão Tarifária Periódica – ocorre a cada cinco anos, e visa o equilíbrio financeiro da concessão. Para definir as novas tarifas, são consideradas as mudanças ocorridas na estrutura de custos e de mercado das concessionárias e a taxa adequada de retorno sobre os investimentos realizados. São ainda considerados os ganhos futuros de eficiência que serão obtidos pelas distribuidoras de energia elétrica, denominado Fator X. O valor do Fator X é definido de acordo com metodologia estabelecida na Resolução ANEEL n.º 55, de 5 de abril de 2004, que considera os ganhos de produtividade da concessionária, previsto para o próximo período tarifário, decorrentes de crescimento de mercado, avaliação do grau e satisfação do consumidor e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro definido na revisão tarifária. Esse Fator X poderá ser acrescido ou diminuído da variação do IGPM-FGV, constante da fórmula de reajuste para definição do IRT, e objetiva compartilhar os ganhos de eficiência com os consumidores, podendo ser aplicado como possível redutor nos reajustes anuais das distribuidoras, até a próxima revisão tarifária periódica.

Reajustes Tarifários

O último reajuste tarifário da Emissora ocorreu em 22 de abril de 2007, no qual a proposta da Emissora foi de 3,26%, sendo homologado pela ANEEL o reajuste de 3,33%.

Abaixo apresentamos um quadro com os reajustes tarifários da Emissora:

ITENS	22/4/2003 (Revisão)	22/4/2004	22/4/2005	1/7/2005 (exclusão PIS COFINS)	22/4/2006	22/4/2007
IRT / REPOSICIONAMENTO	11,49%	8,68%	9,31%	4,75%	8,11%	3,33%
REAJUSTE TARIFÁRIO TOTAL	12,46%	15,11%	19,58%	12,04%	8,23%	5,51%
Efeito para Consumidor		14,01%	12,36%	5,27%	0,87%	5,38%

Revisão Tarifária

A COSERN concluiu provisoriamente seu primeiro processo de Revisão Tarifária em abril de 2003, como previsto no Contrato de Concessão, sendo a próxima revisão prevista para abril de 2008.

Em 16 de abril de 2003, a diretoria da ANEEL homologou um índice total de revisão tarifária de 11,49%, em caráter provisório, tendo em vista que havia uma discussão sobre a base da remuneração para a incidência da tarifa. Em 20 de abril de 2004, a ANEEL, ainda de forma provisória, elevou o índice de reposicionamento da revisão de 2003 para 14,54%, em função do reconhecimento de custos na parcela A e empresa de referência. Finalmente, em 18 de abril de 2005, a ANEEL homologou o reajuste tarifário de forma definitiva em um índice de 14,99%.

A ANEEL estabeleceu que o índice definitivo de 14,99% de reposicionamento tarifário deve ser aplicado de forma retroativa a abril de 2003. Assim, a Emissora teve o prazo de 12 meses para cobrar a diferença da revisão tarifária homologada em 2003 e a revisão definitiva de 2005, por meio de adicional financeiro na cobrança das tarifas de seus clientes.

Repasse PIS e COFINS

O impacto da nova alíquota do PIS, durante o período de dezembro de 2002 a junho de 2005, representou um adicional à COSERN de recolhimento de R\$ 4,8 milhões, e do COFINS, durante o período de fevereiro de 2004 a junho de 2005, um adicional de R\$ 17,9 milhões. Valores estes reconhecidos no reajuste ocorrido em abril de 2007.

O repasse do aumento, tanto do PIS (de 0,65% para 1,65%) como também do COFINS (de 3,00% para 7,60%), ocorreu em três etapas, por meio de compensação dos custos do passado, cujo percentual de aumento necessário para compensar o ativo regulatório gerado a partir da nova legislação do PIS/COFINS já foi reconhecido pela ANEEL. A primeira reconheceu praticamente todo o efeito da mudança, sendo as demais apenas em função de ajustes na metodologia de apuração, e foi repassado às tarifas no reajuste que ocorreu em 22 de abril de 2005. Da mesma forma, a majoração da alíquota de PIS/COFINS foi considerada no cálculo das tarifas, nesta mesma data, equivalente a 0,98% para o PIS e 4,703% para a COFINS.

A partir do dia 1º de julho de 2005, a ANEEL determinou a retirada dos custos incorridos com o pagamento de PIS e de COFINS da composição das tarifas de fornecimento e autorizou a cada empresa a cobrança de sua alíquota efetiva, em rubrica específica, assim como a cobrança de ICMS.

Vendas

A tabela abaixo demonstra a composição da receita de vendas, nos últimos 3 (três) anos.

No terceiro trimestre de 2006, a receita bruta de vendas da Companhia foi de R\$ 244.072 mil, passando para R\$ 262,205 mil, no terceiro trimestre de 2007, equivalente a um incremento de 7,43%, devido, principalmente, ao crescimento no consumo e ao reajuste tarifário (3,33%) ocorrido em 22 de abril de 2007.

Descrição	2004	2005	2006
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	748.048	877.754	970.563
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	543.717	619.655	697.131

Faturamento e Arrecadação

A COSERN fatura o consumo de energia elétrica de seus consumidores mensalmente. Consumidores servidos em alta tensão e baixa tensão têm prazo de 5 dias úteis para pagarem suas contas, a contar da data de apresentação da fatura, que é de 2 dias para os consumidores residentes em Natal e 3 dias para consumidores residentes no interior. A apresentação da fatura para o setor público ocorre no dia 5 de cada mês, com 15 dias corridos para o vencimento.

Consumidores inadimplentes estão sujeitos à multa de 2% sobre o valor da conta pelo atraso no pagamento e à suspensão do fornecimento, além de juros de 1% ao mês (*pro rata*). Vencida a conta e não paga, a Emissora envia uma notificação ao consumidor inadimplente (quinze dias após o vencimento para Grupo A, e na próxima conta para o Grupo B) concedendo prazo adicional de quinze dias para o pagamento. Findo este prazo, a COSERN concede mais dois dias úteis (tendo em vista que o pagamento pode estar em fase de repasse pelo agente arrecadador) e, não pago o valor devido, só então suspende o fornecimento de energia.

Doze bancos, três empresas, sendo duas de arrecadação, e os Correios prestam à COSERN serviço de arrecadação de contas de energia elétrica, pelo que recebem uma comissão por cada conta arrecadada. Os agentes-empresas, por sua vez, subcontratam outras empresas, na sua maioria farmácias. A arrecadação é toda direcionada para a conta corrente da Emissora no Banco do Brasil. Em setembro de 2007, 94% da arrecadação ocorreu por meio dos bancos e 6% por meio das empresas. A partir do mês de setembro de 2007 a Emissora iniciou a implantação da rede de arrecadação COSERN SERVIÇOS cujo objetivo é estar presente em todos os municípios do Estado do Rio Grande do Norte, ampliando as opções locais de pagamento para os consumidores.

A COSERN controla diariamente os repasses feitos pelos seus agentes arrecadadores. Caso algum agente fique inadimplente com relação a suas obrigações, a Companhia o notifica para que repasse os valores recebidos imediatamente, além de penalizar com a aplicação de multa por atraso. A Emissora pode, se considerar necessário, descredenciar qualquer agente arrecadador em dois dias. Dos agentes arrecadadores, exceto os bancos, a Companhia exige garantias para salvaguarda dos valores arrecadados visando garantir o integral repasse das contas recebidas.

Clientes Públicos

A cobrança de clientes públicos tem atendido à seguinte estratégia: (i) sistematização da cobrança do Poder Público, de forma a transparecer que o fornecimento de energia elétrica, fruto de concessão de serviço público, é operado por empresa de capital privado e, portanto, a inadimplência não deve ser tolerada; (ii) respeito às diferenças peculiares do poder público, tornando a cobrança do mesmo mais próxima daquela feita com relação aos clientes de outras categorias; (iii) estímulo à implementação da cobrança da CIP; e (iv) fidelização da relação de confiança entre a Companhia e o cliente.

Para clientes públicos, a negociação de débitos obedece critérios de valor e prazo de pagamento. O parcelamento em geral é feito de acordo com o débito e a capacidade de pagamento dos clientes públicos, sendo que na consolidação do débito este valor é atualizado pela aplicação de juros de mora e multa por atraso de pagamento, é negociada uma entrada, e nas parcelas são aplicados juros de 1,0% ao mês, com correção anual do saldo devedor pelo IGPM ou IPCA. A Emissora exige uma garantia das prefeituras para os parcelamentos, sendo que normalmente os municípios concedem como garantia os recursos do Fundo de Participação dos Municípios, da conta centralizadora da arrecadação municipal ou da conta única do município. Por ocasião do parcelamento, também é oferecido o serviço de eficientização da iluminação pública, com a transferência do acervo para o município, bem como a assinatura de contrato para arrecadação da Contribuição para Custeio de Iluminação Pública - CIP na conta de energia elétrica.

Clientes Privados

A negociação de débitos para clientes privados obedece a critérios de valor e prazo de pagamento. Em geral, no parcelamento dos privados corporativos é cobrada uma entrada de 50%, podendo ser flexibilizada até o mínimo de 30% do valor total do débito, e nas parcelas são aplicados juros de 1% ao mês, sendo estas cobradas nas contas de energia dos meses seguintes.

Débitos de Liquidação Duvidosa e Contas Pendentes

As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas de acordo com a norma do Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber. Em 30 de setembro de 2007, a provisão para créditos de liquidação duvidosa somava R\$ 45.913 mil.

A tabela abaixo ilustra o histórico da provisão nos últimos três exercícios sociais e em setembro de 2007:

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa				
	R\$ mil			
Discriminação	Ano			
	2004	2005	2006	Setembro de 2007
PCLD	16.979	20.598	33.113	45,913

Em 30 de setembro de 2007, a Companhia tinha um total de contas vencidas no valor aproximado de R\$ 95.442, conforme tabela a seguir:

	Saldo vencidos	Saldo vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/07	30/06/07	30/09/07	30/06/07
Residencial	14.494	17.687	4.238	36.419	38.404	(2.871)	(3.172)
Industrial	11.682	3.809	4.889	20.380	19.120	(3.924)	(3.755)
Comercial, serviços e outras	14.304	6.270	7.527	28.101	28.281	(6.428)	(5.017)
Rural	4.019	2.502	6.133	12.654	11.386	(6.985)	(7.035)
	<u>44.499</u>	<u>30.268</u>	<u>22.787</u>	<u>97.554</u>	<u>97.191</u>	<u>(20.208)</u>	<u>(18.979)</u>
Setor Público							
Poder público							
Federal	1.737	92	211	2.040	2.433	(22)	(111)
Estadual	2.503	1.257	2.346	6.106	6.669	(329)	(233)
Municipal	2.272	1.977	905	5.154	5.839	(3.262)	(2.234)
	<u>6.512</u>	<u>3.326</u>	<u>3.462</u>	<u>13.300</u>	<u>14.941</u>	<u>(3.613)</u>	<u>(2.578)</u>
Iluminação pública	2.167	609	1.119	3.895	4.801	(1.290)	(1.223)
Serviço público	9.160	842	2.585	12.587	27.866	(6.958)	(6.768)
	<u>17.839</u>	<u>4.777</u>	<u>7.166</u>	<u>29.782</u>	<u>47.608</u>	<u>(11.861)</u>	<u>(10.569)</u>
Fornecimento não faturado	26.630	-	-	26.630	27.718		
SubTotal - Consumidores	<u>88.968</u>	<u>35.045</u>	<u>29.953</u>	<u>153.966</u>	<u>172.517</u>	<u>(32.069)</u>	<u>(29.548)</u>
Câmara de Comercialização de							
Energia Elétrica - CCEE	4.923	-	14.549	19.472	15.499	-	-
Acréscimos moratórios	195	80	6.489	6.764	6.627	-	-
Serviços prestados a terceiros	34	111	659	804	768	-	-
Disponibilização do sistema de							
distribuição	96	280	4.683	5.059	4.986	-	-
Outros Créditos	(1.777)	52	3.541	1.816	60	-	-
Total	<u>92.439</u>	<u>35.568</u>	<u>59.874</u>	<u>187.881</u>	<u>200.457</u>	<u>(32.069)</u>	<u>(29.548)</u>
Ativo Circulante				173.299	186.037	(32.069)	(29.548)
Ativo Não Circulante				14.582	14.420		

Em 30 de setembro de 2007, a Companhia tinha um total de títulos a receber vencidos no valor aproximado de R\$ 11.192 mil. Estes títulos referem-se a parcelamento de débito de contas de fornecimento de energia em atraso e parcelamento de prestação de serviços, conforme demonstrado abaixo:

	Saldo Vencidos	Vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/07	30/06/07	30/09/07	30/06/07
Setor público	221.032	654	10.025	231.711	213.329	(12.993)	(10.295)
Setor privado	106	9	504	619	1.029	(163)	(163)
Total	<u>221.138</u>	<u>663</u>	<u>10.529</u>	<u>232.330</u>	<u>214.358</u>	<u>(13.156)</u>	<u>(10.458)</u>
Ativo Circulante				33.021	32.666	(13.156)	(10.458)
Ativo Não Circulante				199.309	181.692	-	-

Os parcelamentos de débitos compreendem juros e atualização monetária, a taxas, prazos e indexadores variáveis e são considerados recuperáveis pela administração da Companhia.

Do saldo total de títulos a receber, o montante de R\$ 146.915 mil refere-se ao alongamento da dívida da CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito nº 2016/CCE/2004 e 2033/CME/2005.

Em razão do disposto na Lei n.º 10.848/04 e da Resolução n.º 79, de 27 de abril de 2004, a Companhia poderá melhorar a sua arrecadação, na medida em que tais normativos estabelecem mecanismos que possibilitam o combate à inadimplência, uma vez que estabelecem que as concessionárias e permissionárias de distribuição poderão condicionar a continuidade de fornecimento aos usuários inadimplentes, excetuados consumidores que prestem serviços públicos essenciais, de mais de uma fatura mensal em um período de 12 (doze) meses: (i) ao oferecimento de depósito-caução, limitado ao valor inadimplido, não aplicável aos consumidores integrantes da classe residencial; e (ii) à comprovação de vínculo entre o titular da unidade consumidora e o imóvel onde se encontra, não aplicável ao consumidor integrante da subclasse residencial baixa renda.

Na hipótese de inadimplência de consumidor apto à livre aquisição de energia, a concessionária poderá exigir que o usuário inadimplente apresente contrato de compra de energia junto a outro agente, para utilizar-se do serviço de distribuição.

Um importante inadimplemento de clientes da Emissora é verificado com relação às 8 cooperativas de eletrificação rural (sob regime de autorização), atuantes na área de concessão da Companhia.

A Emissora pretende assumir os clientes atendidos por essas cooperativas ou às suas próprias redes de distribuição, a fim de controlar o consumo e aprimorar seus meios de arrecadação dos valores devidos pelos mesmos.

Contratos Relevantes

Contratos Operacionais

Contrato de Concessão

Em 31 de dezembro de 1997, a Companhia e a União Federal celebraram Contrato de Concessão, o qual regula a exploração, pela COSERN, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Norte.

A concessão tem vigência de 30 anos, contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, isto é, até 31 de dezembro de 2027. O prazo da concessão pode ser prorrogado por igual período mediante requerimento apresentado pela Companhia até 36 meses antes do vencimento do Contrato de Concessão e aprovação do Poder Concedente, que levará em consideração todas as informações sobre os serviços prestados e a não constatação, em relatórios técnicos fundamentados emitidos pelo órgão de fiscalização, do descumprimento pela Companhia dos requisitos de eficiência, segurança, atualidade e cortesia do atendimento.

Observadas as regras da legislação econômica vigente, por iniciativa da ANEEL ou da Companhia, as tarifas poderão ser reajustadas mediante aplicação de fórmulas constantes no Contrato de Concessão, a cada intervalo não inferior a 12 meses, podendo haver revisão de tarifas de acordo com as situações elencadas no Contrato de Concessão. Especificamente no caso da Companhia, a época prevista para o reajuste anual é abril de cada ano.

Além do reajuste anual, a Companhia está sujeita à revisão ordinária a cada 5 anos, que pode aumentar ou diminuir as suas tarifas. A primeira revisão ordinária da Companhia ocorreu em abril de 2003.

Para maiores informações sobre as regras aplicáveis ao Contrato de Concessão ver seção “Visão Geral do Setor de Energia Elétrica”.

O Contrato de Concessão foi aditado em 29 de novembro de 2001 e em 18 de abril de 2005.

O primeiro aditamento ao Contrato de Concessão foi realizado a fim de impor procedimentos a serem tomados pela Companhia, em face da incorporação de sua controladora IBIDEM S.A, realizada nos termos e condições estabelecidos pela Resolução ANEEL nº 474/2000

O segundo aditamento foi firmado a fim de refletir alterações da legislação introduzidas pelo novo modelo do setor elétrico com relação ao período de referência para determinação do IRT. Esta mudança visou neutralizar as futuras variações de custos já conhecidas na data dos reajustes tarifários, decorrentes de variações de preço de compra de energia entre o período tarifário, permitindo que estes custos sejam reconhecidos no instante do cálculo do reajuste.

Contratos de Uso ao Sistema de Transmissão (CUST) e Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)

Em 15 de outubro de 2002, a COSERN, concessionárias de transmissão e o ONS, representando as concessionárias de transmissão, firmaram o contrato CUST nº 34/1999, com prazo de duração até a extinção da concessão, com o objetivo de estabelecer os termos e as condições que regularão (i) o uso da rede básica de transmissão pela Companhia, incluindo a prestação de serviços de transmissão pelas concessionárias, mediante controle e supervisão do ONS; (ii) prestação pelo ONS dos serviços de coordenação e controle de operação dos sistemas elétricos interligados e de administração dos serviços de transmissão prestados pelas concessionárias de transmissão; e (iii) a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.

A COSERN pagará mensalmente os encargos de uso da transmissão, bem como eventuais ultrapassagens de demanda de potência, excedentes aos estabelecidos nos Contratos Iniciais e sobrecargas em instalações e equipamentos das concessionárias de transmissão, conforme regulamentação da ANEEL, sendo que os encargos serão compostos de 4 partes: (i) pagamento dos serviços de transmissão às concessionárias de transmissão; (ii) pagamento ao ONS pelos serviços prestados; (iii) pagamento às concessionárias de transmissão na hipótese de ultrapassagem de demanda de potência; e (iv) pagamento às concessionárias de transmissão por eventuais sobrecargas em suas instalações e equipamentos. A Companhia firmou contrato de constituição de garantia.

Em 30 de dezembro de 2002, a COSERN, concessionárias de transmissão e o ONS, representando as concessionárias de transmissão, firmaram o contrato CUST nº 99/2002, complementar ao contrato CUST nº 34/1999, com prazo de duração até a extinção da concessão, com o objetivo de estabelecer os termos e as condições que regularão (i) o uso da rede básica de transmissão pela Companhia, incluindo a prestação de serviços de transmissão pelas concessionárias, mediante controle e supervisão do ONS; (ii) prestação pelo ONS dos serviços de coordenação e controle de operação dos sistemas eletroenergéticos interligados, das interligações internacionais e de administração dos serviços de transmissão prestados pelas concessionárias de transmissão; e (iii) a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.

A COSERN pagará mensalmente os encargos de uso da transmissão, bem como eventuais ultrapassagens do montante de uso e sobrecargas em instalações e equipamentos das concessionárias de transmissão, conforme regulamentação da ANEEL. Os encargos de uso da transmissão objeto do CUST n.º 099/2002 são referentes exclusivamente às parcelas do montante de uso não vinculadas aos Contratos Iniciais. Os encargos serão compostos de 4 partes: (i) pagamento dos serviços de transmissão às concessionárias de transmissão; (ii) pagamento ao ONS pelos serviços prestados; (iii) pagamento às concessionárias de transmissão na hipótese de ultrapassagem do montante de uso; e (iv) pagamento às concessionárias de transmissão por eventuais sobrecargas em suas instalações e equipamentos. A Companhia firmou contrato de constituição de garantia. O contrato CUST nº 99/2002 foi aditado em 13 de fevereiro de 2003, em 30 de maio de 2003, em 22 de dezembro de 2003, em 26 de novembro de 2004 e em 30 de dezembro de 2004.

Tendo como objeto o estabelecimento das condições, procedimentos, responsabilidades técnico-operacionais e comerciais que regulam a conexão da Companhia com a rede básica, através das instalações e pontos de conexão de propriedade da CHESF, a COSERN e a CHESF, com a interveniência do ONS, firmaram os seguintes Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT: CCT Inicial, de 14 de fevereiro de 2000; CCT 001/2003, de 17 de março de 2003; CCT 005/2003, de 19 de setembro de 2003; e CCT 012/2006, de 27 de dezembro de 2006. Todos os CCT's encontram-se vigentes, e com prazo de duração até a extinção da concessão.

Tanto os Encargos de Uso do Sistema de Transmissão, quanto os Encargos de Conexão ao Sistema de Transmissão são homologados pela ANEEL e, em 30 de setembro de 2007, perfaziam um valor total de R\$ 4.900.009,60, mensais, sendo R\$ 4.492.238,83 relativos aos Encargos de Uso, e R\$ 407.770,77 relativos aos Encargos de Conexão.

Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica

A seguir é feita descrição dos principais contratos e leilões de compra e venda de energia de que a Companhia se utilizou para assegurar o integral atendimento das suas necessidades de energia elétrica:

Leilão MAE – 001/2002

Em 23 de setembro de 2002, o Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE realizou Leilão de Compra de Energia, através do qual a Companhia firmou, com a CHESF (CCVE 017/2002), a contratação de 45,0 MW médios, equivalentes a 394.200 MWh/ano, a um preço de R\$ 71,87/MWh, a preços de setembro de 2007. O prazo de suprimento é 6 anos, com início em 01.01.2003 e término em 31.12.2008.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. O preço é reajustado com periodicidade anual, pela variação do IGP-M/FGV, e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 3% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica – TERMOAÇU

Em 11 de novembro de 2002, a Companhia e a Termoaçú celebraram um contrato de compra e venda de energia, de um volume médio de energia de 88 MW médios, equivalentes a 770.880 MWh/ano, a um Preço de R\$ 108,27, a preços de março de 2007. O contrato tem prazo de vigência de 20 (vinte) anos, com início em 31.03.2008 e término em 31.03.2028.

A energia fornecida será faturada e paga mensalmente. O preço é reajustado com periodicidade anual, em conformidade a com fórmula paramétrica contratual, e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

1º Leilão de Energia de Energia Existente – Edital nº 001/2004

Em 7 de dezembro de 2004, foi realizado o primeiro leilão de energia, oriunda de empreendimentos existentes, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, através do qual a Companhia, inclusive já com os ajustes decorrentes do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD, realizados até o mês de outubro de 2007, mantém contratados:

- (I) Produto 2005 a 2012, Fonte Hidro: 256,85 MW médios, equivalentes a 2.250.006 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 64,56/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 8 anos, com início em 01.01.2005 e término em 31.12.2012;
- (II) Produto 2006 a 2013, Fonte Hidro: 135,87 MW médios, equivalentes a 1.190.221 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 75,59/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 8 anos, com início em 01.01.2006 e término em 31.12.2013; e
- (III) Produto 2007 a 2014, Fonte Hidro: 20,17 MW médios, equivalentes a 176.689 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 84,71/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 8 anos, com início em 01.01.2007 e término em 31.12.2014.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual, pela variação do IPCA, e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

2º Leilão de Energia de Energia Existente – Edital nº 001/2005

Em 2 de abril de 2005, foi realizado o segundo leilão de energia de empreendimentos existentes, através do qual a Companhia, inclusive já com os ajustes decorrentes do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD, realizados até o mês de outubro de 2007, mantém contratados: Fonte Hidro, 15,30 MW médios, equivalentes a 134.028 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 90,89/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 8 anos, com início em 01.01.2008 e término em 31.12.2015

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual, pela variação do IPCA, e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

4º Leilão de Energia de Energia Existente – Edital nº 003/2005

Em 11 de outubro de 2005, foi realizado o quarto leilão de energia de empreendimentos existentes, através do qual a Companhia, inclusive já com os ajustes decorrentes do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD, realizados até o mês de outubro de 2007, mantém contratados: Fonte Hidro, 26,64 MW médios, equivalentes a 233.366 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 101,74/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 8 anos, com início em 01.01.2009 e término em 31.12.2016

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual, pela variação do IPCA, e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

1º Leilão de Energia de Novos Empreendimentos – Edital nº 002/2005

Em 16 de dezembro de 2005, foi realizado o primeiro leilão de energia oriunda de novos empreendimentos, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, através do qual a Companhia mantém contratados:

- (I) Produto 2008 a 2037, Fonte Hidro: 1,71 MW médios, equivalentes a 14.980 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 113,61/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 30 anos, com início em 01.01.2008 e término em 31.12.2037;
- (II) Produto 2008 a 2022, Fonte Termo: 13,50 MW médios, equivalentes a 118.260 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 140,49/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 15 anos, com início em 01.01.2008 e término em 31.12.2022;
- (III) Produto 2009 a 2038, Fonte Hidro: 1,13 MW médios, equivalentes a 9.899 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 121,39/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 30 anos, com início em 01.01.2009 e término em 31.12.2038;
- (IV) Produto 2009 a 2023, Fonte Termo: 14,48 MW médios, equivalentes a 126.845 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 137,05/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 15 anos, com início em 01.01.2009 e término em 31.12.2023;
- (V) Produto 2010 a 2039, Fonte Hidro: 23,34 MW médios, equivalentes a 204.458 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 122,20/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 30 anos, com início em 01.01.2010 e término em 31.12.2039;
- (VI) Produto 2010 a 2024, Fonte Termo: 22,63 MW médios, equivalentes a 198.239 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 129,40/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 15 anos, com início em 01.01.2010 e término em 31.12.2024.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora, pela variação do IPCA, no caso dos Produtos de Fonte Hidro, e em conformidade a com fórmula paramétrica contratual, no caso dos Produtos de Fonte Termo.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

2º Leilão de Energia de Novos Empreendimentos – Edital nº 002/2006

Em 29 de junho de 2006, foi realizado o segundo leilão de energia oriunda de novos empreendimentos, através do qual a Companhia mantém contratados:

- (I) Produto 2009 a 2038, Fonte Hidro: 27,98 MW médios, equivalentes a 245.105 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 132,62/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 30 anos, com início em 01.01.2009 e término em 31.12.2038;
- (II) Produto 2009 a 2023, Fonte Termo: 17,53 MW médios, equivalentes a 153.563 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 140,45/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 15 anos, com início em 01.01.2009 e término em 31.12.2023.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora, pela variação do IPCA, no caso dos Produtos de Fonte Hidro, e em conformidade a com fórmula paramétrica contratual, no caso dos Produtos de Fonte Termo.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

3º Leilão de Energia de Novos Empreendimentos – Edital nº 004/2006

Em 10 de outubro de 2006, foi realizado o terceiro leilão de energia oriunda de novos empreendimentos, através do qual a Companhia mantém contratados:

- (I) Produto 2011 a 2040, Fonte Hidro: 14,64 MW médios, equivalentes a 128.246 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 125,46/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 30 anos, com início em 01.01.2011 e término em 31.12.2040;
- (II) Produto 2011 a 2025, Fonte Termo: 13,77 MW médios, equivalentes a 120.625 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 142,67/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 15 anos, com início em 01.01.2011 e término em 31.12.2025.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora, pela variação do IPCA, no caso dos Produtos de Fonte Hidro, e em conformidade a com fórmula paramétrica contratual, no caso dos Produtos de Fonte Termo.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

5º Leilão de Energia de Energia Existente – Edital nº 006/2006

Em 14 de dezembro de 2006, foi realizado o quinto leilão de energia de empreendimentos existentes, através do qual a Companhia, inclusive já com os ajustes decorrentes do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCS D, realizados até o mês de outubro de 2007, mantém contratados: Fonte Hidro, 1,59 MW médios, equivalentes a 13.928 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 107,87/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 8 anos, com início em 01.01.2007 e término em 31.12.2014

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual, pela variação do IPCA, e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

4º Leilão de Ajuste – Edital CCEE nº 001/2007

Em 29 de março de 2007, foi realizado o quarto Leilão de Ajuste, através do qual a Companhia mantém contratados: Fonte Hidro, 3,01 MW médios, equivalentes a 26.368 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 64,56/MWh, a preços correntes de 2007, prazo de suprimento de 9 meses, com início em 01.04.2007 e término em 31.12.2007.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são fixos e irrevogáveis.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada carta de fiança bancária.

1º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas – Edital nº 003/2007

Em 18 de outubro de 2006, foi realizado o primeiro leilão de energia oriunda de fontes alternativas, através do qual a Companhia mantém contratados:

- (I) Produto 2010 a 2039, Fonte Hidro: 0,33 MW médios, equivalentes a 2.891 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 136,58/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 30 anos, com início em 01.01.2010 e término em 31.12.2039;
- (II) Produto 2010 a 2024, Fonte Termo: 0,99 MW médios, equivalentes a 8.672 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 140,49/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 15 anos, com início em 01.01.2010 e término em 31.12.2024.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora, pela variação do IPCA, no caso dos Produtos de Fonte Hidro, e em conformidade com a fórmula paramétrica contratual, no caso dos Produtos de Fonte Termo.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

4º Leilão de Energia de Novos Empreendimentos – Edital nº 002/2007

Em 26 de julho de 2007, foi realizado o quarto leilão de energia oriunda de novos empreendimentos, através do qual a Companhia mantém contratados: Fonte Termo: 12,16 MW médios, equivalentes a 106.522 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 134,67/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 15 anos, com início em 01.01.2010 e término em 31.12.2024.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora, pela variação do IPCA, no caso dos Produtos de Fonte Hidro, e em conformidade com fórmula paramétrica contratual, no caso dos Produtos de Fonte Termo.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, será dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

6º Leilão de Ajuste – Edital CCEE nº 003/2007

Em 27 de setembro de 2007, foi realizado o quarto Leilão de Ajuste, através do qual a Companhia mantém contratados: Fonte Hidro, 4,00 MW médios, equivalentes a 35.040 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 138,85/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 12 meses, com início em 01.01.2008 e término em 31.12.2008.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são fixos e irrevogáveis.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, será dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

5º Leilão de Energia de Novos Empreendimentos – Edital nº 001/2007

Em 16 de outubro de 2007, foi realizado o quinto leilão de energia oriunda de novos empreendimentos, através do qual a Companhia mantém contratados:

- (I) Produto 2012 a 2041, Fonte Hidro: 18,97 MW médios, equivalentes a 166.177 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 129,14/MWh, a preços de outubro de 2007, prazo de suprimento de 30 anos, com início em 01.01.2012 e término em 31.12.2041;
- (II) Produto 2012 a 2026, Fonte Termo: 42,37 MW médios, equivalentes a 371.161 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 128,37/MWh, a preços de novembro de 2007, prazo de suprimento de 15 anos, com início em 01.01.2012 e término em 31.12.2026.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora, pela variação do IPCA, no caso dos Produtos de Fonte Hidro, e em conformidade com fórmula paramétrica contratual, no caso dos Produtos de Fonte Termo.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, será dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

Contratos Financeiros

A COSERN busca anualmente financiar os seus planos de investimentos junto a Bancos de Fomento e Organismos Multilaterais. Atualmente a principal fonte de financiamento da companhia é o Banco do Nordeste S.A. (BNB), tendo financiado os planos de investimento da companhia nos anos de 2004, 2006 e 2007 (o projeto de financiamento para o ano corrente está em andamento). A companhia monitora o mercado constantemente, com o objetivo de identificar novas oportunidades e custos atraentes para financiamento de seus investimentos.

A tabela abaixo resume os principais contratos financeiros da Emissora:

Fonte	Moeda	Data de assinatura	Objetivo	Encargos	Vencimento	Valor
BANCO BRASIL	R\$	30/3/1994	Refinanciamento de dívida com BNDES	IGPM + 10,236% a.a. O que exceder a TJLP	2014	R\$ 3.964 mil
BANCO BRASIL	R\$	30/3/1994	Refinanciamento de dívida com Eletrobrás Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de	em 6%+ 10,236%	2014	R\$ 29.708 mil
ELETROBRÁS	R\$	DIVERSAS	medidores.	6 a 9 % a.a.	2018	R\$ 21.551 mil
BNDES/FINEM	R\$	1º/6/2000	Investimento sistema transmissão / Distribuição	TJLP + 4,5% a.a.	2008	R\$ 10.131 mil
BNDES/Emergenci	R\$	14/2/2002	Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	SELIC + 1% a.a.	2010	R\$ 71.242 mil
BNB I	R\$	23/12/2004	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	11,5% a.a.	2013	R\$ 46.282 mil
BNB II	R\$	27/11/2006	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	11,5% a.a.	2014	R\$ 35.362 mil
FINEP	R\$	23/12/2004	Otimização e desempenho da rede de distribuição e programas comunitários	TJLP + 5% aa.	2011	R\$ 3.173 mil

Empréstimos em Moeda Nacional

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito

Em 1º de junho de 2000, a COSERN celebrou com o BNDES o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 61.928 – BNDES/FINEM, no montante de R\$ 65,2 milhões, dividido em quatro subcréditos, destinados ao plano de investimentos em expansão, melhorias e modernização do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica. O prazo total do contrato é de 96 meses, incluindo os prazos de carência previstos no Contrato, e o prazo de amortização que varia entre 60 e 72 meses, conforme o sub-crédito. A taxa de juros convencionada é de Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central, acrescida de spread de 4,5% ao ano.

A Companhia deu em garantia ao BNDES vinculação de parte de sua receita, em valor equivalente a, no mínimo, 140% do valor da dívida. Além disso, a Emissora emitiu, em favor dos agentes financeiros, nota promissória com vencimento à vista de valor equivalente a 130% do montante devido.

Figuram como agentes financeiros da operação (i) Banco Credibanco S.A. (sucedido pelo Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.); (ii) Banco Alfa de Investimento S.A.; (iii) Banco Itaú BBA S.A.; (iv) Banco Sudameris Brasil S.A.; (v) Banco ABC Brasil S.A.; e (vi) Banco BVA S.A (aqui referidos como os “Agentes Financeiros”).

Em 30 de setembro de 2007, o saldo devedor deste contrato era de R\$ 10,13 milhões.

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito

Em 14 de fevereiro de 2002, a COSERN celebrou com o BNDES o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, no montante de R\$ 116 milhões no âmbito do programa emergencial e excepcional de apoio às concessionárias de serviço de distribuição de energia elétricas. Os recursos oriundos do financiamento destinavam-se a suprir parte das insuficiências de recursos da Companhia decorrentes de (i) redução de receita ocorrida durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica; e (ii) variações de valores relativos ao Contrato de Concessão, verificadas no exercício de 2001. A utilização do crédito foi limitada ao valor equivalente a 90% do valor devido à Companhia a título de recomposição tarifária extraordinária.

Os juros pactuados são de 1%, a título de “spread”, acima da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, tornando-se exigíveis juntamente com as respectivas amortizações do principal. O principal da dívida deverá ser pago ao BNDES da seguinte forma:

- i) R\$ 117 milhões em 101 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de março de 2002 e a última em 15 de julho de 2010; e
- ii) R\$ 6 milhões em 4 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2010 e a última em 15 de novembro de 2010.

Em garantia à obrigação assumida, a Companhia procedeu à cessão e transferência ao BNDES, através do mecanismo de conta vinculada, do produto da cobrança da tarifa de fornecimento de serviços públicos de distribuição de energia elétrica no valor equivalente a 4,42 % do seu faturamento mensal.

Em 30 de setembro de 2007, o saldo devedor deste contrato era de R\$ 71,24 milhões.

O contrato estabelece a obrigação de a Emissora observar os seguintes índices financeiros, sob pena de vencimento antecipado das obrigações: Dívida Líquida/Ebitda < 3,0 e Ebitda/Resultado Financeiro > 2,5x.

Contrato Particular de Abertura de Crédito com o Banco Nordeste do Brasil S.A.

A Companhia firmou com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. 02 Contratos Particulares de Abertura de Crédito, nos valores de R\$ 46,2 milhões e R\$ 35 milhões, respectivamente. Os recursos destinam-se a expansão das redes de transmissão e distribuição de energia elétrica, modernização de sistemas e ligação de novos consumidores. Os prazos de amortização são de 60 e 78 meses, tendo vencimento final em 23 de dezembro de 2013 e 27 de novembro de 2014, respectivamente. Incidirão, sobre o principal da dívida, juros devidos à taxa efetiva de 11,5%, sendo aplicável a tal taxa um bônus de adimplemento de 25% para os investimentos realizados na região do semi-árido, e de 15% para os investimentos realizados nas demais regiões.

Os contratos encontram-se garantidos por Fianças Bancárias e fiança da Neoenergia equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento concedido. Os contratos encontram-se garantidos, ainda, por fundo de liquidez representado por aplicações financeiras da Emissora mantidas em conta corrente não movimentável pela Emissora, por ela mantida junto ao BNB.

Em 30 de setembro de 2007, o saldo devedor destes 02 (dois) contrato era de R\$ 81,64 milhões.

Contratos de Financiamento com a Eletrobrás

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa LUZ PARA TODOS (LPT), no âmbito do Programa de Universalização, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

Em maio de 2004 foi firmado um Termo de Compromisso entre a União (Ministério das Minas e Energia), o Estado do Rio Grande do Norte e a COSERN, com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa Luz Para Todos, na área de concessão da COSERN, propiciando o atendimento de 30.095 novos consumidores no meio rural no período 2004-2008. Neste instrumento, são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos. A meta do Termo de Compromisso foi atingida no 1º trimestre de 2007.

Através do Comitê Gestor do Programa Luz para Todos, está sendo elaborado levantamento de possíveis demandas ainda não conhecidas com vista ao encerramento do programa até o fim de 2008. O contrato ECFS 148/2006 foi aditado para contemplar 3.241 novas ligações para execução até dezembro de 2007.

A Companhia é signatária dos contratos abaixo relacionados, com as seguintes especificações:

	1ª Tranche	2ª Tranche	3ª Tranche	
	ECFS	ECFS	ECFS	
CONTRATOS	003/2004	119/2005	148/2006	
DATA DE ASSINATURA	16/06/2004	09/11/2005	27/06/2006	
PARTICIPAÇÕES				Total
Parcela subvencionada (Eletrobras CDE)	15.954	25.163	52.686	93.803
Parcela financiada (Eletrobras RGR)	4.786	6.291	13.171	24.248
Parcela financiada (Estado do RN)	6.291	-	-	6.291
Parcela COSERN	3.660	5.551	11.622	20.833
Total do Programa	30.691	37.005	77.479	145.175
<hr/>				
	1ª	2ª Tranche	3ª Tranche	
	ECFS	ECFS	ECFS	
INGRESSOS DE RECURSOS (1)	003/2004	119/2005	148/2006	Total
Eletrobrás (CDE)	13.561	22.646	26.444	62.651
Eletrobrás (RGR)	4.068	5.661	6.611	16.340
Estado do Rio Grande do Norte	6.290	-	-	6.290
Ingresso realizado	23.919	28.307	33.055	85.281

Os empréstimos devidos à Eletrobrás têm as amortizações de principal devidas em prestações mensais após encerramento do período de carência de cada financiamento. Para garantia de tais financiamentos, a Companhia vinculou sua própria receita para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos à satisfação da Eletrobrás, com prioridade em relação aos saques da própria Companhia. A vinculação de sua receita é suportada com a outorga de procuração pública à Eletrobrás, para transferência dos valores existentes em suas contas bancárias perante quaisquer estabelecimentos bancários, para satisfação do pagamento de quantias que se tornarem devidas pela Emissora em decorrência de inadimplemento financeiro da Emissora.

Em 30 de setembro de 2007, o saldo devedor destes 03 (três) contratos era de R\$ 15.866.155,40.

Além dos contratos no âmbito do Programa Luz para Todos a companhia possui mais 05 (cinco) contratos de empréstimo junto a Eletrobrás para expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores que em 30 de setembro de 2007 tinham o saldo de R\$ 5.685.050,43.

Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívida entre a União, através do Banco do Brasil S.A.

A Companhia firmou em 30 de Março de 1994 o Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívida com a União Federal, tendo como agente financeiro o Banco do Brasil S.A., na forma prevista na Lei 8.727, de 05 de Novembro de 1993.

O contrato tem vencimento em 2014 e envolveu dois refinanciamentos, um junto ao BNDES que hoje possui custo de IGPM +10,236% a.a., e outro junto a Eletrobrás com custo de TJLP*+10,236% a.a. (*o que exceder 6% da TJLP). Em 30 de setembro de 2007 o saldo devedor da parcela relativa ao refinanciamento junto ao BNDES era de R\$ 3,96 milhões, e o saldo da parcela relativa ao refinanciamento junto a Eletrobrás era de R\$ 29,70 milhões.

Contratos Não Operacionais

A Companhia celebrou diversos contratos de natureza não operacional com diversas partes, sendo os principais apresentados abaixo:

CONTRATO	EMPRESA	SERVIÇO PRESTADO	VALOR
4600009816	XEROX	Serviços de impressão de documentos	R\$ 5.705.860,71
4600009816	EDS	Serviços de administração Do ambiente de data center e contingência	R\$ 22.390.045,90
4600008518	SAP	Contratação de Licenças SAP/CCS	R\$ 8.444.478,21
4600009453	GETRONICS	Serviços de help desk e manutenção de equipamentos	R\$ 2.039.451,99
4600012528	SAP	Consultoria para implementação do CCS	R\$ 11.138.699,01
4600010666	STEFANINI	Serviços de manutenção de aplicativos	R\$ 3.299.262,76

CONTRATO	EMPRESA	SERVIÇO PRESTADO	VALOR
4600009986	TICKET SERVIÇOS SA	SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL	R\$ 3.847.292,05
4600010385	KONTIK FRANSTUR VIAGENS E TURISMO LTDA	AGENCIAMENTO DE PASSAGENS	R\$ 3.650.396,79
4600007820	ADLIM TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA	SERVIÇOS DE LIM. E CONSERVAÇÃO	R\$ 1.324.612,46
4600008586	BENARRÓS VEÍCULOS LTDA	FORNECIMENTO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 500.000,00
4600006942	EMVIPOL - EMPRESA DE VIGILÂNCIA	SERV. DE VIGIL. ELETRÔNICA	R\$ 359.120,32
4600006941	GARRA VIGILÂNCIA LTDA	SERV. DE VIGIL. ARMADA	R\$ 1.334.950,84
4600008316	COMP LINE INFORMATICA LTDA.	GESTÃO DO ACERVO DOCUMENTAL DA COSERN	R\$ 373.927,72
4600010870	A R PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	EXECUÇÃO ESCRITÓRIOS E AUDITÓRIO ED.SEDE	R\$ 1.400.000,00

Patentes, Marcas e Licenças

A Cosern não possui nenhuma marca, patente ou licença registrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, bem como não é parte de contrato de transferência de tecnologia relacionado às suas atividades.

Meio Ambiente

Todos os projetos de expansão do sistema elétrico são executados com a observância da legislação ambiental vigente. As licenças e os estudos de impactos ambientais são regularmente obtidos quando exigidos por lei. Quando exigido pelo ente administrativo um ajustamento de conduta, a Emissora igualmente cumpre com as determinações ali contidas.

Para informações sobre processos administrativos e autos de infração envolvendo a Emissora, com relação a questão de meio ambiente, ver seção “Contingências Judiciais e Administrativas”.

Seguros

Os seguros da Companhia são contratados de acordo com as políticas adotadas pelo grupo Neoenergia, em conjunto com a COELBA e a CELPE. A política de seguros do grupo é de contratar coberturas securitárias para atender os respectivos contratos de concessão.

Política de Hedge

Visando mitigar os efeitos negativos que eventuais oscilações significativas nas cotações das moedas teriam sobre o seu passivo em moeda estrangeira, com conseqüente reflexo negativo sobre o seu resultado e fluxo de caixa, a COSERN estabeleceu rigorosa política de “*hedge*” para todas as suas operações em moeda estrangeira, onde são firmados contratos de “*swap*” com o fim de protegê-la dos referidos efeitos das variações cambiais. Atualmente a companhia não possui dívida em moeda estrangeira.

Prêmios

A Companhia foi vencedora do Prêmio ABRADÉE 2000, na categoria “Maior Evolução do Desempenho”.

Em 2002, a Emissora também alcançou resultados expressivos no que se refere às premiações. Obteve o 12º lugar em pesquisa de satisfação do consumidor realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, envolvendo exclusivamente as empresas participantes da ABRADÉE. A associação ainda considerou a Companhia como a “2ª Melhor Gestão Econômico Financeira do Brasil” e a “16ª Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil”. Consideradas somente as empresas de médio e grande porte, a COSERN ficou em 1º lugar no Nordeste e em 9º lugar no Brasil. No quesito Responsabilidade Social, a Emissora manteve a posição do ano anterior, permanecendo em 5º lugar entre 44 empresas distribuidoras de energia elétrica participantes do prêmio.

Em pesquisa da FIERN – Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, realizada em dezembro de 2002, a Companhia obteve os maiores índices de aprovação entre todos os serviços públicos prestados no Estado. A Cosern ainda ficou em 2º lugar na categoria “Melhor Empresa da Região Nordeste” do prêmio da Revista Eletricidade Moderna 2002. Também figurou em 1º lugar como a “Melhor Empresa de Concessões Públicas dos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba”, classificação concedida pela Fundação Instituto Miguel Calmon.

Em 2003, a Cosern foi premiada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, como a “Melhor Distribuidora da Região Nordeste” e obteve a 3ª posição nas categorias “Responsabilidade Social” e “Maior Evolução de Desempenho”. Na classificação geral e na categoria “Melhor Gestão Econômico-Financeira”, a Cosern obteve a 5ª posição, concorrendo com 40 distribuidoras de energia elétrica do Brasil cujo respectivo mercado supera 400 mil clientes.

Em 2004, a COSERN ganhou o Prêmio Eletricidade Região Nordeste. No mesmo ano, ficou em 2º lugar (i) na categoria Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Nordeste – Prêmio ABRADEE e (ii) no prêmio SESI de Qualidade de Trabalho 2004.

Ainda em 2004, conquistou o Prêmio ABRACONEE da Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica e, o Prêmio HANGAR de apoio e incentivo a Cultura.

Em 2005 conquistou o Prêmio ABRADEE 2005 de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica da Região Nordeste, o Prêmio Eletricidade 2005 promovido pela Revista Eletricidade Moderna também como a Melhor Empresa da Região Nordeste, o Troféu Cultura como reconhecimento dos Patrocínios Culturais, o Prêmio Cultural Diário de Natal em 2005, como a Empresa privada que mais investe em cultura, Prêmio SESI 2005 – Melhor Empresa do Estado em Qualidade no Trabalho (Categoria Grande Empresa), e Prêmio Desempenho 2005, promovido pelo Instituto Miguel Calmon – Maior e Melhor Empresa do Rio Grande do Norte no segmento Concessões Públicas..

Em 2006, mais uma vez a companhia alcançou resultados expressivos conquistando o Prêmio Mário Henrique Simonsen – excelência em Balanço Social, promovido pela Fundação Nacional de Apoio Gerencial – FUNAGER, com sede no Rio de Janeiro, o prêmio de Melhor Empresa do Setor de Elétrico Brasileiro de excelência empresarial por seu desempenho ao longo de 2005, escolhida pela revista Conjuntura Econômica, editada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), o “Prêmio Eletricidade”, na categoria Melhor Empresa da Região Nordeste, promovida pela Revista Eletricidade Moderna, o prêmio de Maior Empresa do Rio Grande do Norte/Paraíba no segmento Concessões Públicas, promovido pelo Instituto Miguel Calmon-IMIC, o prêmio ABRADEE 2006 – segundo lugar Melhor Distribuidora de Energia Elétrica da Região Nordeste, o 3º lugar no IASC - Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor na Região Nordeste, relativo ao ano de 2005, e ainda uma Menção Honrosa concedida pela Federação das Indústrias do RN - FIERN, por suas ações de Responsabilidade Social, no Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho 2006.

No ano de 2007 classificou-se em 2º lugar com a Medalha Eloy Chaves da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), que destaca as empresas do Setor Elétrico Brasileiro com melhor desempenho no quesito Segurança do Trabalho, recebeu o Troféu Cultura 2007 em Reconhecimento dos patrocínios culturais, pelo segundo ano consecutivo, a COSERN foi escolhida pela revista Conjuntura Econômica, editada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), como a melhor empresa do país no setor de Energia Elétrica por seu desempenho ao longo de 2006. Concedido desde 1991, o prêmio é resultado de um minucioso trabalho dos economistas e analistas do IBRE, que avaliam indicadores de origem contábil,

parâmetros específicos para a estrutura de capital, lucratividade, liquidez, desempenho econômico financeiro dos últimos três anos, posicionamento no mercado, geração de caixa e maior retorno a seus acionistas, entre outros. Respeitado pela isenção e credibilidade da Fundação Getulio Vargas, o Prêmio FGV de Excelência Empresarial é o mais importante concedido às sociedades anônimas do País, recebeu o Prêmio Empresa Cidadã concedido pelo Jornal Potiguar Notícias, do município de Parnamirim/RN, conquistou o Selo IBASE 2007 como reconhecimento pela transparência na divulgação de suas atividades sociais, referente ao Balanço Social de 2006 apresentado pela Empresa, concedido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, recebeu o Título de Empresa Amiga da Leitura, conferido pela IV Bienal Nacional do Livro de Natal e pela Câmara Brasileira do Livro, pelo relevante apoio prestado ao fomento e à difusão do livro e da leitura, e pelo quarto ano consecutivo recebeu o Prêmio Eletricidade 2007, na categoria Melhor Empresa da Região Nordeste, promovido pela Revista Eletricidade Moderna, o prêmio aponta o ranking do ano, das distribuidoras de energia elétrica que se sobressaíram em seus processos comerciais, de engenharia, de operação e de minimização de perdas, e é elaborado por meio da confrontação de uma série de informações coletadas junto às empresas. É realizado pela Revista Eletricidade Moderna, em parceria com a SOLTEC – Projetos e Serviços.

Política de Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural

Após ter sido adquirida no processo de privatização, a Companhia passou a apoiar uma série de projetos sociais.

A Emissora mantém um trabalho de orientação permanente sobre o uso econômico da energia elétrica por meio do Programa de Eficiência Energética. O Programa atende aos diversos segmentos da sociedade. A Companhia investe em projetos de diagnóstico e efficientização das instalações de clientes do poder público e privado. São contemplados hospitais, entidades educacionais, instituições beneficentes, prédios públicos e tombados pelo patrimônio histórico e iluminação pública entre outros. A Emissora realiza também doação de lâmpadas eficientes e partir de julho vai distribuir geladeiras à população de baixa renda, numa parceria com o Ministério do Meio Ambiente, de forma a reduzir o consumo de clientes residenciais de baixo poder aquisitivo. O investimento nos projetos está contemplado no Programa Anual de Eficiência Energética da Aneel, cumprindo obrigatoriedade do Contrato de Concessão e representam 0,5% da receita operacional líquida da Companhia.

É importante notar que as empresas do Grupo Neoenergia realizam programas para o desenvolvimento dos seus colaboradores na área de capacitação e desenvolvimento (Canal Educativo e o Programa de Educação, da COELBA, o de formação de Eletrotécnicos e Circuito do Saber da CELPE, e o Programa Educacional e de Pós-Graduação e MBA, da COSERN); na área de saúde e segurança (Campanhas de vacinação contra a gripe, combate ao tabagismo, ginástica laboral, inspeções de segurança, gestão da economia familiar e assistência a colaboradores portadores de deficiência); de formação educacional e profissional, promoção do conhecimento, concessão de benefícios, esporte e lazer.

]

PROPRIEDADES, PLANTAS E EQUIPAMENTOS

A Companhia possui diversos imóveis próprios, alguns destinados à prestação dos serviços concedidos nos termos do Contrato de Concessão e outros desvinculados à prestação desses serviços.

Em 30 de setembro de 2007, a Companhia possuía 83 imóveis próprios e utilizava 6 locações com terceiros. Diversos imóveis de propriedade da Companhia estão penhorados em ações judiciais e execuções fiscais e trabalhistas. A Companhia não onera imóveis operacionais, como subestações, cuja eventual perda ou restrição ao uso possa comprometer a realização das atividades da Companhia, uma vez que, segundo a legislação que rege o setor elétrico, a alienação, oneração ou cessão de bens necessários e vinculados à prestação do serviço concedido não podem ser feitas sem a prévia autorização da ANEEL. Dessa forma, os imóveis passíveis de constituição de ônus restringem-se a pequenos lotes de moradia de funcionários e demais prédios administrativos da Companhia.

A Companhia celebra contratos de locação de imóveis, na qualidade de locadora. Mensalmente a Companhia paga aproximadamente o valor de R\$ 11.140,60 referente aos aluguéis devidos a terceiros pela locação dos imóveis.

Principais Estabelecimentos e Ativos – R\$ mil			
Bens	Custo Histórico	Depreciação	Saldo do Imobilizado
SE PARNAMIRIM II	4.883.173,33	(1.196.800,63)	3.686.372,70
SE EXTREMOZ	5.035.258,02	(1.033.506,76)	4.001.751,26
SE IGAPO	3.786.523,12	(1.982.364,63)	1.804.158,49
SE LAGOA NOVA	3.606.281,25	(261.156,25)	3.345.125,00
SE JIQUI	3.161.200,71	(860.144,81)	2.301.055,90
SE NEOPOLIS	2.381.554,12	(834.378,73)	1.547.175,39
SE MACAU	1.997.866,32	(1.024.667,39)	973.198,93
SE MOSSORO I	2.296.523,84	(1.213.605,24)	1.082.918,60
SE MOSSORO III	2.601.766,31	(943.536,11)	1.658.230,20
SE MARCELINO VIEIRA	1.594.502,77	(518.520,82)	1.075.981,95
SE DIX S EPT-ROSADO	1.638.156,99	(680.306,41)	957.850,58
SE CENTRO	1.086.505,47	(458.080,43)	628.425,04
SE JOÃO CAMARA	1.335.715,02	(343.972,75)	991.742,27
LT MOSSORÓ II / DIX SEPT ROSADO / 02J1	1.631.657,36	(1.460.489,92)	171.167,44
LT AÇU II / MACAU / 02F2	2.937.043,25	(1.192.786,11)	1.744.257,14
LT PARNAMIRIM / SÃO JOSÉ DE MIPIBÚ C1 / 0	2.758.863,83	(77.237,75)	2.681.626,08
LT ICÓ / MARCELINO VIEIRA / 02J8	3.050.409,88	(997.522,32)	2.052.887,56
LT JOÃO CÂMARA / SÃO BENTO DO NORTE / 02J3	1.923.142,03	(494.415,41)	1.428.726,62
LT CEARÁ MIRIM / JOÃO CÂMARA / 02J2	1.683.847,84	(412.516,27)	1.271.331,57
LT SANTANA DO MATOS / JUCURUTU / 02M2	1.413.009,45	(413.344,82)	999.664,63
LT JIQUI / LITORAL SUL / 02F3	1.374.784,52	(237.838,62)	1.136.945,90
LT PARNAMIRIM / BREJINHO / 02F4	902.906,01	(171.946,59)	730.959,42

SE = Subestação

LT = Linha de Transmissão

Tecnologia e Informática

A Emissora possui uma infra-estrutura de informática que suporta adequadamente suas áreas de negócio, contribuindo para a padronização e redução de custos dos seus processos. Para integrar e dar agilidade aos processos principais do negócio, a Emissora dispõe dos sistemas corporativos apresentando soluções com alta disponibilidade.

RECURSOS HUMANOS

Empregados

No quadro abaixo, pode-se identificar a evolução do quadro de pessoal da COSERN nos últimos cinco anos (não considerando diretores, estagiários, conselheiros fiscais e administrativos):

Dezembro de:	2002	2003	2004	2005	2006
Número de Empregados	624	633	651	684	710

Em 30 de setembro de 2007, a Companhia possuía 805 empregados (categorias de superintendente, diretor, empregado, estagiário e menor). Seu quadro de pessoas incluindo terceiros totalizava 2.319. Segue abaixo quadro de força de trabalho referente ao ano de 2007:

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Empregados	719	723	725	722	725	723	723	724	724
Superintendentes	7	7	7	7	7	8	8	8	8
Diretores	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Terceiros	1.691	1.680	1.664	1.664	1.671	1.644	1.657	1.557	1.514
Estagiários	52	50	49	51	51	53	52	52	48
Menores	13	16	20	20	20	20	20	20	20
Total	2.487	2.481	2.470	2.469	2.479	2.453	2.465	2.366	2.319

Segue, abaixo, quadro de funcionários da Companhia por qualificação em setembro de 2007:

Executivos	86
Superior	84
Técnicos	185
Administrativos	162
Operacionais	227

O valor da folha de pagamento da COSERN de competência Setembro/07 totalizava R\$ 1.484.431,86.

Sindicatos

Os empregados da COSERN são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética e Empresas Prestadoras no Serviço Elétrico e Similares do Rio Grande do Norte - SINTERN.

A renegociação salarial dos empregados da COSERN ocorre no mês de novembro. O índice de reajuste salarial nos últimos quatro anos foram os seguintes:

- 10% em 2002;
- 15% em 2003;
- 5,72% em 2004;
- 5,60% em 2005; e
- 3,20% em 2006.

Durante os períodos referidos acima, não ocorreu nenhuma paralisação na Companhia.

Previdência

A Companhia é patrocinadora da FASERN – Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica constituída sob a forma de fundação, por prazo indeterminado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a seus participantes e respectivos dependentes as prestações estabelecidas em seus planos de benefícios previdenciários complementares ou assemelhados aos concedidos pelo sistema oficial da previdência social.

A entidade administra dois Planos de Benefícios Previdenciários: (i) o Plano de Benefícios Previdenciários Regulamento Nº 001; e (ii) o Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001.

O Plano de Benefícios Previdenciários Regulamento Nº 001 é plano da modalidade de benefício definido, sendo que para o custeio do plano, as contribuições da Companhia, na qualidade de patrocinadora, equivalem a duas vezes o valor da contribuição dos participantes.

O Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 é enquadrado na modalidade de contribuição definida, sendo que para o custeio do plano, as contribuições da Companhia, na qualidade de patrocinadora, são na mesma proporção da contribuição dos participantes.

A FASERN adota o regime financeiro de capitalização.

Durante o período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2006, a Companhia efetuou contribuições à FASERN no montante de R\$ 1.295.915,42.

Plano de Participação nos Lucros e Resultados - PLR

A COSERN possui um modelo próprio de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. A verba do PLR é aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, considerando o cumprimento de metas e objetivos corporativos, ou seja o desempenho da Companhia. A distribuição do PLR é negociada com o sindicato, nos termos da Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

O último pagamento ocorreu em março de 2007, referente ao desempenho da Emissora no ano de 2006 e representou R\$ 5.768.224,90.

Planos de Opção de Compra de Ações destinados a empregados

A Companhia não possui planos de opção de compra de ações destinados a empregados ou de outras formas de seu envolvimento no capital da Companhia.

Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho

O programa de prevenção de acidentes da COSERN tem como objetivo levantar os fatores impactantes à saúde, segurança e aos aspectos ergonômicos que são identificados através dos seguintes programas:

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO com o objetivo de promover e preservar a saúde do conjunto dos seus empregados, este programa tem ligação com o PPRA, que juntos identificam os riscos a saúde ocupacional da força de trabalho da Empresa;

Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA com objetivo na preservação e a integridade da saúde dos seus empregados, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Os riscos são identificados através de inspeções e medições de ruídos e luminância nos ambientes de trabalho da Empresa;

Plano de Saúde e Segurança das Empresas Prestadoras de Serviços – PSS que tem como objetivo estabelecer procedimentos técnicos e administrativos para disciplinar a aplicação das normas e da Legislação de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho nas Empresas Prestadoras de Serviços da COSERN, conforme estabelecido em contrato. Deste modo, contribui de forma continuada na melhoria do nível de segurança do trabalho dos empregados das contratadas, através das inspeções de segurança e análise do PPRA e PCMSO apresentado pelo SESMT de cada empresa.

Análise Ergonômica – AE com objetivo de avaliar os postos de trabalho no seu conjunto de componentes: o Homem (exigências físicas e mentais), a Tecnologia (utilização de ferramentas), a Organização do Trabalho (métodos de execução das tarefas) e o Meio Ambiente (iluminância, temperatura, ruído e mobiliário). É um método qualitativo (entrevistas dos empregados, análise de execução das tarefas e utilização do mobiliário): e quantitativo (mensuração do nível de iluminação, do ruído e da temperatura). Todos esses são implantados após uma rigorosa identificação dos riscos e das necessidades dos empregados, através de inspeções, feitas pelos profissionais da área de segurança, nos postos de trabalho. Esse processo visa proporcionar maior conforto e satisfação no ambiente de trabalho, evitar as doenças ocupacionais e o absenteísmo na Companhia.

Com esses planos, a Companhia traçou diversas ações para eliminar ou minimizar os perigos e riscos. As principais ações são: políticas e diretrizes de saúde e segurança; inspeções nos postos de trabalho; auditorias de saúde, segurança e higiene; sala de orientação de segurança – SOS; plano de saúde e segurança das empresas prestadoras de serviços; exames médicos ocupacionais; perfil de saúde dos empregados; etc.

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS

Abaixo uma breve descrição da composição do capital social da Emissora, incluindo as disposições referentes ao seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades por Ações. Para maiores detalhes, os potenciais investidores devem consultar o Estatuto Social da Emissora e/ou a Lei das Sociedades por Ações.

Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$ 179.787.268,58 representado por 129.746 mil ações ordinárias, 20.606 mil ações preferenciais da classe A e 17.722 mil ações preferenciais da classe B, todas subscritas e integralizadas e sem valor nominal, conforme o quadro abaixo:

	MIL/AÇÕES ON		MIL/AÇÕES PN A		MIL/AÇÕES PN B		TOTAL	
Acionistas	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Neoenergia	110.781.761	85,38	16.507.498	80,11	14.645.619	82,64	141.934.878	84,45
	8.147.546	6,28	2.217.674	10,76	1.417.164	8,00	11.782.384	7,01
Iberdrola Energia	7.576.650	5,84	1.156.609	5,61	1.047.352	5,91	9.780.611	5,82
Uptick Participações	1.854.844	1,43	359.031	1,74	382.135	2,16	2.596.010	1,54
Previ	1.385.418	1,07	365.316	1,77	229.411	1,29	1.980.145	1,18
Outros								
	129.746.219	100,00	20.606.128	100,00	17.721.681	100,00	168.074.028	100,00
Total								

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias de acionistas da Companhia.

Às ações preferenciais de ambas as classes, não têm direito de voto. A estas fica assegurada, na forma da lei, prioridade no reembolso de capital, pelo valor do patrimônio líquido das ações, na hipótese de liquidação da companhia, ficando assegurado ainda (i) às ações preferenciais "Classe A" prioridade na distribuição de dividendos mínimos, no valor de 10% sobre o capital social representado por ações preferenciais "Classe A"; e (ii) às ações preferenciais "Classe B", prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

As ações podem ser convertidas em outras classes, desde que a conversão seja solicitada pelo respectivo detentor e expressamente autorizada pela Assembleia Geral, obedecido sempre o limite legal.

Alterações relevantes na participação dos membros do grupo de controle

A composição acionária da Cosern foi alterada em função da necessidade de desverticalização da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, ocorrida em 29 de novembro de 2005, até então acionista da Companhia. A partir de então, a composição acionária da Companhia passou a ser a seguinte: Neoenergia S. A. com 84,45% de participação, representando 141.934.878 ações; Iberdrola Energia com 7,01% de participação, representando 11.782.384 ações; Uptick Participações S.A. com 5,82% de participação, representando 9.780.611; Previ com 1,54% de participação, representando 2.596.010 ações e outros com 1,18% de participação, representando 1.980.145 ações.

Ações em tesouraria e política para negociação de valores mobiliários de emissão da COSERN

A Companhia não detém, na presente data, ações em tesouraria.

A política de negociação da COSERN de valores mobiliários por ela emitidos, elaborada nos termos da Instrução da CVM n.º 358/2002, estabelece regras que deverão ser observadas por acionistas controladores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários da Companhia que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que a Companhia considere necessário ou conveniente, definindo períodos nos quais deverão abster-se de negociar valores mobiliários, de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de informações relevantes não divulgadas ao público.

Ações detidas por empregados e membros da administração da Companhia

De acordo com o artigo 146 da Lei 6.404/76, todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, titulares e suplentes, são titulares de 1 ação ordinária de emissão da Companhia, cada um.

De acordo com o edital de privatização da COSERN nº 01/97, foram ofertadas aos seus empregados 9.308.000 ações ordinárias de emissão da COSERN representativas de 10% do capital votante da Companhia. Diversos funcionários adquiriram as ações e posteriormente as venderam à própria Emissora, através de oferta pública de ações realizada em 12 de maio de 2000.

Atualmente, 478 funcionários da COSERN são detentores de 478 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Forma de Transferência das Ações

A transferência de ações escriturais realizar-se-á mediante registro na instituição financeira contratada pela Companhia para prestação desses serviços.

Restrições

Nos termos da legislação em vigor, as ações que compõem o controle acionário da COSERN não poderão ser transferidas, cedidas ou alienadas, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da ANEEL.

Ações da Companhia direta ou indiretamente detidas pelos Administradores

Em 30 de setembro de 2007, não havia participação relevante direta ou indireta detida por quaisquer administradores da Companhia em seu capital social.

Política de Distribuição de Dividendos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício, definido no art. 191 da Lei de Sociedades por Ações, terá a seguinte destinação:

- 5% para constituição da reserva legal, até que seu montante atinja 20% do Capital Social, nos termos da Lei; e
- da importância necessária para assegurar a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, não cumulativo, destinado prioritariamente ao pagamento dos dividendos das ações preferenciais "Classe A" e "Classe B".

Os órgãos da Administração da Companhia, "ad referendum" da Assembleia Geral, poderão declarar dividendos intermediários, sob quaisquer das modalidades facultadas os quais serão pagos no prazo de 60 dias da data em que forem declarados, salvo disposição em contrário da Assembleia Geral, mas sempre dentro do exercício social.

Os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos pelos acionistas, reverterem em favor da Companhia.

Os valores dos dividendos que forem devidos aos acionistas, não sofrerão incidência de encargos financeiros. O valor dos juros, pago ou creditado, a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos da legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais. No entanto, tal dividendo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria, dando prévio conhecimento ao Conselho de Administração, informar à Assembleia Geral Ordinária, com parecer do Conselho Fiscal, ser o dividendo obrigatório incompatível com a situação financeira da Companhia.

Histórico de Pagamento de Dividendos

O quadro abaixo demonstra os valores dos dividendos e juros sobre capital próprio declarados nos últimos 5 exercícios sociais:

Distribuição de Dividendos e Juros sobre capital próprio aos Acionistas		
Exercício	Proventos	R\$ mil
2002	Dividendos	7.292
2003	Juros sobre capital próprio	16.271
2003	Dividendos resultado do exercício	38.663
2004	Dividendos a partir Reserva Lucros	82.767
2004	Juros sobre capital próprio	15.500
2004	Juros sobre capital próprio	21.000
2004	Dividendos intermediários	47.037
2004	Juros sobre capital próprio	8.500
2004	Dividendos complementares	15.192
2005	Juros sobre capital próprio	41.500
2005	Dividendos complementares	69.397
2006	Juros sobre capital próprio	9.900
2006	Juros sobre capital próprio	9.100
2006	Dividendos intermediários	34.776
2006	Juros sobre capital próprio	8.300
2006	Juros sobre capital próprio	7.600
2006	Dividendos complementares	66.157
2007	Juros sobre capital próprio	7.700
2007	Juros sobre capital próprio	7.700
2007	Dividendos intermediários	66.065

ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do seu Estatuto Social, a Emissora é administrada por um Conselho de Administração, formado por, no máximo, 11 membros e seus respectivos suplentes (cada um, um "Conselheiro" e, em conjunto, os "Conselheiros"), e por uma Diretoria composta por no mínimo 2 membros e no máximo 7 membros (cada um, um "Diretor" e, em conjunto, os "Diretores"), sendo um deles Diretor-Presidente.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Emissora composto, atualmente por 8 membros efetivos e igual número de suplentes, todos acionistas da Companhia, é responsável, dentre outras atribuições, pela orientação geral dos negócios, pela eleição e destituição dos membros da Diretoria e fixação de suas atribuições, bem como por fiscalizar a gestão dos Diretores. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pelos acionistas da Emissora em assembléia geral por mandato de 02 anos, sendo permitida a reeleição.

Conforme previsto no Estatuto Social, o Conselho de Administração reúne-se extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente ou por dois de seus membros.

O Estatuto Social da Emissora garante o direito a seus empregados acionistas de eleger um membro do Conselho de Administração, caso as ações que detenham não sejam suficientes para garantir a eleição.

Endereço Comercial dos membros do Conselho de Administração da Companhia
 Rua Mermoz, nº 150 – Natal – RN

Composição

Em 30 de setembro de 2007, os membros do Conselho de Administração da Emissora são os seguintes:

Nome	Data da Eleição	Mandato	Cargo
Renato Sobral Pires Chaves	07/03/2006	Até AGO 2008	Presidente
Gonzalo Pérez Fernández	07/03/2006	Até AGO 2008	Vice Presidente
Pedro Damásio Da Costa Neto	07/03/2006	Até AGO 2008	Membro Efetivo
Joilson Rodrigues Ferreira	07/03/2006	Até AGO 2008	Membro Efetivo
Gonzalo Gomes Alcântara	07/03/2006	Até AGO 2008	Membro Efetivo
Marcelo Maia de Azevedo Corrêa	07/03/2006	Até AGO 2008	Membro Efetivo
Luciana Freitas Rodrigues	07/03/2006	Até AGO 2008	Membro Efetivo
Clayton Ferraz de Paiva	07/03/2006	Até AGO 2008	Membro Efetivo
Mario José Ruiz-Tagle Larrain	07/03/2006	Até AGO 2008	Membro Suplente
Roseane de Albuquerque Santos	24/07/2006	Até AGO 2008	Membro Suplente
Josemar Meireles Grilo	30/07/2007	Até AGO 2008	Membro Suplente
Antônio Carlos Silva	07/03/2006	Até AGO 2008	Membro Suplente
Alberto Monteiro Queiroz Neto	07/03/2006	Até AGO 2008	Membro Suplente
Francisco Antônio Veiga de Medeiros	07/03/2006	Até AGO 2008	Membro Suplente
Zenobio do Rego	07/03/2006	Até AGO 2008	Membro Suplente
Roberto Medeiros Dos Santos	07/03/2006	Até AGO 2008	Membro Suplente

Experiência Profissional

RENATO SOBRAL PIRES CHAVES. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Santa Úrsula – Rio de Janeiro, Pós-Graduado em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas e em Finanças e Mercado de Capitais pela PUC-RJ. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ocupa atualmente o cargo de Diretor de Participações da Previ e Presidente dos Conselhos de Administração da Neoenergia, COELBA, CELPE, COSERN, Itapebi, Termopernambuco e NC Energia.

GONZALO PÉREZ FERNÁNDEZ. Engenheiro Industrial com especialidade em Técnicas Elétricas pela Escola Técnica Superior de Engenheiros Industriais de Madrid (Espanha) e “PDD 91” pelo Instituto de Estudos Superiores de Empresa-Universidade de Navarra (Espanha). Atualmente exerce a função de Diretor Geral da América Latina da Iberdrola S.A. Conselheiro Vice presidente da Associação Mexicana de Empresas Elétricas e Presidente do Conselho da Iberdrola México e da Empresa Elétrica da Guatemala. É membro do Conselho de Administração da Neoenergia, COELBA, CELPE, COSERN, Itapebi, Termopernambuco e NC Energia.

PEDRO DAMÁSIO DA COSTA NETO. Graduado em Engenharia Elétrica e Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Engenheiro da Cosern desde agosto de 1977 é atualmente diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética e Empresas Prestadoras de Serviço no Setor Elétrico e Similares no Estado do Rio Grande do Norte - SINTERN.

JOILSON RODRIGUES FERREIRA. Bacharel em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), pós graduado em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Gerente-Executivo de Governança e Investimentos no Banco do Brasil S.A., conselheiro de administração suplente da Neoenergia, conselheiro titular da Coelba, Celpe, Termopernambuco, NCenergia e Itapebi, Coordenador dos Comitês Financeiros da Brasíliaúde e da Brasilveículos, ex-vice presidente do conselho de administração da CPFL Energia, CPFL Piratininga, CPFL Paulista, CPFL Geração e CPFL Brasil, foi Diretor interino de Administração e de Participações da PREVI e ex-Diretor da CASSI-Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, ex-vice presidente do CIEFAS (atual Unidas).

GONZALO GÓMEZ ALCÁNTARA. Graduado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Católico de Artes e Industrias (I.C.A.I.) Universidad Pontificia Comillas (Madrid-España) Ingeniero Superior Industrial del ICAI, especialidad eléctrica.

MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORRÊA. Bacharel em Engenharia pela PUC-RJ. Pós-Graduado em Finanças pelo IBMEC. Foi Diretor da VBC Energia S.A. e da Serra da Mesa Energia S.A. Ocupa a Presidência da Neoenergia desde janeiro de 2004. É membro do Conselho de Administração da COELBA, CELPE, COSERN, Itapebi, Termopernambuco e NC Energia.

LUCIANA FREITAS RODRIGUES. Graduada em Estatística pela Faculdade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Atuária pela Estácio de Sá, MBA em Finanças pelo IBMEC e Analista de Projetos de Sistemas pelo IBAM. Funcionária de carreira do Banco do Brasil e atualmente a disposição da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI onde exerce o cargo de Técnico Sênior.

CLAYTON FERRAZ DE PAIVA. Graduado em Engenharia Elétrica e Civil. Como Engenheiro ajudou em várias equipes da SUDENE. Na CHESF foi Assessor, Chefe de Departamento e Gabinete e Presidente em exercício da FACHESF. Desenvolveu várias atividades no Sindicato dos Engenheiros do Estado de Pernambuco, sendo atualmente Diretor de Relações Sindicais.

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN. Graduado em Direito pela Universidade Diego Portales (Chile) em 1990 e Pós-Graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidad Católica do Chile em 2001. Foi Diretor das empresas Madera Cóndor S.A. e Florestal Comaco S.A. Ocupou também os cargos de Diretor Suplente da Sociedad Iberoamericana de Energia – IBENER S.A., Sociedad Inversora Elétrica Andina S.A.

ROSEANE DE ALBUQUERQUE SANTOS. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. MBA em Direito e Economia da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas. Consultora Jurídica e Regulamentar do Grupo Endesa, Consultora Jurídica do MAE – Mercado Atacadista de Energia Elétrica, Coordenadora da área de Contratos e Jurídico Regulatório da CERJ, Advogada da área de Contratos e Licitações da Furnas Centrais Elétricas S.A. Atualmente Superintendente Jurídica do Grupo Neoenergia.

JOSEMAR MEIRELES GRILO. Graduado em Ciências Contábeis pela Associação Jacarepaguá de Ensino, MBA Finanças pela Fundação Getúlio Vargas, Especialização em Finanças e Gestão Corporativa Superior, com Especialização em pela Universidade Cândido Mendes. Exerce o cargo de Assessor Sênior da Diretoria de Mercado de Capitais e Investimentos (RJ), com a função de analista da área de Governança Corporativa das empresas participadas do Banco do Brasil. Atualmente é suplente do conselho de administração das empresas Neoenergia, Coelba, Celpe, Cosern, Nc Energia, Itapebi, Termope, Afluente, Baguari I, Goiás Sul, Geração CIII, Bahia PCH I e Neoenergia Investimentos.

ANTÔNIO CARLOS SILVA. Técnico em Contabilidade e Graduando em Direito. Pelo Banco do Brasil foi Assistente Administrativo na Direção Geral, Chefe de Setor na Direção Geral, Chefe de Gabinete de Diretoria, Gerente de Propaganda e Promoção da Secretaria de Comunicação da presidência, Superintendente da BB Administradora de Cartões de Crédito, Diretor de Comunicação e Marketing, Assessor de Gabinete de Diretoria, Chefe Adjunto de Gabinete, Assistente Técnico na Direção Geral, Diretor Executivo da AGS Comunicação e Marketing, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário. Atualmente é Diretor Regional em Brasília da Denison Brasil Publicidade Ltda.

ALBERTO MONTEIRO DE QUEIROZ NETTO. Graduado em Administração pela Faculdade Cândido Mendes, Inglês pela EF International School of English – New York, MBA em Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas, Mercado de Capitais e Finanças Corporativas pela USP/FEA, Mestrado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas.

FRANCISCO ANTÔNIO VEIGA DE MEDEIROS. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte com curso de Especialização em Administração para Executivos pela FGV/RJ, Pós Graduação em Finanças Empresariais pela FGV/RJ, Especialização em Finanças Corporativa pela UFRN. Colaborador da COSERN desde 1981, exerceu os cargos de Assessor da Diretoria de Operações , de Gestão Empresarial, Assistente da Diretoria Administrativa, Diretor Seguridade FASERN. Exerce atualmente o cargo de Dir. Presidente da FASERN.

ZENOBIO DO REGO. Eletrotécnico, trabalha na COSERN, é suplente do representante dos empregados no Conselho de Administração.

ROBERTO MEDEIROS DOS SANTOS. Bacharel em Direito e Pós-graduado em Administração de Empresas na área de Recursos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Advogado militante há nove anos. Ex-funcionário da PETROBRAS, trabalhou durante 12 anos na área de engenharia e inspeção de equipamentos em unidades de óleo e gás. Como advogado atuou em Direito Público e Empresarial nas áreas: contratual, tributária, financeira e administrativa. Prestou assessoria jurídica a Prefeituras e Câmaras Municipais no Estado do Rio Grande do Norte. Atualmente ocupa o cargo de Gerente do Departamento Jurídico da COSERN. É professor da Universidade Potiguar. Exerce também o cargo de tesoureiro da Caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Norte.

Diretoria

A Diretoria da COSERN é composta atualmente por 5 diretores, eleitos pelo Conselho de Administração por mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração pode destituir qualquer Diretor a qualquer tempo. Segundo o Estatuto Social, a Diretoria reúne-se ordinariamente, uma vez por mês, e ainda sempre que convocada por qualquer dos Diretores.

Os Diretores são responsáveis, dentre outras atribuições, pela execução das decisões da Assembléia Geral e do Conselho de Administração e pela administração direta da Emissora.

Endereço Comercial dos Diretores da Companhia
Rua Mermoz, nº 150, Natal – RN

Composição

O mandato dos Diretores teve início no dia 01 de setembro de 2006 e se encerrará no dia 01 de setembro de 2009. Em 30 de setembro de 2007, os membros da Diretoria da Emissora são os seguintes:

Nome	Data da Eleição	Término
José Roberto Bezerra de Medeiros	01/09/2006	01/09/2009
Erik da Costa Breyer	01/09/2006	01/09/2009
Solange Maria Pinto Ribeiro	01/09/2006	01/09/2009
Roseli Schilagi	01/09/2006	01/09/2009
Paulo Roberto Dutra	01/09/2006	01/09/2009

Experiência Profissional

JOSÉ ROBERTO BEZERRA DE MEDEIROS. Engenheiro Elétrico, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Colaborador da Cosern desde 1981, exerceu vários cargos de chefia e gerência. Participou, como representante da Cosern, de grupos de trabalhos e comitês relacionados ao setor de energia elétrica. Atualmente desempenha a função de Diretor Presidente da Cosern.

ERIK DA COSTA BREYER. Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense. MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral. MBA em Finanças e Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas. Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Foi Gerente de Administração de Fundos de Investimentos do Banco do Brasil S.A., membro titular do Conselho de Administração da CREMER S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Petrobahia S.A. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Neoenergia, Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da COELBA, COSERN e CELPE, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores da Itapebi.

SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO. Graduada em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Mestre em Engenharia Elétrica pela PUC-RJ. Foi Adjunta da Diretoria Financeira da CHESF, Senior Consultant da National Economic Research Associates e Diretora de Assuntos Regulatórios da Eletropaulo Metropolitana S.A. Atualmente exerce o cargo de Diretora de Regulação da Neoenergia e Diretora de Regulação e Tarifas da COELBA, COSERN e CELPE.

ROSELI SCHILAG. Graduada em Administração de Empresas pela Universidade São Judas Tadeu. MBA Executivo APG. MBA Administração USP/Ford. Foi Diretora de Recursos Humanos e Administração da Amerigel S.A. e Diretora de Recursos Humanos da Goodyear do Brasil PR Borracha Ltda. Atualmente exerce o cargo de Diretora de Recursos Humanos da Neoenergia e de Diretora de Gestão de Pessoas da COELBA, COSERN e CELPE.

PAULO ROBERTO DUTRA. Graduado em Administrador de Empresas pela Faculdade Cândido Mendes. Pós Graduado em Finanças pela FGV/RJ. Foi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Aes Tietê S.A. – AES Corporation e Chefe do Departamento de Custos e Informações Gerenciais da Light Serviços de Eletricidade S.A. Atualmente exerce os cargos Diretor de Planejamento e Controle da COELBA, COSERN e CELPE.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia é permanente e composto de 3 membros efetivos e seus respectivos suplentes escolhidos pela Assembléia Geral, com possibilidade de reeleição.

Os 3 membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus respectivos suplentes foram eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, realizada em 28 de março de 2005, para mandato até 28 de março de 2006.

Endereço Comercial dos membros do Conselho Fiscal da Companhia
Rua Mermoz, nº 150, Natal - RN

Composição

Em 30 de setembro de 2007, os membros do Conselho Fiscal da Emissora são os seguintes:

Nome	Eleição	Término	Cargo
Ricardo José da Costa Flores	27/03/2007	Até AGO 2008	C.f. Efetivo eleito P/controlador
Eloir Cogliatt	27/03/2007	Até AGO 2008	C.f. Efetivo eleito P/controlador
Rodolfo Rocha	27/03/2007	Até AGO 2008	C.f. Efetivo eleito P/controlador
Francesco Gáudio	27/03/2007	Até AGO 2008	C.f. Suplente eleito P/controlador
Valmir de Siqueira Vasconcelos	27/03/2007	Até AGO 2008	C.f. Suplente eleito P/controlador
Rubens André Chagas Brito	27/03/2007	Até AGO 2008	C.f. Suplente eleito P/controlador

Experiência Profissional

RICARDO JOSÉ DA COSTA FLORES. Graduado em Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB em 31/12/89. Participou de vários cursos de especialização em Finanças, Economia e Idiomas voltados para a área financeira e econômica, dentre eles: - Análise de Projetos na área de finanças, ministrado pela Fundação Getúlio Vargas; Elaboração de Projetos na área de finanças ministrado pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPE; MBA Controller na área de Controladoria ministrado pela fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuaria; MBA Programa de Formação Geral Básica para altos executivos na área de Administração ministrado pela Fundação Instituto de Administração (FIA) – USP.

Atualmente exerce o cargo de Diretor de Reestruturação de Ativos Operacionais no Banco do Brasil.

ELOIR COGLIATT. Graduado em Ciências Econômicas pela UCP – Universidade Católica de Petrópolis (RJ), com Pós-Graduação MBA Formação de altos executivos pela FGV EPGE Escola de Pós-Graduação em Economia – Rio(RJ), concluído em 2002. Foi Diretor do BB Banco de Investimentos e DIMEC – Diretoria de Mercado de Capitais e Investimentos no período de novembro/2001 a dezembro/2003; Gerente Agência Petrópolis do banco Nacional S/A no período de 1976 a 1982.

RODOLFO ROCHA. Contador, Formado pelo Centro Universitário Plínio Leite - Rio de Janeiro. Exerce o cargo de Gerente de Consolidação e Controle para a região América do Sul do Grupo Iberdrola. Anteriormente foi Coordenador de Contabilidade Internacional da Tractebel Energia, empresa do Grupo Suez, trabalhou na área de normas e procedimentos de controle da Companhia Vale do Rio Doce e foi Top Senior de Auditoria da Deloitte, onde iniciou sua carreira profissional e permaneceu por 6 anos.

FRANCESCO GAUDIO. Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior, bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior. Experiência profissional adquirida em empresas do setor financeiro, tais como Banco Dracma S.A., Mesbla Serviços Financeiros S.A. e Fininvest S.A. Experiência, no gerenciamento e implantação de diversas áreas, tais como administrativa, financeira, custos, crédito, cobrança, contabilidade, auditoria e controle.

VALMIR DE SIQUEIRA VASCONCELOS. Graduado em Ciências Econômicas em 1973 pela Faculdade de Ciências Econômicas de Patos – Paraíba.

RUBENS ANDRÉ CHAGAS BRITO. Graduado no curso de Desenho Industrial, com MBA em Gestão Empresarial (pós graduação lato sensu) – IDHGE – Funcefet, Bacharel em Desenho Industrial (projeto de produto) – Faculdade da Cidade, Curso Básico de Administração – FGV.

Experiência na Diretoria de Mercado de Capitais e Gerenciamento do Setor de Operações do Banco do Brasil. Participou de vários cursos de aperfeiçoamento no Banco, dentre eles; Qualidade do Crédito, Economia Aplicada, Organização Sistema e Métodos, Introdução a Qualidade Total, Básico de Contabilidade, Relações Jurídico-Negociais, Análise Financeira de Crédito, Governança Corporativa, Avaliação de Empresas, Avaliação de Investimento, Direitos do consumidor.

Remuneração dos Administradores

A remuneração global da Administração, do Conselho Fiscal e respectivos suplentes é definida em assembléia geral ordinária. A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é fixada pela Assembléia Geral e a remuneração dos membros da Diretoria é fixada pelo Conselho de Administração.

Para o exercício de 2007, foi definido o limite global de R\$ 1.511.000,00 para remuneração dos Administradores.

Relação entre administradores e a COSERN

Nenhum dos administradores da Companhia possui relação familiar com os demais ou com administradores da Neoenergia e atualmente não há contratos ou outras obrigações relevantes existentes entre os administradores e a COSERN.

Planos de Opção de Compra de Ações

A Companhia não possui planos de opção de compra de ações destinados a administradores.

INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA COMPANHIA

Os valores mobiliários emitidos pela COSERN no mercado são (i) as ações que compõem o seu capital social, mantidas sob a forma escritural em conta de depósito no Banco do Brasil, (ii) as debêntures da 1ª emissão de debêntures feita em 2000, (iii) as debêntures da 2ª Emissão de debêntures feita em 2004, (iv) as debêntures da 3ª emissão de debêntures feita em 2005 e (v) as notas promissórias emitidas em 1999.

A 1ª Emissão Pública de Debêntures em 2000

Em 1º de abril de 2000, a Companhia realizou sua 1ª emissão pública de debêntures, nominativas, não conversíveis em ações, com garantia flutuante, no valor total de R\$90 milhões. A emissão possuía garantia adicional que consistia na vinculação de 50% da arrecadação bruta da Emissora, oriundos do fornecimento de energia elétrica. Os recursos captados foram destinados (i) para o resgate das notas promissórias com vencimento em 12 de abril de 2000, no valor de R\$ 60 milhões; e (ii) investimentos na Emissora.

As debêntures renderam juros de 104,5% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP. O vencimento ocorreu em 1º de abril de 2003, e as debêntures da 1ª emissão foram integralmente resgatadas pela Companhia.

A 2ª Emissão Pública de Debêntures em 2004

A Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 5 de maio de 2004, aprovou a 2ª emissão pública de debêntures nominativas escriturais, não conversíveis em ações, com garantia real, em série única, no valor total de R\$120 milhões. Foram emitidas 1.200 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 100.000,00, data de emissão em 1º de junho de 2004, e prazo de 4 anos, contados da data de emissão.

A emissão contou com o Banco Santander S.A. como instituição intermediária líder, e com o ItaúBBA, Banco Bradesco S.A. e BB Investimentos como instituições intermediárias.

As debêntures da 2ª emissão foram integralmente resgatadas em setembro de 2005 com os recursos provenientes da 3ª emissão da Companhia.

As debêntures da 2ª emissão eram garantidas por penhor (a) de direitos creditórios de titularidade da Emissora, existentes ou que viessem a ser constituídos futuramente, bem como seus respectivos títulos, quando existentes, (i) de direitos creditórios de titularidade da Emissora oriundos de contratos de fornecimento de energia elétrica para os consumidores da Emissora; (ii) de direitos creditórios de titularidade da Emissora detidos contra o Banco do Brasil S.A. referentes à conta corrente nº 206.414-6, na agência nº 0022-1 - Natal (RN) (Conta Caução); e (iii) de direitos creditórios de titularidade da Emissora detidos contra instituições financeiras e agentes arrecadadores do pagamento das contas de fornecimento de energia elétrica pelos consumidores da Emissora; e (b) dos valores ou bens recebidos pela COSERN como forma de pagamento das contas de fornecimento de energia empenhadas, nos termos do "Instrumento de Constituição de Penhor, Vinculação de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado entre a COSERN, o agente fiduciário da 2ª emissão, o Unibanco, o Banco Sudameris Brasil S.A., o Banco Itaú BBA, o Banco Alfa de Investimento S.A., o Banco BVA S.A., o Banco ABC Brasil S.A. e o Banco do Brasil S.A. em 4 de agosto de 2004.

As debêntures da 2ª emissão renderam juros correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, capitalizada de um *spread* de 2,5% ao ano, incidente sobre o valor nominal das debêntures, *pro rata temporis*, a partir da data de emissão, e pagos ao final de cada período de capitalização.

A 3ª Emissão Pública de Debêntures em 2005

A Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 8 de agosto de 2005, aprovou a 3ª emissão, para distribuição pública de debêntures nominativas escriturais, não conversíveis em ações, sem garantia, em série única, no valor total de R\$179 milhões. Não há atualização do valor nominal das debêntures da 3ª emissão.

A 3ª emissão pública de debêntures da COSERN tem vencimento em 1º de setembro de 2010, e a Emissora reserva-se o direito de promover o resgate antecipado parcial ou total das debêntures em circulação, a partir do 30º (trigésimo) mês contado da data de emissão, inclusive, mediante o pagamento de seu valor nominal unitário, na data da emissão, acrescido da remuneração devida até a data do pagamento das debêntures resgatadas e de prêmio equivalente a 0,80% (oitenta centésimos por cento) sobre o saldo a ser resgatado.

As debêntures da 3ª emissão rendem juros correspondentes à variação acumulada da taxa de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, capitalizada de um *spread* de 1,3% ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal da Debênture, *pro rata temporis*, a partir da data de emissão, e pagos ao final de cada período de capitalização.

Em 30 de setembro de 2007, o saldo devedor da 3ª emissão era R\$ 180.609 mil.

Abaixo segue quadro com as informações relativas à negociações das debêntures da 3ª emissão da Companhia no mercado secundário, conforme dados fornecidos pelo SND:

Código: CEGN13

Data	Quantidade	Nº de Negócios	Preços Unitários			% PU da Curva
			Min.	Médio	Máx.	
21/08/07	100	2	10.625,88	10.625,88	10.625,88	100
30/04/07	1050	8	10.216,65	10.216,65	10.216,65	100
09/03/07	452	4	10.031,91	10.031,91	10.031,91	100
29/01/07	50	2	10.572,23	10.572,23	10.572,23	100
14/12/06	224	4	10.402,21	10.402,21	10.402,21	100
17/11/06	54	2	10.294,33	10.294,33	10.294,33	100
25/10/06	390	2	10.208,47	10.208,47	10.208,47	100
23/10/06	1000	4	10.197,10	10.197,10	10.197,10	100
11/08/06	486	2	10.735,29	10.735,29	10.735,29	100
20/06/06	78	2	10.492,16	10.492,16	10.492,16	100
15/05/06	154	2	10.330,79	10.330,79	10.330,79	100
28/04/06	100	2	10.265,99	10.265,99	10.265,99	100
03/04/06	250	2	10.153,79	10.153,79	10.153,79	100
17/03/06	100	2	10.080,73	10.080,73	10.080,73	100
17/02/06	74	2	10.884,50	10.884,50	10.884,50	ND
10/02/06	394	2	10.847,50	10.847,50	10.847,50	ND
02/01/06	94	2	10.697,76	10.697,76	10.697,76	ND
17/11/05	174	2	10.390,64	10.390,64	10.390,64	ND
01/11/05	130	2	10.303,37	10.303,37	10.303,37	ND
26/10/05	446	6	10.283,67	10.283,67	10.283,67	ND
27/09/05	3302	3	10.130,19	10.130,19	10.130,19	ND

(*) A tabela acima indica as únicas negociações ocorridas desde o início da distribuição das debêntures da 3ª emissão da Companhia até 30 de setembro de 2007.

Em 12 de Dezembro de 2007 foi realizada Assembléia Geral de Debenturistas da 3ª emissão pública de debêntures da COSERN onde foi deliberada e aprovada a oferta de resgate antecipado das debêntures da 3ª emissão pela Emissora a qualquer tempo, com o pagamento ocorrendo com os recursos obtidos pela Emissora através da sua 4ª Emissão Pública de Debêntures.

Notas Promissórias

A Emissora deliberou em 16 de setembro de 1999 a emissão pública de 120 notas promissórias, nominativas, no valor de R\$60 milhões.

Referidas notas promissórias foram emitidas com prazo de até 180 dias a contar de 1º de novembro de 1999, sendo remuneradas a uma taxa equivalente a 102,4% da taxa paga pelo Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, com vencimento em 12 de abril de 2000. Todas as notas promissórias foram resgatadas nas datas previstas.

Ofertas Públicas de Aquisição de Ações

Em 12 de maio de 2000, COELBA e Uptick Participações adquiriram ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia que estavam em circulação no mercado, por meio de oferta pública de aquisição de ações, realizada na Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa.

Tanto no presente como no último exercício social, não houve oferta pública de aquisição de ações da Emissora efetuada por terceiros ou pela Emissora com vistas à aquisição de ações de emissão de outras companhias.

Histórico de Cotações de Valores Mobiliários emitidos pela Companhia

Ações Ordinárias CSRN3				Ações Preferenciais CSRN5			Ações Preferenciais CSRN6			Debêntures CEGN13		
	Máximo (R\$)	Mínimo (R\$)	Média (R\$)	Máximo (R\$)	Mínimo (R\$)	Média (R\$)	Máximo (R\$)	Mínimo (R\$)	Média (R\$)	Máximo (R\$)	Mínimo (R\$)	Média (R\$)
2006	6,23	1,79	4,32	5,43	2,18	3,98	5,40	2,40	4,09	10.884,50	10.080,73	10.430,05
2005	1,74	1,74	1,74	1,88	1,88	1,88	-	-	-	10.390,64	10.130,19	10.276,97
2004	1,74	1,74	1,74	1,88	1,88	1,88	-	-	-	-	-	-

	Máximo (R\$)	Mínimo (R\$)	Média (R\$)	Máximo (R\$)	Mínimo (R\$)	Média (R\$)	Máximo (R\$)	Mínimo (R\$)	Média (R\$)	Máximo (R\$)	Mínimo (R\$)	Média (R\$)
2007												
3º T	8,35	6,68	7,70	8,66	7,35	8,24	8,44	7,59	7,97	10.625,88	10.625,88	10.625,88
2º T	8,58	8,07	8,43	8,58	8,02	8,37	8,53	8,04	8,31	10.216,65	10.216,65	10.216,65
1º T	8,36	5,77	7,27	8,18	5,61	7,18	8,27	5,59	7,04	10.572,23	10.031,91	10.302,07
2006												
4º T	6,23	4,56	5,18	5,43	4,48	4,78	5,40	4,43	4,92	10.402,21	10.197,10	10.275,53
3º T	5,37	4,03	4,41	4,46	3,78	3,97	3,79	3,76	3,78	10.735,29	10.735,29	10.735,29
2º T	4,46	3,57	4,26	4,18	4,06	4,13	4,16	3,50	4,04	10.492,16	10.153,79	10.310,68
1º T	4,57	1,79	3,41	4,52	2,18	3,27	4,50	2,40	3,28	10.884,50	10.080,73	10.627,62
2005												
4º T	1,74	1,74	1,74	1,88	1,88	1,88	-	-	-	10.390,64	10.283,67	10.325,89
3º T	1,74	1,74	1,74	1,88	1,88	1,88	-	-	-	10.130,19	10.130,19	10.130,19
2º T	1,74	1,74	1,74	1,88	1,88	1,88	-	-	-	-	-	-
1º T	1,74	1,74	1,74	1,88	1,88	1,88	-	-	-	-	-	-
2004												
4º T	1,74	1,74	1,74	1,88	1,88	1,88	-	-	-	-	-	-
3º T	-	-	-	1,88	1,88	1,88	-	-	-	-	-	-
2º T	-	-	-	1,88	1,88	1,88	-	-	-	-	-	-
1º T	-	-	-	1,88	1,88	1,88	-	-	-	-	-	-

	Máximo (R\$)	Mínimo (R\$)	Média (R\$)	Máximo (R\$)	Mínimo (R\$)	Média (R\$)	Máximo (R\$)	Mínimo (R\$)	Média (R\$)	Máximo (R\$)	Mínimo (R\$)	Média (R\$)
outubro-2007	9,30	8,05	8,78	9,70	8,52	9,18	9,30	8,52	8,94	10.089,88	10.089,88	10.089,88
setembro-2007	7,92	7,15	7,71	8,66	8,50	8,60	7,69	7,60	7,65	-	-	-
agosto-2007	8,15	6,68	7,53	8,10	7,35	7,82	7,59	7,59	7,59	10.625,88	10.625,88	10.625,88
julho-2007	8,35	8,20	8,25	8,49	8,21	8,35	8,44	8,16	8,32	-	-	-
junho-2007	8,58	8,30	8,50	8,58	8,02	8,44	8,53	8,39	8,48	-	-	-
maio-2007	8,54	8,07	8,35	8,10	8,10	8,10	8,31	8,04	8,41	-	-	-

CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Contingências Judiciais

A COSERN é parte em ações judiciais oriundas do curso normal de seus negócios. Em 30 de setembro de 2007, o provisionamento total para contingências judiciais era de R\$ 28.875 mil, sendo R\$ 6.233 mil para ações fiscais, R\$ 13.555 mil para ações cíveis e R\$ 9.087 mil para ações trabalhistas.

A política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Emissora e de seus assessores legais, obedecidos os critérios estabelecidos no manual de contabilidade da ANEEL.

As provisões constituídas para contingências são compostas como segue:

R\$ mil			
	30/09/07		30/06/07
	(-) Depósitos	Provisão	Provisão
Contingência	Judiciais	Líquida	Líquida
Trabalhistas	9.087	(8.036)	1.051
Cíveis	13.555	(858)	12.697
Fiscais	6.233	(2.538)	3.695
Total	<u>28.875</u>	<u>(11.432)</u>	<u>17.443</u>
Passivo circulante		61	463
Passivo Não Circulante		17.382	14.845

R\$ mil			
Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
	Total		
Saldos em 30 de junho de 2007	10.623	11.020	5.091
Constituição	8.609	231	5.587
Baixas/Reversão	(10.903)	(167)	(5.141)
Atualização	758	2.471	696
Saldos em 30 de setembro de 2007	<u>9.087</u>	<u>13.555</u>	<u>6.233</u>
	<u>28.875</u>		

Contingências Fiscais

Em 30 de setembro de 2007 éramos parte em ações fiscais judiciais e administrativas perfazendo o valor total de aproximadamente R\$ 29.569 mil dos quais R\$ 6.233 mil estão provisionados. As contingências tributárias da Companhia referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

ICMS - Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos.

ISS - Refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

IRPJ - Refere-se a auto de infração onde se discute lucro inflacionário acumulado realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório.

INSS - Refere-se a dois autos de infração lavrados pelo Ministério da Previdência Social, onde se discute a cobrança de contribuição previdenciária e incidência de multa.

COFINS - Refere-se a processo judicial argüindo a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável à tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos.

Contingências Trabalhistas

Em 30 de setembro de 2007 éramos parte em ações trabalhistas judiciais e perfazendo o valor total de R\$ 16.450 mil dos quais R\$ 9.087 mil estão provisionados. As contingências trabalhistas da Companhia referem-se às ações movidas por ex-empregados, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária e subsidiária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingências Cíveis

Em 30 de setembro de 2007 éramos parte em ações cíveis judiciais e perfazendo o valor total de R\$ 43.090 mil dos quais R\$ 13.555 mil estão provisionados. As contingências cíveis da Companhia referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Cientes – Tarifas Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos. A Companhia constituiu provisão tomando por base o diferencial de alíquota cobrado no período de março a novembro de 1986 dos consumidores industriais, acrescido dos encargos financeiros, cujos montantes são considerados suficientes tomando como base a jurisprudência dominante no STJ.

Indenização por perdas – Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual. Os valores provisionados são suficientes considerando a média histórica de condenações da Companhia no Judiciário do Rio Grande do Norte.

Acidente terceiros – Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos. Em alguns casos é possível uma condenação da Companhia. O montante provisionado é adequado ao estágio em que se encontram as ações e ao histórico dos valores de condenação em ações similares no Judiciário do Rio Grande do Norte.

A Emissora figura como parte também em uma Ação Civil Pública na qual o Ministério Público Federal ("MPF") pleiteia a nulidade do reajuste tarifário do ano de 2005 autorizado pela ANEEL através da Resolução Homologatória nº 103/05, e que seja aplicado como reajuste apenas o percentual relativo ao IGPM, que foi de 11,12%, ou seja, inferior ao reajuste médio das tarifas da concessionária, que ficou em 19,58%. O MPF obteve liminar no sentido de obter a redução do percentual de reajuste. Tal decisão foi mantida pelo TRF da 5ª Região. Contudo, após pedido de suspensão de liminar por parte da Emissora perante o Superior Tribunal de Justiça a liminar foi suspensa, ficando a Emissora autorizada a praticar os percentuais definidos pela ANEEL, cobrando, inclusive, os valores retroativos aos meses em que vigorou a liminar. O julgamento de primeira instância considerou improcedente o pedido do MPF. O MPF apelou dessa sentença, tendo a Emissora oferecido suas contrarrazões. Atualmente recurso encontra-se aguardando julgamento. A Emissora entende serem remotas as perspectivas de perda da referida ação, não havendo provisão constituída para os valores nela discutidos. A Emissora não possuía estimativa do valor envolvido na ação até 30 de setembro de 2007.

Contingências Administrativas

Contingências (em mil R\$)	Período encerrado em			
	31 de dezembro		30 de setembro	
	2004	2005	2006	2007
Contingências Administrativas	324	322	327	327

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Operações com Partes Relacionadas

Em 30 de setembro de 2007 e 2006, as transações com partes relacionadas estavam detalhadas da seguinte forma:

Partes relacionadas	Natureza da operação.	R\$ mil					
		30/09/07			30/09/06		
		Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
Amara Brasil ^(a)	Administração de almoxarifado	-	50	(567)	-	51	(476)
Afluente	Uso da Rede	-	14	(94)	-	14	(40)
NC Energia ^(b)	Valores a pagar	-	-	-	-	264	(522)
NC Energia ^(c)	Serviços de consultoria	-	-	(33)	-	18	(173)
	Total NC Energia	-	-	(33)	-	282	(695)
Celpe	Reembolso de despesas	-	-	-	41	-	-
Coelba ^(d)	Acordo de Cooperação Mútua	-	-	-	-	158	(1.413)
	Reembolso de Despesas	-	5	-	-	-	-
	Uso da rede	-	-	-	-	-	(17)
	Total Coelba	-	5	-	-	158	(1.430)
Neoenergia	Valores a receber				27	-	-

- (a) Amara Brasil - Contrato nº 4600007377, com vigência de 16 de maio de 2005 até 15 de maio de 2008 e correção monetária pelo IGPM a cada 12 meses.
- (b) NC Energia – Contrato de Compra de Energia (GCS AM – 010/2002), com vigência de 1º de outubro de 2002 até 30 de novembro de 2006.
- (c) NC Energia - Contrato de Prestação de Serviços, nº 4600011943, vigência de 2 de abril de 2007 até 31 de março de 2008, conforme despacho da ANEEL nº 2.042, de 3 de julho de 2007.
- (d) A ANEEL, por meio do Despacho nº 1.408, de 04 de outubro de 2005, aprovou a implantação do Acordo de Cooperação Mútua firmado entre as empresas COELBA, COSERN e CELPE, para execução e coordenação das atividades referentes aos serviços de informática, mediante a emissão de documento fiscal competente e pagamento em parcelas mensais, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2005.

Prestação de garantias

A tabela a seguir lista as garantias que a COSERN obteve de partes relacionadas.

CONTRATOS ATIVOS COM AVAL DA NEOENERGIA	VALOR R\$	VENCIMENTO
FINEP	5.394.557,00	15 de março de 2011
Banco do Nordeste - BNB	46.183.747,72	23 de dezembro de 2013
Banco do Nordeste - BNB	35.000.000,00	27 de novembro de 2014
T O T A L	86.578.304,72	

Todos os contratos são em moeda nacional.

A Cosern está em fase de contratação de um novo financiamento junto ao Banco do Nordeste no valor de R\$ 21,227 milhões, ao qual será dado aval/fiança da Neoenergia de 100% do contrato.

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (Exercício findo em 31 de Dezembro de 2006)

Partes relacionadas	Ref.	Natureza da operação	2006			2005		
			Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)
Amara Brasil Ltda.	(a)	Administração de almoxarifado	-	52	(634)	-	43	(592)
Neoenergia		Valores a receber	-	-	-	27	-	-
NC Energia	(b)	Energia comprada	-	-	(809)	-	274	(1.511)
	(c)	Serviços de consultoria	-	18	(231)	-	19	(249)
		Total NC Energia		18	(1.040)	-	293	(1.760)
Celpe	(d)	Acordo de Cooperação Mútua	-	-	-	-	-	-
		Reembolso de despesas	-	-	-	41	-	3
		Total Celpe	-	-	-	41	-	3
Coelba	(d)	Acordo de Cooperação Mútua	-	134	(1.689)	-	-	-
		Reembolso de despesas	-	7	-	-	236	(940)
		Uso da rede	-	-	(17)	-	7	(67)
		Total Coelba	-	141	(1.706)	-	243	(1.007)
Afluentes		Uso da Rede	-	13	(70)	-	-	-

- (a) Amara Brasil - Contrato nº 4600007377, vigência de 16 de maio de 2005 até 15 de maio de 2008. O mesmo é corrigido pelo IGP-M a cada 12 meses.
- (b) NC Energia - Contrato de Compra de Energia (GCS AM – 010/2002), vigente de 1º de outubro de 2002 a 30 de novembro de 2006.
- (c) NC Energia - O Contrato de Prestação de Serviços, teve vigência até 31 de dezembro de 2006. A Companhia providenciou o aditamento ao referido contrato, prorrogando o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2007.
- (d) Acordo de Cooperação Mútua

A ANEEL, através do Despacho nº 1.408, de 04 de outubro de 2005, aprovou a implantação do Acordo de Cooperação Mútua firmado entre as empresas COELBA, COSERN e CELPE, para a execução e coordenação das atividades referentes aos serviços de informática, mediante a emissão de documento fiscal competente e pagamento em parcelas mensais, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2005.

Em 30 de dezembro de 2005, a ANEEL, através do Despacho nº 2.277, aprovou a implementação de termo aditivo para prorrogar a vigência, até 31 de dezembro de 2006, do Acordo de Cooperação Mútua.

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (Exercício findo em 31 de dezembro de 2005)

Partes relacionadas	Natureza da operação	2005			2004		
		Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)
IBERENER	Dividendos/Juros sobre o capital próprio	-	2.492	-	-	708	-
	Dividendos/Juros sobre o capital próprio	-	548	-	-	-	-
PREVI	Administração de almoxarifado	-	43	(592)	-	53	(595)
	Valores a receber	27	-	-	27	-	15
NC Energia	Valores a pagar (b)	-	274	(1.511)	-	220	(1.358)
	Serviços de consultoria (c)	-	19	(249)	-	17	(222)
	Total NC Energia	-	293	(1.760)	-	237	(1.580)
Celpe	Serviços compartilhados (d)	-	-	-	-	26	-
	Material/serviço	41	-	3	41	1	167
	Total Celpe	41	-	3	41	27	167
Coelba	Serviços compartilhados (d)	-	-	-	-	1.107	-
	Material/serviço	-	236	(940)	-	9	250
	Uso da rede	-	7	(67)	-	11	(88)
	Dividendos/Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	36.779	-
	Total Coelba	-	243	(1.007)	-	37.906	162
Neoenergia	Dividendos/Juros sobre o capital próprio	-	35.017	-	-	13.795	-

- (a) Amara Brasil - Contrato nº 4600007377, vigência de 16 de maio de 2005 até 15 de maio de 2008. O mesmo é corrigido pelo IGP-M a cada 12 meses.
- (b) NC Energia - Contrato de Compra de Energia (GCS AM – 010/2002), vigência de 1º de outubro de 2002 até 30 de novembro de 2006. O reajuste do mesmo ocorrerá na data de revisão do reajuste tarifário.
- (c) NC Energia - Contrato de Prestação de Serviços, vigência de 1º de janeiro de 2003 até 31 de dezembro de 2005. O mesmo será atualizado anualmente.

(d) Serviços compartilhados - As Companhias COELBA, CELPE e COSERN celebraram, entre si, em 30 de outubro de 2001, vigente até 5 de outubro de 2021, o Contrato denominado "Guaraniana Serviços Compartilhados" com o objetivo de:

- Implantar um sistema unificado de atividades operacionais e administrativas, nas áreas: Engenharia Básica, Suprimentos, Marketing, Informática, Riscos e Seguros e Regulação e Tarifa;
- Otimizar o aproveitamento dos recursos financeiros e humanos empregados no desenvolvimento das referidas atividades, em regime de serviços de interesse recíproco;
- Atender, de maneira mais eficiente e econômica, aos interesses e necessidades de cada uma das Consorciadas.

Em 1º de novembro de 2001, as Companhias encaminharam o pedido de anuência ao referido contrato à ANEEL, em atendimento ao estabelecido na Resolução ANEEL nº 022, de 4 de fevereiro de 1999. Em decorrência da implementação do Consórcio, os balanços das empresas contemplam ativos e passivos oriundos dessas transações.

Posteriormente, a ANEEL, através do Ofício nº 1327/2002-SFF/ANEEL, de 26 de dezembro de 2002, comunicou a não aprovação do Contrato de Consórcio. A Companhia vem adotando providências no sentido de atender a recomendação da ANEEL, já tendo realizado alterações no modelo que corresponderam à criação de estruturas organizacionais independentes em cada empresa, para as funções de: Regulação, Engenharia Básica e Normalização, Marketing e Riscos e Seguros e Suprimentos. Ao mesmo tempo, firmou-se o compromisso de elaborar estudos para, dentro de prazo pré-determinado, a findar-se em 31 de dezembro de 2005, efetivar a adequação das atividades de Informática e Suprimentos, com operações e atuações independentes mas de maneira sinérgica.

Com o objetivo de regulamentar os serviços compartilhados da atividade de informática até a segregação definitiva, a ANEEL, através do Despacho nº 1.408, de 4 de outubro de 2005, resolve aprovar a implantação do Acordo de Cooperação Mútua firmado entre as empresas COELBA, COSERN e CELPE, para a execução e coordenação das atividades referentes aos serviços de informática, mediante a emissão de documento fiscal competente e pagamento em parcelas mensais, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2005.

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (Exercício findo em 31 de Dezembro de 2004)

Transações Partes relacionadas	Natureza da operação.	2004			2003		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Iberdrola Energia	Pessoal					6	(66)
Iberdrola Cons. e Serviço	Confecção de calendários						
	Dividendos/Juros sobre o capital próprio		708				
IBERENER	Administração de almoxarifado		53	(595)		41	(504)
Amara Brasil (a)	Serviço de Engenharia					77	(3.251)
IBENBRASIL (b)	Manutenção/recuper. de equipamentos						(375)
Tracol Serv. Elétricos S/A	Valores a receber	27		15	181		23
Termoaçu S/A	Valores a pagar		220	(1.358)		210	(840)
NC Energia (c)	Serviços de consultoria		17	(222)		17	(201)
NC Energia (d)							
Celpe	Serviços compartilhados (e)		26			22	
	Material/serviço	41	1	167			43
	Total Celpe	41	27	167		22	43
Coelba	Serviços compartilhados (e)		1.107			1.117	
	Material/serviço		9	250	4	21	(66)
	Uso da rede		11	(88)		9	(74)
	Dividendos/Juros sobre o capital próprio		36.779			40.471	
	Total Coelba		37.906	162	4	41.618	(140)
Neoenergia					127.29		
	Venda da Termoaçu (f)				4		
	Prestação de contas						19.043
	Dividendos/Juros sobre o capital próprio		13.795			13.711	
	Total Neoenergia		13.795		127.29	13.711	19.043
					4		
Fasern (g)	Contrato de mútuo					1.536	254

- (a) Amara Brasil - Contrato nº 44113998, vigência de 16/12/1998 até 15/05/2005. O mesmo é corrigido pelo IGPM a cada 12 meses.
- (b) Ibenbrasil - Contrato nº 4600004918, vigência de 01/09/2003 até 31/08/2006, corrigido a cada 12 meses com base até o Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas, Serviços de Consultoria, Coluna 39, Série A0157980 da revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas.
- (c) NC Energia - Contrato de Compra de Energia (GCS AM – 010/2002), vigência de 01/10/2002 até 30/11/2006. O reajuste do mesmo ocorrerá na data de revisão do reajuste tarifário.
- (d) NC Energia - Contrato de Prestação de Serviços, vigência de 01/01/2003 até 31/12/2005. O mesmo será atualizado anualmente.

(e) Serviços compartilhados - As Companhias COELBA, CELPE e COSERN celebraram, entre si, em 30 de outubro de 2001, vigente até 05 de outubro de 2021, o Contrato denominado "Guaraniana Serviços Compartilhados" com o objetivo de :

- implantar um sistema unificado de atividades operacionais e administrativas, nas áreas: Engenharia Básica, Suprimentos, Marketing, Informática, Riscos e Seguros e Regulação e Tarifa;
- otimizar o aproveitamento dos recursos financeiros e humanos empregados no desenvolvimento das referidas atividades, em regime de serviços de interesse recíproco;
- atender, de maneira mais eficiente e econômica, aos interesses e necessidades de cada uma das Consorciadas.

Em 1º de novembro de 2001, as Companhias encaminharam o pedido de anuência ao referido contrato à ANEEL, em atendimento ao estabelecido na Resolução ANEEL nº 022, de 04 de fevereiro de 1999. Em decorrência da implementação do Consórcio, os balanços das empresas contemplam ativos e passivos oriundos dessas transações.

Posteriormente, a ANEEL, através do Ofício nº 1327/2002-SFF/ANEEL, de 26 de dezembro de 2002, comunicou a não aprovação do Contrato de Consórcio. A Companhia vem adotando providências no sentido de atender a recomendação da ANEEL, já tendo realizado alterações no modelo que corresponderam à criação de estruturas organizacionais independentes em cada empresa, para as funções de: Regulação, Engenharia Básica e Normalização, Marketing e Riscos e Seguros. Ao mesmo tempo, firmou-se o compromisso de elaborar estudos para, dentro de prazo pré-determinado, efetivar a adequação das atividades de Informática e Suprimentos, com operações e atuações independentes mas de maneira sinérgica. Dessa forma, novos modelos para essas funções deverão ser implementados no primeiro semestre de 2005.

(f) Neonenergia - Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, sendo o saldo corrigido pela Taxa DI Over, constituído em 31 de março de 2003.

(g) Fasern – Contrato nº 09/94, vigência até 1 de setembro de 2004, atualizado pela TR+ 6% a.a.

PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Emissora é uma companhia comprometida a atingir e manter altos padrões de governança corporativa.

Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)

Essa seção contém informações sobre as práticas de governança corporativa que são adotadas pela Emissora, e, conforme indicado abaixo, essa seção deve ser analisada conjuntamente com a seção “Descrição do Capital Social e Dividendos”.

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, a Emissora adota as seguintes:

- (i) contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- (ii) existência de um conselho fiscal permanente, composto de até 5 membros efetivos e seus respectivos suplentes escolhidos pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos;
- (iii) escolha do local para a realização da Assembleia Geral de forma a facilitar a presença de todos os sócios ou seus representantes;

- (iv) clara definição no Estatuto Social (a) da forma de convocação da Assembléia Geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- (v) transparência na divulgação pública do relatório anual da administração; e
- (vi) livre acesso às informações e instalações da companhia pelos membros do Conselho de Administração;

Além das práticas listadas acima, a Emissora tem ainda desenvolvido outras iniciativas importantes para melhorar sua Governança Corporativa. Como exemplos, disseminou o Manual de Conduta Ética entre todos os seus colaboradores, difundiu a Política de Segurança da Informação e tem desenvolvido práticas para fortalecer a sua cultura de gestão ambiental, de saúde e segurança ocupacional.

A Emissora também está iniciando a verificação e, quando necessário, adequação dos controles internos aos requerimentos da lei americana "Sarbanes-Oxley - SOX".

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2006, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração
- DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2005, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração
- DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2004, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração
- ITR - Informações Trimestrais da Emissora relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2007
- ITR - Informações Trimestrais da Emissora relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2006, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO		2 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Mermoz, 150		Baldo	
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF	
59025-250	Natal	RN	
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE
084	3215-6104	3215-6105	3215-6100
10 - TELEX	11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX
	084	3215-6242	-
14 - FAX			
-			
15 - E-MAIL			
cosem@cosem.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Erik da Costa Breyer				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Mermoz, 150			Baldo	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
59025-250	Natal			RN
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
084	3215-6104	3215-6105	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
084	3215-6242	-	-	
16 - E-MAIL				
ebreyer@cosem.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2006	31/12/2006
2 - Penúltimo	01/01/2005	31/12/2005
3 - Antepenúltimo	01/01/2004	31/12/2004
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CÓDIGO CVM
Deloitte Touche Tohmatsu		00385-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO
José Luiz Santos Vaz Sampaio		399.500.505-53

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2006	2 31/12/2005	3 31/12/2004
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	129.746	129.746	129.746
2 - Preferenciais	38.328	38.328	38.328
3 - Total	168.074	168.074	168.074
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Serviço Público de Energia Elétrica
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE	7 - VALOR DO PROVENTO P/AÇÃO
01	RCA	22/05/2006	Juros Sobre Capital Próprio	29/11/2006	ON	0,0575893000
02	RCA	22/05/2006	Juros Sobre Capital Próprio	29/11/2006	PNA	0,0633483000
03	RCA	22/05/2006	Juros Sobre Capital Próprio	29/11/2006	PNB	0,0633483000
04	RCA	24/07/2006	Juros Sobre Capital Próprio	29/11/2006	ON	0,0529357000
05	RCA	24/07/2006	Juros Sobre Capital Próprio	29/11/2006	PNA	0,0582292000
06	RCA	24/07/2006	Juros Sobre Capital Próprio	29/11/2006	PNB	0,0582292000
07	RCA	28/09/2006	Dividendo	29/11/2006	ON	0,2022957000
08	RCA	28/09/2006	Dividendo	29/11/2006	PNA	0,2225252000
09	RCA	28/09/2006	Dividendo	29/11/2006	PNB	0,2225252000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

10	RCA	17/11/2006	Juros Sobre Capital Próprio	29/11/2006	ON	0,0482820000
11	RCA	17/11/2006	Juros Sobre Capital Próprio	29/11/2006	PNA	0,0531102000
12	RCA	17/11/2006	Juros Sobre Capital Próprio	29/11/2006	PNB	0,0531102000
13	RCA	27/12/2006	Juros Sobre Capital Próprio		ON	0,0442100000
14	RCA	27/12/2006	Juros Sobre Capital Próprio		PNA	0,0486310000
15	RCA	27/12/2006	Juros Sobre Capital Próprio		PNB	0,0486310000
16	PROPOSTA		Dividendo		ON	0,3848419000
17	PROPOSTA		Dividendo		PNA	0,4233261000
18	PROPOSTA		Dividendo		PNB	0,4233261000

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
12/01/2007	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
1	Ativo Total	1.240.371	1.197.244	1.150.162
1.01	Ativo Circulante	312.612	316.456	274.339
1.01.01	Disponibilidades	15.813	27.719	3.820
1.01.01.01	Numerário disponível	15.813	20.685	3.698
1.01.01.02	Aplicações financeiras	0	7.034	122
1.01.02	Créditos	295.594	288.549	269.788
1.01.02.01	Clientes	170.888	176.178	150.065
1.01.02.01.01	Consumidores, concs. e permissionárias	175.307	167.116	142.473
1.01.02.01.02	Títulos a receber	28.694	29.660	24.571
1.01.02.01.03	(-) Prov. cré. liquidação duvidosa-PCLD	(33.113)	(20.598)	(16.979)
1.01.02.02	Créditos Diversos	124.706	112.371	119.723
1.01.02.02.01	Ativos regulatórios	49.821	49.859	58.984
1.01.02.02.02	Serviços em curso	4.261	2.152	2.204
1.01.02.02.03	Títulos e valores mobiliários	724	741	612
1.01.02.02.04	Tributos e contrib. sociais	25.813	19.868	17.807
1.01.02.02.05	Tributos e contrib. sociais diferidos	16.681	15.785	13.738
1.01.02.02.06	Benef. fiscal-ágio incorp. controladora	9.664	9.864	10.100
1.01.02.02.07	Despesas pagas antecipadamente	869	1.021	2.539
1.01.02.02.20	Outros créditos	16.873	13.081	13.739
1.01.03	Estoques	1.205	188	731
1.01.04	Outros	0	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	927.759	880.788	875.823
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	536.501	557.864	554.970
1.02.01.01	Créditos Diversos	536.501	557.864	554.970
1.02.01.01.01	Consumidores, concs. e permissionárias	14.279	17.583	17.474
1.02.01.01.02	Títulos a receber	188.008	181.580	161.490
1.02.01.01.03	Ativos regulatórios	162.196	166.937	168.451
1.02.01.01.04	Depósitos judiciais	1.483	1.483	1.483
1.02.01.01.05	Títulos e valores mobiliários	5.923	2.962	2.500
1.02.01.01.06	Tributos e contrib. sociais	15.283	10.050	10.284
1.02.01.01.07	Tributos e contrib. sociais diferidos	6.641	22.809	33.295
1.02.01.01.08	Benef. fiscal-ágio incorp. controladora	139.590	149.254	159.117
1.02.01.01.09	Bens e direitos destinados a alienação	9	9	9
1.02.01.01.10	Despesas pagas antecipadamente	2.323	4.029	0
1.02.01.01.20	Outros créditos	766	1.168	867
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	391.258	322.924	320.853

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
1.02.02.01	Investimentos	1.030	780	10
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	1.030	780	10
1.02.02.02	Imobilizado	372.175	304.893	301.080
1.02.02.02.01	Imobilizado - líquido	372.175	304.893	301.080
1.02.02.03	Intangível	18.053	17.251	19.763
1.02.02.03.01	Intangível - líquido	18.053	17.251	19.763
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
2	Passivo Total	1.240.371	1.197.244	1.150.162
2.01	Passivo Circulante	288.499	283.461	272.300
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	36.499	31.347	66.145
2.01.01.01	Empréstimos, financ. e encargos dívida	36.499	31.347	66.145
2.01.02	Debêntures	8.311	11.183	8.760
2.01.02.01	Debêntures e encargos	8.311	11.183	8.760
2.01.03	Fornecedores	51.742	47.383	50.915
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	63.282	50.153	39.116
2.01.04.01	Tributos e contrib. sociais	26.029	25.085	21.152
2.01.04.02	Tributos e contrib. sociais diferidos	13.066	13.123	11.606
2.01.04.03	Taxas regulamentares	24.187	11.945	6.358
2.01.05	Dividendos a Pagar	79.307	110.207	69.921
2.01.05.01	Dividendos e juros sobre capital próprio	79.307	110.207	69.921
2.01.06	Provisões	374	519	13.609
2.01.06.01	Provisão para contingências	374	519	13.609
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	48.984	32.669	23.834
2.01.08.01	Passivos regulatórios	15.313	12.792	7.358
2.01.08.02	Folha de pagamento	1.503	1.086	555
2.01.08.03	Obrigações estimadas	17.445	9.785	7.361
2.01.08.04	Adiantamentos recebidos	2.077	1.713	1.317
2.01.08.05	Consumidores devolução baixa renda	277	277	281
2.01.08.20	Outras contas a pagar	12.369	7.016	6.962
2.02	Passivo Não Circulante	476.248	469.432	452.184
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	476.248	469.432	452.184
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	195.594	193.888	250.766
2.02.01.02	Debêntures	179.000	179.000	113.200
2.02.01.03	Provisões	15.254	15.011	5.596
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	15.254	15.011	5.596
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	236	1.133
2.02.01.04.01	Coligada e controladora	0	236	1.133
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	86.400	81.297	81.489
2.02.01.06.01	Passivos regulatórios	37.808	28.386	28.763
2.02.01.06.02	Tributos e contrib. sociais	1.483	1.488	1.483
2.02.01.06.03	Tributos e contrib. sociais diferidos	46.032	50.277	50.132
2.02.01.06.20	Outras contas a pagar	1.077	1.146	1.111
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	475.624	444.351	425.678
2.04.01	Capital Social Realizado	179.787	179.787	140.413
2.04.02	Reservas de Capital	229.376	203.618	230.155

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	86.481	80.948	55.110
2.04.04.01	Legal	35.957	30.442	24.606
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	30.504	30.504	30.504
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	970.563	877.754	748.048
3.01.01	Fornecimento de energia elétrica	919.841	833.200	696.540
3.01.02	Suprimento de energia elétrica - CCEE	2.729	2.259	8.698
3.01.03	Disponibilização sistema de distribuição	41.089	19.703	6.704
3.01.04	Subvenção a baixa renda (tarifa social)	36.357	34.061	24.487
3.01.05	Reversão recomp. tarifária racionamento	(28.911)	(27.586)	(24.548)
3.01.06	Reversão da energia livre racionamento	(6.980)	(6.684)	(5.884)
3.01.07	Receita (reversão) revisão tarifária	(274)	(3.377)	3.651
3.01.08	Encargos CBEE	129	19.856	28.267
3.01.20	Outras receitas operacionais	6.603	6.322	10.133
3.02	Deduções da Receita Bruta	(273.432)	(258.099)	(204.331)
3.02.01	ICMS	(167.830)	(148.149)	(115.706)
3.02.02	PIS	(18.155)	(16.001)	(8.818)
3.02.03	COFINS	(80.390)	(67.381)	(45.229)
3.02.04	ISS	(224)	(200)	(92)
3.02.05	Quota p/ reserva global de reversão-RGR	(6.294)	(6.388)	(6.219)
3.02.06	Encargos CBEE	(145)	(19.980)	(28.267)
3.02.07	Outros	(394)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	697.131	619.655	543.717
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(411.962)	(386.289)	(343.171)
3.04.01	Pessoal	(19.437)	(17.211)	(19.378)
3.04.02	Entidade de previdência privada	(522)	(425)	(650)
3.04.03	Material	(5.023)	(4.544)	(4.274)
3.04.04	Serviços de terceiros	(17.183)	(13.044)	(12.373)
3.04.05	Subvenção-conta consumo combustível-CCC	(48.450)	(36.040)	(20.222)
3.04.06	Conta de desenvolvimento energético-CDE	(6.506)	(5.619)	(4.294)
3.04.07	Taxa fisc. serv. energia elétrica-TFSEE	(1.831)	(1.627)	(1.207)
3.04.08	Energia elétrica comprada para revenda	(227.360)	(205.993)	(195.433)
3.04.09	Encargos de uso sistema de transmissão	(45.279)	(57.692)	(50.441)
3.04.10	Fundo Nac. Des. Cient. e Tecnológico-FNDCT	(2.587)	(1.342)	(1.311)
3.04.11	Empresa de Pesquisa Energética-EPE	(1.050)	(821)	(224)
3.04.12	Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	(2.100)	(947)	(448)
3.04.13	Prog. de Eficientização Energética-PEE	(1.974)	(5.827)	(1.120)
3.04.14	Depreciação e amortização	(30.321)	(31.474)	(30.145)
3.04.15	Arrendamentos e aluguéis	(27)	(48)	(9)
3.04.16	Tributos	(195)	(164)	(162)
3.04.19	Outros custos	(780)	(831)	(960)
3.04.20	Custo do serviço prestado a terceiros	(1.337)	(2.640)	(520)
3.05	Resultado Bruto	285.169	233.366	200.546
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(120.084)	(116.093)	(89.529)
3.06.01	Com Vendas	(32.308)	(24.046)	4.106

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
3.06.02	Gerais e Administrativas	(45.823)	(44.428)	(33.654)
3.06.03	Financeiras	(41.953)	(47.619)	(59.981)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	80.098	79.030	104.660
3.06.03.01.01	Renda de aplicações financeiras	2.415	1.178	220
3.06.03.01.02	Juros/comis. e acrésc. morat. de energia	28.326	25.391	26.740
3.06.03.01.03	Rem. financeira ativos regulatórios	36.287	39.954	39.146
3.06.03.01.04	Variação monetária	12.624	15.192	18.096
3.06.03.01.05	Variação cambial	0	0	12.462
3.06.03.01.06	Operações Swap	0	0	8.829
3.06.03.01.20	Outras receitas financeiras	446	(2.683)	(833)
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(122.051)	(126.649)	(164.641)
3.06.03.02.01	Encargos de dívida	(58.279)	(74.991)	(61.079)
3.06.03.02.02	Rem. financeira passivos regulatórios	(15.544)	(6.962)	(7.229)
3.06.03.02.03	Variação monetária	(7.166)	(5.330)	(6.508)
3.06.03.02.04	Variação cambial	0	0	(14.472)
3.06.03.02.05	Operações Swap	0	0	(13.464)
3.06.03.02.06	Juros sobre o capital próprio	(34.900)	(41.500)	(45.000)
3.06.03.02.19	Outras despesas	(6.162)	2.134	(16.889)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	165.085	117.273	111.017
3.08	Resultado Não Operacional	510	(2.295)	(11.667)
3.08.01	Receitas	1.709	18	85
3.08.02	Despesas	(1.199)	(2.313)	(11.752)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	165.595	114.978	99.350
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(37.381)	(11.742)	2.969
3.10.01	IR e Contribuição Social - corrente	(37.381)	(11.742)	2.969
3.11	IR Diferido	(21.766)	(28.003)	(34.446)
3.11.01	IR e Contribuição Social - diferido	(11.902)	(17.903)	(24.236)
3.11.02	Amortização ágio e reversão PMIPL	(9.864)	(10.100)	(10.210)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	34.900	41.500	45.000
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	141.348	116.733	112.873
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	168.074	168.074	168.074
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,84099	0,69453	0,67157
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2006
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
------------	---------------	-----------------------------	-----------------------------	-----------------------------

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
4.01	Origens	376.499	541.875	522.606
4.01.01	Das Operações	192.043	131.832	171.829
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	141.348	116.733	112.873
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	50.695	15.099	58.956
4.01.01.02.01	Depreciação e amortização	32.769	35.039	34.485
4.01.01.02.02	Ativo regulatório	(21.069)	(28.272)	(28.091)
4.01.01.02.03	Var. mon. cambiais e jrs. LP, líquidas	(4.662)	(14.724)	(12.037)
4.01.01.02.04	Valor residual ativo permanente baixado	1.796	813	12.618
4.01.01.02.05	Trib. e contrib. sociais diferidos	14.308	15.045	40.805
4.01.01.02.06	Reserva de incentivo fiscal - ADENE	25.757	12.837	1.792
4.01.01.02.07	Provisão (rev) ajuste vr. realização RTE	1.796	(5.639)	9.384
4.01.02	Dos Acionistas	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	184.456	410.043	350.777
4.01.03.01	Aumento em empréstimos e financiamentos	34.014	28.562	92.123
4.01.03.02	Aumento em debêntures	0	179.000	120.000
4.01.03.03	Obrigações vinculadas	32.856	18.205	8.603
4.01.03.04	Aumento do passivo ñ circulante - outros	20.506	91.111	35.357
4.01.03.05	Transf. do RLP p/ o ativo circulante	97.894	93.165	86.662
4.01.03.06	Diminuição do RLP	(814)	0	8.032
4.02	Aplicações	385.381	510.919	322.604
4.02.01	No ativo realizável a longo prazo	58.495	61.858	0
4.02.02	No investimento	250	770	0
4.02.03	No imobilizado	135.505	55.358	59.511
4.02.04	Transf. passivo ñ circ. p/ passivo circ.	55.179	226.370	62.282
4.02.05	Diminuição do passivo ñ circulante	119	55.666	10.815
4.02.06	Juros sobre o capital próprio	34.900	41.500	45.000
4.02.07	Dividendos declarados prov. LL exercício	100.933	69.397	62.229
4.02.08	Dividendos declarados prov da res. lucro	0	0	82.767
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(8.882)	30.956	200.002
4.04	Variação do Ativo Circulante	(3.844)	42.117	24.379
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	316.456	274.339	249.960
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	312.612	316.456	274.339
4.05	Variação do Passivo Circulante	5.038	11.161	(175.623)
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	283.461	272.300	447.923
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	288.499	283.461	272.300

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	179.787	203.618	0	0	80.946	444.351
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	141.348	141.348
5.07	Destinações	0	0	0	5.515	(141.348)	(135.833)
5.07.01	Reserva legal	0	0	0	5.515	(5.515)	0
5.07.02	Juros sobre o capital próprio	0	0	0	0	(34.900)	(34.900)
5.07.03	Dividendos propostos	0	0	0	0	(100.933)	(100.933)
5.08	Outros	0	25.758	0	0	0	25.758
5.08.01	Redução do imposto de renda	0	25.758	0	0	0	25.758
5.09	Saldo Final	179.787	229.376	0	0	66.481	475.624

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
 Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	140.413	230.155	0	55.110	0	425.678
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	39.374	(39.374)	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	116.733	116.733
5.07	Destinações	0	0	0	5.836	(116.733)	(110.897)
5.07.01	Reserva legal	0	0	0	5.836	(5.836)	0
5.07.02	Juros sobre o capital próprio	0	0	0	0	(41.500)	(41.500)
5.07.03	Dividendos propostos	0	0	0	0	(69.397)	(69.397)
5.08	Outros	0	12.837	0	0	0	12.837
5.08.01	Redução do imposto de renda	0	12.837	0	0	0	12.837
5.09	Saldo Final	179.787	203.618	0	60.946	0	444.351

Divulgação Externa

Legislação Societária

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REVALUAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	140.413	228.363	0	132.233	0	501.009
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	(82.767)	82.767	0
5.04.01	Transferência	0	0	0	(82.767)	82.767	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	112.873	112.873
5.07	Destinações	0	0	0	5.644	(195.640)	(189.996)
5.07.01	Reserva legal	0	0	0	5.644	(5.644)	0
5.07.02	Dividendos propostos	0	0	0	0	(82.229)	(82.229)
5.07.03	Dividendos a partir da reserva de lucros	0	0	0	0	(82.767)	(82.767)
5.07.04	Juros sobre o capital próprio	0	0	0	0	(45.000)	(45.000)
5.08	Outros	0	1.792	0	0	0	1.792
5.08.01	Redução do imposto de renda	0	1.792	0	0	0	1.792
5.09	Saldo Final	140.413	230.155	0	55.110	0	425.678

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Srs. Acionistas, Conselheiros e Diretores da
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN
Natal - RN

1. Examinamos os balanços patrimoniais da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN** (“Companhia”) levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN** em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 29 às demonstrações contábeis, a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 103 de 18 de abril de 2005, fixou em 19,58% o índice médio de reajuste tarifário da Companhia, para o ano de 2005, sendo 15,02% para os consumidores atendidos em baixa tensão (residenciais e outros) e entre 27,41% e 22,09% para os consumidores de alta tensão (industriais e comerciais de médio e grande portes), vigente a partir de 22 de abril de 2005. Em 02 de junho de 2005, foi concedida antecipação de tutela, tendo a COSERN sido intimada através do mandado de intimação nº 002.000672-2/2005, para que suspendesse os efeitos da Resolução Homologatória ANEEL nº 103 de 18 de abril de 2005, e aplicasse o reajuste anual de 11,1321% relativos à variação do IGP-M no período de abril de 2004 a março de 2005, aplicado de forma linear pela Companhia a partir de 6 de junho de 2005. Em 13 de junho de 2005, foi emitido um novo Mandado de Intimação de nº 0002.000696.8/2005, determinando que o índice de reajuste anual de 11,1321% fosse aplicado de forma proporcional o qual foi atendido pela Companhia. Em 14 de setembro de 2005, a Companhia voltou a praticar as tarifas homologadas pela ANEEL, devido à suspensão da antecipação de tutela pelo STJ, ficando, no entanto, impedida de cobrar os valores

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

retroativos, no período de 6 de junho a 13 de setembro de 2005, em função da nova decisão da Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio Grande do Norte. Em 30 de junho de 2006 a Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio Grande do Norte, julgou improcedente a ação civil pública movida pelo Ministério Público e revogou a liminar que suspendeu os efeitos da Resolução Homologatória nº 103, da ANEEL e impedia a cobrança retroativa para o período citado anteriormente. Em 30 de setembro de 2006, a Companhia procedeu o faturamento aos consumidores no valor de R\$ 10.279 mil (R\$ 6.784 mil líquido de impostos), dos quais R\$ 6.612 mil (R\$ 4.364 mil líquido de impostos) já tinham sido registrados anteriormente, correspondente à diferença do reajuste de 19,58%, homologado pela ANEEL, aplicável ao fornecimento de energia.

5. Os assuntos regulatórios que impactam as demonstrações contábeis estão descritos nas notas explicativas nº 6 (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) e nº 9 (Ativos e Passivos Regulatórios).
6. Adicionalmente, examinamos as demonstrações do fluxo de caixa, do valor adicionado e os balanços sociais da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN**, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, aplicando os mesmos procedimentos descritos no parágrafo 2. Essas demonstrações, não são requeridas como parte das demonstrações contábeis básicas e foram elaboradas para permitir análises adicionais. Em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Salvador, 19 de janeiro de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC - Nº 2SP 011.609/O-8

José Luiz dos Santos Vaz Sampaio
Sócio
CRC-BA Nº 015.640/O-3-S "RN"

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006.

Durante o ano de 2006, a Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN alcançou um avanço considerável no desenvolvimento da estratégia definida pelo Grupo Neoenergia, o que a tem mantido em posição de destaque no cenário elétrico brasileiro.

No que se refere aos investimentos aportados, foram aplicados, até dezembro de 2006, R\$ 135,5 milhões destinados à melhoria dos padrões de qualidade operacional e a capacidade de fornecimento da energia elétrica aos seus clientes. Além disso, parte do investimento foi canalizada para a continuidade do Programa Luz para Todos, projeto de grande cunho social que universalizará o acesso à energia elétrica na área rural em todo o Estado Potiguar. Como resultado desses investimentos, a COSERN continuou a apresentar índices de qualidade técnica em patamares de excelência se comparados a empresas não apenas da Região Nordeste, mas de todo o território nacional.

A COSERN encerrou o ano de 2006 com lucro líquido de R\$ 141,3 milhões, 21,08% superior ao apresentado em 2005, como resultado de ações bem sucedidas para a superação de desafios nas áreas comercial, operacional e financeira.

O mercado de distribuição de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Norte cresceu 6,12%, em comparação com 2005, tendo sido acrescidos 53.853 novos contratos.

A arrecadação bruta de R\$ 1,07 bilhão superou em 14,29% a registrada em 2005, como fruto das ações adotadas. O índice de arrecadação foi de 102,55% do faturamento registrado em 2006, contra 98,96% em 2005.

Seguindo a estratégia adotada no ano anterior, quando foi concluída a reestruturação de seu passivo financeiro através da terceira oferta pública de emissão de debêntures não conversíveis em ações, no ano de 2006 a COSERN manteve o seu endividamento no longo prazo, recorrendo a bancos de fomento, apenas para financiar seus planos de investimento.

O reconhecimento pelo seu desempenho, não apenas em sua área de negócios, como também em sua atuação como uma empresa socialmente responsável, está refletido nos diversos prêmios conquistados em 2006.

Por fim, avaliamos que todos estes resultados demonstram a confiança de nossos acionistas e o empenho da Administração, colaboradores e parceiros em geral na busca constante pela eficiência e qualidade, com ética e responsabilidade sócio-ambiental, sempre buscando o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte e do Brasil.

Renato Sobral Pires Chaves
Presidente do Conselho de Administração

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

Assim como aconteceu com o Brasil, as importações do RN cresceram mais do que as exportações, chegando a um incremento de 18,2%, com a soma de US\$ 130,4 milhões (R\$ 279,0 milhões). Mesmo assim, a balança comercial do RN teve superávit de US\$ 213,1 milhões (R\$ 456,0 milhões), maior do que o de 2004, que ficou em US\$ 206 milhões (R\$ 440,8 milhões).

O Índice de Preços ao Consumidor – IPC, da cidade do Natal, calculado pelo instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, através da Coordenadoria de Estudos Econômicos – CESE, registrou para o ano de 2006, uma variação positiva de 2,63%.

2. AMBIENTE REGULATÓRIO

2.1 REAJUSTE TARIFÁRIO

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 18 de abril de 2006, através da Resolução Homologatória nº 317, fixou em 8,23% o índice médio de reajuste sobre as tarifas, com vigência a partir de 22 de abril de 2006.

O índice médio de reajuste para o consumidor foi de 1,18%. Para os consumidores em baixa tensão, incluindo os residenciais, houve uma redução de 2,25%, em média. Já os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, no Rio Grande do Norte, tiveram reajuste de 7,13%, em média.

2.2 NOVO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA

A ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 234/06 de 31 de outubro de 2006, a qual "estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica". Essa resolução visa dar transparência ao processo de Revisão Tarifária e trouxe vários aprimoramentos que vieram aumentar a consistência e a coerência das diversas metodologias que compõem este processo, tais como a de determinação do Custo de Capital, da Base de Remuneração Regulatória e da Empresa de Referência. No entanto, uma alteração que merece destaque, refere-se à metodologia de determinação da Base de Remuneração que eliminou da composição tarifária as depreciações dos ativos incorporados mediante recursos de Obrigações Especiais. Este montante não será mais considerado no cálculo da Receita Requerida das distribuidoras, passando as Obrigações Especiais, a partir de revisão tarifária, a serem amortizadas às mesmas taxas de depreciação. Inicialmente, esta medida favorece o consumidor com uma discreta redução no valor da conta de energia no curto prazo, mas que, entre médio e longo prazo, se reverterá em aumento da tarifa, uma vez que a reposição desses ativos passará a ser feita pelas concessionárias. As obrigações especiais são recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais vinculados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão. Segundo a resolução, os novos procedimentos estabelecidos somente terão efeito a partir da próxima Revisão Periódica, que na COSERN será em 2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

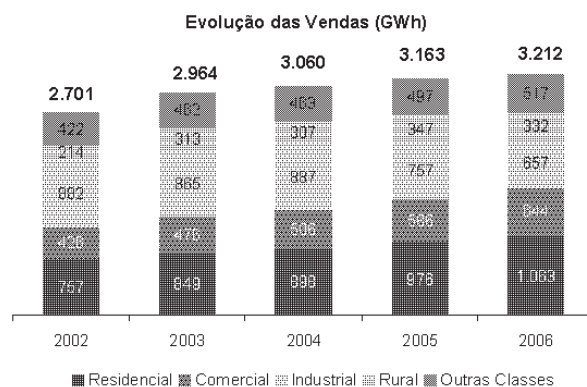
3.1 EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

O mercado de distribuição de energia da COSERN registrou o montante de 3.730 GWh, representando um crescimento de 6,12% em relação ao ano de 2005. Deste mercado, 86% refere-se ao consumo do mercado cativo e 14% do mercado livre.

3.2 COMPORTAMENTO DO MERCADO CATIVO – VENDAS DE ENERGIA

O Mercado cativo da COSERN apresentou em 2006 um acréscimo de 1,56%, em relação ao ano de 2005, o que representa um aumento de 49,28 GWh. Nota-se que mesmo com a saída de importantes clientes para o mercado livre, houve uma recuperação, superando o consumo do ano anterior. A principal redução ocorreu na classe Industrial (-13,16%), explicado, em grande parte, pela migração para o mercado livre das unidades da PETROBRAS Alto do Rodrigues em maio/2005, Canto do Amaro e Riacho da Forquilha em outubro/2005. Por outro lado, a classe Comercial apresentou um crescimento de 9,89%, em relação a 2005, influenciado principalmente pela entrada de novos consumidores, como o Shopping Midway, Supermercado Extra, Shopping Orla Sul (UnP) e Hotel Sehrs.

O consumo da classe Residencial também apresentou uma evolução significativa, atingindo a marca de 8,88% de crescimento em relação a 2005, registrando um consumo médio de 110,91 kWh por mês, decorrente, principalmente, da ampliação do Programa Luz para Todos, e a transferência do mercado das cooperativas CERSEL e CERPIL para o mercado da COSERN.



01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
3.3 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES

No mês de dezembro a COSERN registrou 929.132 consumidores ativados, o que representa um acréscimo de 53.853 novos clientes, equivalente a um crescimento de 6,15%, em relação a 2005. Do acréscimo mencionado, 39.785 referem-se à classe Residencial.

Evolução do Número de Clientes Ativos (milhares)

	2002	2003	2004	2005	2006	Participação em 2006
Residencial	675	703	731	759	799	86,0%
Comercial	55	56	59	61	64	6,9%
Industrial	4	4	4	4	5	0,5%
Rural	25	28	30	37	47	5,0%
Outras Classes	12	13	13	14	15	1,6%
Número total de clientes	773	804	838	875	929	100,0%

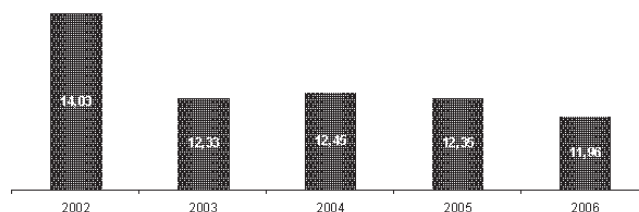
3.4 PERDAS

Em 2006, o índice de perdas na COSERN foi de 11,96%, em relação à energia injetada (carga própria mais mercado livre), correspondendo a 506.564 MWh, representando uma excelente redução em relação a 12,35% observada no ano de 2005.

O Plano de Redução de Perdas 2006, obteve um expressivo resultado, recuperando diretamente cerca de 22 GWh no ano, o que possibilitou a diminuição de 0,39 pontos percentuais nas perdas totais da Empresa, em relação ao ano de 2005. O sucesso do plano foi garantido por investimentos e pela eficácia do conjunto de ações estabelecidas.

O gráfico a seguir demonstra a evolução das perdas nos últimos cinco anos, confirmando a eficácia das ações de combate às perdas praticado pela COSERN.

Evolução do Índice de Perdas (%)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3.5 RECEITA DA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Detalhamento da Receita da Distribuição de Energia - (R\$ Mil)

	2002	2003	2004	2005	2006	Participação 2006
Residencial	142.300	192.565	229.936	296.273	329.640	36,0%
Comercial	96.062	121.299	148.856	197.087	225.210	24,6%
Industrial	122.190	139.217	169.476	172.822	163.943	17,9%
Rural	24.113	38.170	41.855	56.013	53.271	5,8%
Outras Classes *	76.816	87.886	103.789	132.620	143.123	15,6%
Total Fornecimento	461.481	579.137	693.912	854.815	915.187	95,7%
Total Ambiente Livre	305	493	6.704	19.703	41.069	4,3%
Total da Distribuição	461.786	579.630	700.616	874.518	956.256	100,0%

* Excluída Receita Não-Faturada

A receita faturada obtida com a distribuição de energia nos mercados cativo e livre atingiu R\$ 956,3 milhões, onde 95,70% desta receita foram provenientes do atendimento ao mercado cativo. A parcela de 4,29% referente ao mercado livre, que equivale a R\$ 41,1 milhões, concentrou-se praticamente no segmento industrial.

Considerando que o reajuste na tarifa média do mercado cativo foi de apenas 1,18%, fica evidente que o aumento da receita foi proveniente do desempenho satisfatório observado no mercado de energia elétrica do Rio Grande do Norte.

3.6 ARRECADAÇÃO

Os resultados da arrecadação em relação aos valores faturados atingiram em 2006 o índice de 102,55%, superando o desempenho de 2005 em 3,63%. A performance desse indicador foi positivamente determinada pelo conjunto de ações adotadas para redução da inadimplência e aumento da recuperação de créditos, especialmente no que se refere ao Setor Público.

A boa performance da arrecadação foi obtida através da intensificação da suspensão do fornecimento de energia elétrica, ampliação dos registros dos inadimplentes no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, agilização na execução de duplicatas mercantis, o protesto de promissórias das dívidas públicas municipais, melhoria do cadastro de clientes e da atuação mais pró-ativa do ambiente jurídico.

A arrecadação bruta em 2006 foi de R\$ 1.079,4 milhões, onde o montante proveniente do fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 1.038,0 milhões, ficando 2,55% acima do faturamento de R\$ 1.012,2 milhões no ano.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3.7 COMPRA DE ENERGIA

Com os leilões de comercialização de energia realizados em 2006, foram adquiridos pela COSERN 74,19 MW médios provenientes de novos empreendimentos, com início de entrega em 2009, e 1,59 MW médios dos empreendimentos existentes, com início de entrega em 2007.

A energia comprada, sem considerar os encargos setoriais e de conexão, foi adquirida a um custo médio de 58,54 R\$/MWh, 8,79% superior ao realizado no ano anterior no valor de 53,81 R\$/MWh.

4. INVESTIMENTOS

Até dezembro de 2006, a COSERN investiu R\$ 135,5 milhões, sendo R\$ 69,0 milhões provenientes de recursos próprios e R\$ 66,5 milhões oriundos de recursos de terceiros e subvenções, os quais foram destinados à melhoria da qualidade e da capacidade do fornecimento de energia elétrica aos seus clientes, conforme descrito a seguir:

Evolução dos Investimentos

R\$ Mil	2002	2003	2004	2005	2006	Variação (%)
Distribuição	44.599	50.805	56.588	52.874	129.519	145,0%
Comercialização	1.755	51	173	155	-	-100,0%
Administração	1.501	2.844	2.750	2.329	5.986	157,0%
Total	47.855	53.700	59.511	55.358	135.505	144,8%

No programa de Instalações Gerais, foram realizados investimentos em sistemas de informática, ferramentas, veículos e patrimônio. Em projetos especiais, destaca-se o programa de redução de perdas comerciais e o programa de universalização dos serviços de energia elétrica, onde foram realizadas 30.111 novas ligações, sendo 13.663 ligações no meio urbano e 16.448 na área rural.

4.1 EXPANSÃO DE REDE

Com relação ao sistema de subtransmissão, foram destinados recursos para o recondutoramento da linha de transmissão 69 kV Natal II – Neópolis; a reconstrução do circuito 1 da Linha de Transmissão 69 kV Parnamirim – São José do Mipibú e a construção da LT 69 kV Serra Vermelha – Benfica.

No que tange ao investimento em ampliação de subestações, destacam-se a conclusão dos serviços para energização da subestação Pipa, a instalação do 2º transformador na subestação Açu e a implantação de um transformador na subestação Lagoa Nova.

No Programa de Distribuição, foram realizadas 45.233 novas ligações e a aquisição de 05 equipamentos telecomandados. Com isso, foram construídos 1.321 km de redes de média tensão (13,8 kV) e 1.644 km de redes de baixa tensão 380/220 volts, além da implantação de 26.746 postes.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Principais Ativos Elétricos

Distribuição de Energia	2002	2003	2004	2005	2006	Variação (%)
Linhas de Transmissão (Km)	1.716	1.807	1.808	1.967	1.998	1,6%
Subestações (Un)	50	51	52	52	53	1,9%
Transformadores de Força (Un)	65	67	67	68	70	2,9%
Potência Instalada (MVA)	866	880	880	897	923	2,9%
Linhas de Distribuição (Km)	26.278	30.306	30.995	32.086	35.051	9,2%
Transformadores de Distribuição (Un)	17.264	19.866	20.411	22.302	26.554	19,1%

4.2 MODERNIZAÇÃO

Em 2006 o sistema de cadastro de redes, GEOREDE, passou a suportar o software GIS (Geographic Information System) e o ArcGis. Também ocorreu a implantação da tecnologia VoIP e, nas comunicações de dados via celulares, utilização da ferramenta de dados do sistema GPRS, em substituição aos rádios.

Neste ano de 2006 foi concluída a substituição de todos os relés eletromecânicos por relés digitais das linhas de transmissão e distribuição, proporcionando maior confiabilidade ao sistema de proteção e redução dos custos de manutenção.

4.3 UNIVERSALIZAÇÃO

No âmbito da eletrificação rural, merece destaque a continuidade da execução do Programa Luz para Todos, cuja meta global da Empresa é universalizar o meio rural até o primeiro trimestre de 2007, com o atendimento de 32.500 novas ligações. No ano de 2006 foram ligados 16.448 consumidores que somados aos 11.328 consumidores atendidos em 2004 e 2005, totalizam 27.776 novos clientes atendidos pelo Programa.

4.4 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D

Em 2006 foram finalizados mais 04 (quatro) projetos de pesquisa e desenvolvimento, que integravam os programas dos ciclos 2003/2004 e 2004/2005, e iniciado o desenvolvimento do programa do ciclo 2005/2006. Os projetos finalizados foram os de gestão, estudo e planejamento com georeferência, desenvolvido pela SOLTEC; automatização de ordens de serviço em campo, elaborado pelo Centro de Pesquisa em Telecomunicações – CPqD; o sistema de planejamento e atendimento de novas cargas, desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa do Nordeste – NEPEN e a análise de harmônicos e transitórios provocados por aerogeradores, cuja elaboração ficou a cargo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Com isso, foram cumpridas integralmente todas as metas estabelecidas pelo Órgão Regulador para os ciclos 2003/2004 e 2004/2005.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

4.5 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O ano de 2006 foi marcado pela execução do Programa de Eficiência Energética do ciclo 2004/2005. Nesse Programa, deu-se continuidade aos projetos de eficiência do sistema de iluminação pública dos municípios do Estado do RN, onde foram contempladas mais 22 (vinte e duas) prefeituras com a instalação de lâmpadas a vapor de sódio. Também foram desenvolvidos projetos de eficiência das instalações elétricas em diversas entidades.

Também em 2006, foram retomadas as ações educacionais de eficiência energética nas escolas e nas comunidades. No projeto Treinamento, Monitoramento, Troca de Fiação e de Lâmpadas Econômicas, foram distribuídas 33.724 lâmpadas em 50 comunidades do Estado.

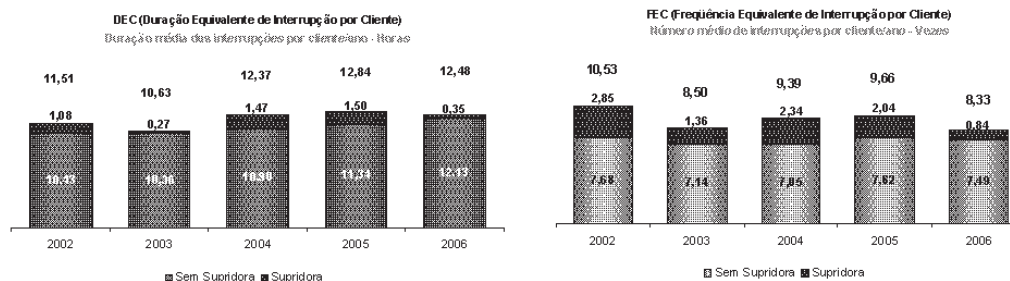
Todo este esforço envolveu o aporte de mais de R\$ 4,0 milhões, possibilitando uma economia anual de energia elétrica de 4.134 MWh e a redução de demanda na ponta de 899 kW.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

	2002	2003	2004	2005	2006
Indicadores Operacionais					
Número de Empregados	619	633	651	683	709
Número de Clientes por Empregado	1.248	1.270	1.287	1.282	1.310
Vendas por Clientes (MWh)	3,49	3,68	3,65	3,61	3,46
Vendas por Empregado (GWh)	4,36	4,68	4,70	4,63	4,53
Clientes por km ²	14,5	15,1	15,7	16,4	17,4

5.1 QUALIDADE NO FORNECIMENTO

No ano de 2006, o sistema de distribuição apresentou um desempenho satisfatório, registrando para o indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) valor igual a 12,48 horas e para o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) valor igual a 8,33 interrupções.



Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

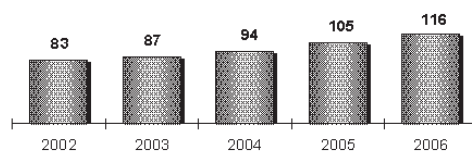
Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A COSERN conseguiu estabelecer em 2006 um TMA (Tempo Médio de Atendimento) de 116,20 minutos, ficando 10,46% acima do resultado obtido no ano anterior. Esse aumento deveu-se ao período prolongado de chuvas ocorrido durante o ano.

TMA (Tempo Médio de Atendimento) - Minutos



5.2 ATENDIMENTO AO CLIENTE

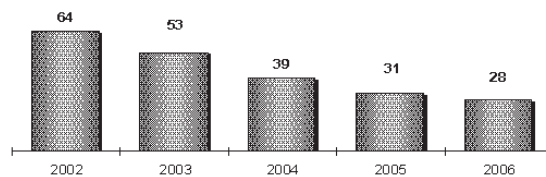
No ano de 2006 foram realizados cerca de 2 milhões de atendimentos distribuídos pelos canais de relacionamento disponibilizados pela COSERN, representando um incremento de 8,4% em relação ao número de atendimentos realizados no ano anterior. Desse total, cerca de 81% dos atendimentos foram realizados pelo Teleadendimento, comparado a 78% em 2005. O tempo médio de atendimento ao cliente manteve-se no patamar de 2,05 minutos, considerado um excelente tempo de atendimento, situando-se entre os mais baixos do setor elétrico.

No mercado de grandes clientes foram realizadas visitas técnicas, possibilitando a melhoria na performance dos contratos de fornecimento de energia elétrica, mediante a revisão dos valores contratados, avaliação das alternativas tarifárias, e orientações para efficientização no uso da energia elétrica.

Em 2006 a COSERN também inovou no modelo da conta de energia que, através de um layout mais colorido, contendo histórico de consumo anual e outros detalhes, possibilita maior entendimento das informações prestadas aos clientes.

As ações e melhorias implementadas nos serviços de uma forma geral, prestados aos clientes em 2006, se fazem notar através da redução do número de reclamações, cujo índice caiu de 3,66% para 3,07%.

Número de Reclamações - Em mil



(*) alterada a base de dados a partir de 2004

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

6. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

6.1 INDICADORES EMPRESARIAIS

	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005
Dados Econômico-Financeiros						
Receita Operacional Bruta (R\$ Mil)	554.245	609.925	748.048	877.754	970.563	10,6%
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	439.538	467.557	543.717	619.655	697.131	12,5%
EBITDA (R\$ Mil)	98.213	127.145	205.483	199.931	239.807	19,9%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ Mil)	68.653	94.965	170.998	164.892	207.038	25,6%
Resultado Financeiro (R\$ Mil) - Exceto JSCP	(19.346)	(15.185)	(14.981)	(6.119)	(7.053)	15,3%
Lucro Líquido (R\$ Mil)	30.705	57.825	112.873	116.733	141.348	21,1%
Ativo Total (R\$ Mil)	1.319.098	1.232.706	1.158.883	1.197.244	1.240.371	3,6%
Investimentos (R\$ Mil)	47.855	53.700	59.511	55.358	135.505	144,8%
Dívida Bruta (R\$ Mil)	521.841	434.647	438.871	415.418	419.405	1,0%
Dívida Líquida (R\$ Mil) *	514.839	425.631	431.939	383.996	396.944	3,4%
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	496.013	501.009	425.678	444.351	475.624	7,0%
Indicadores Econômico-Financeiros						
Margem EBITDA	22,3%	27,2%	37,8%	32,3%	34,4%	2,1 p.p.
Margem EBIT	15,6%	20,3%	31,4%	26,6%	29,7%	3,1 p.p.
Margem Líquida	7,0%	12,4%	20,8%	18,8%	20,3%	1,5 p.p.
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	5,08	8,37	13,72	32,7	34,0	4,1%
Dívida Líquida/EBITDA**	5,24	3,35	2,10	1,92	1,66	-13,8%
Índice de Endividamento Líquido	50,9%	45,9%	50,4%	46,4%	45,5%	-0,7 p.p.
Ações						
Valor Patrimonial da Ação (R\$ lote de mil ações)	2.951	2.981	2.533	2.644	2.830	7,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R\$)	0,18	0,34	0,67	0,69	0,84	21,1%
Distribuição de Dividendos e JSCP (R\$ Mil)	7	55	107	111	136	22,5%

* Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

** EBITDA 12 meses

p.p. - Pontos Percentuais

O crescimento do volume de vendas de 6,12% e o reajuste tarifário no ano em 8,23% contribuíram favoravelmente para o crescimento da Receita Operacional Bruta de 10,57% em relação ao ano anterior.

A movimentação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) está detalhada na tabela a seguir:

Conciliação do EBITDA - R\$ Mil	2006	2005	Var. %
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	141.348	116.733	21,1%
Amortização do ágio e reversão PMIPL	9.864	10.100	-2,3%
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	49.283	29.645	66,2%
Resultado não operacional	(510)	2.295	-122,2%
Resultado financeiro	7.053	6.119	15,3%
Depreciação e amortização - Nota Explicativa nº 31	32.769	35.039	-6,5%
(=) EBITDA	239.807	199.931	19,9%

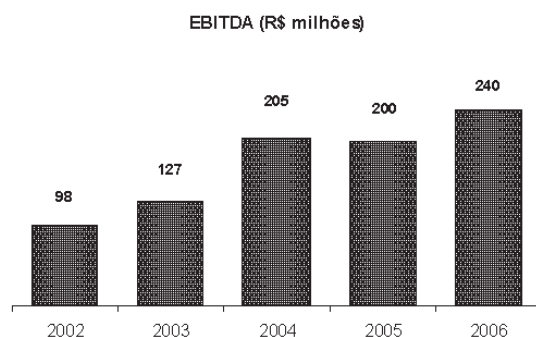
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

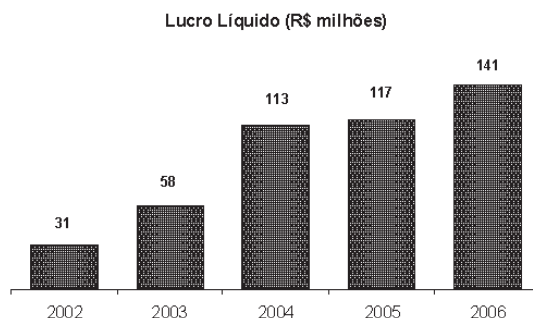
01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O EBITDA foi de R\$ 239,8 milhões em 2006, o que representa um crescimento de 19,94% quando comparado com o total de R\$ 199,9 milhões em 2005. A margem do EBITDA de 2006 foi de 34,39% ante os 32,26% de 2005. Esta marca histórica garante a COSERN uma geração operacional de caixa adequada às suas necessidades de investimento.



Com isso, o Lucro Líquido da COSERN em 2006 foi R\$ 141,3 milhões, contra R\$ 116,7 milhões em 2005, aumentando 21,08%.



6.2 ENDIVIDAMENTO

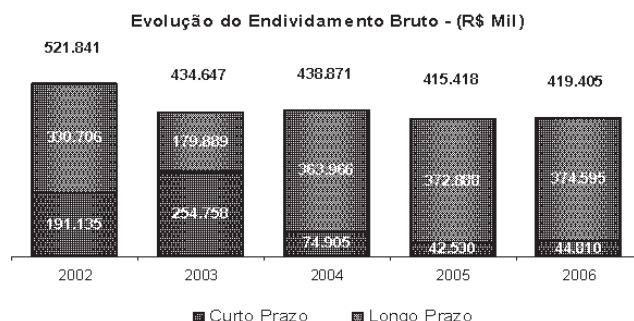
Os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures totalizaram R\$ 419,4 milhões em dezembro de 2006, ficando 0,96% acima de 2005 que era de R\$ 415,4 milhões, representando 88,17% do patrimônio líquido. Atualmente, o endividamento da Companhia está concentrado no longo prazo.

No encerramento do exercício, o prazo médio da dívida foi reduzido de 3,72 anos em 2005 para 3,03 anos em 2006, com o custo da dívida da carteira de passivos onerosos de aproximadamente 97,57% do CDI em 31 de dezembro de 2006.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para fazer frente aos programas de investimentos, a COSERN mantém como estratégia obter financiamentos de longo prazo com bancos e agências de fomento, visando obter recursos com custos mais baixos e com prazos mais aderentes ao retorno de longo prazo dos investimentos em distribuição. Durante o exercício de 2006 a Empresa recebeu aproximadamente, R\$ 65,5 milhões em financiamentos e subvenções de órgãos como Eletrobrás, Finep e Banco do Nordeste, recursos específicos para projetos de investimentos na concessão.



7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

7.1 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária da COSERN foi alterada, em função da desverticalização da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, ocorrida em 29 de novembro de 2005. A partir de então, passou a contar com a seguinte composição: Neoenergia S.A. com 84,45% de participação, representando 141.934.878 ações; Iberener com 7,01% de participação, representando 11.782.384 ações; Uptick Participações S.A. com 5,82% de participação, representando 9.780.611; Previ com 1,54% de participação, representando 2.596.010 ações e Outros com 1,18% de participação, representando 1.980.145 ações.

7.2 RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Empresa disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores (telefone 55-84-3215-6015), e-mail (ri@cosern.com.br), no site corporativo (www.cosern.com.br – link Relações com Investidores) e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais enviados para a Bovespa e CVM. Para a COSERN, é imprescindível que o mercado a reconheça como uma empresa cidadã, sendo sólida, eficaz, ética e comprometida com o retorno aos seus acionistas e com o crescimento do país.

Além disso, através da *holding* Neoenergia, foram ampliados os canais de comunicação e de relacionamento com o mercado. As principais práticas implantadas foram:

- ✓ Divulgação trimestral de Relatório sobre o desempenho do Grupo;
- ✓ Realização de um *conference call* trimestral para apresentação do relatório;
- ✓ Realização de reuniões *one-to-one* com as principais instituições de relacionamento do Grupo.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

7.3 AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

Para garantir os princípios básicos de governança corporativa, a Auditoria Interna depende diretamente do Conselho de Administração que aprova e define o seu plano de trabalho. A COSERN vem promovendo um fortalecimento da sua estrutura geral de controles internos, visando o atendimento aos requerimentos da Seção 404 da Lei norte-americana Sarbanes-Oxley. Em 2006, foi efetuada a documentação dos principais processos de negócio da Companhia, com foco nos riscos e controles que impactam significativamente as demonstrações financeiras. Em 2006 também foi concluída a implantação do Sistema de Gestão de Normativos – SGN, para atender as necessidades de padronização dos documentos normativos, facilitar o acesso/consulta a esses documentos e garantir disponibilização de informações sempre atualizadas e em consonância com os processos de negócio da Companhia.

7.4 CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

O Conselho de Administração é composto por oito membros sendo sete deles representantes dos acionistas controladores e um deles representante dos empregados, cujos mandatos são de um ano. Cabe ao Conselho determinar a política geral dos negócios da Companhia e supervisionar sua administração, eleger os membros da Diretoria Executiva e aprovar orçamentos anuais e de investimentos.

O Conselho Fiscal é composto por três membros, sendo todos representantes dos acionistas controladores.

7.5 CÓDIGO DE ÉTICA

A COSERN possui um Código de Ética que é permanentemente atualizado e discutido, além disso, possui um Comitê de Ética que se reúne periodicamente e faz cumprir as determinações nele contidas.

A edição completa do Código de Ética fica à disposição de todos no site da Empresa. Este instrumento é a referência de conduta de todos os integrantes da COSERN e encontra-se aderente aos princípios e valores praticados pela Companhia, dentro dos padrões de Governança Corporativa.

8. GESTÃO DE PESSOAS

A COSERN preocupada em buscar uma melhor favorabilidade quanto ao clima organizacional e promover melhoria dos processos organizacionais, diante do resultado da pesquisa de clima de 2005, oportunizou a elaboração de planos de ação por Superintendência, desenvolvidos conjuntamente com a área de Gestão de Pessoas, além dos programas corporativos instituídos a partir dos resultados obtidos.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

8.1 SAÚDE E SEGURANÇA

A COSERN, além de atender a legislação em vigor, desenvolve diversas ações como parte de um programa para a melhoria nos procedimentos, no conforto e na saúde dos seus colaboradores, cujas regras assumem condições de vanguarda aos preceitos de Saúde e Segurança do Trabalho.

Em 2006, vale destacar as seguintes ações desenvolvidas pela COSERN: acompanhamento do Nível de Segurança do Trabalho – NST; treinamentos e inspeções de segurança; perfil de saúde dos colaboradores; campanha de vacinação contra a gripe; ginástica laboral; massagem shiatsu; acompanhamento às CIPA's, realização das SIPAT's e Feira da Saúde e caminhada com os colaboradores – "Caminhando com Energia". Na área da prevenção de Acidentes do trabalho, uma das ações mais importantes realizadas em 2006, foi a implantação dos Mutirões de Segurança, realizado nas Empresas Prestadoras de Serviços.

8.2 CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Os Programas de Treinamento são direcionados em consonância com os objetivos corporativos, considerando as metas e plano de ação de cada área. Assim, a programação anual é desenvolvida com base nas necessidades dos cargos, das equipes de trabalho e, conseqüentemente, de cada área da Empresa.

Em 2006 foi implementado o Programa de Gestão de Desempenho – PGD, desenvolvido com a finalidade de avaliar os diversos níveis organizacionais, a fim de promover o desenvolvimento das pessoas atrelado ao desenvolvimento da Empresa, atingindo dentre outros aspectos pesquisados, os fatores de Gestão de Desempenho, Treinamento e Desenvolvimento e Feedback e Carreira. Somado a este programa, foi desenvolvido o Programa de Concessão à Graduação, que consiste no custeio parcial dos estudos e formação dos colaboradores, em cursos de nível médio, técnico e superior que sejam reconhecidos pelo MEC (Ministério de Educação e Desporto), extensivo a qualquer empregado que venha a se candidatar.

9. RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

Consciente de seu papel em atuar cada vez mais como uma empresa socialmente responsável, mantém o firme compromisso em contribuir com o desenvolvimento do Estado e, em especial, promover e apoiar ações sócio-ambientais no Rio Grande do Norte.

9.1 PROJETOS SOCIAIS

A COSERN deu continuidade as suas ações como portadora do Selo Empresa Amiga da Criança, recebido em 2003 da Fundação Abrinq. Nesse sentido, além do compromisso e atuação social em favor da criança e do adolescente, na prevenção e erradicação do trabalho infantil, a Empresa destina 1% do Imposto Devido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Além disso, firmou parceria com o Instituto Ayrton Senna, através do Programa Educação pela Arte, onde passou a apoiar o trabalho da ONG Centro Cultural Casa da Ribeira, com o Projeto ArteAção.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

9.2 PROJETOS CULTURAIS

Tendo sido a empresa do Estado do Rio Grande do Norte que mais investe em cultura, patrocinou em 2006, 15 projetos, que foram viabilizados através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, Câmara Cascudo e Lei Federal Rouanet, além dos projetos patrocinados com recursos próprios.

9.3 PROJETOS AMBIENTAIS

A COSERN orienta as suas ações para um ambiente ecologicamente equilibrado e fundamentadas na Política de Meio Ambiente, no Projeto e na Missão da Empresa e no seu Código de Ética. Em 2006, os investimentos em ações ambientais totalizaram R\$ 599 mil.

A Empresa possui critérios e padrões na construção de subestações e linhas de transmissão, mais compactos, com postes mais altos e de redes de distribuição com cabos isolados e multiplexados, possibilitando uma melhor convivência com as árvores, diminuindo a necessidade de cortes e podas.

10. RECONHECIMENTOS

Em 2006, a COSERN conquistou diversos prêmios nacionais e regionais pela sua excelência empresarial, desempenho técnico-operacional e responsabilidade social, dentre os quais destacamos:

- Prêmio FGV de Excelência Empresarial, tendo sido considerada a Melhor Empresa do Setor Elétrico Brasileiro por seu desempenho ao longo de 2005, escolhida pela revista Conjuntura Econômica, editada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV).
- Prêmio Mário Henrique Simonsen – Excelência em Balanço Social, promovido pela Fundação Nacional de Apoio Gerencial – FUNAGER, com sede no Rio de Janeiro.
- "Prêmio Eletricidade", na categoria Melhor Empresa da Região Nordeste, promovido pela Revista Eletricidade Moderna.
- Prêmio de Maior Empresa do Rio Grande do Norte/Paraíba no segmento Concessões Públicas, promovido pelo Instituto Miguel Calmon-IMIC.
- Prêmio ABRADÉE 2006 – segundo lugar na categoria Melhor Distribuidora de Energia Elétrica da Região Nordeste.
- 3º lugar no IASC - Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor na Região Nordeste, relativo ao ano de 2005.
- Menção Honrosa concedida pela Federação das Indústrias do RN - FIERN, por suas ações de Responsabilidade Social, no Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho 2006.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

11. AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM no. 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia renovou o contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, em junho de 2005, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informativos contábeis e de contratos para financiamentos, em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, para um período de 2 (dois) anos. A Deloitte Touche Tohmatsu desde então não prestou serviços não-relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Neoenergia, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

12. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos Senhores membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos Governos Municipais, Estadual e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

Natal, 29 de janeiro de 2007.

A Administração

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A., é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

2. CONCESSÃO

A Companhia detém junto a ANEEL, a seguinte concessão, outorgada pelo Decreto de 30 de dezembro de 1997, regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº 08/97:

Distribuição	Municípios	Localidades	Data da concessão	Data de vencimento
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/1997	31/12/2027

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular nº 2.396 – SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2006.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - continuação

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade, conforme abaixo relacionado:

Balanco Patrimonial	2005	
	Publicado	Reclassificado
<u>ATIVO</u>	1.206.514	1.197.244
<u>Ativo Circulante</u>	316.456	316.456
Ativos regulatórios	49.542	49.859
Repasse de empréstimos e financiamentos	19	-
Despesas pagas antecipadamente	1.338	1.021
Outros créditos	13.062	13.081
<u>Ativo Não Circulante</u>	567.134	557.864
Realizável a Longo Prazo	567.134	557.864
Repasse de empréstimos e financiamentos	107	-
Depósitos judiciais	10.753	1.483
Outros créditos	1.061	1.168
<u>PASSIVO</u>	1.206.514	1.197.244
<u>Passivo Circulante</u>	283.461	283.461
Taxas regulamentares	14.255	11.945
Outras contas a pagar	4.706	7.016
<u>Passivo Não Circulante</u>	478.702	469.432
Provisão para Contingências	24.281	15.011

Em atendimento à Deliberação CVM nº 489, de 03 de outubro de 2005, a Companhia efetuou a reclassificação dos depósitos judiciais para serem apresentados deduzindo os passivos contingentes correspondentes.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Práticas Contábeis Gerais

Aplicações financeiras

Estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata.

Consumidores, concessionárias e permissionárias

Engloba as contas a receber com fornecimento e suprimento de energia faturada e não faturada, esta por estimativa, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, e na existência de garantias reais, entre outros.

Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Títulos e valores mobiliários

Estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis e não excedem o seu valor de mercado.

Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante – Imobilizado (depósito de obras), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - continuação

Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos da provisão para perdas, quando aplicável.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações são atualizados pela variação monetária e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis, de imposto de renda e contribuição social quando da parcela corrente e reconhecido o diferimento em função dos prejuízos fiscais, bases negativas e das diferenças intertemporais.

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda calculado com base no lucro de exploração (vide nota explicativa nº 28).

Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

Os custos associados ao plano de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a deliberação CVM nº 371/00.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia baseada em estimativas faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contingências, fornecimento não faturado, realização de impostos e contribuições sociais diferidos, ágio e da recomposição tarifária.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - continuação

Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes estão sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais, estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

4.2 Práticas Contábeis Regulatórias - Específicas do setor Elétrico

Plano de contas

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações estabelecidas através das Resoluções ANEEL nº 473 de 06 de março de 2006 e nº 219, de 11 de abril de 2006, e Despachos nº 657, de 30 de março de 2006 e nº 3.033 de 21 de dezembro de 2006.

Ativos e passivos regulatórios

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão. (Vide nota explicativa nº 9).

“As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência das concessionárias ou permissionárias e a acuracidade das informações contábeis.”

Ativo imobilizado em Serviço – AIS

- Reserva técnica imobilizada

Compreende o bem, ou conjunto de bens, que, por razões de ordem técnica voltada à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, embora não estando em serviço, esteja à disposição e que possa entrar em operação de imediato. Sua contabilização obedece a todos os preceitos do ativo imobilizado em serviço, exceto quanto à depreciação, que deverá ser paralisada enquanto o respectivo bem se encontrar nessa situação.

- Bens e Instalações em função do serviço concedido

Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - continuação

- Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 015 de 24 de dezembro de 1997 e a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, revogada pela Resolução ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006. (Vide nota explicativa nº 18).

Ativo Imobilizado em Curso – AIC

Bens e instalações em formação ou construção.

- Rateio geral da administração (RAG)

As despesas administrativas e gerais, decorrentes dos gastos com pessoal próprio, prestação de serviços, arrendamentos e aluguéis e outros, são apropriadas, mensalmente, às imobilizações e demais ordens em curso, com base em critérios adequadamente fundamentados.

- Encargos financeiros

Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e na Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a concessionária. (Vide nota explicativa nº 18)

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante - Imobilizado, dadas as suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras.

Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - continuação

Operações de compra e venda de energia elétrica na câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela Entidade ou por estimativa da administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas %	2006	2005
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	(*)	100% CDI	-	7.034
Total				-	7.034

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Companhia.

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldo vencidos	Saldo vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2006	2005	2006	2005
Setor Privado							
Residencial	15.063	18.361	3.794	37.218	35.189	(2.811)	(1.503)
Industrial	10.405	4.230	4.657	19.292	20.488	(3.539)	(3.069)
Comercial, serviços e outras	13.818	8.129	6.495	28.442	25.714	(4.671)	(3.407)
Rural	4.197	3.623	5.221	13.041	18.467	(7.866)	(941)
	43.483	34.343	20.167	97.993	99.858	(18.887)	(8.920)
Setor Público							
Poder público							
Federal	1.765	968	269	3.002	2.591	(79)	(5)
Estadual	2.390	1.536	3.822	7.748	9.185	(267)	(7)
Municipal	2.215	1.796	1.067	5.078	5.714	(2.204)	124
	6.370	4.300	5.158	15.828	17.490	(2.550)	112
Iluminação pública	2.005	618	1.847	4.470	8.220	(1.066)	(1.449)
Serviço público	4.239	12.489	3.016	19.744	12.783	(1.132)	(597)
	12.614	17.407	10.021	40.042	38.493	(4.748)	(1.934)
Fornecimento não faturado	27.318			27.318	22.664		
Subtotal - Consumidores	83.415	51.750	30.188	165.353	161.015	(23.635)	(10.854)
Câmara de Comercialização de Energia							
Elétrica - CCEE	1.498		14.035	15.533	16.125		
Acréscimos moratórios	1.653	437	4.303	6.393	3.340		
Serviços prestados a terceiros	109	-	579	688	775		
Disponibilização do sistema de distribuição	2.479	50	909	3.438	830		
Outros	(2.622)	2.116	(1.313)	(1.819)	2.614		
Total	86.532	54.353	48.701	189.586	184.699	(23.635)	(10.854)
Ativo Circulante				175.307	167.116	(23.635)	(10.854)
Ativo Não Circulante				14.279	17.583		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS - continuação

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os valores correspondentes às operações junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma.

As operações de venda de "energia de curto prazo" no âmbito da CCEE (Mercado Atacadista de Energia – MAE, a época) do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, cujo processo de liquidação foi concluído em julho de 2003, após conclusão dos trabalhos da auditoria, e as realizadas após esta data, geraram um direito de crédito para a Companhia conforme demonstrado a seguir:

	2006		2005
	Janeiro a Dezembro	Setembro/2000 a Dezembro/2002	Total
Valores a receber	2.728	84.238	86.966
Atualização monetária	-	4.713	4.713
Valores recebidos	(2.426)	(73.720)	(76.147)
Saldo a receber em 31 de dezembro	302	15.231	15.533
Valor em litígio judicial		10.023	
Valores negociados com os agentes		1.196	
Valores não negociados		4.012	

Os valores da "energia de curto prazo" podem estar sujeitos a modificações, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por algumas empresas do setor, contra a ANEEL, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor. Os referidos processos encontram-se sob análise da jurisdição federal em 1ª e 2ª Instâncias. A Companhia não é parte processual, porém, como tem interesse direto no resultado das demandas figura como assistente processual.

7. TÍTULOS A RECEBER

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros oriundos de contas de fornecimento de energia em atraso de órgãos públicos, e de prestação de serviços (obras e serviços para terceiros).

	Saldos vincendos	Vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2006	2005	2006	2005
Setor público	204.378	1.521	9.978	215.877	208.396	(8.528)	(6.912)
Setor privado	635	26	164	825	2.844	(163)	(1.859)
Total	205.013	1.547	10.142	216.702	211.240	(8.691)	(8.771)
Ativo Circulante				28.694	29.660	(8.691)	(8.771)
Ativo Não Circulante				188.008	181.580		

Os parcelamentos de débito incluem juros e atualizações monetárias, a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. TÍTULOS A RECEBER - continuação

Do saldo total de títulos a receber, o montante de R\$ 128.079 (R\$ 128.639 em 31 de dezembro de 2005), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito nº 2016/CCE/2004 e 2033/CME/2005.

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com a norma do Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela Administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

A Companhia efetiva as baixas do Contas a receber de consumidores de valores inferiores a R\$ 5 nos termos da Lei nº 9.430. Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	2006	2005
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(23.635)	(10.854)
Títulos a receber	(8.691)	(8.771)
Outros créditos	(787)	(973)
Total	<u>(33.113)</u>	<u>(20.598)</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Ref	Ativo			
		2006		2005	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
				Reclassificado	
<u>Programa Emergencial de Redução Consumo</u>	(a)				
Gastos com Racionamento		-	-	5	-
<u>Acordo Geral do Setor Elétrico</u>	(b)				
Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE		28.847	99.744	28.426	109.804
Energia Livre - Racionamento		8.863	37.921	6.865	29.255
Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da Parcela "A" - racionamento		-	18.591	-	16.177
<u>Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da Parcela "A" - CVA</u>	(c)	3.789	-	6.712	-
<u>PIS/COFINS</u>	(d)	1.014	5.940	4.609	10.818
<u>Revisão Tarifária Periódica</u>	(e)	-	-	274	-
<u>Energia Excedente</u>	(f)	2.937	-	2.651	883
<u>Exposição Financeira</u>	(g)	88	-	317	-
<u>Redução da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição</u>	(h)	2.888	-	-	-
<u>Subsídio a Imigrantes</u>	(i)	1.185	-	-	-
<u>Outros</u>	(j)	210	-	-	-
Total		49.821	162.196	49.859	166.937

	Ref	Passivo			
		2006		2005	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<u>Acordo Geral do Setor Elétrico</u>	(b)				
Energia Livre - racionamento		7.970	35.005	7.214	25.928
Valores Tarifários Não Gerenciáveis a compensar da Parcela "A" - racionamento		-	2.803	-	2.458
<u>Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da Parcela "A" - CVA</u>	(c)	4.667	-	5.578	-
<u>PIS/COFINS</u>	(d)	592	-	-	-
<u>Exposição Financeira</u>	(g)	2.084	-	-	-
Total		15.313	37.808	12.792	28.386

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS - continuação

(a) Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - Racionamento

A Câmara de Gestão da Crise de Energia divulgou, em 18 de maio de 2001, um plano de racionamento de energia elétrica, a partir de 1º de junho de 2001, e determinou através da Resolução nº 117, de 19 de fevereiro de 2002, o término deste programa em 1º de março de 2002.

Em cumprimento a Resolução ANEEL nº 299, de 27 de julho de 2001, a Companhia efetuou os registros contábeis decorrentes deste programa, conforme demonstramos a seguir:

• Gastos incrementais com o racionamento a recuperar

Os gastos incrementais que a Companhia incorreu para colocar em prática o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica foram ressarcidos pela ANEEL através do reajuste tarifário de 22 de abril de 2003. Até 31 de março de 2006 foi apropriado o montante de R\$ 4.240 (2005, R\$ 4.235) correspondente a 100,00% e 99,88%.

	2006	2005
Valor gasto	5.113	5.113
Ajustes e reclassificações	(873)	(873)
Valor homologado	4.240	4.240
Valor apropriado	(4.240)	(4.235)
Saldo a apropriar	-	5

(b) Acordo Geral do Setor Elétrico

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em 2001, o “Acordo Geral do Setor Elétrico”, definindo os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que se dará através de adicional tarifário nas contas de fornecimento de energia, sendo 2,9% nas contas faturadas aos consumidores da classe residencial (exceto subclasse residencial baixa renda) iluminação pública e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras.

Os itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico vinham sendo remunerados com base na variação da taxa SELIC – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (BACEN), acrescida de juros de 1% a.a. sobre 90% do saldo. Através dos Ofícios Circulares nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005; e nº 074, de 23 de janeiro de 2006, a ANEEL estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

- Para o item Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, a incidência da remuneração deverá ser: (i) sobre o montante financiado, que corresponde a 90% dos valores homologados pela ANEEL, taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a., proporcionalmente aos desembolsos recebidos; e (ii) sobre os 10% não financiados, taxa SELIC (BACEN);

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS - continuação

- Para o item Energia Livre, para o caso em que a Geradora obteve o financiamento junto ao BNDES, calcular a remuneração pela taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a., proporcionalmente aos desembolsos recebidos, e para as Geradoras que não obtiveram financiamento a remuneração deverá ser calculada somente pela taxa SELIC (BACEN);
- Para o item "Parcela A", a remuneração deverá ser apropriada utilizando a taxa SELIC (BACEN).

Os principais itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico estão demonstrados a seguir:

- **Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE**

A Resolução ANEEL nº 001, de 12 de janeiro de 2004, alterou o prazo máximo de recuperação para 102 meses, excluindo deste prazo a recuperação dos valores financeiros de itens da "Parcela A", relativos ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. A Companhia avaliou a recuperação em função dos prazos e constituiu provisão para perda na realização da RTE no valor de R\$ 16.143 (2005, R\$ 14.347).

	2006	2005
Recomposição tarifária do racionamento (homologado)	130.237	130.237
Remuneração financeira	137.645	116.576
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(16.143)	(14.347)
(-) Reversão acumulada	(123.148)	(94.236)
Total	128.591	138.230
Ativo Circulante	28.847	28.426
Ativo Não Circulante	99.744	109.804

- **Energia livre - racionamento**

A Energia Livre é a energia injetada no sistema elétrico, não prevista nos contratos iniciais ou equivalentes e nos contratos bilaterais.

A ANEEL, através da Resolução nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução nº 89 de 25 de fevereiro de 2003, estabeleceu os procedimentos para a recuperação e repasse aos geradores, a partir de fevereiro de 2003, dos valores de energia livre, calculados com a aplicação de 18,71% sobre a arrecadação da RTE.

Em 12 de janeiro de 2004, a ANEEL editou a Resolução nº 001 homologando novo valor da energia livre relativa ao período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002 e através da Resolução nº 45, de 3 de março de 2004, alterou o percentual a ser aplicado à arrecadação da RTE a título de repasse de energia livre, para 19,4527%.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS - continuação

Os valores contabilizados em 31 de dezembro de 2006 e 2005 como energia livre, têm a seguinte composição:

	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Energia Livre (homologado)	8.545	25.379	8.545	25.379
Encargos	1.896	4.309	-	-
Transferências	22.138	(22.138)	22.138	(20.745)
(-) Reversão acumulada	(23.716)	-	(22.713)	-
Remuneração financeira	-	30.371	-	30.371
Total em 31 de dezembro de 2006	8.863	37.921	7.970	35.005
Total em 31 de dezembro de 2005	6.865	29.255	7.214	25.928

Detalhamento do saldo passivo de energia livre:

	2006
AES Tietê S/A	2.118
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A - CDSA	752
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	1.053
Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC	731
Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	116
Companhia Energética de São Paulo - CESP	6.469
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	8.721
Empresa Geradora de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGTEE	114
Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF	9.293
Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL-G	737
CPFL Geração de Energia S/A - CPFL-G	123
Duke Energy Internacional - Geração Paranapanema S/A - DUKE	1.707
Empresa Elétrica Bragantina - EEB	3
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A - EEVP	19
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE	2.725
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A - EMAE	702
Empresa Energética de Sergipe S/A - ENERGIPE	5
Furnas Centrais Elétricas S/A - FURNAS	6.818
Rio Grande Energia - RGE	171
Tractebel Energia S/A - TRACTEBEL	598
Total	42.975
Passivo Circulante	7.970
Passivo Não Circulante	35.005

- Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da "Parcela A" - Racionamento

A conta de Compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" – CVA registra as variações de custos, negativas ou positivas, dos itens "não gerenciáveis" ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS - continuação

	2006	2005
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar de "Parcela A" (homologado)	6.543	6.543
Remuneração financeira	9.245	7.176
Total	15.788	13.719
Ativo Não Circulante	18.591	16.177
Passivo Não Circulante	(2.803)	(2.458)
	Não Circulante	
	Ativo	Passivo
Subvenção para conta de consumo de combustível - CCC	1.791	-
Reserva global de reversão - RGR	-	977
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	138	-
Encargos de conexão no sistema de transmissão	-	1.826
Tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST	5.253	-
Energia comprada para revenda	11.409	-
Total em 31 de dezembro de 2006	18.591	2.803
Total em 31 de dezembro de 2005	16.177	2.458

A Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, definiu os itens da "Parcela A", referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001, bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros, e o período para a recuperação tarifária. Estes valores foram homologados através da Resolução nº 482, de 29 de agosto de 2002, os quais serão recuperados através de adicional tarifário nas contas faturadas, sendo 2,9% para consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda) iluminação pública e rural e de 7,9% para as demais classes consumidoras, contados a partir de 27 de dezembro de 2001, após a conclusão da RTE. Mediante a Resolução nº 1, de 12 de janeiro de 2004, foi excluído o prazo máximo de recuperação dos valores financeiros de itens da "Parcela A".

(c) Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da Parcela "A" - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Composição	Ref.	Ativo			Passivo		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
CVA - 23 de março de 2004 a 22 de março de 2005	(1)	33	-	33	-	-	-
CVA - 23 de março de 2005 a 22 de março de 2006	(2)	1.692	-	1.692	3.005	-	3.005
CVA - 23 de março de 2006 a 22 de março de 2007	(3)	2.064	-	2.064	1.662	-	1.662
Total em 31 de dezembro de 2006		3.789	-	3.789	4.667	-	4.667
Total em 31 de dezembro de 2005		6.712	-	6.712	5.578	-	5.578

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS - continuação

- (1) As variações de custo ocorridas de 23 de março de 2004 a 22 de março de 2005, foram reconhecidas no reajuste tarifário de abril de 2005, já tendo sido recuperado neste exercício o montante de R\$ 5.276.
- (2) As variações de custo ocorridas de 23 de março de 2005 a 22 de março de 2006, foram reconhecidas no reajuste tarifário de abril de 2006, já tendo sido recuperado neste exercício o montante de R\$ 4.091.
- (3) As variações de custo ocorridas de 23 de março de 2006 a 22 de março de 2007 serão consideradas no reajuste tarifário de abril de 2007.

CVA - ATIVO	Saldos em 31/12/2005	Remuneração	Constituição	Amortização	Saldos em 31/12/2006
CCC	2.492	667	4.555	(5.788)	1.926
CDE	381	62	276	(496)	223
ESS	129	28	62	(152)	67
Transporte	3.139	169	2	(3.289)	21
Conexão	84	-	-	(84)	-
Energia comprada	164	15	971	(169)	981
PROINFA	323	132	1.181	(1.065)	571
	<u>6.712</u>	<u>1.073</u>	<u>7.047</u>	<u>(11.043)</u>	<u>3.789</u>

CVA - PASSIVO	Saldos em 31/12/2005	Remuneração	Constituição	Amortização	Saldos em 31/12/2006
Transporte	4.919	1.708	6.410	(8.554)	4.483
Energia comprada	659	243	(214)	(504)	184
	<u>5.578</u>	<u>1.951</u>	<u>6.196</u>	<u>(9.058)</u>	<u>4.667</u>

(d) PIS/COFINS

Em conformidade com o Contrato de Concessão e o disposto no parágrafo 3º, do artigo 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que assegura o direito à recomposição tarifária pelo aumento da carga tributária, a Companhia procedeu ao reconhecimento dos valores apurados em consequência da mudança do critério de tributação para não cumulatividade, conforme Lei 10.637/02 do PIS, de 30 de dezembro de 2002, e Lei 10.833/03 da COFINS, de 29 de dezembro de 2003.

Através do Memorando nº 211, de 7 de abril de 2005, a ANEEL homologou, em caráter provisório, parte das diferenças sem cobertura tarifária do período de dezembro de 2002 a junho de 2005 para o PIS, no montante de R\$ 4.818 e do período de fevereiro de 2004 a junho de 2005, para a COFINS, no montante de R\$ 13.970.

No processo de reajuste tarifário de 2006, a ANEEL, através do Memorando nº 183, de 7 de abril de 2006, recalculou os valores homologados de forma provisória em 2005, considerando um novo critério, que atualizado monetariamente pela variação do IGPM até abril de 2006, e subtraídos dos valores contemplados no reajuste de 2005 resultam nos montantes financeiros de R\$ 4.276 para o PIS, e R\$ 16.137 para a COFINS, a serem recuperados no período de um ano, iniciando-se em abril de 2006.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS - continuação

	Ativo		Passivo	
	31/12/06	31/12/05	31/12/06	31/12/05
Ativo regulatório das contribuições para:				
PIS (dezembro de 2002 a junho de 2006)	2.062	3.887	352	-
COFINS (fevereiro de 2004 a junho de 2006)	4.892	11.540	240	-
Total	6.954	15.427	592	-
Circulante	1.014	4.609	592	-
Não Circulante	5.940	10.818	-	-

	Ativo		
	PIS	COFINS	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2005	3.887	11.540	15.427
Remuneração	91	233	324
Amortização	(1.916)	(6.881)	(8.797)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	2.062	4.892	6.954

	Passivo		
	PIS	COFINS	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2005	-	-	-
Constituição	1.300	881	2.181
Remuneração	25	21	46
Amortização	(973)	(662)	(1.635)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	352	240	592

A partir de 1º de julho de 2005, a ANEEL efetuou a exclusão dos tributos do PIS/COFINS do cálculo das tarifas de energia elétrica da Companhia, autorizando-a a efetuar a cobrança aos consumidores separadamente, conforme Resolução Homologatória nº 103, de 18 de abril de 2005. Somente a partir de 15 de setembro de 2005, em função da suspensão da Liminar referente à Ação Cível Pública, processo nº 2005.84.00.005077-5, foi que a Companhia iniciou a cobrança com o PIS/COFINS sendo agregado às tarifas.

(e) Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL, através da Resolução nº 200, de 16 de abril de 2003, estabeleceu os resultados da primeira revisão tarifária periódica da Companhia, e fixou o reposicionamento tarifário provisório em 11,49% a ser aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica vigentes. Posteriormente, em 2004 e 2005 a ANEEL complementou os resultados da primeira revisão tarifária da Companhia e fixou o reposicionamento tarifário provisório em 14,99%. A perda ocorrida até o reconhecimento do percentual definitivo foi considerada nos reajustes de 2004 e de 2005, na forma de Ajuste da Revisão Tarifária Periódica e o seu valor reconhecido como Ativo Regulatório a ser compensado nos 12 meses posteriores ao reajuste tarifário. Os valores diferidos e contabilizados em dezembro de 2005, de R\$ 274, já foram realizados até fevereiro de 2006.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS - continuação

	2006	2005
Revisão tarifária periódica	3.651	3.651
Constituição	2.066	2.066
Amortização	(5.717)	(5.443)
Total	-	274

(f) Energia Elétrica Excedente

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% (cento e três por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

A definição dos critérios para o repasse desse custo de sobrecontratação de energia é objeto da Audiência Pública 002/2006, instituída em 22 de fevereiro de 2006 e ainda em andamento, por esse motivo a ANEEL homologou no reajuste tarifário de 2006, de forma provisória, o montante de R\$ 3.401, referente ao período de janeiro a dezembro de 2005, a ser recuperado num prazo de 12 meses, iniciando-se em abril de 2006.

Saldo em 31 de dezembro de 2005	3.534
Constituição	1.884
Remuneração	62
Amortização	(2.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2006	2.937

(g) Exposição Financeira

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 28, trata que as eventuais exposições financeiras no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, positivas ou negativas, serão assumidas pelos agentes de distribuição, garantindo o repasse ao consumidor final.

A ANEEL homologou no reajuste tarifário de 2006, o montante de R\$ 325, a ser recuperado num prazo de 12 meses, iniciando-se em abril de 2006.

A Companhia efetuou os registros contábeis decorrentes, cujo montante em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 88.

Adicionalmente, a Companhia registrou, até 31 de dezembro de 2006, um passivo relativo a Exposição Financeira, no valor de R\$ 2.084.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS - continuação

(h) Redução da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição

A Resolução Normativa nº 77, de 18 de agosto de 2004, em seu art. 7, configura o direito da concessionária de distribuição compensar o valor correspondente a redução percentual da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração.

A Companhia efetuou os registros contábeis decorrentes, cujo montante em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 2.888.

(i) Subsídio a Irrigantes

A Resolução Normativa nº 207, de 09 de janeiro de 2006, que "estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aquicultura", dispôs no Artigo 6º que "o valor financeiro resultante dos descontos estabelecidos nesta Resolução, configura direito da concessionária a ser compensado no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração".

A Companhia apurou a diferença econômico-financeira referente aos descontos especiais ocorridos no período de abril a dezembro de 2006, a ser recuperada no próximo reajuste tarifário, conforme demonstrado a seguir:

Constituição	1.163
Remuneração	22
Saldo em 31 de dezembro de 2006	<u>1.185</u>

(j) Outros

Custos adicionais reconhecidos pela ANEEL através da Nota Técnica nº 133, de 6 de abril de 2006, a serem recuperados num prazo de 12 meses, iniciando-se em abril de 2006, conforme demonstramos a seguir:

Bolha financeira ajuste IRT 2005	32
PIS/PASEP conexão	17
Parcela ajuste de fronteira rede básica	106
Custos de leilão com energia comprada	55
Total	<u>210</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas (%)	2006	2005
Bradesco		CDB/CDI	Diversos	98,8% CDI	724	741
Banco do Nordeste	(1)	Carteira de Clientes/CDI	Diversos	99,5% CDI	5.923	2.962
Total					6.647	3.703
Ativo Circulante					724	741
Ativo Não Circulante					5.923	2.962

- (1) As Aplicações Financeiras em Títulos e Valores Mobiliários no montante de R\$ 5.923, constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto ao Banco do Nordeste (vide nota explicativa nº 21).

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Ref.	Ativo		Passivo	
		2006	2005	2006	2005
Imposto de Renda - IR	(1)	6.420	9.138	1.739	2.385
Contribuição Social - CSLL	(1)	8.667	7.329	-	-
ICMS	(2)	22.602	10.815	14.925	14.643
PIS	(3)	534	422	1.584	1.460
COFINS	(3)	2.462	1.944	7.299	6.723
INSS	-	-	-	964	727
FGTS	-	-	-	243	178
Outros		411	270	758	457
Total		<u>41.096</u>	<u>29.918</u>	<u>27.512</u>	<u>26.573</u>
Circulante		25.813	19.868	26.029	25.085
Não Circulante		15.283	10.050	1.483	1.488

- (1) Imposto de Renda - IR e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL antecipados correspondente aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos, e retenção na fonte referente a serviços prestados.
- (2) Com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado.
- (3) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, apuração mensal, além das antecipações de órgãos públicos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, calculados sobre a receita de recomposição tarifária extraordinária, energia livre e reposicionamento tarifário, para o passivo e para o ativo sobre os prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias.

Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a Contribuição Social, o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente às alíquotas de 9%, 1,65% e 7,6%.

	Ativo				Passivo			
	2006		2005		2006		2005	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Prejuízos fiscais	11.563	2.891	58.008	14.502	-	-	-	-
Diferenças temporárias	60.188	15.047	71.928	17.982	128.591	32.148	138.503	34.626
	71.751	17.938	129.936	32.484	128.591	32.148	138.503	34.626
Contribuição Social								
Base negativa			16.689	1.502	-	-	-	-
Diferenças temporárias	59.823	5.384	51.211	4.608	128.591	11.573	138.503	12.465
	59.823	5.384	67.900	6.110	128.591	11.573	138.503	12.465
PIS								
Diferenças temporárias					166.233	2.743	176.315	2.909
COFINS								
Diferenças temporárias					166.233	12.634	176.315	13.400
Total		23.322		38.594		59.098		63.400
Ativo Circulante		16.681		15.785		13.066		13.123
Ativo Não Circulante		6.641		22.809		46.032		50.277

A base de cálculo das diferenças temporárias são compostas como segue:

	2006				2005			
	IR	CSLL	PIS	COFINS	IR	CSLL	PIS	COFINS
Provisão para créditos de liquidação	11.079	11.079	-	-	4.280	4.280	-	-
Provisão para contingências	26.917	26.552	-	-	37.022	25.043	-	-
PIS/COFINS diferidos	11.623	11.623	-	-	12.532	12.532	-	-
Recomposição tarifária extraordinária	128.591	128.591	125.572	125.572	138.229	138.229	135.210	135.210
Reposicionamento tarifário	-	-	-	-	274	274	274	274
Energia livre	-	-	40.579	40.579	-	-	36.120	36.120
Subvenção baixa renda	-	-	82	82	-	-	4.711	4.711
Outras	10.569	10.569	-	-	18.094	9.356	-	-
Total	188.779	188.414	166.233	166.233	210.431	189.714	176.315	176.315
Ativo	60.188	59.823	-	-	71.928	51.211	-	-
Passivo	128.591	128.591	166.233	166.233	138.503	138.503	176.315	176.315

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS – continuação

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está apresentada a seguir:

Expectativa de Realização	2007	2008	Total
Imposto de Renda	12.265	5.673	17.938
Contribuição Social	4.416	968	5.384
	<u>16.681</u>	<u>6.641</u>	<u>23.322</u>

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34% em 31 de dezembro 2006 e 2005.

	2006		2005	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	165.596	165.596	114.978	114.978
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(9.864)	(9.864)	(10.100)	(10.100)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	155.732	155.732	104.877	104.877
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	38.933	14.016	26.220	9.439
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	179	64	250	90
Multas indedutíveis	5	2	6	2
Depreciação veículos diretores	22	20	19	7
Outros	5.183	-	44	233
	<u>5.389</u>	<u>86</u>	<u>319</u>	<u>332</u>
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(4.787)	(1.723)	(4.901)	(1.764)
Outros	(421)	(2.210)	-	-
	<u>(5.208)</u>	<u>(3.933)</u>	<u>(4.901)</u>	<u>(1.764)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>39.114</u>	<u>10.169</u>	<u>21.638</u>	<u>8.007</u>

13. BENEFÍCIO FISCAL – ÁGIO INCORPORADO DA CONTROLADORA

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão.

Tendo em vista que o fundamento econômico do ágio foi a aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998, a Companhia mantém o registro contábil (líquido da provisão entre o valor do ágio e o benefício fiscal respectivo) no ativo imobilizado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. BENEFÍCIO FISCAL – ÁGIO INCORPORADO DA CONTROLADORA - continuação

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349/01.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações contábeis, o valor líquido total de R\$ 149.254 (2005, R\$ 159.118), que em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo circulante e no ativo não circulante – realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 são como segue:

	2006	2005
Ágio – incorporado	638.018	638.018
Provisão constituída	(421.092)	(421.092)
Benefício fiscal	216.926	216.926
Amortização do ágio acumulada	(199.036)	(170.025)
Reversão da provisão acumulada	131.364	112.217
Líquido correspondente ao crédito fiscal incorporado	149.254	159.118
Ativo Circulante	9.664	9.864
Ativo Não Circulante	139.590	149.254

O ágio está sendo amortizado pelo período da concessão, desde dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 474, de 30 de novembro de 2000.

A curva autorizada por meio da Resolução ANEEL nº 474, de 30 de novembro de 2000, para a amortização do ágio na COSERN, está assim composta:

Curva de amortização de ágio

Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2006	0,04547	2011	0,03983	2016	0,03430	2021	0,02784	2026	0,02235
2007	0,04455	2012	0,03842	2017	0,03289	2022	0,02666	2027	0,02138
2008	0,04297	2013	0,03705	2018	0,03153	2023	0,02551		
2009	0,04118	2014	0,03741	2019	0,03022	2024	0,02442		
2010	0,04133	2015	0,03575	2020	0,02907	2025	0,02336		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. ESTOQUE

	2006	2005
Estoque total	19.560	4.284
Imobilizado em curso	(18.355)	(4.096)
Total	1.205	188

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia acolheu determinação judicial, emanada de Mandado de Segurança individual impetrado pela Neoenergia S/A, processo nº 2002.5101000216/4, na qual a Companhia foi oficiada a depositar o valor do imposto de renda retido na fonte – IRRF, incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio – JSCP, lançado em dezembro de 2001, em favor da Neoenergia S.A, que deveria ser recolhido à Receita Federal, cujo montante em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 1.483.

16. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Ref.	2006	2005
			Reclassificado
Gastos com colocação de debêntures	(1)	2.323	4.772
PROINFA	(2)	538	-
Outros		331	278
Total		3.192	5.050
Ativo Circulante		869	1.021
Ativo Não Circulante		2.323	4.029

(1) Conforme descrito na nota explicativa nº 22, a Companhia emitiu debêntures de longo prazo, e os custos envolvidos no processo de colocação desses títulos no mercado estão sendo apropriados ao resultado proporcionalmente aos prazos de vencimento das debêntures.

(2) A Lei nº 10.438/2002, art. 3º, instituiu o PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional - SIN.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 250, de 28 de novembro de 2005, estabeleceu, para o ano de 2006, as quotas de custeio e as de energia elétrica referentes ao PROINFA, e a Companhia efetuou os registros contábeis decorrentes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. OUTROS CRÉDITOS

	Ref.	2006	2005
			Reclassificado
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(1)	4.955	4.958
Adiantamento a empregados		321	95
Adiantamento a fornecedores		105	125
Repasse de empréstimos e financiamentos		346	127
Serviços prestados a terceiros		980	1.235
Encargos CBEE		43	1.710
RGR a compensar		55	436
Entidade de previdência privada	(2)	346	475
Desativações em curso		2.140	695
Dispendios a reembolsar em curso		7.069	2.319
Outros créditos a receber		1.279	2.074
Total		17.639	14.249
Ativo Circulante		16.873	13.081
Ativo Não Circulante		766	1.168

- (1) O Governo Federal, através da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, com impacto na receita operacional da Companhia.

Através do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art. 1º da Lei nº 10.438/02 e conforme o estabelecido no artigo 5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

- (2) Crédito de antecipação de contribuição patronal aos planos de benefícios patrocinados pela Companhia junto a FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, decorrentes de ajustes dos superávits atuariais nos planos de Contribuição Definida - CD, e de Benefícios Definidos - BD, implicando redução nos percentuais de contribuição patronal sobre a folha de pagamento, aprovados pela Fundação e pela COSERN, com base nas Demonstrações de Resultado de Avaliação Atuarial - DRAA, para 31 de dezembro de 2004, preparados pela Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. IMOBILIZADO

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	2006				2005	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos		2.070			2.070	2.070
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,25	13.805	(5.090)		8.715	8.645
Máquinas e Equipamentos	4,31	670.992	(260.663)	(103.299)	307.030	303.507
Veículos	15,49	7.528	(4.132)		3.396	2.501
Móveis e Utensílios	7,47	2.170	(1.430)		740	699
Subtotal		696.565	(271.315)	(103.299)	321.951	317.422
Em curso						
Terrenos		69			69	229
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		1.272			1.272	362
Máquinas e Equipamentos		62.459		(32.037)	30.422	(17.366)
Veículos						4
Móveis e Utensílios		105			105	146
Estoque de investimento		17.219			17.219	3.504
Outros		1.137			1.137	592
Subtotal		82.261		(32.037)	50.224	(12.529)
Total		778.826	(271.315)	(135.336)	372.175	304.893

O Imobilizado em curso refere-se, substancialmente, as obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. IMOBILIZADO - continuação

Por atividade o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	2006			(-) Obrigações vinculadas a concessão	2005	
	Custo	Depreciação acumulada	Subtotal		Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Distribuição	680.880	(263.118)	417.762	(103.299)	314.463	310.733
Comercialização	1.940	(1.179)	761		761	914
Administração	13.745	(7.018)	6.727		6.727	5.775
Subtotal	696.565	(271.315)	425.250	(103.299)	321.951	317.422
Em curso						
Distribuição	79.782		79.782	(32.037)	47.745	(13.257)
Comercialização						13
Administração	2.479		2.479		2.479	715
Subtotal	82.261		82.261	(32.037)	50.224	(12.529)
Total	778.826	(271.315)	507.511	(135.336)	372.175	304.893

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999, alterada pela Resolução ANEEL nº 473, de 6 de março de 2006, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação por macroatividade/componentes principais			
Distribuição			
Linhas, Redes e Subestações – Tensão < 69 KV	(%)	Linhas, Redes e Subestações – Tensão > 69 KV	(%)
Banco de capacitores	6,7	Banco de capacitores	5,0
Chave	6,7	Chave	3,3
Condutor	5,0	Condutor	2,5
Edificação	4,0	Edificação	4,0
Estrutura	5,0	Estrutura	2,5
Medidor	4,0	Regulador	3,5
Regulador	4,8	Religador	4,3
Religador	4,3	Transformador de força	2,5
Transformador	5,0		
Comercialização/Administração		(%)	
Móveis e Utensílios		10,0	
Edificação		4,0	
Veículos		20,0	

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. IMOBILIZADO - continuação

Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Encargos Financeiros

Em atendimento às disposições contidas na Instrução Contábil nº 6.3.10, item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o ativo imobilizado em curso os seguintes valores:

	Distribuição	
	2006	2005
Juros contabilizados no resultado	58.782	75.434
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(503)	(443)
Efeito líquido no resultado	58.279	74.991

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Estas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A composição dessas obrigações é a seguinte:

	2006	2005
Participação da União	1.479	1.479
Participação dos Estados	8.216	7.592
Participação dos Municípios	4.941	4.386
Participação do consumidor	70.125	68.196
Outras subvenções	50.575	20.827
Total	135.336	102.480

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. IMOBILIZADO - continuação

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabelece os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica, que na Companhia ocorrerá em abril de 2008, e altera o tratamento das obrigações especiais, que passarão a ser amortizadas pela taxa média de depreciação dos ativos.

Comodato

A Companhia possui contrato de cessão de edificação em comodato firmado com a Amara Brasil Ltda. para administração do almoxarifado (vide nota explicativa nº 34).

Bem	Razão	2006		2005	
		Valor contábil		Valor contábil	
		Custo	Depreciação	Custo	Depreciação
Sede Almoxarifado	Administração de almoxarifado	553	324	553	302

A Companhia também possui contrato com a TIM Nordeste Telecomunicações S.A, através do qual recebeu em comodato 63 aparelhos celulares de marca e modelo diversos. O contrato e os aparelhos estão vinculados a um plano alternativo de tarifas considerado atrativo para a Companhia.

Negociação com Cooperativas

Foram assinados em 04 de abril e 26 de junho de 2006 os Instrumentos de Compra de Acervo Elétrico e Quitação de Débitos Mediante Dação em Pagamento e Transferência de Bens, firmados entre a Companhia e as cooperativas Cersel - Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural do Seridó e Cerpil - Cooperativa de Energia e Desenvolvimento do Piranhas, respectivamente. A negociação envolveu a permuta dos acervos pelos débitos das Cooperativas, resultando num acréscimo de R\$ 6.955 (Cersel R\$ 4.300 e Cerpil R\$ 2.665) ao imobilizado da Companhia.

Plano Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica

A ANEEL, através da Resolução nº 223 de 29 de abril de 2003, alterada pela Resolução nº 52 de 25 de março de 2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público e distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003 alterou a prioridade de atendimento aos municípios dando ênfase aos com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos apenas a novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 KW.

Até 31 de dezembro de 2006, a Companhia já tinha investido cerca de R\$ 142 milhões no Programa de Universalização, perfazendo um total de 181.645 novas ligações.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. IMOBILIZADO - continuação

O Plano de Universalização para o período 2005-2008, foi enviado à ANEEL dentro do prazo previsto. Vale destacar que, na elaboração do citado plano, foi considerada a compatibilização com o Programa Luz Para Todos.

Programa Luz Para Todos

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa LUZ PARA TODOS, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

Em maio de 2004 foi firmado um Termo de Compromisso entre a União (Ministério das Minas e Energia), o Estado do Rio Grande do Norte e a COSERN, com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas a implantação do Programa Luz Para Todos, na área de concessão da COSERN, propiciando o atendimento de 30.095 novos consumidores no meio rural no período 2004-2008. Neste instrumento, são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos.

A Portaria ANEEL nº 416, de 31 de agosto de 2005, aprovou a 2ª Versão do Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no Programa.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. IMOBILIZADO - continuação

A Companhia é signatária dos contratos abaixo relacionados, com as seguintes especificações:

CONTRATOS DATA DE ASSINATURA	1º Tranche ECFS 003/2004 16/06/2004	2º Tranche ECFS 119/2005 9/11/2005	3º Tranche ECFS 148/2006 27/6/2006	
PARTICIPAÇÕES (1)				Total
Parcela subvencionada (Eletrobras CDE)	15.954	25.163	52.888	94.005
Parcela financiada (Eletrobras RGR)	4.786	6.291	13.222	24.299
Parcela financiada (Estado do RN)	6.291	-	-	6.291
Parcela COSERN (C)	3.660	5.551	11.667	20.878
Total do Programa (A)	30.691	37.005	77.777	145.473
INGRESSOS DE RECURSOS (1)	1º Tranche ECFS 003/2004	2º Tranche ECFS 119/2005	3º Tranche ECFS 148/2006	Total
Eletrobras (CDE)	13.561	22.646	10.294	46.501
Eletrobras (RGR)	4.068	5.661	2.574	12.303
Estado do Rio Grande do Norte	6.290	-	-	6.290
Ingresso realizado (B)	23.919	28.307	12.868	65.094
GASTOS INCORRIDOS (1)	1º Tranche ECFS 003/2004	2º Tranche ECFS 119/2005	3º Tranche ECFS 148/2006	Total
Gastos Incorridos (CDE, RGR e Estado)	31.710	34.807	29.790	96.307
Contrapartida COSERN	4.756	5.221	4.756	14.733
Total dos gastos	36.466	40.028	34.546	111.040
BALANÇO (1)	1º Tranche ECFS 003/2004	2º Tranche ECFS 119/2005	3º Tranche ECFS 148/2006	Total
Total a receber do programa (A-C)	27.031	31.454	66.110	124.595
Ingressos realizados (B)	23.919	28.307	12.868	65.094
Ingressos a realizar (A-C)-(B)	3.112	3.147	53.242	59.501
NÚMERO DE LIGAÇÕES (1)	1º Tranche ECFS 003/2004	2º Tranche ECFS 119/2005	3º Tranche ECFS 148/2006	Total
Ligações executadas (D)	12.000	7.050	8.726	27.776
Ligações unitizadas	12.000	4.368	0	16.368
Ligações digitadas (Site Eletrobras)	9.180	6.025	3.140	18.345
Ligações em execução (E)			2.303	2.303
Ligações totais do programa (D+E)	12.000	7.050	11.029	30.079

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. INTANGÍVEL

O valor dos ativos intangíveis está composto da seguinte forma:

	2006			2005	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Faixas de servidões	-	5.666	-	5.666	4.547
Direito de uso de softwares	9,87	34.637	(26.654)	7.983	11.485
Subtotal		40.303	(26.654)	13.649	16.032
Em curso					
Faixas de servidões		433	-	433	422
Direito de uso de softwares		3.971	-	3.971	797
Subtotal		4.404	-	4.404	1.219
Total		44.707	(26.654)	18.053	17.251

Faixas de servidões são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não há amortização.

Direitos de uso de softwares são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares.

Por atividade, o intangível está constituído da seguinte forma:

	2006		2005	
	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço				
Distribuição	20.062	(9.886)	10.176	11.142
Comercialização	10.576	(10.038)	538	882
Administração	9.665	(6.730)	2.935	4.008
Subtotal	40.303	(26.654)	13.649	16.032
Em curso				
Distribuição	2.086	-	2.086	1.154
Administração	2.318	-	2.318	65
Subtotal	4.404	-	4.404	1.219
Total	44.707	(26.654)	18.053	17.251

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. INTANGÍVEL – continuação

Um conjunto de elementos constitutivos de ativos de natureza intangível, de difícil avaliação por sua natureza abstrata, apesar de representar valor patrimonial para a Companhia, lhe conferindo vantagens competitivas sustentáveis, conhecido como capital intelectual, ainda que sem a mensuração real do valor desses ativos, dimensão quantitativa, por não se enquadrar nos modelos contábeis tradicionais não está contabilizado, (contudo percebido pelo valor econômico em seu conjunto, dado pela equação $\text{VALOR DE MERCADO} = \text{VALOR CONTÁBIL} + \text{CAPITAL INTELECTUAL}$), podem ser evidenciados na dimensão qualitativa.

Esses recursos que não possuem existência física, fundamentalmente informação e conhecimento, produzidos pela mente humana a partir do nada, podem ser apresentados em seus três aspectos complementares:

- Capital humano – relacionado ao conhecimento explícito e tácito:

Pessoas, suas equipes e capacidade de renovação. Desenvolvimento da competência, habilidades, capacidades e “expertise” dos empregados. Pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Direitos autorais e software desenvolvidos.

- Capital estrutural – organização, sistemas e processos:

O contrato de concessão, a filosofia de negócio, cultura da organização, sistemas de informação, bases de dados existentes.

- Capital relacional – conjunto de relações mantidas com os stakeholders:

A marca COSERN, lealdade da clientela, o relacionamento com fornecedores e financiadores, a satisfação dos empregados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. FORNECEDORES

	2006	2005
Fornecedores de Energia Elétrica		Reclassificado
CHESF	9.823	17.953
Coligadas	31	299
CEEE	731	466
CCEE	5	-
CESP	3.451	1.617
COPEL GERAÇÃO	2.402	1.767
DUKE PARANAPAN	390	303
ELETRONORTE	1.647	1.173
EMAE	223	161
ENERGEST	204	153
FURNAS	10.452	5.782
LIGHT	821	613
CEMIG	1.114	-
Outros	167	1.048
Subtotal	31.461	31.335
Encargos de Uso da Rede	6.259	5.055
Materiais e Serviços	14.022	10.993
Total	51.742	47.383

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

			Principal		Total	
	Ref.	Encargos da dívida	Circulante	Não Circulante	2006	2005
Moeda nacional						
Banco do Brasil		289	3.452	31.611	35.352	37.259
Eletrobrás		-	1.882	17.096	18.978	13.678
BNB I		84	0	46.184	46.268	46.319
BNB II		207	0	25.550	25.757	-
BNDES Emergencial	(1)	511	15.511	65.514	81.537	92.458
BNDES FINEM		90	13.440	6.720	20.250	33.105
FINEP		86	947	2.919	3.952	2.416
Total moeda nacional		1.267	35.232	195.594	232.094	225.235

- (1) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, concedeu, financiamento no valor de R\$ 123.101, para suprir parte das insuficiências de recursos, decorrentes de redução de receita ocorrida durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica com destinação prioritária ao adimplemento de obrigações assumidas junto a agentes do setor elétrico. Sobre o principal da dívida incidem encargos à taxa SELIC acrescida de juros de 1% a.a, sendo essa a mesma condição de remuneração do ativo regulatório reconhecido.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS – continuação

Condições contratuais dos empréstimos em 31 de dezembro de 2006:

Fonte	Moeda	Data de assinatura	Objetivo	Encargos	Vencimento
BANCO BRASIL	R\$	30/3/1994	Refinanciamento de dívida com BNDES	IGPM + 10,236% a.a.	2014
BANCO BRASIL	R\$	30/3/1994	Refinanciamento de dívida com Eletrobrás	TJLP + 10,236% a.a.	2014
ELETROBRÁS	R\$	DIVERSAS	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores.	6 a 9 % a.a.	2018
BNDES/FINEM	R\$	1º/6/2000	Investimento sistema transmissão/Distribuição	TJLP + 4,5% a.a.	2008
BNDES/Emergencial	R\$	14/2/2002	Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	SELIC + 1% a.a.	2010
BNB I	R\$	23/12/2004	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	14% a.a.	2013
BNB II	R\$	27/11/2006	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	14% a.a.	2014
FINEP	R\$	23/12/2004	Otimização e desempenho da rede de distribuição e programas comunitários	TJLP + 5% aa.	2011

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias ou aval da Neoenergia S.A. e no que se refere ao BNDES, vinculado a Recomposição Tarifária, 4,42% do faturamento mensal.

O total devido em moeda nacional desdobra-se da seguinte forma:

	2006		2005	
		%		%
Juros prefixados	72.024	31,03	46.318	20,56
UFIR	18.805	8,10	13.322	5,91
FINEL	171	0,08	356	0,16
IGP-M	31.092	13,40	32.712	14,52
TJLP	28.463	12,26	40.070	17,79
SELIC	81.537	35,13	92.457	41,06
Total	232.093	100,00	225.235	100,00
Principal	230.826		223.821	
Encargos	1.267		1.414	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005:

	Variação %	
	2006	2005
IGP – M	3,83	(1,21)
FINEL	0,77	(0,24)
TJLP	7,87	9,75
CDI	15,03	19,00
Taxa de Referência – TR	2,04	2,83
SELIC	15,08	19,05

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS – continuação

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	2006	2005
2007	-	40.571
2008	39.877	33.858
2009	46.850	36.209
2010	44.978	34.516
2011	23.520	15.358
Após 2011	40.369	33.376
Total	195.594	193.888

Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional	
	Circulante	Não Circulante
Saldos em 1º de janeiro de 2005	66.145	250.766
Ingressos	20.500	28.562
Encargos	44.739	2.143
Variação monetária	518	1.760
Transferências	107.334	(107.334)
Amortizações/Pagamentos	(189.898)	-
Renegociação contrato com alongamento de prazo	(17.991)	17.991
Saldos em 31 de dezembro de 2005	31.347	193.888
Ingressos	-	34.014
Encargos	25.125	2.095
Variação monetária	377	1.385
Transferências	35.788	(35.788)
Amortizações	(56.138)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2006	36.499	195.594

22. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	2006			2005	
				Encargos	Principal		Total	Total
				Circulante	Circulante	Não Circulante		
3ª Emissão	Única	17.900	CDI + 1,3% a.a	8.311	-	179.000	187.311	190.183
Total				8.311	-	179.000	187.311	190.183

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2005, aprovou a realização da 3ª emissão pública de debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, de espécie quirografárias, em série única, no valor de R\$ 179.000, a serem resgatadas no prazo de vencimento de 5 anos a partir da data da emissão.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. DEBÊNTURES E ENCARGOS – continuação

A escritura de emissão das debêntures prevê manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2006 a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	2006	2005
2008	35.800	35.800
2009	71.600	71.600
2010	71.600	71.600
Total	179.000	179.000

23. TAXAS REGULAMENTARES

	2006	2005
		Reclassificado
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	800	402
Quota de Consumo de Combustível – CCC	6.007	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	524	450
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	2.390	1.431
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	2.096	1.045
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	2.936	1.395
Programa de Eficientização Energética - PEE	9.277	6.947
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	157	275
Total	24.187	11.945

24. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos aos seus acionistas, os quais foram calculados seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação – R\$		
			ON	PNA	PNB
<u>2006</u>					
RCA de 22 de maio de 2006	JSCP	9.900	0,0575893	0,0633483	0,0633483
RCA de 24 de julho de 2006	JSCP	9.100	0,0529357	0,0582292	0,0582292
RCA de 28 de setembro de 2006	Dividendo	34.776	0,2022957	0,2225252	0,2225252
RCA de 17 de novembro de 2006	JSCP	8.300	0,0482820	0,0531102	0,0531102
RCA de 27 de dezembro de 2006	JSCP	7.600	0,0442100	0,0486310	0,0486310
		69.676			
<u>2005</u>					
RCA de 29 de dezembro de 2005		41.500	0,2414099	0,2655509	0,2655509

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será considerado ao final do exercício para cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - continuação

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

O Conselho de Administração da Companhia encaminhou à Assembléia Geral Ordinária “ad referendum” proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$ 66.157, correspondente a R\$ 0,3848419 por ação ordinária e R\$ 0,4233261 por ação preferencial.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe “A” e “B” terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2006	2005
<u>Dividendos mínimos – sobre o lucro líquido ajustado</u>		
Ações ordinárias	76.179	52.377
Ações preferenciais classe “A”	13.308	9.150
Ações preferenciais classe “B”	11.446	7.870
Total	100.933	69.397
<u>Dividendos mínimos – sobre o lucro líquido ajustado</u>		
Lucro líquido do exercício	141.348	116.733
Constituição da reserva legal	(5.515)	(5.836)
Amortização do ágio incorporado	29.011	29.706
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(19.147)	(19.606)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	(9.864)	(10.100)
Base de cálculo do dividendo	135.833	110.897
<u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>	33.958	27.724
<u>Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos</u>		
Dividendos Intermediários – R\$0,2022957 por ação ON e R\$ 0,2225252 por ação PN (2005, R\$ 0,4036875 por ação ON e R\$ 0,4440563 por ação PN)	34.776	
Juros sobre o capital próprio – R\$ 0,0507543 por ação ON e R\$ 0,05582967 por ação PN (2005, R\$ 0,2414099 por ação ON e R\$ 0,2655509 por ação PN)	34.900	41.500
Dividendos Propostos – R\$0,3848419 por ação ON e R\$ 0,4233261 por ação PN (2005, R\$ 0,4036875 por ação ON e R\$ 0,4440563 por ação PN)	66.157	69.397
Total bruto	135.833	110.897
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio - 15%.		
Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.	(727)	(866)

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - continuação

A formação dos saldos em 31 de dezembro de 2006 é como segue:

Em 1º de janeiro de 2005	69.921
Dividendos e Juros sobre o capital próprio:	
Declarados	110.897
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	(866)
Pagos	<u>(69.745)</u>
Em 31 de dezembro de 2005	110.207
Dividendos e Juros sobre o capital próprio:	
Declarados	135.833
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	(727)
Pagos	<u>(166.006)</u>
Em 31 de dezembro de 2006	<u>79.307</u>

25. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	2006	2005
Imposto de Renda	2.789	1.500
Contribuição Social	10.335	5.302
Provisões Férias e 13º salário	2.192	2.074
Encargos Sobre Provisões de Férias e 13º salário	957	909
Outros	<u>1.172</u>	<u>-</u>
Total	<u>17.445</u>	<u>9.785</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. CONTINGÊNCIAS

26.1 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As provisões constituídas para contingências passivas, líquidas dos depósitos judiciais correspondentes são compostas como segue:

	2006		2005	
	Contingências	(-) Depósitos Judiciais	Provisão Líquida	Provisão Líquida
Trabalhistas	10.559	(7.815)	2.744	1.674
Cíveis	10.931	(781)	10.150	9.677
Fiscais	4.819	(2.085)	2.734	4.179
Total	26.309	(10.681)	15.628	15.530
Passivo circulante			374	519
Passivo Não Circulante			15.254	15.011

	Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2005	9.142	10.327	5.331	24.800
Constituição	382	518	102	1.002
Baixas/Reversão	(2.317)	(1.080)	(1.288)	(4.685)
Remuneração	3.352	1.166	674	5.192
Saldo em 31 de dezembro de 2006	10.559	10.931	4.819	26.309

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Ações trabalhistas movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária e subsidiária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. CONTINGÊNCIAS - continuação

	Valor		Expectativa	Valor
Contingências Trabalhistas	Atualizado	Instância	de perda	Provisionado
Ex-empregados da Companhia	4.216	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.216
	1.045	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
Ex-empregados de Empreiteiras	1.050	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.050
	1.366	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
Empregados	5.293	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.293
	3.914	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
Total	16.884			10.559

Cíveis

Ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

	Valor		Expectativa	Valor
Contingências Cíveis	Atualizado	Instância	de perda	Provisionado
Cientes – Plano Cruzado	7.545	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.545
	66	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
Indenização por perdas	277	1ª, 2ª e 3ª	Provável	277
	706	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
Acidente terceiros/trabalho	558	1ª, 2ª e 3ª	Provável	558
Outras	2.551	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.551
Total	11.703			10.931

Cientes – Tarifas Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores. A Companhia constituiu provisão tomando por base o diferencial de alíquota cobrado no período de março a novembro de 1986 dos consumidores industriais, acrescido dos encargos financeiros, cujos montantes são considerados suficientes tomando como base a jurisprudência dominante no STJ.

Indenização por perdas – Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual. Os valores provisionados são suficientes considerando a média histórica de condenações da empresa no Judiciário do Rio Grande do Norte

Acidente terceiros/trabalho – Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos. Em alguns casos é possível uma condenação da empresa. O montante provisionado é adequado ao estágio em que se encontram as ações e ao histórico dos valores de condenação em ações similares no Judiciário do Rio Grande do Norte.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. CONTINGÊNCIAS - continuação

Fiscais

Ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingências Fiscais	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor Provisionado
INSS	946	1ª	Provável	946
COFINS	1.867	1ª	Provável	1.867
IRPJ	495	1ª	Provável	495
ICMS	14.890	1ª e 2ª	Possível	-
Outras	1.511	1ª	Provável	1.511
	13.881	1ª e 2ª	Possível	-
Total	33.588			4.819

ISS - Refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

COFINS - Refere-se a processo judicial arguindo a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável à tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos.

IRPJ - Refere-se a auto de infração onde se discute lucro inflacionário acumulado realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório.

ICMS - Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos.

26.2 CONTINGÊNCIA ATIVA

PIS/COFINS (Alargamento da Base de Cálculo) – A Companhia impetrou Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 21 de julho de 2004, em curso no Tribunal Regional Federal – 1ª Região, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. Os consultores jurídicos da Companhia atribuem uma probabilidade de ganho provável para a ação judicial. O montante estimado do crédito pleiteado a valor nominal, corresponde a R\$ 8.531.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Ref.	2006	2005
Consumidores		5.999	(302)
Empregados		102	90
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		4.391	4.244
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		125	463
Convênios		160	630
Termo acordo CHESF	(1)	1.488	
Encargos CBEE		191	2.310
Outras		990	727
Total		13.447	8.162
Passivo Circulante		12.369	7.016
Passivo Não Circulante		1.077	1.146

(1) Acordo firmado em 20 de Abril de 2006, no montante de R\$ 4.002, formalizando entendimentos comerciais pendentes relacionados aos Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados em janeiro de 2000 e setembro de 2002. O valor será pago em 12 (doze) parcelas iguais e mensais, no dia 15 (quinze) de cada mês, corrigidas pelo IGPM e acrescidas de juros de 1% a.m., contados estes a partir de abril de 2006.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital social totalmente subscrito em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 é de R\$ 179.787 e sua composição por classe de ações e acionistas é a seguinte:

Acionistas	Em milhares de ações							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	110.782	85,38	16.507	80,12	14.646	82,63	141.935	84,45
IBERENÉR	8.147	6,28	2.218	10,76	1.417	8,00	11.782	7,01
Uptick Participações S.A.	7.577	5,84	1.157	5,61	1.047	5,91	9.781	5,82
PREVI	1.855	1,43	359	1,74	382	2,16	2.596	1,54
Outros	1.385	1,07	365	1,77	230	1,30	1.980	1,18
Total	129.746	100,00	20.606	100,00	17.722	100,00	168.074	100,00

Acionistas	R\$ mil							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	118.502	85,38	17.658	80,12	15.666	82,63	151.826	84,45
IBERENÉR	8.715	6,28	2.372	10,76	1.516	8,00	12.603	7,01
Uptick Participações S.A.	8.105	5,84	1.237	5,61	1.120	5,91	10.462	5,82
PREVI	1.984	1,43	384	1,74	409	2,16	2.777	1,54
Outros	1.482	1,07	391	1,77	246	1,30	2.119	1,18
Total	138.788	100,00	22.042	100,00	18.957	100,00	179.787	100,00

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, e assegurada, ainda, às ações preferenciais "Classe A", prioridade na distribuição de dividendos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - continuação

Incentivo Fiscal Imposto de Renda - ADENE

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto 3.000/99. Por conta disso, a Companhia formalizou pleito à antiga SUDENE e obteve o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais através do Laudo Constitutivo nº 0038/2002 – ADENE, emitido em 3 de julho de 2002.

A ADENE deferiu novo pleito da Companhia para ampliação do percentual de redução do imposto de renda sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, através do Laudo Constitutivo nº 0148/2005, de 31 de maio de 2005. Em 5 de julho de 2005, através do Ato Declaratório Executivo nº 52, a Receita Federal reconheceu o direito da Companhia à redução do IRPJ e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, no percentual de 75%.

A Companhia apurou no período findo em 31 de dezembro de 2006 o valor de R\$ 25.758 (2005, R\$ 12.837) de incentivo fiscal ADENE, contabilizado como Reserva de Capital em montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Reserva Especial de Ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da sociedade que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente ao patrimônio líquido. (vide nota explicativa nº 13).

Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de Retenção de Lucros

A constituição da reserva de retenção de lucros visa fazer face aos investimentos futuros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 30.504 (R\$ 30.504 em 2005) constituída de acordo com o artigo 196 da Lei das S.A.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Nº de consumidores		MWh (1)		R\$	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Consumidores:						
Residencial	798.762	758.977	1.063.131	976.419	329.640	296.273
Industrial	4.733	4.484	657.408	757.073	163.943	172.822
Comercial	63.874	61.071	643.640	585.667	225.210	197.087
Rural	46.818	36.903	331.527	346.941	53.271	56.013
Poder Público	10.110	9.506	175.984	165.382	71.094	62.034
Iluminação Pública	3.294	2.865	128.257	128.193	23.902	23.445
Serviço Público	1.449	1.382	206.127	196.680	48.127	45.332
Consumo próprio	91	90	6.401	6.570	-	1.809
Suprimento	1	1		269	-	-
Fornecimento não faturado		-		-	4.654	(21.615)
Subtotal	929.132	875.279	3.212.475	3.163.194	919.841	833.200
Reversão da recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	(28.911)	(27.586)
Receita (reversão) revisão tarifária	-	-	-	-	(274)	(3.377)
Reversão energia livre	-	-	-	-	(6.980)	(6.684)
Disponibilização sistema transmissão e distribuição	-	-	-	-	41.069	19.703
Encargos CBEE	-	-	-	-	129	19.856
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	74.375	121.000	2.729	2.259
Subvenção à baixa renda - tarifa social	-	-	-	-	36.357	34.061
Outras receitas	-	-	-	-	6.603	6.322
Total	929.132	875.279	3.286.850	3.284.194	970.563	877.754

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Reajuste Tarifário - 2005

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 103, de 18 de abril de 2005, fixou em 19,58% o índice médio de reajuste tarifário da COSERN, para o ano de 2005, sendo 15,02% para os consumidores atendidos em baixa tensão (residenciais e outros) e entre 27,41% e 22,09% para os consumidores de alta tensão (industriais e comerciais de médio e grande portes), vigente a partir de 22 de abril de 2005.

Em 02 de junho de 2005, foi concedida antecipação de tutela, tendo a COSERN sido intimada através do mandado de intimação nº 002.000672-2/2005, para que suspendesse os efeitos da Resolução Homologatória ANEEL nº 103, de 18 de abril de 2005, e aplicasse o reajuste anual de 11,1321% relativos à variação do IGP-M no período de abril de 2004 a março de 2005, aplicado de forma linear pela Companhia a partir de 6 de junho de 2005.

Em 13 de junho de 2005, foi emitido um novo Mandado de Intimação de nº 0002.000696.8/2005, determinando que o índice de reajuste anual de 11,1321% fosse aplicado de forma proporcional o qual foi atendido pela Companhia. Em 14 de setembro de 2005, a Companhia voltou a praticar as tarifas homologadas pela ANEEL, devido à suspensão da antecipação de tutela pelo STJ, ficando, no entanto, impedida de cobrar os valores retroativos, no período de 6 de junho a 13 de setembro de 2005, em função da nova decisão da Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio Grande do Norte.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - continuação

Em 30 de junho de 2006 a Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio Grande do Norte, julgou improcedente a ação civil pública movida pelo Ministério Público, revogou a liminar que suspendeu os efeitos da Resolução Homologatória nº 103, da ANEEL e impedia a cobrança retroativa para o período citado anteriormente.

A Companhia reverteu o valor de R\$ 6.612 (R\$ 4.364 líquido de impostos), correspondente à diferença do reajuste de 19,58%, homologado pela ANEEL e registrou o valor de R\$ 10.279, efetivamente faturado aos consumidores, resultando um efeito líquido de R\$ 3.667 no resultado do terceiro trimestre de 2006.

Reajuste Tarifário - 2006

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 317, de 18 de abril de 2006, fixou em 8,23% o índice médio de reajuste tarifário da COSERN, para o ano de 2006, que passa a vigorar a partir de 22 de abril de 2006.

Os consumidores de baixa tensão, incluindo os residenciais, tiveram uma redução de 2,25%. Já os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte ligados em alta tensão, terão as tarifas reajustadas em 7,13% em média. Estes clientes tiveram um reajuste maior porque estão passando por um processo de realinhamento tarifário, definido pela ANEEL, em cumprimento ao Decreto 4.667, de 2002 e que deverá ser concluído no próximo ano. Com esse realinhamento, os consumidores residenciais estão deixando de subsidiar os consumidores comerciais e industriais, como vinha ocorrendo nos últimos anos.

Os reajustes médios autorizados pela ANEEL incluem componentes relativos ao ano 2005, como o repasse de parcelas da Conta de Variação de Itens da Parcela (A) e outros Ativos Financeiros, como o PIS/COFINS.

Outras Receitas Operacionais

	2006	2005
Renda da prestação de serviços	1.248	1.202
Arrendamentos e aluguéis	3.315	2.328
Serviço taxado	824	1.060
Outras receitas	1.216	1.732
Total	6.603	6.322

30. COMPRA E VENDA DE ENERGIA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CCEE

Nos exercícios de 2006 e 2005 a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da CCEE conforme demonstrado a seguir:

	2006		2005	
Compra	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
CCEE	6.692	156	30.312	556
Ajustes	(272)	(5)	-	-
Total	6.420	151	30.312	556

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30. COMPRA E VENDA DE ENERGIA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CCEE - continuação

Venda	2006		2005	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
CCEE (*)	74.334	2.728	120.845	2.256
Ajustes	41	1	155	3
Subtotal	74.375	2.729	121.000	2.259
Total	74.375	2.729	121.000	2.259

(*) venda estimada referente ao mês de dezembro de 2006 e 2005.

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Os montantes de receitas/despesas, faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

31. RESULTADO OPERACIONAL

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2006			2005	
	Custos dos Serviços de Energia Elétrica e Prestado a Terceiros	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Receita Operacional Líquida				697.131	619.655
Custos e Despesas Operacionais					
Pessoal	(19.467)	(7.522)	(21.347)	(48.336)	(41.244)
Administradores			(1.230)	(1.230)	(1.282)
Entidade de previdência privada	(522)	(178)	(18)	(718)	(1.135)
Material	(5.718)	(257)	(431)	(6.406)	(6.385)
Serviços de terceiros	(17.729)	(9.197)	(16.902)	(43.828)	(33.872)
Conta para consumo combustível - CCC	(48.450)	-	-	(48.450)	(36.040)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TFSEE	(1.831)	-	-	(1.831)	(1.627)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(2.587)	-	-	(2.587)	(1.342)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.050)	-	-	(1.050)	(821)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.100)	-	-	(2.100)	(947)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(1.974)	-	-	(1.974)	(5.827)
Energia elétrica comprada para revenda	(227.360)	-	-	(227.360)	(205.993)
Encargo de uso do sistema de transmissão	(45.279)	-	-	(45.279)	(57.692)
Depreciação e amortização	(30.321)	(508)	(1.939)	(32.769)	(35.039)
Arrendamentos e aluguéis	(27)	(52)	(130)	(209)	(1.024)
Tributos	(195)	(77)	(3.063)	(3.335)	(2.897)
Provisões líquidas - PCLD	-	(15.349)	-	(15.349)	(6.454)
Provisões líquidas - contingências	-	-	3.495	3.495	(1.583)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(6.506)	-	-	(6.506)	(5.619)
Outros	(846)	832	(4.258)	(4.271)	(7.940)
	(411.962)	(32.308)	(45.823)	(490.093)	(454.763)
Resultado do serviço				207.038	164.892
Resultado Financeiro				(7.053)	(6.119)
Juros sobre capital próprio				(34.900)	(41.500)
Resultado Operacional				165.085	117.273

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31. RESULTADO OPERACIONAL - continuação

Pessoal	2006	2005
Remunerações	18.129	17.601
Encargos sociais	8.895	8.087
Auxílio alimentação	1.858	1.453
Convênio assistencial e outros benefícios	4.472	3.291
Incentivo à aposentadoria e PDV	648	354
Provisão para férias e 13º salário	3.953	3.661
Plano de saúde	1.661	1.295
Contencioso trabalhista	4.841	945
Participação nos resultados	5.097	5.229
Encerramento de ordem em curso	30	112
(-) Transferências para ordens	(1.248)	(784)
Total	48.336	41.244

Energia Elétrica Comprada para Revenda	2006		2005	
	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)
CHESF	73.788	1.229.704	119.219	2.091.791
CEEE	5.786	91.099	3.861	67.184
CESP	27.714	404.208	12.837	206.721
COPEL	19.253	307.587	14.561	253.232
DUKE	4.090	63.272	3.317	55.298
ELETRONORTE	13.658	224.025	9.724	173.645
EMAE	1.767	26.870	1.336	21.964
ENERGEST	1.610	26.320	1.281	22.481
CEMIG GERAÇÃO	11.819	161.737	-	-
FURNAS	81.088	1.204.932	48.436	794.809
LIGHT	6.582	117.054	5.080	98.192
SAELPA	-	-	94	1.251
NC Energia	809	6.035	1.511	10.716
CCEE	151	6.420	556	30.312
Parcela A	(950)	-	2.268	-
Créditos Pis/Cofins	(22.937)	-	(20.709)	-
PROINFA	3.132	14.386	-	-
Outras	-	-	2.621	-
Total	227.360	3.883.649	205.993	3.827.596

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31. RESULTADO OPERACIONAL - continuação

Encargos de uso do sistema de transmissão	2006	2005
FURNAS	6.821	7.075
CTEEP	4.225	4.399
ELETRONORTE	2.835	3.224
CHESF	17.723	14.487
ELETROSUL	2.590	2.716
CEMIG	1.606	1.801
CEEE	1.208	1.298
NOVATRANS	1.397	1.591
TSN	1.279	1.457
AFLUENTE	70	
COELBA	17	67
COPEL	829	897
ONS	1.392	1.741
EATE	1.138	1.327
ENTE	608	608
NTE	415	483
EXPANSION	536	615
ATE	405	88
STN	488	-
CVA encargos	1.161	15.682
Crédito PIS/COFINS	(4.497)	(4.282)
Outros	3.033	2.418
Total	45.279	57.692

Depreciação e amortização	2006	2005
Quota de depreciação e amortização no exercício	32.921	35.127
(-) Depreciação e amortização transferida para ordens em curso	(152)	(88)
Depreciação e amortização residual no resultado	32.769	35.039

Outras Despesas Operacionais	2006	2005
Seguros	268	221
Doações e contribuições	177	1.068
Recuperação de despesa	(2.391)	(1.324)
Publicações e avisos de desligamentos	39	33
Órgãos de classe do Setor Elétrico	567	534
Despesas de viagem	1.093	957
Consumo próprio e energia elétrica	56	100
Programa Emergencial de Redução do consumo de Energia Elétrica - PERCEE	6	250
Propaganda e publicidade	1.164	946
Processo cível	688	758
Multas ANEEL	177	-
Encerramento de ordem em curso	107	151
Desembolso a compartilhada	-	3.166
Outros	2.320	1.080
Total	4.271	7.940

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

32. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2006	2005
Ganho na desativação/alienação de bens e direitos	1.050	(7)
Perda na desativação de bens e direitos	(1.172)	(1.902)
Outras (despesas) receitas não operacionais	632	(386)
Total	510	(2.295)

33. PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

A Companhia possui um programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, baseado nos objetivos operacionais e financeiros previamente estabelecidos com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2006 foi de R\$ 5.097 (2005, R\$ 5.229).

34. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas	Ref.	Natureza da operação	2006			2005		
			Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)
Amara Brasil Ltda.	(a)	Administração de almoxarifado	-	52	(634)	-	43	(592)
Neoenergia		Valores a receber	-	-	-	27	-	-
NC Energia	(b)	Energia comprada	-	-	(809)	-	274	(1.511)
	(c)	Serviços de consultoria	-	18	(231)	-	19	(249)
		Total NC Energia	-	18	(1.040)	-	293	(1.760)
Celpe	(d)	Acordo de Cooperação Mútua	-	-	-	-	-	-
		Reembolso de despesas	-	-	-	41	-	3
		Total Celpe	-	-	-	41	-	3
Coelba	(d)	Acordo de Cooperação Mútua	-	134	(1.689)	-	-	-
		Reembolso de despesas	-	7	-	-	236	(940)
		Uso da rede	-	-	(17)	-	7	(67)
		Total Coelba	-	141	(1.706)	-	243	(1.007)
Afluentes		Uso da Rede	-	13	(70)	-	-	-

- (a) Amara Brasil - Contrato nº 4600007377, vigência de 16 de maio de 2005 até 15 de maio de 2008. O mesmo é corrigido pelo IGP-M a cada 12 meses.
- (b) NC Energia - Contrato de Compra de Energia (GCS AM – 010/2002), vigente de 1º de outubro de 2002 a 30 de novembro de 2006.
- (c) NC Energia - O Contrato de Prestação de Serviços, teve vigência até 31 de dezembro de 2006. A Companhia providenciou o aditamento ao referido contrato, prorrogando o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2007.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d) Acordo de Cooperação Mútua

A ANEEL, através do Despacho nº 1.408, de 04 de outubro de 2005, aprovou a implantação do Acordo de Cooperação Mútua firmado entre as empresas COELBA, COSERN e CELPE, para a execução e coordenação das atividades referentes aos serviços de informática, mediante a emissão de documento fiscal competente e pagamento em parcelas mensais, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2005.

Em 30 de dezembro de 2005, a ANEEL, através do Despacho nº 2.277, aprovou a implementação de termo aditivo para prorrogar a vigência, até 31 de dezembro de 2006, do Acordo de Cooperação Mútua.

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da Companhia.

Atualmente a Companhia não possui dívida em moeda estrangeira.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2006, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Numerário disponível, Aplicações financeiras, Títulos e valores mobiliários – o valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- As contas e títulos a receber de setores públicos, federais, estaduais e municipais (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$ 242.643 (2005, R\$ 236.635), líquido da provisão para crédito de liquidação duvidosa no consolidado. Não foi possível estimar os valores de mercado dos créditos vencidos, face às negociações em andamento que impossibilita a previsão dos prazos de recebimento.
- Os ativos e passivos regulatórios estão registrados conforme critérios definidos pela ANEEL.
- Valores contábeis dos empréstimos e financiamentos – Os valores de mercados foram calculados com base em taxas de mercado (BM&F) em vigor na data do balanço. Para os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projetos de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto à ELETROBRÁS e aos consumidores, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – continuação

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 são como segue:

	(Ativos) passivos			
	2006		2005	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Numerário disponível	(15.813)	(15.813)	(20.685)	(20.685)
Aplicações financeiras	-	-	(7.034)	(7.034)
Títulos e valores mobiliários	(6.647)	(6.647)	(3.693)	(3.693)
Empréstimos e financiamentos	232.094	239.069	225.235	225.033
Debêntures	187.311	187.311	190.183	190.183

Fatores de risco

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança e cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Vencimento Antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas nº 20 e 21).

Risco quanto a escassez de energia

A energia adquirida e vendida pela Companhia é basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento de custo na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS, não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

36. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas são como segue:

R\$ mil	Vigência	2007	2008	2009	2010	2011	Após 2011
Contrato de compra de energia	2007 a 2040	275.504	319.284	393.593	442.527	474.710	4.427.572

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço final do exercício. Esses montantes incluem contratos principalmente com a FURNAS, CESP, CHESF, CEMIG e TRACTEBEL nos montantes de R\$ 766.993, R\$ 444.712, R\$ 425.731, R\$ 421.962 e R\$ 385.074, respectivamente. A vigência desses contratos varia entre 1 e 30 anos. As taxas fixadas em tais contratos são determinadas de maneira a cobrir as despesas operacionais, bem como os custos de transmissão de energia às áreas de concessão.

37. PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes, e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o Plano de Benefícios Previdenciários a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (das patrocinadoras e dos participantes) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano. No plano previdenciário de Benefício Definido, eventuais insuficiências serão de corresponsabilidade da patrocinadora.

A partir de março de 1999, a FASERN passou a adotar novo plano de benefício previdenciário de Contribuição Definida, no qual encontram-se atualmente todos participantes ativos.

O plano contempla benefícios de risco com cobertura para invalidez e morte totalmente custeados pela patrocinadora, aos empregados ativos participantes do plano. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, pagamento único. Por suas características, o plano previdenciário de contribuição definida não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da Patrocinadora COSERN para o plano de Contribuição Definida corresponde a 6,35% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 4,32% correspondem à contribuição normal (igual a dos participantes), 0,22% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% à cobertura das despesas administrativas da FASERN.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

37. PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS – continuação

A partir de janeiro de 2005, em virtude da utilização de parte do Superávit Técnico, registrado como Reserva para Ajuste do Plano, para eliminar as contribuições dos Assistidos e do Patrocinador, a COSERN foi dispensada do recolhimento dos valores pertinentes a Reserva a Constituir do Plano de Benefício Definido.

A partir de junho de 2005, com a aposentadoria do último participante ativo do Plano de Benefício Definido, a COSERN deixou de efetuar qualquer contribuição para este Plano.

As contribuições pagas ou provisionadas durante o exercício foram as seguintes:

	FASERN	
	2006	2005
Plano de Benefício Definido		
Custo do imobilizado em curso	-	88
Despesas operacionais	718	1.135
Total	718	1.223

Deliberação CVM nº 371 – Contabilização dos Planos de Pensão

Na avaliação atuarial do plano de benefício definido foi adotado o método do crédito unitário projetado, conforme facultado pela Interpretação Técnica do IBRACON nº 01/01, referendada pela CVM através do Ofício Circular CVM/SEP/SNC/ nº 01/2002.

O parecer atuarial da FASERN, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira da fundação, em 31 de dezembro de 2006 e 2005 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371/00:

	FASERN	
	2006	2005
Plano de Benefícios Definido		
Valor presente das obrigações atuariais com direitos já vencidos	(50.568)	(50.360)
Obrigação atuarial total com o plano	(50.568)	(50.360)
Valor justo dos ativos do plano	75.690	69.567
Valor presente das obrigações atuariais líquidas	25.122	19.207
Passivo / (Ativo) líquido no balanço patrimonial	(17.553)	(9.040)
Valor do custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço	7.569	10.167
Perdas atuariais não reconhecidas	7.569	10.167
Limite do "corredor" para reconhecimento no resultado	7.569	6.957

Os superávits apresentados no plano previdenciário de benefício definido da FASERN minimizam o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A realização e registro contábil dos superávits não têm previsão na legislação atual.

	FASERN	
	2006	2005
Custo esperado do Plano Previdenciário de Benefício Definido		
Juros sobre a obrigação atuarial	4.952	4.936
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(7.525)	(6.903)
Custos de amortizações	-	(166)
Custo esperado estimado para o ano de 2007/2006	(2.573)	(2.133)

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

37. PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS – continuação

Principais premissas atuariais	FASERN	
	2006	2005
Taxa de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,24%	10,24%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	10,24%	10,24%
Índice estimado de aumentos salariais futuros	N/A	6,08%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%
Fator de capacidade benefício/salário	98,00%	98,00%
Tábua geral de mortalidade	AT-83	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	AT-49
Tábua de entrada de invalidez	N/A	LIGHT-MÉDIA

38. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia, está demonstrada a seguir:

Riscos (1)	Data da vigência	Importância Segurada	Prêmio
Automóveis	31/12/05 a 31/12/2006	Mercado – Tabela FIPE	20
Riscos nomeados – Subestações e Usinas	31/12/05 a 31/12/2006	81.765	129
Riscos nomeados – Imóveis próprios e locados	31/12/05 a 31/12/2006	38.658	47
Responsabilidade Civil Geral – RC Operações	31/12/05 a 31/12/2006	LMI de 2.000	93

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Os seguros da Companhia são contratados conforme a respectiva política de gerenciamento de riscos e seguro vigente.

Automóveis – pelas apólices contratadas estão cobertos os principais automóveis da Companhia com cobertura de casco, responsabilidade civil facultativa – veículos (RCF-V), acidentes pessoais de passageiros (APP), quebra de vidros, assistência 24 Horas, e carro reserva durante 07(sete) dias corridos em caso de sinistro ou roubo.

Riscos nomeados – subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Têm cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra danos elétricos.

Riscos nomeados – imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros) e almoxarifados - com respectivos conteúdos, cobertura securitária básica de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia. O limite máximo a indenizar por contratação (anual) é de R\$ 2.000; com limite agregado de 50% atinge-se R\$ 3.000.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

39. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE – NÃO AUDITADA

A composição do resultado da COSERN segregado por atividade é a seguinte:

	Nota	Distribuição/ Comercialização	Não Vinculados à Concessão	Total
Fornecimento de energia elétrica	29	919.841	-	919.841
Suprimento de energia elétrica - CCEE	29	2.729	-	2.729
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	29	41.069	-	41.069
Subvenção à baixa renda (tarifa social)	29	36.357	-	36.357
Reversão da recomposição tarifária do racionamento	9 e 29	(28.911)	-	(28.911)
Reversão da energia livre racionamento	29	(6.980)	-	(6.980)
Receita (reversão) revisão tarifária	29	(274)	-	(274)
Encargos - CCEE	29	129	-	129
Outras receitas operacionais	29	6.603	-	6.603
Receita operacional		970.563	-	970.563
ICMS		(167.830)	-	(167.830)
PIS		(18.155)	-	(18.155)
COFINS		(80.390)	-	(80.390)
ISS		(224)	-	(224)
Quota para reserva global de reversão - RGR		(6.294)	-	(6.294)
Encargos CCEE		(145)	-	(145)
Outros		(394)	-	(394)
Deduções da receita operacional		(273.432)	-	(273.432)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		697.131	-	697.131
Custo do serviço de energia elétrica		(410.625)	-	(410.625)
Custo com energia elétrica		(272.639)	-	(272.639)
Energia elétrica comprada para revenda	31	(227.360)	-	(205.993)
Encargos de uso do sistema de transmissão	31	(45.279)	-	(57.692)
Custo de operação		(137.986)	-	(137.986)
Pessoal	31	(19.437)	-	(19.437)
Entidade de previdência privada	31	(522)	-	(522)
Material	31	(5.023)	-	(5.023)
Serviços de terceiros	31	(17.183)	-	(17.183)
Subvenção - conta consumo de combustível - CCC	31	(48.450)	-	(48.450)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	31	(6.506)	-	(6.506)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	31	(1.831)	-	(1.831)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	31	(2.587)	-	(2.587)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	31	(1.050)	-	(1.050)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	31	(2.100)	-	(2.100)
Programa de Eficiência Energética - FEE	31	(1.974)	-	(1.974)
Depreciação e amortização	31	(30.321)	-	(30.321)
Arrendamentos e aluguéis	31	(27)	-	(27)
Tributos	31	(195)	-	(195)
Outros custos	31	(780)	-	(780)
Custo de serviço prestado a terceiros		(1.337)	-	(1.337)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		285.189	-	285.189

- continua -

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL **Divulgação Externa**
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE **08.324.196/0001-81**

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- continuação -

	Nota	Distribuição/ Comercialização	Não Vinculados à Concessão	Total
Despesas operacionais		(78.131)	-	(78.131)
Despesas com vendas	31	(32.308)	-	(32.308)
Despesas gerais e administrativas	31	(45.823)	-	(45.823)
Resultado do serviço		207.038	-	207.038
Resultado financeiro		(7.053)	-	(7.053)
Receita		80.098	-	80.098
Renda de aplicações financeiras		2.415	-	2.415
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia		28.326	-	28.326
Remuneração financeira ativos regulatórios		36.287	-	36.287
Variação monetária		12.624	-	12.624
Outras receitas financeiras		446	-	446
Despesa		(87.151)	-	(87.151)
Encargos de dívida (líquido de R\$ xxx transferido para custo obra - nota 18)		(58.279)	-	(58.279)
Remuneração financeira passivos regulatórios		(15.544)	-	(15.544)
Variação monetária		(7.166)	-	(7.166)
Outras despesas financeiras		(6.162)	-	(6.162)
Juros sobre o capital próprio		(34.900)	-	(34.900)
RESULTADO OPERACIONAL		165.085	-	165.085
Receita não operacional		1.709	-	1.709
Despesa não operacional		(1.199)	-	(1.199)
Resultado não operacional	32	510	-	510
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		165.595	-	165.595
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(37.381)	-	(37.381)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(11.902)	-	(11.902)
Amortização ágio e reversão PMIPL			(9.864)	(9.864)
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		116.312	(9.864)	106.448
Reversão dos juros sobre o capital próprio		34.900	-	34.900
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		151.212	(9.864)	141.348
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - R\$				0,84

As receitas e despesas vinculadas às atividades de produção, transmissão e distribuição são alocadas diretamente às unidades operativas, e as vinculadas à administração central são alocadas às unidades administrativas. As despesas remanescentes com administração central, após o rateio de administração geral às ordens em curso, são alocadas às atividades operativas proporcionalmente aos saldos das contas. As receitas e despesas com participações societárias são alocadas aos investimentos atípicos à concessão. Esse procedimento está em conformidade com o que determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, estabelecido pela Resolução ANEEL 001/97.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

40. INFORMAÇÃO ADICIONAL (Fluxo de Caixa, DVA e Balanço Social)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

(Valores expressos em milhares de reais)

	2.006	2.005
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Lucro líquido do exercício	141.348	116.733
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	32.769	35.039
Ativos Regulatórios	35.375	56.539
Passivos Regulatórios	(2.382)	(1.930)
Variações monetárias e juros, líquidas - Curto e Longo Prazo	27.564	30.270
Valor residual do ativo permanente bakado	1.796	813
Tributos e contribuições sociais diferidos	14.308	15.045
Provisão (reversão) para contingências fiscais, civis e trabalhistas	(3.495)	1.583
Provisão (reversão) para ajuste do valor de realização da RTE	1.796	(5.639)
Reserva de incentivo fiscal - ADENE	25.757	12.837
TOTAL	274.836	261.290
(Aumento) redução de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	4.373	(19.946)
Títulos a receber	3.153	(8.438)
Depósitos judiciais	(1.411)	(549)
Tributos e contribuições sociais	(11.033)	(2.693)
Tributos e contribuições sociais diferidos	(577)	(6.515)
Títulos e valores mobiliários	(2.486)	(591)
Serviços em curso	(2.110)	52
Despesas pagas antecipadamente	9.797	(3.187)
Estoque	(1.017)	542
Outros créditos	(1.379)	363
TOTAL	(2.690)	(40.962)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	4.359	(3.532)
Folha de pagamento	416	532
Encargos de empréstimos e debêntures	(31.486)	(90.173)
Taxas regulamentares	10.122	5.046
Tributos e contribuições sociais	940	5.420
Tributos e contribuições diferidos	7.104	11.672
Programa Recuperação Fiscal - REFS	-	(590)
Obrigações estimadas	7.660	2.424
Provisão para contingências	(188)	(6.413)
Adiantamentos recebidos	364	395
Coligadas e controladora	(235)	(900)
Outras contas a pagar	7.998	(214)
TOTAL	7.054	(76.333)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES	279.200	143.995

- continua -

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- continuação -

	2.006	2.005
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos obtidos	34.014	49.062
Debêntures emitidas	-	179.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(56.215)	(120.490)
Pagamentos de debêntures	-	(120.000)
Pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos	(166.006)	(69.745)
Obrigações vinculadas	32.856	18.205
TOTAL	(155.351)	(63.968)
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	123.849	80.027
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aplicações no investimento	(250)	(770)
Aplicações no imobilizado	(135.505)	(55.358)
	(135.755)	(56.128)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(11.906)	23.899
Caixa e equivalentes no início do exercício	27.719	3.820
Caixa e equivalentes no final do exercício	15.813	27.719
TOTAL DOS EFEITOS DE CAIXA	(11.906)	23.899
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES		
Juros Pagos	56.791	90.173
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	4.868
TOTAL	56.791	95.041
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM CAIXA:		
Juros capitalizados	503	443

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

(Valores expressos em milhares de reais)

	2006	2005
RECEITAS		
Vendas de energia e serviços	970.563	877.754
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(15.349)	(6.454)
Resultado não operacional	511	(2.295)
	<u>955.725</u>	<u>869.005</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica e uso da rede	(272.639)	(263.685)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(51.011)	(49.796)
	<u>(323.650)</u>	<u>(313.481)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>632.075</u>	<u>555.524</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	<u>(32.769)</u>	<u>(35.039)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>599.306</u>	<u>520.485</u>
VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO - Receitas financeiras	<u>80.098</u>	<u>79.030</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u><u>679.404</u></u>	<u><u>599.515</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e administradores		
Remunerações	19.126	18.687
Encargos sociais (exceto INSS)	2.010	1.760
Entidade de previdência privada	760	1.164
Auxílio alimentação	1.857	1.453
Incentivo à aposentadoria e PDV	648	354
Convênio assistencial e outros benefícios	14.960	9.543
Participação nos resultados	5.097	5.229
Custos imobilizados	(1.248)	(783)
Total	<u>43.210</u>	<u>37.407</u>
Governo		
INSS (sobre folha de pagamento)	7.074	6.253
ICMS	167.830	148.149
Imposto de renda e contribuição social	59.147	39.745
PIS e COFINS sobre faturamento	98.545	83.382
Obrigações intra-setoriais	71.332	78.591
Outros	3.558	3.097
Total	<u>407.486</u>	<u>359.217</u>
Financiamentos		
Juros e variações monetárias	79.192	87.283
Aluguéis	209	1.009
Outros	7.959	(2.134)
Total	<u>87.360</u>	<u>86.158</u>
Acionistas		
Juros sobre o capital próprio	34.900	41.500
Dividendos	100.933	69.397
Reserva legal	5.515	5.836
Total	<u>141.348</u>	<u>116.733</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	<u><u>679.404</u></u>	<u><u>599.515</u></u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL **Divulgação Externa**
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE **08.324.196/0001-81**

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇOS SOCIAIS DA CONTROLADORA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

1 - BASE DE CÁLCULO

	2006	2005
	R\$ mil	R\$ mil
		(Reclassificado)
Receita Líquida (RL)	697.131	619.665
Resultado Operacional (RO)	165.085	117.273
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	32.900	32.624
Valor Adicionado Total (VAT)	679.404	599.616

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	2.415	7,34	0,35	0,36	2.294	6,99	0,37	0,38
Encargos sociais computadores	10.251	31,16	1,47	1,51	8.864	27,00	1,43	1,48
Previdência privada	896	2,12	0,10	0,10	1.466	4,47	0,24	0,24
Saúde	1.335	4,06	0,19	0,20	1.307	3,98	0,21	0,22
Segurança e saúde no trabalho	2.064	6,33	0,30	0,31	877	2,67	0,14	0,15
Educação	227	0,69	0,03	0,03	207	0,63	0,03	0,03
Cultura	12	0,04	0,00	0,00	11	0,03	0,00	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	663	1,71	0,08	0,08	279	0,86	0,05	0,05
Creches ou auxílio creche	44	0,13	0,01	0,01	28	0,09	0,00	0,00
Esporte	20	0,06	0,00	0,00	148	0,45	0,02	0,02
Participação nos lucros ou resultados	5.097	15,49	0,73	0,75	5.229	15,93	0,84	0,87
Transporte	382	1,16	0,05	0,06	337	1,03	0,05	0,06
Outros	1.378	4,19	0,20	0,20	1.305	3,98	0,21	0,22
Total - Indicadores sociais internos	24.904	74,48	3,51	3,51	22.352	68,10	3,51	3,73

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS (1)

	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	82	0,05	0,01	0,01	30	0,03	0,00	0,01
Treinamento nas Comunidades	80	0,05	0,01	0,01	30	0,03	0,00	0,01
Projeto Brasil Alfabetizado	2	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Cultura	1.964	1,19	0,28	0,29	2.049	1,75	0,33	0,34
Projetos Lei Câmara Cascudo	1.671	1,01	0,24	0,25	1.625	1,30	0,25	0,25
Patrocínios diretos	43	0,03	0,01	0,01	253	0,22	0,04	0,04
Projetos Lei Rouanet	-	0,00	0,00	0,00	271	0,23	0,04	0,05
Projetos Lei Audiovisual	250	0,15	0,04	0,04	-	0,00	0,00	0,00
Saúde e Saneamento	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Esporte	4	0,00	0,00	0,00	2	0,00	0,00	0,00
Combate a fome e segurança alimentar	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Fundo de Desenvolvimento Social	71.068	43,04	10,19	10,46	39.378	33,58	6,35	6,57
Luz para Todos	61.101	37,01	8,76	8,99	31.213	26,62	5,04	5,21
Universalização	9.740	5,90	1,40	1,43	7.954	6,78	1,28	1,33
Doação Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	50	0,03	0,01	0,01	80	0,07	0,01	0,01
Programa TEMPO - Navei Voluntários	18	0,01	0,00	0,00	18	0,02	0,00	0,00
Caminhos da Justiça	3	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Programa Inclusão Digital - Diversos	46	0,03	0,01	0,01	53	0,05	0,01	0,01
Parceria Casa do Menor Trabalhador	100	0,06	0,01	0,01	60	0,05	0,01	0,01
Comunidade	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Total das Contribuições para a Sociedade	73.108	44,29	10,49	10,76	41.469	35,35	6,69	6,92
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	330.792	200,38	47,45	48,69	276.809	235,04	44,67	46,17
Total - Indicadores sociais externos	403.900	244,66	57,94	59,45	318.268	271,39	51,36	53,09

% sobre % sobre % sobre % sobre % sobre % sobre

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL **Divulgação Externa**
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

	2006	2005
Nº de empregados(as) ao final do período	709	683
Nº de admissões durante o período	53	54
Nº de desligamentos durante o período	27	23
Nº de empregados(as) terceirizados (1)	1.763	946
Nº de estagiários(as) (1)	53	66
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:		
menores de 18 anos	0	0
de 18 a 35 anos	208	180
de 36 a 45 anos	246	283
de 46 a 60 anos	253	219
acima de 60 anos	2	1
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:		
analfabetos	0	0
com ensino fundamental	58	53
com ensino médio	322	309
com ensino técnico	111	112
com ensino superior	191	182
pos-graduados	27	27
Nº de empregados por sexo:		
homens	523	510
mulheres	186	173
% de cargos de chefia por sexo:		
homens	82%	81%
mulheres	16%	19%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	480	481
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	66%	69%
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (1)	28	27
Remuneração bruta segregada por:		
Empregados	32.150	26.760
Administradores	750	764

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL (1)

	2006	Metas 2007
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	23%	23%
Nº total de acidentes de trabalho	64	64
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção e gerências (X) todos os empregados	() direção e gerências (X) todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências (X) todos os empregados	() direção e gerências (X) todos os empregados
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção e gerências (X) todos os empregados	() direção e gerências (X) todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências (X) todos os empregados	() direção e gerências (X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados (X) são sugeridos () são exigidos	() não são considerados (X) são sugeridos () são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve (X) apoia () organiza e incentiva	() não se envolve (X) apoia () organiza e incentiva
Contencioso Cível:		
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as) na empresa	339.073	356.000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2006
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	11
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	12
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005	13
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004	14
09	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	15
10	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	17
11	01	NOTAS EXPLICATIVAS	33/93

-
- DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2005, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Mermoz, 150		2 - BAIRRO OU DISTRITO Baldo	
3 - CEP 59025-250	4 - MUNICÍPIO Natal		5 - UF RN
6 - DDD 084	7 - TELEFONE 215-6104	8 - TELEFONE 215-6105	9 - TELEFONE 215-6100
10 - TELEX			
11 - DDD 084	12 - FAX 215-6242	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL cosern@cosern.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Erik da Costa Breyer			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Mermoz, 150		3 - BAIRRO OU DISTRITO Baldo	
4 - CEP 59025-250	5 - MUNICÍPIO Natal		6 - UF RN
7 - DDD 084	8 - TELEFONE 3215-6104	9 - TELEFONE 3215-6105	10 - TELEFONE -
11 - TELEX			
12 - DDD 084	13 - FAX 3215-6370	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL ebreyer@cosern.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2005	31/12/2005
2 - Penúltimo	01/01/2004	31/12/2004
3 - Antepenúltimo	01/01/2003	31/12/2003
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu		5 - CÓDIGO CVM 00385-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO José Luiz Santos Vaz Sampaio		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 399.500.505-53

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2005	2 31/12/2004	3 31/12/2003
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	129.746	129.746	129.746
2 - Preferenciais	38.328	38.328	38.328
3 - Total	168.074	168.074	168.074
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
112 - Energia elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Serviço Público de Energia Elétrica
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGT.	6 - ESPÉCIE	7 - VALOR DO PROVENTO P/AÇÃO
01	RCA	29/12/2005	Juros Sobre Capital Próprio	10/01/2006	ON	0,2414099000
02	RCA	29/12/2005	Juros Sobre Capital Próprio	10/01/2006	PNA	0,2655509000
03	RCA	29/12/2005	Juros Sobre Capital Próprio	10/01/2006	PNB	0,2655509000
04	PROPOSTA		Dividendo		ON	0,4036875000
05	PROPOSTA		Dividendo		PNA	0,4440563000
06	PROPOSTA		Dividendo		PNB	0,4440563000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
28/01/2006	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 - 31/12/2003
1	Ativo Total	1.206.514	1.158.883	1.232.706
1.01	Ativo Circulante	316.456	274.339	249.860
1.01.01	Disponibilidades	27.719	3.820	8.011
1.01.01.01	Numerário disponível	20.885	3.698	7.864
1.01.01.02	Aplicações financeiras	7.034	122	147
1.01.02	Créditos	288.549	269.788	241.233
1.01.02.01	Consumidores, concs. e permissionárias	167.116	142.473	152.998
1.01.02.02	Títulos a receber	29.660	24.571	58.737
1.01.02.03	(-) Prov. cré. de liquid. duvidosa-PCLD	(20.598)	(16.979)	(49.434)
1.01.02.04	Ativos regulatórios	49.542	58.984	31.449
1.01.02.05	Repasse de emp. e financiamentos	19	14	129
1.01.02.06	Serviços em curso	2.152	2.204	2.036
1.01.02.07	Títulos e valores mobiliários	741	612	1.005
1.01.02.10	Tributos e contrib. sociais a compensar	19.868	17.807	23.613
1.01.02.11	IR e CS diferidos	15.785	13.738	2.640
1.01.02.12	Benef. fiscal-ágio incorp. controladora	9.864	10.100	10.210
1.01.02.13	Despesas pagas antecipadamente	1.338	2.539	0
1.01.02.19	Outros créditos	13.062	13.725	7.850
1.01.03	Estoques	188	731	716
1.01.04	Outros	0	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	567.134	563.691	665.698
1.02.01	Créditos Diversos	567.134	563.691	538.404
1.02.01.01	Consumidores, concs. e permissionárias	17.583	17.474	18.890
1.02.01.02	Títulos a receber	181.580	161.490	84.585
1.02.01.03	Ativos regulatórios	166.937	168.451	175.552
1.02.01.04	Repasse de emp. e financiamentos	107	152	202
1.02.01.05	Depósitos judiciais	10.753	10.204	10.257
1.02.01.06	Títulos e valores mobiliários	2.962	2.500	0
1.02.01.07	Tributos e contrib. sociais a compensar	10.050	10.284	9.173
1.02.01.08	IR e CS diferidos	22.809	33.295	69.768
1.02.01.09	Benef. fiscal-ágio incorp. controladora	149.254	159.117	169.218
1.02.01.10	Bens e direitos destinados a alienação	9	9	44
1.02.01.11	Despesas pagas antecipadamente	4.029	0	0
1.02.01.19	Outros créditos	1.061	715	715
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	127.294
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	127.294
1.02.02.03.01	Contas a receber - Guaraniana	0	0	127.294
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	322.924	320.853	317.048

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 - 31/12/2003
1.03.01	Investimentos	780	10	10
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	780	10	10
1.03.02	Imobilizado	322.144	320.843	317.038
1.03.02.01	Imobilizado - líquido	322.144	320.843	317.038
1.03.03	Diferido	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 - 31/12/2003
2	Passivo Total	1.206.514	1.158.883	1.232.706
2.01	Passivo Circulante	283.461	272.300	447.924
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	31.347	66.145	271.415
2.01.02	Debêntures	11.183	8.760	0
2.01.02.01	Debêntures e encargos	11.183	8.760	0
2.01.03	Fornecedores	47.383	50.915	38.058
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	52.463	41.967	28.841
2.01.04.01	Tributos e contribuições sociais	25.085	21.152	15.736
2.01.04.02	Tributos e contrib. sociais diferidos	13.123	11.806	7.551
2.01.04.03	Taxas regulamentares	14.255	9.209	5.554
2.01.05	Dividendos a Pagar	110.207	69.921	58.157
2.01.05.01	Dividendos e juros sobre capital próprio	110.207	69.921	58.157
2.01.06	Provisões	519	13.609	17.951
2.01.06.01	Provisão para contingências	519	13.609	17.951
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	6
2.01.07.01	Coligada, controlada e controladora	0	0	6
2.01.08	Outros	30.359	20.983	33.496
2.01.08.01	Passivos regulatórios	12.792	7.358	8.625
2.01.08.02	Folha de pagamento	1.086	555	915
2.01.08.03	Entidade de previdência privada	0	0	1.536
2.01.08.05	Obrigações estimadas	9.785	7.361	15.397
2.01.08.06	Adiantamentos recebidos	1.713	1.317	287
2.01.08.07	Consumidores - devolução baixa renda	277	281	601
2.01.08.19	Outras contas a pagar	4.706	4.111	6.135
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	478.702	460.905	283.773
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	193.888	250.766	179.889
2.02.02	Debêntures	179.000	113.200	0
2.02.03	Provisões	24.281	14.317	14.153
2.02.03.01	Provisão para contingências	24.281	14.317	14.153
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	236	1.133	1.139
2.02.04.01	Coligada e controladora	236	1.133	1.139
2.02.05	Outros	81.297	81.489	88.592
2.02.05.01	Passivos regulatórios	28.386	28.763	31.697
2.02.05.02	Tributos e contribuições sociais	1.488	1.483	1.483
2.02.05.03	Tributos e contrib. sociais diferidos	50.277	50.132	53.917
2.02.05.19	Outras contas a pagar	1.146	1.111	1.485
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	444.351	425.678	501.009
2.05.01	Capital Social Realizado	179.787	140.413	140.413
2.05.02	Reservas de Capital	203.618	230.155	228.362
2.05.02.01	Res. Esp. de Capital	203.618	230.155	228.362

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 - 31/12/2003
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	80.946	55.110	132.234
2.05.04.01	Legal	30.442	24.606	18.962
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	30.504	30.504	113.272
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/12/2005	4 - 01/01/2004 a 31/12/2004	5 - 01/01/2003 a 31/12/2003
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	877.754	748.048	609.925
3.01.01	Fornecimento de energia elétrica	833.200	696.540	582.166
3.01.02	Suprimento de energia elétrica - CCEE	2.259	8.698	146
3.01.03	Disponibilização sistema de distribuição	19.703	6.704	493
3.01.04	Subvenção à baixa renda (tarifa social)	34.061	24.487	23.357
3.01.05	Reversão rec recomp tarif racionamento	(27.588)	(24.548)	(20.628)
3.01.06	Reversão rec energ livre racionamento	(6.684)	(5.884)	(4.159)
3.01.07	Receita recomp rev tarif racionamento	(3.377)	3.651	0
3.01.08	Encargos CBEE	19.856	28.267	20.556
3.01.19	Outras receitas operacionais	6.322	10.133	7.994
3.02	Deduções da Receita Bruta	(258.099)	(204.331)	(142.368)
3.02.01	ICMS	(148.149)	(115.706)	(94.540)
3.02.02	PIS	(16.001)	(8.818)	(3.452)
3.02.03	COFINS	(67.381)	(45.229)	(17.704)
3.02.04	ISS	(200)	(92)	(32)
3.02.05	Quota p/ reserva global de reversão-RGR	(6.388)	(6.219)	(6.084)
3.02.06	Encargos CBEE	(19.980)	(28.267)	(20.556)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	619.655	543.717	467.557
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(386.289)	(340.068)	(285.713)
3.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	(205.993)	(195.433)	(173.033)
3.04.02	Encargos de uso sistema de transmissão	(57.692)	(50.441)	(33.672)
3.04.04	Pessoal	(17.211)	(19.378)	(13.203)
3.04.05	Entidade de previdência privada	(425)	(650)	(513)
3.04.06	Material	(4.544)	(4.274)	(3.633)
3.04.07	Serviços de terceiros	(13.044)	(12.373)	(10.518)
3.04.08	Subvenção-conta cons. combustivel - CCC	(36.040)	(20.222)	(16.365)
3.04.09	Conta de desenvolvimento energético-CDE	(5.619)	(4.294)	(2.130)
3.04.10	Taxa de fisc serv energ elétrica - TFSEE	(1.627)	(1.207)	(920)
3.04.11	Depreciação e amortização	(31.474)	(30.145)	(28.490)
3.04.12	Arrendamentos e aluguéis	(48)	(9)	(54)
3.04.13	Tributos	(164)	(162)	(212)
3.04.19	Outros custos	(9.768)	(960)	(547)
3.04.20	Custo do serviço prestado a terceiros	(2.640)	(520)	(2.423)
3.05	Resultado Bruto	233.366	203.649	181.844
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(116.093)	(92.632)	(118.335)
3.06.01	Com Vendas	(24.046)	4.106	(48.489)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(44.428)	(36.757)	(38.390)
3.06.03	Financeiras	(47.619)	(59.981)	(31.456)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	79.030	104.660	182.793
3.06.03.01.01	Renda de aplicações financeiras	1.176	220	467
3.06.03.01.02	Jrs, comissões e ac morat energ vendida	25.391	26.740	14.745

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/12/2005	4 - 01/01/2004 a 31/12/2004	5 - 01/01/2003 a 31/12/2003
3.06.03.01.03	Rem financeira ativos regulatórios	39.954	39.146	45.736
3.06.03.01.04	Variação monetária	15.192	18.096	46.402
3.06.03.01.05	Variação cambial	0	12.462	67.002
3.06.03.01.06	Operações Swap	0	8.829	11.119
3.06.03.01.19	Outras receitas financeiras	(2.683)	(833)	(2.678)
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(126.649)	(164.641)	(214.249)
3.06.03.02.01	Encargos de dívida	(74.991)	(61.079)	(78.962)
3.06.03.02.02	Rem financeira passivos regulatórios	(6.962)	(7.229)	(7.981)
3.06.03.02.03	Variação monetária	(5.330)	(6.508)	360
3.06.03.02.04	Variação cambial	0	(14.472)	(22.968)
3.06.03.02.05	Operações Swap	0	(13.464)	(73.202)
3.06.03.02.06	Juros sobre capital próprio	(41.500)	(45.000)	(16.271)
3.06.03.02.19	Outras despesas financeiras	2.134	(16.889)	(15.225)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	117.273	111.017	63.509
3.08	Resultado Não Operacional	(2.295)	(11.667)	(1.043)
3.08.01	Receitas	18	85	803
3.08.02	Despesas	(2.313)	(11.752)	(1.846)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	114.978	99.350	62.466
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(11.742)	2.969	(7.675)
3.10.01	IR e Contribuição Social - corrente	(11.742)	2.969	(7.675)
3.11	IR Diferido	(28.003)	(34.446)	(13.237)
3.11.01	IR e Contribuição Social - diferido	(17.903)	(24.236)	(3.113)
3.11.02	Amortização ágio e reversão PMIPL	(10.100)	(10.210)	(10.124)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	41.500	45.000	16.271
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	116.733	112.873	57.825
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	168.074	168.074	168.074
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,69453	0,67157	0,34404
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/12/2005	4 - 01/01/2004 a 31/12/2004	5 - 01/01/2003 a 31/12/2003
4.01	Origens	541.875	522.606	323.505
4.01.01	Das Operações	131.832	171.829	31.910
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	116.733	112.873	57.825
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	15.099	58.956	(25.915)
4.01.01.02.01	Depreciação e amortização	35.039	34.485	32.180
4.01.01.02.02	Amortização do ágio e reversão PMIPL	10.100	10.210	10.124
4.01.01.02.03	Amortização do diferido	0	0	42
4.01.01.02.04	Var. mon. camb e jrs do LP líquidas	(42.996)	(40.128)	(91.630)
4.01.01.02.05	Valor residual ativo permanente baixado	813	12.618	1.373
4.01.01.02.06	Provisão (rev) ajuste vlr. realiz. RTE	(5.639)	9.384	10.602
4.01.01.02.07	IR e CS diferidos	4.945	30.595	9.289
4.01.01.02.08	Reserva de incentivo fiscal - ADENE	12.837	1.792	2.105
4.01.02	Dos Acionistas	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	410.043	350.777	291.595
4.01.03.01	Alienação de investimentos-Termoapu S.A.	0	0	182.378
4.01.03.02	Aumento em empréstimos e financiamentos	28.562	92.123	0
4.01.03.03	Aumento em debêntures	179.000	120.000	0
4.01.03.04	Obrigações vinculadas	18.205	8.603	14.544
4.01.03.05	Aumento do passivo não circulante - outros	91.111	35.357	5.069
4.01.03.06	Transf. do RLP p/ o ativo circulante	93.165	86.662	89.604
4.01.03.07	Diminuição do RLP	0	8.032	0
4.02	Aplicações	510.919	322.604	491.939
4.02.01	No ativo realizável a longo prazo	61.858	0	207.974
4.02.02	No investimento	770	0	0
4.02.03	No imobilizado	55.358	59.511	53.631
4.02.04	Transf. passivo não circ. p/ passivo circ.	226.370	62.282	175.400
4.02.05	Diminuição do passivo não circulante	55.666	10.815	0
4.02.06	Juros sobre o capital próprio	41.500	45.000	16.271
4.02.07	Dividendos declarados prov. LL exercício	69.397	62.229	38.663
4.02.08	Dividendos declarados prov. da res. lucro	0	82.767	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	30.956	200.002	(188.434)
4.04	Variação do Ativo Circulante	42.117	24.379	(89.058)
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	274.339	249.960	339.018
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	316.456	274.339	249.960
4.05	Variação do Passivo Circulante	11.161	(175.623)	79.376
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	272.300	447.923	368.547
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	283.461	272.300	447.923

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
 Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	140.413	230.155	0	55.110	0	425.678
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	39.374	(39.374)	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	118.733	118.733
5.07	Destinações	0	0	0	5.836	(118.733)	(110.897)
5.07.01	Reserva legal	0	0	0	5.836	(5.836)	0
5.07.02	Juros sobre o capital próprio	0	0	0	0	(41.500)	(41.500)
5.07.03	Dividendos propostos	0	0	0	0	(68.387)	(68.387)
5.08	Outros	0	12.837	0	0	0	12.837
5.08.01	Redução do imposto de renda	0	12.837	0	0	0	12.837
5.09	Saldo Final	179.787	203.618	0	60.946	0	444.351

Divulgação Externa
Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Serviço Público Federal
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	140.413	228.363	0	132.233	0	501.009
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	(82.767)	82.767	0
5.04.01	Transferência	0	0	0	(82.767)	82.767	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	112.873	112.873
5.07	Destinações	0	0	0	5.644	(189.640)	(189.996)
5.07.01	Reserva legal	0	0	0	5.644	(5.644)	0
5.07.02	Dividendos propostos	0	0	0	0	(82.229)	(82.229)
5.07.03	Dividendos a partir da reserva de lucros	0	0	0	0	(82.767)	(82.767)
5.07.04	Juros sobre capital próprio	0	0	0	0	(45.000)	(45.000)
5.08	Outros	0	1.792	0	0	0	1.792
5.08.01	Redução do imposto de renda	0	1.792	0	0	0	1.792
5.09	Saldo Final	140.413	230.155	0	55.110	0	425.678

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
 Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALUAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	140.413	228.258	0	129.342	0	498.013
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	57.825	57.825
5.07	Destinações	0	0	0	2.891	(57.825)	(54.934)
5.07.01	Reserva legal	0	0	0	2.891	(2.891)	0
5.07.02	Dividendos provisionados	0	0	0	0	(38.663)	(38.663)
5.07.03	Juros sobre capital próprio	0	0	0	0	(16.271)	(16.271)
5.08	Outros	0	2.105	0	0	0	2.105
5.08.01	Redução do imposto de renda	0	2.105	0	0	0	2.105
5.09	Saldo Final	140.413	228.368	0	132.233	0	501.009

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Srs. Acionistas, Conselheiros e Diretores da
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN
Natal - RN

1. Examinamos o balanço patrimonial da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN** (“Companhia”) levantado em 31 de dezembro de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN** em 31 de dezembro de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 29 às demonstrações contábeis, a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 103, de 18 de abril de 2005, fixou em 19,58% o índice médio de reajuste tarifário da **COSERN**, para o ano de 2005, sendo 15,02% para os consumidores atendidos em baixa tensão (residenciais e outros) e entre 27,41% e 22,09% para os consumidores de alta tensão (industriais e comerciais de médio e grande portes), vigente a partir de 22 de abril de 2005. Em 02 de junho de 2005, foi expedido o mandado de intimação nº 002.000672-2/2005, em caráter de liminar, que suspende os efeitos da Resolução Homologatória ANEEL nº 103 de 18 de abril de 2005, e determina a aplicação do reajuste anual de 11,1321% relativos à variação do IGP-M no período de abril de 2004 a março de 2005, aplicado de forma linear pela **COSERN** a partir de 6 de junho de 2005. Em 13 de junho de 2005, foi emitido um novo Mandado de Intimação de nº 0002.000696.8/2005, determinando que o índice de reajuste anual de 11,1321% fosse aplicado de forma proporcional o qual foi atendido pela Companhia. Em 14 de setembro de 2005, a Companhia voltou a praticar as tarifas homologadas pela ANEEL, devido a suspensão da antecipação de tutela, no entanto, ainda ficou impedida de cobrar os valores retroativos, no período de 6 de junho a 13 de setembro de 2005, em função da nova decisão da Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio Grande do Norte. Até 31 de dezembro de 2005, a Companhia contabilizou o

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

valor de R\$ 7.341 mil (R\$ 4.845 mil líquido de impostos), correspondente à diferença do reajuste de 19,58%, homologado pela ANEEL e o determinado em liminar, aplicável ao fornecimento de energia por entender que o julgamento do mérito será favorável à Companhia

5. Os assuntos regulatórios que impactam as demonstrações contábeis estão descritos nas notas explicativas nº 6 (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE), nº 9 (Ativos e Passivos Regulatórios).
6. Adicionalmente, examinamos as demonstrações do fluxo de caixa, do valor adicionado e o balanço social da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, aplicando os mesmos procedimentos descritos no parágrafo 2. Essas demonstrações, não são requeridas pela legislação societária brasileira e foram elaboradas para propiciar informações adicionais. Em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
7. As demonstrações contábeis, do fluxo de caixa, do valor adicionado e do balanço social, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, e nosso parecer datado de 17 de janeiro de 2005, continha parágrafos de ênfases sobre o resultado da primeira revisão tarifária periódica, em caráter provisório, na qual resultou em um reposicionamento tarifário de 11,49%, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 22 de abril de 2003, sendo posteriormente alterado, pela ANEEL, em 20 de abril de 2004, ainda em caráter provisório, para 14,54%. Em 18 de abril de 2005 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, homologou, através da resolução homologatória nº 101, o resultado final da primeira revisão tarifária periódica da Companhia, fixando o reposicionamento tarifário em 14,99% aplicável sobre as tarifas vigentes no período anterior à referida revisão e sobre o mesmo assunto mencionado no parágrafo 5.

Salvador, 17 de janeiro de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC - Nº 2SP 011.609/O-8

José Luiz dos Santos Vaz Sampaio
Sócio
CRC-BA Nº 015.640/O-3-S "RN"

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. CARTA DO PRESIDENTE

Senhores Acionistas:

Submetemos, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Empresa, com Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005.

O ano de 2005 foi marcado principalmente pela consolidação do novo modelo de gestão e governança da Neoenergia S.A., Empresa controladora da Cosern, estabelecendo a nova realidade ensejada por seus acionistas, principalmente quanto ao equacionamento financeiro, rentabilização dos ativos e preparação das bases para o seu crescimento contínuo e sustentável.

A Cosern encerrou o ano de 2005 com lucro líquido de R\$ 116,7 milhões, 3,45% superior ao apresentado em 2004, como resultado de ações bem sucedidas para a superação de desafios nas áreas comercial, operacional e financeira.

O mercado de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Norte cresceu 10,07% quando comparado a 2004, com o incremento de 37.550 novos somados a um reajuste tarifário em abril de 2005 de 19,58%, gerando um acréscimo na receita operacional líquida em 13,9% em relação ao ano anterior.

A arrecadação de R\$ 944,4 milhões apresentou melhora significativa em comparação a 2004, com crescimento de 23,90%. A relação arrecadação pelo faturamento foi de 98,96% em 2005, contra 97,32% em 2004.

A Empresa continuou acreditando na recuperação do setor, investindo R\$ 55,4 milhões na melhoria dos padrões de qualidade operacional e na capacidade de fornecimento da energia elétrica aos seus clientes, em projetos de grande cunho social como o programa de universalização, expandindo a rede e as ligações para um melhor atendimento da população do Rio Grande do Norte. Como resultado desses investimentos, a Cosern continuou a apresentar índices de qualidade técnica em patamares de excelência se comparados a empresas da Região Nordeste.

Durante o ano de 2005, a Cosern concluiu a reestruturação do seu passivo financeiro eliminando todo o seu endividamento financeiro de curto prazo. A Empresa aproveitou o momento favorável do mercado financeiro brasileiro e conseguiu uma boa redução do custo e também o alongamento do perfil de suas dívidas. Esta reestruturação se deu através da terceira oferta pública de emissão de debêntures não conversíveis em ações, em setembro de 2005, no valor de R\$ 179 milhões, com prazo de vencimento de cinco anos e com o custo de CDI mais 1,3% a.a, sem garantia de recebíveis.

Em 2005, a Cosern foi premiada como a “Melhor Distribuidora de Energia Elétrica da Região Nordeste” pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee e pela Revista Eletricidade Moderna. Foi também a primeira colocada no Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho, promovido pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte e no Prêmio Desempenho 2005, promovido pelo Instituto Miguel Calmon – Bahia, como a Maior e a Melhor Empresa do Rio Grande do Norte, no segmento Concessões Públicas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Na área social foram realizadas inúmeras ações tendo obtido a renovação do direito de utilização do Selo ABRINQ, como uma “Empresa Amiga da Criança” e foi classificada em terceiro lugar a nível nacional na categoria Responsabilidade Social no Prêmio Abradee 2005. A empresa continuou participando de inúmeros patrocínios culturais no Estado, recebendo, em junho de 2005, o troféu correspondente à “Empresa Privada Que Mais Investe na Cultura no Estado do RN” promovido pelo Diário de Natal. Também foram desenvolvidas diversas ações voltadas à preservação do meio ambiente, destacando a IV Semana Estadual do Meio Ambiente.

Para 2006 muitos serão os desafios. Dentre eles, destaca-se a continuidade do Programa Luz para Todos, em parceria com os Governos Estadual e Federal, não somente pelo desafio do cumprimento dos prazos para universalização, mas também pela manutenção dos patamares atuais de custeio proporcionalmente ao crescimento de sua base de clientes, neste caso, essencialmente de baixa renda. Sob o aspecto financeiro, as prioridades serão as captações de operações de financiamentos de longo prazo para realização dos investimentos em distribuição.

O compromisso da Cosern em atender a todos os seus consumidores com serviços de qualidade, com os menores preços possíveis e com justa remuneração para os acionistas, reafirma o nosso comprometimento com o desenvolvimento do Brasil, por meio da criação das condições de infraestrutura, com geração de empregos e renda, conjugados com a melhoria da qualidade de fornecimento e a universalização do atendimento.

Os resultados alcançados são consequência da união e do esforço de nossos quase 700 colaboradores e da confiança nas relações com nossos acionistas, Conselhos de Administração e Fiscal, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

RENATO SOBRAL PIRES CHAVES
Presidente do Conselho de Administração

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2. CONJUNTURA ECONÔMICA

O cenário político brasileiro em 2005, apesar da instabilidade observada durante todo o ano, não produziu medidas populistas do Governo na economia, fazendo com que a política econômica fosse mantida.

A política monetária de controle da inflação, através da alta taxa de juros, foi responsável pela deflação dos principais indicadores inflacionários em alguns meses do ano, apesar do aumento do volume do crédito para pessoas físicas. Isto permitiu ao Governo iniciar, a partir de setembro de 2005, o processo de redução da taxa básica de juros do País, que, entre outros benefícios, estimulou as atividades produtivas e o crescimento econômico.

O câmbio no ano de 2005 valorizou-se em relação ao dólar devido à política de exportação brasileira que atingiu expressivo crescimento. Este resultado restringiu um pouco o crescimento das exportações, mas não impediu o registro de um volume recorde de exportações em 2005.

O Estado do Rio Grande do Norte apresentou resultados satisfatórios, apesar de o cenário, por diversas vezes, ter sido desfavorável. Dólar em queda, juros altos e pesada carga tributária foram os obstáculos no caminho da indústria, comércio, serviços e agronegócios. Porém, o espírito empreendedor, as chegadas de novas políticas públicas e de investimentos em grandes negócios fizeram com que o Estado tivesse um desempenho considerado bom, encerrando 2005 com crescimento de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1 Revisão Tarifária

A Cosern passou pelo processo de Revisão Tarifária em abril de 2003 e, em abril de 2004, incorporou os aprimoramentos metodológicos ocorridos ao longo dos processos de outras concessionárias. No entanto, a Base de Remuneração Regulatória ainda não havia sido homologada pela ANEEL, de modo que o resultado da Revisão Tarifária Periódica permaneceu provisório.

A finalização do processo só ocorreu em 2005 quando a ANEEL, por meio da Resolução nº 101/05, homologou o resultado final da 1ª revisão tarifária da Cosern, aprovando o valor definitivo da Base de Remuneração Líquida que passou de R\$ 457,8 milhões, para R\$ 418,2 milhões, representando um decréscimo de R\$ 39,6 milhões. Na Empresa de Referência foi considerado um montante de R\$ 113,4 milhões a preços de abril de 2003.

Em consequência, o valor do Reposicionamento Tarifário de 2003, que estava provisoriamente estabelecido em 11,49%, passou para 14,99%. O resultado econômico foi ajustado já em abril de 2005, com realização financeira para o período de abril de 2005 até março de 2006.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3.2 Reajuste Tarifário

O Reajuste Tarifário Anual foi homologado em 22 de abril de 2005 por meio da Resolução Homologatória ANEEL 103/2005. O índice de Reajuste médio foi de 9,307%, que com a incorporação da Conta de Compensação da Parcela – CVA e outros Ativos Financeiros, como ajuste na Revisão Tarifária de 2003 e PIS e COFINS relativos ao período de dezembro de 2002 a março de 2004, totalizou um reajuste médio 19,58%. A partir de 1º de julho de 2005 estava prevista a retirada da alíquota de PIS/COFINS da composição das tarifas de fornecimento, de maneira que estes tributos passariam a ser cobrados de forma semelhante ao ICMS, fato que só ocorreu em 16 de setembro de 2005 com a suspensão da liminar contra o reajuste tarifário.

4. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

4.1 Evolução do Mercado de Distribuição de Energia

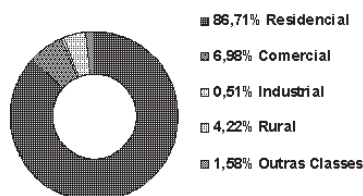
Em 2005 a energia injetada no sistema elétrico da Cosem atingiu a marca anual de 4.010.278 MWh representando um crescimento de 9,96% e ao mesmo tempo, o montante de energia entregue a consumidores livres e cativos foi equivalente a 3.514.730 MWh, representando um crescimento de 10,07% em relação a 2004. A diferença entre esses dois volumes de energia resultou numa diminuição total no processo de distribuição verificada em 2005 de 12,35%.

O mercado livre demandou a entrega de 351.535 MWh de energia durante 2005, representando um crescimento de 165,2 % em relação ao ano anterior.

4.2 Clientes

Em 2005, o número de clientes 875.279 apresentou um aumento de 4,48 % em relação ao ano anterior, o que significa um incremento de 37.550 novos clientes liquidados (53.098 novos clientes e 15.548 clientes baixados), sendo 28.076 residenciais, representando cerca de 103 e 77 novas ligações por dia, respectivamente. A classe rural contribuiu com um crescimento de 23,50%, fomentado pela implantação do programa Luz para Todos.

Participação dos Clientes por Classe (%)

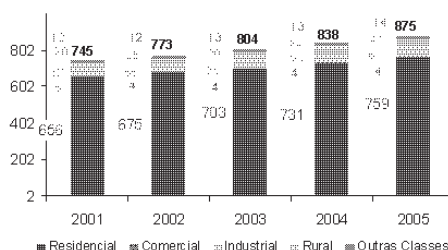


01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O número de clientes residenciais corresponde a 86,71% do total de clientes/contratos ativos, equivalente a 758.977 consumidores. De acordo com a Resolução ANEEL nº 485/2002, que estabeleceu novos critérios para classificação dos consumidores de baixa renda, 53,84% dos consumidores residenciais se enquadra nessa categoria.

Evolução do Número de Clientes (mil)



4.3 Comportamento do Mercado Cativo – Vendas de Energia

No atendimento ao mercado cativo, as compras de energia em 2005 na Cosern atingiram a marca 3.658.403 MWh, representando um crescimento de 4,09% em relação ao ano anterior, enquanto as vendas registraram a marca de 3.163.194 MWh faturados, representando crescimento de 3,35%. Ressaltando-se o grande desempenho da classe Comercial com aumento de 15,75% explicado pela entrada de novos consumidores. Seguido da classe Rural com 13,17%, devido ao grande desempenho da atividade de Irrigação. Já a classe Industrial registrou uma queda no consumo de 14,61%, em relação ao ano de 2004, justificada pela saída da unidade industrial Vicunha e das unidades da PETROBRÁS – Alto do Rodrigues e Canto do Amaro para o Mercado Livre.

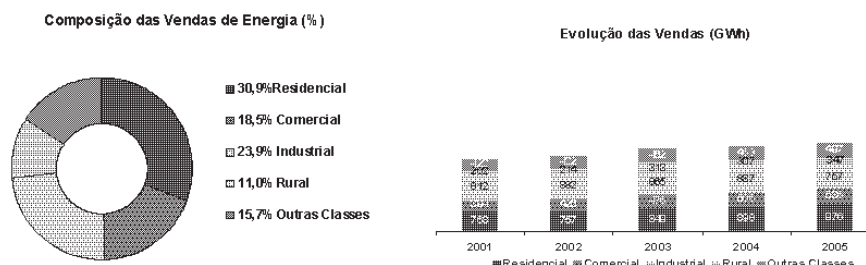
	Evolução das Vendas de Energia em Gwh					Variação %				
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005/2004	2005/2003	2005/2002	2005/2001
Residencial	887	768	757	849	898	976	8,71%	14,99%	28,93%	27,12%
Comercial	443	394	426	476	506	586	15,75%	23,15%	37,56%	48,52%
Industrial	843	812	882	865	887	757	-14,61%	-12,45%	-14,18%	-6,73%
Rural	147	202	214	313	307	347	13,17%	10,97%	61,99%	71,48%
Outras Classes	455	422	422	462	463	497	7,27%	7,58%	17,77%	17,85%
Total	2.774	2.598	2.701	2.964	3.060	3.163	3,35%	6,72%	17,09%	21,74%

Na classe Residencial, o consumo médio em 2005 foi de 107,21 kWh, contra 102,40 kWh em 2004 e 121,18 kWh em 2000, mostrando que os consumidores mantiveram o hábito de economizar energia após o racionamento.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Segue abaixo o consumo anual, por classe de consumo, para o período de 2001 a 2005, e detalhe da participação de consumo por classe no ano de 2005:



4.4 Compra de Energia

Dos 3.844 GWh de energia comprados em 2005, 62,03% foram oriundos dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs resultantes do 1º Leilão de Energia Existente, realizado em 7 de dezembro de 2004, com preço médio de R\$ 57,51, 26,61% através do contrato Inicial com a CHESF, com preço médio de R\$/MWh 60,11 e 11,05% através do contrato resultante do leilão realizado em 2002, com preço médio de 63,95 R\$/MWh.

Sob as regras do novo modelo do setor elétrico, delineado pelo Decreto 5.163/04, a Cosern adquiriu energia de diversas geradoras do País, no 2º e 4º Leilão de Energia de Empreendimentos Existentes, realizados em 02 de abril de 2005 e 11 de outubro de 2005, respectivamente. Foram adquiridos os seguintes produtos: 15,24 MW médios, a preço médio de R\$/MWh 83,13, para entrega no período entre 2008 e 2015 e 26,64 MW médios, a preço de R\$/MWh 94,91, para entrega no período entre 2009 e 2016.

Em 16 de dezembro de 2005, a Cosern participou do 1º Leilão de Compra de Energia Elétrica Provenientes de Novos Empreendimentos de Geração, onde adquiriu 14.423,25 GWh, distribuídos conforme tabela abaixo.

Produto	Energia Comprada (MW médio)	Preço Médio de Compra (R\$/MWh)
2008-H30	1,71	106,95
2008-T15	13,50	132,26
2009-H30	1,14	113,89
2009-T15	21,09	129,26
2010-H30	23,39	114,83
2010-T15	22,63	121,81

H30 - Produtos provenientes de geração hidráulica - duração de trinta anos.

T15 - Produtos provenientes de geração térmica - duração de quinze anos.

4.5 Perdas

Em 2005 o índice de perdas na distribuição foi de 12,35% em relação à energia injetada (carga própria mais mercado livre), correspondendo a 495.208 MWh e representando uma redução de 0,10 pontos percentuais em relação ao ano de 2004.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

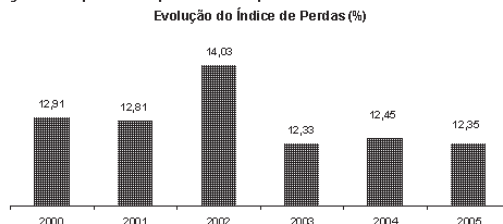
No ano de 2005 verificou-se um acréscimo de 9,96% na energia requerida, em relação ao ano de 2004. Em consequência do aumento da corrente elétrica nos condutores de energia, as perdas técnicas passaram de 7,96% no ano de 2004, para 8,60% no ano de 2005, o que corresponde a um incremento de 8,04%. Este incremento foi compensado pelas ações eficientes realizadas para diminuir as perdas comerciais, que atingiram o valor de 3,75%, o que representa uma redução de 16,48% em relação ao índice obtido no ano de 2004, que foi de 4,49%.

Em 2005 a Cosern realizou diversos investimentos que contribuíram para a redução das perdas técnicas. Dentre esses investimentos, é possível citar o recondutoramento da linha de transmissão Natal II – Centro, reforços no sistema de distribuição primário, como o recondutoramento de parte do alimentador da subestação Gangorra que atende à Praia de Tibau, substituição de fio de aço por condutores de alumínio, substituição de transformadores de distribuição com carregamento elevado, etc.

Essa redução de 16,48% nas perdas comerciais foi obtida graças à realização das ações planejadas e executadas por todos os órgãos envolvidos, com destaque para as seguintes ações:

- ▶ Melhoria do percentual de acerto das inspeções realizadas, fruto dos novos procedimentos de verificação prévia nas unidades consumidoras, atingindo um índice de 19,1% em 2005 que comparado com os 9,6% de 2004, proporcionou um incremento de 98,96% no índice de acerto;
- ▶ A energia recuperada em 2005, através dos planos de inspeção e fiscalização das unidades consumidoras, foi de 15.667 MWh, equivalente a R\$ 6,51 milhões. Este valor representa um acréscimo de 3.679 MWh (30,69%) em relação ao ano de 2004, o que demonstra que as ações implementadas foram eficazes;
- ▶ Foram instaladas 202 medições em circuitos de iluminação pública;
- ▶ Inspeção de 1.920 consumidores do Grupo A e a regularização de 2.554 ligações em áreas de gambiarra. Foram inspecionadas 41.809 unidades consumidoras do Grupo B, sendo 25.343 por turmas próprias e 16.466 através de turmas contratadas, confirmando que a manutenção de uma relação de parceria e confiança mútua com prestadores de serviços pode contribuir para a redução das perdas elétricas; e
- ▶ Melhoria na gestão dos processos comerciais de leitura e faturamento, onde foram implantados novos procedimentos para indicação de irregularidades e novos controles sobre as causas geradoras dos ajustes e retificação das faturas.

O gráfico a seguir demonstra a evolução das perdas nos últimos seis anos, confirmando a eficácia do modelo de redução de perdas praticado pela Cosern.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

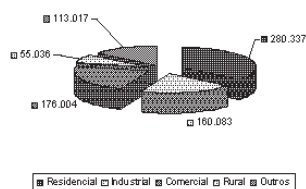
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

4.6 Faturamento

As operações comerciais de distribuição de energia registraram um faturamento líquido de R\$ 784,5 milhões, incluindo as transações com mercado cativo e mercado livre da Cosern, apresentando um crescimento de 34,29%, em relação ao ano de 2004.

Receita sem I/CMS por Classe (R\$ Mil)	2003	2004	2005
Residencial Normal	130.548	153.779	238.164
Residencial Baixa Renda	29.762	39.276	42.174
Residencial	160.310	193.055	280.337
Industrial	117.555	138.596	160.063
Comercial	99.372	120.316	176.004
Rural	37.487	38.590	55.036
Outros	73.432	93.657	113.017
Total	488.156	584.214	784.477
Total Receita Uso dos Sistemas Dist/Transm	323	6.704	19.467

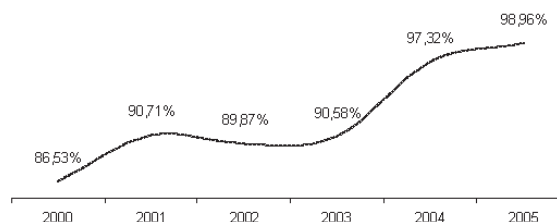
Receita Líquida por Classe de Consumidores - 2005



4.7 Arrecadação

Os resultados da arrecadação em relação aos valores faturados atingiram em 2005 o índice de 98,96% superando 2004 em 1,64%. A performance desse indicador foi positivamente afetada pela regularidade dos pagamentos do Setor Público que vinham com constantes atrasos nos anos anteriores.

Evolução Arrecadado / Faturado



Para assegurar a boa performance do processo de cobrança nos diversos segmentos, a COSERN manteve em execução um conjunto de medidas adotado a partir do segundo semestre de 2004 para aumentar a eficácia dos recebimentos de créditos, dentre as quais podemos destacar: a intensificação da suspensão de fornecimento no Setor Público; protesto de promissórias das dívidas públicas municipais, operação com duplicatas mercantis visando agilizar o processo de execução e protesto de créditos não recebidos, decorrentes do fornecimento de energia elétrica; e integração da consulta ao Cadastro da Receita Federal na realização dos planos de parcelamentos com os clientes inadimplentes.

No segmento do Poder Público Municipal, podemos destacar a ampliação nos convênios CIP que aumentaram sua abrangência de 30% em dezembro de 2004 para 42% em dezembro de 2005, ampliando a cobertura das despesas com iluminação pública nos municípios para 85%. Essa adesão tem sido estimulada pela ótima atuação da área jurídica na cassação às liminares que impedem a suspensão de fornecimento das prefeituras. Podemos considerar que em 2005 houve uma estabilização do contas a receber do Poder Público Municipal.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No âmbito estadual, destacamos a adimplência da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – Caern que firmou, em junho de 2005, convênio com a Cosern para melhorar a performance no uso da energia elétrica, o que contribuiu para melhorar a capacidade de pagamento.

A arrecadação bruta do ano de 2005 foi de R\$ 944,4 milhões, representando um aumento de 23,90% em relação ao ano de 2004 (R\$ 762,2 milhões). A geração de caixa em 2005 (arrecadação bruta menos tributos e despesas operacionais), foi de R\$ 223,1 milhões, ou 23,62% da arrecadação bruta.

5. INVESTIMENTO**5.1 Expansão e Reforma do Sistema Elétrico**

Em 2005 a Cosern investiu R\$ 55,36 milhões, sendo R\$ 35,84 milhões de recursos próprios e R\$ 19,52 milhões de recursos de terceiros e subvenções, que foram aplicados na melhoria da qualidade e da capacidade do fornecimento de energia elétrica aos seus clientes, conforme descrito a seguir:

Evolução dos Investimentos**R\$ Mil**

	2004	2005	Variação (%)
Obras de Distribuição	56.588	52.874	-6,6%
Obras de Comercialização	173	155	-10,4%
Obras de Administração	2.750	2.329	-15,3%
Total	59.511	55.358	-7,0%

No sistema de subtransmissão os investimentos foram destinados ao recondutoramento da linha de transmissão 69 kV Natal II – Centro, construção do circuito 2 da Linha de Transmissão 138 kV Açú II – Guamaré e da LT 69 kV Extremoz – Ceará Mirim. Com a entrada em operação dessas linhas, a COSERN passará a contar com 1.830 km de linhas em 69kV e 158,20 km de linhas em 138 kV, representando um acréscimo de 180 Km (10%) em relação ao ano de 2004.

Quanto às subestações, destacam-se investimentos realizados na construção da Subestação Pipa, com uma potência instalada de 12,5 MVA e três conexões de linhas em 13,8 kV, além da instalação de ventilação forçada na subestação Parnamirim.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No Programa de Distribuição os recursos foram aplicados no atendimento de novas ligações e expansão do sistema e R\$ 9,0 milhões em melhorias do sistema e aquisição de cinco equipamentos telecomandados para automatizar a rede de distribuição. Com isso, foram construídos 635 km de redes de média tensão (13,8 kV) e 456 km de redes de baixa tensão 380/220 volts, além da implantação de 15.516 postes.

No programa de Instalações Gerais foram realizados investimentos em sistemas de informática, ferramentas, veículos e patrimônio, com destaque para a renovação de parte da frota e dos computadores da Empresa, investimentos na rede corporativa e a continuidade da implantação do Sistema de Gestão de Rede - GEOREDE.

Em projetos especiais destaca-se o programa de universalização dos serviços de energia elétrica onde foram realizadas 58.846 novas ligações, sendo 37.931 ligações no meio urbano e 20.915 na área rural. O restante foi gasto na elaboração de normas e padrões, e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento. Esses projetos envolvem as áreas de estudos e planejamento, qualidade de energia, fontes alternativas, informática e comercial.

Principais Ativos Elétricos

Distribuição de Energia	2003	2004	2005	Variação (%)
Linhas de Transmissão 69 kV (Km)	1.807	1.807	1.830	1,3%
Linhas de Transmissão 138 kV (Km)	-	-	158	-
Subestações (Un)	51	52	53	1,9%
Transformadores de Força (Un)	67	67	69	3,0%
Potência Instalada (MVA)	888	888	913	2,8%
Linhas de Distribuição (Km)	30.306	30.995	32.086	3,5%
Transformadores de Distribuição (Un)	19.866	20.411	22.302	9,3%

5.2 Manutenção do Sistema Elétrico

Em 2005 a Cosem elaborou e executou um plano de manutenção preventiva do sistema elétrico visando à melhoria da qualidade da energia fornecida aos seus clientes, a manutenção de todos os seus ativos, e a significativa redução dos Índices de Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor - DEC e Frequência de Interrupções por Consumidor - FEC.

A Cosem, a cada ano, incorpora e aperfeiçoa novos procedimentos e técnicas de manutenção, que leva em consideração, entre outros, os seguintes aspectos: importância das linhas e equipamentos, periodicidade, carregamento, vida útil, número de operações de disjuntores e condições de isolamento de transformadores de potência.

5.3 Modernização da Infra-Estrutura

Entrada em operação de um novo módulo de gestão do sistema de redes, abrangendo as tarefas de registro e execução das reclamações através do teleatendimento e Centro de Operação e Informação - COI, respectivamente. Esse módulo já possui a parte gráfica da operação suportada em uma nova plataforma, permitindo mais agilidade na execução das manobras para normalização do sistema elétrico. As novas funcionalidades que foram introduzidas permitiram um atendimento mais eficiente às reclamações provenientes dos clientes e uma otimização nas tarefas de execução e resolução das mesmas.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

5.4 Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2005 finalizamos dois projetos de pesquisa e desenvolvimento, oriundos do ciclo 2003/2004 e iniciamos o desenvolvimento do programa do ciclo 2004/2005. Os projetos finalizados foram o de rede corporativa em tempo real, desenvolvido pelo Centro de Pesquisa de Energia Elétrica do Governo Federal - CEPEL e o de estimação de demanda em prédios de múltiplas unidades de consumo, feito em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. O Programa do ciclo 2004/2005, previsto para ser finalizado somente em maio de 2006, é composto por cinco projetos que estão sendo desenvolvidos em parceria com a UFRN, Núcleo de Estudos e Pesquisa do Nordeste - NEPEN, Centro de Pesquisas e Desenvolvimento de Telecomunicações - CPqD e com o Instituto LACTEC.

5.5 Eletrificação Rural e Universalização

No âmbito da eletrificação rural merece destaque a continuidade da execução do Programa Luz para Todos, cuja meta global é universalizar o meio rural até 2008, com o atendimento de 30.095 novas ligações. Até dezembro de 2005 foram ligados 8.951 consumidores que somados aos 2.377 consumidores atendidos em 2004, totalizam, em 2005, o atendimento de 11.328 novos clientes desde o início da sua execução. Ressaltamos que no mês de outubro alcançamos a marca 9.180 ligações encerrando assim o rol de obras do primeiro contrato com a Eletrobrás antes do previsto. Em 9 de novembro de 2005 foi assinado o segundo contrato do Programa Luz para Todos com a Eletrobrás com metas para execução de 6.118 ligações.

A Cosern, acredita que os investimentos em ampliação e modernização de sua rede tem trazido ao Estado e a seus clientes desenvolvimento e qualidade de vida.

5.6 Eficiência Energética

O ano de 2005 foi marcado pela execução do Programa de Eficiência Energética do ciclo 2003/2004. Nesse Programa, demos continuidade aos projetos de efficientização do sistema de iluminação pública dos municípios que a Cosern desenvolve desde 1998, onde contemplamos mais nove prefeituras com a instalação de lâmpadas a vapor de sódio; desenvolvemos um projeto piloto de instalação de economizadores de iluminação pública em Mossoró e Parnamirim; elaboramos o plano de gestão energética municipal para São Gonçalo do Amarante e Mossoró; realizamos diagnóstico energético em seis lojas do supermercado Nordestão e nas fazendas Santa Júlia e Agrícola Famosa, que cultivam melão. Todo este esforço envolveu o aporte de mais de R\$ 436 mil, possibilitando uma economia anual de energia elétrica de 1.032 MWh e a redução de demanda na ponta de 234 kW.

6. DESEMPENHO OPERACIONAL

6.1 Qualidade do Fornecimento

No ano de 2005 verifica-se que o sistema de distribuição apresentou um desempenho semelhante ao registrado em 2004, com um DEC de 12,84 horas de interrupção e um FEC de 9,66 interrupções. Sem a participação da supridora, estes índices foram de 11,34 horas e 7,62 interrupções, respectivamente, estando entre os melhores indicadores do Nordeste.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

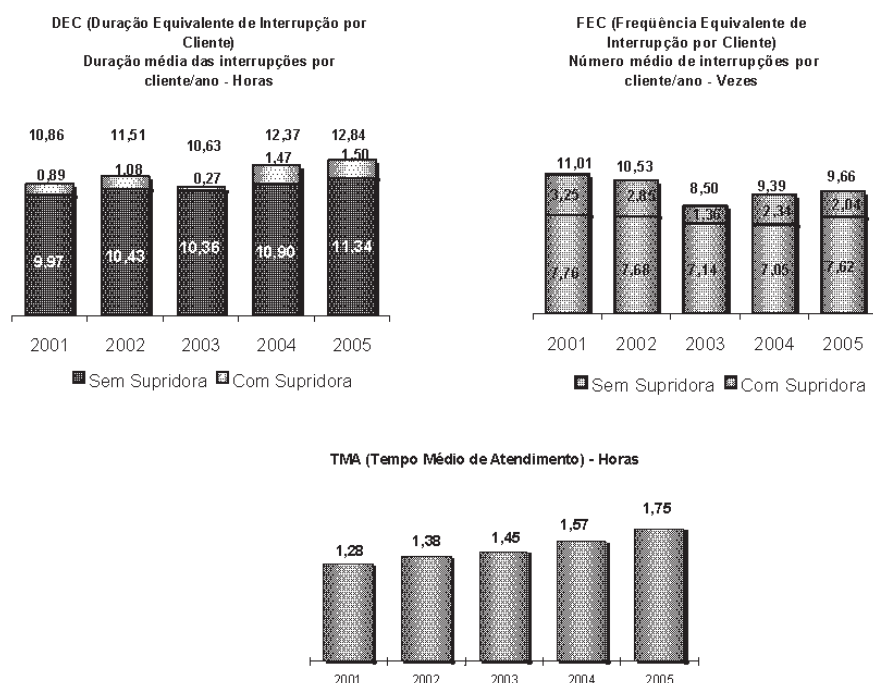
Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A influência das interrupções da supridora nos indicadores da Cosern é bastante significativa, representando neste ano 12% no DEC e 21% no FEC.

A Cosern encerrou 2005 com um tempo médio de atendimento das ocorrências – TMA de 1,75 horas, ficando 10,64% acima do resultado obtido em 2004 de 1,57 horas. Este aumento deve-se ao período prolongado de chuvas ocorrido durante o ano.



6.2 Atendimento ao Cliente

A Cosern possui uma rede de atendimento com canais de relacionamento compatíveis com as exigências específicas de cada nicho de mercado, ofertando produtos e serviços para garantir o conforto e qualidade necessários no uso dos serviços de energia elétrica.

Em dezembro de 2005, o cadastro comercial indicou 875.279 unidades consumidoras, das quais cerca de 87% correspondem a usuários residenciais.

Para os clientes potencialmente livres, ou com demanda contratada acima de 1,0 MW, do segmento de Grandes Clientes, que representa 29,58% do consumo total da Empresa foram desenvolvidos trabalhos com foco na fidelização à Cosern, com destaque em 2005 para a oferta da Energia Mais para concorrer com a geração distribuída nos horários de ponta e visitas técnicas para melhorar as performances dos contratos de fornecimento.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

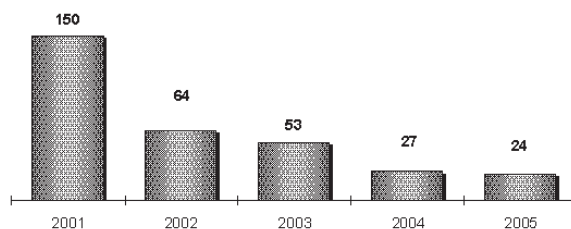
No caso particular das prefeituras, além da negociação dos débitos, a Cosern atuou na melhoria da capacidade de pagamento e na redução do valor das faturas de energia elétrica para iluminação pública e prédios públicos, através da oferta de produtos como Eficientização de Iluminação Pública e Gestão Energética Municipal. Aliado a estas ações, a Cosern realizou em 2004 e intensificou em 2005, campanhas junto aos executivos e legislativos municipais para a criação das leis de cobrança da contribuição para custeio da iluminação pública - CIP. Com os convênios já firmados para início em 2006, cerca de 85% do faturamento de energia elétrica para a iluminação pública passa a ser custeado através da CIP, dando maior confiabilidade no recebimento das contas de energia do segmento.

A Cosern disponibiliza também para seus clientes um atendimento comercial e de emergência unificados, através do tele-atendimento e de suas dezenove Agências de Atendimento existentes em todo o Estado. Operando de forma on line, o sistema comercial oferece conforto e agilidade nos serviços prestados.

No ano de 2005 foram realizados 1.924 milhões de atendimentos pelos canais de relacionamento da Cosern, representando um incremento de 1,2% em relação ao número de atendimentos realizados no ano anterior. Desse total, cerca de 78% dos atendimentos foram realizados pelo Call Center, comparado a 75% em 2004. O Nível Básico de Serviços teve um incremento, passando de 86% em 2004 para 89% em 2005. O número de chamadas abandonadas, entretanto, aumentou de 3,63% para 5,86%, devido ao desempenho de janeiro, quando em razão das fortes chuvas durante todo o mês houve aumento no número de ocorrências no sistema, de forma que o percentual de abandono de chamadas foi de 30,7% com 184.069 chamadas recebidas. Apesar do incremento, esse indicador continua abaixo do estabelecido pela Aneel, em 17%. O tempo médio de atendimento ao cliente manteve-se no patamar de 2,0 minutos, considerado um excelente tempo de atendimento.

O índice de reclamações registrado pelo *Call Center* caiu de 2,8% em 2004 para 2,5% em 2005.

Número de Reclamações - Em mil



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. Indicadores Empresariais

	2001	2002	2003	2004	2005
Indicadores Econômicos					
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	564.090	554.245	609.925	748.048	877.754
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	475.270	439.538	467.557	543.717	619.655
EBITDA (R\$ mil)	170.489	98.213	127.145	205.483	199.931
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	143.283	68.653	94.965	170.998	164.892
Resultado Financeiro (R\$ mil)	(6.452)	(19.346)	(15.185)	(14.981)	(6.119)
Lucro Líquido (R\$ mil)	102.932	30.705	57.825	112.873	116.733
Margem EBITDA (%)	35,9%	22,3%	27,2%	37,8%	32,26%
Margem Operacional (%)	30,1%	15,6%	20,3%	31,4%	26,6%
Margem Líquida (%)	21,7%	7,0%	12,4%	20,8%	18,84%
Indicadores Financeiros					
Ativo Total (R\$ mil)	1.062.168	1.319.098	1.232.706	1.158.883	1.206.514
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	470.053	496.013	501.009	425.678	444.351
Investimentos (R\$ mil)	47.972	56.372	53.631	59.511	55.358
Dívida Líquida (R\$ mil)	351.115	527.208	443.293	435.051	387.699

7.2 Variações %

A receita operacional líquida obteve um incremento de 13,97%, influenciado principalmente pelo reajuste tarifário de 19,58% e pelo crescimento de mercado cativo de 3,35%, e de 10,07% considerando também os clientes livres.

O lucro líquido em 2005, R\$ 116,7 milhões, aumentou em 3,45% em relação ao ano anterior, R\$ 112,8 milhões.

7.3 EBITDA

O EBITDA foi de R\$ 199,9 milhões, gerando uma margem de 32,26%.

7.4 Endividamento

Os contratos de empréstimos e financiamentos totalizaram R\$ 225,2 milhões em dezembro de 2005, ficando 28,9% abaixo de 2004 que era de R\$ 316,9 milhões, e representando 47,0% do patrimônio líquido.

Em setembro de 2005 foi realizada a terceira emissão pública de debêntures nominativas, escriturais, sem garantia de recebíveis, não conversíveis em ação, quirografárias, em série única, no valor de R\$ 179 milhões, a serem resgatadas no prazo de vencimento de cinco anos a partir da data da emissão e com custo de CDI mais 1,3% ao ano, sem garantia de recebíveis. O saldo devedor desta debênture em 31 de dezembro de 2005 importava em R\$ 190 milhões. Estes papéis receberam a classificação "brA" da Standard & Poors. Os recursos líquidos obtidos com a 3ª emissão foram integralmente utilizados no resgate antecipado da totalidade das debêntures da 2ª emissão em circulação no valor de R\$ 120 milhões e no pré-pagamento de operações de capital de giro. Com isso, a Empresa reduziu o custo e alongou o prazo de sua dívida, sem que o nível de endividamento fosse alterado.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

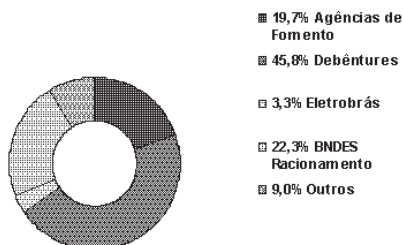
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No 4º trimestre de 2005 foram liquidados aproximadamente R\$ 32 milhões em operações de capital de giro utilizando recursos próprios. No encerramento do exercício o prazo médio da dívida aumentou de 3,08 anos em 2004 para 3,72 anos em 2005, com o custo da dívida da carteira de passivos onerosos de aproximadamente 92,13% do CDI em 31 de dezembro de 2005.

Durante o exercício de 2005 a Empresa recebeu R\$ 26,2 milhões em financiamentos de órgãos como Eletrobrás e Banco do Nordeste, recursos específicos para projetos de investimento na concessão. Com isso, 43,38% dos investimentos realizados foram custeados com recursos de longo prazo a um custo de captação inferior ao praticado no mercado.

A composição do endividamento por tipo de instrumento é apresentada a seguir:

Distribuição do Endividamento (Incluindo SWAP)



7.5 Política de Hedge

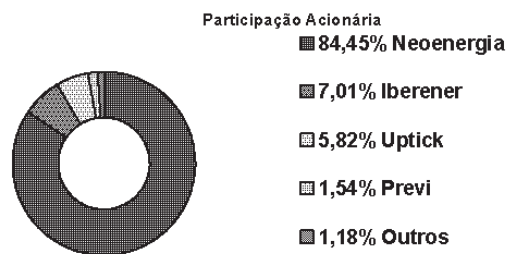
Com relação à Política de Hedge, o objetivo é não expor a Empresa a qualquer risco em função de variações de moedas estrangeiras. A cobertura dos riscos deve visar uma proteção econômica (balanço) e financeira (caixa), evitando reflexos negativos sobre o seu resultado ou sobre o fluxo de caixa. Mas como a Cosern não teve ativos ou passivos em moeda estrangeira ao longo do ano de 2005, não foi necessária a contratação de operações de hedge.

Com relação ao risco oriundo da possibilidade da Cosern vir a incorrer em perdas devido às flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos captados no mercado, a Empresa considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas e a perspectiva de redução nas taxas de juros domésticas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justificam sua opção por taxas flutuantes.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**8. GOVERNANÇA CORPORATIVA****8.1 Composição Acionária**

A composição acionária da Cosem foi alterada, em função da desverticalização da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, ocorrida em 29 de novembro de 2005. A partir de então, passou a contar com a seguinte composição: Neoenergia S. A. com 84,45% de participação, representando 141.934.875 ações; Iberener com 7,01% de participação, representando 11.782.384 ações; Uptick Participações S.A. com 5,82% de participação, representando 9.780.611; Previ com 1,54% de participação, representando 2.596.008 ações e outros com 1,18% de participação, representando 1.980.150 ações.

**8.2 Relações com Investidores**

Em 2005 foram feitas várias ações visando a implementação de melhores práticas de Governança Corporativa. Além da consolidação da nova estrutura administrativa, na qual foram inseridos os Comitês do Conselho de Administração, contemplando a segregação entre a estrutura de Governança e Gestão.

8.3 Auditoria e Controles Internos

Em 2005, a Cosem aderiu formalmente às melhores práticas de governança corporativa através da estruturação de uma área de compliance, responsável pelo mapeamento dos principais processos da Companhia, buscando identificar os seus riscos e controles relacionados. A documentação desses processos visa à adequação às Seções 302 e 404 da Lei Sarbanes-Oxley, que estabelece regras rigorosas no trato com a informação prestada ao mercado. Adicionalmente, a Companhia mantém uma gestão baseada numa conduta ética, transparente e com maior participação e respeito aos investidores.

Para garantir os princípios básicos de governança corporativa, a Auditoria Interna passou a ficar ligada ao Conselho de Administração, foi criado o Comitê de Auditoria, e foram formadas as Comissões de Finanças, Inadimplência, Perdas, Mercado, Serviços e Qualidade, com o objetivo de tratar de processos relevantes que precisam da atenção da direção executiva da holding junto às áreas operacionais.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

8.4 Conselhos de Administração e Fiscal

O Conselho de Administração é composto por oito membros, sendo sete deles representantes dos acionistas controladores e um deles representante dos empregados, cujos mandatos encerram-se em 2006. Cabe ao Conselho determinar a política geral dos negócios da Empresa e supervisionar sua administração, eleger os membros da Diretoria Executiva e aprovar orçamentos anuais e investimentos.

O Conselho Fiscal é composto por três membros representantes de cada sócio.

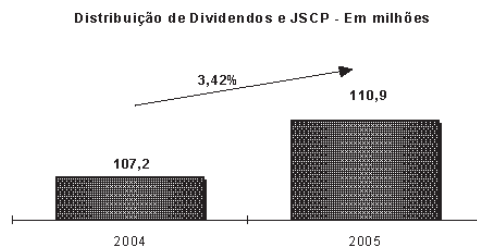
8.5 Código de Ética

A Cosern possui um código de ética que é permanentemente atualizado e discutido. A Empresa possui um Comitê que se reúne periodicamente e faz cumprir as determinações nele contidas.

A edição completa fica à disposição de todos na intranet e no site da Empresa e tem divulgação maciça para todas as partes interessadas.

8.6 Dividendos

Em 2005, a Cosern distribuiu aos seus acionistas no segundo semestre R\$ 41,5 milhões sob a forma de Juros Sobre Capital Próprio, e propôs a distribuição de R\$ 69,4 milhões de dividendos, totalizando R\$ 110,9 milhões, referentes ao lucro líquido de 2005, o que representou um crescimento de 3,42% em relação a 2004.



Este montante superou o mínimo estabelecido no seu Estatuto Social, propondo a distribuição de 95 % do Lucro Líquido.

Com este resultado a Cosern ratifica o seu compromisso junto aos seus Acionistas quanto à geração e distribuição de resultados.

9. RECURSOS HUMANOS

A Cosern encerrou o exercício de 2005 com 683 colaboradores, sendo 79 (11,57%) executivos, 67 (9,81%) analistas, 164 (24,01%) administrativos e 183 técnicos e 190 operacionais (54,61%). Há 510 empregados do sexo masculino (74,67%) e 173 do sexo feminino (25,33%).

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para a Cosern realizar sua missão é necessário contar com uma equipe qualificada, capaz de executar seu trabalho com eficiência, satisfazendo as necessidades dos clientes e atendendo aos anseios da Empresa. Diante disso, a Cosern desenvolve um programa de treinamento em consonância com os objetivos corporativos, considerando as metas e planos de ação de cada área, em busca de maior competitividade e dando oportunidade ao empregado de desenvolver-se. Como resultado, obtivemos excelentes indicadores de eficiência, a exemplo da relação cliente-empregado.

9.1 Saúde e Segurança

A Cosern, além de atender a legislação em vigor, desenvolve diversas ações como parte de um programa para a melhoria nos procedimentos, no conforto e na saúde dos seus colaboradores, cujas regras assumem condições de vanguarda aos preceitos de Saúde e Segurança do Trabalho.

Em 2005 vale destacar as seguintes ações desenvolvidas pela Cosern: acompanhamento do Nível de Segurança do Trabalho – NST; treinamentos e inspeções de segurança; distribuição de EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletivo); perfil de saúde dos colaboradores; ginástica laboral; massagem shiatsu; acompanhamento às CIPA's e caminhada coletiva de saúde – “Caminhando com Energia”.

9.2 Capacitação e Desenvolvimento

A política de capacitação e desenvolvimento da Cosern na área gerencial, de formação de turmas, novas tecnologias, sistemas corporativos ou de reciclagem, objetiva, além do adequado desempenho das atividades conforme descrito nos cargos, o alcance dos resultados esperados, o crescimento das equipes de trabalho, da liderança nessas equipes e a integração dos seus membros.

As necessidades de capacitação e desenvolvimento na Cosern são identificadas a partir de levantamento “in loco”, quando as áreas apontam modificações nos processos e necessidades de melhoria do desempenho humano, que precisam ser tratados no programa de treinamento.

A Empresa dispõe de um Programa Educacional cuja finalidade é propiciar a melhoria do nível de escolaridade formal no que se refere à formação técnica e educacional superior, bem como aprimorar as potencialidades exigidas para o exercício do trabalho e a possibilidade de crescimento profissional.

A Cosern disponibiliza, ainda, como oportunidade dentro do Programa de Treinamento e Desenvolvimento, cursos de pós-graduação e idiomas, e cursos de MBA destinados aos executivos da Empresa. Em 2005 foi iniciado o Programa de Desenvolvimento Gerencial Corporativo – Potencializar.

10. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em sua atuação como empresa socialmente responsável, a Cosern vem consolidando-se cada vez mais como uma empresa que se preocupa com questões que vão muito além da sua atividade produtiva.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

10.1 Projetos Sociais

Possui parceria com diversas instituições não governamentais, destacando a Organização Natal Voluntários, com a qual vem mantendo o patrocínio do projeto TEMPO em sua 10.ª edição.

A Cosern é portadora do Selo ABRINQ, considerada "Empresa Amiga da Criança" pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, desde o ano de 2003.

Realiza doações mensais à Casa do Menor Trabalhador para fins de manutenção e melhoria da infra-estrutura desde 2002. A Instituição atende a mais de 600 crianças e adolescentes, com ensino fundamental e oficinas de computação – com internet, marcenaria, padaria e aprendizagem em agente administrativo.

Possui convênio com Instituições como a Liga Norte-rio-grandense Contra o Câncer e Federação das Apaes do Estado do Rio Grande do Norte, onde os clientes podem autorizar doações através da conta de energia.

Destina 1% do Imposto Devido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA, que repassa esta verba para entidades voltadas à defesa da criança e do adolescente.

Possui um Programa de Inclusão Digital, instalado nas comunidades de Felipe Camarão e Loteamento Esperança, localizadas na cidade de Natal, desenvolvido pela Fundação Fé e Alegria, onde os alunos têm acesso à internet para pesquisa escolar.

A Cosern desenvolve um projeto anual de treinamento nas comunidades dos municípios do Rio Grande do Norte, que consiste em ações educativas sobre os cuidados com energia elétrica, uso eficiente de energia e preservação do meio ambiente. No ano de 2005, atingiu um público de dez mil pessoas, no período de fevereiro a dezembro.

10.2 Projetos Culturais

A Cosern patrocinou dezenove projetos no ano de 2005, tendo sido a empresa do Estado do Rio Grande do Norte que mais investiu em cultura no ano de 2005. Os vários patrocínios culturais foram viabilizados através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, Câmara Cascudo e Lei Federal Rouanet, além dos projetos patrocinados com recursos próprios. Ao todo foram investidos R\$ 2,0 milhões nos projetos patrocinados pela Empresa. Desses projetos, onze foram patrocinados pela Lei Estadual Câmara Cascudo, três pela Lei Federal Rouanet e cinco com recursos próprios. Todos os projetos foram analisados de acordo com o perfil da Empresa e com a definição de suas estratégias, orientadas à melhoria da imagem e com o compromisso cultural assumido pela Cosern com os clientes e com a Sociedade.

A seguir, destacamos alguns desses projetos: Projeto Operart (desde 2001) - oferece oficinas permanentes de artes plásticas, música, teatro e dança para pessoas carentes e instituições da Grande Natal; Circo da Luz (desde 2001) - anualmente leva música, dança, teatro, artes populares e folclóricas, exposições, oficinas de artes e outras atrações para 26 municípios no interior do Estado e Cosern Musical (desde 2003) - projeto que seleciona artistas ou shows musicais do Estado, assumindo os custos de produção nas apresentações que realizam na Casa da Ribeira, espaço cultural que também conta com o patrocínio da Cosern desde sua criação em 2000.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

11. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**11.1 Projetos Ambientais**

A Cosern, consciente de seu papel de responsabilidade social e de preservação do Meio Ambiente, dedica uma atenção especial às causas ambientais. Suas ações são orientadas para um ambiente ecologicamente equilibrado e baseadas na Política de Meio Ambiente, no Projeto e na Missão da Empresa e no seu Código de Ética.

A Empresa possui critérios e padrões na construção de subestações e linhas de transmissão, mais compactos com postes mais altos e de redes de distribuição com cabos isolados e multiplexados possibilitando uma melhor convivência com as árvores, diminuindo a necessidade de cortes e podas.

As principais realizações em 2005 foram: reflorestamento e recuperação da Mata Atlântica na Reserva Florestal de Piquiriuna no Município de Espírito Santo – RN; elaboração e aprovação do Programa de Gestão Ambiental 2005/2007; Programa de Coleta Seletiva do Lixo; Programa de Coleta de Sobras de Fios e Cabos de Cobre e Alumínio nas atividades de construção e manutenção de linhas e redes; participação constante em comitês, reuniões comunitárias, reuniões com a Administração Pública e encontros comemorativos e de conscientização para discutir as questões ambientais.

12. RECONHECIMENTOS**Prêmio SESI 2005**

A Cosern recebeu no dia 15 de setembro de 2005 no auditório da Federação das Indústrias do RN – FIERN, o “Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho 2005, na Categoria Grandes Empresas”. A Empresa obteve o 1º lugar, sendo reconhecida mais uma vez pela adoção e implantação de políticas e medidas de responsabilidade social, que eleva a qualidade de vida do empregado e da sociedade.

Troféu Cultura 2005

Promovido pela Revista Podium, onde a Cosern foi reconhecida pelos patrocínios e apoios culturais realizados no Estado, tendo sido premiada em abril de 2005.

Prêmio Cultura Diário de Natal 2005

Promovido pelo Jornal Diário de Natal, o prêmio visa homenagear artistas potiguares em sete categorias ligadas às seguintes artes: Literatura, Dança, Escultura, Pintura, Música, Cinema e Teatro. A Cosern foi vencedora na categoria “Empresa Privada que Mais Apóia a Cultura no Estado do Rio Grande do Norte”. O evento foi realizado no mês de junho de 2005.

Prêmio Eletricidade 2005

É promovido em parceria com a Revista Eletricidade Moderna e a SOLTEC – Projetos e Serviços. A Cosern ganhou o prêmio de “Melhor Distribuidora de Energia Elétrica da Região Nordeste” pelo segundo ano consecutivo, onde participaram 53 distribuidoras de energia elétrica de vários portes, em todo o Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prêmio ABRADÉE 2005

Promovido pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee. A Cosern foi classificada como a “Melhor Distribuidora de Energia Elétrica da Região Nordeste”. Também foi classificada em outras duas categorias do Prêmio Abradee a nível nacional: Gestão Econômico-financeira – 2.ª colocada e Responsabilidade Social – 3.ª colocada.

Prêmio Desempenho 2005

Promovido pelo Instituto Miguel Calmon há vinte e um anos. A Cosern foi premiada como a Maior e Melhor Empresa do Rio Grande do Norte no segmento Concessões Públicas. O evento foi realizado no mês de setembro de 2005.

13. AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia renovou o contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, em junho de 2005, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informativos contábeis e de contratos para financiamentos, em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, para suas controladas, para um período de 2 (dois) anos. A Deloitte Touche Tohmatsu desde então não prestou serviços não-relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Neoenergia, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

14. AGRADECIMENTOS

O conjunto de ações que colocamos em prática em 2005 foi determinante para atingir os resultados do ano. Agradecemos a todos os empregados, terceiros, clientes, acionistas, fornecedores, instituições financeiras e outros importantes parceiros pelo empenho, incentivo, apoio e profissionalismo dado em 2005.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A., é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

2. CONCESSÃO

A Companhia detém junto a ANEEL, a seguinte concessão:

Distribuição	Municípios	Localidades	Data da concessão	Data de vencimento
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/1997	31/12/2027

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica emanada pela ANEEL e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 488, de 3 de outubro de 2005.

Informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular nº 2.218 – SFF/ANEEL, de 23 de dezembro de 2005.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade, conforme abaixo relacionado:

	31/12/04	
	Publicado	Reclassificado
Balanco Patrimonial		
<u>Ativo Circulante</u>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	146.124	142.473
Ativos regulatórios	-	58.984
Recomposição tarifária do racionamento	28.713	-
Energia livre - racionamento	6.228	-
Bônus do racionamento (líquido de acréscimo à tarifa)	1.106	-
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	20.392	-
Gastos incrementais com racionamento a recuperar	255	-
<u>Ativo Não Circulante</u>		
Realizável a Longo Prazo		
Ativos regulatórios	-	168.451
Recomposição tarifária do racionamento	103.192	-
Energia livre - racionamento	30.411	-
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	14.225	-
Despesas pagas antecipadamente	19.262	-
Imobilizado	320.843	301.080
Intangível	-	19.763
<u>Passivo Circulante</u>		
Passivos regulatórios	-	7.358
Energia livre - racionamento	6.433	-
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	925	-
Encargo de dívida	5.299	-
Empréstimos e financiamentos	60.846	66.145
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	642	-
Outras contas a pagar	3.469	4.111
<u>Passivo Não Circulante</u>		
Passivos regulatórios	-	28.763
Energia livre - racionamento	26.697	-
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	2.066	-
Tributos e contribuições sociais	-	1.483
Outras contas a pagar	2.594	1.111

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários

Estão demonstradas ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis e não excedem o seu valor de mercado.

Consumidores, concessionárias e permissionárias

Engloba o fornecimento e suprimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, e na existência de garantias reais, entre outros.

Engloba o fornecimento e suprimento de energia faturada, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo não circulante - imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos da provisão para perdas, quando aplicável

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL nº 015 de 24 de dezembro de 1997. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999 (vide nota explicativa nº 18).

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os gastos de administração geral são apropriados, mensalmente, às imobilizações e demais ordens em curso, em até 10% dos dispêndios diretos com pessoal mais serviços de terceiros a estas atribuíveis.

Em função do disposto na Instrução Contábil 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas nos livros, em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante - Imobilizado, dadas as suas características de aporte financeiro de consumidores, da União e de outras fontes, com fins específicos de financiamento para obras.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis, de imposto de renda e contribuição social quando da parcela corrente e reconhecido o diferimento em função dos prejuízos fiscais, bases negativas e das diferenças intertemporais.

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda calculado com base no lucro de exploração (vide nota explicativa nº 28).

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela variação cambial ou monetária e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos.

Plano de complementação de aposentadoria e pensão

Os custos associados ao plano de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a deliberação CVM nº 371/00.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Valores especiais estimados

A preparação de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia baseada em estimativas faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contingências, fornecimento não faturado, realização de impostos e contribuições sociais diferidos, ágio e da recomposição tarifária.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas %	2005	2004
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	Indeterminado	100% CDI	7.034	-
Bradesco	CDB	19/1/06	99% CDI	-	120
Banco do Nordeste - BNB	Fundo de Investimento	Indeterminado	100% CDI	-	2
Total				<u>7.034</u>	<u>122</u>

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldo vencidos	Saldo vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2005	2004	2005	2004
Setor Privado							
Residencial	14.983	18.672	1.534	35.189	20.735	(1.503)	(1.208)
Industrial	10.178	5.949	4.361	20.488	20.798	(3.069)	(3.659)
Comercial, serviços e outras	12.249	8.516	4.949	25.714	18.579	(3.407)	(2.107)
Rural	6.484	5.300	6.683	18.467	11.429	(941)	(1.798)
	<u>43.894</u>	<u>38.437</u>	<u>17.527</u>	<u>99.858</u>	<u>71.541</u>	<u>(8.920)</u>	<u>(8.772)</u>
Setor Público							
Poder público							
Federal	1.550	938	103	2.591	2.209	(5)	(438)
Estadual	2.499	4.835	1.851	9.185	9.440	(7)	(319)
Municipal	3.011	2.005	698	5.714	6.008	124	(527)
	<u>7.060</u>	<u>7.778</u>	<u>2.652</u>	<u>17.490</u>	<u>17.657</u>	<u>112</u>	<u>(1.284)</u>
Iluminação pública	3.540	2.223	2.457	8.220	7.063	(1.449)	(1.738)
Serviço público	10.008	1.072	1.703	12.783	13.901	(597)	(504)
	<u>20.608</u>	<u>11.073</u>	<u>6.812</u>	<u>38.493</u>	<u>38.621</u>	<u>(1.934)</u>	<u>(3.526)</u>
Fornecimento não faturado	22.664	-	-	22.664	21.614		
Subtotal - Consumidores	<u>87.166</u>	<u>49.510</u>	<u>24.339</u>	<u>161.015</u>	<u>131.776</u>	<u>(10.854)</u>	<u>(12.298)</u>
Câmara de Comercialização de Energia							
Elétrica - CCEE	2.662	-	13.463	16.125	17.765		
Contratos bilaterais					318		
Acréscimos moratórios	94	161	3.085	3.340	2.775		
Serviços prestados a terceiros	22	60	693	775	737		
Disponibilização do sistema de distribuição	-	830	-	830	1		
Outros	565	1.684	365	2.614	6.575		
Total	<u>90.509</u>	<u>52.245</u>	<u>41.945</u>	<u>184.699</u>	<u>159.947</u>	<u>(10.854)</u>	<u>(12.298)</u>
Ativo Circulante				167.116	142.473	(10.854)	(12.298)
Ativo Não Circulante				17.583	17.474		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os valores correspondentes às operações junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma.

As operações na CCEE, (Mercado Atacadista de Energia – MAE, a época) do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, cujo processo de liquidação foi concluído em julho de 2003, após conclusão dos trabalhos da auditoria, geraram um direito de crédito para a Companhia conforme demonstrado a seguir:

	2005	2004
Valores a receber	84.238	84.238
Atualização monetária	3.657	2.802
Valores recebidos	(72.451)	(69.567)
Saldo a receber em 31 de dezembro	15.444	17.473
Valor em litígio judicial	10.022	12.038
Valores negociados com os agentes	1.981	2.441
Valores não negociados	3.441	2.994

Os valores da energia de curto prazo podem estar sujeitos a modificações, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por algumas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor.

As demais operações realizadas até 31 de dezembro de 2005 geraram um direito de crédito de R\$ 2.259 dos quais R\$ 681 ainda não foram recebidos.

Acordo entre COSERN e o Estado do Rio Grande do Norte

Em 21 de dezembro de 2005, a COSERN e o Estado do Rio Grande do Norte firmaram acordo através do qual foram extintas execuções fiscais, referentes a ICMS, que o Estado mantinha contra a Companhia e dado por quitados os valores nelas consubstanciados através da compensação com os débitos de energia elétrica do Estado para com a COSERN, no montante de R\$ 8.815.

7. TÍTULOS A RECEBER

Referem-se a parcelamento de débito de contas de fornecimento de energia em atraso e parcelamento de prestação de serviços.

	Saldos vincendos	Vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2005	2004	2005	2004
Setor público	189.945	2.582	15.869	208.396	182.956	(6.912)	(4.663)
Setor privado	1.463	286	1.095	2.844	3.105	(1.859)	(1.051)
Total	191.408	2.868	16.964	211.240	186.061	(8.771)	(5.714)
Ativo Circulante				29.660	24.571	(8.771)	(5.714)
Ativo Não Circulante				181.580	161.490		

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os parcelamentos de débito incluem juros e atualizações monetárias, a taxas, prazos e indexadores variáveis e são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

Do saldo total de títulos a receber, o montante de R\$ 128.639 (R\$ 106.768 em 31 de dezembro de 2004), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito nº 2016/CCE/2004 e 2033/CME/2005.

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com a norma do Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela Administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

A Companhia efetiva as baixas do Contas a receber de consumidores de valores inferiores a R\$ 5 nos termos da Lei nº 9.430. Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	2005	2004
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(10.854)	(12.298)
Títulos a receber	(8.771)	(5.714)
Outros créditos	(973)	1.033
Total	<u>(20.598)</u>	<u>(16.979)</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Ativo			
	2005		2004	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<u>Programa Emergencial de Redução Consumo (a)</u>				
Bônus do Racionamento	-	-	-	1.106
Gastos com Racionamento	5	-	-	255
<u>Acordo Geral do Setor Elétrico (b)</u>				
Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE	28.426	109.804	28.713	103.192
Energia Livre - racionamento	6.865	29.255	6.228	30.411
Valores Tarifários Não Gerenciáveis a compensar da Parcela "A" - racionamento	-	16.177	-	13.596
<u>Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da Parcela "A" - CVA (c)</u>	9.040	883	20.392	629
<u>PIS/COFINS (d)</u>	4.609	10.818	-	19.262
<u>Revisão Tarifária Periódica (e)</u>	274	-	3.651	-
<u>Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA (f)</u>	323	-	-	-
Total	49.542	166.937	58.984	168.451
	Passivo			
	2005		2004	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<u>Acordo Geral do Setor Elétrico (b)</u>				
Energia Livre - racionamento	7.214	25.928	6.433	26.697
Valores Tarifários Não Gerenciáveis a compensar da Parcela "A" - racionamento	-	2.458	-	2.066
<u>Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da Parcela "A" - CVA (c)</u>	5.578	-	925	-
Total	12.792	28.386	7.358	28.763

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - Racionamento

A Câmara de Gestão da Crise de Energia divulgou, em 18 de maio de 2001, um plano de racionamento de energia elétrica, a partir de 1º de junho de 2001, e determinou através da Resolução 117, de 19 de fevereiro de 2002, o término deste programa em 1º de março de 2002.

Em cumprimento a Resolução ANEEL nº 299, de 27 de julho de 2001, a Companhia efetuou os registros contábeis decorrentes deste programa, conforme demonstramos a seguir:

- Bônus do racionamento líquido do acréscimo à tarifa ANEEL

	2005	2004
Bônus do racionamento	-	21.789
Fundo de valores do acréscimo à tarifa ANEEL (Sobretaxa)	-	(20.683)
Bônus do racionamento líquido do acréscimo à tarifa ANEEL	-	1.106

- Gastos incrementais com o racionamento a recuperar

Os gastos incrementais que a Companhia incorreu para colocar em prática o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica estão sendo ressarcidos pela ANEEL através do reajuste tarifário de 22 de abril de 2003. Até 31 de dezembro de 2005 foi apropriado o montante de R\$ 4.235 (2004, R\$ 3.985) correspondente a 99,88% e 94%. O prazo estimado de recuperação do saldo remanescente é de 3 meses.

	2005	2004
Valor gasto	5.113	5.113
Ajustes e reclassificações	(873)	(873)
Valor homologado	4.240	4.240
Valor apropriado	(4.235)	(3.985)
Saldo a apropriar	5	255

(b) Acordo Geral do Setor Elétrico

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, o “Acordo Geral do Setor Elétrico”, definindo os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que se dará através de adicional tarifário nas contas de fornecimento de energia, sendo 2,9% nas contas faturadas aos consumidores da classe residencial (exceto subclasse residencial baixa renda) e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras.

Os itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico vinham sendo remunerados com base na variação da taxa SELIC – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (BACEN), acrescida de juros de 1% a.a. sobre 90% do saldo. Em 20 de dezembro de 2005, a ANEEL, através do Ofício Circular nº 2.212, estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Para o item Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, a incidência da remuneração deverá ser: (i) sobre o montante financiado, que corresponde a 90% dos valores homologados pela ANEEL, taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a; e (ii) sobre os 10% não financiado, taxa SELIC (BACEN);
- Para o item Energia Livre, para o caso em que a Geradora obteve o financiamento junto ao BNDES, calcular a remuneração pela taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a, e para as Geradoras que não obtiveram financiamento a remuneração deverá ser calculada somente pela taxa SELIC (BACEN);
- Para o item “Parcela A”, a remuneração deverá ser apropriada utilizando a taxa SELIC (BACEN).

Os principais itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico estão demonstrados a seguir:

- Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE

	2005	2004
Recomposição tarifária do racionamento (homologado)	130.237	130.237
Remuneração financeira	116.576	88.304
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(14.347)	(19.986)
(-) Reversão acumulada	(94.236)	(66.650)
Total	138.230	131.905
Ativo Circulante	28.426	28.713
Ativo Não Circulante	109.804	103.192
Reversão reconhecida na receita operacional	(27.586)	(24.548)

A Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, alterou o prazo máximo de recuperação para 102 meses, excluindo deste prazo a recuperação dos valores financeiros de itens da “Parcela A”, relativos ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. A Companhia avaliou a recuperação em função dos prazos e constituiu provisão para perda na realização da RTE no valor de R\$ 14.347 (2004, R\$ 19.986).

- Energia livre - racionamento

A Energia Livre é a energia injetada no sistema elétrico, não prevista nos contratos iniciais ou equivalentes e nos contratos bilaterais.

A ANEEL, através da Resolução nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução nº 89 de 25 de fevereiro de 2003, estabeleceu os procedimentos para a recuperação e repasse aos geradores, a partir de fevereiro de 2003, dos valores de energia livre, calculados com a aplicação de 18,71% sobre a arrecadação da RTE.

Em 12 de janeiro de 2004, a ANEEL editou a Resolução nº 1 homologando novo valor da energia livre relativa ao período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002 e através da Resolução nº 45, de 3 de março de 2004, alterou o percentual a ser aplicado à arrecadação da RTE a título de repasse de energia livre, para 19,4527% .

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores contabilizados em 31 de dezembro de 2005 e 2004 como energia livre, têm a seguinte composição:

	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Energia Livre (homologado)	8.545	25.379	8.545	25.379
Encargos	-	-	(522)	(3.327)
Transferências	15.056	(15.056)	15.056	(15.056)
(-) Reversão	(16.736)	-	(15.865)	-
Remuneração financeira	-	18.932	-	18.932
Total em 31 de dezembro de 2005	6.865	29.255	7.214	25.928
Total em 31 de dezembro de 2004	6.228	30.411	6.433	26.697

• Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da "Parcela A" - Racionamento

A conta de Compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" – CVA registra as variações de custos, negativas ou positivas, dos itens "não gerenciáveis" ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

	2005	2004
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar de "Parcela A" (homologado)	6.543	6.543
Remuneração financeira	7.176	4.987
Total	13.719	11.530
Ativo Não Circulante	16.177	13.596
Passivo Não Circulante	(2.458)	(2.066)
Efeito no resultado	2.189	1.611

	Não Circulante	
	Ativo	Passivo
Subvenção para conta de consumo de combustível – CCC	1.544	-
Reserva global de reversão – RGR	-	853
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica – TFSEE	120	-
Encargos de conexão no sistema de transmissão	-	1.605
Tarifa de utilização do sistema de transmissão – TUST	4.513	-
Energia comprada para revenda	10.000	-
Total em 31 de dezembro de 2005	16.177	2.458
Total em 31 de dezembro de 2004	13.596	2.066

A Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, definiu os itens da "Parcela A", referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001, bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros, e o período para a recuperação tarifária. Estes valores foram homologados através da Resolução nº 482, de 29 de agosto de 2002, os quais serão recuperados através de adicional tarifário nas contas faturadas, sendo 2,9% para consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda) e rural e de 7,9% para as demais classes consumidoras, contados a partir de 27 de dezembro de 2001, após a conclusão da RTE. Mediante a Resolução nº 1, de 12 de janeiro de 2004, foi excluído o prazo máximo de recuperação dos valores financeiros de itens da "Parcela A".

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Composição	Ativo			Passivo		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela A - 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001	-	16.177	16.177	-	2.458	2.458
CVA - 23 de março de 2003 a 22 de março de 2004 (1)	659	-	659	-	-	-
CVA - 23 de março de 2004 a 22 de março de 2005 (2)	5.046	-	5.046	-	-	-
CVA - 23 de março de 2005 a 22 de março de 2006 (3)	3.335	883	4.218	5.578	-	5.578
Total em 31 de dezembro de 2005	9.040	17.060	26.100	5.578	2.458	8.036
Total em 31 de dezembro de 2004	20.392	14.225	34.617	925	2.066	2.991

(1) As variações de custo ocorridas de 23 de março de 2003 a 22 de março de 2004, foram reconhecidas no reajuste tarifário de abril de 2005, já tendo sido recuperado neste exercício o montante de R\$ 1.482.

(2) As variações de custo ocorridas de 23 de março de 2004 a 22 de março de 2005, foram reconhecidas no reajuste tarifário de abril de 2005, já tendo sido recuperado neste exercício o montante de R\$ 12.507.

(3) As variações de custo ocorridas de 23 de março de 2005 a 22 de março de 2006 serão consideradas no próximo reajuste tarifário.

	Ativo								Energia excedente	Total
	CCC	RGR	TFSEE	CDE	ESS	Transporte	Conexão	Energia		
31 de dezembro de 2004	7.154	-	101	509	110	16.592	-	10.150	-	34.616
Remuneração	1.451	-	19	95	13	2.259	-	1.634	-	5.471
Constituição	2.231	-	-	434	115	785	388	277	3.534	7.764
Amortização	(6.800)	-	-	(657)	(109)	(11.984)	(304)	(1.897)	-	(21.751)
31 de dezembro de 2005	4.036	-	120	381	129	7.652	84	10.164	3.534	26.100
Circulante	2.492	-	-	381	129	3.139	84	164	2.651	9.040
Não Circulante	1.544	-	120	-	-	4.513	-	10.000	883	17.060

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Passivo								Energia excedente	Total
	CCC	RGR	TFSEE	CDE	ESS	Transporte	Conexão	Energia		
31 de dezembro de 2004	925	717	-	-	-	-	1.349	-	-	2.991
Remuneração	29	136	-	-	-	352	256	10	-	783
Constituição	-	-	-	-	-	4.567	-	649	-	5.216
Amortização	(954)	-	-	-	-	-	-	-	-	(954)
31 de dezembro de 2005	-	853	-	-	-	4.919	1.605	659	-	8.036
Circulante	-	-	-	-	-	4.919	-	659	-	5.578
Não Circulante	-	853	-	-	-	-	1.605	-	-	2.458

(d) PIS/COFINS

Em conformidade com o Contrato de Concessão e o disposto no parágrafo 3º, do artigo 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que assegura o direito à recomposição tarifária pelo aumento da carga tributária, a Companhia procedeu ao reconhecimento dos valores apurados em consequência da mudança do critério de tributação para não cumulatividade, conforme Lei 10.637/02 do PIS, de 30 de dezembro de 2002, e Lei 10.833/03 da COFINS, de 29 de dezembro de 2003.

Através do Memorando nº 211, de 7 de abril de 2005, a ANEEL homologou, em caráter provisório, parte das diferenças sem cobertura tarifária do período de dezembro de 2002 a junho de 2004 para o PIS, no montante de R\$ 4.818 e do período de fevereiro de 2004 a junho de 2005, para a COFINS, no montante de R\$ 13.970, que serão recuperados no prazo de doze meses, iniciando-se em abril de 2005.

A partir de 1º de julho de 2005, a ANEEL efetuou a exclusão dos tributos do PIS/COFINS do cálculo das tarifas de energia elétrica da Companhia, autorizando-a a efetuar a cobrança aos consumidores separadamente, conforme Resolução Homologatória nº 103, de 18 de abril de 2005. Somente a partir de 15 de setembro de 2005, em função da suspensão da Liminar referente a Ação Cível Pública, processo nº 2005.84.00.005077-5, foi que a Companhia iniciou a cobrança com o PIS/COFINS sendo agregado às tarifas.

	2005	2004
Ativo regulatório das contribuições para:		
PIS (dezembro de 2002 a agosto de 2005)	3.887	5.892
COFINS (fevereiro de 2004 a agosto de 2005)	11.540	13.370
Total	15.427	19.262
Ativo Circulante	4.609	-
Ativo Não Circulante	10.818	19.262

	Ativo	
	PIS	COFINS
31 de dezembro de 2004	5.892	13.370
Remuneração	(257)	(95)
Constituição	2.000	10.204
Amortização	(3.748)	(11.939)
31 de dezembro de 2005	3.887	11.540

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os saldos em 31 de dezembro de 2005 dos valores reconhecidos até 31 de agosto de 2005 incluem atualização monetária com base na variação do IGPM.

(e) Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL, através da Resolução nº 200, de 16 de abril de 2003, estabeleceu os resultados da primeira revisão tarifária periódica da Companhia, e fixou o reposicionamento tarifário provisório em 11,49% a ser aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica vigentes.

A Resolução Homologatória nº 101, de 20 de abril de 2004, complementou os resultados da primeira revisão tarifária da Companhia e fixou o reposicionamento tarifário provisório em 14,54%, devendo o valor definitivo ser estabelecido quando da definição do valor da Quota de Reintegração Regulatória e da Base de Remuneração Regulatória, nos termos do disposto na Resolução ANEEL nº 493, de 03 de setembro de 2002 e Nota Técnica nº 178 de 30 de julho de 2003.

A perda ocorrida entre 22 de abril de 2003 e 21 de abril de 2004 foi considerada no reajuste de 2004, na forma de Ajuste da Revisão Tarifária Periódica do ano de 2003 e o seu valor reconhecido como Ativo Regulatório a ser compensado nos 12 meses posteriores ao reajuste tarifário vigente, de acordo com a Resolução Homologatória nº 109, de 20 de abril de 2004. Os valores diferidos e contabilizados em dezembro de 2005 são de R\$ 274 (2004, R\$ 3.651).

As eventuais variações de receita da "Parcela B" são decorrentes da diferença entre o percentual provisório e o definitivo, e estão sendo corrigidas no reajuste tarifário anual de 22 de abril de 2005.

(f) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

A Lei nº 10.438/2002, art. 3º, instituiu o PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional - SIN.

Os custos concernentes à aquisição da energia gerada pelo PROINFA incorridos pela ELETROBRÁS, inclusive os custos administrativos, financeiros e os decorrentes de encargos tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores finais atendidos pelo SIN, exclusive os integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda cujo consumo seja igual ou inferior a 80 kWh/mês.

Cabe aos agentes do SIN que comercializem energia com consumidor final e/ou recolhem Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST ou Distribuição – TUSD, relativas a consumidores livres, recolher à ELETROBRÁS para crédito do PROINFA, o valor da quota anual, em duodécimos, fixada pela ANEEL.

Os procedimentos para o rateio dos custos do Programa, bem como para a alocação da respectiva energia aos agentes quotistas, constam no Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Resolução Homologatória ANEEL nº 250, de 28 de novembro de 2005, estabeleceu, para o ano de 2006, as quotas de custeio e as de energia elétrica referentes ao PROINFA, e a Companhia efetuou os registros contábeis decorrentes, cujo montante em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 323, atualizado monetariamente pela taxa SELIC.

10. ENCARGOS DA COMERCIALIZADORA BRASILEIRA DE ENERGIA EMERGENCIAL - CBEE

Encargo de Capacidade Emergencial - ECE

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determina que os custos, inclusive de natureza operacional, tributária e administrativa, relativos à aquisição de energia elétrica (kWh), e a contratação de capacidade de geração ou potência (kW) pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, serão rateados entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Nacional Interligado, proporcionalmente ao consumo individual verificado, constituindo adicional tarifário específico.

Em 22 de dezembro de 2005, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 204, estabeleceu o encerramento da cobrança do encargo tarifário cobrado dos consumidores a título de encargo de capacidade emergencial.

Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEE

A ANEEL, através da Resolução nº 728, de 30 de dezembro de 2003, estabeleceu o valor do encargo de aquisição de energia elétrica, que decorre da utilização de usinas termelétricas emergenciais, devido ao risco do baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas, no valor de R\$ 0,0046 kWh, o qual foi cobrado temporariamente dos consumidores nos meses de janeiro e fevereiro de 2004.

11. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas (%)	2005	2004
Bradesco	CDB/CDI	diversos	99% CDI	741	612
Banco do Nordeste	CDB/CDI	03/7/2007	99,5% CDI	2.962	2.500
Total				3.703	3.112
Ativo Circulante				741	612
Ativo Não Circulante				2.962	2.500

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

Por força de determinações legais, a Companhia sofreu as retenções e/ou procedeu as antecipações, para posterior compensação, de tributos e contribuições sociais. Os saldos finais do circulante e não circulante estão assim constituídos:

	2005		2004	
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
IR sobre aplicação financeira	239	-	4	-
IR antecipado exercício corrente (2)	8.285	-	7.319	-
IR órgãos públicos	614	-	439	-
Subtotal	9.138	-	7.762	-
CSLL antecipada exercício corrente (2)	7.255	-	3.789	-
CSLL antecipada órgãos públicos	74	-	493	-
Subtotal	7.329	-	4.282	-
ICMS a recuperar CIAP (1)	765	10.050	966	10.284
PIS a compensar (3)	374	-	412	-
PIS órgãos públicos	48	-	63	-
Subtotal	422	-	475	-
COFINS a compensar (3)	1.722	-	1.898	-
COFINS órgãos públicos	222	-	291	-
Subtotal	1.944	-	2.189	-
Outros	270	-	2.133	-
Total	19.868	10.050	17.807	10.284

(1) Com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado.

(2) O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

(3) O PIS e a COFINS a compensar decorrem do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia mantém imposto de renda diferido ativo calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e Contribuição Social diferida ativa constituída à alíquota de 9%, conforme demonstrado abaixo:

	2005		2004	
	Base de cálculo	Tributo diferido ativo	Base de cálculo	Tributo diferido ativo
Imposto de Renda				
Prejuízos fiscais	58.008	14.502	83.385	20.846
Diferenças temporárias	71.928	17.982	71.200	17.800
	129.936	32.484	154.585	38.646
Contribuição Social				
Base negativa	16.689	1.502	42.711	3.844
Diferenças temporárias	51.211	4.608	50.478	4.543
	67.900	6.110	93.189	8.387
Total		38.594		47.033
Ativo Circulante		15.785		13.738
Ativo Não Circulante		22.809		33.295

As diferenças temporárias são compostas como segue:

	2005		2004	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.280	4.280	1.079	1.079
Provisão para contingências	37.022	25.043	40.149	28.170
PIS/COFINS RTE	12.507	12.507	12.260	12.260
PIS/COFINS Reposicionamento	25	25	-	-
Outras	18.094	9.356	17.712	8.969
Total	71.928	51.211	71.200	50.478

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está apresentada a seguir:

Expectativa de Realização	2006	2007	2008	2009	Total
Imposto de Renda	10.423	11.238	9.073	1.750	32.484
Contribuição Social	3.453	2.657	-	-	6.110
	13.876	13.895	9.073	1.750	38.594

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34% em 2005 e 2004.

	2005		2004	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	114.978	114.978	99.350	99.350
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(10.100)	(10.100)	(10.210)	(10.210)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	104.877	104.877	89.140	89.140
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	26.220	9.439	22.285	8.023
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	250	90	129	46
Multas indedutíveis	6	2	2	1
Depreciação veículos diretores	19	7	17	6
Outros	44	233	78	34
	319	332	226	87
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(4.901)	(1.764)	(4.955)	(1.784)
Outros	-	-	-	(2.615)
	(4.901)	(1.764)	(4.955)	(4.399)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	21.638	8.007	17.556	3.711

14. BENEFÍCIO FISCAL – ÁGIO INCORPORADO DA CONTROLADORA

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão.

Tendo em vista que o fundamento econômico do ágio foi a aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998, a Companhia mantém o registro contábil (líquido da provisão entre o valor do ágio e o benefício fiscal respectivo) no ativo imobilizado.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349/01.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações contábeis, o valor líquido total de R\$ 159.118 (2004, R\$ 169.217), que em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo circulante e no ativo não circulante – realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2005 e 2004 são como segue:

	2005	2004
Ágio – incorporado	638.018	638.018
Provisão constituída	(421.092)	(421.092)
Benefício fiscal	216.926	216.926
Amortização do ágio acumulada	(170.025)	(140.320)
Reversão da provisão acumulada	112.217	92.611
Líquido correspondente ao crédito fiscal incorporado	159.118	169.217
Ativo Circulante	9.864	10.100
Ativo Não Circulante	149.254	159.117

O ágio está sendo amortizado pelo período da concessão, desde dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 474, de 30 de novembro de 2000.

A curva autorizada por meio da Resolução ANEEL nº 474, de 30 de novembro de 2000, para a amortização do ágio na COSERN, está assim composta:

Curva de amortização de ágio					
Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2005	0,04656	2015	0,03575	2025	0,02336
2006	0,04547	2016	0,03430	2026	0,02235
2007	0,04455	2017	0,03289	2027	0,02138
2008	0,04297	2018	0,03153		
2009	0,04118	2019	0,03022		
2010	0,04133	2020	0,02907		
2011	0,03983	2021	0,02784		
2012	0,03842	2022	0,02666		
2013	0,03705	2023	0,02551		
2014	0,03741	2024	0,02442		

15. ESTOQUE

	2005	2004
Estoque total	4.284	6.710
Imobilizado em curso	(4.096)	(5.979)
Total	188	731

16. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	2005	2004
Gastos com colocação de debêntures (1)	4.772	2.539
Exposição financeira	317	-
Outros	278	-
Total	5.367	2.539
Ativo Circulante	1.338	2.539
Ativo Não Circulante	4.029	-

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1) Conforme descrito na nota explicativa nº 22, a Companhia emitiu debêntures de longo prazo, e os custos envolvidos no processo de colocação desses títulos no mercado estão sendo apropriados ao resultado proporcionalmente aos prazos de vencimento das debêntures.

17. OUTROS CRÉDITOS

	2005	2004
Subvenção à baixa renda - tarifa social	4.958	4.593
Adiantamento a empregados	96	45
Devedores diversos	139	528
Serviços prestados a terceiros	1.235	1.253
Encargos CBEE	1.709	3.027
RGR a compensar	436	1.381
Entidade de previdência privada	475	-
Outros créditos a receber	5.075	3.613
Total	14.123	14.440
Ativo Circulante	13.062	13.725
Ativo Não Circulante	1.061	715

Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social

O Governo Federal, através da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou um significativo impacto na receita operacional da Companhia.

Através do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art.1º da Lei nº 10.438/02 e conforme o estabelecido no artigo 5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

Entidade de Previdência Privada

Crédito de antecipação de contribuição patronal aos planos de benefícios patrocinados pela Companhia junto a FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, decorrentes de ajustes dos superávits atuariais nos planos de Contribuição Definida – CD, e de Benefícios Definidos – BD, implicando redução nos percentuais de contribuição patronal sobre a folha de pagamento, aprovados pela Fundação e pela COSERN, com base nas Demonstrações de Resultado de Avaliação Atuarial – DRAA, para 31 de dezembro de 2004, preparados pela Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. IMOBILIZADO

Por atividade o imobilizado está constituído da seguinte forma:

		2005				2004	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Subtotal	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço							
Distribuição	4,98	628.738	(258.829)	369.909	(59.176)	310.733	283.467
Comercialização	9,34	1.928	(1.014)	914	-	914	921
Administração	7,92	11.775	(6.000)	5.775	-	5.775	6.088
Subtotal		642.441	(265.843)	376.598	(59.176)	317.422	290.476
Em curso							
Distribuição		30.047	-	30.047	(43.304)	(13.257)	10.532
Comercialização		13	-	13	-	13	24
Administração		715	-	715	-	715	48
Subtotal		30.775	-	30.775	(43.304)	(12.529)	10.604
Total		673.216	(265.843)	407.373	(102.480)	304.893	301.080

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 044, de 17 de março de 1999, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação por macroatividade/equipamentos principais			
Distribuição	(%)	Comercialização	(%)
Banco de capacitores	6,7	Equipamento geral	10,0
Chave de distribuição	6,7	Edificação	4,0
Condutor do sistema	5,0	Administração	(%)
Estrutura do sistema	5,0	Edificação	4,0
Regulador de tensão	4,8	Veículos	20,0
Medidor	4,0	Intangível	20,0
Transformador	5,0	Equipamento geral	10,0

O imobilizado em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários

Em atendimento às disposições contidas na Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o ativo imobilizado em curso os seguintes valores:

	Distribuição	
	2005	2004
Juros contabilizados no resultado	75.434	61.096
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(443)	(17)
Efeito líquido no resultado	74.991	61.079

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessa obrigação é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Estas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A composição dessas obrigações é a seguinte:

	2005	2004
Participação da União	1.479	1.479
Participação dos Estados	7.592	4.168
Participação dos Municípios	4.386	3.762
Participação do consumidor	68.196	66.431
Outras subvenções	20.827	8.435
Total	102.480	84.275

Plano Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica

A ANEEL, através da Resolução nº 223 de 29 de abril de 2003, alterada pela Resolução nº 52 de 25 de março de 2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público e distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003 alterou a prioridade de atendimento aos municípios dando ênfase aos com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos apenas a novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 KW.

Até 31 de dezembro de 2005, a Companhia já tinha investido cerca de R\$ 63.782 no Programa de Universalização, perfazendo um total de 114.948 novas ligações.

O Plano de Universalização para o período 2005-2008, foi enviado à ANEEL dentro do prazo previsto. Vale destacar que, na elaboração do citado plano, foi considerada a compatibilização com o Programa Luz Para Todos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Programa Luz Para Todos

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa LUZ PARA TODOS, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

Em maio de 2004 foi firmado um Termo de Compromisso entre a União (Ministério das Minas e Energia), o Estado do Rio Grande do Norte e a COSERN, com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas a implantação do Programa Luz Para Todos, na área de concessão da COSERN, propiciando o atendimento de 30.095 novos consumidores no meio rural no período 2004-2008. Neste instrumento, são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos.

A Portaria ANEEL nº 416, de 31 de agosto de 2005, aprovou a 2ª Versão do Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no Programa.

A Companhia é signatária dos seguintes:

- Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção - ECFS nº 03/2004 (Luz para Todos – 1ª Etapa), assinado em 16 de junho de 2004 com a ELETROBRÁS, no valor de R\$ 4.718 a título de financiamento (20%), com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, e de R\$ 15.726 a título de subvenção econômica (65%), com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e R\$ 3.608 com recursos próprios (15%), para atendimento de 9.180 famílias.
- Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção - ECFS nº 0019/2005 (Luz para Todos – 2ª Etapa), assinado em 09 de novembro de 2005 com a ELETROBRÁS, no valor de R\$ 6.291 a título de financiamento (19,6%), com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, e de R\$ 20.969 a título de subvenção econômica (65,4%), com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e R\$ 4.810, com recursos próprios (15%), para atendimento de 6.118 famílias
- Contratos de Concessão de Subvenção Econômica - UPP's 29 a 32/2004, assinados em 16 de junho de 2004 com a ELETROBRÁS, no valor de R\$ 456 a título de subvenção econômica, com recursos do Uso de Bem Público - UBP e multas, para atendimento de 106 famílias.
- Contrato de Obras e Instalações, assinado em 24 de dezembro de 2004 com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SEAP, no valor de R\$ 6.290, correspondente a 20% do custo total do programa de obras que integram o Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Contrato de Concessão de Subvenção Econômica – UPP 214/2005, no valor de R\$ 222 e UPP 221/2005, no valor de R\$ 43, assinados com a ELETROBRÁS em 14 de março de 2005 e 06 de julho de 2005, respectivamente, a título de subvenção econômica, com recursos do Uso de Bem Público – UBP e multas, para atendimento de 2 famílias.

19. INTANGÍVEL

Por atividade, o intangível está constituído da seguinte forma:

	2005			2004	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	16,58	19.083	(7.941)	11.142	9.616
Comercialização	15,81	10.576	(9.694)	882	2.553
Administração	11,75	9.665	(5.657)	4.008	2.538
Subtotal		39.324	(23.292)	16.032	14.707
Em curso					
Distribuição		1.154	-	1.154	3.672
Administração		65	-	65	1.384
Subtotal		1.219	-	1.219	5.056
Total		40.543	(23.292)	17.251	19.763

20. FORNECEDORES

	2005	2004
Fornecedores de energia elétrica		
CHESF (contratos iniciais)	11.551	19.643
Mega leilão	17.108	-
Outros	7.731	18.346
Subtotal	36.390	37.989
Materiais e serviços	10.993	12.926
Total	47.383	50.915

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Encargos da dívida	Principal		Total	
		Circulante	Não Circulante	2005	2004
Moeda nacional					
Banco do Brasil	304	3.021	33.934	37.259	39.166
Eletrobrás	-	1.638	12.040	13.678	11.082
BNB	135	-	46.184	46.319	23.970
Itaú	-	-	-	-	36.368
BNDES Emergencial (1)	776	12.091	79.591	92.458	100.073
BNDES FINEM	147	13.183	19.775	33.105	44.742
Unibanco	-	-	-	-	45.822
FINEP	52	-	2.364	2.416	-
Westlb	-	-	-	-	10.645
HSBC	-	-	-	-	5.043
Total moeda nacional	1.414	29.933	193.888	225.235	316.911

(1) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, concedeu, financiamento no valor de R\$ 123.101, para suprir parte das insuficiências de recursos, decorrentes de redução de receita ocorrida durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica com destinação prioritária ao adimplemento de obrigações assumidas junto a agentes do setor elétrico. Sobre o principal da dívida incidem encargos à taxa SELIC acrescida de juros de 1% a.a, sendo essa a mesma condição de remuneração do ativo regulatório reconhecido.

Condições contratuais dos empréstimos em 31 de dezembro de 2005:

Fonte	Moeda	Data de assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento
BANCO BRASIL	R\$	30/3/1994	Refinanciamento de dívida com BNDES	IGPM + 10,236% a.a.	2014
BANCO BRASIL	R\$	30/3/1994	Refinanciamento de dívida com Eletrobrás	TJLP + 10,236% a.a.	2014
ELETROBRÁS	R\$	DIVERSAS	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores.	6 a 9% a.a.	2017
BNDES/FINEM	R\$	1º/6/2000	Investimento sistema transmissão/Distribuição	TJLP + 4,5% a.a.	2008
BNDES/Emergencial	R\$	14/2/2002	Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	SELIC + 1% a.a.	2010
BNB	R\$	23/12/2004	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	14% a.a.	2013
FINEP	R\$	23/12/2004	Otimização e desempenho da rede de distribuição e programas comunitários	TJLP + 5% aa.	2011

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias ou aval da Neoenergia S.A. e no que se refere ao BNDES, vinculado a Recomposição Tarifária, 4,42% do faturamento mensal.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O total devido em moeda nacional desdobra-se da seguinte forma:

	2005		2004	
		%		%
Juros prefixados	46.318	20,56	23.970	7,56
UFIR	13.322	5,91	10.427	3,29
FINEL	356	0,16	655	0,21
IGP-M	32.712	14,52	34.451	10,87
TJLP	40.070	17,79	49.457	15,61
CDI	-	-	97.879	30,89
SELIC	92.457	41,06	100.072	31,57
Total	225.235	100,00	316.911	100,00
Principal	223.821		311.612	
Encargos	1.414		5.299	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004:

	Variação %	
	2005	2004
IGP - M	1,21	12,41
FINEL	0,24	2,48
TJLP	9,75	8,17
CDI	19,00	16,17
Taxa de Referência - TR	2,83	1,82
SELIC	19,05	16,25

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	2005	2004
2006	-	36.802
2007	40.571	96.849
2008	33.858	30.181
2009	36.209	27.922
2010	34.516	26.809
2011	15.358	10.180
Após 2011	33.376	22.023
Total	193.888	250.766

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Saldos em 1º de janeiro de 2004	64.117	179.889	179.321
Ingressos	200.922	92.123	-
Encargos	42.241	2.662	10.458
Variação monetária e cambial	1.858	4.420	871
Transferências	28.328	(28.328)	(33.297)
Amortizações	(271.321)	-	(157.353)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	66.145	250.766	-
Ingressos	20.500	28.562	-
Encargos	44.739	2.143	-
Variação monetária e cambial	518	1.760	-
Transferências	107.334	(107.334)	-
Amortizações	(189.898)	-	-
Renegociação contrato com alongamento de prazo	(17.991)	17.991	-
Saldos em 31 de dezembro de 2005	31.347	193.888	-

22. DEBÊNTURES E ENCARGOS

				2005			2004	
				Encargos	Principal			
Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
2ª Emissão	Única	1.200	CDI + 2,5% a.a	-	-	-	-	121.960
3ª Emissão	Única	17.900	CDI + 1,3% a.a	11.183	-	179.000	190.183	-
Total				11.183	-	179.000	190.183	121.960

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2005, aprovou a realização da 3ª emissão pública de debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, de espécie quirográficas, em série única, no valor de R\$ 179.000, a serem resgatadas no prazo de vencimento de 5 anos a partir da data da emissão.

A Companhia efetuou o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 2ª emissão em circulação, em 27 de setembro de 2005, de acordo com os procedimentos da Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

A 3ª emissão foi aprovada pela ANEEL através do Despacho nº 1.089, de 29 de agosto de 2005 e registradas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº CVM/SRE/DEB/2005/043 em 21 de setembro de 2005.

A escritura de emissão das debêntures prevê manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações findas em 31 de dezembro de 2005 a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	2005	2004
2006	-	33.400
2007	-	49.800
2008	35.800	30.000
2009	71.600	-
2010	71.600	-
Total	<u>179.000</u>	<u>113.200</u>

23. TAXAS REGULAMENTARES

	2005	2004
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	402	586
Quota de Consumo de Combustível - CCC	-	2.225
Conta de desenvolvimento energético - CDE	450	332
Encargos da CBEE	2.310	2.851
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	275	105
Pesquisa e desenvolvimento	10.818	3.110
Total	<u>14.255</u>	<u>9.209</u>

24. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2005	Reclassificado 2004
ICMS	14.643	12.126
Imposto de renda - Juros sobre capital próprio	2.349	2.441
Imposto de renda - Pessoas física e jurídica	36	53
INSS	727	655
FGTS	178	162
COFINS	6.723	5.587
PIS	1.460	1.213
Outros	457	398
Total	<u>26.573</u>	<u>22.635</u>
Passivo Circulante	25.085	21.152
Passivo Não Circulante	1.488	1.483

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, calculados sobre a receita de recomposição tarifária extraordinária e reposicionamento tarifário. Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições serão verificados no momento da realização dos eventos mencionados.

	2005	2004
Imposto de renda	34.626	33.889
Contribuição social sobre RTE	12.465	12.200
PIS	2.909	2.791
COFINS	13.400	12.858
Total	63.400	61.738
Passivo Circulante	13.123	11.606
Passivo Não Circulante	50.277	50.132

26. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões constituídas para contingências e respectivos depósitos judiciais são compostos como segue:

Contingências	2005			Depósitos judiciais	2004			Depósitos Judiciais
	No exercício	Atualização	Acumulada		No exercício	Atualização	Acumulada	
Trabalhistas	(1.077)	1.187	9.142	7.468	2.052	1.250	9.032	7.228
Cíveis								
Clientes - Plano Cruzado	4.610	-	7.217	-	-	-	2.607	679
Indenização por perdas	(3.895)	-	818	-	192	-	4.713	-
Acidente terceiros/trabalho	(2.733)	-	545	-	-	-	3.278	-
Comerc. energia e produtos	1.346	-	1.346	-	-	-	-	-
Outras	(2.164)	-	401	650	12	-	2.564	-
Subtotal	(2.836)	-	10.327	650	204	-	13.162	679
Fiscais								
COFINS	(120)	157	1.636	-	-	134	1.599	-
ICMS	4.646	253	-	-	(1.156)	72	1.514	-
INSS	859	79	1.939	-	-	68	1.001	-
IRPJ	(21)	27	433	407	-	(1.090)	427	407
Outras	132	-	1.323	2.228	21	(761)	1.191	407
Subtotal	5.496	516	5.331	2.635	(1.135)	(1.577)	5.732	814
Outras								
IRRF s/JSCP	-	-	-	-	-	-	-	1.483
Total	1.583	1.703	24.800	10.753	1.121	(327)	27.926	10.204
Ativo Não Circulante			-	10.753			-	10.204
Passivo Circulante			(519)	-			(13.609)	-
Passivo Não Circulante			(24.281)	-			(14.317)	-

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir possíveis perdas com tais causas.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Trabalhistas

Ações trabalhistas movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis

Ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Clientes – Tarifas Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores. A Companhia constituiu provisão tomando por base o diferencial de alíquota cobrado no período de março a novembro de 1986 dos consumidores industriais, acrescido dos encargos financeiros, cujos montantes são considerados suficientes.

Indenização por perdas – Trata-se de ação movida por empresa prestadora de serviços da COSERN na qual busca a autora indenização por prejuízos causados e lucros cessantes em virtude de rescisão de contrato de prestação de serviços. O processo ainda se encontra em Primeira Instância, na fase de perícia. A COSERN entende que é provável uma condenação, mas em valor bastante inferior ao valor pedido, razão pela qual a provisão para esse processo se mostra suficiente.

Acidente terceiros/trabalho – Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos. Em alguns casos é possível uma condenação da empresa. O montante provisionado é adequado ao estágio em que se encontram as ações e ao histórico dos valores de condenação em ações similares no Judiciário do Rio Grande do Norte.

Fiscais

Ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

COFINS - Refere-se a processo judicial arguindo a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável a tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos.

ICMS - Dois processos administrativos movidos pelo Estado, além de diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN.

INSS - Processo transitado em julgado em favor da COSERN.

IRPJ - Refere-se a Auto de Infração onde se discute lucro inflacionário acumulado realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

/ISS - Refere-se a diversos autos de infração lavrados pelas prefeituras de Natal, Mossoró, Parnamirim e Alto do Rodrigues, exigindo o recolhimento do ISS sobre os serviços taxados e uso compartilhado de postes.

27. OUTRAS CONTAS A PAGAR

		Reclassificado
	2005	2004
Consumidores	(302)	(33)
Empregados - PLR	90	69
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	4.244	3.237
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS	463	104
REFIS	-	642
Outras	1.357	1.203
Total	5.852	5.222
Passivo Circulante	4.706	4.111
Passivo Não Circulante	1.146	1.111

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital social totalmente subscrito em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 179.787 (2004, R\$ 140.413).

A Assembléia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 8 de agosto de 2005, aprovou o aumento de capital social da Companhia com recursos oriundos da Reserva Especial de Ágio (benefício fiscal) e Reserva de Remuneração e Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio, realizadas até 2004, sem a emissão de novas ações, conforme previsto no parágrafo 1º, artigo 169 da Lei 6.404/76.

A composição acionária da Cosern foi alterada, em função da desverticalização da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba antiga controladora, ocorrida em 29 de novembro de 2005, passando a Neoenergia S.A. a ser a nova controladora.

A composição do capital social realizado por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	110.782	85,38	16.507	80,12	14.646	82,63	141.935	84,45
IBERENER	8.147	6,28	2.218	10,76	1.417	8,00	11.782	7,01
Uptick Participações S.A.	7.577	5,84	1.157	5,61	1.047	5,91	9.781	5,82
PREVI	1.855	1,43	359	1,74	382	2,16	2.596	1,54
Outros	1.385	1,07	365	1,77	230	1,30	1.980	1,18
Total	129.746	100,00	20.606	100,00	17.722	100,00	168.074	100,00

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Acionistas	R\$ mil							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	118.502	85,38	17.658	80,12	15.666	82,63	151.826	84,45
IBERENER	8.715	6,28	2.372	10,76	1.516	8,00	12.603	7,01
Uptick Participações S.A.	8.105	5,84	1.237	5,61	1.120	5,91	10.462	5,82
PREVI	1.984	1,43	384	1,74	409	2,16	2.777	1,54
Outros	1.482	1,07	391	1,77	246	1,30	2.119	1,18
Total	138.788	100,00	22.042	100,00	18.957	100,00	179.787	100,00

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, e assegurada, ainda, às ações preferenciais "Classe A", prioridade na distribuição de dividendos.

Incentivo Fiscal Imposto de Renda - ADENE

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto 3.000/99. Por conta disso, a Companhia formalizou pleito à antiga SUDENE e obteve o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais através do Laudo Constitutivo nº 0038/2002 – ADENE, emitido em 3 de julho de 2002.

A ADENE deferiu novo pleito da Companhia para ampliação do percentual de redução do imposto de renda sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, através do Laudo Constitutivo nº 0148/2005, de 31 de maio de 2005. Em 5 de julho de 2005, através do Ato Declaratório Executivo nº 52, a Receita Federal reconheceu o direito da Companhia à redução do IRPJ e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, no percentual de 75%.

A Companhia apurou no período findo em 31 de dezembro de 2005 o valor de R\$ 12.837 (2004, R\$ 1.792) de incentivo fiscal ADENE, contabilizado como Reserva de Capital em montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Reserva Especial de Ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da sociedade que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente ao patrimônio líquido. (vide nota explicativa nº 14).

Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Reserva de Retenção de Lucros

A constituição da reserva de retenção de lucros visa fazer face aos investimentos futuros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 30.504 (R\$ 30.504 em 2004) constituída de acordo com o artigo 196 da Lei das S.A.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, os quais foram calculados sobre o lucro antes dos impostos, da seguinte forma:

Deliberação	Valor deliberado	Valor por ação		
		ON	PNA	PNB
<u>2005</u>				
RCA de 29 de dezembro de 2005	41.500	0,2414099	0,2655509	0,2655509
<u>2004</u>				
RCA de 13 de julho de 2004	15.500	0,0901651	0,0991816	0,0991816
RCA de 10 de novembro de 2004	21.000	0,1221592	0,1343751	0,1343751
RCA de 10 de dezembro de 2004	8.500	0,0494454	0,0543899	0,0543899
	45.000			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será considerado ao final do exercício para cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

O Conselho de Administração da Companhia encaminhou à Assembleia Geral Ordinária “ad referendum” proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$ 69.397, correspondente a R\$ 0,4036875 por ação ordinária e R\$ 0,4440563 por ação preferencial.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe “A” e “B” terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2005	2004
<u>Dividendos mínimos – sobre o lucro líquido ajustado</u>		
Ações ordinárias	52.377	46.967
Ações preferenciais classe "A"	9.150	8.205
Ações preferenciais classe "B"	7.870	7.057
Total	69.397	62.229
<u>Dividendos mínimos – sobre o lucro líquido ajustado</u>		
Lucro líquido do exercício	116.733	112.873
Constituição da reserva legal	(5.836)	(5.644)
Amortização do ágio incorporado	29.706	30.031
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(19.606)	(19.821)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	(10.100)	(10.210)
Base de cálculo do dividendo	110.897	107.229
<u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>	27.724	26.807
<u>Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos</u>		
Dividendos – R\$ 0,4036875 por ação ON e R\$ 0,4440563 por ação PN (2004, R\$ 0,1809977 por ação ON e R\$ 0,1990975 PN)	69.397	62.229
Juros sobre o capital próprio – R\$ 0,2414099 por ação ON e R\$ 0,2655509 por ação PN (2004, R\$ 0,0872566 por ação ON e R\$ 0,0959822 por ação PN)	41.500	45.000
Total bruto	110.897	107.229
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio - 15%.		
Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.	(866)	(5.070)

Em atendimento ao Aviso aos Acionistas publicado pela COSERN, em 29 de dezembro de 2005, a Neoenergia S.A. solicitou a não retenção do Imposto de Renda na Fonte, no valor de R\$ 5.252, incidente sobre os valores de juros sobre o capital próprio a receber. Conforme entendimento da Secretaria da Receita Federal, emanado pelo Parecer Normativo nº 01, de 24 de setembro de 2002, a Neoenergia S.A. na figura de contribuinte efetivo do imposto de renda devido sobre a importância recebida a título de juros sobre o capital próprio, ofereceu o valor à tributação, considerando-os na apuração do lucro real na data de seu reconhecimento efetivo do crédito, 31 de dezembro 2005.

A formação dos saldos em 31 de dezembro de 2005 é como segue:

Em 1º de janeiro de 2004	58.157
Dividendos e Juros sobre o capital próprio:	
Declarados	189.996
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	(5.070)
Pagos	(173.162)
Em 31 de dezembro de 2004	69.921
Dividendos e Juros sobre o capital próprio:	
Declarados	110.897
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	(866)
Pagos	(69.745)
Em 31 de dezembro de 2005	110.207

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 10 de janeiro de 2006 foi pago o montante de R\$ 20.574 referente a juros sobre capital próprio aprovados conforme RCA realizada em 29 de dezembro de 2005.

29. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Nº de consumidores		MWh (1)		R\$	
	(1)					
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Consumidores:						
Residencial	758.977	730.901	976.419	898.157	296.273	229.936
Industrial	4.484	4.439	757.073	886.560	172.822	169.476
Comercial	61.071	59.098	585.667	505.972	197.087	148.856
Rural	36.903	29.880	346.941	306.571	56.013	41.855
Poder Público	9.506	9.407	165.382	154.477	62.034	46.728
Iluminação Pública	2.865	2.571	128.193	121.732	23.445	19.924
Serviço Público	1.382	1.342	196.680	181.062	45.332	35.315
Consumo próprio	90	90	6.570	5.878	1.809	1.818
Suprimento	1	1	269	163	-	4
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(21.615)	2.628
Subtotal	875.279	837.729	3.163.194	3.060.572	833.200	696.540
Reversão da recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	(27.586)	(24.548)
Receita (reversão) revisão tarifária	-	-	-	-	(3.377)	3.651
Reversão energia livre	-	-	-	-	(6.684)	(5.884)
Disponibilização sistema transmissão e distribuição	-	-	-	-	19.703	6.704
Encargos CBEE	-	-	-	-	19.856	28.267
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e contratos bilaterais	-	-	121.000	208.058	2.259	8.698
Subvenção à baixa renda - tarifa social	-	-	-	-	34.061	24.487
Outras receitas	-	-	-	-	6.322	10.133
Total	875.279	837.729	3.284.194	3.268.630	877.754	748.048

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Reajuste Tarifário

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 103, de 18 de abril de 2005, fixou em 19,58% o índice médio de reajuste tarifário da COSERN, para o ano de 2005, sendo 15,02% para os consumidores atendidos em baixa tensão (residenciais e outros) e entre 27,41% e 22,09% para os consumidores de alta tensão (industriais e comerciais de médio e grande portes), vigente a partir de 22 de abril de 2005.

Em 2 de junho de 2005, foi expedido o mandado de intimação nº 002.000672-2/2005, em caráter de liminar, que suspende os efeitos da Resolução Homologatória ANEEL nº 103, de 18 de abril de 2005, e determina a aplicação do reajuste anual de 11,1321% relativos à variação do IGP-M no período de abril de 2004 a março de 2005, aplicado de forma linear pela COSERN a partir de 6 de junho de 2005.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 13 de junho de 2005, foi emitido um novo Mandado de Intimação de nº 0002.000696.8/2005, determinando que o índice de reajuste anual de 11,1321% fosse aplicado de forma proporcional o qual foi atendido pela Companhia. Em 14 de setembro de 2005, a Companhia voltou a praticar as tarifas homologadas pela ANEEL, devido a suspensão da antecipação de tutela, no entanto, ainda ficou impedida de cobrar os valores retroativos, no período de 6 de junho a 13 de setembro de 2005, em função da nova decisão da Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio Grande do Norte.

Até 31 de dezembro de 2005, a Companhia contabilizou o valor de R\$ 7.341 mil (R\$ 4.845 mil líquido de impostos), correspondente à diferença do reajuste de 19,58%, homologado pela ANEEL e o determinado em liminar, aplicável ao fornecimento de energia por entender que o julgamento do mérito será favorável à Companhia.

Outras Receitas Operacionais

	2005	2004
Renda da prestação de serviços	1.202	5.981
Arrendamentos e aluguéis	2.328	2.191
Serviço taxado	1.060	1.382
Outras receitas	1.732	579
Total	6.322	10.133

30. COMPRA E VENDA DE ENERGIA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE E CONTRATOS BILATERAIS

Nos exercícios de 2005 e 2004 a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da CCEE e através de contratos bilaterais conforme demonstrado a seguir:

	2005		2004	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Compra				
CCEE	30.312	556	11.892	221
Ajustes	-	-	1.632	15
Total	30.312	556	13.524	236
	2005		2004	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Venda				
CCEE (*)	120.845	2.256	158.560	7.640
Ajustes	155	3	110	1
Subtotal	121.000	2.259	158.670	7.641
Contratos bilaterais	-	-	49.388	1.057
Total	121.000	2.259	208.058	8.698

(*) venda estimada referente ao mês de dezembro de 2005 (2004, mês de dezembro).

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Os montantes de receitas/despesas, faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31. RESULTADO OPERACIONAL

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2005	2004
Receita Operacional Líquida	619.655	543.717
Custos e Despesas Operacionais		
Pessoal	(41.244)	(37.281)
Administradores	(1.282)	(1.575)
Entidade de previdência privada	(1.135)	(1.379)
Material	(6.385)	(5.572)
Serviços de terceiros	(33.872)	(31.663)
Conta para consumo combustível - CCC	(36.040)	(20.222)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TFSEE	(1.627)	(1.207)
Pesquisa e desenvolvimento	(8.937)	(3.103)
Energia elétrica comprada para revenda	(205.993)	(195.433)
Encargo de uso do sistema de transmissão	(57.692)	(50.441)
Depreciação e amortização (B)	(35.039)	(34.485)
Tributos	(2.897)	(3.193)
Provisões líquidas - PCLD	(6.454)	26.867
Provisões líquidas - contingências	(1.583)	1.121
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.619)	(4.294)
Outros	(8.964)	(10.859)
	<u>(454.763)</u>	<u>(372.719)</u>
Resultado do serviço (A)	164.892	170.998
Resultado Financeiro	(6.119)	(14.981)
Juros sobre capital próprio	(41.500)	(45.000)
Resultado Operacional	<u>117.273</u>	<u>111.017</u>
EBITDA (*) (LAJIDA**) = A + B	<u>199.931</u>	<u>205.483</u>

EBITDA* = Earnings before interest, tax, depreciation and amortization.

LAJIDA** = Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

Pessoal	2005	2004
Remunerações	17.601	15.064
Encargos sociais	8.087	7.025
Auxílio alimentação	1.453	1.589
Convênio assistencial e outros benefícios	3.291	2.219
Incentivo à aposentadoria e PDV	354	494
Provisão para férias e 13º salário	3.661	3.637
Plano de saúde	1.295	1.213
Contencioso trabalhista	945	2.770
Participação nos resultados	5.229	3.974
Encerramento de ordens em curso	112	64
(-) Transferências para ordens em curso	(784)	(768)
Total	<u>41.244</u>	<u>37.281</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2005		2004	
	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)
Energia elétrica comprada para revenda				
CHESF	119.219	2.091.791	211.289	3.790.296
Mega leilão	103.054	1.693.526	-	-
SAELPA	94	1.251	165	2.502
NC Energia	1.511	10.716	1.355	11.437
Compras na CCEE	556	30.312	221	11.892
Parcela A - energia	2.268	-	784	-
Crédito PIS/COFINS	(20.709)	-	(18.406)	-
Outros	-	-	25	-
Total	205.993	3.827.596	195.433	3.816.127

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Encargos de uso do sistema de transmissão	2005	2004
FURNAS	6.183	9.068
CTEEP	4.330	5.747
ELETRONORTE	3.224	4.632
CHESF	14.487	12.050
ELETROSUL	2.715	3.760
CEMIG	1.730	2.344
CEEE	1.248	1.910
CVA encargos	15.682	1.327
Crédito PIS/COFINS	(4.282)	(4.675)
Outros	12.375	14.278
Total	57.692	50.441

Depreciação e amortização	2005	2004
Quota de depreciação no exercício	35.127	34.634
(-) Depreciação transferida para ordens em curso	(88)	(149)
Depreciação residual no resultado	35.039	34.485

Outras despesas operacionais	2005	2004
Arrendamentos e aluguéis	1.024	167
Seguros	221	193
Doações e contribuições	1.068	566
Recuperação de despesa	(1.324)	(631)
Publicações e avisos de desligamentos	33	588
Órgãos de classe do setor elétrico	534	470
Despesas de viagem	957	785
Consumo próprio de energia elétrica	100	11
Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE	250	1.562
Propaganda e Publicidade	946	555
Processos cíveis	758	1.106
Encerramento de ordem em curso	151	17
Desembolso a compartilhada	3.166	5.174
Outros	1.080	296
Total	8.964	10.859

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

32. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2005	2004
Ganho na desativação/alienação de bens e direitos	(7)	24
Perda na desativação de bens e direitos	(1.902)	(11.711)
Outras (despesas) receitas não operacionais	(386)	20
Total	(2.295)	(11.667)

33. PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

A Companhia possui um programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, baseado nos objetivos operacionais e financeiros previamente estabelecidos com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2005 foi de R\$ 5.229 (2004, R\$ 3.974).

34. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas	Natureza da operação	2005			2004		
		Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)
IBERENER	Dividendos/Juros sobre o capital próprio	-	2.492	-	-	708	-
PREVI	Dividendos/Juros sobre o capital próprio	-	548	-	-	-	-
Amara Brasil (a)	Administração de almoxarifado	-	43	(592)	-	53	(596)
Termoapu S.A.	Valores a receber	27	-	-	27	-	15
NC Energia	Valores a pagar (b)	-	274	(1.511)	-	220	(1.358)
	Serviços de consultoria (c)	-	19	(249)	-	17	(222)
	Total NC Energia	-	293	(1.760)	-	237	(1.580)
Celpe	Serviços compartilhados (d)	-	-	-	-	26	-
	Material/serviço	41	-	3	41	1	167
	Total Celpe	41	-	3	41	27	167
Coelba	Serviços compartilhados (d)	-	-	-	-	1.107	-
	Material/serviço	-	236	(940)	-	9	250
	Uso da rede	-	7	(67)	-	11	(88)
	Dividendos/Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	36.779	-
	Total Coelba	-	243	(1.007)	-	37.906	162
Neoenergia	Dividendos/Juros sobre o capital próprio	-	35.017	-	-	13.795	-

- (a) Amara Brasil - Contrato nº 4600007377, vigência de 16 de maio de 2005 até 15 de maio de 2008. O mesmo é corrigido pelo IGP-M a cada 12 meses.
- (b) NC Energia - Contrato de Compra de Energia (GCS AM – 010/2002), vigência de 1º de outubro de 2002 até 30 de novembro de 2006. O reajuste do mesmo ocorrerá na data de revisão do reajuste tarifário.
- (c) NC Energia - Contrato de Prestação de Serviços, vigência de 1º de janeiro de 2003 até 31 de dezembro de 2005. O mesmo será atualizado anualmente.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d) Serviços compartilhados - As Companhias COELBA, CELPE e COSERN celebraram, entre si, em 30 de outubro de 2001, vigente até 5 de outubro de 2021, o Contrato denominado "Guaraniana Serviços Compartilhados" com o objetivo de:

- Implantar um sistema unificado de atividades operacionais e administrativas, nas áreas: Engenharia Básica, Suprimentos, Marketing, Informática, Riscos e Seguros e Regulação e Tarifa;
- Otimizar o aproveitamento dos recursos financeiros e humanos empregados no desenvolvimento das referidas atividades, em regime de serviços de interesse recíproco;
- Atender, de maneira mais eficiente e econômica, aos interesses e necessidades de cada uma das Consorciadas.

Em 1º de novembro de 2001, as Companhias encaminharam o pedido de anuência ao referido contrato à ANEEL, em atendimento ao estabelecido na Resolução ANEEL nº 022, de 4 de fevereiro de 1999. Em decorrência da implementação do Consórcio, os balanços das empresas contemplam ativos e passivos oriundos dessas transações.

Posteriormente, a ANEEL, através do Ofício nº 1327/2002-SFF/ANEEL, de 26 de dezembro de 2002, comunicou a não aprovação do Contrato de Consórcio. A Companhia vem adotando providências no sentido de atender a recomendação da ANEEL, já tendo realizado alterações no modelo que corresponderam à criação de estruturas organizacionais independentes em cada empresa, para as funções de: Regulação, Engenharia Básica e Normalização, Marketing e Riscos e Seguros e Suprimentos. Ao mesmo tempo, firmou-se o compromisso de elaborar estudos para, dentro de prazo pré-determinado, a findar-se em 31 de dezembro de 2005, efetivar a adequação das atividades de Informática e Suprimentos, com operações e atuações independentes mas de maneira sinérgica.

Com o objetivo de regulamentar os serviços compartilhados da atividade de informática até a segregação definitiva, a ANEEL, através do Despacho nº 1.408, de 4 de outubro de 2005, resolve aprovar a implantação do Acordo de Cooperação Mútua firmado entre as empresas COELBA, COSERN e CELPE, para a execução e coordenação das atividades referentes aos serviços de informática, mediante a emissão de documento fiscal competente e pagamento em parcelas mensais, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2005.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da Companhia.

Atualmente a Companhia não possui dívida em moeda estrangeira.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2005, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Numerário disponível e aplicações financeiras – o valor de mercado desses ativos aproxima-se dos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- As contas e títulos a receber de setores públicos, federais, estaduais e municipais (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$ 236.635 (2004, R\$ 213.388), líquido da provisão para crédito de liquidação duvidosa no consolidado. Não foi possível estimar os valores de mercado dos créditos vencidos, face às negociações em andamento que impossibilita a previsão dos prazos de recebimento.
- Os ativos e passivos regulatórios estão registrados conforme critérios definidos pela ANEEL.
- Valores contábeis dos empréstimos e financiamentos – Os valores de mercados foram calculados com base em taxas de mercado em vigor na data do balanço. Para os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projetos de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto à ELETROBRÁS e aos consumidores, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 são como segue:

	(Ativos) passivos – Consolidados			
	2005		2004	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos	225.235	225.033	316.911	316.491
Debêntures	190.183	190.183	121.960	121.960
Títulos e valores mobiliários	(3.693)	(3.693)	(3.112)	(3.112)

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Fatores de risco

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para reduzir esse tipo de risco, e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de Moeda estrangeira

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de aumento nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia encerrou o exercício de 2004 com todas as operações de swap liquidadas, assim como os empréstimos em moeda estrangeira.

Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamento e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômicos-financeiros em determinados níveis. O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas 21 e 22).

Risco quanto a escassez de energia

A energia adquirida e vendida pela Companhia é basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento de custo na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS, não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

36. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas são como segue:

	Vigência	2006	2007	2008	2009	2010	Após 2010
Contrato de compra de energia	2006 a 2039	246.509	305.643	343.186	362.393	409.058	2.855.068

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço contratado no final do período. Esses montantes incluem contratos principalmente com a CHESF, FURNAS, COPEL, CESP e ELETRONORTE nos montantes de R\$ 299.821, R\$ 260.637, R\$ 75.688, R\$ 74.377 e R\$ 38.625, respectivamente. A vigência desses contratos varia entre 1 e 30 anos. As taxas fixadas em tais contratos são determinadas de maneira a cobrir as despesas operacionais, bem como os custos de transmissão de energia às áreas de concessão.

37. PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes, e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o Plano de Benefícios Previdenciários a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (das patrocinadoras e dos participantes) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano. No plano previdenciário de Benefício Definido, eventuais insuficiências serão de corresponsabilidade da patrocinadora.

A contribuição da Patrocinadora COSERN para o plano de Benefício Definido corresponde a 7,00% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 4,99% correspondem às contribuições normal e de risco e 2,01% à cobertura das despesas administrativas da FASERN.

A partir de março de 1999, a FASERN passou a adotar novo plano de benefício previdenciário de Contribuição Definida, no qual encontram-se atualmente todos participantes ativos.

O plano contempla benefícios de risco com cobertura para invalidez e morte totalmente custeados pela patrocinadora, aos empregados ativos participantes do plano. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, pagamento único. Por suas características, o plano previdenciário de contribuição definida não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da Patrocinadora COSERN para o plano de Contribuição Definida corresponde a 6,04% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 4,01% correspondem à contribuição normal (igual a dos participantes), 0,22% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% à cobertura das despesas administrativas da FASERN.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As contribuições pagas ou provisionadas durante o exercício foram as seguintes:

Plano de Benefício Definido	FASERN	
	2005	2004
Custo do imobilizado em curso	88	271
Despesas operacionais	1.135	1.379
Total	1.223	1.650

Deliberação CVM nº 371 – Contabilização dos Planos de Pensão

Na avaliação atuarial do plano de benefício definido foi adotado o método do crédito unitário projetado, conforme facultado pela Interpretação Técnica do IBRACON nº 01/01, referendada pela CVM através do Ofício Circular CVM/SEP/SNC/ nº 01/2002.

O parecer atuarial da FASERN, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira da fundação, em 31 de dezembro de 2005 e 2004 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371/00:

Plano de Benefícios Definido	FASERN	
	2005	2004
Valor presente das obrigações atuariais com direitos já vencidos	(50.360)	(46.719)
Obrigação atuarial total com o plano	(50.360)	(46.719)
Valor justo dos ativos do plano	69.567	63.585
Valor presente das obrigações atuariais líquidas	19.207	16.866
Passivo/(Ativo) líquido no balanço patrimonial	(9.040)	(7.143)
Valor do custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço	10.167	9.723
Perdas atuariais não reconhecidas	10.167	9.723
Limite do "corredor" para reconhecimento no resultado	6.957	6.359

Os superávits apresentados no plano previdenciário de benefício definido da FASERN minimizam o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A realização e registro contábil dos superávits não têm previsão na legislação atual.

Custo esperado do Plano Previdenciário de Benefício Definido	FASERN	
	2005	2004
Juros sobre a obrigação atuarial	4.936	4.584
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(6.903)	(6.311)
Custos de amortizações	(166)	(170)
Custo esperado estimado para o ano de 2006/2005	(2.133)	(1.897)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Principais premissas atuariais	FASERN	
	2005	2004
Taxa de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,24%	10,24%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	10,24%	10,24%
Índice estimado de aumentos salariais futuros	6,08%	6,08%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%
Fator de capacidade benefício/salário	98,00%	98,00%
Tábua geral de mortalidade	AT-83	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	AT-49
Tábua de entrada de invalidez	LIGHT-MÉDIA	LIGHT-MÉDIA

38. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia, está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada	Prêmio
Riscos nomeados – Subestações e Usinas	31/12/2005	76.745	132
Riscos nomeados – Imóveis próprios e locados	31/12/2005	18.068	31
Responsabilidade Civil Geral – RC Operações	31/12/2005	1.800	66

Os seguros da Companhia são contratados conforme a respectiva política de gerenciamento de riscos e seguro vigente.

Riscos nomeados – subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Têm cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra danos elétricos.

Riscos nomeados – imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros) e almoxarifados - com respectivos conteúdos, cobertura securitária básica de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia. O limite máximo a indenizar por contratação (anual) é de R\$ 1.200; com limite agregado de 50% atinge-se R\$ 1.800.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

39. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE – NÃO AUDITADA

A composição do resultado da COSERN segregado por atividade é a seguinte:

	Distribuição/ Comercialização	Não Vinculadas à Concessão	Total
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Fornecimento de energia elétrica	833.200	-	833.200
Suprimento de energia elétrica - MAE	2.259	-	2.259
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	19.703	-	19.703
Subvenção à baixa renda (tarifa social)	34.061	-	34.061
Reversão da receita recomposição tarifária do racionamento	(27.586)	-	(27.586)
Reversão da receita energia livre racionamento	(6.684)	-	(6.684)
Receita recomposição revisão tarifária - líquida	(3.377)	-	(3.377)
Encargos CBEE	19.856	-	19.856
Outras receitas operacionais	6.322	-	6.322
Receita operacional	877.754	-	877.754
ICMS	(148.149)	-	(148.149)
PIS	(16.001)	-	(16.001)
COFINS	(67.381)	-	(67.381)
ISS	(200)	-	(200)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(6.388)	-	(6.388)
Encargos CBEE	(19.980)	-	(19.980)
Deduções da receita operacional	(258.099)	-	(258.099)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	619.655	-	619.655
Custo do serviço de energia elétrica	(383.649)	-	(383.649)
Custo com energia elétrica	(263.685)	-	(263.685)
Energia elétrica comprada para revenda	(205.993)	-	(205.993)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(57.692)	-	(57.692)
Custo de operação	(119.964)	-	(119.964)
Pessoal	(17.211)	-	(17.211)
Entidade de previdência privada	(425)	-	(425)
Material	(4.544)	-	(4.544)
Serviços de terceiros	(13.044)	-	(13.044)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(36.040)	-	(36.040)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.619)	-	(5.619)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	(1.627)	-	(1.627)
Depreciação e amortização	(31.474)	-	(31.474)
Arrendamentos e aluguéis	(48)	-	(48)
Tributos	(164)	-	(164)
Outros custos	(9.768)	-	(9.768)
Custo de serviço prestado a terceiros	(2.640)	-	(2.640)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	233.366	-	233.366

- continua -

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

continuação -

	Distribuição/ Comercialização	Não Vinculadas à Concessão	Total
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Despesas operacionais	(68.474)	-	(68.474)
Despesas com vendas	(24.046)	-	(24.046)
Despesas gerais e administrativas	(44.428)	-	(44.428)
Resultado do serviço	164.892	-	164.892
Resultado financeiro	(6.119)	-	(6.119)
Receita	79.030	-	79.030
Renda de aplicações financeiras	1.176	-	1.176
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	25.391	-	25.391
Remuneração financeira ativos regulatórios	39.954	-	39.954
Variação monetária	15.192	-	15.192
Outras receitas financeiras	(2.683)	-	(2.683)
Despesa	(85.149)	-	(85.149)
Encargos de dívida (líquido de R\$ 443 transferido para custo da obra nota 18)	(74.991)	-	(74.991)
Remuneração financeira passivos regulatórios	(6.962)	-	(6.962)
Variação monetária	(5.330)	-	(5.330)
Outras despesas financeiras	2.134	-	2.134
Juros sobre capital próprio a pagar	(41.500)	-	(41.500)
RESULTADO OPERACIONAL	117.273	-	117.273
Receita não operacional	18	-	18
Despesa não operacional	(2.313)	-	(2.313)
Resultado não operacional	(2.295)	-	(2.295)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	114.978	-	114.978
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(11.742)	-	(11.742)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(17.903)	-	(17.903)
Amortização do ágio e reversão PMIPL	-	(10.100)	(10.100)
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	85.333	(10.100)	75.233
Reversão dos juros sobre o capital próprio	41.500	-	41.500
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	126.833	(10.100)	116.733

As receitas e despesas vinculadas às atividades de produção, transmissão e distribuição são alocadas diretamente às unidades operativas, e as vinculadas à administração central são alocadas às unidades administrativas. As despesas remanescentes com administração central, após o rateio de administração geral às ordens em curso, são alocadas às atividades operativas proporcionalmente aos saldos das contas. As receitas e despesas com participações societárias são alocadas aos investimentos atípicos à concessão. Esse procedimento está em conformidade com o que determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, estabelecido pela Resolução ANEEL 001/97

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

40. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Demonstrações conforme Deliberação CVM nº 488/2005 (BP, DRE e DOAR)

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

ANEXO II - ATIVOS E PASSIVOS EXTERNOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

ATIVO	Nota	2005	2004
		R\$ mil	R\$ mil
			(Reclassificado)
CIRCULANTE			
Numerário disponível		20.685	3.698
Aplicações financeiras	5	7.034	122
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	167.116	142.473
Titulos a receber	7	29.660	24.571
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	8	(20.598)	(16.979)
Ativos regulatórios	9	49.542	58.984
Repasse de empréstimos e financiamentos		19	14
Serviços em curso		2.152	2.204
Titulos e valores mobiliários	11	741	612
Tributos e contribuições sociais a compensar	12	19.868	17.807
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	15.785	13.738
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	14	9.864	10.100
Estoque	15	188	731
Despesas pagas antecipadamente	16	1.338	2.539
Outros créditos	17	13.062	13.725
TOTAL DO CIRCULANTE		316.456	274.339
NÃO CIRCULANTE			
<u>Realizável a longo prazo</u>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	17.583	17.474
Titulos a receber	7	181.580	161.490
Ativos regulatórios	9	166.937	168.451
Repasse de empréstimos e financiamentos		107	152
Depósitos judiciais	26	10.753	10.204
Titulos e valores mobiliários	11	2.962	2.500
Tributos e contribuições sociais a compensar	12	10.050	10.284
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	22.809	33.295
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	14	149.254	159.117
Bens e direitos destinados a alienação		9	9
Despesas pagas antecipadamente	16	4.029	-
Outros créditos	17	1.061	715
Total do realizável a longo prazo		567.134	563.691
<u>Investimentos</u>			
Investimentos		780	10
Total dos investimentos		780	10
<u>Imobilizado</u>			
Imobilizado - líquido	18	304.893	301.080
Total do Imobilizado		304.893	301.080
<u>Intangível</u>			
Intangível - líquido	19	17.251	19.763
Total do intangível		17.251	19.763
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		890.058	884.544
TOTAL DO ATIVO		1.206.514	1.158.883

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

PASSIVO	Nota	2005	2004
		R\$ mil	R\$ mil
		(Reclassificado)	
CIRCULANTE			
Fornecedores	20	47.383	50.915
Empréstimos, financiamentos e encargos da dívida	21	31.347	66.145
Debêntures e encargos	22	11.183	8.760
Passivos regulatórios	9	12.792	7.358
Folha de pagamento		1.086	555
Taxas regulamentares	23	14.255	9.209
Tributos e contribuições sociais	24	25.085	21.152
Tributos e contribuições sociais diferidos	25	13.123	11.606
Dividendos e juros sobre o capital próprio	28	110.207	69.921
Obrigações estimadas		9.785	7.361
Provisão para contingências	26	519	13.609
Adiantamentos recebidos		1.713	1.317
Consumidores devolução baixa renda		277	281
Outras contas a pagar	27	4.706	4.111
TOTAL DO CIRCULANTE		283.461	272.300
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	21	193.888	250.766
Debêntures	22	179.000	113.200
Passivos regulatórios	9	28.386	28.763
Tributos e contribuições sociais	24	1.488	1.483
Tributos e contribuições sociais diferidos	25	50.277	50.132
Provisão para contingências	26	24.281	14.317
Coligadas e controladora		236	1.133
Outras contas a pagar	27	1.146	1.111
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		478.702	460.905
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	28	179.787	140.413
Reservas de capital		203.618	230.155
Reservas de lucros		60.946	55.110
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		444.351	425.678
TOTAL DO PASSIVO		1.206.514	1.158.883

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

	Nota	2005 R\$ mil	2004 R\$ mil (Reclassificado)
Fornecimento de energia elétrica	29	833.200	696.540
Suprimento de energia elétrica - CCEE	29	2.259	8.698
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	29	19.703	6.704
Subvenção a baixa renda (tarifa social)	29	34.061	24.487
Reversão da receita recomposição tarifária do racionamento	9 e 29	(27.586)	(24.548)
Reversão da receita energia livre racionamento	29	(6.684)	(5.884)
Receita recomposição revisão tarifária - líquida	29	(3.377)	3.651
Encargos - CBEE	29	19.856	28.267
Outras receitas operacionais	29	6.322	10.133
Receita operacional		877.754	748.048
ICMS		(148.149)	(115.706)
PIS		(16.001)	(8.818)
COFINS		(67.381)	(45.229)
ISS		(200)	(92)
Quota para reserva global de reversão - RGR		(6.388)	(6.219)
Encargos CBEE		(19.980)	(28.267)
Deduções da receita operacional		(258.099)	(204.331)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		619.655	543.717
Custo do serviço de energia elétrica		(383.649)	(339.548)
Custo com energia elétrica		(263.685)	(245.874)
Energia elétrica comprada para revenda	31	(205.993)	(195.433)
Encargos de uso do sistema de transmissão	31	(57.692)	(50.441)
Custo de operação		(119.964)	(93.674)
Pessoal	31	(17.211)	(19.378)
Entidade de previdência privada	31	(425)	(650)
Material	31	(4.544)	(4.274)
Serviços de terceiros	31	(13.044)	(12.373)
Subvenção - conta consumo de combustível - CCC	31	(36.040)	(20.222)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	31	(5.619)	(4.294)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	31	(1.627)	(1.207)
Depreciação e amortização	31	(31.474)	(30.145)
Arrendamentos e aluguéis	31	(48)	(9)
Tributos	31	(164)	(162)
Outros custos	31	(9.768)	(960)
Custo de serviço prestado a terceiros		(2.640)	(520)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		233.366	203.649

- continua -

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- continuação -

	Nota	2005	2004
		R\$ mil	R\$ mil
			(Reclassificado)
Despesas operacionais		(68.474)	(32.651)
Despesas com vendas	31	(24.046)	4.106
Despesas gerais e administrativas	31	(44.428)	(36.757)
Resultado do serviço		164.892	170.998
Resultado financeiro		(6.119)	(14.981)
Receita		79.030	104.660
Renda de aplicações financeiras		1.176	220
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia		25.391	26.740
Remuneração financeira ativos regulatórios		39.954	39.146
Variação monetária		15.192	18.096
Variação cambial		-	12.462
Operações Swap		-	8.829
Outras receitas financeiras		(2.683)	(833)
Despesa		(85.149)	(119.641)
Encargos de dívida (líquido de R\$ 443 transferido para custo obra - nota 18)		(74.991)	(61.079)
Remuneração financeira passivos regulatórios		(6.962)	(7.229)
Variação monetária		(5.330)	(6.508)
Variação cambial		-	(14.472)
Operações Swap		-	(13.464)
Outras despesas financeiras		2.134	(16.889)
Juros sobre o capital próprio		(41.500)	(45.000)
RESULTADO OPERACIONAL		117.273	111.017
Receita não operacional		18	85
Despesa não operacional		(2.313)	(11.752)
Resultado não operacional	32	(2.295)	(11.667)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		114.978	99.350
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(11.742)	2.969
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(17.903)	(24.236)
Amortização ágio e reversão PMIPL		(10.100)	(10.210)
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		75.233	67.873
Reversão dos juros sobre o capital próprio		41.500	45.000
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		116.733	112.873
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - R\$		0,69	0,67

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

	2005	2004
	R\$ mil	R\$ mil
		(Reclassificado)
ORIGENS		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	116.733	112.873
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	35.039	34.485
Amortização do agio e reversão PMIPL	10.100	10.210
Variações monetárias, cambiais e juros do longo prazo, líquidas	(42.996)	(40.128)
Valor residual do ativo permanente baixado	813	12.618
Provisão (reversão) para ajuste do valor de realização da RTE	(5.639)	9.384
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.945	30.595
Reserva de incentivo fiscal - ADENE	12.837	1.792
Total originado das operações	131.832	171.829
Recursos de outras fontes		
Aumento em empréstimos e financiamentos	28.562	92.123
Aumento em debêntures	179.000	120.000
Obrigações vinculadas	18.205	8.603
Aumento do passivo não circulante - outros	91.111	35.357
Transferência do realizável a longo prazo para o ativo circulante	93.165	86.662
Diminuição do realizável a longo prazo	-	8.032
	410.043	350.777
TOTAL DAS ORIGENS	541.875	522.606
APLICAÇÕES		
No ativo realizável a longo prazo	61.858	-
No investimento	770	-
No imobilizado	55.358	59.511
Transferência do passivo não circulante para o passivo circulante	226.370	62.282
Diminuição do passivo não circulante	55.666	10.815
Juros sobre o capital próprio	41.500	45.000
Dividendos declarados proveniente do lucro líquido do exercício	69.397	62.229
Dividendos declarados proveniente da reserva de retenção de lucros	-	82.767
TOTAL DAS APLICAÇÕES	510.919	322.604
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	30.956	200.002
Representado(a) por:		
Ativo circulante	316.456	274.339
Passivo circulante	283.461	272.300
	32.995	2.039
Menos - capital circulante líquido inicial	2.039	(197.963)
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	30.956	200.002

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

• Informação adicional (Fluxo de Caixa, DVA e Balanço Social)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

	2005 R\$ mil	2004 R\$ mil (Reclassificado)
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Lucro líquido do exercício	116.733	112.873
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	35.039	34.485
Amortização do ágio e reversão PMIPL	10.100	10.210
Variações monetárias, cambiais e juros, líquidas - Curto e Longo Prazo	30.270	(46.803)
Valor residual do ativo permanente baixado	813	12.618
Provisão (reversão) para contingências fiscais, chaves e trabalhistas	1.583	(1.121)
Provisão (reversão) para ajuste do valor de realização da RTE	(5.639)	9.384
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.945	30.595
Reserva de incentivo fiscal - ADENE	12.837	1.792
TOTAL	206.681	164.033
(Aumento) redução de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(19.946)	(26.511)
Títulos a receber	(8.438)	(31.824)
Ativos Regulatórios	56.539	15.501
Repasse de empréstimos e financiamentos	45	180
Serviços em curso	52	(168)
Depósitos judiciais	(549)	53
Títulos e valores mobiliários	(591)	(2.107)
Tributos e contribuições sociais a compensar	(2.693)	4.857
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.515)	(16.751)
Contas a receber - controladora	-	131.974
Estoque	542	(15)
Bens e direitos destinados a alienação	-	35
Despesas pagas antecipadamente	(3.187)	-
Outros créditos	318	(5.877)
TOTAL	15.577	69.347
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(3.532)	12.857
Encargos de empréstimos e debêntures	(90.173)	(55.748)
Passivos Regulatórios	(1.930)	(11.303)
Folha de pagamento	532	(361)
Taxas regulamentares	5.046	3.666
Entidade de previdência privada	-	(1.574)
Tributos e contribuições sociais	5.420	1.829
Tributos e contribuições diferidos	11.672	11.801
Programa Recuperação Fiscal - REFIS	(590)	(2.265)
Obrigações estimadas	2.424	(8.036)
Provisão para contingências	(6.413)	(3.360)
Adiantamentos recebidos	395	1.031
Consumidores devolução baixa renda	-	(320)
Coligadas e controladora	(900)	(5)
Outras contas a pagar	(214)	(1.822)
TOTAL	(78.263)	(53.620)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES	143.995	179.760

- continua -

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- continuação -

	2005	2004
	R\$ mil	R\$ mil
		(Reclassificado)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos obtidos	49.062	293.045
Debêntures emitidas	179.000	120.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(120.490)	(372.926)
Pagamentos de debêntures	(120.000)	-
Pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos	(69.745)	(173.162)
Obrigações vinculadas	18.205	8.603
TOTAL	(63.968)	(124.440)
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	80.027	55.320
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aplicações no investimento	(770)	-
Aplicações no imobilizado	(55.358)	(59.511)
	(56.128)	(59.511)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	23.899	(4.191)
Caixa e equivalentes no início do exercício	3.820	8.011
Caixa e equivalentes no final do exercício	27.719	3.820
TOTAL DOS EFEITOS DE CAIXA	23.899	(4.191)
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES		
Juros Pagos	90.173	55.748
Imposto de renda e contribuição social pagos	4.868	9.649
TOTAL	95.041	65.397
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM CAIXA:		
Juros capitalizados	443	17

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

	2005	2004
	R\$ mil	R\$ mil
RECEITAS		
Vendas de energia e serviços	877.754	748.048
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(6.454)	26.867
Resultado não operacional	(2.295)	(11.867)
	869.005	763.248
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica e uso da rede	(263.685)	(245.874)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(49.796)	(46.806)
	(313.481)	(292.680)
VALOR ADICIONADO BRUTO	555.524	470.568
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(35.039)	(34.485)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	520.485	436.083
VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO - Receitas financeiras	79.030	91.196
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	599.515	527.279
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
. Pessoal e administradores		
Remunerações	18.687	16.367
Encargos sociais (exceto INSS)	1.760	1.685
Entidade de previdência privada	1.164	1.379
Auxílio alimentação	1.453	1.589
Incentivo à aposentadoria e PDV	354	503
Convênio assistencial e outros benefícios	9.543	10.202
Participação nos resultados	5.229	3.974
Custos imobilizados	(783)	(768)
Total	37.407	34.931
. Governo		
INSS (sobre folha de pagamento)	6.253	5.304
ICMS	148.149	115.706
Imposto de renda e contribuição social	39.745	31.477
PIS e COFINS sobre faturamento	83.382	54.047
Obrigações intra-setoriais	78.591	63.312
Outros	3.097	3.285
Total	359.217	273.131
. Financiamentos		
Juros e variações cambiais	87.283	89.288
Aluguéis	1.009	167
Outros	(2.134)	16.889
Total	86.158	106.344
. Acionistas		
Juros sobre o capital próprio	41.500	45.000
Dividendos	69.397	62.229
Reserva legal	5.836	5.644
Total	116.733	112.873
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	599.515	527.279

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL **Divulgação Externa**
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

BALANÇOS SOCIAIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

	2005			2004
	R\$ mil			R\$ mil
1. Base de Cálculo				
Receita Líquida (RL)	619.655			543.717
Resultado Operacional (RO)	117.273			111.017
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	32.824			24.890
2. Indicadores Sociais Internos		% sobre FPB	% sobre RL	
	R\$ mil			R\$ mil
Alimentação	2.294	6,99	0,37	1.658
Encargos sociais compulsórios	8.864	27,00	1,43	7.221
Previdência privada	14.66	4,47	0,24	1.581
Saúde	1.307	3,98	0,21	1.167
Segurança e medicina do trabalho	877	2,67	0,14	290
Educação	207	0,63	0,03	51
Cultura	11	0,03	0,00	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	279	0,85	0,05	290
Creches ou auxílio-creche	28	0,09	0,00	30
Participação nos lucros ou resultados	5.229	15,93	0,84	3.282
Outros benefícios	1.305	3,98	0,21	-
Total - Indicadores Sociais Internos	21.867	66,62	3,52	15.570
3. Indicadores Sociais Externos (1)		% sobre RO	% sobre RL	
	R\$ mil			R\$ mil
Educação	54	0,05	0,01	13
Cultura	2.049	1,75	0,33	1.423
Saúde e saneamento	-	-	-	-
Esporte	3	0,00	0,00	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-
Desenvolvimento social	15.299	13,05	2,47	1.357
Outros	293	0,25	0,05	73
Total das contribuições para a sociedade	17.698	15,30	2,86	3.266
Tributos (Excluído Encargos Sociais)	276.809	236,04	44,67	206.879
Total - Indicadores Sociais Externos	294.507	251,34	47,53	210.145
4. Indicadores Ambientais (1)		% sobre RO	% sobre RL	
	R\$ mil			R\$ mil
Relacionados com a operação da Companhia	1.499	1,28	0,24	1.279
Em programas e/ou projetos externos	42	0,04	0,01	2
Total dos investimentos em meio ambiente	1.541	1,32	0,25	1.281
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais a empresa:	(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 75 a 100%	(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	
5. Indicadores do Corpo Funcional (1)				
	2005			2004
Nº de empregados ao final do exercício	683			651
Nº de admissões durante o exercício	54			42
Nº de empregados terceirizados	946			905
Nº de estagiários	55			64
Nº de empregados acima de 45 anos	220			225
Nº de mulheres que trabalham na Companhia	173			153
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	19%			8%
Nº de negros que trabalham na Companhia	481			485
% de cargos de chefia ocupados por negros	50%			68%
Nº de portadores de deficiência ou necessidades especiais	27			24

- continua -

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL **Divulgação Externa**
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2005

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- continuação -

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (1)

	2005			Metas 2006
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	20,73			20,73
Número total de acidentes de trabalho	36			36
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() pela direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos os empregados	(X) todos (as) + Cipa	() direção e gerências
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva, representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	() direção
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	() direção
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padêm éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	() não são considerados	(X) são sugeridos	() são exigidos	() não são considerados
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 254.015	no Procon 243	na Justiça 1.115	na empresa 260.000
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 94%	na Justiça 36%	na empresa 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2005:	599.515		Em 2004:
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	60% governo 18% acionista	7% colaboradores 14% terceiros	1% retido	52% governo 20% acionista

7. Outras informações (1)

i. O Balanço Social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004, foi reclassificado, quando aplicável, para fins de comparabilidade.

ii. A COSERN se apresenta-se em conformidade com o Decreto no. 3.238/99 (que regulamenta a Lei no. 7.853/89), seção IV, art. 36, sobre o preenchimento dos cargos com pessoas portadoras de deficiência nas empresas com 100 (cem) ou mais funcionários(as).

iii. As metas estabelecidas para 2006 visam a melhoria contínua das informações, bem como o engajamento da empresa com a Responsabilidade Social.

iv. Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida em corrupção.

v. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externa emite.

vi. Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Atleio Ferreira de Oliveira, (84) 3215-6122, atleio.oliveira@cosern.com.br

vii. CNPJ: 08.324.196/0001-81 - Sator Eletico - RN

(1) Informações não auditadas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2005
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	10
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005	11
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004	12
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003	13
09	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	14
10	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	16
11	01	NOTAS EXPLICATIVAS	37/93

-
- DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2004, com respectivo Parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
Data-Base - 31/12/2004
Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Mermoz, 150				Baldo	
3 - CEP		4 - MUNICÍPIO			5 - UF
59025-250		Natal			RN
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
084	215-6104	215-6105	215-6100		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
084	215-6242	-	-		
15 - E-MAIL					
cosern@cosern.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Erik da Costa Breyer				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Mermoz, 150			Baldo	
4 - CEP		5 - MUNICÍPIO		6 - UF
59025-250		Natal		RN
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
084	215-6104	215-6105	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
084	215-6242	-	-	
16 - E-MAIL				
ebreyer@cosern.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2004	31/12/2004
2 - Penúltimo	01/01/2003	31/12/2003
3 - Antepenúltimo	01/01/2002	31/12/2002
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CÓDIGO CVM
Deloitte Touche Tohmatsu		00385-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO
Jose Othon Tavares de Almeida		182.774.975-04

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2004	2 31/12/2003	3 31/12/2002
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	129.746	129.746	129.746
2 - Preferenciais	38.328	38.328	38.328
3 - Total	168.074	168.074	168.074
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
112 - Energia elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Serviço Público de Energia Elétrica
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE	7 - VALOR DO PROVENTO P/AÇÃO
01	AGO	29/03/2004	Dividendo	31/03/2004	ON	0,2249073000
02	AGO	29/03/2004	Dividendo	31/03/2004	PNA	0,2473980000
03	AGO	29/03/2004	Dividendo	31/03/2004	PNB	0,2473980000
04	AGE	29/03/2004	Dividendo	31/03/2004	ON	0,4814658000
05	AGE	29/03/2004	Dividendo	31/03/2004	PNA	0,5296124000
06	AGE	29/03/2004	Dividendo	31/03/2004	PNB	0,5296124000
07	RCA	13/07/2004	Juros Sobre Capital Próprio	06/08/2004	ON	0,0901651000
08	RCA	13/07/2004	Juros Sobre Capital Próprio	06/08/2004	PNA	0,0991816000
09	RCA	13/07/2004	Juros Sobre Capital Próprio	06/08/2004	PNB	0,0991816000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
Data-Base - 31/12/2004
Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

10	RCA	10/11/2004	Juros Sobre Capital Próprio	30/11/2004	ON	0,1221592000
11	RCA	10/11/2004	Juros Sobre Capital Próprio	30/11/2004	PNA	0,1343751000
12	RCA	10/11/2004	Juros Sobre Capital Próprio	30/11/2004	PNB	0,1343751000
13	AGE	29/11/2004	Dividendo		ON	0,2736208000
14	AGE	29/11/2004	Dividendo		PNA	0,3009829000
15	AGE	29/11/2004	Dividendo		PNB	0,3009829000
16	RCA	10/12/2004	Juros Sobre Capital Próprio		ON	0,0494454000
17	RCA	10/12/2004	Juros Sobre Capital Próprio		PNA	0,0543899000
18	RCA	10/12/2004	Juros Sobre Capital Próprio		PNB	0,0543899000
19	RCA	29/12/2003	Juros Sobre Capital Próprio	30/01/2004	ON	0,0968085000
20	RCA	29/12/2003	Juros Sobre Capital Próprio	30/01/2004	PNA	0,0968085000
21	RCA	29/12/2003	Juros Sobre Capital Próprio	30/01/2004	PNB	0,0968085000

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
31/01/2005	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
1	Ativo Total	1.158.883	1.232.708	1.319.098
1.01	Ativo Circulante	275.700	253.474	345.621
1.01.01	Disponibilidades	3.820	8.011	7.002
1.01.01.01	Numerário disponível	3.698	7.864	7.002
1.01.01.02	Aplicações financeiras	122	147	0
1.01.02	Créditos	271.149	244.747	337.749
1.01.02.01	Consumidores, conces. e permissionários	146.124	152.998	194.154
1.01.02.02	Títulos a receber	24.571	58.737	46.036
1.01.02.03	Recomp. tarif. do racionamento	28.713	22.028	23.522
1.01.02.04	Energia livre - racionamento	6.228	4.387	0
1.01.02.05	Bônus racionamento (liq.acrêsc. tarifa)	1.106	1.106	1.490
1.01.02.06	Valores tarif. ñ. gerenc. a compensar	20.392	5.034	7.108
1.01.02.07	Gastos incrementais c/ rac. a recuperar	255	2.408	5.113
1.01.02.08	Repasse de emp. e financiamentos	14	129	0
1.01.02.09	(-) Prov. p/ créd. de liquid. duvidosa	(16.979)	(49.434)	(25.184)
1.01.02.10	Serviços em curso	2.204	2.036	2.222
1.01.02.11	Títulos e valores mobiliários	612	1.005	0
1.01.02.12	Tributos e contrib. sociais a compensar	17.807	23.613	50.996
1.01.02.13	IR e CS diferidos	13.738	2.640	7.377
1.01.02.14	Benef. fiscal-ágio incorp. controladora	10.100	10.210	10.124
1.01.02.15	Despesas pagas antecipadamente	2.539	0	0
1.01.02.19	Outros créditos	13.725	7.850	14.791
1.01.03	Estoques	731	716	870
1.01.04	Outros	0	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	562.330	662.184	489.461
1.02.01	Créditos Diversos	562.330	534.890	489.461
1.02.01.01	Consumidores, conces. e permissionários	17.474	18.890	38.355
1.02.01.02	Títulos a receber	161.480	84.585	39.762
1.02.01.03	Recomp. tarif. do racionamento	103.192	115.718	110.971
1.02.01.04	Energia livre - racionamento	30.411	31.540	35.153
1.02.01.05	Valores tarif. ñ. gerenc. a compensar	14.225	22.414	9.483
1.02.01.06	Repasse de emp. e financiamentos	152	202	0
1.02.01.07	Títulos e valores mobiliários	2.500	0	0
1.02.01.08	Tributos e contrib. sociais a compensar	10.284	9.173	7.864
1.02.01.09	Benef. fiscal-ágio incorp. controladora	159.117	169.218	179.428
1.02.01.10	IR e CS diferidos	33.295	69.768	58.989
1.02.01.11	Depósitos judiciais	10.204	10.257	9.412
1.02.01.12	Bens e direitos destinados a alienação	9	44	44
1.02.01.13	Despesas pagas antecipadamente	19.262	2.366	0
1.02.01.19	Outros créditos	715	715	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	127.294	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	127.294	0
1.02.02.03.01	Contas a receber - Guaraniana	0	127.294	0
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	320.853	317.048	484.016
1.03.01	Investimentos	10	10	150.650
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	150.640
1.03.01.03	Outros Investimentos	10	10	10
1.03.02	Imobilizado	320.843	317.038	311.504
1.03.02.01	Imobilizado - líquido	320.843	317.038	311.504
1.03.03	Diferido	0	0	21.862
1.03.03.01	Diferido - líquido	0	0	21.862

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
2	Passivo Total	1.158.883	1.232.708	1.319.098
2.01	Passivo Circulante	272.300	447.924	368.547
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	60.846	254.758	171.424
2.01.02	Debêntures	8.760	0	19.711
2.01.02.01	Debêntures e encargos	8.760	0	19.711
2.01.03	Fornecedores	50.915	38.058	53.307
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	42.609	31.150	29.994
2.01.04.01	Tributos e contribuições sociais	21.152	15.738	13.619
2.01.04.02	Tributos e contribuições diferidos	11.606	7.551	7.944
2.01.04.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	642	2.309	2.054
2.01.04.04	Taxas regulamentares	9.209	5.554	6.377
2.01.05	Dividendos a Pagar	69.921	58.157	38.276
2.01.05.01	Dividendos e juros sobre capital próprio	69.921	58.157	38.276
2.01.06	Provisões	13.609	17.951	15.936
2.01.06.01	Provisão para contingências	13.609	17.951	15.936
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	2.525
2.01.07.01	Coligada, controlada e controladora	0	0	2.525
2.01.08	Outros	25.640	47.850	37.374
2.01.08.01	Energia livre - racionamento	6.433	4.454	0
2.01.08.02	Valores tarif. ñ. gerenc. a compensar	925	4.171	6.629
2.01.08.03	Folha de pagamento	555	915	322
2.01.08.04	Encargos da dívida	5.299	16.657	8.812
2.01.08.05	Entidade de previdência privada	0	1.536	1.864
2.01.08.06	Obrigações estimadas	7.361	15.997	9.352
2.01.08.07	Adiantamentos recebidos	1.317	287	600
2.01.08.08	Consumidores - devolução baixa renda	281	601	8.488
2.01.08.19	Outras contas a pagar	3.469	3.832	1.307
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	460.905	283.773	454.538
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	250.766	179.889	330.706
2.02.02	Debêntures	113.200	0	0
2.02.03	Provisões	14.317	14.153	18.682
2.02.03.01	Provisão para contingências	14.317	14.153	18.682
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.133	1.139	1.961
2.02.04.01	Coligada, controlada e controladora	1.133	1.139	1.961
2.02.05	Outros	81.489	88.592	103.189
2.02.05.01	Energia livre - racionamento	26.697	29.278	33.915
2.02.05.02	Valores tarif. ñ. gerenc. a compensar	2.066	2.419	1.441
2.02.05.03	Entidade de previdência privada	0	0	1.460
2.02.05.04	Tributos e contribuições diferidos	50.132	53.917	48.865
2.02.05.05	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	409	2.331
2.02.05.06	Adiantamento p/ aumento de capital	0	0	13.500

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
2.02.05.07	Outras contas a pagar	2.594	2.569	1.677
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	425.678	501.009	496.013
2.05.01	Capital Social Realizado	140.413	140.413	140.413
2.05.02	Reservas de Capital	230.155	228.363	226.258
2.05.02.01	Res. Esp. de Capital	230.155	228.363	226.258
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	55.110	132.233	129.342
2.05.04.01	Legal	24.606	18.962	16.071
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	30.504	113.271	113.271
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	748.048	609.925	554.245
3.01.01	Fornecimento de energia elétrica	696.540	582.166	481.143
3.01.02	Suprimento de energia elétrica - CCEE	8.698	146	44.749
3.01.03	Disponibilização sistema de distribuição	6.704	493	305
3.01.04	Subvenção à baixa renda (tarifa social)	24.487	23.357	14.057
3.01.05	Reversão rec recomp tarif racionamento	(24.548)	(20.628)	4.387
3.01.06	Reversão rec energ livre racionamento	(5.884)	(4.159)	4.237
3.01.07	Receita recomp rev tarif racionamento	3.651	0	0
3.01.08	Encargos CBEE	28.267	20.556	0
3.01.19	Outras receitas operacionais	10.133	7.994	5.367
3.02	Deduções da Receita Bruta	(204.331)	(142.368)	(114.707)
3.02.01	ICMS	(115.706)	(94.540)	(77.090)
3.02.02	PIS	(8.818)	(3.452)	(5.196)
3.02.03	COFINS	(45.229)	(17.704)	(15.896)
3.02.04	ISS	(92)	(32)	(18)
3.02.05	Quota p/ reserva global de reversão-RGR	(6.219)	(6.084)	(6.431)
3.02.06	Encargo de capacidade emergencial-ECE	(27.267)	(20.556)	(10.076)
3.02.07	Encargo de aquis energ emergencial-EAEE	(1.000)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	543.717	467.557	439.538
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(313.201)	(322.053)	(305.323)
3.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	(195.423)	(173.033)	(159.953)
3.04.02	Encargos de uso sistema de transmissão	(50.441)	(33.672)	(29.928)
3.04.03	Energia livre racionamento	(10)	0	(4.237)
3.04.04	Pessoal	(19.378)	(13.203)	(11.549)
3.04.05	Entidade de previdência privada	(650)	(513)	(432)
3.04.06	Material	(4.274)	(3.633)	(2.964)
3.04.07	Serviços de terceiros	(12.373)	(10.518)	(8.587)
3.04.08	Subvenção-conta cons. combustível - CCC	(20.222)	(16.365)	(21.264)
3.04.09	Conta de desenvolvimento energético-CDE	(4.294)	(2.130)	0
3.04.10	Taxa de fisc serv energ elétrica - TFSEE	(1.207)	(920)	(759)
3.04.11	Depreciação e amortização	(30.145)	(28.490)	(26.344)
3.04.12	Prov. operacionais (liq. de reversões)	26.867	(36.340)	(37.975)
3.04.13	Tributos	(162)	(212)	(92)
3.04.19	Outros custos	(969)	(601)	(609)
3.04.20	Custo do serviço prestado a terceiros	(520)	(2.423)	(630)
3.05	Resultado Bruto	230.516	145.504	134.215
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(119.499)	(81.995)	(85.190)
3.06.01	Com Vendas	(22.761)	(12.149)	(24.457)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(36.757)	(38.390)	(41.387)
3.06.03	Financeiras	(59.981)	(31.456)	(19.346)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	68.255	140.490	(77.849)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
3.06.03.01.01	Renda de aplicações financeiras	220	467	1.225
3.06.03.01.02	Jrs, comissões e ac morat energ vendida	26.094	14.745	4.325
3.06.03.01.03	Rem financeira da recomposição tarifária	28.091	34.482	25.730
3.06.03.01.04	Variação cambial e monetária líquida	9.579	90.796	(110.758)
3.06.03.01.19	Outras receitas financeiras	4.271	0	1.629
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(128.236)	(171.946)	58.503
3.06.03.02.02	Resultado de Swap	(4.635)	(62.083)	108.668
3.06.03.02.03	Encargos de dívida	(61.079)	(78.962)	(50.165)
3.06.03.02.04	Juros sobre capital próprio	(45.000)	(16.271)	0
3.06.03.02.19	Outras despesas financeiras	(17.522)	(14.630)	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	111.017	63.509	49.025
3.08	Resultado Não Operacional	(11.667)	(1.043)	(816)
3.08.01	Receitas	85	803	229
3.08.02	Despesas	(11.752)	(1.846)	(1.045)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	99.350	62.466	48.209
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	2.969	(7.675)	(6.674)
3.10.01	IR e Contribuição Social - corrente	2.969	(7.675)	(6.674)
3.11	IR Diferido	(34.446)	(13.237)	(10.830)
3.11.01	IR e Contribuição Social - diferido	(34.446)	(13.237)	(10.830)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	45.000	16.271	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	112.873	57.825	30.705
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	168.074	168.074	168.074
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,67157	0,34404	0,18269
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
4.01	Origens	501.036	308.961	421.353
4.01.01	Das Operações	171.829	31.910	116.524
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	112.873	57.825	30.705
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	58.956	(25.915)	85.819
4.01.01.02.01	Depreciação e amortização	34.485	32.180	30.010
4.01.01.02.02	Amortização do diferido	0	42	313
4.01.01.02.03	Var mon/camb e jrs do ELP e RLP líquidas	(40.128)	(91.630)	26.219
4.01.01.02.04	Valor residual ativo permanente baixado	12.618	1.373	1.439
4.01.01.02.05	IR e CS diferidos	40.805	19.413	25.291
4.01.01.02.06	Provisão ajuste valor realização da RTE	9.384	10.602	0
4.01.01.02.07	Reserva de isenção - ADENE	1.792	2.105	2.547
4.01.02	Dos Acionistas	0	0	13.500
4.01.02.01	Adiantamento para futuro aum. de capital	0	0	13.500
4.01.03	De Terceiros	329.207	277.051	291.329
4.01.03.01	Alienação de investimentos-Termoagu S.A.	0	182.378	0
4.01.03.02	Debêntures	120.000	0	0
4.01.03.03	Financiamentos	92.123	0	119.194
4.01.03.04	Outros	24.542	5.069	148.774
4.01.03.05	Diminuição do RLP	5.880	0	0
4.01.03.06	Transf. do RLP p/ o ativo circulante	86.662	89.604	23.361
4.02	Aplicações	303.186	480.485	388.260
4.02.01	No realizável a longo prazo	0	211.064	92.797
4.02.02	Em investimento	0	0	98.044
4.02.03	No imobilizado	50.908	39.087	47.972
4.02.04	No diferido	0	0	21.820
4.02.05	Transf exigível LP p/ passivo circulante	62.282	175.400	120.335
4.02.06	Juros sobre o capital próprio	45.000	16.271	0
4.02.07	Dividendos declarados prov. LL exercício	62.229	38.663	7.292
4.02.08	Dividendos declarados prov da res. lucro	82.767	0	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	197.850	(171.524)	33.093
4.04	Variação do Ativo Circulante	22.226	(92.147)	57.118
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	253.474	345.621	288.503
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	275.700	253.474	345.621
4.05	Variação do Passivo Circulante	(175.624)	79.377	24.025
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	447.924	368.547	344.522
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	272.300	447.924	368.547

Serviço Público Federal
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Divulgação Externa
Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - Código CVM	2 - Denominação Social	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - Código	2 - Descrição	3 - Capital Social	4 - Reservas de Capital	5 - Reservas de Reavaliação	6 - Reservas de Lucro	7 - Lucros/Prejuízos Acumulados	8 - Total Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	140.413	228.363	0	132.233	0	501.009
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	(82.767)	82.767	0
5.04.01	Transferência	0	0	0	(82.767)	82.767	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	112.873	112.873
5.07	Destinações	0	0	0	5.644	(195.640)	(189.996)
5.07.01	Reserva legal	0	0	0	5.644	(5.644)	0
5.07.02	Dividendos propostos	0	0	0	0	(62.229)	(62.229)
5.07.03	Dividendos a partir da reserva de lucros	0	0	0	0	(82.767)	(82.767)
5.07.04	Juros sobre capital próprio	0	0	0	0	(45.000)	(45.000)
5.08	Outros	0	1.792	0	0	0	1.792
5.08.01	Redução do imposto de renda	0	1.792	0	0	0	1.792
5.09	Saldo Final	140.413	230.155	0	55.110	0	425.678

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
 Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

06.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS PREJUIZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	140.413	228.258	0	129.342	0	498.013
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	57.825	57.825
5.07	Destinações	0	0	0	2.891	(57.825)	(54.934)
5.07.01	Reserva legal	0	0	0	2.891	(2.891)	0
5.07.02	Dividendos provisionados	0	0	0	0	(38.663)	(38.663)
5.07.03	Juros sobre capital próprio	0	0	0	0	(16.271)	(16.271)
5.08	Outros	0	2.105	0	0	0	2.105
5.08.01	Redução do imposto de renda	0	2.105	0	0	0	2.105
5.09	Saldo Final	140.413	228.363	0	132.233	0	501.009

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
 Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2002 A 31/12/2002 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REVALUAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	140.413	223.711	0	105.929	0	470.053
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	30.705	30.705
5.07	Destinações	0	0	0	23.413	(30.705)	(7.292)
5.07.01	Reserva legal	0	0	0	1.535	(1.535)	0
5.07.02	Dividendos provisionados	0	0	0	0	(7.292)	(7.292)
5.07.03	Reserva de retenção de lucros	0	0	0	21.878	(21.878)	0
5.08	Outros	0	2.547	0	0	0	2.547
5.08.01	Redução do imposto de renda	0	2.547	0	0	0	2.547
5.09	Saldo Final	140.413	226.258	0	129.342	0	496.013

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2004
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
1	Ativo Total	1.158.883	1.232.708	1.548.592
1.01	Ativo Circulante	275.700	253.474	358.809
1.01.01	Disponibilidades	3.820	8.011	14.090
1.01.01.01	Numerário disponível	3.698	7.864	14.090
1.01.01.02	Aplicações financeiras	122	147	0
1.01.02	Créditos	271.149	244.747	343.849
1.01.02.01	Consumidores, conces. e permissionários	146.124	152.998	194.154
1.01.02.02	Títulos a receber	24.571	58.737	46.036
1.01.02.03	Recomp. tarif. do racionamento	28.713	22.028	23.522
1.01.02.04	Energia livre - racionamento	6.228	4.387	0
1.01.02.05	Bônus racionamento (liq. acrésc. tarifa)	1.106	1.106	1.490
1.01.02.06	Valores tarif. ñ gerenc. a compensar	20.392	5.034	7.108
1.01.02.07	Gastos incrementais c/ rac. a recuperar	255	2.408	5.113
1.01.02.08	Repasse de empréstimos e financiamentos	14	129	0
1.01.02.09	(-)Prov. p/ créd. de liquidação duvidosa	(16.979)	(49.434)	(25.184)
1.01.02.10	Serviços em curso	2.204	2.036	2.222
1.01.02.11	Títulos e valores mobiliários	612	1.005	0
1.01.02.12	Tributos e contrib. sociais a compensar	17.807	23.613	51.048
1.01.02.13	IR e CS diferidos	13.738	2.640	7.377
1.01.02.14	Benef. fiscal-ágio incorp. controladora	10.100	10.210	10.124
1.01.02.15	Despesas pagas antecipadamente	2.539	0	12.044
1.01.02.19	Outros créditos	13.725	7.850	8.795
1.01.03	Estoques	731	716	870
1.01.04	Outros	0	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	562.330	662.184	495.479
1.02.01	Créditos Diversos	562.330	534.890	495.479
1.02.01.01	Consumidores, conces. e permissionários	17.474	18.890	38.355
1.02.01.02	Títulos a receber	161.480	84.585	39.762
1.02.01.03	Recomp. tarif. do racionamento	103.192	115.718	110.971
1.02.01.04	Energia livre - racionamento	30.411	31.540	35.153
1.02.01.05	Valores tarif. ñ gerenc. a compensar	14.225	22.414	9.483
1.02.01.06	Repasse de empréstimos e financiamentos	152	202	0
1.02.01.07	Títulos e valores mobiliários	2.500	0	0
1.02.01.08	Tributos e contrib. sociais a compensar	10.284	9.173	7.864
1.02.01.09	Benef. fiscal-ágio incorp. controladora	159.117	169.218	179.428
1.02.01.10	IR e CS diferidos	33.295	69.768	58.989
1.02.01.11	Depósitos judiciais	10.204	10.257	9.412
1.02.01.12	Bens e direitos destinados a alienação	9	44	44
1.02.01.13	Despesas pagas antecipadamente	19.262	2.366	0
1.02.01.19	Outros créditos	715	715	6.018
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	127.294	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	127.294	0
1.02.02.03.01	Contas a receber - Guaraniana	0	127.294	0
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	320.853	317.048	694.304
1.03.01	Investimentos	10	10	10
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	10	10	10
1.03.02	Imobilizado	320.843	317.038	683.548
1.03.02.01	Imobilizado - líquido	320.843	317.038	683.548
1.03.03	Diferido	0	0	10.746
1.03.03.01	Diferido - líquido	0	0	10.746

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
2	Passivo Total	1.158.883	1.232.708	1.548.592
2.01	Passivo Circulante	272.300	447.924	488.681
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	60.846	254.758	171.424
2.01.02	Debêntures	8.760	0	19.711
2.01.02.01	Debêntures e encargos	8.760	0	19.711
2.01.03	Fornecedores	50.915	38.058	155.791
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	42.609	31.150	30.236
2.01.04.01	Tributos e contribuições sociais	21.152	15.738	13.861
2.01.04.02	Tributos e contribuições diferidos	11.606	7.551	7.944
2.01.04.03	Programa de recuperação fiscal - REFIS	642	2.309	2.054
2.01.04.04	Taxas regulamentares	9.209	5.554	6.377
2.01.05	Dividendos a Pagar	69.921	58.157	38.276
2.01.05.01	Dividendos e juros s/ o capital próprio	69.921	58.157	38.276
2.01.06	Provisões	13.609	17.951	15.936
2.01.06.01	Provisão p/ Contingências	13.609	17.951	15.936
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	19.924
2.01.07.01	Coligada, controlada e controladora	0	0	19.924
2.01.08	Outros	25.640	47.850	37.383
2.01.08.01	Energia livre - racionamento	6.433	4.454	0
2.01.08.02	Valores tarif. ñ. gerenc. a compensar	925	4.171	6.629
2.01.08.03	Folha de pagamento	555	915	322
2.01.08.04	Encargos da dívida	5.299	16.657	8.812
2.01.08.05	Entidade de previdência privada	0	1.536	1.864
2.01.08.06	Obrigações estimadas	7.361	15.997	9.361
2.01.08.07	Adiantamentos recebidos	1.317	287	600
2.01.08.08	Consumidores - devolução baixa renda	281	601	8.488
2.01.08.19	Outras contas a pagar	3.469	3.832	1.307
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	460.905	283.773	454.538
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	250.766	179.889	330.706
2.02.02	Debêntures	113.200	0	0
2.02.03	Provisões	14.317	14.153	18.682
2.02.03.01	Provisão para contingências	14.317	14.153	18.682
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.133	1.139	1.961
2.02.04.01	Coligada e controladora	1.133	1.139	1.961
2.02.05	Outros	81.489	88.592	103.189
2.02.05.01	Energia livre - racionamento	26.697	29.278	33.915
2.02.05.02	Valores tarif. ñ. gerenc. a compensar	2.066	2.419	1.441
2.02.05.03	Entidade de previdência privada	0	0	1.460
2.02.05.04	Tributos e contribuições diferidos	50.132	53.917	48.865
2.02.05.05	Programa de recuperação fiscal - REFIS	0	409	2.331
2.02.05.06	Adiantamento p/ aumento de capital	0	0	13.500

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
2.02.05.07	Outras contas a pagar	2.594	2.569	1.677
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Participações Minoritárias	0	0	109.360
2.05	Patrimônio Líquido	425.678	501.009	496.013
2.05.01	Capital Social Realizado	140.413	140.413	140.413
2.05.02	Reservas de Capital	230.155	228.363	226.258
2.05.02.01	Res. esp. de capital	230.155	228.363	226.258
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	55.110	132.233	129.342
2.05.04.01	Legal	24.606	18.962	16.071
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	30.504	113.271	113.271
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	748.048	609.925	554.245
3.01.01	Fornecimento de energia elétrica	696.540	582.166	481.143
3.01.02	Suprimento de energia elétrica	8.698	146	44.749
3.01.03	Disponibilização sistema de distribuição	6.704	493	305
3.01.04	Subvenção à baixa renda (tarifa social)	24.487	23.357	14.057
3.01.05	Reversão rec recomp tarif racionamento	(24.548)	(20.628)	4.387
3.01.06	Reversão rec energ livre racionamento	(5.884)	(4.159)	4.237
3.01.07	Receita recomp rev tarif racionamento	3.651	0	0
3.01.08	Encargos CBEE	28.267	20.556	0
3.01.19	Outras receitas operacionais	10.133	7.994	5.367
3.02	Deduções da Receita Bruta	(204.331)	(142.368)	(114.707)
3.02.01	ICMS	(115.706)	(94.540)	(77.090)
3.02.02	PIS	(8.818)	(3.452)	(5.196)
3.02.03	COFINS	(45.229)	(17.704)	(15.896)
3.02.04	ISS	(92)	(32)	(18)
3.02.05	Quota p/ reserva global de reversão-RGR	(6.219)	(6.084)	(6.431)
3.02.06	Encargo de capacidade emergencial-ECE	(27.267)	(20.556)	(10.076)
3.02.07	Encargo de aquis energ emergencial-EAEE	(1.000)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	543.717	467.557	439.538
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(313.201)	(322.053)	(305.323)
3.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	(195.423)	(173.033)	(159.953)
3.04.02	Encargos de uso sistema de transmissão	(50.441)	(33.672)	(29.928)
3.04.03	Energia livre racionamento	(10)	0	(4.237)
3.04.04	Pessoal	(19.378)	(13.203)	(11.549)
3.04.05	Entidade de previdência privada	(650)	(513)	(432)
3.04.06	Material	(4.274)	(3.633)	(2.964)
3.04.07	Serviços de terceiros	(12.373)	(10.518)	(8.587)
3.04.08	Subvenção-conta cons. combustível - CCC	(20.222)	(16.365)	(21.264)
3.04.09	Conta de desenvolvimento energético-CDE	(4.294)	(2.130)	0
3.04.10	Taxa de fisc serv energ elétrica - TFSEE	(1.207)	(920)	(759)
3.04.11	Depreciação e amortização	(30.145)	(28.490)	(26.344)
3.04.12	Prov. operacionais (liq. de reversões)	26.867	(36.340)	(37.975)
3.04.13	Tributos	(162)	(212)	(92)
3.04.19	Outros custos	(969)	(601)	(609)
3.04.20	Custo do serviço prestado a terceiros	(520)	(2.423)	(630)
3.05	Resultado Bruto	230.516	145.504	134.215
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(119.499)	(81.995)	(85.190)
3.06.01	Com Vendas	(22.761)	(12.149)	(24.457)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(36.757)	(38.390)	(41.387)
3.06.03	Financeiras	(59.981)	(31.456)	(19.346)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	68.255	140.490	(77.849)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
3.06.03.01.01	Renda de aplicações financeiras	220	467	1.225
3.06.03.01.02	Jrs. comissões e ac. morat energ vendida	26.094	14.745	4.325
3.06.03.01.03	Rem financeira da recomposição tarifária	28.091	34.482	25.730
3.06.03.01.04	Variação cambial e monetária líquida	9.579	90.796	(110.758)
3.06.03.01.19	Outras receitas financeiras	4.271	0	1.629
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(128.236)	(171.946)	58.503
3.06.03.02.02	Resultado de Swap	(4.635)	(62.083)	108.668
3.06.03.02.03	Encargos de dívida	(61.079)	(78.962)	(50.165)
3.06.03.02.04	Juros sobre capital próprio	(45.000)	(16.271)	0
3.06.03.02.19	Outras despesas financeiras	(17.522)	(14.630)	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	111.017	63.509	49.025
3.08	Resultado Não Operacional	(11.667)	(1.043)	(816)
3.08.01	Receitas	85	803	229
3.08.02	Despesas	(11.752)	(1.846)	(1.045)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	99.350	62.466	48.209
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	2.969	(7.675)	(6.674)
3.10.01	IR e Contribuição Social - corrente	2.969	(7.675)	(6.674)
3.11	IR Diferido	(34.446)	(13.237)	(10.830)
3.11.01	IR e Contribuição Social - diferido	(34.446)	(13.237)	(10.830)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	45.000	16.271	0
3.14	Participações Minoritárias	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	112.873	57.825	30.705
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	168.074	168.074	168.074
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,67157	0,34404	0,18269
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
4.01	Origens	501.036	308.961	506.750
4.01.01	Das Operações	171.829	31.910	116.524
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	112.873	57.825	30.705
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	58.956	(25.915)	85.819
4.01.01.02.01	Depreciação e amortização	34.485	32.180	30.010
4.01.01.02.02	Amortização do diferido	0	42	313
4.01.01.02.03	Var mon camb e jrs do ELP e RLP líquidas	(40.128)	(91.630)	26.219
4.01.01.02.04	Valor residual ativo permanente baixado	12.618	1.373	1.439
4.01.01.02.05	IR e CS diferidos	40.805	19.413	25.291
4.01.01.02.06	Provisão ajuste valor realização da RTE	9.384	10.602	0
4.01.01.02.07	Reserva de isenção - ADENE	1.792	2.105	2.547
4.01.02	Dos Acionistas	0	0	98.530
4.01.02.01	Adiantamento para futuro aum. de capital	0	0	13.500
4.01.02.02	Integralização de capital	0	0	85.030
4.01.03	De Terceiros	329.207	277.051	291.696
4.01.03.01	Alienação de investimentos-Termoaçu S.A	0	182.378	0
4.01.03.02	Debêntures	120.000	0	0
4.01.03.03	Financiamentos	92.123	0	119.194
4.01.03.04	Outros	24.542	5.069	149.141
4.01.03.05	Diminuição do RLP	5.880	0	0
4.01.03.06	Transf do RLP p/ o ativo circulante	86.662	89.604	23.361
4.02	Aplicações	303.186	480.485	584.991
4.02.01	No realizável a longo prazo	0	211.064	98.817
4.02.03	No imobilizado	50.908	39.087	349.104
4.02.04	No diferido	0	0	9.443
4.02.05	Transf exigível LP p/ passivo circulante	62.282	175.400	120.335
4.02.06	Juros sobre o capital próprio	45.000	16.271	0
4.02.07	Dividendos declarados prov. LL exercício	62.229	38.663	7.292
4.02.08	Dividendos declarados prov da res. lucro	82.767	0	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	197.850	(171.524)	(78.241)
4.04	Variação do Ativo Circulante	22.226	(92.147)	54.722
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	253.474	345.621	304.087
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	275.700	253.474	358.809
4.05	Variação do Passivo Circulante	(175.624)	79.377	132.963
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	447.924	368.547	355.718
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	272.300	447.924	488.681

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Srs. Acionistas, Conselheiros e Diretores da
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN
Natal - RN

1. Examinamos os balanços patrimoniais da COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN, levantado em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 5 às demonstrações contábeis, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, em 16 de abril de 2003, a ANEEL fixou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia resultando em aumento de 11,49%, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 22 de abril de 2003. Em 20 de abril de 2004, a ANEEL alterou esse percentual, ainda em caráter provisório, para 14,54%. Essa alteração resultou no aumento da receita em maio de 2004 no montante de R\$ 13.209 mil. Esse montante, cujo saldo em 31 de dezembro de 2004 foi de R\$ 3.651 mil, foi registrado no ativo circulante e está sendo realizado pela inclusão nas contas de energia no período de 22 de abril de 2004 a 21 de abril de 2005. O citado reposicionamento tarifário continua em processo de validação e homologação definitiva pela ANEEL. As demonstrações contábeis, de 31 de dezembro de 2004, não contemplam outros ajustes que poderão resultar do reposicionamento tarifário definitivo.
5. Adicionalmente, examinamos as demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado e os balanços sociais da COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, aplicando os mesmos procedimentos descritos no parágrafo 2. Essas demonstrações não são requeridas como parte das demonstrações contábeis básicas e foram elaboradas para permitir análises adicionais. Em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis básicas tomadas em conjunto.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Salvador, 17 de janeiro de 2005

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC – nº 2SP 011.609/O-8-S “RN”

José Othon Tavares de Almeida

Contador

CRC – BA - nº 013.212/O-8-S “RN”

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CARTA DO PRESIDENTE

Senhores Acionistas:

Submetemos, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2004.

O exercício 2004 foi marcado principalmente pela eleição da nova Diretoria Executiva e pelo estabelecimento do novo modelo de gestão e governança da Neoenergia S.A. e suas controladas, bem como pela definição do novo nome e da nova marca para o Grupo Neoenergia. Desde outubro de 2004 a Guaraniana S.A. passou a se chamar Neoenergia S.A. Essas mudanças relevantes visaram adequar o Grupo à nova realidade ensejada por seus acionistas, principalmente no tocante ao equacionamento financeiro, rentabilização dos ativos e preparação das bases para o seu crescimento.

Em março de 2004 foram publicadas as Leis do Novo Modelo do Setor Elétrico que fixaram as bases para um novo marco regulatório e estabeleceram mudanças significativas para o setor. Dentre as principais alterações estão as novas regras de comercialização, com o estabelecimento da obrigação da contratação de 100% do mercado das distribuidoras, e a segregação das atividades das empresas do setor. Ao mesmo tempo, foram estabelecidos instrumentos de mitigação de riscos suficientes para neutralizar as penalidades impostas pela nova regra de comercialização. No que tange a atividade de geração, o Novo Modelo não trouxe impacto imediato para as empresas do Grupo uma vez que toda a energia gerada está devidamente contratada para os próximos anos e estes contratos foram firmados anteriormente a publicação do modelo setorial.

A COSERN encerrou o ano de 2004 com lucro líquido de R\$112,9 milhões, 95,2% superior ao apresentado em 2003, como resultado de ações bem sucedidas para a superação de desafios nas áreas comercial, operacional e financeira.

O mercado de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Norte cresceu 6,06% quando comparado a 2003, com o incremento de 33.624 novos contratos somado a um reajuste tarifário em abril/04 de 15,11% gerou um acréscimo na receita operacional líquida em 16,3%, quando comparados a 2003.

A arrecadação apresentou melhora significativa quando comparada a 2003, sendo a relação arrecadação versus faturamento igual a 97,3% em 2004, 90,6% em 2003.

A Empresa continuou acreditando na recuperação do setor, investindo R\$ 54,8 milhões na melhoria e manutenção dos padrões elevados de qualidade operacional e na capacidade de fornecimento da energia elétrica que vem prestando aos seus clientes, em projetos de grande cunho social como o Programa de Universalização e os Programas Luz para Todos e Luz no Campo, expandindo a rede e as ligações para um melhor atendimento da população do Rio Grande do Norte. Como resultado desses investimentos, a COSERN continuou a apresentar índices de qualidade técnica em patamares de excelência, quando comparados a empresas da Região Nordeste e do Brasil, dentro de um contexto de ocorrências com origem no sistema da Supridora e dos altos índices pluviométricos apresentados no Rio Grande do Norte em 2004.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Durante o ano de 2004, a COSERN reestruturou o seu endividamento financeiro através de operações que permitiram a redução do passivo financeiro e o alongamento do perfil da dívida. Em setembro de 2004 foi realizada a segunda oferta pública de emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia, totalizando R\$120 milhões, com prazo de vencimento em 4 anos.

Em sua atuação como empresa socialmente responsável, a COSERN vem consolidando-se cada vez mais como uma empresa que se preocupa com questões sócio-culturais, que vão muito além da sua atividade produtiva. Patrocinou inúmeros projetos para o desenvolvimento cultural e social do Estado do Rio Grande do Norte. Desenvolveu diversas ações de preservação do meio ambiente, promovendo maior conscientização do ecossistema na preservação da vida.

Em 2004, a COSERN foi premiada com o Prêmio Eletricidade 2004, como a melhor distribuidora da Região Nordeste. Foi agraciada ainda pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, como a 2ª Melhor Distribuidora da Região Nordeste.

Para 2005 muitos serão os desafios. Dentre eles, destaca-se a continuidade do Programa Luz para Todos, em parceria com os Governos Estadual e Federal, não somente pelo desafio do cumprimento dos prazos para universalização, mas também pela manutenção dos patamares atuais de custeio proporcionalmente ao crescimento de sua base de Clientes, neste caso, essencialmente de baixa renda. Sob o aspecto financeiro, as prioridades serão as captações de operações de financiamentos de longo prazo para realização dos investimentos em distribuição.

O compromisso do Grupo Neoenergia em atender a todos os seus consumidores com serviços de qualidade, com os menores preços possíveis e com justa remuneração para os acionistas, reafirma o nosso comprometimento com o desenvolvimento do Brasil, por meio da criação das condições de infra-estrutura, com geração de energia, empregos e renda, e a melhoria da qualidade de fornecimento e a universalização do atendimento.

Os resultados alcançados são consequência da união e do esforço de nossos quase 700 colaboradores e da confiança nas relações com nossos acionistas, Conselhos de Administração e Fiscal, clientes, fornecedores e com os Governos Municipais, Estadual e Federal.

RENATO SOBRAL PIRES CHAVES
Presidente do Conselho de Administração

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. INDICADORES EMPRESARIAIS

	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	748.048	609.925	554.245	564.090	448.916	338.938	296.647
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	543.717	467.557	439.538	475.270	361.135	262.951	237.023
Lucro Líquido (R\$ mil)	112.873	57.825	30.705	102.932	70.840	30.476	86.460
LAJIDA* (EBITDA)** (R\$ mil)	205.483	127.145	98.213	170.489	140.733	76.707	44.748
Lucro Líquido por Ação (R\$)	0,67	0,34	0,18	0,61	0,42	0,18	0,51
Valor Patrimonial por Ação (R\$)	2,53	2,98	2,95	2,80	2,41	1,09	0,75
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	425.678	501.009	496.013	470.053	405.652	182.940	126.058
Ativo Total (R\$ mil)	1.158.883	1.232.706	1.319.098	1.062.168	797.752	468.793	415.943
Margem do EBITDA (%)	37,79	27,19	22,34	35,87	38,97	29,17	18,88
Margem Operacional (%)	31,45	20,31	15,56	30,15	32,60	22,25	13,90
Margem Líquida (%)	20,76	12,37	6,99	21,66	19,62	11,59	36,48
Nº de Consumidores	837.729	804.105	772.686	744.950	688.303	651.826	625.770
Nº de Empregados	651	633	619	618	597	620	751
Nº de Consumidores por Empregado	1.287	1.270	1.248	1.205	1.153	1.051	833
Energia Vendida (GWh) ***	3.269	2.994	3.366	2.598	2.775	2.661	2.518
Vendas por clientes (MWh)	3,90	3,72	4,36	3,49	4,03	4,08	4,02
Vendas por Empregado (MWh)	5.022	4.731	5.437	4.204	4.639	4.292	3.354
Perdas de Energia (%)	12,45	12,33	14,16	12,82	12,82	14,77	16,25
DEC (horas de interrupção)	12,40	10,63	11,51	10,85	14,29	23,84	35,07
FEC (nº de interrupções)	9,40	8,50	10,53	11,01	11,83	19,94	22,74

* LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

** EBITDA - Earnings before interest, tax, depreciation and amortization

*** Inclui CCEE e Contratos Bilaterais

2. MERCADO

Evolução do Mercado de Distribuição de Energia

A energia injetada no sistema elétrico da COSERN atingiu a marca anual de 3.647.186 MWh representando um crescimento de 6,20%. Ao mesmo tempo, o montante de energia entregue a consumidores livres e cativos foi equivalente a 3.193.135 MWh, representando um crescimento de 6,06% em relação ao ano anterior. A diferença entre esses dois volumes de energia resultou numa perda total no processo de distribuição verificada em 2004 de 12,45%.

No atendimento ao mercado cativo, as compras de energia em 2004 na COSERN atingiram a marca 3.514.623 MWh, representando um crescimento de 3,73% em relação ao ano anterior, enquanto as vendas registraram a marca de 3.060.572 MWh faturados, representando o crescimento de 3,24%.

O mercado livre exigiu a entrega de 132.563 MWh de energia durante 2004, representando um crescimento de 187 % em relação ao ano anterior.

Esse conjunto de transações de energia e sua evolução comparada com o ano anterior estão demonstradas com maiores detalhes no gráfico do Balanço Energético do Sistema Elétrico COSERN, apresentado a seguir:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanco Energético- 2003/2004

CHESF % 3.454.153 99,50 3.790.296 99,62	CONTRATOS 3.471.480 3.604.764	INJETADA = INJETADA 3.434.271 = 3.434.271 3.646.107 = 3.646.107	MERC. PRÓPRIO % 2.964.626 86,32 3.060.572 83,94	RESIDENCIAL % 849.153 28,64 898.157 29,35
SAELPA CI % 3.717 0,11 2.502 0,07	MAE 7.734 7.734		MERC. LIVRE % 46.188 1,34 132.563 3,64	INDUSTRIAL % 864.721 29,17 886.560 28,97
GCS % 13.655 0,40 12.128 0,32	PERDAS RD 141.139 135.124		PERD. DISTRIB. % 423.457 12,33 454.061 12,45	COMERCIAL % 475.572 16,04 505.972 16,53
SAELPA % (244) (3,15) (163)	MERC. LIVRE 46.188 133.403		Diferença SINERCOM (639) (639)	OUTROS % 774.444 26,12 769.721 25,15
SAELPA % (244) (3,15) (163)	CONT. BILATERAL 7.734 7.734		Diferença SAELPA (240) (240)	SUPRIMENTO % 735 0,02 163 0,01

Legenda:

Acumulado 2003
Acumulado 2004

(Valores em MWh/ano)

Comportamento do Mercado Cativo – Vendas de Energia

Durante o ano realizamos 33.624 novos contratos de fornecimento de energia elétrica, fazendo com que em dezembro/04 atingíssemos a marca dos 837.729 contratos. Essa marca indica o crescimento de 4,18% em relação ao ano anterior. No quadro a seguir demonstra-se a comparação 2003-2004 para o volume de contratos e energia faturada, com as respectivas taxas de crescimento por classe de consumo.

Classe Consumo	Comparação das Vendas no Mercado Cativo					
	Evolução de Contratos - Ud			Evolução das Vendas - MWh		
	2003	2004	Cresc. %	2003	2004	Cresc. %
Residencial	702.581	730.901	4,03	849.153	898.157	5,77
Comercial	56.437	59.098	4,71	475.572	505.972	6,39
Industrial	4.370	4.439	1,58	864.721	886.560	2,53
Rural	27.891	29.880	7,13	312.638	306.571	(1,94)
Poder Público	9.467	9.407	(0,63)	146.099	154.477	5,73
Iluminação Pública	1.957	2.571	31,37	117.996	121.732	3,17
Serviço Público	1.307	1.342	2,68	191.693	181.062	(5,55)
Consumo Próprio	94	90	(4,26)	6.019	5.878	(2,34)
Suprimento	1	1	0,00	735	163	(77,82)
Total	804.105	837.729	4,18	2.964.626	3.060.572	3,24

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

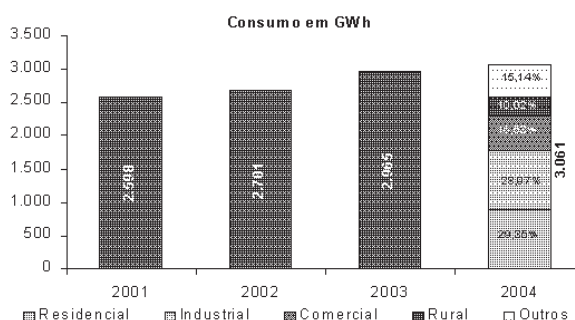
08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Na classe Residencial, o consumo médio em 2004 foi de 102,40kWh, contra 100,72kWh em 2003 e 121,18kWh em 2000, mostrando que os consumidores mantiveram o hábito de economizar energia após o racionamento.

Apesar do fraco desempenho da classe Rural, em função das chuvas ocorridas no ano, a atividade da carcinicultura destacou-se, apresentando um crescimento de 19,67% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na classe Industrial, o Setor Têxtil teve uma redução de 38,76% no consumo de energia elétrica devido a saída da COTEMINAS para o mercado livre em agosto/03, o que provocou um reflexo parcial no ano anterior e integral em 2004.

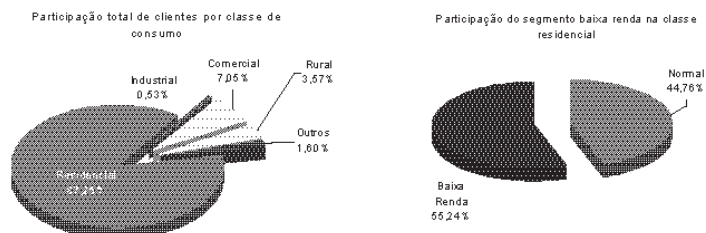
Ainda, sob a ótica das vendas de energia elétrica realizadas no ano, as classes mantiveram estáveis suas respectivas participações na estrutura de mercado. Segue abaixo consumo anual para o período de 2001-2004, e detalhe da participação de consumo por classe para o ano de 2004:



Clientes

A COSERN encerrou o ano de 2004 com 837.729 contratos de fornecimento de energia elétrica e um incremento em relação ao ano anterior de 4,18%, correspondendo a 33.624 clientes.

O número de clientes residenciais corresponde a 87,25% do total de clientes/contratos ativos, equivalente a 730.901 consumidores. De acordo com a Resolução ANEEL nº 485/2002, que estabeleceu novos critérios para classificação dos consumidores de baixa renda, 55,24% dos consumidores residenciais se enquadram nessa categoria.



01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Compra de Energia

Dos 3.804,61 GWh de energia comprados em 2004, 99,96% foram contratados da Supridora, 3.364,27 GWh através dos contratos Iniciais com preço de R\$/MWh 55,34 e 426,02 GWh do leilão realizado em 2002 com preço médio R\$/MWh 58,96.

Sob as regras do novo modelo do setor elétrico delineado pelo Decreto 5.163/04, a COSERN adquiriu no Leilão de Energia de Empreendimentos Existentes, realizado em 07 de dezembro de 2004, energia de diversas geradoras do país. Foram adquiridos os seguintes produtos: 264 MW médios a preço médio de 57,51 R\$/MWh para entrega no período 2005/2012; 144 MW médios a preço de 67,33 R\$/MWh; e 20 MW médios a preço de 75,46 R\$/MWh.

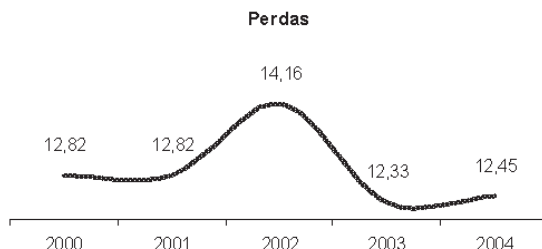
Perdas

Em 2004, o índice de perda foi de 12,45%, correspondendo a 454.051 MWh, calculado através do relatório Controle de Qualidade – CQ, que unificou o cálculo do índice nas 3 empresas distribuidoras de energia elétrica do Grupo Neoenergia. Este índice representa uma redução de 0,5 pontos percentuais em relação ao valor obtido em 2003, quando calculado através da mesma base utilizada em 2004. Para manter o índice de perdas nos patamares atuais foi executado um Plano de Ação, onde como destaque podemos citar as seguintes medidas:

O envolvimento de todos os empregados na campanha interna: “Gato sempre deixa marcas”, com 6.307 informes de irregularidades, com uma procedência de 92,8%, e o trabalho desenvolvido pelos leituristas na identificação de qualquer indicio de irregularidade, que proporcionou ganhos de eficiência por parte das equipes de fiscalização.

Em 2004 a COSERN recuperou 11.988 MWh. Foram instaladas 328 medições em circuitos de iluminação pública. Merecem destaque as inspeções de 1.755 consumidores do Grupo A e a regularização de 2.433 ligações em áreas de gambiarra. Foram inspecionadas 64.858 unidades consumidoras do Grupo B, sendo 25.508 por turmas próprias e 39.355 através de turmas contratadas (pré-inspeção), reafirmando que a manutenção de uma relação de parceria e confiança mútua com os prestadores de serviço pode contribuir para a redução das perdas elétricas.

O Gráfico a seguir demonstra a evolução das perdas nos últimos 5 anos, confirmando a eficácia do modelo de combate à fraude, praticado pela COSERN.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Tarifas

O Reajuste Tarifário Anual foi homologado em 22 de abril de 2004 por meio da Resolução ANEEL 109/2004. Tendo em vista a eliminação gradual do subsídio entre os subgrupos tarifários, as tarifas de fornecimento de energia foram reajustadas em média em 15,11%.

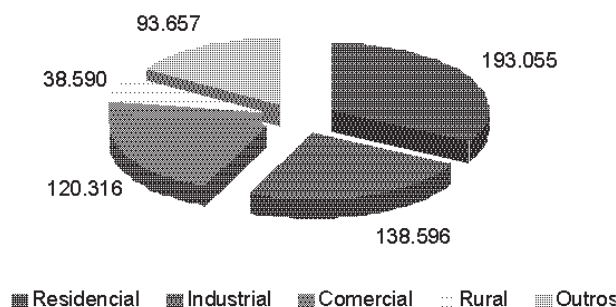
Concomitantemente ao reajuste, foi efetuado o ajuste do resultado da primeira revisão tarifária de maneira a incorporar os ganhos na empresa de referência advindo dos processos de outras empresas, elevando o índice de reposicionamento de 11,49% para 14,54%, impactando as tarifas base para o reajuste de 2004 e provocando um incremento, nos 12 meses seguintes ao reajuste, de 2,453% a título de ajuste financeiro da Revisão Tarifária Periódica de 2003.

Gestão Comercial

As operações comerciais de distribuição de energia registraram um faturamento líquido de R\$ 584,2 milhões, incluindo as transações com mercado cativo e mercado livre da COSERN, apresentando um crescimento de 19,68 %, em relação ao ano de 2003.

RECEITA POR CLASSES S/ ICMS (R\$ Mil)	2003	2004
Residencial	160.310	193.055
Industrial	117.555	138.596
Comercial	99.372	120.316
Rural	37.487	38.590
Outros	73.432	93.657
Total	488.156	584.214

Receita Líquida por Classe de Consumidores
 - 2004



01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os resultados da arrecadação em relação ao faturamento anual atingiram em 2004 o índice de 97,3% superando 2003 em 7,44%. A performance desse indicador foi afetada pelos atrasos nos pagamentos das classes do Poder Público e Serviço Público, que atrasaram seus compromissos principalmente no 2º semestre de 2004, por condições conjunturais políticas ocorridas no período. Para melhorar as condições do processo de cobrança a COSERN deflagrou um conjunto de medidas para aumentar a eficácia dos recebimentos de créditos, dentre as quais podemos destacar: Intensificação da Suspensão de Fornecimento no Segmento Público, Contrato com SPC Brasil, Protesto de Promissórias das Dívidas Públicas Municipais; Operação com Duplicatas Mercantis; e Integração da Consulta ao Cadastro da Receita Federal na Realização dos Planos de Parcelamentos com os Clientes Inadimplentes.

3. INVESTIMENTOS

Expansão e Reforma do Sistema Elétrico

Em 2004 a COSERN investiu R\$ 54,8 milhões que foram aplicados na melhoria da qualidade e da capacidade do fornecimento da energia elétrica e dos serviços prestados aos clientes, segmentado como segue:

Composição dos Investimentos	R\$ milhões
Transmissão	11,0
Distribuição	18,2
Rural e Universalização	17,3
Instalações Gerais e Infra-estrutura	6,5
Outros	1,8
Total	54,8

Para o sistema de subtransmissão, foram destinados R\$ 11,037 milhões, destacando-se a construção da linha de 138 kV Açú II – Pólo Industrial de Guamaré (circuito 1), e da linha de 69 kV Lagoa Nova – Shopping Midway Mall, e o início da construção da linha de 69 kV Extremoz – Ceará-Mirim e do circuito 2 da linha de 138 kV Açú II – Pólo Industrial de Guamaré.

Quanto às subestações, destacam-se investimentos realizados na construção de conexões de linhas de 69 kV na subestação de Extremoz e a construção do pátio de 69 kV da subestação de Lagoa Nova, com três conexões de linhas em 69 kV.

No Programa de Distribuição foram aplicados R\$ 18,2 milhões. Foram instalados seis religadores e duas chaves telecomandadas na rede aérea de 13,8 kV, totalizando atualmente 154 equipamentos entre chaves e religadores operados remotamente a partir do Centro de Operação e Informações (COI); foram construídos 236,85 km de redes de média tensão (13,8 kV) e 452 km de redes de baixa tensão 380/220V, além da implantação de 21.880 postes.

No Programa para Infra-estrutura, foram aplicados R\$ 6,5 milhões. Esse montante engloba investimentos em sistemas de informática, ferramentas, veículos e patrimônio, com destaque para a renovação de parte dos computadores da Empresa, investimentos na rede corporativa e a continuidade da implantação do Sistema de Gestão de Rede – GEOREDE.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para projetos especiais a Empresa destinou, o total de R\$ 19,2 milhões. Nesses projetos, estão incluídos investimentos com a universalização dos serviços de energia elétrica que em 2004 totalizaram R\$ 17,3 milhões; elaboração de normas e padrões, e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento do ciclo 2002/2003 e 2003/2004, integrantes de 1% da Receita Operacional Líquida, que as empresas devem destinar anualmente aos projetos de eficiência energética e P&D. Esses projetos envolvem as áreas de estudos e planejamento, qualidade de energia, fontes alternativas, informática e comercial.

Manutenção do Sistema Elétrico

Visando a melhoria da qualidade da energia fornecida aos seus clientes, a manutenção de todos os seus ativos, e a melhoria dos Índices de Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor - DEC e Frequência de Interrupções por Consumidor - FEC, a COSERN elaborou e executou um Plano de Manutenção Preditiva e Preventiva do Sistema Elétrico.

A COSERN, a cada ano, incorpora e aperfeiçoa novos procedimentos e técnicas de manutenção, e leva em consideração, entre outros, os seguintes aspectos: importância das linhas e equipamentos, periodicidade, carregamento, vida útil, número de operações de disjuntores e condições de isolamento de transformadores de potência.

Eletificação Rural e Universalização

No âmbito da eletrificação rural merece destaque o encerramento do Programa Luz no Campo e a formalização do contrato com a ELETROBRÁS para o desenvolvimento da primeira fase do Programa Luz para Todos. O Programa Luz no Campo foi finalizado com o investimento total de R\$ 14,3 milhões, correspondente a 70,7% da meta financeira prevista, com o atendimento de 13.801 consumidores e a expansão de 705,29 Km de rede de média tensão e 378,86 Km de rede de baixa tensão. No Programa Luz para Todos, cujo objetivo é universalizar o meio rural até 2008, planejamos como meta global a universalização do atendimento de 30.095 consumidores em 5 anos com o investimento de mais de R\$ 80 milhões. Tal montante será 50% de participação do Governo Federal, a fundo perdido através de recursos da CDE e financiamento à COSERN de 15% com recursos da RGR. O Governo do Estado participará com 20% e a COSERN com os 15% restantes. Dessa forma, em 2004, dando início a esse programa, a COSERN investiu R\$ 7 milhões e atendeu 2.377 pedidos de ligação, correspondendo a 22% da meta financeira prevista para o biênio 2004/2005.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Modernização de Infra-Estrutura

A COSERN iniciou a implementação de um novo módulo de operação, baseado na utilização de uma nova plataforma gráfica denominada Geographic Information System (GIS), desenvolvida pelo Environmental Systems Research Institute (ESRI). Através do novo módulo de operação, em fase final de validação, é possível trabalhar de forma mais dinâmica na parte gráfica do sistema elétrico, fazendo com que o operador do Centro de Operação e Informação – COI, consiga entre outras funções:

- Localizar a viatura mais próxima do local de uma ocorrência de forma geográfica, com a rede do sistema elétrico presente no mapa;
- Abertura gráfica de qualquer equipamento que sofra interrupção no sistema, existindo um reconhecimento automático pelo programa de todos os clientes/rede afetados;
- Integração com o Sistema de Automação/Supervisão – SAGE, permitindo que sejam refletidos todos os eventos do SAGE de forma automática no novo módulo de operação.

Além das funcionalidades gráficas e georeferenciadas, todos os índices do sistema (TMA, DEC, FEC, DIC, FIC e DMIC) podem ser obtidos diretamente pelo NOVO OPER, otimizando o processo.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Atendimento a Clientes

A COSERN fornece energia para 837.729 unidades consumidoras, sendo a maioria da classe residencial, que totaliza 730.901 clientes.

Para cada um desses segmentos, além de disponibilizar um atendimento personalizado com analistas e atendentes especializados, a COSERN desenvolve planos específicos de relacionamento e também disponibiliza produtos e serviços que atendam às necessidades de cada um.

Os clientes potencialmente livres, ou seja, que podem optar por comprar energia de outro fornecedor, ou têm demanda contratada acima de 1,00 MW, formam o segmento de Grandes Clientes, que representa 16,95% do consumo total da Empresa. Para esses, o foco é conquistar a sua lealdade e fidelização através de um atendimento personalizado e preferencial, de visitas periódicas às suas instalações e do acesso privilegiado à Unidade de Operação e Controle do Sistema Elétrico - EOCS da COSERN, para registro de ocorrências. Além disso, são oferecidos produtos e serviços que visam reduzir o custo médio da sua energia elétrica consumida, como eficiência energética e energia adicional temporária (Energia Mais).

No caso particular das prefeituras, além da negociação dos débitos, busca-se também reduzir o valor das faturas de energia elétrica para iluminação pública e prédios públicos, através da oferta de produtos como Eficientização de Iluminação Pública e Gestão Energética Municipal. Busca-se ainda a redução de reclamações quanto à manutenção e expansão da iluminação pública, através da transferência de propriedade desse acervo da COSERN para os municípios, e da celebração de convênios que autorizem a COSERN a expandir as instalações de iluminação pública dos municípios, acompanhando a rede secundária de distribuição.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

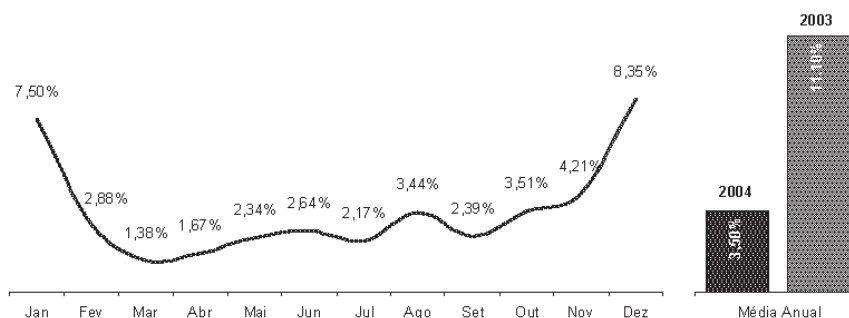
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Disponibiliza também para seus clientes um atendimento comercial e de emergência unificados, através do teleatendimento e de suas 19 Agências de Atendimento existentes em todo o Estado. Operando de forma on line, o sistema comercial oferece conforto e agilidade nos serviços prestados. Os constantes treinamentos realizados com os empregados contribuíram decisivamente para consolidar esses padrões, resultando na melhoria significativa da satisfação dos clientes.

No ano de 2004 foram realizados 1,963 milhões de atendimentos pelos canais de relacionamento da Cosern, representando uma redução de 17,5% em relação ao número de atendimentos realizados no ano anterior. Desse total, cerca de 75% dos atendimentos foram realizados pelo Call Center, sendo que em 2003 esse percentual era de 69%. O número de chamadas abandonadas teve uma redução de 11,1% em 2003 para 3,5 % em 2004. De igual modo, o tempo médio de atendimento ao cliente foi reduzido de 2,2 minutos para 2,0 minutos em 2004.

O índice de reclamações registrado pelo Call Center caiu de 6,9% em 2003 para 4,8% em 2004.

Percentual de Abandono de Chamadas - Ano 2004



Qualidade do Fornecimento

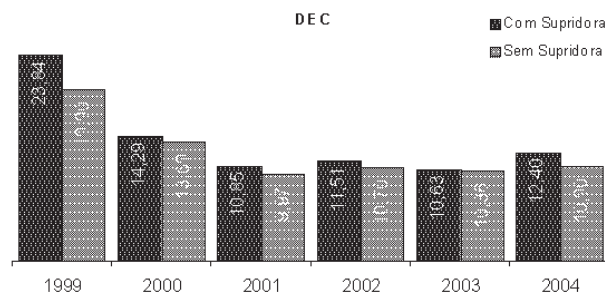
O DEC registrado em 2004 foi de 12,40 horas de interrupção, apresentando um aumento em comparação ao ano de 2003, de 16,65%, principalmente devido à grande influência das interrupções no sistema da Supridora (aumento de 456% em relação ao ano de 2003) e da elevada incidência de chuvas no ano de 2004.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

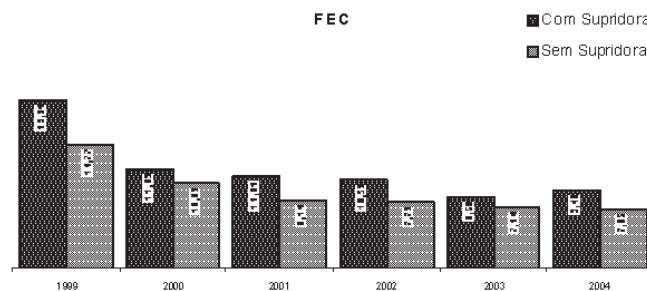
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Evolução do DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor



Assim como o DEC, o FEC também foi muito influenciado pelas interrupções no sistema da Transmissora, que contribuiu com 25% do valor de 9,40 interrupções registrado no ano de 2004. Considerando somente as interrupções com origem no sistema COSERN, o FEC de 2004 teve uma redução de 1,3% em relação ao ano de 2003.

Evolução do FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor



Tais resultados devem-se aos contínuos investimentos na automação dos sistemas de distribuição, na padronização de novos materiais com tecnologias modernas para serem aplicados nas redes de distribuição (redes multiplexadas, redes compactas, isoladores híbridos, etc.), na transmissão (isoladores poliméricos) e no aprimoramento dos procedimentos de operação do sistema.

Eficiência Energética

Em continuidade ao programa de melhoria da iluminação pública dos municípios do Estado, a COSERN alcançou mais 11 municípios, substituindo 4.261 lâmpadas no ano de 2004, com investimento de mais de R\$ 490 mil, promovendo uma redução de demanda na ponta do sistema de 217 kW e uma economia anual de energia para as prefeituras, da ordem de 951 MWh.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Foram distribuídas 13.733 lâmpadas de 16W no Projeto de Doação de Lâmpadas Econômicas em 2004. Este projeto beneficiou 33 cidades do Estado, sendo realizados também sorteios de brindes e palestras sobre o uso eficiente de energia. Para tanto foram investidos R\$ 158 mil.

A COSERN realizou treinamentos e ações sociais em 25 escolas e várias comunidades. Ministrou trabalhos de orientação com comunidades da capital e do interior do Estado, principalmente as que moram próximo às subestações, sobre os cuidados com energia elétrica. Foram investidos R\$ 10 mil.

No Projeto "Treinamento nas Escolas" foram treinados professores de 42 escolas de 1º grau, em 33 municípios do Estado, sobre o uso eficiente de energia elétrica, segurança e meio ambiente.

Pesquisa e Desenvolvimento

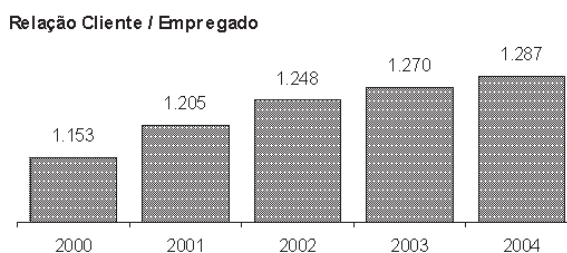
Em 2004 foram desenvolvidos 2 projetos, sendo um deles desenvolvido pela parceria entre Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o outro desenvolvido pelo CEPEL (Centro de Pesquisas da Eletrobrás), onde foram abordados os temas de Planejamento, Qualidade de Energia, Meio Ambiente, Responsabilidade Social, Proteção, Operação, Marketing e Mercado, entre outros.

Recursos Humanos

A COSERN encerrou o exercício de 2004 com 651 colaboradores, sendo 11,00% executivos, 22,88% administrativos e 56,37% técnicos e operativos. Há 498 empregados do sexo masculino e 153 do sexo feminino. Os 651 empregados estão assim distribuídos:

- Auxiliares/Administrativo: 149 empregados
- Profissionais de Ofício: 224 empregados
- Técnicos Médios: 143 empregados
- Mandos e Técnicos Superiores: 135 empregados

Para a COSERN realizar sua missão é necessário contar com uma equipe humana qualificada, capaz de executar seu trabalho com eficiência, satisfazendo as necessidades dos clientes e atendendo aos anseios da Empresa. Diante disso, a COSERN desenvolve um programa de treinamento em consonância com os objetivos corporativos, considerando as metas e planos de ação de cada área, em busca de maior competitividade e dando oportunidade ao empregado de desenvolver-se. Como resultado, obtivemos uma crescente evolução nos indicadores de eficiência, a exemplo da relação cliente-empregado.



01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Comunicação com os clientes

Diante da crescente e permanente preocupação em atender melhor aos seus clientes, além da distribuição de uma energia de qualidade, a COSERN investe na clareza de informações, abordando não só temas relativos ao fornecimento, mas também sobre qualidade de vida, uso racional da energia, segurança, entre outros. Nesse sentido, durante o ano de 2004 foram veiculadas na mídia as campanhas publicitárias AMIGO, Direitos e Deveres, Prêmio Eletricidade 2004, Mudança da Marca da COSERN e Palco Iluminado, entre outras.

Pesquisa ABRADÉE

As empresas participantes do Prêmio ABRADÉE são avaliadas através de uma Pesquisa da Satisfação do Cliente Residencial das áreas urbanas, executada pelo Instituto Vox Populi. A pesquisa visa conhecer o grau de satisfação dos clientes, com a qualidade do produto e dos serviços prestados pela distribuidora e gerar índices que viabilizem a comparação desses resultados entre todas as concorrentes.

A COSERN apresenta um Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida ISQP com 52,2% em 1999 e 74% em 2004, evidenciando que suas práticas e conjunto de ações, têm sido eficazes e bem focados.

No Índice de Satisfação Geral – ISG com 90,1%, a COSERN foi classificada a 1ª do Nordeste e a 2ª no Brasil, tendo apresentado índice crescente em todos os anos. Já no Índice de Satisfação do Cliente – ISC com 53,9%, a COSERN está em 3º lugar no Nordeste e em 11º lugar no Brasil.

5. RESPONSABILIDADE SOCIAL**Saúde e Segurança**

A COSERN desenvolve diversas ações como parte de um programa para a melhoria nos procedimentos, no conforto e na saúde dos seus colaboradores, cujas regras assumem condições de vanguarda aos preceitos de Saúde e Segurança do Trabalho, com destaque para:

- Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional;
- Programa de Prevenção a Riscos Ambientais;
- Treinamentos de Segurança;
- Inspeções de Segurança;
- Auditoria de Segurança nas empreiteiras;
- Sala de Reeducação;
- Distribuição de EPI, EPC;
- Perfil de Saúde dos Colaboradores;
- Programa de Redução do Índice de Massa Corpórea;
- Análise Ergonômica dos Postos de Trabalho;
- Ginástica Laboral;
- Massagem Shiatsu;
- Informativo de Segurança;
- Realização das SIPAT em conjunto com a CIPA;
- Palestras com temas relacionados à Saúde e à Segurança;
- Caminhada coletiva de saúde – “Caminhando com Energia”;
- Feira da Saúde

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Meio ambiente

Com a implantação e divulgação das Políticas de Meio Ambiente e de Segurança do Trabalho, realizadas através de palestras informativas e educativas, a COSERN firmou um compromisso perante seus colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço e a sociedade, através da promoção contínua de uma conscientização pelo respeito à vida e ao meio ambiente. As principais ações realizadas em 2004 foram:

- Semana do Meio Ambiente;
- Programa de Coleta Seletiva de Lixo;
- Ações de gerenciamento de Impactos ao Meio Ambiente e do Ciclo de Vida;
- Rearborização do Edifício Sede;
- Programa de Eficiência Energética;
- Ações para redução do consumo de água e energia elétrica no Edifício Sede;
- Treinamento sobre Educação Ambiental em comunidades, escolas e centros comunitários;
- Implantação de novos padrões no sistema elétrico, proporcionando uma melhor convivência e interação do sistema com o meio ambiente.

Programas Sociais

A COSERN vem colaborando com o desenvolvimento social e cultural do Estado do Rio Grande do Norte, através de patrocínios e apoios, permeando também todas as suas atividades com a preservação do meio ambiente.

A COSERN patrocinou 13 projetos no ano de 2004, tendo sido a empresa do Estado do Rio Grande do Norte que mais investiu em cultura neste ano. Os vários patrocínios culturais foram viabilizados através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura Câmara Cascudo e Lei Federal Rouanet. Ao todo foram investidos R\$ 1,4 milhão nos 13 projetos, onde 20% deste valor foi financiado pela Empresa e 80% foi referente à renúncia fiscal. Desses projetos, 12 foram patrocinados pela Lei Estadual Câmara Cascudo. Todos os projetos foram analisados de acordo com o perfil da Companhia e com a definição de suas estratégias, orientadas à melhoria da imagem e com o compromisso cultural assumido pela COSERN com os clientes e com a sociedade.

Reconhecimentos Especiais

Prêmio Eletricidade 2004

A COSERN conquistou o Prêmio Eletricidade 2004, como a melhor empresa da Região Nordeste. O ranking aponta as distribuidoras de energia elétrica que se sobressaíram em seus processos comerciais, operacionais e de engenharia e de minimização de perdas no ano de 2003. Este prêmio é uma promoção conjunta entre a Revista Eletricidade Moderna e a Soltec Projetos & Serviços e é elaborado por meio da confrontação de uma série de informações coletadas junto às empresas participantes, contando com 53 distribuidoras de energia elétrica de todo o Brasil. Segundo os critérios do referido Prêmio, a COSERN ficou bem colocada nos Processos de Operação, com o 1º lugar do Nordeste e o 5º lugar do Brasil, quando examinados os índices de DEC, FEC e TMA.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prêmio ABRADEE 2004

A COSERN foi classificada em segundo lugar na categoria de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica da Região Nordeste. Este prêmio focaliza os resultados globais produzidos pela Empresa, onde as premiadas são àquelas que demonstraram resultados consistentemente superiores no conjunto das três áreas: mercado (cliente), operacional e econômico-financeira. A estrutura de critérios, indicadores e pesos, refletem uma visão ampla e equilibrada da gestão das distribuidoras.

Na categoria geral, no item Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil, das 28 maiores empresas concorrentes com mais de 400 mil clientes, a COSERN foi classificada em 11º lugar.

Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho 2004

A COSERN recebeu o Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho 2004, na categoria Grandes Empresas. A Empresa obteve uma média de 8,62 pontos, ficando em 2º lugar, sendo reconhecida mais uma vez pela adoção e implantação de políticas e medidas de responsabilidade social, que elevam a qualidade de vida do colaborador e da Sociedade.

Prêmio HANGAR 2004

A COSERN ganhou o Prêmio Hangar 2004 pelo apoio e incentivo à cultura, relativo ao ano de 2003. Esse prêmio foi criado em 1998, sendo dividido em três categorias: Apoio e Incentivo à Cultura, Musical Social e Veículo Musical.

Prêmio Contabilidade 2004

A COSERN ganhou o Prêmio Contabilidade 2004, promovido pela ABRA CONEE – Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica, que premiou a Companhia por ter apresentado o melhor conjunto de demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica de médio porte no ano de 2003.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A receita operacional líquida obteve um incremento de 16,29% influenciado principalmente pelo reajuste tarifário de 15,11% e pelo crescimento de mercado cativo de 3,3% e de 6,1% considerando os clientes livres.

O lucro líquido em 2004, R\$ 112,9 milhões, aumentou em 95,20% em relação ao ano anterior, R\$ 57,8 milhões. O EBITDA alcançou R\$ 205,5 milhões representando um crescimento de 61,61% comparado ao ano exercício de 2003, gerando uma margem de 37,79%.

A tabela abaixo apresenta o desempenho da COSERN comparado ao ano anterior.

	2004	2003	Variação (%)
Receita Operacional Líquida	543.717	467.557	16,29%
Despesas operacionais	372.719	372.592	0,03%
Resultado do Serviço	170.998	94.965	80,06%
Resultado Operacional	111.017	63.509	74,81%
Lucro Líquido	112.873	57.825	95,20%
EBITDA (*)	205.483	127.145	61,61%
Margem do EBITDA	37,79%	27,19%	38,98%

(*) EBITDA (LAJIDA) Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Demonstrativo do cálculo do EBITDA.

	2004	2003
Resultado Operacional	111.017	63.509
(+) Resultado Financeiro	14.981	15.185
(+) Juros sobre capital próprio	45.000	16.271
Depreciação e amortização	34.485	32.180
=EBITDA (LAJIDA)	205.483	127.145

Destinação do Lucro

O Conselho de Administração da COSERN, em reuniões realizadas nos dias 13 de julho, 10 de novembro e 10 de dezembro de 2004, deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio referentes ao exercício, no total de R\$ 45 milhões, equivalente ao montante bruto de R\$ 0,0872566 por ação ON e 0,0959822 por ação PN. O pagamento foi considerado para fins de cálculo do dividendo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2004, deliberou o pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 47 milhões, equivalente ao montante bruto de R\$ 0,2736208 por ação ON e R\$ 0,3009829 por ação PN.

O Conselho de Administração da Companhia encaminhou à Assembléia Geral Ordinária proposta de distribuição de dividendos complementares no montante de R\$ 15,2 milhões, equivalente ao montante de R\$ 0,0883746 por ação ON e R\$ 0,0972121 por ação PN.

Endividamento

Os contratos de empréstimos e financiamentos totalizaram R\$ 311,6 milhões em dezembro de 2004, 33% acima do fechamento de 2003 e 38% em relação ao patrimônio líquido. Durante o segundo semestre de 2004 foi renegociado o seu endividamento de curto prazo, alongando o perfil de 52,48% em dezembro de 2003 para 19,53% no mesmo período em 2004. O prazo médio da dívida aumentou de 2,06 anos para 3,08 anos entre o encerramento dos exercícios de 2003 e 2004, com o custo da dívida da carteira de passivos onerosos de aproximadamente 95% do CDI em 31/12/2004.

Em 2004 foi realizada a segunda oferta pública de emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. A emissão totalizou R\$ 120 milhões com prazo total de 4 anos a contar da data da emissão. Estes papéis receberam a classificação "BrBBB+" da Standard & Poors.

Durante o exercício de 2004 a Companhia recebeu R\$ 31 milhões em financiamentos de órgãos como Eletrobrás e Banco do Nordeste, recursos específicos para projetos de investimento na concessão. Com isso, aproximadamente 64% dos investimentos realizados foram custeados com recursos de longo prazo.

Arrecadação

A arrecadação bruta realizada em 2004, R\$ 736,9 milhões, aumentou 13,19% em relação ao ano de 2003, R\$ 651 milhões. A geração de caixa operacional em 2004 (arrecadação bruta menos tributos e despesas operacionais), foi de R\$ 186,9 milhões, ou 25,37% da arrecadação bruta.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

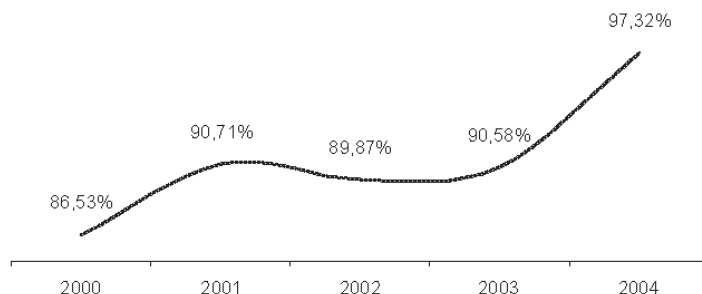
Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Evolução Arrecadado / Faturado



Política de Hedge

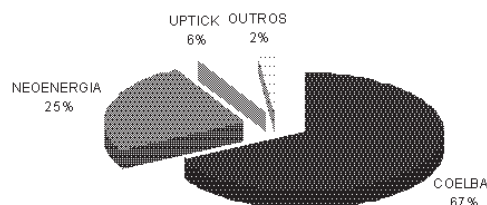
Com relação à Política de Hedge, a COSERN, visando mitigar os efeitos negativos que eventuais oscilações significativas nas cotações das moedas teriam sobre o seu passivo em moeda estrangeira, com conseqüente reflexo negativo sobre o seu resultado e fluxo de caixa, estabeleceu rigorosa política de hedge para todas as suas operações em moeda estrangeira, firmando contratos de "swap" com o fim de protegê-las dos referidos efeitos das variações cambiais. Durante o exercício de 2004 todos os empréstimos em moeda estrangeira foram liquidados.

Com relação ao risco oriundo da possibilidade da COSERN vir a incorrer em perdas devido às flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos captados no mercado, a Companhia considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas e a perspectiva de redução nas taxas de juros domésticas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justificam sua opção por taxas flutuantes.

7. RELAÇÃO COM INVESTIDORES

Composição Acionária

A composição acionária da COSERN é formada pela COELBA - Companhia de Eletricidade da Bahia com 67,40% de participação, representando 113.285.329 ações; o Grupo Neoenergia com 25,24% de participação, representando 42.426.637 ações; Grupo UPTICK Participações S.A. com 5,82 % de participação, representando 9.780.611; e outros com 1,54 % de participação, representando 2.581.451 ações.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Governança Corporativa

Em 2004, com a decisão da Holding de implementar as melhores práticas de Governança Corporativa, foi adotada a nova estrutura administrativa, na qual foram inseridos os Comitês financeiro e executivo do Conselho de Administração, contemplando a segregação entre a estrutura de Governança e Gestão.

A Administração da COSERN vem reforçando tais práticas com uma série de medidas, entre as principais:

- Adequação do Estatuto Social às práticas relativas ao mandato da Administração, como também às alterações previstas na Lei das Sociedades Anônimas;
- Revisão das políticas, normas, processos e controles internos, objetivando avaliar sua eficácia e efetividade;
- Elaboração das demonstrações contábeis de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América – US GAAP

Essas medidas têm como objetivo principal oferecer maior transparência às decisões da Administração e direcionar estrategicamente os negócios da Companhia.

8. AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, contratada em junho de 2002 para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras e de revisão de informativos contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, e de contratos para financiamentos, bem como para suas controladas e controladora, para um período de 3 (três) anos, desde então não prestou serviços não relacionados à auditoria externa que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo NEOENERGIA, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

2. CONCESSÃO

A Companhia detém junto a ANEEL, a seguinte concessão:

Distribuição	Municípios	Localidades	Data da concessão	Data de vencimento
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/1997	31/12/2027

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular nº 2.306 – SFF/ANEEL de 24 de dezembro de 2004.

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2003 foram reclassificadas, quando aplicável, para comparabilidade, conforme abaixo relacionado:

	Balanço 2003	
	(Publicado)	(Reclassificado)
Realizável a longo prazo		
Despesas pagas antecipadamente		2.366
Outros créditos	3.081	715
	Demonstração de resultado 2003	
	(Publicado)	(Reclassificado)
Receita Operacional		
Fornecimento de energia elétrica	602.722	582.166
Encargos CBE		20.356

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários

Estão demonstradas ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis e não excedem o seu valor de mercado.

Consumidores, concessionárias e permissionárias

Engloba o fornecimento e suprimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL nº 015 de 24 de dezembro de 1997. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999 (vide nota explicativa nº 17).

Os gastos de administração geral são apropriados, mensalmente, às imobilizações e demais ordens em curso, em até 10% dos dispêndios diretos com pessoal mais serviços de terceiros a estas atribuíveis.

Em função do disposto na Instrução Contábil 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas nos livros, em grupo específico no Passivo Exigível a Longo Prazo, estão apresentadas como dedução do Ativo Imobilizado, dadas as suas características de aporte financeiro de consumidores, da União e de outras fontes, com fins específicos de financiamento para obras.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis, do imposto de renda e contribuição social quando da parcela corrente e reconhecido o diferimento em função dos prejuízos fiscais e bases negativas e das diferenças intertemporais.

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda calculado com base no lucro de exploração (vide nota explicativa nº 28).

Plano de complementação de aposentadoria e pensão

Os custos associados ao plano de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Valores especiais estimados

A preparação de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia baseada em estimativas faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contingências, fornecimento não faturado, realização de impostos e contribuições sociais diferidos, ágio e da recomposição tarifária.

Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Composição do contas a receber:

Consumidores/Concessionárias e Permissionárias	Saldo vincendo	Saldo vencido		Total		Provisão para créditos de liquidação duvidosa	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2004	2003	2004	2003
Setor Privado	34.346	20.017	17.178	71.541	76.574	(8.772)	(11.385)
Residencial	9.054	10.472	1.208	20.735	20.154	(1.208)	(358)
Industrial	12.253	2.579	5.966	20.798	19.579	(3.659)	(4.096)
Comercial, serviços e outras	9.280	4.265	5.035	18.579	19.934	(2.107)	(4.711)
Rural	3.759	2.701	4.969	11.429	16.907	(1.798)	(2.220)
Setor Público	10.521	9.728	18.372	38.621	45.023	(3.526)	(13.874)
Poder público	5.006	3.772	8.879	17.657	20.023	(1.284)	(3.029)
Federal	1.398	363	448	2.209	4.536	(438)	(477)
Estadual	1.911	1.961	5.568	9.440	6.450	(319)	(1.387)
Municipal	1.697	1.448	2.863	6.008	9.037	(527)	(1.165)
Iluminação pública	1.925	1.214	3.924	7.063	9.542	(1.738)	(2.577)
Serviço público	3.590	4.742	5.569	13.901	15.458	(504)	(8.268)
PDD confissões de dívidas						(5.714)	(25.566)
PDD outras						1.033	1.391
Fornecimento não faturado	21.614			21.614	18.986		
Subtotal - Consumidores	66.481	29.745	35.550	131.776	140.583	(16.979)	(49.434)
Câmara de Comercialização de Energia							
Elétrica - CCEE				17.765	20.469		
Contratos bilaterais				318			
Revisão tarifária periódica				3.651			
Outros				10.088	10.836		
Total				163.598	171.888	(16.979)	(49.434)
Ativo circulante				(146.124)	(152.998)	16.979	49.434
Ativo realizável a longo prazo				17.474	18.890		

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com a norma do Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela Administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber. A Companhia efetuou as baixas do Contas a receber de consumidores de valores inferiores a R\$ 5 nos termos da Lei nº 9.430. Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

A Companhia reverteu, em junho de 2004, o montante de R\$ 35.989 de provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída para o cliente Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, cuja dívida foi repactuada em 30 de março de 2004, no total de 227 parcelas atualizadas anualmente pelo IPCA, e em setembro de 2004, o montante de R\$ 2.231, constituída para o cliente Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN que também teve sua dívida repactuada, no total de 50 parcelas atualizadas anualmente pelo IGP-DI.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os valores correspondentes às operações junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma.

As operações realizadas no exercício de 2004 geraram um direito de crédito de R\$ 7.640 dos quais R\$ 7.348 foram efetivamente recebidos.

As operações na CCEE, do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, cujo processo de liquidação foi concluído em julho de 2003, após conclusão dos trabalhos da auditoria, geraram um direito de crédito para a COSERN conforme demonstrado a seguir:

	COSERN
Valores a receber	84.238
Atualização monetária	2.802
Valores recebidos	(69.567)
Saldo a receber em 31 de dezembro de 2004	17.473
Valor em litígio judicial	12.038
Valores negociados com os agentes	2.441
Valores não negociados	2.994

Os valores da energia de curto prazo podem estar sujeitos a modificações, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por algumas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor.

Revisão tarifária periódica

A ANEEL, através da Resolução nº 200, de 16 de abril de 2003, estabeleceu os resultados da primeira revisão tarifária periódica da Companhia, e fixou o reposicionamento tarifário provisório em 11,49% a ser aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica vigentes.

A Resolução Homologatória nº 101, de 20 de abril de 2004, complementou os resultados da primeira revisão tarifária da Companhia e fixou o reposicionamento tarifário provisório em 14,54%, devendo o valor definitivo ser estabelecido quando da definição do valor da Quota de Reintegração Regulatória e da Base de Remuneração Regulatória, nos termos do disposto na Resolução ANEEL nº 493, de 03 de setembro de 2002 e Nota Técnica nº 178 de 30 de julho de 2003.

A perda ocorrida entre 22 de abril de 2003 e 21 de abril de 2004 foi considerada no reajuste de 2004, na forma de Ajuste da Revisão Tarifária Periódica do ano de 2003 e o seu valor reconhecido como Ativo Regulatório a ser compensado nos 12 meses posteriores ao reajuste tarifário vigente, de acordo com a Resolução Homologatória nº 109, de 20 de abril de 2004. Os valores diferidos e contabilizados em dezembro de 2004 são de R\$ 3.651.

As eventuais variações de receita da "Parcela B", são decorrentes da diferença entre o percentual provisório e o definitivo, e serão corrigidas no reajuste tarifário anual de 22 de abril de 2005.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. TÍTULOS A RECEBER

Referem-se a parcelamento de débito de contas de fornecimento de energia em atraso e parcelamento de prestação de serviços.

	Saldos vencidos	Vencidos		Total		PDD Confissões de dívidas	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2004	2003	2004	2003
Setor público	173.731	2.016	7.209	182.956	140.594	(4.663)	(19.432)
Setor privado	2.342	280	483	3.105	2.728	(1.051)	(6.134)
Total	<u>176.073</u>	<u>2.296</u>	<u>7.692</u>	<u>186.061</u>	<u>143.322</u>	<u>(5.714)</u>	<u>(25.566)</u>
Ativo circulante				(24.571)	(58.737)	5.714	25.566
Ativo realizável a longo prazo				<u>161.490</u>	<u>84.585</u>		

Os parcelamentos de débito compreendem juros e atualizações monetárias, a taxas, prazos e indexadores variáveis e são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

7. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, o “Acordo Geral do Setor Elétrico”, que define os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

Os principais itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico estão demonstrados a seguir:

Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE

	2004	2003
Recomposição tarifária do racionamento (homologado)	130.237	130.237
Remuneração financeira	88.304	60.213
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(19.986)	(10.602)
(-) Reversão acumulada	(66.650)	(42.102)
Total	131.905	137.746
Ativo Circulante	(28.713)	(22.028)
Ativo Realizável a longo prazo	<u>103.192</u>	<u>115.718</u>
Reversão reconhecida na receita operacional	<u>(24.548)</u>	<u>(20.628)</u>

A Resolução nº 01, de 12 de janeiro de 2004, alterou o prazo máximo de recuperação para 102 meses excluindo deste prazo a recuperação dos valores financeiros de itens da “Parcela A”, relativos ao período de 01 de janeiro a 25 de outubro de 2001. A Companhia avaliou a recuperação em função dos prazos e constituiu provisão para perda na realização da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE no valor de R\$ 19.986 (2003, R\$ 10.602).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A remuneração financeira (atualização monetária do saldo) da RTE vem sendo calculada na Companhia, com base na variação da taxa SELIC – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, acrescida de juros de 1% a.a.

Energia livre - racionamento

A Energia Livre é a energia injetada no sistema elétrico, não prevista nos contratos iniciais ou equivalentes e nos contratos bilaterais.

	Ativo		Passivo		Resultado	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo	Receita	Despesa
Energia Livre	8.546	25.379	8.545	25.379		
Encargos			(542)	(3.715)		
Transferências	7.735	(7.735)	7.735	(7.735)		
(-) Reversão	(10.053)		(9.305)		(5.884)	
Remuneração financeira		12.767		12.768	6.596	(6.606)
Total em 31 de dezembro de 2004	6.228	30.411	6.433	26.697	712	(6.606)
Total em 31 de dezembro de 2003	4.387	31.540	4.454	29.278	2.257	5.056

A ANEEL, através da Resolução nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução nº 89 de 25 de fevereiro de 2003, estabeleceu os procedimentos para a recuperação e repasse aos geradores, a partir de fevereiro de 2003, dos valores de energia livre, calculados com a aplicação de 18,71% sobre a arrecadação da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE.

Em 12 de janeiro de 2004, a ANEEL editou a Resolução nº 01 homologando novo valor da energia livre relativa ao período de 01 de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002 e através da Resolução nº 45, de 03 de março de 2004, alterou o percentual a ser aplicado à arrecadação da RTE a título de repasse de energia livre, para 19,4527% .

A atualização monetária do saldo de energia livre vem sendo apurada a partir de janeiro de 2003, com base na taxa SELIC, acrescida de juros de 1% a.a.

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da "Parcela A" (vide nota explicativa nº 9)

A conta de Compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" – CVA registra as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

	2004	2003
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar de "Parcela A" (homologado)	6.543	6.543
Remuneração financeira	4.987	3.376
Total	11.530	9.919
Realizável a longo prazo	13.596	11.696
Exigível a longo prazo	(2.066)	(1.777)
Efeito no resultado	1.611	1.877

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Realizável a longo prazo	Exigível a longo prazo
Subvenção para conta de consumo de combustível - CCC	1.297	
Reserva global de reversão - RGR		717
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	101	
Encargos de conexão no sistema de transmissão		1.349
Tarifa de utilização do sistema de transmissão - TUST	3.793	
Energia comprada para revenda	8.405	
Total em 31 de dezembro de 2004	13.596	2.066
Total em 31 de dezembro de 2003	11.696	1.777

A Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, definiu os itens da "Parcela A", referente ao período compreendido entre 01 de janeiro e 25 de outubro de 2001, bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros, e o período para a recuperação tarifária. Estes valores foram homologados através da Resolução nº 482, de 29 de agosto de 2002, os quais serão recuperados através de adicional tarifário nas contas faturadas, sendo 2,9% para consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda) e rural e de 7,9% para as demais classes consumidoras, contados a partir de 27 de dezembro de 2001, após a conclusão da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE. Mediante a Resolução nº 01, de 12 de janeiro de 2004, foi excluído o prazo máximo de recuperação dos valores financeiros de itens da "Parcela A".

Empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social e Governo Federal aos Concessionários de Energia Elétrica

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, concedeu, inicialmente, financiamento no valor de R\$ 115.998, para suprir parte das insuficiências de recursos, decorrentes de redução de receita ocorrida durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica com destinação prioritária ao adimplemento de obrigações assumidas junto a agentes do setor elétrico. Sobre o principal da dívida incidem encargos à taxa SELIC acrescida de juros de 1% a.a, sendo essa a mesma condição de remuneração do ativo regulatório reconhecido.

8. PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Câmara de Gestão da Crise de Energia divulgou, em 18 de maio de 2001, um plano de racionamento de energia elétrica, a partir de 01 de junho de 2001, e determinou através da Resolução 117, de 19 de fevereiro de 2002, o término deste programa em 01 de março de 2002.

Em cumprimento a Resolução ANEEL nº 299, de 27 de julho de 2001, a Companhia efetuou os registros contábeis decorrentes deste programa, conforme demonstramos a seguir:

Bônus do racionamento líquido do acréscimo à tarifa ANEEL

	2004	2003
Bônus do racionamento	21.789	21.789
Fundo de valores do acréscimo à tarifa ANEEL (Sobretaxa)	(20.683)	(20.683)
Bônus do racionamento líquido do acréscimo à tarifa ANEEL	1.106	1.106

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Gastos incrementais com o racionamento a recuperar

Os gastos incrementais que a Companhia incorreu para colocar em prática o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica estão sendo ressarcidos pela ANEEL através do reajuste tarifário de 22 de abril de 2003. Até 31 de dezembro de 2004 foi apropriado o montante de R\$ 3.985 (2003, R\$ 2.423) correspondente a 94%. O prazo estimado para apropriação do saldo remanescente é de 4 meses.

	2004	2003
Valor gasto	5.113	5.113
Ajustes e reclassificações	(873)	(873)
Valor homologado	4.240	4.240
Remuneração financeira		591
Valor apropriado	(3.985)	(2.423)
Saldo a apropriar	255	2.408

Encargo de capacidade emergencial - ECE

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determina que os custos, inclusive de natureza operacional, tributária e administrativa, relativos à aquisição de energia elétrica (kWh), e a contratação de capacidade de geração ou potência (KW) pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, serão rateados entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Nacional Interligado, proporcionalmente ao consumo individual verificado, constituindo adicional tarifário específico. O encargo tarifário cobrado atualmente dos consumidores, a título de encargo de capacidade emergencial, é de R\$ 0,0085 kWh, (Resolução ANEEL nº 496, de 26 de setembro de 2003).

Os valores contabilizados e repassados à CBEE, como encargo tarifário, têm a seguinte composição:

	2004		2003	
	Faturado	Repassado	Faturado	Repassado
Encargo de capacidade emergencial – ECE	27.267	20.099	20.556	14.042

Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEE

A ANEEL, através da Resolução nº 728, de 30 de dezembro de 2003, estabeleceu o valor do encargo de aquisição de energia elétrica, que decorre da utilização de usinas termelétricas emergenciais, devido ao risco do baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas, no valor de R\$ 0,0046 kWh, o qual foi cobrado temporariamente dos consumidores nos meses de janeiro e fevereiro de 2004, no montante de R\$ 1.000.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. VALORES TARIFÁRIOS NÃO GERENCIÁVEIS A COMPENSAR

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

As variações de custo ocorridas de 26 de outubro de 2001 a 22 de março de 2004, foram reconhecidas no reajuste tarifário de abril de 2004. Os valores correspondentes aos custos de 23 de março de 2004 a 22 de março de 2005 serão considerados no próximo reajuste tarifário.

Composição	Ativo			Passivo		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
CVA – 01 de janeiro a 25 de outubro de 2001 (vide nota explicativa 7)		13.596	13.596		2.066	2.066
CVA – 26 de outubro de 2001 a 22 de março de 2004	8.266	629	8.895	925		925
CVA – 23 de março de 2004 a 22 de março de 2005	12.126		12.126			
Total em 31 de dezembro de 2004	20.392	14.225	34.617	925	2.066	2.991
Total em 31 de dezembro de 2003	5.034	22.414	27.448	4.171	2.419	6.590

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas (%)	2004	2003
Bradesco	CDB/CDI	diversos	99% CDI	612	1.005
Banco do Nordeste	CDB/CDI	03/07/2007	99,5% CDI	2.500	
Total				3.112	1.005
Ativo circulante				(612)	(1.005)
Ativo realizável a longo prazo				2.500	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

Por força de determinações legais, a Companhia sofreu as retenções e/ou procedeu as antecipações, para posterior compensação, de tributos e contribuições. Os saldos finais de curto e longo prazos estão assim constituídos:

	2004		2003	
	Ativo circulante	Realizável longo prazo	Ativo circulante	Realizável longo prazo
IRRF swap			1.760	
IR sobre aplicação financeira	4		74	
IR antecipado e do ano	7.319		7.031	
IRPJ exercício anterior			5.152	
IR órgãos públicos	439		92	
	<u>7.762</u>		<u>14.109</u>	
CSLL exercício anterior			2.826	
CSLL antecipada do ano	3.789		3.235	
CSLL órgãos públicos	493		76	
	<u>4.282</u>		<u>6.137</u>	
PIS e COFINS a compensar	2.310		493	
PIS órgãos públicos	63		4	
COFINS órgãos públicos	291		18	
	<u>2.664</u>		<u>515</u>	
Incentivo fiscal ADENE	1.792		2.105	
ICMS a recuperar CIAP	966	10.284	698	9.173
Outros	341		49	
	<u>3.099</u>	<u>10.284</u>	<u>2.852</u>	<u>9.173</u>
Total	<u>17.807</u>	<u>10.284</u>	<u>23.613</u>	<u>9.173</u>

Com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado.

O Imposto de renda - IR e a Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia mantém imposto de renda diferido ativo calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e Contribuição Social diferida ativa constituída à alíquota de 9%, conforme demonstrado abaixo:

	2004		2003	
	Base de cálculo	Tributo diferido ativo	Base de cálculo	Tributo diferido ativo
Imposto de Renda	154.585	38.646	231.168	57.792
Prejuízos fiscais	83.385	20.846	90.000	22.500
Diferenças temporárias	71.200	17.800	141.168	35.292
Contribuição Social	93.189	8.387	162.402	14.616
Base negativa	42.711	3.844	48.625	4.376
Diferenças temporárias	50.478	4.543	113.777	10.240
Total		47.033		72.408
Ativo circulante		(13.738)		(2.640)
Ativo realizável a longo prazo		33.295		69.768

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir.

	2005	2006	2007	2008	Total
Imposto de Renda	10.048	12.753	13.913	1.932	38.646
Contribuição Social	3.690	2.600	2.097		8.387
	13.738	15.353	16.010	1.932	47.033

Os estudos técnicos acima mencionados correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera.

Nos últimos cinco anos a Companhia apresentou lucro tributável.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34 % em 2004 e 2003.

	2004	2003
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	99.350	62.466
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	33.779	21.238
Efeitos fiscais dos ajustes que afetam o lucro tributável	(2.302)	(326)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	31.477	20.912

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. BENEFÍCIO FISCAL – ÁGIO INCORPORADO

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas das distribuidoras controladas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349/01.

Tendo em vista que o fundamento econômico do ágio foi a aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, as controladas mantêm o registro contábil (líquido da provisão entre o valor do ágio e o benefício fiscal respectivo) no ativo imobilizado. Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 são como segue:

Balanco	2004	2003
Ágio – incorporado	638.018	638.018
Provisão	(468.801)	(458.590)
Líquido correspondente ao crédito fiscal incorporado	169.217	179.428
Ativo circulante	(10.100)	(10.210)
Ativo realizável a longo prazo	159.117	169.218
Demonstração do Resultado	2004	2003
Amortização do ágio	30.031	29.776
Reversão da provisão	(19.821)	(19.652)
Crédito fiscal	(10.210)	(10.124)
Efeito líquido no resultado		

Como demonstrado, a amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e estão sendo amortizados pelos períodos remanescentes da concessão, desde dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 474, de 30 de novembro de 2000, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Curva de amortização de ágio					
Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2004	0,04707	2014	0,03741	2024	0,02442
2005	0,04656	2015	0,03575	2025	0,02336
2006	0,04547	2016	0,03430	2026	0,02235
2007	0,04455	2017	0,03289	2027	0,02138
2008	0,04297	2018	0,03153		
2009	0,04118	2019	0,03022		
2010	0,04133	2020	0,02907		
2011	0,03983	2021	0,02784		
2012	0,03842	2022	0,02666		
2013	0,03705	2023	0,02551		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações contábeis, o valor líquido total de R\$ 169.217 (2003, R\$ 179.428), que em essência representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo circulante e realizável a longo prazo como Benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de realização do benefício fiscal.

14. ESTOQUE

	2004	2003
Estoque total	6.710	5.479
Imobilizado – imobilizado em curso	(5.979)	(4.763)
Estoque – circulante	731	716

15. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	2004	2003
Ativo regulatório das contribuições para:		
PIS (dezembro de 2003 a dezembro de 2004)	5.892	2.366
COFINS (fevereiro de 2004 a dezembro de 2004)	13.370	
Encargos com renegociação de dívidas	2.539	
Total	21.801	2.366
Ativo circulante	(2.539)	
Realizável a longo prazo	19.262	2.366

Ativo regulatório PIS e COFINS

Refere-se a majoração de alíquotas ocorridas a partir de dezembro de 2003 para o PIS e fevereiro de 2004 para o COFINS que serão, após validação da ANEEL, incorporados a tarifa em prazo a ser definido não superior a três anos. Tais valores são atualizados monetariamente com base na SELIC.

Encargos com renegociações de dívidas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 19 e 20 a Companhia concluiu em 2004 a renegociação de suas dívidas de curto prazo tendo sido os custos envolvidos nesse processo rateados pelo prazo de amortizações dos respectivos passivos.

16. OUTROS CRÉDITOS

	2004	2003
Subvenção à baixa renda - tarifa social	4.593	4.065
Devedores diversos	573	1.558
Serviços prestados a terceiros	1.253	1.209
Encargos CBEE	3.027	
Outros	4.994	1.733
Total	14.440	8.655
Ativo circulante	(13.725)	(7.850)
Ativo realizável a longo prazo	715	715

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Subvenção à baixa renda - tarifa social

O Governo Federal, através da Lei 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou um significativo impacto na receita operacional da Companhia.

Através do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art.1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e conforme o estabelecido no artigo 5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

Os valores liberados a título de financiamento, na forma do Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, foram totalmente liquidados com a utilização dos recursos da subvenção econômica a fundo perdido, de acordo com o inciso II do art. 1º do Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e cancelados os correspondentes contratos de financiamento.

17. IMOBILIZADO

Por atividade o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	2004		2003	
				Subtotal	(-) Obrigações vinculadas a concessão	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço							
Distribuição	5,35	588.818	(238.319)	350.499	(57.416)	293.083	291.350
Comercialização	18,41	12.352	(8.878)	3.474		3.474	5.676
Administração	13,34	18.459	(9.833)	8.626		8.626	7.250
Subtotal		619.629	(257.030)	362.599	(57.416)	305.183	304.276
Em curso							
Distribuição		41.063		41.063	(26.859)	14.204	9.958
Comercialização		24		24		24	7
Administração		1.432		1.432		1.432	2.797
Subtotal		42.519		42.519	(26.859)	15.660	12.762
Total		662.148	(257.030)	405.118	(84.275)	320.843	317.038

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 044 de 17 de março de 1999, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação por macroatividade/equipamentos principais			
Distribuição	(%)	Comercialização	(%)
Banco de capacitores	6,7	Equipamento geral	10,0
Chave de distribuição	6,7	Edificação	4,0
Condutor do sistema	5,0	Administração	(%)
Estrutura do sistema	5,0	Edificação	4,0
Regulador de tensão	4,8	Veículos	20,0
Medidor	4,0	Intangível	20,0
Transformador	5,0	Equipamento geral	10,0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O imobilizado em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

Baixa de bens

Em dezembro de 2004, a Companhia efetuou baixa do seu ativo imobilizado no valor de R\$ 9.841, decorrente do levantamento físico efetuado em conformidade com a Resolução ANEEL nº 493, de 03 de setembro de 2002 e Nota Técnica 178 de 30 de julho de 2003.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Encargos financeiros e efeitos inflacionários

Em atendimento às disposições contidas na Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o ativo imobilizado os seguintes valores:

	Distribuição	
	2004	2003
Juros contabilizados	61.096	78.998
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(17)	(36)
Efeito líquido no resultado	61.079	78.962

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessa obrigação é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Estas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A composição dessas obrigações é a seguinte:

	2004	2003
Participação da União	1.479	1.479
Participação dos Estados	4.168	4.166
Participação dos Municípios	3.762	2.638
Participação do consumidor	66.431	65.280
Outras subvenções	8.435	2.109
Total	84.275	75.672

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Universalização

A ANEEL, através da Resolução nº 223 de 29 de abril de 2003, alterada pela Resolução nº 52 de 25 de março de 2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentado o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público e distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003 alterou a prioridade de atendimento aos municípios dando ênfase aos com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos apenas a novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 KW.

A Companhia submeteu à ANEEL para aprovação o Plano de Universalização de Energia Elétrica, elaborado em conformidade com o que preceitua a legislação a ser implementado no período de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2004, de acordo com o artigo 6º da Resolução nº 223/03. Os demais planos de universalização da Companhia, deverão ser entregues à ANEEL, conforme cronograma constante da referida Resolução Normativa, juntamente com as propostas de atendimentos que poderão se estender até 2013.

O Plano de Universalização para o período 2005-2008, juntamente com os ajustes no plano 2004, foram enviados à ANEEL dentro dos prazos previstos (setembro 2004). Vale destacar que, na elaboração dos citados planos, foi considerada a compatibilização com o Programa Luz Para Todos.

Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS”

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa LUZ PARA TODOS, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

De acordo com o artigo 2º do Decreto, os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, da Reserva Global de Reversão - RGR, instituída pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa. O Programa será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

A Portaria ANEEL nº 38, de 09 de março de 2004, aprovou o Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no Programa.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em maio de 2004 foi firmado um Termo de Compromisso entre a União (Ministério das Minas e Energia), o Estado do Rio Grande do Norte e a COSERN, com a intervenção da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas a implantação do Programa LUZ PARA TODOS, na área de concessão da COSERN, propiciando o atendimento de 30.095 novos consumidores no meio rural no período 2004-2008. Neste instrumento, são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos.

A origem dos recursos para a realização do Programa ficou assim definida:

- 15% - Participação financeira da concessionária;
- 15% - Financiamento com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR;
- 50% - Subvenção econômica com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
- 20% - Participação financeira do Estado.

A Companhia é signatária dos seguintes contratos no âmbito do Programa LUZ PARA TODOS:

Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção - ECFS nº 03/2004, assinado em 16 de junho de 2004 com a ELETROBRÁS, no valor de R\$ 4.718 a título de financiamento, com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, e de R\$ 15.726 a título de subvenção econômica, com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para atendimento de 9.180 famílias.

Contratos de Concessão de Subvenção Econômica - UPP's 29 a 32/2004, assinados em 16 de junho de 2004 com a ELETROBRÁS, no valor de R\$ 456 a título de subvenção econômica, com recursos do Uso de Bem Público - UBP e multas, para atendimento de 106 famílias.

18. FORNECEDORES

	2004	2003
Fornecedores de energia elétrica	37.989	30.034
Fornecedores de energia elétrica - CCEE		739
Materiais e serviços	12.926	7.285
Total	50.915	38.058

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Encargos da dívida	Principal		Total	
		Circulante	Longo prazo	2004	2003
Moeda nacional					
Banco do Brasil	317	2.673	36.176	38.849	47.546
Eletrobrás		1.471	9.611	11.082	9.157
BNDES FINEM	198	12.727	31.817	44.544	55.248
BNDES Emergencial	827	10.054	89.192	99.246	106.578
Itaú	1.368		35.000	35.000	1.188
BNB			23.970	23.970	
Unibanco	2.536	18.286	25.000	43.286	
Westlb	10	10.635		10.635	
HSBC	43	5.000		5.000	
Bankboston					10.000
Fibra					5.000
Total moeda nacional	5.299	60.846	250.766	311.612	234.717
Moeda estrangeira					
Banco do Brasil					
Westlb					63.562
Itaú					57.784
Bradesco/BBV					21.715
Santander					28.892
Total moeda estrangeira					171.953
Subtotal					406.670
Operações com Swap					27.977
Total	5.299	60.846	250.766	311.612	434.647

A Companhia concluiu em 2004, as negociações do alongamento de suas dívidas a serem liquidadas no curto prazo.

Condições contratuais dos empréstimos em 31 de dezembro de 2004:

Fonte	Moeda	Data de assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento
BANCO BRASIL	R\$	30/03/1994	Refinanciamento de dívida com BNDES	IGPM + 10,236% a.a.	2014
BANCO BRASIL	R\$	30/03/1994	Refinanciamento de dívida com Eletrobrás	TJLP + 10,236% a.a.	2014
ELETROBRÁS	R\$	DIVERSAS	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores.	6 a 9 % a.a.	2016
BNDES/FINEM	R\$	01/06/2000	Investimento sistema transmissão/Distribuição	TJLP + 4,5% a.a.	2008
BNDES/Emergencial	R\$	14/02/2002	Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	SELIC + 1% a.a.	2010
BNB	R\$	23/12/2004	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	14% a.a.	2013
ITAÚ	R\$	14/10/2004	Capital de Giro	CDI + 2,5% aa.	2007
WESTLB	R\$	14/09/2004	Capital de Giro	CDI + 2,25% aa.	2005
HSBC	R\$	15/12/2004	Capital de Giro	CDI + 1,8% a.a.	2005
UNIBANCO	R\$	02/08/2004	Capital de Giro	CDI + 2,25% a.a.	2005
UNIBANCO	R\$	29/09/2004	Capital de Giro	CDI + 2,25% a.a.	2007

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para os empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias ou aval da controladora. No que se refere ao BNDES, vinculado a Recomposição Tarifária, 4,42% do faturamento mensal.

O total devido em moeda estrangeira e nacional desdobra-se da seguinte forma:

Moeda estrangeira	2003		
	Em moeda de origem (mil)	Em milhares de reais	%
Dólar norte-americano	62.066	179.321	100,00
Iene			
Total		179.321	100,00
Principal		171.953	
Encargos		7.368	

Moeda nacional	2004		2003	
	Em milhares de reais	%	Em milhares de reais	%
REAL	23.970	7,56		
UFIR	10.427	3,29	3.171	1,30
FINEL	655	0,21	1.400	0,57
IGP-M	34.451	10,87	37.192	15,24
TJLP	49.457	15,61	60.280	24,71
CDI	97.879	30,89	34.552	14,16
SELIC	100.072	31,57	107.411	44,02
Total	316.911	100,00	244.006	100,00
Principal	311.612		234.717	
Encargos	5.299		9.289	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003:

Moeda/Indexador	Variação %	
	2004	2003
Iene	(4,31)	(9,30)
Dólar norte-americano	(8,13)	(18,23)
Índice Geral de Preços Mercado – IGP – M	12,41	8,71
FINEL	2,48	1,70
TJLP	8,17	11,50
CDI	16,17	23,25
Taxa de Referência – TR	1,82	4,65
SELIC	16,25	26,69

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

Cronograma de pagamento	2004	2003
2005		37.934
2006	36.802	39.352
2007	96.849	30.738
2008	30.181	21.878
2009	27.922	21.627
Após 2009	59.012	28.360
Total	250.766	179.889

	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Mutação de empréstimos e financiamentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2002	127.093	182.307	84.355	148.399
Ingressos	67.144	567	25.611	
Encargos	50.415	5.137	20.311	
Variação monetária e cambial	(193)	3.391	(19.409)	(24.683)
Transferências	11.513	(11.513)	123.716	(123.716)
Amortizações	(191.855)		(55.263)	
Saldos em 31 de dezembro de 2003	64.117	179.889	179.321	
Ingressos	200.922	92.123		
Encargos	42.241	2.662	10.458	
Variação monetária e cambial	1.858	4.420	871	
Transferências	28.328	(28.328)	(33.297)	
Amortizações	(271.321)		(157.353)	
Saldos em 31 de dezembro de 2004	66.145	250.766		

20. DEBÊNTURES

Debêntures	Encargos da dívida	Principal		Total
		Circulante	Longo prazo	
2ª Emissão	1.960	6.800	113.200	121.960

A Assembléia Geral Extraordinária da COSERN, realizada em 05 de maio de 2004, deliberou a realização da segunda emissão pública de 1.200 (mil e duzentas) debêntures simples, não conversíveis em ação, nominativas-escriturais, da espécie com garantia real, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 100, perfazendo o montante total de R\$ 120.000, com data de emissão em 01 de junho de 2004 e prazo de vencimento de 4 anos contados da data da emissão. As Debêntures são garantidas por penhor de direitos creditórios de titularidade da Emissora, oriundos de contratos de fornecimento de energia elétrica para os consumidores da Emissora ou detidos contra instituições financeiras e agentes arrecadadores dos pagamentos das contas de fornecimento de energia elétrica, nos termos do Instrumento de Constituição de Penhor.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor nominal das Debêntures será remunerado pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, (Taxa DI), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados e divulgados pela CETIP, capitalizada de um spread de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o valor nominal das Debêntures, a partir da data da emissão, e pagos ao final de cada período de capitalização.

A emissão e a concessão da garantia aos Debenturistas foram aprovadas pela ANEEL através do Ofício 1014/2004-SFF/ANEEL, de 23 de junho de 2004, e registradas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº CVM/SER/DEB/2004/025 em 19 de agosto de 2004.

As Debêntures foram subscritas e integralizadas no dia 16 de setembro de 2004, pelo seu valor nominal, acrescido de Juros Remuneratórios (CDI + 2,5%a.a), calculados pro rata temporis, desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição.

A 2ª emissão de debêntures da Companhia, classificada no circulante e exigível a longo prazo, prevê manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações findas em 31 de dezembro de 2004, a Companhia atingiu adequadamente todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	2004
2006	33.400
2007	49.800
2008	30.000
Total	113.200

21. TAXAS REGULAMENTARES

	2004	2003
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	586	1.031
Quota de Consumo de Combustível – CCC	2.225	
Conta de desenvolvimento energético - CDE	332	225
Encargo de Capacidade Emergencial - ECE	2.909	3.059
Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEE	(58)	
Taxa de Fiscalização – ANEEL	105	89
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	3.110	1.150
Total	9.209	5.554

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2004	2003
ICMS	12.126	9.329
IR de distribuição de lucros	958	1.823
Imposto de renda – Pessoas física e jurídica	53	44
IPTU	2	195
ISS	128	90
INSS	655	567
FGTS	162	149
COFINS	5.587	2.218
PIS	1.213	1.220
CIDE – assistência técnica		6
Outros	268	95
Total	21.152	15.736

23. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, calculados sobre a receita de recomposição tarifária extraordinária e reposicionamento tarifário. Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições serão verificados no momento da realização dos eventos mencionados.

	2004	2003
Imposto de renda	33.889	37.086
Contribuição social sobre RTE	12.200	13.351
Contribuição social sobre CMC		1.309
PIS	2.791	3.450
COFINS	12.858	6.272
Total	61.738	61.468
Passivo circulante	(11.606)	(7.551)
Passivo exigível a longo prazo	50.132	53.917

24. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, aprovado pela Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, tendo declarado seus débitos de tributos e contribuições sociais à Secretaria da Receita Federal – SRF e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. As condições mais vantajosas para amortização da dívida, entre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para TJLP – Taxa de Juros a Longo Prazo), foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O débito consolidado está sendo pago em 60 parcelas mensais consecutivas, iniciado em abril de 2000, atualizadas pela variação da TJLP, das quais já foram liquidadas 57 parcelas. As regras do programa estabelecem como condição de permanência no mesmo a obrigatoriedade do pagamento regular de impostos e contribuições.

	Débito consolidado
IRPJ	4.058
INSS	7.011
COFINS	3.790
Subtotal	14.859
(-) Compensação com créditos fiscais	(6.947)
Total do débito consolidado	7.912
Atualização com base na TJLP até 31/12/2003	2.270
Amortização no período de 01/04/2000 a 31/12/2003	(7.464)
Total do débito consolidado em 31/12/2003	2.718
Passivo circulante	(2.309)
Exigível a longo prazo	409
Atualização com base na TJLP de 01/01/2004 a 31/12/2004	188
Amortização no período de 01/01/2004 a 31/12/2004	(2.264)
Total do débito consolidado em 31/12/2004	642
Passivo circulante	(642)
Exigível a longo prazo	

25. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

O Conselho de Administração decidiu pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, os quais estão demonstrados da seguinte forma:

Deliberação	Valor deliberado	Valor por ação	
		ON	PNA e B
<u>2004</u>			
RCA de 13 de julho de 2004	15.500	0,0901651	0,0991816
RCA de 10 de novembro de 2004	21.000	0,1221592	0,1343751
RCA de 10 de dezembro de 2004	8.500	0,0494454	0,0543899
	45.000		
<u>2003</u>			
RCA de 29 de dezembro de 2004	16.271	0,0968085	0,0968085

Os juros sobre o capital próprio são considerados ao final do exercício para cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29 de março de 2004, deliberou o pagamento de dividendos a partir da reserva de lucros no montante de R\$ 82.767, o que corresponde a R\$ 0,4814658 por ação ON e R\$ 0,5296124 por ação PN.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2004, deliberou o pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 47.037. O Conselho de Administração da Companhia encaminhou à Assembléia Geral Ordinária proposta de distribuição de dividendos complementares no montante de R\$ 15.192.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios do exercício é como segue:

	2004	2003
<u>Dividendos mínimos – sobre o lucro líquido ajustado</u>		
Ações ordinárias	46.967	29.181
Ações preferenciais classe "A"	8.205	5.098
Ações preferenciais classe "B"	7.057	4.384
Total	62.229	38.663
<u>Dividendos mínimos – sobre o lucro líquido ajustado</u>		
Lucro líquido do exercício	112.873	57.825
Constituição da reserva legal	(5.644)	(2.891)
Amortização do ágio incorporado	30.031	29.776
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(19.821)	(19.652)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	(10.210)	(10.124)
Base de cálculo do dividendo	107.229	54.934
<u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>	26.807	13.733
<u>Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos</u>		
Dividendos – R\$ 0,1809977 por ação ON e R\$ 0,1990975 PN (2003, R\$ 0,2249073 por ação ON e R\$ 0,2473980 por ação PN)	62.229	38.663
Juros sobre o capital próprio – R\$ 0,0872566 por ação ON e R\$ 0,0959822 por ação PN (2003, R\$ 0,0968085 por ação ON e PN)	45.000	16.271
Total bruto	107.229	54.934
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio - 15%.		
Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.	(5.070)	(1.823)

Em atendimento ao Aviso aos Acionistas publicado pela COSERN, em 29 de julho e 12 de novembro de 2004, a Neoenergia S.A. solicitou a não retenção do Imposto de Renda na Fonte, no valor de R\$1.677, incidente sobre os valores de juros sobre o capital próprio a receber. Conforme entendimento da Secretaria da Receita Federal, emanado pelo Parecer Normativo nº 01, de 24 de setembro de 2002, a Neoenergia S.A. na figura de contribuinte efetivo do imposto de renda devido sobre a importância recebida a título de juros sobre o capital próprio, ofereceu o valor à tributação, considerando-os na apuração do lucro real na data de seu reconhecimento efetivo do crédito, 30 de julho, 30 de novembro e 30 de dezembro de 2004.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A formação dos saldos em 31 de dezembro é como segue:

Em 31 de dezembro de 2002	38.276
Dividendos e Juros sobre o capital próprio:	
Pagos	(33.230)
Declarados	16.271
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	(1.823)
Proposta de dividendos à Assembleia Geral Ordinária	38.663
Em 31 de dezembro de 2003	58.157
Dividendos e Juros sobre o capital próprio:	
Pagos	(173.162)
Declarados	174.804
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	(5.070)
Proposta de dividendos à Assembleia Geral Ordinária	15.192
Em 31 de dezembro de 2004	69.921

26. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões constituídas para contingências e respectivos depósitos judiciais são compostos como segue:

Contingências	2004			2003		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	acumulada		No exercício	acumulada	
Trabalhistas	2.052	9.032	7.228	3.089	9.834	7.742
Cíveis						
Clientes – Plano Cruzado		2.607	679	1.099	2.607	221
Indenização por perdas	192	4.713			4.907	
Eletroplessão		3.278			3.278	
Outras	12	2.564		2.136	2.576	
Subtotal	204	13.162	679	3.235	13.368	221
Fiscais						
COFINS		1.599			1.465	
ICMS	(1.156)	1.514				
INSS		1.001			933	
IR		427	1.890	(152)	3.184	1.890
CSLL					1.823	
Outras	21	1.191	407	(601)	1.497	404
Subtotal	(1.135)	5.732	2.297	(753)	8.902	2.294
Total	1.121	27.926	10.204	5.571	32.104	10.257
Circulante		(13.609)			(17.951)	
Longo prazo		14.317	10.204		14.153	10.257

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas movidas contra a Companhia envolvendo horas extras, periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras.

Cíveis

Cientes - Plano Cruzado

A Companhia é ré em demandas judiciais nas quais alguns consumidores industriais questionam a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteiam a restituição de valores envolvidos. Não é possível prever o resultado final das ações, tendo diversas outras companhias obtido êxito parcial nos pleitos dos consumidores. Para fazer face a eventuais contingências advindas desses pleitos, a Companhia possui provisões constituídas no montante R\$ 2.607 (2003, R\$ 2.607) relacionado com o diferencial de alíquota cobrado no período de março a novembro de 1986 dos consumidores industriais, acrescido dos encargos moratórios, cujos montantes são considerados suficientes.

Indenização por perdas, Eletroplessão e outras cíveis.

Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais, de pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo danos morais e materiais.

Fiscais

Fiscais - INSS

Referem-se a autuações da Companhia na condição de contribuinte solidário na contratação de serviços de empreiteira. A Companhia vem acionando as empreiteiras para comprovação do recolhimento e conseguindo baixar os autos. Não existem riscos à integridade do REFIS.

Outras fiscais

Existem processos de natureza fiscal, envolvendo COFINS, ICMS e Imposto de renda sobre lucro inflacionário de 1999, que estão em curso para os quais a opinião dos consultores jurídicos com relação às causas possíveis totalizam R\$ 4.731 (2003, R\$ 7.969).

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir possíveis perdas com tais causas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2004	2003
Empréstimo compulsório	104	480
Taxa de iluminação pública - TIP	3.237	2.661
Depósito judicial Neoenergia	1.459	1.459
Outros	1.263	1.795
Total	6.063	6.395
Circulante	(3.469)	(3.826)
Exigível a longo prazo	2.594	2.569

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital social totalmente subscrito em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 é de R\$ 140.413. A composição do capital social realizado por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Em milhares de ações							Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais						
	Única	%	A	%	B	%			
COELBA	80.946	62,4	15.665	76,0	16.674	94,1	113.285	67,4	
Neoenergia S.A.	39.678	30,6	2.749	13,3			42.427	25,2	
Uptick Participações S.A.	7.577	5,8	1.157	5,6	1.047	5,9	9.781	5,8	
IBERENER	1.269	1,0	886	4,3			2.155	1,3	
Outros	276	0,2	150	0,8			426	0,3	
Total	129.746	100,0	20.607	100,0	17.721	100,0	168.074	100,0	

As ações ordinárias dão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, e assegurada, ainda, às ações preferenciais "Classe A", prioridade na distribuição de dividendos.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "A" e "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

Incentivo Fiscal Imposto de Renda - ADENE

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto 3.000/99. Por conta disso, a Companhia formalizou pleito à antiga SUDENE e obteve o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais através do Laudo Constitutivo nº 0038/2002 - ADENE, emitido em 03 de julho de 2002.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia apurou em 2004 o valor de R\$ 1.792 (2003, R\$ 2.105) de incentivo fiscal ADENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 25% (2004) e 37,50% (2003) do imposto de renda apurado pelo Lucro Real. O valor correspondente da respectiva redução foi contabilizado como Reserva de Capital em montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Reserva Especial de Ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da sociedade que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente ao patrimônio líquido. (vide nota explicativa nº 13).

Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de Retenção de Lucros

A constituição da reserva de retenção de lucros visa fazer face aos investimentos futuros da Companhia.

29. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Nº de consumidores		MWh (1)		R\$	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Consumidores:						
Residencial	730.901	702.581	898.157	849.153	229.936	192.565
Industrial	4.439	4.370	886.560	864.721	169.476	139.217
Comercial	59.098	56.437	505.972	475.572	148.856	121.299
Rural	29.880	27.891	306.571	312.638	41.855	38.170
Poder Público	9.407	9.467	154.477	146.099	46.728	38.582
Iluminação Pública	2.571	1.957	121.732	117.996	19.924	18.583
Serviço Público	1.342	1.307	181.062	191.693	35.315	30.417
Consumo próprio	90	94	5.878	6.019	1.818	
Encargos de capacidade emergencial-ECE					27.267	20.556
Encargo de aquisição de energia emergencial-EAEE					1.000	
Suprimento	1	1	163	735	4	304
Fornecimento não faturado					2.628	3.029
Subtotal	837.729	804.105	3.060.572	2.964.626	724.807	602.722
Recomposição tarifária (realização)					(24.548)	(20.628)
Receita (reversão) recomposição revisão tarifária					3.651	
Energia livre (realização)					(5.884)	(4.159)
Disponibilização sistema transmissão e distribuição					6.704	493
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e contratos bilaterais			208.058	29.810	8.698	146
Subvenção à baixa renda - tarifa social					24.487	23.357
Outras receitas					10.133	7.994
Total	837.729	804.105	3.268.630	2.994.436	748.048	609.925

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Reajuste tarifário

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução 109, de 20 de abril de 2004, fixou o reajuste tarifário da COSERN em 15,11%, a ser aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica vigentes, a partir de 22 de abril de 2004.

30. COMPRA E VENDA DE ENERGIA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE E CONTRATOS BILATERAIS

Nos exercícios de 2004 e 2003 a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e através de contratos bilaterais conforme demonstrado a seguir:

Compra	2004		2003	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
CCEE (*)	11.892	221	38.397	994
Ajustes	1.632	15	(15)	(2)
Total	13.524	236	38.382	992

(*) compra referente aos meses de abril de 2004. (2003, meses de janeiro, maio, agosto, outubro, novembro e dezembro - estimado)

Venda	2004		2003	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
CCEE (*)	158.560	7.640	30.133	176
Ajustes	110	1	(323)	(30)
Subtotal	158.670	7.641	29.810	146
Contratos bilaterais	49.388	1.057		
Total	208.058	8.698		

(*) venda estimada referente aos meses de dezembro de 2004. (2003, meses fevereiro, março, abril, junho, julho e setembro)

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Os montantes de receitas/despesas, faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, foram informados pela CCEE e referendados pela Companhia.

31. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2004	2003
Aluguel	2.191	23
Renda da prestação de serviços	5.981	2.759
Serviço taxado	1.382	1.332
Obra terceiros	460	3.181
Outras receitas	119	699
Total	10.133	7.994

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2004	2003
Receita Operacional Líquida	543.717	467.557
Custo e despesas operacionais		
Pessoal	(37.281)	(33.407)
Administradores	(1.575)	(2.357)
Entidade de previdência privada	(1.379)	(1.114)
Material	(5.572)	(5.298)
Serviço de terceiros	(31.663)	(34.716)
Quota para conta consumo combustível - CCC	(20.222)	(16.365)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(4.294)	(2.130)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TFSEE	(1.207)	(920)
Energia elétrica comprada para revenda	(195.423)	(173.033)
Encargo de uso do sistema de transmissão	(50.441)	(33.672)
Energia livre - reversão	(10)	-
Depreciação e amortização	(34.485)	(32.180)
Tributos	(3.193)	(4.091)
Provisões operacionais (líquida de reversões)	27.988	(30.769)
Pesquisa e desenvolvimento	(3.103)	(1.438)
Outras	(10.859)	(1.102)
	<u>(372.719)</u>	<u>(372.592)</u>
Resultado do serviço	<u>170.998</u>	<u>94.965</u>

	2004	2003
Despesa com pessoal		
Remunerações	15.064	13.203
Encargos sociais	7.025	5.904
Auxílio alimentação	1.589	1.157
Convênio assistencial e outros benefícios	7.069	5.399
Incentivo à aposentadoria e PDV	494	241
Contencioso trabalhista	2.770	6.353
Participação nos resultados	3.974	1.462
Encerramento de ordem	64	179
(-) Transferências para imobilização em curso	(768)	(491)
Total	<u>37.281</u>	<u>33.407</u>

	2004		2003	
	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)
Energia elétrica comprada para revenda				
CHESF	211.289	3.790.296	172.473	3.454.153
SAELPA	165	2.502	200	3.716
GCS	1.355	11.437	1.339	13.855
Compras no CCEE	221	11.892	994	38.397
Crédito PIS/COFINS	(18.406)			
Parcela A - energia	784			
Ajustes	15		(1.973)	
Total	<u>195.423</u>	<u>3.816.127</u>	<u>173.033</u>	<u>3.510.121</u>

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Encargos do uso do sistema de transmissão	2004	2003
CHESF	12.127	7.405
Outros	38.314	26.267
Total	50.441	33.672
Provisões operacionais (líquida de reversões)	2004	2003
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	(26.867)	36.340
Provisão (reversão) da provisão para contingência - líquida	(1.121)	(5.571)
Total	(27.988)	30.769
Depreciação e amortização	2004	2003
Quota de depreciação no exercício	34.634	32.249
(-) Depreciação transferida para ordens em curso	(149)	(69)
Total	34.485	32.180
Outras despesas operacionais	2004	2003
Arrendamentos e aluguéis	167	184
Seguros	192	189
Doações e contribuições	566	665
Recuperação de despesa	(631)	(1.364)
Publicações e avisos de desligamentos	588	682
Organismo representativo	470	494
Despesas de viagem	785	681
Consumo próprio de energia elétrica	11	(2)
Encerramento de ordem em curso	17	344
Legais e judiciais	774	1.293
Perdas operacionais		(6.814)
Eventos	301	192
Indenização de danos elétricos	332	315
Desembolso a compartilhada	5.174	
Outros	2.113	4.243
Total	10.859	1.102

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

33. OPERAÇÕES COM EXPORTAÇÃO

A Companhia efetuou operação com exportação de "commodities" agrícolas para fins de captação de recursos, conforme estabelecido no contrato Pre-Export Financing Agreement firmado com o Banco Itaú Europa S.A. Com base no contrato, a Companhia negocia com o Itaú Europa adiantamento de recursos correspondente ao preço de compra dos produtos a serem exportados, conforme contrato de compra e venda de mercadorias para exportação, assinado com a Cargil Agrícola S.A. O valor do adiantamento mais juros será pago em seis parcelas semestrais, envolvendo o embarque das "commodities" agrícolas.

Os valores estão demonstrados a seguir:

	2004	2003
Receita com exportação	127.113	4.723
Custo de exportação	(129.475)	(4.739)
Efeito líquido da operação	(2.362)	(16)

O resultado da operação é decorrente exclusivamente da variação cambial sobre o prêmio de exportação das commodities.

34. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2004	2003
Ganho na desativação/alienação de bens e direitos	24	719
Perda na desativação de bens e direitos (vide Baixa de bens, nota explicativa nº 17)	(11.711)	(1.751)
Outras (despesas) receitas não operacionais	20	(11)
Total	(11.667)	(1.043)

35. PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

A Companhia possui um programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, baseado nos objetivos operacionais e financeiros previamente estabelecidos com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2004 foi de R\$ 3.974 (2003, R\$ 1.462).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

36. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações Partes relacionadas	Natureza da operação.	2004			2003		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Iberdrola Energia	Pessoal					6	(66)
Iberdrola Cons. e Serviço	Confecção de calendários						
IBERENER	Dividendos/Juros sobre o capital próprio		708				
Amara Brasil (a)	Administração de almoxarifado		53	(595)		41	(504)
IBENBRASIL (b)	Serviço de Engenharia					77	(3.251)
Tracol Serv. Elétricos S/A	Manutenção/recuper. de equipamentos						(375)
Termoaçu S/A	Valores a receber	27		15	181		23
NC Energia (c)	Valores a pagar		220	(1.358)		210	(840)
NC Energia (d)	Serviços de consultoria		17	(222)		17	(201)
Celpe	Serviços compartilhados (e)		26			22	
	Material/serviço	41	1	167			43
	Total Celpe	41	27	167		22	43
Coelba	Serviços compartilhados (e)		1.107			1.117	
	Material/serviço		9	250	4	21	(66)
	Uso da rede		11	(88)		9	(74)
	Dividendos/Juros sobre o capital próprio		36.779			40.471	
	Total Coelba		37.906	162	4	41.618	(140)
Neoenergia	Venda da Termoaçu (f)				127.294		
	Prestação de contas						19.043
	Dividendos/Juros sobre o capital próprio		13.795			13.711	
	Total Neoenergia		13.795		127.294	13.711	19.043
Fasern (g)	Contrato de mútuo					1.536	254

- (a) Amara Brasil - Contrato nº 44113998, vigência de 16/12/1998 até 15/05/2005. O mesmo é corrigido pelo IGPM a cada 12 meses.
- (b) Ibenbrasil - Contrato nº 4600004918, vigência de 01/09/2003 até 31/08/2006, corrigido a cada 12 meses com base até o Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas, Serviços de Consultoria, Coluna 39, Série A0157980 da revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas.
- (c) NC Energia - Contrato de Compra de Energia (GCS AM – 010/2002), vigência de 01/10/2002 até 30/11/2006. O reajuste do mesmo ocorrerá na data de revisão do reajuste tarifário.
- (d) NC Energia - Contrato de Prestação de Serviços, vigência de 01/01/2003 até 31/12/2005. O mesmo será atualizado anualmente.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(e) Serviços compartilhados - As Companhias COELBA, CELPE e COSERN celebraram, entre si, em 30 de outubro de 2001, vigente até 05 de outubro de 2021, o Contrato denominado "Guaraniana Serviços Compartilhados" com o objetivo de :

- implantar um sistema unificado de atividades operacionais e administrativas, nas áreas: Engenharia Básica, Suprimentos, Marketing, Informática, Riscos e Seguros e Regulação e Tarifa;
- otimizar o aproveitamento dos recursos financeiros e humanos empregados no desenvolvimento das referidas atividades, em regime de serviços de interesse recíproco;
- atender, de maneira mais eficiente e econômica, aos interesses e necessidades de cada uma das Consorciadas.

Em 1º de novembro de 2001, as Companhias encaminharam o pedido de anuência ao referido contrato à ANEEL, em atendimento ao estabelecido na Resolução ANEEL nº 022, de 04 de fevereiro de 1999. Em decorrência da implementação do Consórcio, os balanços das empresas contemplam ativos e passivos oriundos dessas transações.

Posteriormente, a ANEEL, através do Ofício nº 1327/2002-SFF/ANEEL, de 26 de dezembro de 2002, comunicou a não aprovação do Contrato de Consórcio. A Companhia vem adotando providências no sentido de atender a recomendação da ANEEL, já tendo realizado alterações no modelo que corresponderam à criação de estruturas organizacionais independentes em cada empresa, para as funções de: Regulação, Engenharia Básica e Normalização, Marketing e Riscos e Seguros. Ao mesmo tempo, firmou-se o compromisso de elaborar estudos para, dentro de prazo pré-determinado, efetivar a adequação das atividades de Informática e Suprimentos, com operações e atuações independentes mas de maneira sinérgica. Dessa forma, novos modelos para essas funções deverão ser implementados no primeiro semestre de 2005.

- (f) Neonenergia - Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, sendo o saldo corrigido pela Taxa DI Over, constituído em 31 de março de 2003.
- (g) Fasern – Contrato nº 09/94, vigência até 1 de setembro de 2004, atualizado pela TR+ 6% a.a.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

37. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da Companhia.

A Administração avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis, registrados em operação com empresas ligadas e empréstimos e financiamentos, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

As contas e títulos a receber de poderes públicos, federal, estadual e municipais (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$ 213.388 (2003, R\$ 152.311), líquido da provisão para crédito de liquidação duvidosa. Não foi possível estimar os valores de mercado dos créditos vencidos, face as negociações em andamento que impossibilitam a previsão dos prazos de recebimento.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, vinculados a projetos de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, restrito às concessionárias de serviço público de energia elétrica, estão compatíveis com o valor de tais operações, não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida.

Fatores de risco

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco, e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Moeda estrangeira

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de aumento nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2003, operações de “swap” cambial no valor nominal total contratado de R\$ 164.990, representando aproximadamente 96% do endividamento em moeda estrangeira.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2004 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 4.635 (2003, R\$ 62.083).

No exercício de 2004 todas as operações de swap foram liquidadas, assim como os empréstimos em moeda estrangeira.

Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas e a perspectiva de redução nas taxas de juros domésticas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justificam sua opção por taxas flutuantes.

Risco de Vencimento Antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamento e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento dessas restrições podem implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas nº 19 e 20).

38. PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da Fundação Assistencial e Seguridade Social dos Empregados da COSERN – FASERN, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes, e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o Plano de Benefícios Previdenciários a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (das patrocinadoras e dos participantes) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano. No plano previdenciário de Benefício Definido, eventuais insuficiências serão de corresponsabilidade das patrocinadoras.

A contribuição da Patrocinadora COSERN para o plano de Benefício Definido corresponde a 9,90% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 2,90% correspondem à contribuição suplementar relativa a tempo passado dos participantes, 4,99% às contribuições normal e de risco e 2,01% à cobertura das despesas administrativas da FASERN.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A partir de março de 1999, a FASERN passou a adotar novo plano de benefício previdenciário de Contribuição Definida, cuja adesão foi superior a 98% dos participantes ativos.

O plano contempla benefícios de risco com cobertura para invalidez e morte totalmente custeados pelas patrocinadoras, aos empregados ativos participantes do plano. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, pagamento único. Por suas características, o plano previdenciário de contribuição definida não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da Patrocinadora COSERN para o plano de Contribuição Definida corresponde a 9,17% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 2,90% correspondem à contribuição suplementar relativa a tempo passado dos participantes, 3,60% à contribuição normal (igual a dos participantes), 0,86% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% à cobertura das despesas administrativas da FASERN.

As contribuições pagas ou provisionadas durante o exercício foram as seguintes:

	FASERN	
	2004	2003
Custo do imobilizado em curso	271	241
Despesas operacionais	1.379	1.114
Total	1.650	1.355

Operações com as Fundações

A Companhia mantinha contrato de mútuo com a Fundação, liquidado em 03 de setembro de 2004, para controle das dívidas dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente à época, e estabelecimento das condições para remuneração e amortização da dívida, compatíveis com as práticas de mercado.

	FASERN
	2003
Crédito de curto prazo	1.536

Deliberação CVM nº 371 – Contabilização dos Planos de Pensão

Na avaliação atuarial do plano de benefício definido foi adotado o método do crédito unitário projetado, conforme facultado pela Interpretação Técnica do IBRACON nº 01/01, referendada pela CVM através do Ofício Circular CVM/SEP/SNC/nº 01/2002.

O parecer atuarial da FASERN, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira da fundação, em 31 de dezembro de 2004 e 2003 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371/00:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	FASERN	
	2004	2003
<u>Planos de Benefício Definido</u>		
Valor justo dos ativos do Plano	63.585	54.102
Valor presente da obrigação atuarial com direitos já vencidos	(46.719)	(45.660)
Valor presente da obrigação atuarial com direitos a vencer		(41)
Ativo Líquido (Status de cobertura do plano)	16.866	8.401
Ganho atuarial não reconhecido	(9.723)	(2.690)
Ativo Líquido para a Empresa	7.143	5.711

Os superávits apresentados no plano previdenciário de benefício definido da FASERN minimizam o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A realização e registro contábil dos superávits não têm previsão na legislação atual.

	FASERN	
	2004	2003
<u>Custo esperado do Plano Previdenciário de Benefício Definido</u>		
Custo dos juros	4.680	4.680
Retorno dos investimentos	(4.094)	(5.540)
Ativo Líquido	586	(860)

	FASERN	
	2004	2003
<u>Principais premissas atuariais</u>		
Taxa de desconto	10,24	10,24
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	10,24	10,24
Taxa de crescimento salarial	6,08	6,08
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00	4,00
Fator de capacidade do benefício/salário	98,00	100,00

39. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia, está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada	Prêmio
Riscos nomeados – Subestações e Usinas	31/12/2004	57.250	84
Riscos nomeados – Imóveis próprios e locados	31/12/2004	18.868	36
Responsabilidade Civil Geral – RC Operações	31/12/2004	1.800	69

Os seguros da Companhia são contratados conforme a respectiva política de gerenciamento de riscos e seguros vigente.

Riscos nomeados – subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Têm cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra danos elétricos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Riscos nomeados – imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros) e almoxarifados - com respectivos conteúdos, cobertura securitária básica de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia. O limite máximo a indenizar por evento é de R\$ 1.200; o limite agregado é de R\$ 1.800.

40. LEILÃO DE ENERGIA (ITEM NÃO AUDITADO)

Atendendo as regras de comercialização estabelecidas no Decreto nº 5.163/2004, em 07.12.2004, foi realizado o Leilão de Energia de Empreendimentos Existentes, onde a COSERN adquiriu 264,10 MW médios ao preço médio de 57,51 R\$/MWh, para suprimento de 2005/2012; 144,02 MW médios ao preço de 67,33 R\$/MWh, para suprimento de 2006/2013; e 19,99 MW médios ao preço de 75,46 R\$/MWh, para suprimento de 2007/2014.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

41. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE – NÃO AUDITADA

A composição do resultado da COSERN segregado por atividade é a seguinte:

	Distribuição/ Comercialização	Não vinculadas à concessão	Total
	R\$ mil		
Fornecimento de energia elétrica	696.540		696.540
Suprimento de energia elétrica - CCEE	8.698		8.698
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	6.704		6.704
Subvenção à baixa renda (tarifa social)	24.487		24.487
Reversão da receita recomposição tarifária do racionamento	(24.548)		(24.548)
Reversão da receita energia livre racionamento	(5.884)		(5.884)
Receita recomposição revisão tarifária - líquida	3.651		3.651
Encargos CBEE	28.267		28.267
Outras receitas operacionais	10.123	10	10.133
Receita operacional	748.038	10	748.048
ICMS	(115.706)		(115.706)
PIS	(8.818)		(8.818)
COFINS	(45.229)		(45.229)
ISS	(92)		(92)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(6.219)		(6.219)
Encargo capacidade emergencial - ECE	(27.267)		(27.267)
Encargo de aquisição de energia elétrica emergencial - EAEE	(1.000)		(1.000)
Deduções da receita operacional	(204.331)	-	(204.331)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	543.707	10	543.717
Custo do serviço de energia elétrica	(312.681)	-	(312.681)
Custo com energia elétrica	(245.874)	-	(245.874)
Energia elétrica comprada para revenda	(195.423)		(195.423)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(50.441)		(50.441)
Energia livre racionamento	(10)		(10)
Custo de operação	(66.807)	-	(66.807)
Pessoal	(19.378)		(19.378)
Entidade de previdência privada	(650)		(650)
Material	(4.274)		(4.274)
Serviços de terceiros	(12.373)		(12.373)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(20.222)		(20.222)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(4.294)		(4.294)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	(1.207)		(1.207)
Depreciação e amortização	(30.145)		(30.145)
Provisões operacionais (líquidas de reversões)	26.867		26.867
Tributos	(162)		(162)
Outros custos	(969)		(969)
Custo de serviço prestado a terceiros	(520)		(520)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	230.506	10	230.516

- continua -

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2004

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- continuação -

	Distribuição/ Comercialização	Não vinculadas à concessão R\$ mil	Total
Despesas operacionais	(59.518)	-	(59.518)
Despesas com vendas	(22.761)		(22.761)
Despesas gerais e administrativas	(36.757)		(36.757)
Resultado do serviço	170.988	10	170.998
Receitas (despesas) financeiras	(12.660)	(2.321)	(14.981)
Renda de aplicações financeiras	220		220
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	26.094		26.094
Remuneração financeira recomposição tarifária	28.091		28.091
Variação cambial e monetária (líquidas)	11.941	(2.362)	9.579
Resultado de swap	(4.635)		(4.635)
Encargos de dívida (líquido de R\$ 17 (2003 R\$ 36), transferido para custo obra - nota 18)	(61.079)		(61.079)
Outras (receitas) despesas financeiras	(13.292)	41	(13.251)
Juros sobre o capital próprio	(45.000)		(45.000)
RESULTADO OPERACIONAL	113.328	(2.311)	111.017
Receita não operacional	85		85
Despesa não operacional	(11.752)		(11.752)
Resultado não operacional	(11.667)	-	(11.667)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	101.661	(2.311)	99.350
Imposto de renda e contribuição social - corrente			2.969
Imposto de renda e contribuição social - diferido			(34.446)
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO			67.873
Reversão dos juros sobre o capital próprio			45.000
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			112.873

As receitas e despesas vinculadas às atividades de produção, transmissão e distribuição são alocadas diretamente às unidades operativas, e as vinculadas à administração central são alocadas às unidades administrativas. As despesas remanescentes com administração central, após o rateio de administração geral às ordens em curso, são alocadas às atividades operativas proporcionalmente aos saldos das contas. As receitas e despesas com participações societárias são alocadas aos investimentos atípicos à concessão. Esse procedimento está em conformidade com o que determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, estabelecido pela Resolução ANEEL 001/97.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	10
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004	11
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003	12
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2002 A 31/12/2002	13
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	14
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	16
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	18
08	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS	20
09	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	21
10	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	23
11	01	NOTAS EXPLICATIVAS	42/83

-
- ITR - Informações Trimestrais da Emissora relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/09/2007
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
4 - NIRE		
24300000502		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Mermoz, 150				Baldo	
3 - CEP		4 - MUNICÍPIO			5 - UF
59025-250		Natal			RN
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
084	3215-6104	3215-6105	3215-6100		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
084	3215-6242	-	-		
15 - E-MAIL					
cosern@cosern.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Erik da Costa Breyer				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Mermoz, 150			Baldo	
4 - CEP		5 - MUNICÍPIO		6 - UF
59025-250		Natal		RN
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
084	3215-6104	3215-6105	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
084	3215-6242	-	-	
16 - E-MAIL				
ebreyer@cosern.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2007	31/12/2007	3	01/07/2007	30/09/2007	3	01/04/2007	30/06/2007
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR					10 - CÓDIGO CVM		
Ernst & Young					00471-5		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO		
Paulo José Macahado					014.319.648-08		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/09/2007
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2007	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2007	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2006
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	129.746	129.746	129.746
2 - Preferenciais	38.328	38.328	38.328
3 - Total	168.074	168.074	168.074
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Serviço Público de Energia Elétrica
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE	7 - VALOR DO PROVENTO P/AÇÃO
01	RCA	30/07/2007	Juros Sobre Capital Próprio	28/08/2007	ON	0,0447917000
02	RCA	30/07/2007	Juros Sobre Capital Próprio	28/08/2007	PNA	0,0492709000
03	RCA	30/07/2007	Juros Sobre Capital Próprio	28/08/2007	PNB	0,0492709000
04	RCA	01/10/2007	Dividendo	30/10/2007	ON	0,3810798000
05	RCA	01/10/2007	Dividendo	30/10/2007	PNA	0,4191877000
06	RCA	01/10/2007	Dividendo	30/10/2007	PNB	0,4191877000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO							
1 - CÓDIGO CVM		2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL			3 - CNPJ		
01813-9		CIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE			08.324.196/0001-81		
01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO							
1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)	
01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES							
1 - DATA		2 - ASSINATURA					
15/10/2007							

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/09/2007
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2007	4 - 30/06/2007
1	Ativo Total	1.254.377	1.218.426
1.01	Ativo Circulante	359.125	361.556
1.01.01	Disponibilidades	19.189	23.286
1.01.01.01	Numerário disponível	8.741	7.291
1.01.01.02	Aplicações financeiras	12.448	15.995
1.01.02	Créditos	337.779	336.910
1.01.02.01	Clientes	160.410	178.006
1.01.02.01.01	Consumidores, conces. e permissionárias	173.299	186.037
1.01.02.01.02	Títulos a receber	33.021	32.666
1.01.02.01.03	(-) Prov. cré. liquidação duvidosa-PCLD	(45.910)	(40.697)
1.01.02.02	Créditos Diversos	177.369	158.904
1.01.02.02.01	Ativos regulatórios	61.777	69.641
1.01.02.02.02	Serviços em curso	9.778	8.118
1.01.02.02.03	Títulos e valores mobiliários	33.195	8.580
1.01.02.02.04	Tributos e contrib. sociais	39.202	28.390
1.01.02.02.05	Tributos e contrib. sociais diferidos	6.296	11.661
1.01.02.02.06	Benef. fiscal-ágio incorp. controladora	9.407	9.493
1.01.02.02.07	Despesas pagas antecipadamente	1.762	2.054
1.01.02.02.20	Outos créditos	15.952	20.967
1.01.03	Estoques	2.157	1.360
1.01.04	Outros	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	895.252	856.870
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	489.112	472.567
1.02.01.01	Créditos Diversos	489.112	472.567
1.02.01.01.01	Consumidores, conces. e permissionárias	14.582	14.420
1.02.01.01.02	(-) Prov. cré. liquidação duvidosa-PCLD	(3)	(3)
1.02.01.01.03	Títulos a receber	199.309	181.692
1.02.01.01.04	Ativos regulatórios	104.509	111.042
1.02.01.01.05	Depósitos judiciais	1.483	1.483
1.02.01.01.06	Títulos e valores mobiliários	8.294	6.277
1.02.01.01.07	Tributos e contrib. sociais	12.269	12.270
1.02.01.01.08	Tributos e contrib. sociais diferidos	16.029	8.257
1.02.01.01.09	Benef. fiscal-ágio incorp. controladora	132.599	134.929
1.02.01.01.10	Bens e direitos destinados a alienação	9	9
1.02.01.01.11	Despesas pagas antecipadamente	1.267	1.425
1.02.01.01.20	Outros créditos	765	766
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/09/2007
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2007	4 - 30/06/2007
1.02.02	Ativo Permanente	406.140	384.303
1.02.02.01	Investimentos	1.030	1.030
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	1.030	1.030
1.02.02.02	Imobilizado	384.194	366.046
1.02.02.02.01	Imobilizado - líquido	384.194	366.046
1.02.02.03	Intangível	20.916	17.227
1.02.02.03.01	Intangível - líquido	20.916	17.227
1.02.02.04	Diferido	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/09/2007
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2007	4 - 30/06/2007
2	Passivo Total	1.254.377	1.218.426
2.01	Passivo Circulante	254.645	213.012
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	37.516	38.823
2.01.01.01	Empréstimos, financ. e encargos dívida	37.516	38.823
2.01.02	Debêntures	37.409	7.910
2.01.02.01	Debêntures e encargos	37.409	7.910
2.01.03	Fornecedores	50.454	43.211
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	66.163	62.550
2.01.04.01	Tributos e contrib. sociais	25.274	24.627
2.01.04.02	Tributos e contrib. sociais diferidos	17.354	15.604
2.01.04.03	Taxas regulamentares	23.535	22.319
2.01.05	Dividendos a Pagar	419	6.288
2.01.05.01	Dividendos e juros sobre capital próprio	419	6.288
2.01.06	Provisões	61	463
2.01.06.01	Provisão para contingências	61	463
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	62.623	53.767
2.01.08.01	Passivos regulatórios	14.745	17.955
2.01.08.02	Folha de pagamento	1.041	955
2.01.08.03	Obrigações estimadas	36.195	23.345
2.01.08.04	Adiantamentos recebidos	2.433	2.240
2.01.08.05	Consumidores devolução baixa renda	276	276
2.01.08.20	Outras contas a pagar	7.933	8.996
2.02	Passivo Não Circulante	390.953	438.279
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	390.953	438.279
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	183.897	190.755
2.02.01.02	Debêntures	143.200	179.000
2.02.01.03	Provisões	17.382	14.845
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	17.382	14.845
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.04.01	Coligada e controladora	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	46.474	53.679
2.02.01.06.01	Passivos regulatórios	12.763	12.796
2.02.01.06.02	Tributos e contrib. sociais	1.483	1.483
2.02.01.06.03	Tributos e contrib. sociais diferidos	31.257	38.340
2.02.01.06.20	Outras contas a pagar	971	1.060
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	608.779	567.135
2.04.01	Capital Social Realizado	179.787	179.787
2.04.02	Reservas de Capital	257.152	247.677

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/09/2007
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2007	4 - 30/06/2007
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	88.481	88.481
2.04.04.01	Legal	35.957	35.957
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	30.504	30.504
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	105.379	73.210
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - Identificação

1 - Código CVM	2 - Denominação Social	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.01 - Demonstração do Resultado (Reais Mil)

1 - Código	2 - Descrição	3 - 01/01/2007 a 30/09/2007	4 - 01/01/2007 a 30/09/2007	5 - 01/01/2006 a 30/09/2006	6 - 01/01/2006 a 30/09/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	262.205	790.152	244.072	705.731
3.01.01	Fornecimento de energia elétrica	250.068	743.901	230.598	669.915
3.01.02	Energia elétrica curto prazo - CCEE	5.350	5.932	1.354	1.856
3.01.03	Disponibilização sistema de distribuição	11.492	34.384	10.821	29.138
3.01.04	Subvenção à tarifa social baixa renda	8.021	25.206	9.112	27.565
3.01.05	Reversão recomp. tarifária racionamento	(7.984)	(23.346)	(7.249)	(21.134)
3.01.06	Reversão energia livre racionamento	(1.928)	(5.678)	(1.755)	(5.111)
3.01.07	Receita (reversão) reposicion. tarifário	(5.014)	3.541	0	(274)
3.01.08	Encargos CCEE	(1)	(4)	(1)	130
3.01.09	Outras receitas	2.201	6.216	1.192	3.646
3.02	Deduções da Receita Bruta	(79.854)	(247.945)	(86.341)	(248.624)
3.02.01	ICMS	(44.102)	(132.491)	(43.106)	(124.182)
3.02.02	PIS	(4.794)	(13.870)	(4.119)	(13.931)
3.02.03	COFINS	(20.230)	(60.815)	(19.860)	(59.757)
3.02.04	ISS	(95)	(269)	(111)	(122)
3.02.05	Quota reserva global de reversão-RGR	(1.983)	(5.497)	(1.546)	(4.462)
3.02.06	Encargos CBEE	1	3	1	(146)
3.02.07	Subvenção Conta Consumo Combustível-CCC	(5.115)	(24.388)	(12.937)	(35.279)
3.02.08	Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	(1.771)	(5.197)	(1.677)	(4.809)
3.02.09	Fundo Nac Des Cient e Tecnológico-FNDCT	(160)	(1.256)	(501)	(2.054)
3.02.10	Empresa de Pesquisa Energética-EPE	(80)	(628)	(251)	(784)
3.02.11	Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	(160)	(1.257)	(1.049)	(1.568)
3.02.12	Prog de Eficientização Energética-PEE	(1.365)	(2.280)	(1.185)	(1.530)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	182.351	542.207	157.731	457.107
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(99.051)	(278.702)	(85.165)	(261.432)
3.04.01	Pessoal	(5.262)	(16.033)	(3.474)	(14.588)
3.04.02	Entidade de previdência privada	(130)	(367)	(118)	(353)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2007 a 30/09/2007	4 - 01/01/2007 a 30/09/2007	5 - 01/07/2006 a 30/09/2006	6 - 01/01/2006 a 30/09/2006
3.04.03	Material	(1.227)	(3.105)	(1.016)	(3.479)
3.04.04	Serviços de terceiros	(3.771)	(10.329)	(4.231)	(11.754)
3.04.05	Taxa Fisc Serv Energia Elétrica-TFSEE	(500)	(1.472)	(472)	(1.359)
3.04.06	Energia elétrica comprada para revenda	(65.079)	(182.215)	(59.605)	(168.268)
3.04.07	Encargos de uso sistema de transmissão	(13.692)	(36.126)	(8.357)	(37.441)
3.04.08	Depreciação e amortização	(8.686)	(27.467)	(7.784)	(23.407)
3.04.09	Arrendamentos e aluguéis	(6)	(16)	(5)	(19)
3.04.10	Tributos	(27)	(164)	(26)	(176)
3.04.19	Outros custos	(227)	(685)	14	(440)
3.04.20	Custo do serviço prestado a terceiros	(444)	(723)	(91)	(148)
3.05	Resultado Bruto	83.300	263.505	72.566	195.675
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(33.697)	(98.218)	(31.462)	(83.280)
3.06.01	Com Vendas	(10.398)	(29.331)	(8.139)	(23.965)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(9.231)	(40.471)	(10.508)	(33.006)
3.06.03	Financeiras	(14.068)	(28.416)	(12.815)	(26.309)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	15.292	74.044	15.601	58.297
3.06.03.01.01	Renda de aplicações financeiras	1.311	4.131	442	1.133
3.06.03.01.02	Juros/comis e acrésc morat de energia	7.540	21.853	6.925	19.817
3.06.03.01.03	Rem financeira ativos regulatórios	4.496	40.466	6.902	28.547
3.06.03.01.04	Variação monetária e cambial	1.737	6.990	1.193	8.557
3.06.03.01.20	Outras receitas	208	604	139	243
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(29.360)	(102.450)	(28.416)	(84.606)
3.06.03.02.01	Encargos de dívida	(11.611)	(36.017)	(15.774)	(45.482)
3.06.03.02.02	Rem financeira passivos regulatórios	(4.859)	(42.075)	(803)	(8.742)
3.06.03.02.03	Variação monetária e cambial	(4.450)	(5.015)	(2.093)	(7.201)
3.06.03.02.04	Juros sobre o capital próprio	(7.700)	(15.400)	(9.100)	(19.000)
3.06.03.02.20	Outras despesas	(740)	(3.953)	(646)	(4.181)

27/12/2007 21:44:47

Pág: 9

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2007 a 30/09/2007	4 - 01/01/2007 a 30/09/2007	5 - 01/07/2006 a 30/09/2006	6 - 01/01/2006 a 30/09/2006
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	49.603	165.287	41.104	112.395
3.08	Resultado Não Operacional	(763)	(1.379)	37	(402)
3.08.01	Receitas	(1)	374	350	351
3.08.02	Despesas	(762)	(1.753)	(313)	(753)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	48.840	163.908	41.141	111.993
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(20.459)	(56.662)	(8.589)	(23.217)
3.10.01	Imposto de renda corrente	(15.038)	(40.882)	(6.371)	(17.051)
3.10.02	Contribuição social corrente	(5.421)	(15.780)	(2.218)	(6.166)
3.11	IR Diferido	3.768	(1.867)	(5.307)	(14.824)
3.11.01	Imposto de renda diferido	4.562	3.167	(4.195)	(7.632)
3.11.02	Contribuição social diferida	1.642	2.214	1.354	206
3.11.03	Amortização ágio e reversão PMPL	(2.416)	(7.248)	(2.466)	(7.398)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	7.700	15.400	9.100	19.000
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	39.869	120.779	36.345	92.952
	NÚMERO AÇÕES EX-TESOURARIA (Mil)	188.074	188.074	188.074	188.074
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,23721	0,71861	0,21624	0,55304
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, sociedade por ações de capital aberto, controlada pela NEOENERGIA S.A., é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, a Companhia efetuou a reclassificação da despesa com CCC, CDE, FNDCT, EPE, PEE e P&D de Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos para Deduções da Receita Bruta.

A Demonstração de Resultado do trimestre e semestre findos em 30 de setembro de 2006 foi reclassificada, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade, conforme abaixo relacionado:

Demonstração do Resultado	01/07/06 a 30/09/06		01/01/06 a 30/09/06	
	Publicado	Reclassificado	Publicado	Reclassificado
Deduções da Receita Bruta	(68.741)	(86.341)	(202.600)	(248.624)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	175.331	157.731	503.131	457.107
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(102.765)	(85.165)	(307.456)	(261.432)

Estas Informações Trimestrais ITR foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2006, e devem ser lidas em conjunto com as mesmas.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 ITR - Informações Trimestrais
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas %	30/09/07	30/06/07
Banco do Nordeste	Carteira de Clientes/CDI	(*)	97% CDI	12.488	15.995

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Companhia.

4. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldo vencidos	Saldo vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/07	30/06/07	30/09/07	30/06/07
Setor Privado							
Residencial	14.494	17.687	4.238	36.419	38.404	(2.871)	(3.172)
Industrial	11.682	3.809	4.889	20.380	19.120	(3.924)	(3.755)
Comercial, serviços e outras	14.304	6.270	7.527	28.101	28.281	(6.428)	(5.017)
Rural	4.019	2.502	6.133	12.654	11.386	(6.985)	(7.035)
	44.499	30.268	22.787	97.554	97.191	(20.208)	(18.979)
Setor Público							
Poder público							
Federal	1.737	92	211	2.040	2.433	(22)	(111)
Estadual	2.503	1.257	2.346	6.106	6.669	(329)	(233)
Municipal	2.272	1.977	905	5.154	5.839	(3.262)	(2.234)
	6.512	3.326	3.462	13.300	14.941	(3.613)	(2.578)
Iluminação pública	2.167	609	1.119	3.895	4.801	(1.290)	(1.223)
Serviço público	9.160	842	2.585	12.587	27.866	(6.958)	(6.768)
	17.839	4.777	7.166	29.782	47.608	(11.861)	(10.569)
Fornecimento não faturado	26.630	-	-	26.630	27.718	-	-
Subtotal - Consumidores	88.968	35.045	29.953	153.966	172.517	(32.069)	(29.548)
Câmara de Comercialização de Energia							
Elétrica - CCEE	4.923	-	14.549	19.472	15.499	-	-
Acréscimos moratórios	195	80	6.489	6.764	6.627	-	-
Serviços prestados a terceiros	34	111	659	804	768	-	-
Disponibilização do sistema de distribuição	96	280	4.683	5.059	4.986	-	-
Outros Créditos	(1.777)	52	3.541	1.816	60	-	-
Total	92.439	35.568	59.874	187.881	200.457	(32.069)	(29.548)
Ativo Circulante				173.299	186.037	(32.069)	(29.548)
Ativo Não Circulante				14.582	14.420		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os valores correspondentes às operações junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma.

As operações de venda de "energia de curto prazo" no âmbito da CCEE (Mercado Atacadista de Energia – MAE, a época) do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, cujo processo de liquidação foi concluído em julho de 2003, após conclusão dos trabalhos da auditoria, e as realizadas após esta data, geraram um direito de crédito para a Companhia conforme demonstrado a seguir:

	30/09/07	30/06/07
Valores a receber – setembro/2000 a dezembro/2002		
Valor em litígio judicial	10.026	10.023
Valores negociados com os agentes	404	686
Valores não negociados	4.523	4.323
	<u>14.953</u>	<u>15.032</u>
Valores a receber do período	4.519	467
Total	<u>19.472</u>	<u>15.499</u>
Ativo Circulante	4.923	1.149
Ativo Não Circulante	14.549	14.350

Os valores da "energia de curto prazo" podem estar sujeitos a modificações, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por algumas empresas do setor, contra a ANEEL, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor. Os referidos processos encontram-se sob análise da jurisdição federal em 1ª e 2ª Instâncias. A Companhia não é parte processual, porém, como tem interesse direto no resultado das demandas figura como assistente processual.

5. TÍTULOS A RECEBER

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros oriundos de contas de fornecimento de energia em atraso.

	Vencidos			Total		PCLD	
	Saldos Vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/07	30/06/07	30/09/07	30/06/07
Setor público	221.032	654	10.025	231.711	213.329	(12.993)	(10.295)
Setor privado	106	9	504	619	1.029	(163)	(163)
Total	<u>221.138</u>	<u>663</u>	<u>10.529</u>	<u>232.330</u>	<u>214.358</u>	<u>(13.156)</u>	<u>(10.458)</u>
Ativo Circulante				33.021	32.666	(13.156)	(10.458)
Ativo Não Circulante				199.309	181.692	-	-

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os parcelamentos de débito incluem juros e atualizações monetárias, a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

Do saldo total de títulos a receber, o montante de R\$ 146.915 (R\$ 128.663 em 30 de junho de 2007), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito nº 2016/CCE/2004 e 2033/CME/2005.

6. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com a norma do Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela Administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

A Companhia efetiva as baixas do Contas a receber de consumidores de valores inferiores a R\$ 5 nos termos da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	30/09/07	30/06/07
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(32.069)	(29.548)
Títulos a receber	(13.156)	(10.458)
Outros créditos	(688)	(694)
Total	<u>(45.913)</u>	<u>(40.700)</u>
Ativo Circulante	(45.910)	(40.697)
Ativo Não Circulante	(3)	(3)

	Saldo 30/06/07	Adições	Reversões	Baixados Reserva	Saldo 30/09/07
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(29.548)	(32.069)	28.684	864	(32.069)
Títulos a receber	(10.458)	(13.156)	10.458	-	(13.156)
Outros créditos	(694)	(688)	694	-	(688)
	<u>(40.700)</u>	<u>(45.913)</u>	<u>39.836</u>	<u>864</u>	<u>(45.913)</u>

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Ref	Ativo			
	30/09/07		30/06/07	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<u>Acordo Geral do Setor Elétrico</u>	(a)			
Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE	33.821	69.949	34.421	76.799
Energia Livre - Racionamento	10.064	9.249	10.209	10.883
Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da Parcela "A" - racionamento	-	20.263	-	19.711
<u>Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da Parcela "A" - CVA</u>	(b)	2.403	3.131	-
<u>PIS/COFINS</u>	(c)	-	2.307	3.649
<u>Energia Elétrica Excedente - Sobrecontratação</u>	(d)	1.904	2.810	-
<u>Redução da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD</u>	(e)	3.025	2.889	-
<u>Subsídio a Imigrantes e Aquicultores</u>	(f)	4.229	3.727	-
<u>Exposição Financeira</u>	(g)	118	152	-
<u>Desconto Autoprodutor - Energia Destinada</u>	(h)	1.071	1.653	-
<u>Programa Luz Para Todos</u>	(i)	4.994	8.126	-
<u>Outros</u>	(j)	148	216	-
Total	61.777	104.509	69.641	111.042

Ref	Passivo			
	30/09/07		30/06/07	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<u>Acordo Geral do Setor Elétrico</u>	(a)			
Energia Livre - racionamento	9.067	9.708	9.350	9.824
Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da Parcela "A" - racionamento	-	3.055	-	2.972
<u>Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da Parcela "A" - CVA</u>	(b)	5.329	8.576	-
<u>PIS/COFINS</u>	(c)	329	-	-
<u>Exposição Financeira</u>	(e)	-	-	-
<u>Outros</u>	(j)	20	29	-
Total	14.745	12.763	17.955	12.796

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Acordo Geral do Setor Elétrico

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em 2001, o “Acordo Geral do Setor Elétrico”, definindo os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que se dará através de adicional tarifário nas contas de fornecimento de energia, sendo 2,9% nas contas faturadas aos consumidores da classe residencial (exceto subclasse residencial baixa renda) iluminação pública e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras.

Através dos Ofícios Circulares nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005; e nº 074, de 23 de janeiro de 2006, a ANEEL estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

- Para o item Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, a incidência da remuneração deverá ser: (i) sobre o montante financiado, que corresponde a 90% dos valores homologados pela ANEEL, taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a., proporcionalmente aos desembolsos recebidos; e (ii) sobre os 10% não financiados, taxa SELIC (BACEN);
- Para o item Energia Livre, para o caso em que a Geradora obteve o financiamento junto ao BNDES, calcular a remuneração pela taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a., proporcionalmente aos desembolsos recebidos, e para as Geradoras que não obtiveram financiamento a remuneração deverá ser calculada somente pela taxa SELIC (BACEN);
- Para o item “Parcela A”, a remuneração deverá ser apropriada utilizando a taxa SELIC (BACEN).

Os principais itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico estão demonstrados a seguir:

- **Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE**

A Resolução ANEEL nº 001, de 12 de janeiro de 2004, alterou o prazo máximo de recuperação para 102 meses, excluindo deste prazo à recuperação dos valores financeiros de itens da “Parcela A”, relativos ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

A Companhia avaliou a recuperação em função dos prazos e constituiu provisão para perda na realização da RTE no valor de R\$ 30.643 (R\$ 26.893, em 30 de junho de 2007).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Recomposição tarifária extraordinária - RTE (homologado)	130.237
Remuneração financeira	146.385
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(26.893)
(-) Reversão acumulada	(138.509)
Total em 30 de junho de 2007	111.220
Remuneração financeira no trimestre	4.285
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(3.750)
(-) Reversão no trimestre	(7.985)
Total em 30 de setembro de 2007	103.770
Ativo Circulante	33.821
Ativo Não Circulante	69.949

• Energia Livre - Racionamento

A Energia Livre é a energia injetada no sistema elétrico, não prevista nos contratos iniciais ou equivalentes e nos contratos bilaterais.

A ANEEL estabeleceu os procedimentos para a recuperação e repasse aos geradores, a partir de fevereiro de 2003, dos valores de energia livre calculados com a aplicação de 18,71% sobre a arrecadação da RTE, posteriormente alterada em março de 2004, para 19,4527%.

Os valores contabilizados em 30 de setembro e 30 de junho de 2007 como energia livre têm a seguinte composição:

	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Energia Livre (homologado)	8.545	25.379	8.545	25.379
Encargos	1.896	2.452	-	-
Transferências	27.235	(27.235)	27.235	(25.842)
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	-	(22.928)	-	(22.928)
(-) Reversão acumulada	(27.467)	-	(26.430)	-
Remuneração financeira	-	33.215	-	33.215
Total em 30 de junho de 2007	10.209	10.883	9.350	9.824
Encargos	-	(29)	-	-
Transferências	1.783	(1.783)	1.783	(1.783)
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	-	483	-	483
(-) Reversão no trimestre	(1.928)	-	(2.066)	-
Remuneração financeira no trimestre	-	(305)	-	1.184
Total em 30 de setembro de 2007	10.064	9.249	9.067	9.708

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Detalhamento do saldo passivo de energia livre:

	30/09/07	30/06/07
AES Tietê S/A	2.021	2.066
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A - CDSA	722	736
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	981	1.012
Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC	705	718
Companhia Energética de São Paulo - CESP	6.166	6.305
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	8.360	8.529
Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF	8.921	9.101
Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL-G	684	706
Duke Energy Internacional - Geração Parapanema S/A - DUKE	1.653	1.687
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE	2.614	2.666
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A - EMAE	670	684
Furnas Centrais Elétricas S/A - FURNAS	6.624	6.768
Tractebel Energia S/A - TRACTEBEL	577	588
Outras	522	536
Subtotal	41.220	42.102
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(22.445)	(22.928)
	18.775	19.174
Passivo Circulante	9.067	9.350
Passivo Não Circulante	9.708	9.824

- Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da "Parcela A" - Racionamento

A Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, definiu os itens da "Parcela A", referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001, bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros, e o período para a recuperação tarifária. Estes valores foram homologados através da Resolução nº 482, de 29 de agosto de 2002, os quais serão recuperados através de adicional tarifário nas contas faturadas, sendo 2,9% para consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda) iluminação pública e rural e de 7,9% para as demais classes consumidoras, contados a partir de 27 de dezembro de 2001, após a conclusão da RTE. Mediante a Resolução nº 1, de 12 de janeiro de 2004, foi excluído o prazo máximo de recuperação dos valores financeiros de itens da "Parcela A".

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar de "Parcela A" (homologado)	6.543
Remuneração financeira	10.196
Total em 30 de junho de 2007	16.739
Remuneração financeira no trimestre	469
Total em 30 de setembro de 2007	17.208
Ativo Não Circulante	20.263
Passivo Não Circulante	(3.055)

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 ITR - Informações Trimestrais
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Não Circulante	
	Ativo	Passivo
Subvenção para conta de consumo de combustível – CCC	1.952	-
Reserva global de reversão – RGR	-	1.064
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica – TFSEE	151	-
Encargos de conexão no sistema de transmissão	-	1.991
Tarifa de uso do sistema de transmissão – TUST	5.725	-
Energia comprada para revenda	12.435	-
Total em 30 de setembro de 2007	20.263	3.055
Total em 30 de junho de 2007	19.711	2.972

(b) Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da Parcela “A” - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Composição	Ativo Circulante	Passivo Circulante
CVA – 23 de março de 2005 a 22 de março de 2006	63	35
CVA – 23 de março de 2006 a 22 de março de 2007	1.195	4.451
CVA – 23 de março de 2007 a 22 de março de 2008	1.145	843
Total em 30 de setembro de 2007	2.403	5.329
Total em 30 de junho de 2007	3.131	8.576

CVA - ATIVO	Saldos em 30/06/07	Remuneração	Constituição	Amortização	Saldos em 30/09/07
CCC	-	-	460	-	460
CDE	246	6	-	(57)	195
ESS	1	-	-	(1)	-
Transporte	1.270	33	(616)	(27)	660
Energia comprada	987	25	-	(347)	665
PROINFA	627	16	-	(220)	423
Total	3.131	80	(156)	(652)	2.403

CVA - PASSIVO	Saldos em 30/06/07	Remuneração	Constituição	Amortização	Saldos em 30/09/07
CCC	7.359	177	(1.874)	(1.939)	3.723
CDE	3	-	-	(1)	2
ESS	2	-	-	(1)	1
Transporte	976	138	-	(361)	753
Energia comprada	226	-	617	-	843
PROINFA	10	-	-	(3)	7
Total	8.576	315	(1.257)	(2.305)	5.329

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) PIS/COFINS

Em conformidade com o Contrato de Concessão e o disposto no parágrafo 3º, do artigo 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que assegura o direito à recomposição tarifária pelo aumento da carga tributária, a Companhia procedeu ao reconhecimento dos valores apurados em consequência das mudanças de alíquotas, do critério de tributação para não cumulatividade, conforme Leis nº 10.637/02 do PIS, de 30 de dezembro de 2002, e Lei 10.833/03 da COFINS, de 29 de dezembro de 2003.

A ANEEL, no reajuste tarifário de abril de 2007, homologou os valores de PIS e COFINS, atualizados monetariamente pela variação do IGPM e subtraídos dos valores já contemplados nos reajustes de 2005 e 2006, conforme evidenciado na Nota Técnica nº 81, de 5 de abril de 2007, resultando em um valor total de R\$ 1.366, a ser recuperado no período de um ano, iniciando-se em abril de 2007.

	Ativo		Passivo	
	30/09/07	30/06/07	30/09/07	30/06/07
Ativo regulatório das contribuições para:				
PIS (dezembro de 2002 a junho de 2005)	909	1.471	-	-
COFINS (fevereiro de 2004 a junho de 2005)	4.139	4.485	329	-
Total	5.048	5.956	329	-
Circulante	-	2.307	329	-
Não Circulante	5.048	3.649	-	-

	Ativo		
	PIS	COFINS	Total
Saldos em 30 de junho de 2007	1.471	4.485	5.956
Remuneração	(56)	(186)	(242)
Amortização	(506)	(160)	(666)
Saldos em 30 de setembro de 2007	909	4.139	5.048

	Passivo	
	COFINS	
Saldos em 30 de junho de 2007	-	
Remuneração	(9)	
Constituição	(642)	
Amortização	322	
Saldos em 30 de setembro de 2007	(329)	

(d) Energia Elétrica Excedente - Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determinou que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% (cento e três por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

A ANEEL, no reajuste tarifário de abril de 2007, homologou, os valores referentes à sobrecontratação de energia no exercício de 2006 e a diferença do re-cálculo do exercício de 2005, conforme evidenciado na Nota Técnica nº 81, de 5 de abril de 2007, no montante total de R\$ 3.723, a ser recuperado no período de um ano, iniciando-se em abril de 2007.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Esses valores foram homologados de forma provisória, e deverão ser recalculados assim que a regra e os procedimentos de comercialização para disciplinar os cálculos estiverem aprovados pela ANEEL.

Saldo em 30 de junho de 2007	2.810
Remuneração	32
Amortização	(938)
Saldo em 30 de setembro de 2007	1.904
Ativo Circulante	1.904

(e) Redução da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD

A Resolução Normativa nº 77, de 18 de agosto de 2004, em seu art. 7, configura direito da concessionária de distribuição compensar as perdas de receitas decorrentes dos descontos da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração.

A ANEEL, no reajuste tarifário de abril de 2007, homologou o montante de R\$ 811, conforme evidenciado na Nota Técnica nº 81, de 5 de abril de 2007, a ser recuperado num período de um ano, iniciando-se em abril de 2007.

A Companhia efetuou os registros contábeis decorrentes, cujo montante em 30 de setembro de 2007 é de R\$ 3.025 (R\$ 2.889 em 30 de junho de 2007).

(f) Subsídio a Irrigantes e Aqüicultores

A Resolução Normativa nº 207, de 09 de janeiro de 2006, que "estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aqüicultura", dispôs no Artigo 6º que "o valor financeiro resultante dos descontos estabelecidos nesta Resolução, configura direito da concessionária a ser compensado no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração".

A ANEEL, no reajuste tarifário de abril de 2007, homologou valores provisórios referentes à extensão do horário de desconto dos irrigantes no montante de R\$ 2.361 e do desconto dos aqüicultores no montante de R\$ 1.276, conforme evidenciado na Nota Técnica nº 81, de 5 de abril de 2007, a serem recuperados no período de um ano, iniciando-se em abril de 2007.

Saldo em 30 de junho de 2007	3.727
Constituição	1.320
Remuneração	95
Amortização	(913)
Saldo em 30 de setembro de 2007	4.229
Ativo Circulante	4.229

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(g) Exposição Financeira

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 28, trata que as eventuais diferenças de preços no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE serão repassadas pelos agentes de distribuição aos consumidores.

A ANEEL homologou no reajuste tarifário de 2007, o montante de R\$ 156, referente a exposição financeira líquida no ano de 2006, e a importância de R\$ (3), que é devido a diferença entre o valor repassado provisoriamente no reajuste anterior de 2006, relativo à exposição do ano civil de 2005, e o valor recalculado pela CCEE, com atualização monetária pelo IPCA. O total homologado foi de R\$ 153.

A Companhia efetuou os registros contábeis decorrentes, cujo montante em 30 de setembro de 2007 é de R\$ 118 (R\$ 152 em 30 de junho de 2007).

(h) Desconto Autoprodutor – Energia Destinada

Os artigos 19 e 20 da Resolução ANEEL nº 166, de 10 de outubro de 2005, definiram os descontos a serem aplicados a energia destinada às unidades correlatas de autoprodutores.

A ANEEL, no reajuste tarifário de abril de 2007, homologou os subsídios concedidos no período de outubro de 2005 a janeiro de 2007, conforme evidenciado na Nota Técnica nº 81, de 5 de abril de 2007, no montante de R\$ 2.026, a ser recuperado no período de um ano, iniciando-se em abril de 2007.

Saldo em 30 de junho de 2007	1.653
Constituição	(102)
Remuneração	29
Amortização	(509)
Saldo em 30 de setembro de 2007	<u>1.071</u>

(i) Programa Luz Para Todos

A expansão do sistema de distribuição e o aumento do grau de dispersão dos consumidores em função da adição de novos ativos e do número de unidades consumidoras atendidas pelo Programa Luz para Todos, impôs um aumento dos custos de atividades comerciais e de operação e manutenção das redes; e do nível de investimentos não subvencionados.

A ANEEL, no reajuste tarifário de abril de 2007, homologou o déficit mensal decorrente da diferença entre a receita verificada e os custos relacionados ao programa, corrigidos até a data do reajuste pelo IGPM, além de considerar estimativa para os doze meses seguintes, conforme evidenciado na Nota Técnica nº 81, de 5 de abril de 2007, no montante provisório de R\$ 10.810, a ser recuperado no período de um ano, iniciando-se em abril de 2007.

Saldo em 30 de junho de 2007	8.126
Remuneração	158
Amortização	(3.290)
Saldo em 30 de setembro de 2007	<u>4.994</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(j) Outros

A ANEEL, no reajuste tarifário de abril de 2007, reconheceu custos adicionais, conforme evidenciado na Nota Técnica nº 81, de 5 de abril de 2007, a serem recuperados no período de um ano, iniciando-se em abril de 2007, demonstrados a seguir:

Parcela ajuste de RB Fronteira e Conexão	206
Custos das Garantias do Leilão	34
Total	<u>240</u>

A Companhia efetuou os registros contábeis decorrentes, cujo montante em 30 de setembro de 2007 é de R\$ 128 (R\$ 187 em 30 de junho de 2007).

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas (%)	30/09/07	30/06/07
Banco do Nordeste	(1)	Carteira de Clientes/CDI	Diversos	99,5% CDI	6.294	6.277
Bradesco	(2)	CDB/CDI	Diversos	98,8% CDI	1.513	1.473
Banco Itaú	(3)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	15.574	473
Banco do Brasil	(3)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	16.108	6.634
Total					<u>39.489</u>	<u>14.857</u>
Ativo Circulante					33.195	8.580
Ativo Não Circulante					6.294	6.277

(1) As Aplicações Financeiras em Títulos e Valores Mobiliários no montante de R\$ 6.294 constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto ao Banco do Nordeste (vide nota explicativa nº 18).

(2) Constitui garantia para leilão de energia.

(3) Fundo de Investimento exclusivo do Grupo Neoenergia, tendo a Companhia como participante. Sua carteira é composta principalmente de LTN – Letras do Tesouro Nacional, LFT – Letras Financeiras do Tesouro e CDB – Certificado de Depósito Bancário.

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Companhia.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 ITR - Informações Trimestrais
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Ref.	Ativo		Passivo	
	30/09/07	30/06/07	30/09/07	30/06/07
Imposto de Renda - IR	(1) 10.928	6.035	1.575	1.563
Contribuição Social - CSLL	(1) 13.777	8.843	-	-
ICMS	(2) 21.802	20.947	15.128	14.817
PIS	(3) 737	750	1.524	1.499
COFINS	(3) 3.397	3.455	7.020	6.908
INSS	617	428	803	725
FGTS		-	172	205
Outros	213	202	535	393
Total	51.471	40.660	26.757	26.110
Circulante	39.202	28.390	25.274	24.627
Não Circulante	12.269	12.270	1.483	1.483

(1) Imposto de Renda - IR e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL antecipados correspondente aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos, e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(2) ICMS está composto da seguinte forma:

(a) ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, que em 30 de setembro é de R\$ 21.647.

(b) Incentivo cultural decorrente da Lei Câmara Cascudo e o ICMS antecipado no montante de R\$ 155.

(3) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, apuração mensal, além das antecipações de órgãos públicos.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 ITR - Informações Trimestrais
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, calculados sobre a receita de recomposição tarifária extraordinária, energia livre e reposicionamento tarifário, para o passivo e sobre os prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, para o ativo.

Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a Contribuição Social, o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente às alíquotas de 9%, 1,65% e 7,6%.

	Ativo				Passivo			
	30/09/07		30/06/07		30/09/07		30/06/07	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Diferenças temporárias	65.664	16.416	58.582	14.646	109.835	27.459	120.999	30.250
	65.664	16.416	58.582	14.646	109.835	27.459	120.999	30.250
Contribuição Social								
Diferenças temporárias	65.664	5.909	58.582	5.272	109.835	9.885	120.999	10.890
	65.664	5.909	58.582	5.272	109.835	9.885	120.999	10.890
PIS								
Diferenças temporárias	-	-	-	-	121.810	2.010	138.422	2.284
COFINS								
Diferenças temporárias	-	-	-	-	121.810	9.257	138.422	10.520
Total		22.325		19.918		48.611		53.944
Ativo Circulante		6.296		11.661		17.354		15.604
Ativo Não Circulante		16.029		8.257		31.257		38.340

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	30/09/07				30/06/07			
	IR	CSLL	PIS	COFINS	IR	CSLL	PIS	COFINS
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	21.964	21.964	-	-	16.728	16.278	-	-
Provisão para contingências	29.119	29.119	-	-	26.978	26.978	-	-
PIS/COFINS diferidos	9.881	9.881	-	-	10.913	10.913	-	-
Recomposição tarifária extraordinária	103.770	103.770	100.751	100.751	111.220	111.220	111.951	111.951
Energia livre			14.994	14.994	-	-	16.692	16.692
Programa Luz Para Todos	4.994	4.994	4.994	4.994	8.126	8.126	8.126	8.126
Desconto autoprodutor	1.071	1.071	1.071	1.071	1.653	1.653	1.653	1.653
Outras	4.700	4.700			3.963	3.963	-	-
Total	175.499	175.499	121.810	121.810	179.581	179.581	138.422	138.422
Ativo	65.664	65.664	-	-	58.582	58.582	-	-
Passivo	109.835	109.835	121.810	121.810	120.999	120.999	138.422	138.422

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está apresentada a seguir:

Expectativa de Realização	2007	2008	Total
Imposto de Renda	4.251	12.164	16.415
Contribuição Social	5.910		5.910
	<u>10.161</u>	<u>12.164</u>	<u>22.325</u>

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34% em 30 de setembro de 2007 e 2006.

	30/09/07		30/09/06	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	163.906	163.906	111.993	111.993
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(7.246)	(7.246)	(7.398)	(7.398)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	156.660	156.660	104.595	104.595
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	39.165	14.099	26.149	9.414
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	178	64	100	36
Multas indedutíveis	15	5	5	2
Depreciação veículos dos executivos	95	34	31	11
Outros	1.840	630	2.211	-
	<u>2.128</u>	<u>733</u>	<u>2.347</u>	<u>49</u>
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(3.518)	(1.266)	(3.590)	(1.292)
Outros	(60)	-	(223)	(2.211)
	<u>(3.578)</u>	<u>(1.266)</u>	<u>(3.813)</u>	<u>(3.503)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>37.715</u>	<u>13.566</u>	<u>24.683</u>	<u>5.960</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. BENEFÍCIO FISCAL – ÁGIO INCORPORADO DA CONTROLADORA

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão.

Tendo em vista que o fundamento econômico do ágio foi a aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998, a Companhia mantém o registro contábil (líquido da provisão entre o valor do ágio e o benefício fiscal respectivo) no ativo imobilizado.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349/01.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas informações trimestrais, o valor líquido total de R\$ 142.006 (R\$ 144.422, em 30 de junho de 2007), que em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo circulante e no ativo não circulante – realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 30 de setembro e 30 de junho de 2007 são como segue:

	30/09/07	30/06/07
Ágio – incorporado	638.018	638.018
Provisão constituída	(421.092)	(421.092)
Benefício fiscal	216.926	216.926
Amortização do ágio acumulada	(220.354)	(213.248)
Reversão da provisão acumulada	145.434	140.744
Líquido correspondente ao crédito fiscal incorporado	142.006	144.422
Ativo Circulante	9.407	9.493
Ativo Não Circulante	132.599	134.929

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia acolheu determinação judicial, emanada de Mandado de Segurança individual impetrado pela Neoenergia S/A, processo nº 2002.5101000216/4, na qual a Companhia foi oficiada a depositar o valor do imposto de renda retido na fonte – IRRF, incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio – JSCP, lançado em dezembro de 2001, em favor da Neoenergia S.A, que deveria ser recolhido à Receita Federal, cujo montante em 30 de setembro de 2007 é de R\$ 1.483.

Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando o saldo das provisões para contingências passivas a que se referem (vide nota explicativa nº 23.1).

13. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Ref.	30/09/07	30/06/07
Gastos com colocação de debêntures	(1)	1.900	2.058
Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	(2)	538	1.075
Prêmio seguro		63	118
Outros		528	228
Total		<u>3.029</u>	<u>3.479</u>
Ativo Circulante		1.762	2.054
Ativo Não Circulante		1.267	1.425

(1) Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia emitiu debêntures de longo prazo, e os custos envolvidos no processo de colocação desses títulos no mercado estão sendo apropriados ao resultado proporcionalmente aos prazos de vencimento das debêntures.

(2) A Lei nº 10.438/02, art. 3º, instituiu o PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional - SIN.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 405, de 5 de dezembro de 2006, estabeleceu, para o ano de 2007, as quotas de custeio e as de energia elétrica referentes ao PROINFA, e a Companhia efetuou os registros contábeis decorrentes.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
ITR - Informações Trimestrais
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. OUTROS CRÉDITOS

	Ref.	30/09/07	30/06/07
Subvenção à tarifa social de baixa renda	(1)	4.596	5.116
Adiantamento a Empregados		186	214
Adiantamento a Fornecedores		1.063	105
Repasse de Empréstimos e Financiamentos		447	471
Serviços Prestados a Terceiros		655	763
Encargos CBEE		-	41
Desativações em curso		822	2.668
Dispêndios a reembolsar em curso		7.760	10.802
Outros créditos a receber		1.188	1.553
Total		<u>16.717</u>	<u>21.733</u>
Ativo Circulante		15.952	20.967
Ativo Não Circulante		765	766

- (1) O Governo Federal, através da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, com impacto significativo na receita operacional da Companhia.

Por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art. 1º da Lei nº 10.438/02 e conforme o estabelecido no artigo 5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. IMOBILIZADO

Por atividade o imobilizado está constituído da seguinte forma:

		30/09/07				30/06/07
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Subtotal	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço						
Distribuição	4,46	732.377	(285.052)	447.325	(107.639)	339.686
Comercialização	8,96	1.941	(1.300)	641	-	641
Administração	10,15	13.435	(7.636)	5.799	-	5.799
Subtotal		747.753	(293.988)	453.765	(107.639)	346.126
Em curso						
Distribuição		75.433	-	75.433	(41.826)	33.607
Administração		4.461	-	4.461	-	4.461
Subtotal		79.894		79.894	(41.826)	38.068
Total		827.647	(293.988)	533.659	(149.465)	384.194

	Saldos em 30/06/07	Adições	Baixas	Capitalização	Saldos em 30/09/07
Em serviço					
Custo					
Distribuição	703.826	-	(2.471)	31.023	732.378
Comercialização	1.940	-	-	-	1.940
Administração	13.115	-	(27)	347	13.435
Subtotal	718.881	-	(2.498)	31.370	747.753
(-) Depreciação					
Distribuição	(280.439)	(8.221)	3.608	-	(285.052)
Comercialização	(1.260)	(40)	-	-	(1.300)
Administração	(7.347)	(316)	27	-	(7.636)
Subtotal	(289.046)	(8.577)	3.635	-	(293.988)
Total em Serviço	429.835	(8.577)	1.137	31.370	453.765
Em curso					
Distribuição	85.020	21.436	-	(31.023)	75.433
Administração	4.202	606	-	(347)	4.461
Subtotal	89.222	22.042	-	(31.370)	79.894
Total Imobilizado	519.057	13.465	1.137	-	533.659

Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Estas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabelece os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica, que na Companhia ocorrerá em abril de 2008, e determina que as obrigações especiais sejam amortizadas às mesmas taxas de depreciação dos ativos, usando-se uma taxa média, a partir da revisão tarifária.

Plano Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica

A ANEEL, através da Resolução nº 223 de 29 de abril de 2003 e alterações posteriores, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras. A Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003 alterou a prioridade de atendimento aos municípios dando ênfase aos com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos apenas a novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 KW.

Dentro deste contexto, a COSERN elaborou o seu plano objetivando antecipar a universalização para o final de 2008. Para tanto, o compatibilizou com as metas definidas para o Programa Luz Para Todos.

Até 30 de setembro de 2007, a Companhia investiu cerca de R\$ 183 milhões no Programa de Universalização Urbana e Rural (R\$ 12 milhões neste trimestre), interligando 227.674 novos consumidores (15.700 neste trimestre) ao seu sistema de distribuição.

Programa Luz Para Todos

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa LUZ PARA TODOS (LPT), no âmbito do Programa de Universalização, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

Em maio de 2004 foi firmado um Termo de Compromisso entre a União (Ministério das Minas e Energia), o Estado do Rio Grande do Norte e a COSERN, com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa Luz Para Todos, na área de concessão da COSERN, propiciando o atendimento de 30.095 novos consumidores no meio rural no período 2004-2008. Neste instrumento, são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos. A meta do Termo de Compromisso foi atingida no 1º trimestre de 2007.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Através do Comitê Gestor do Programa Luz para Todos, está sendo elaborado levantamento de possíveis demandas ainda não conhecidas com vista ao encerramento do programa até o fim de 2008. O contrato ECFS 148/2006 foi aditado para contemplar 3.241 novas ligações para execução até dezembro de 2007.

A Companhia é signatária dos contratos abaixo relacionados, com as seguintes especificações:

CONTRATOS DATA DE ASSINATURA	1ª Tranche ECFS 003/2004 16/06/2004	2ª Tranche ECFS 119/2005 9/11/2005	3ª Tranche ECFS 148/2006 27/06/2006	
PARTICIPAÇÕES				Total
Parcela subvencionada (Eletrobras CDE)	15.954	25.163	52.686	93.803
Parcela financiada (Eletrobras RGR)	4.786	6.291	13.171	24.248
Parcela financiada (Estado do RN)	6.291	-	-	6.291
Parcela COSERN (C)	3.660	5.551	11.622	20.833
Total do Programa (A)	30.691	37.005	77.479	145.175
INGRESSOS DE RECURSOS	1ª Tranche ECFS 003/2004	2ª Tranche ECFS 119/2005	3ª Tranche ECFS 148/2006	Total
Eletrobras (CDE)	13.561	22.646	26.444	62.651
Eletrobras (RGR)	4.068	5.661	6.611	16.340
Estado do Rio Grande do Norte	6.290	-	-	6.290
Ingresso realizado (B)	23.919	28.307	33.055	85.281
GASTOS INCORRIDOS	1ª Tranche ECFS 003/2004	2ª Tranche ECFS 119/2005	3ª Tranche ECFS 148/2006	Total
Gastos Incorridos (CDE, RGR e Estado)	31.878	39.722	51.150	122.750
Contrapartida COSERN	4.782	5.958	7.672	18.412
Total dos gastos	36.660	45.680	58.822	141.162
BALANÇO	1ª Tranche ECFS 003/2004	2ª Tranche ECFS 119/2005	3ª Tranche ECFS 148/2006	Total
Total a receber do programa (A-C)	27.031	31.454	65.857	124.342
Ingressos realizados (B)	23.919	28.307	33.055	85.281
Ingressos a realizar (A-C)-(B)	3.112	3.147	32.802	39.061
NÚMERO DE LIGAÇÕES	1ª Tranche ECFS 003/2004	2ª Tranche ECFS 119/2005	3ª Tranche ECFS 148/2006	Total
Ligações executadas (D)	12.000	7.050	13.778	32.828
Ligações em execução (E)	-	-	492	492
Ligações totais do programa (D+E)	12.000	7.050	14.270	33.320

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. INTANGÍVEL

Por atividade o intangível está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	30/09/07	Amortização acumulada	Valor Líquido	30/06/07
		Custo			Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	14,64	20.235	(11.281)	8.954	9.419
Comercialização	3,68	10.576	(10.267)	309	385
Administração	12,10	9.665	(7.505)	2.160	2.418
Subtotal		40.476	(29.053)	11.423	12.222
Em curso					
Distribuição		3.290	-	3.290	2.490
Administração		6.203	-	6.203	2.515
Subtotal		9.493	-	9.493	5.005
Total		49.969	(29.053)	20.916	17.227

Estão classificados neste grupo os direitos de uso de Softwares no montante de R\$ 14.676 (R\$ 11.033 em 30 de junho de 2007) e Faixa de Servidão no montante de R\$ 6.240 (R\$ 6.194 em 30 de junho de 2007).

17. FORNECEDORES

	30/09/07	30/06/07
Fornecedores de Energia Elétrica		
CHESF	8.976	7.957
CEEE	788	445
CCEE	-	1.155
CESP	3.266	2.859
COPEL GERAÇÃO	2.340	2.049
DUKE PARANAPAN	784	687
ELETRONORTE	2.421	2.120
EMAE	210	183
ENERGEST	186	163
FURNAS	9.425	8.504
LIGHT	760	666
CEMIG GERAÇÃO	1.403	1.228
Outros	96	796
Subtotal	30.655	28.812
Encargos de Uso da Rede	7.152	7.274
Materiais e Serviços	12.647	7.125
Total	50.454	43.211

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

	Ref.	Encargos da dívida	Principal		Total	
			Circulante	Não Circulante	30/09/07	30/06/07
Moeda nacional						
Banco do Brasil		275	3.826	29.571	33.672	34.116
Eletrobrás		-	2.146	19.407	21.553	22.024
BNB I		98	-	46.184	46.282	46.282
BNB II		362	1.795	33.205	35.362	35.362
BNDES Emergencial	(1)	312	17.614	53.315	71.241	74.876
BNDES FINEM		36	10.094	-	10.130	13.507
FINEP		9	949	2.215	3.173	3.411
Total moeda nacional		1.092	36.424	183.897	221.413	229.578

- (1) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, concedeu, financiamento no valor de R\$ 123.101, para suprir parte das insuficiências de recursos, decorrentes de redução de receita ocorrida durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica com destinação prioritária ao adimplemento de obrigações assumidas junto a agentes do setor elétrico. Sobre o principal da dívida incidem encargos à taxa SELIC acrescida de juros de 1% a.a, sendo essa a mesma condição de remuneração do ativo regulatório reconhecido.

O contrato BNDES/FINEM prevê manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas informações trimestrais findas em 30 de setembro de 2007 a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Condições contratuais dos empréstimos em 30 de setembro de 2007:

Fonte	Moeda	Data de assinatura	Objetivo	Encargos	Vencimento
BANCO BRASIL	R\$	30/3/1994	Refinanciamento de dívida com BNDES	IGPM + 10,236% a.a.	2014
BANCO BRASIL	R\$	30/3/1994	Refinanciamento de dívida com Eletrobrás	*TJLP+ 10,236% a.a.	2014
ELETROBRÁS	R\$	DIVERSAS	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores.	6 a 9 % a.a.	2018
BNDES/FINEM	R\$	19/6/2000	Investimento sistema transmissão / Distribuição	TJLP + 4,5% a.a.	2008
BNDES/Emergencial	R\$	14/2/2002	Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	SELIC + 1% a.a.	2010
BNB I	R\$	23/12/2004	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	11,5% a.a.	2013
BNB II	R\$	27/11/2006	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	11,5% a.a.	2014
FINEP	R\$	23/12/2004	Otimização e desempenho da rede de distribuição e programas comunitários	TJLP + 5% aa.	2011

* O que exceder 6% da TJLP

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias ou aval da Neoenergia S.A. e no que se refere ao BNDES, vinculado a Recomposição Tarifária, 4,42% do faturamento mensal.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O total devido em moeda nacional desdobra-se da seguinte forma:

	30/09/07		30/06/07	
		%		%
Juros prefixados	81.644	36,87	81.644	35,56
UFIR	21.520	9,72	21.946	9,56
FINEL	31	0,01	78	0,03
IGP-M	29.708	13,42	30.048	13,09
TJLP	17.268	7,80	20.985	9,14
SELIC	71.242	32,18	74.877	32,62
Total	221.413	100,00	229.578	100,00
Principal	220.321		228.371	
Encargos	1.092		1.207	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos trimestres findos em 30 de setembro de 2007 e de 2006:

	Variação %	
	30/09/07	30/09/06
IGP - M	2,57	0,84
FINEL	0,51	0,17
TJLP	1,53	1,82
CDI	2,79	3,51
Taxa de Referência - TR	0,33	0,57
SELIC	2,79	3,52

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	30/09/07	30/06/07
2008	9.926	19.381
2009	51.097	50.399
2010	49.046	48.416
2011	25.619	25.754
2012	25.540	25.675
Após 2012	22.669	21.130
Total	183.897	190.755

Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Circulante	Não Circulante
Saldos em 30 de junho de 2007	38.823	190.755
Encargos	5.302	487
Variação monetária	61	403
Transferências	7.748	(7.748)
Amortizações e pagamentos de juros	(14.418)	-
Saldos em 30 de setembro de 2007	37.516	183.897

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	30/09/07				30/06/07
				Encargos		Principal		Total
				Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	
3ª Emissão	Única	17.900	CDI + 1,3% a.a	1.609	35.800	143.200	180.609	186.910

A escritura de emissão das debêntures prevê manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas informações trimestrais findas em 30 de setembro de 2007 a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	30/09/07	30/06/07
2008	-	35.800
2009	71.600	71.600
2010	71.600	71.600
Total	143.200	179.000

20. TAXAS REGULAMENTARES

	30/09/07	30/06/07
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	948	949
Quota de Consumo de Combustível – CCC	3.206	2.754
Conta de desenvolvimento energético - CDE	572	572
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	2.259	2.561
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	460	612
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	4.388	4.160
Programa de Eficientização Energética - PEE	11.535	10.544
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	167	167
Total	23.535	22.319
Passivo Circulante	23.535	22.319

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração aprovou a declaração de juros sobre o capital próprio referente ao lucro do primeiro e segundo trimestre de 2007, da seguinte forma:

Deliberação	Proventos	Valor R\$ mil	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
RCA de 28 de maio de 2007	Juros sobre o capital próprio	7.700	0,0447917	0,0492709	0,0492709
RCA de 30 de julho de 2007	Juros sobre o capital próprio	7.700	0,0447917	0,0492709	0,0492709

A formação dos saldos em 30 de setembro de 2007 é como segue:

Em 30 de junho de 2007	6.288
Dividendos e Juros sobre o capital próprio:	
Deliberados	7.700
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(161)
Pagos	(13.408)
Em 30 de setembro de 2007	419

22. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	30/09/07	30/06/07
Imposto de Renda	13.106	7.543
Contribuição Social	15.779	10.359
Provisões Férias e 13º salário	3.542	2.623
Encargos Sobre Provisões de Férias e 13º salário	1.452	1.242
Provisão PLR	2.316	1.578
Total	36.195	23.345

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE **08.324.196/0001-81**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23. CONTINGÊNCIAS
23.1 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As provisões constituídas para contingências passivas, líquidas dos depósitos judiciais correspondentes, são compostas como segue:

	30/09/07		30/06/07	
	Contingências	(-) Depósitos Judiciais	Provisão Líquida	Provisão Líquida
Trabalhistas	9.087	(8.036)	1.051	2.595
Cíveis	13.555	(858)	12.697	10.160
Fiscais	6.233	(2.538)	3.695	2.553
Total	28.875	(11.432)	17.443	15.308
Passivo circulante			61	463
Passivo Não Circulante			17.382	14.845

	Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 30 de junho de 2007	10.623	11.020	5.091	26.734
Constituição	8.609	231	5.587	14.427
Baixas/Reversão	(10.903)	(167)	(5.141)	(16.211)
Atualização	758	2.471	696	3.925
Saldos em 30 de setembro de 2007	9.087	13.555	6.233	28.875

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária e subsidiária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingências Trabalhistas	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor Provisionado
Ex-empregados da Companhia	5.265	1ª, 2ª e 3ª	PROVÁVEL	5.265
	258	1ª, 2ª e 3ª	POSSÍVEL	-
Ex-empregados de Empreiteiras	1.683	1ª, 2ª e 3ª	PROVÁVEL	1.683
	723	1ª, 2ª e 3ª	POSSÍVEL	-
Empregados	2.139	1ª, 2ª e 3ª	PROVÁVEL	2.139
	6.382	1ª, 2ª e 3ª	POSSÍVEL	-
Total	16.450			9.087

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Tribunal Regional do Trabalho.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor Provisionado
Contingências Cíveis				
Cientes – Tarifas Plano Cruzado	9.433	1ª, 2ª e 3ª	PROVÁVEL	9.433
	154	1ª, 2ª e 3ª	POSSÍVEL	-
Indenização por perdas	678	1ª, 2ª e 3ª	PROVÁVEL	678
	1.242	1ª, 2ª e 3ª	POSSÍVEL	-
Acidente terceiros	2.078	1ª, 2ª e 3ª	PROVÁVEL	2.078
	2.279	1ª, 2ª e 3ª	POSSÍVEL	-
Outras	1.366	1ª, 2ª e 3ª	PROVÁVEL	1.366
	25.860	1ª, 2ª e 3ª	POSSÍVEL	-
Total	43.090	1ª, 2ª e 3ª		13.555

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação dos índices divulgados na tabela da Justiça Federal.

Cientes – Tarifas Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos. A Companhia constituiu provisão tomando por base o diferencial de alíquota cobrado no período de março a novembro de 1986 dos consumidores industriais, acrescido dos encargos financeiros, cujos montantes são considerados suficientes tomando como base a jurisprudência dominante no STJ.

Indenização por perdas – Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual. Os valores provisionados são suficientes considerando a média histórica de condenações da empresa no Judiciário do Rio Grande do Norte

Acidente terceiros – Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos. Em alguns casos é possível uma condenação da empresa. O montante provisionado é adequado ao estágio em que se encontram as ações e ao histórico dos valores de condenação em ações similares no Judiciário do Rio Grande do Norte.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingências Fiscais	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor Provisionado
ICMS	16.729	1ª, 2ª e 3ª	POSSÍVEL	-
ISS	153	1ª, 2ª e 3ª	PROVÁVEL	153
IRPJ	447	1ª, 2ª e 3ª	PROVÁVEL	447
INSS	6.607	1ª, 2ª e 3ª	POSSÍVEL	-
COFINS	1.901	1ª, 2ª e 3ª	PROVÁVEL	1.901
Outras	3.732	1ª, 2ª e 3ª	PROVÁVEL	3.732
Total	29.569	1ª, 2ª e 3ª		6.233

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

ICMS - Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos.

ISS - Refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

IRPJ - Refere-se a auto de infração onde se discute lucro inflacionário acumulado realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório.

INSS - Refere-se a dois autos de infração lavrados pelo Ministério da Previdência Social, onde se discute a cobrança de contribuição previdenciária e incidência de multa.

COFINS - Refere-se a processo judicial arguindo a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável à tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos.

23.2 CONTINGÊNCIA ATIVA

PIS/COFINS (Alargamento da Base de Cálculo) – A Companhia impetrou Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 21 de julho de 2004, em curso no Tribunal Regional Federal – 1ª Região, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. Os consultores jurídicos da Companhia atribuem uma probabilidade de ganho provável para a ação judicial. O montante estimado do crédito pleiteado a valor nominal, corresponde a R\$ 8.531. O respectivo valor não está registrado nas demonstrações financeiras.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	30/09/07	30/06/07
Consumidores	3.053	3.095
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	4.031	5.309
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS	404	425
Convênios	655	379
Termo acordo CHESF	-	-
Encargos CBEE	-	203
Outras	761	645
Total	8.904	10.056
Passivo Circulante	7.933	8.996
Passivo Não Circulante	971	1.060

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital social totalmente subscrito em 30 de setembro e 30 de junho de 2007 é de R\$ 179.787 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Em milhares de ações							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	110.782	85,38	16.507	80,12	14.646	82,63	141.935	84,45
IBERENER	8.147	6,28	2.218	10,76	1.417	8,00	11.782	7,01
Uptick Participações S.A.	7.577	5,84	1.157	5,61	1.047	5,91	9.781	5,82
PREVI	1.855	1,43	359	1,74	382	2,16	2.596	1,54
Outros	1.385	1,07	365	1,77	230	1,30	1.980	1,18
Total	129.746	100,00	20.606	100,00	17.722	100,00	168.074	100,00

Acionistas	R\$ mil							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	118.502	85,38	17.658	80,12	15.666	82,63	151.826	84,45
IBERENER	8.715	6,28	2.372	10,76	1.516	8,00	12.603	7,01
Uptick Participações S.A.	8.105	5,84	1.237	5,61	1.120	5,91	10.462	5,82
PREVI	1.984	1,43	384	1,74	409	2,16	2.777	1,54
Outros	1.482	1,07	391	1,77	246	1,30	2.119	1,18
Total	138.788	100,00	22.042	100,00	18.957	100,00	179.787	100,00

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, e assegurada, ainda, às ações preferenciais "Classe A", prioridade na distribuição de dividendos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Incentivo Fiscal Imposto de Renda - ADENE

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto 3.000, de 26 de março de 1999. Por conta disso, a Companhia formalizou pleito à antiga SUDENE e obteve o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais através do Laudo Constitutivo nº 0038/2002 – ADENE, emitido em 3 de julho de 2002.

A ADENE deferiu novo pleito da Companhia para ampliação do percentual de redução do imposto de renda sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, através do Laudo Constitutivo nº 0148/2005, de 31 de maio de 2005. Em 5 de julho de 2005, através do Ato Declaratório Executivo nº 52, a Receita Federal reconheceu o direito da Companhia à redução do IRPJ e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, no percentual de 75%.

A Companhia apurou no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2007 o valor de R\$ 27.776 (R\$ 18.301, em 30 de junho de 2007) de incentivo fiscal ADENE, contabilizado como Reserva de Capital em montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Reserva Especial de Ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da Companhia, que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente ao patrimônio líquido. (vide nota explicativa nº 11).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Nº de consumidores faturados (1)		MWh (1)		R\$	
	30/09/07	30/09/06	30/09/07	30/09/06	30/09/07	30/09/06
Consumidores:						
Residencial	807.336	760.187	858.247	779.865	280.392	241.696
Industrial	4.710	4.392	497.033	482.517	128.971	120.557
Comercial	63.731	60.270	506.208	474.174	180.368	165.770
Rural	47.416	39.750	233.338	224.519	37.873	36.294
Poder Público	10.125	9.599	137.169	129.045	57.585	52.087
Iluminação Pública	3.470	2.933	99.570	96.046	18.876	17.983
Serviço Público	1.472	1.393	165.435	150.261	40.524	35.058
Consumo próprio	91	91	3.333	4.895	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(688)	470
Subtotal	938.351	878.615	2.500.333	2.341.322	743.901	669.915
Reversão da recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	(23.346)	(21.134)
Receta (reversão) reposicionamento tarifário	-	-	-	-	3.541	(274)
Reversão energia livre	-	-	-	-	(5.678)	(5.111)
Disponibilização sistema transmissão e distribuição	-	-	-	-	34.384	29.138
Encargos CBEE	-	-	-	-	(4)	130
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	60.819	49.917	5.932	1.856
Subvenção à tarifa social de baixa renda	-	-	-	-	25.206	27.565
Outras receitas	-	-	-	-	6.216	3.646
Total	938.351	878.615	2.561.152	2.391.239	790.152	705.731

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Reajuste Tarifário

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 454, de 18 de abril de 2007, fixou em 5,51% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 5,41% para os consumidores atendidos em baixa tensão (residências e outros), e 5,81% para os consumidores de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande portes), com vigência no período de 22 de abril de 2007 a 21 de abril de 2008.

Do índice médio de 5,51%, o reajuste tarifário anual corresponde a 3,33% e os componentes financeiros externos ao reajuste corresponde a 2,18%.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. COMPRA E VENDA DE ENERGIA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CCEE

	30/09/07		30/09/06	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Compra				
CCEE	-	-	6.692	156
Ajustes	-	-	(272)	(5)
	-	-	6.420	151
	30/09/07		30/09/06	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Venda				
CCEE (*)	56.844	5.838	49.405	1.825
Ajustes	3.975	94	512	31
Total	60.819	5.932	49.917	1.856

(*) - venda estimada referente ao mês de setembro de 2007.

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Os montantes de receitas/despesas, faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

28. RESULTADO OPERACIONAL

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	30/09/07			30/09/06	
	Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos	Despesas Com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Receita Operacional Líquida				542.207	Reclassificado 457.107
Custos e Despesas Operacionais					
Pessoal	(16.042)	(6.095)	(16.922)	(39.059)	(37.252)
Administradores	-	-	(1.122)	(1.122)	(968)
Entidade de previdência privada	(367)	(150)	(256)	(773)	(321)
Material	(3.237)	(83)	(391)	(3.711)	(3.944)
Serviços de terceiros	(10.859)	(6.327)	(12.077)	(29.263)	(30.385)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TFSEE	(1.472)	-	-	(1.472)	(1.359)
Energia elétrica comprada para revenda	(182.215)	-	-	(182.215)	(168.268)
Encargo de uso do sistema de transmissão	(36.126)	-	-	(36.126)	(37.441)
Depreciação e amortização	(27.467)	(350)	(1.605)	(29.422)	(25.238)
Arrendamentos e aluguéis	(16)	(48)	(174)	(238)	(140)
Tributos	(164)	(1)	(3.818)	(3.983)	(2.438)
Provisões Líquidas - PCLD	-	(16.003)	-	(16.003)	(11.560)
Provisões Líquidas - Contingências	-	-	1.358	1.358	3.673
Outras	(737)	(274)	(5.464)	(6.475)	(2.762)
	(278.702)	(29.331)	(40.471)	(348.504)	(318.403)
Resultado do Serviço				193.703	138.704
Resultado Financeiro				(13.016)	(7.309)
Juros sobre capital próprio				(15.400)	(19.000)
Resultado Operacional				165.287	112.395

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas	Ref.	Natureza da operação	30/09/07			30/06/07		30/09/06
			Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)
Amara Brasil Ltda.	(a)	Administração de almoxarifado	-	50	(567)	-	48	(476)
NC Energia	(b)	Serviços de consultoria	-	6	(33)	-	20	(173)
Coelba		Reembolso de despesas	-		-	-	5	-
Afluentes		Uso da Rede	-	14	(94)	-	14	(40)

(a) Amara Brasil - Contrato nº 4600007377, vigência de 16 de maio de 2005 até 15 de maio de 2008. O mesmo é corrigido pelo IGP-M a cada 12 meses.

(b) NC Energia - Contrato nº 4600011943, vigência de 2 de abril de 2007 até 31 de março de 2008, conforme Despacho ANEEL nº 2.042, de 3 de julho de 2007.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da Companhia.

Atualmente a Companhia não possui dívida em moeda estrangeira.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2007, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Numerário disponível, Aplicações financeiras, Títulos e valores mobiliários – o valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- As contas e títulos a receber de setores públicos, federais, estaduais e municipais (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$ 236.083 (R\$ 240.073, em 30 de junho de 2007), líquido da provisão para crédito de liquidação duvidosa. Não foi possível estimar os valores de mercado dos créditos vencidos, face às negociações em andamento que impossibilita a previsão dos prazos de recebimento.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Empréstimos e financiamentos – Os valores de mercados foram calculados com base em taxas de mercado (BM&F) em vigor na data do balanço. Para os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projetos de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto à ELETROBRÁS e aos consumidores, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2007 e 30 de junho de 2007 são como segue:

	(Ativos) passivos			
	30/09/07		30/06/07	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Numerário disponível	(6.741)	(6.741)	(7.291)	(7.291)
Aplicações financeiras	(12.448)	(12.448)	(15.995)	(15.995)
Titulos e valores mobiliários	(39.489)	(39.489)	(14.857)	(14.857)
Empréstimos e financiamentos	221.413	268.896	229.578	244.852
Debêntures	180.609	180.609	186.910	186.910

Fatores de risco

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança e cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Vencimento Antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas nº 18 e 19).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco quanto à escassez de energia

A energia adquirida e vendida pela Companhia é basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento de custo na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS, não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando especificado)

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A COSERN é uma Companhia distribuidora de energia elétrica, com atuação no Estado do Rio Grande do Norte, que atende a uma população estimada de 2.777 mil habitantes em 167 municípios. Sua área de concessão engloba 52.797 Km², o que corresponde a 100% do território do Estado.

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1 MERCADO

2.1.1 CONSUMIDORES (*)

Descrição	Evolução do número de consumidores ativos					
			Variação Vertical		Variação Horizontal	
	30/09/07	30/09/06	30/09/07	30/09/06	30/09/07	
Residencial	826.887	785.832	85,89%	85,96%	41.055	5,22%
Industrial	4.871	4.667	0,51%	0,51%	204	4,37%
Comercial	65.787	62.971	6,83%	6,89%	2.816	4,47%
Rural	49.515	46.038	5,14%	5,04%	3.477	7,55%
Poder Público	10.316	9.984	1,07%	1,09%	332	3,33%
Iluminação Pública	3.743	3.170	0,39%	0,35%	573	18,08%
Serviço Público	1.480	1.437	0,15%	0,16%	43	2,99%
Subtotal	962.599	914.099	99,99%	99,99%	48.500	5,31%
Consumo Próprio	91	92	0,01%	0,01%	(1)	-1,09%
Suprimento	1	1	0,00%	0,00%	-	0,00%
Total	962.691	914.192	100,00%	100,00%	48.499	5,31%

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Em setembro de 2007, o número de consumidores ativos apresentou um crescimento de 5,31% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que significa um incremento de 48.499 novos consumidores, representando cerca de 133 novas ligações por dia.

As classes, Iluminação Pública e Rural foram as que apresentaram os maiores crescimentos relativos, 18,08% e 7,55% respectivamente, quando comparados os meses de setembro de 2007 e setembro de 2006. Em números absolutos, porém, a classe Residencial foi a que apresentou maior evolução, com um aumento de 41.055 consumidores, devido ao incremento do Programa Luz Para Todos.

O número de consumidores residenciais corresponde a 85,89% do total, equivalente a 826.887 consumidores. De conformidade com a Resolução ANEEL nº 485/2002, que estabeleceu novos critérios para classificação dos consumidores de baixa renda, 46,88% dos consumidores residenciais se enquadram nessa categoria.

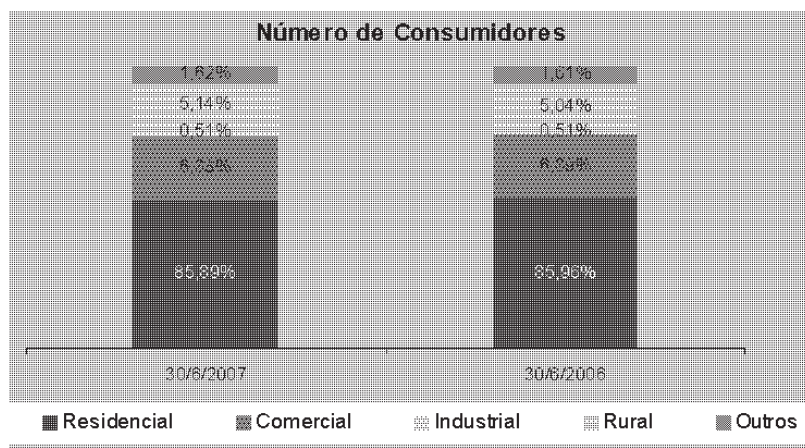
Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2007

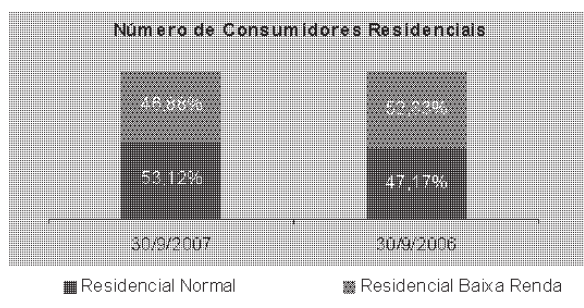
01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

2.1.1.1 PARTICIPAÇÃO DE CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO



2.1.1.2 PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO BAIXA RENDA NA CLASSE RESIDENCIAL



01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

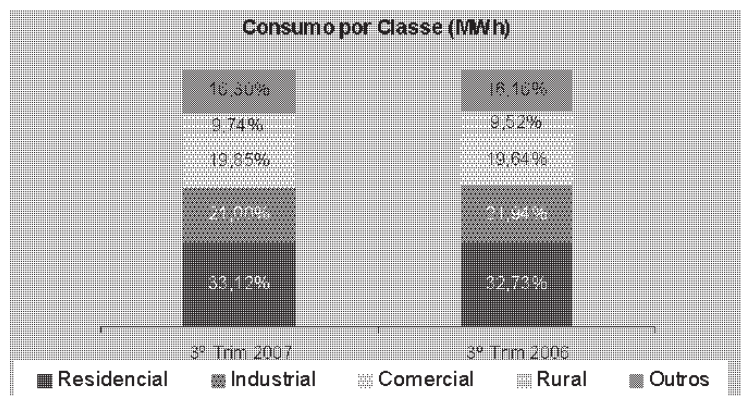
2.1.2 CONSUMO (*)

	Evolução do Consumo por classe em MWh				
	3º Trim.		Variação Vertical %		Variação Horizontal %
	2007	2006	3º Trim/07	3º Trim/06	3ºTrim/07 - 3º Trim/06
Residencial	273.462	259.184	33,12%	32,73%	5,51%
Industrial	173.377	173.719	21,00%	21,94%	-0,20%
Comercial	163.860	155.533	19,85%	19,64%	5,35%
Rural	80.383	75.415	9,74%	9,52%	6,59%
Poder Público	44.727	42.980	5,42%	5,43%	4,06%
Iluminação Pública	32.932	32.616	3,99%	4,12%	0,97%
Serviço Público	55.841	50.733	6,76%	6,41%	10,07%
Subtotal	824.582	790.180	99,87%	99,80%	4,35%
Consumo Próprio	1.053	1.590	0,13%	0,20%	-33,77%
Total	825.635	791.770	100,00%	100,00%	4,28%

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

No terceiro trimestre de 2007, o fornecimento de energia elétrica da Companhia foi de 825.635 MWh contra 791.770 MWh no mesmo período do ano anterior, representando um crescimento de 4,28% com acréscimos em todas as classes de consumo, exceto industrial e consumo próprio.

2.1.2.1 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO POR CLASSE EM MWh



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

3. BALANÇO ENERGÉTICO – MWh (*)

Leilão de SetD2		%	
108.981		10,67	
117.457		12,15	
Leilão de energia existente		%	
893.273		87,44	
841.834		87,07	
NC Energia		%	
-		0,00	
2.037		0,21	
PROINFA		%	
10.435		1,02	
5.294		0,55	
Outros		%	
8.881		0,87	
194		0,02	
Contratos			
1.021.570			
966.816			
Mercado Livre			
153.069			
135.368			
Perdas Rede Básica			
20.640			
22.882			
Sobras			
(48.901)			
(30.275)			
Injetada			
1.105.098			
1.049.027			
Mercado Próprio		%	
825.635		74,71	
791.770		75,48	
Mercado Livre		%	
153.069		13,85	
135.368		12,90	
Perda Distribuição		%	
126.295		11,43	
121.695		11,60	
Outros		%	
99		0,01	
194		0,02	
Residencial		%	
273.462		33,12	
259.184		32,73	
Industrial		%	
173.377		21,00	
173.719		21,94	
Comercial		%	
163.860		19,85	
155.533		19,64	
Rural		%	
80.383		9,74	
75.415		9,52	
Outros		%	
134.553		16,30	
127.919		16,16	

Legenda:

3º Trimestre de 2007
3º Trimestre de 2006

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

O Balanço Energético da Companhia indica que 87,44% da energia circulada pela rede da distribuidora foi proveniente de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR firmados em dezembro de 2004, através do leilão de energia existente. O restante 12,56%, foi atendido pela CHESF, contrato firmado em setembro de 2002 e pelo Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA.

Do montante da energia injetada, 825.635 MWh equivalente a 74,71% foi destinada ao mercado cativo da distribuidora.

O mercado livre exigiu a entrega de 153.069 MWh de energia durante o terceiro trimestre de 2007, representando um crescimento de 13,08% em relação ao mesmo período do ano anterior. O movimento de migração para o mercado livre dos clientes em condições de optar pelo fornecedor de energia elétrica iniciou-se em maio de 2002, representando em setembro de 2007, 13,85% da energia distribuída pela Companhia.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

4. INVESTIMENTOS (*)

	3º Trimestre/2007		Até 30/9/2007	
	Investimento	Subvenções	Investimento	Subvenções
	Total	Recebidas	Total	Recebidas
Distribuição	22.173	-	52.119	17.421
Administração	4.293	-	6.221	-
Total	26.466	-	58.340	17.421

Os investimentos no terceiro trimestre de 2007 atingiram o montante de R\$ 26.466, destinados à ampliação da rede de distribuição de energia elétrica e a permanente melhoria na confiabilidade do sistema, para atendimento da demanda do mercado visando à expansão e melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados aos clientes.

As principais obras em andamento são:

- Ampliação em subestações e linhas de transmissão;
- Instalação de medidores;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Projetos de Universalização;
- Aquisição de veículos; e
- Construção de subestações e alimentadores.

Programa Luz Para Todos

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Luz Para Todos (LPT), no âmbito do Programa de Universalização, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

	30/09/07
Ligações executadas até 2006	27.776
Ligações executadas em 2007	5.052
Total	32.828
Em execução	492
Ligações previstas pelo Programa	35.045

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 RESULTADO DO PERÍODO

	3º Trimestre		Variação	
	2007	2006	R\$ mil	%
		Reclassificado		
Receita Bruta	262.205	244.072	18.133	7,43%
Deduções da Receita Bruta	(79.854)	(86.341)	6.487	-7,51%
Receita Líquida	182.351	157.731	24.620	15,61%
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(99.051)	(85.165)	(13.886)	16,30%
Resultado Bruto	83.300	72.566	10.734	14,79%
Outras Despesas Operacionais	(19.629)	(18.647)	(982)	5,27%
Resultado do Serviço	63.671	53.919	9.752	18,09%
Depreciação e amortização	9.314	8.384	930	11,09%
EBITDA	72.985	62.303	10.682	17,15%
Resultado Financeiro	(14.068)	(12.815)	(1.253)	9,78%
Resultado Operacional	49.603	41.104	8.499	20,68%
Resultado Não Operacional	(763)	37	(800)	-2.162,16%
Resultado Antes da Tributação/Participações	48.840	41.141	7.699	18,71%
IR e CSLL	(16.671)	(13.896)	(2.775)	19,97%
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	32.169	27.245	4.924	18,07%
Reversão dos juros sobre o capital próprio	7.700	9.100	(1.400)	-15,38%
Lucro do Período	39.869	36.345	3.524	9,70%

5.1.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Companhia apresentou, no terceiro trimestre de 2007, uma Receita Bruta 7,43% superior a alcançada no mesmo período de 2006, enquanto que a Receita Líquida teve um acréscimo de 15,61% quando comparados os terceiros trimestres dos exercícios 2007 e 2006. Dado as variações acima houve um acréscimo de R\$ 18.133 na Receita Bruta e de R\$ 24.620 na Receita Líquida.

Os fatores determinantes da variação na Receita Líquida foram:

- Reajuste tarifário médio de 5,51%, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 454 de 18 de abril de 2007, aplicado a partir de 22 de abril de 2007;
- Crescimento do consumo de energia elétrica em MWh em 4,28%, com impacto significativo em todas as classes;
- Crescimento na receita de energia elétrica curto prazo – CCEE, no montante de R\$ 3.996, decorrente de aumento na quantidade de MWh e no preço do mesmo;
- Diminuição de R\$ 7.822 na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC devido a cota estabelecida pela ANEEL para este ano ser inferior a de 2006.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

5.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre		Variação	
	2007	2006	R\$ mil	%
	Reclassificado			
Custos e Despesas Não Gerenciáveis				
Energia elétrica comprada para revenda	(65.079)	(59.605)	(5.474)	9,18
Encargos de uso do sistema de transmissão/distribuição	(13.692)	(8.357)	(5.335)	63,84
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSEE	(500)	(472)	(28)	5,93
	(79.271)	(68.434)	(10.837)	15,84
Custos e Despesas Gerenciáveis				
Pessoal e Administradores	(11.424)	(9.512)	(1.912)	20,10
Material	(1.491)	(1.296)	(195)	15,05
Serviços de terceiros	(10.440)	(11.546)	1.106	-9,58
Depreciação e amortização	(9.314)	(8.384)	(930)	11,09
Provisões líquidas - PCLD	(6.051)	(3.876)	(2.175)	56,11
Provisões líquidas - contingências	1.784	531	1.253	235,97
Outros	(2.473)	(1.295)	(1.178)	90,97
	(39.409)	(35.378)	(4.031)	11,39
Total	(118.680)	(103.812)	(14.868)	14,32

Os custos e despesas operacionais no terceiro trimestre de 2007 tiveram um acréscimo de 14,32%, correspondendo a R\$ 14.868, em relação ao mesmo trimestre do exercício de 2006. Os principais fatores que contribuíram para esse incremento foram:

- Aumento de R\$ 5.474 na energia comprada em função do:
 - ✓ Reajuste médio de 2,99%, ocorrido nas tarifas em abril de 2007; e
 - ✓ Crescimento do mercado em 4,28% em relação ao período anterior.
- Aumento de R\$ 5.335 nos Encargos de uso do sistema de transmissão em virtude de:
 - ✓ Aumento de demanda contratada em 9%; e
 - ✓ Constituição de CVA em julho de 2006, no montante de R\$ 1.352.
- Aumento de R\$ 2.175 na Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, em virtude do novo critério de provisionamento de parcelamentos do poder público, aprovado pelo grupo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

5.1.3 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	3º Trimestre		Variação	
	2007	2006	R\$ mil	%
Renda de aplicações financeiras	1.311	442	869	196,61
Juros, comissões e acréscimo moratório	7.540	6.925	615	8,88
Remuneração financeira ativos/passivos regulatórios	(363)	6.099	(6.462)	-105,95
Encargos, variação cambial e monetária (líquidas)	(14.324)	(16.674)	2.350	-14,09
Juros sobre Capital Próprio	(7.700)	(9.100)	1.400	-15,38
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(532)	(507)	(25)	4,93
Total	(14.068)	(12.815)	(1.253)	9,78

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido de R\$ 14.068 negativo no terceiro trimestre de 2007, contra R\$ 12.815 negativo do mesmo período de 2006.

Contribuíram para esse resultado:

- Aumento de R\$ 869 na renda de aplicação financeira;
- Aumento de R\$ 615 na receita de Juros, comissões e acréscimo moratório, em função de multas e acréscimos moratórios de contratos em atraso.
- Redução de R\$ 6.462 na Remuneração financeira de ativos/passivos regulatórios, em função de:
 - ✓ Redução de R\$ 2.407 na remuneração de ativos regulatórios devido o aumento na remuneração da energia livre no 3º trimestre de 2006; e
 - ✓ Aumento de R\$ 3.750 na remuneração de passivos regulatórios em função da constituição da provisão para ajuste ao valor de realização da RTE.
- Redução de R\$ 2.350 em Encargos, variação cambial e monetária (líquidas) devido:
 - ✓ Redução de R\$ 1.741 nos encargos da dívida em função da queda dos índices atrelados aos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures;
 - ✓ Aumento de R\$ 656 na remuneração de parcelamento de títulos em função do novo contrato de parcelamento da prefeitura de Poço Branco, em Agosto de 2006.
- Redução R\$ 1.400 nos juros sobre capital próprio do período.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

6. PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Empresariais	Acumulado até		Variação %
	30/09/07	30/09/06	2007/2006
Indicadores Econômicos			
Receita Operacional Bruta	790.152	705.731	11,96%
Receita Operacional Líquida	542.207	457.107	18,62%
EBITDA	223.125	163.942	36,10%
Resultado do Serviço	193.703	138.704	39,65%
Resultado Financeiro sem Juros Sobre Capital Próprio	(13.016)	(7.309)	78,08%
Lucro Líquido	120.779	92.952	29,94%
Margem EBITDA (%)	41,15%	35,87%	14,74%
Margem Operacional (%)	35,72%	30,34%	17,73%
Margem Líquida (%) (*)	22,28%	20,33%	9,54%

Indicadores Financeiros			
Ativo Total	1.254.377	1.240.450	1,12%
Dívida Bruta	402.022	393.037	2,29%
Patrimônio Líquido	608.779	500.913	21,53%
Investimentos	58.340	109.329	-46,64%
Dívida Total Líquida das Disponibilidades e Aplicações em Títulos	343.345	356.942	-3,81%
Dívida Total Líquida/EBITDA (*)	1,17	1,63	-28,37%
Dívida Total Líquida/(Dívida Total Líquida + Patrimônio Líquido)	36,06%	41,61%	-13,33%
Dívida de Curto Prazo Líquida/Dívida Total Líquida	6,57%	1,21%	441,47%
Patrimônio Líquido / Ativo Total	48,53%	40,38%	20,18%

(*) EBITDA - Análise dos últimos 12 meses.

			Variação %
Outros Indicadores	30/09/07	30/09/06	2007/2006
Nº de Empregados	731	707	3,39%
Nº de Consumidores	962.691	914.192	5,31%
Consumidores/Empregados	1.317	1.293	1,85%
Receita Operacional Líquida/Empregados	742	647	14,72%

Em setembro de 2007 o quadro de empregados da empresa teve um acréscimo de 3,39% em relação ao mesmo período do ano anterior. O número de consumidores apresentou um crescimento de 5,31%, refletindo no crescimento da relação Consumidores/Empregados. A Receita Operacional Líquida até setembro apresentou um incremento de 18,62% em relação ao mesmo período do ano anterior influenciando positivamente o índice ROL/Empregados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

	3º Trimestre		Variação %	Acumulado até		Variação %
	2007	2006	2007-2006	30/09/2007	30/09/2006	2007-2006
Conciliação EBITDA						
Lucro Líquido	39.869	36.345	9,70%	120.779	92.952	29,94%
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	(7.700)	(9.100)	- 15,38%	(15.400)	(19.000)	- 18,95%
Despesas financeiras	29.360	28.416	3,32%	102.460	84.606	21,10%
Receitas financeiras	(15.292)	(15.601)	- 1,98%	(74.044)	(58.297)	27,01%
Resultado não operacional	763	(37)	- 2.162,16%	1.379	402	243,03%
Imposto de renda	14.255	11.430	24,72%	51.281	30.643	67,35%
Depreciação e amortização	9.314	8.384	11,09%	29.422	25.238	16,58%
Amortização de ágio	2.416	2.466	- 2,03%	7.248	7.398	- 2,03%
EBITDA	72.985	62.303	17,15%	223.125	163.942	36,10%

Para a apuração do indicador EBITDA em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures são adicionadas ao EBITDA às parcelas de amortização da Recomposição Tarifária do Racionamento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 30/09/2007

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	3ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/043
4 - DATA DO REGISTRO CVM	21/09/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/09/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/09/2010
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,3% a.a
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	179.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	17.900
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	17.900
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/03/2008

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos

Acionistas e Administradores da

Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais (ITR) da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, o relatório de desempenho e as informações relevantes elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia.
3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2007

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

4. As Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2006 foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão especial, sem ressalvas, datado de 25 de outubro de 2006 com parágrafos de ênfase referente aos assuntos descritos nas notas explicativas n.ºs. 4, 7 e 26. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram examinadas pelos mesmos auditores independentes, que emitiram parecer, sem ressalvas, datado de 19 de janeiro de 2007 e contendo as mesmas ênfases.

Natal, 22 de outubro de 2007

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2-SP-015199/O-6 – F - RN

Paulo José Machado Shirley Silva
Contador CRC-1RJ 061.469/O - 4 – S - RN Contadora CRC-1BA 022.650/O-0 – S - RN

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 30/09/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	11
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	48
10	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	59
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	60/61

-
- ITR - Informações Trimestrais da Emissora relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/09/2006
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
4 - NIRE 24300000502		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Mermoz, 150				2 - BAIRRO OU DISTRITO Baldo	
3 - CEP 59025-250	4 - MUNICÍPIO Natal			5 - UF RN	
6 - DDD 084	7 - TELEFONE 3215-6104	8 - TELEFONE 3215-6105	9 - TELEFONE 3215-6100	10 - TELEX	
11 - DDD 084	12 - FAX 3215-6242	13 - FAX -	14 - FAX -		
15 - E-MAIL cosern@cosern.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Erik da Costa Breyer					
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Mermoz, 150				3 - BAIRRO OU DISTRITO Baldo	
4 - CEP 59025-250	5 - MUNICÍPIO Natal			6 - UF RN	
7 - DDD 084	8 - TELEFONE 3215-6104	9 - TELEFONE 3215-6105	10 - TELEFONE -	11 - TELEX	
12 - DDD 084	13 - FAX 3215-6242	14 - FAX -	15 - FAX -		
16 - E-MAIL ebreyer@cosern.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2006	31/12/2006	3	01/07/2006	30/09/2006	2	01/04/2006	30/06/2006
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu						10 - CÓDIGO CVM 00385-9	
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO José Luiz Santos Vaz Sampaio						12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 399.500.505-53	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/09/2006
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2006	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2006	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	129.746	129.746	129.746
2 - Preferenciais	38.328	38.328	38.328
3 - Total	168.074	168.074	168.074
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Serviço Público de Energia Elétrica
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE	7 - VALOR DO PROVENTO P/AÇÃO
01	RCA	24/07/2006	Juros Sobre Capital Próprio		ON	0,0529357000
02	RCA	24/07/2006	Juros Sobre Capital Próprio		PNA	0,0582292000
03	RCA	24/07/2006	Juros Sobre Capital Próprio		PNB	0,0582292000
04	RCA	28/09/2006	Dividendo		ON	0,2022957000
05	RCA	28/09/2006	Dividendo		PNA	0,2225252000
06	RCA	28/09/2006	Dividendo		PNB	0,2225252000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	7 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
----------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 25/10/2006	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/09/2006
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
1	Ativo Total	1.249.852	1.227.391
1.01	Ativo Circulante	312.242	288.461
1.01.01	Disponibilidades	32.080	17.398
1.01.01.01	Numerário disponível	9.991	16.315
1.01.01.02	Aplicações financeiras	22.089	1.083
1.01.02	Créditos	278.815	269.955
1.01.02.01	Consumidores, concs. e permissionárias	164.972	158.023
1.01.02.02	Títulos a receber	27.176	28.298
1.01.02.03	(-) Prov. créd. liquidação duvidosa-PCLD	(29.431)	(26.858)
1.01.02.04	Ativos regulatórios	46.594	49.424
1.01.02.05	Serviços em curso	6.795	5.039
1.01.02.06	Titulos e valores mobiliários	712	689
1.01.02.07	Tributos e contrib. sociais	26.249	17.997
1.01.02.08	Tributos e contrib. sociais diferidos	14.450	15.756
1.01.02.09	Benef. fiscal-ágio incorp. controladora	9.714	9.764
1.01.02.10	Despesas pagas antecipadamente	500	1.476
1.01.02.19	Outros créditos	11.084	10.347
1.01.03	Estoques	1.347	1.108
1.01.04	Outros	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	554.613	569.111
1.02.01	Créditos Diversos	554.613	569.111
1.02.01.01	Consumidores, concs. e permissionárias	14.413	15.679
1.02.01.02	Títulos a receber	187.379	187.444
1.02.01.03	Ativos regulatórios	163.938	168.411
1.02.01.04	Depósitos judiciais	10.885	10.796
1.02.01.05	Titulos e valores mobiliários	3.303	3.191
1.02.01.06	Tributos e contrib. sociais	13.564	15.835
1.02.01.07	Tributos e contrib. sociais diferidos	15.869	17.870
1.02.01.08	Benef. fiscal-ágio incorp. controladora	142.006	144.422
1.02.01.09	Bens e direitos destinados a alienação	9	9
1.02.01.10	Despesas pagas antecipadamente	2.481	3.821
1.02.01.19	Outros créditos	766	1.633
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	0	0
1.03	Ativo Permanente	362.997	369.819
1.03.01	Investimentos	900	780
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/09/2006
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
1.03.01.03	Outros Investimentos	900	780
1.03.02	Imobilizado	382.097	369.039
1.03.02.01	Imobilizado - líquido	366.026	352.991
1.03.02.02	Intangível - líquido	16.071	16.048
1.03.03	Diferido	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/09/2006
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
2	Passivo Total	1.249.852	1.227.391
2.01	Passivo Circulante	279.398	257.138
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	35.154	33.649
2.01.01.01	Empréstimos, financ. e encargos dívida	35.154	33.649
2.01.02	Debêntures	1.966	9.729
2.01.02.01	Debêntures e encargos	1.966	9.729
2.01.03	Fornecedores	46.790	50.907
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	35.417	39.713
2.01.04.01	Tributos e contribuições sociais	26.780	23.658
2.01.04.03	Tributos e contrib. sociais diferidos	8.637	16.055
2.01.05	Dividendos a Pagar	89.674	56.833
2.01.05.01	Dividendos	71.057	47.128
2.01.05.02	Juros sobre capital próprio	18.617	9.705
2.01.06	Provisões	365	461
2.01.06.01	Provisão para contingências	365	461
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	70.032	65.846
2.01.08.01	Passivos regulatórios	23.183	24.412
2.01.08.02	Folha de pagamento	971	1.251
2.01.08.03	Taxas regulamentares	20.610	18.066
2.01.08.04	Obrigações estimadas	11.666	7.992
2.01.08.05	Adiantamentos recebidos	2.906	2.043
2.01.08.06	Consumidores devolução baixa renda	277	277
2.01.08.19	Outras contas a pagar	10.419	11.805
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	469.541	467.698
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	176.917	180.147
2.02.02	Debêntures	179.000	179.000
2.02.03	Provisões	25.028	24.746
2.02.03.01	Provisão para contingências	25.028	24.746
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	88.596	83.805
2.02.05.01	Passivos regulatórios	32.261	33.898
2.02.05.02	Tributos e contrib. sociais	1.483	1.483
2.02.05.03	Tributos e contrib. sociais diferidos	53.734	47.295
2.02.05.19	Outras contas a pagar	1.118	1.129
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	500.913	502.555
2.05.01	Capital Social Realizado	179.787	179.787
2.05.02	Reservas de Capital	221.004	215.115
2.05.02.01	Ágio incorporado líquido	179.315	179.315
2.05.02.02	Incentivo fiscal - ADENE	36.667	30.779

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/09/2006
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
2.05.02.19	Outras	5.022	5.021
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	60.946	60.946
2.05.04.01	Legal	30.442	30.442
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	30.504	30.504
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	39.176	46.707

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2006 a 30/09/2006	4 - 01/01/2006 a 30/09/2006	5 - 01/07/2005 a 30/09/2005	6 - 01/01/2005 a 30/09/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	244.072	705.731	219.057	636.496
3.01.01	Fornecimento de energia elétrica	230.598	669.915	209.922	607.545
3.01.02	Suprimento de energia elétrica - CCEE	1.354	1.856	353	521
3.01.03	Disponibilização sistema de distribuição	10.821	29.138	4.623	11.606
3.01.04	Subvenção a baixa renda (tarifa social)	9.112	27.565	7.948	24.297
3.01.05	Reversão recomp. tarifária extraordinária	(7.249)	(21.134)	(6.803)	(20.496)
3.01.06	Reversão energia livre	(1.755)	(5.111)	(1.665)	(4.972)
3.01.07	Receita (reversão) revisão tarifária	0	(274)	(531)	(2.827)
3.01.08	Encargos CBEE	(1)	130	3.903	16.496
3.01.19	Outras	1.192	3.646	1.307	4.326
3.02	Deduções da Receita Bruta	(68.741)	(202.600)	(66.356)	(182.098)
3.02.01	ICMS	(43.106)	(124.182)	(37.277)	(105.113)
3.02.02	PIS	(4.119)	(13.931)	(4.474)	(10.789)
3.02.03	COFINS	(19.860)	(59.757)	(19.149)	(45.188)
3.02.04	ISS	(111)	(122)	(58)	(75)
3.02.05	Quota p/ reserva global de reversão-RGR	(1.546)	(4.462)	(1.469)	(4.330)
3.02.06	Encargos CBEE	1	(146)	(3.929)	(16.603)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	175.331	503.131	152.701	454.398
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(102.765)	(307.456)	(97.095)	(280.316)
3.04.01	Pessoal	(3.474)	(14.588)	(3.449)	(12.112)
3.04.02	Entidade de previdência privada	(118)	(353)	(84)	(280)
3.04.03	Material	(1.016)	(3.479)	(1.156)	(3.342)
3.04.04	Serviço de terceiros	(4.231)	(11.754)	(3.296)	(9.599)
3.04.05	PROINFA	(1.299)	(2.256)	0	0
3.04.06	Subvenção-conta consumo combustível-CCC	(12.937)	(35.279)	(10.042)	(26.107)
3.04.07	Conta de desenvolvimento energético-CDE	(1.677)	(4.809)	(1.480)	(4.134)
3.04.08	Taxa fisc. serv. energia elétrica-TFSEE	(472)	(1.359)	(412)	(1.140)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2006 a 30/09/2006	4 - 01/01/2006 a 30/09/2006	5 - 01/07/2005 a 30/09/2005	6 - 01/01/2005 a 30/09/2005
3.04.09	Energia elétrica comprada p/ revenda	(58.306)	(166.012)	(51.404)	(149.866)
3.04.10	Encargo de uso sistema transmissão	(8.357)	(37.441)	(15.576)	(42.765)
3.04.11	Fundo Nac Des Cient e Tecnológico-FNDCT	(501)	(2.054)	(358)	(1.037)
3.04.12	Empresa de Pesquisa Energética-EPE	(251)	(784)	(179)	(519)
3.04.13	Pesquisa e desenvolvimento-P&D	(1.049)	(1.568)	(358)	(1.038)
3.04.14	Prog de Eficientização Energética-PEE	(1.185)	(1.530)	(894)	(2.594)
3.04.15	Depreciação e amortização	(7.784)	(23.407)	(7.982)	(23.453)
3.04.16	Arrendamentos e aluguéis	(5)	(19)	(22)	(33)
3.04.17	Tributos	(26)	(176)	0	(148)
3.04.19	Outros	14	(440)	(257)	(631)
3.04.20	Custo do serviço prestado a terceiros	(91)	(148)	(144)	(1.518)
3.05	Resultado Bruto	72.566	195.675	55.606	174.082
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(31.462)	(83.280)	(25.714)	(64.351)
3.06.01	Com Vendas	(8.139)	(23.965)	(8.060)	(24.243)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(10.508)	(33.006)	(11.723)	(31.639)
3.06.03	Financeiras	(12.815)	(26.309)	(5.931)	(8.469)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	15.601	58.297	17.258	44.901
3.06.03.01.01	Renda de aplicações financeiras	442	1.133	185	498
3.06.03.01.02	Juros/comis. e acresc. morat. de energia	6.925	19.817	6.185	18.058
3.06.03.01.03	Rem. financeira ativos regulatórios	6.902	28.547	10.078	15.711
3.06.03.01.04	Variação monetária	1.193	8.557	1.543	11.394
3.06.03.01.19	Outras	139	243	(733)	(760)
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(28.416)	(84.606)	(23.189)	(53.370)
3.06.03.02.01	Encargos de dívida	(15.774)	(45.482)	(20.087)	(57.317)
3.06.03.02.02	Rem. financeira passivos regulatórios	(803)	(8.742)	(1.981)	(3.900)
3.06.03.02.03	Variação monetária	(2.093)	(7.201)	(734)	(3.803)
3.06.03.02.04	Juros sobre o capital próprio	(9.100)	(19.000)	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2006 a 30/09/2006	4 - 01/01/2006 a 30/09/2006	5 - 01/07/2005 a 30/09/2005	6 - 01/01/2005 a 30/09/2005
3.06.03.02.19	Outras	(646)	(4.181)	(377)	11.650
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	41.104	112.395	29.892	109.731
3.08	Resultado Não Operacional	37	(402)	(328)	(1.102)
3.08.01	Receitas	350	351	(9)	(22)
3.08.02	Despesas	(313)	(753)	(319)	(1.080)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	41.141	111.993	29.564	108.629
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(8.589)	(23.217)	(5.642)	(17.597)
3.10.01	Imposto de renda corrente	(6.371)	(17.051)	(4.144)	(12.924)
3.10.02	Contribuição social corrente	(2.218)	(6.166)	(1.498)	(4.673)
3.11	IR Diferido	(5.307)	(14.824)	(6.585)	(22.270)
3.11.01	Imposto de renda diferido	(4.195)	(7.632)	(2.985)	(10.759)
3.11.02	Contribuição social diferida	1.354	206	(1.075)	(3.936)
3.11.03	Amortização ágio e reversão PMIPL	(2.466)	(7.398)	(2.525)	(7.575)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	9.100	19.000	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	36.345	92.952	17.337	68.762
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	168.074	168.074	168.074	168.074
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,21624	0,55304	0,10315	0,40912
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A., é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica emanada pela ANEEL e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As informações trimestrais da Companhia estão sendo apresentadas, em notas explicativas, de acordo com a Deliberação CVM nº 488, de 3 de outubro de 2005, o que motivou a reclassificação do item financeiro referente a Variações Monetárias, anteriormente apresentadas pelo líquido, sem contudo alterar o Resultado Financeiro.

A Demonstração de Resultado do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2005 foi reclassificada, quando aplicável, para fins de comparabilidade, conforme abaixo relacionado:

	Publicada		Reclassificada	
	De 01/07/05 a 30/09/05	De 01/01/05 a 30/09/05	De 01/07/05 a 30/09/05	De 01/01/05 a 30/09/05
Demonstração de Resultado				
Resultado Financeiro	(5.931)	(8.469)	(5.931)	(8.469)
Receitas	14.794	37.701	17.258	44.901
Despesas	(20.725)	(46.170)	(23.189)	(53.370)

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas (%)	30/09/06	30/06/06
Itaú	Fundo de Investimento	Indeterminado (*)	100% CDI	15.081	78
Banco do Nordeste - BNB	Fundo de Investimento	Indeterminado (*)	100% CDI	-	1.005
Banco do Nordeste - BNB	Carteira de Clientes/LFT	18/06/08	100% CDI	677	-
Banco do Brasil S.A	Fundo de Investimento	Indeterminado (*)		6.331	
Total				22.089	1.083

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Companhia.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldo vincendo	Saldo vencido		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
Setor Privado							
Residencial	12.254	19.259	2.928	34.441	36.428	(2.128)	(2.077)
Industrial	12.442	3.562	4.488	20.492	19.845	(3.243)	(3.210)
Comercial, serviços e outras	13.642	7.646	5.971	27.259	26.784	(4.678)	(4.379)
Rural	4.187	2.971	6.217	13.375	11.217	(6.834)	(5.955)
	42.525	33.438	19.604	95.567	94.274	(16.883)	(15.621)
Setor Público							
Poder público							
Federal	1.694	980	241	2.915	3.161	(34)	-
Estadual	2.247	1.551	4.109	7.907	8.477	-	-
Municipal	2.186	1.980	763	4.929	4.300	(539)	(157)
	6.127	4.511	5.113	15.751	15.938	(573)	(157)
Iluminação pública	2.117	950	1.714	4.781	4.991	(986)	(344)
Serviço público	7.181	7.667	2.006	16.854	16.744	(862)	(711)
	15.425	13.128	8.833	37.386	37.673	(2.421)	(1.212)
Fornecimento não faturado	23.134	-	-	23.134	22.207	-	-
Subtotal - Consumidores	81.084	46.566	28.437	156.087	154.154	(19.304)	(16.833)
Câmara de Comercialização de Energia							
Elétrica - CCEE	2.415	-	13.859	16.274	15.597		
Acréscimos moratórios	13	236	4.067	4.316	4.105		
Serviços prestados a terceiros	16	49	538	603	877		
Disponibilização do sistema de distribuição	206	56	852	1.114	1.159		
Outros	(2.422)	330	3.083	991	(2.190)		
Total	81.312	47.237	50.836	179.385	173.702	(19.304)	(16.833)
Ativo Circulante				164.972	158.023	(19.304)	(16.833)
Ativo Não Circulante				14.413	15.679		

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores correspondentes às operações junto a CCEE, foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma.

As operações na CCEE, do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, cujo processo de liquidação foi concluído em julho de 2003, após conclusão dos trabalhos da auditoria, e as realizadas após esta data, geraram um direito de crédito para a Companhia conforme demonstrado a seguir:

	Janeiro a setembro/2006	Setembro/2000 a dezembro/2002	Total
Valores a receber	1.825	84.238	86.063
Atualização monetária	-	4.494	4.494
Valores recebidos	(833)	(73.450)	(74.283)
Saldo a receber em 30 de setembro de 2006	992	15.282	16.274
Valor em litígio judicial		10.023	
Valores negociados com os agentes		1.424	
Valores não negociados		3.835	

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores da energia de curto prazo podem estar sujeitos a modificações dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por algumas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor.

5. TÍTULOS A RECEBER

Referem-se a parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia em atraso e de prestação de serviços.

	Saldo vincendo	Vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
Setor público	200.817	1.027	9.778	211.622	212.749	(7.841)	(8.053)
Setor privado	1.043	157	1.733	2.933	2.993	(1.555)	(1.458)
Total	201.860	1.184	11.511	214.555	215.742	(9.396)	(9.511)
Ativo Circulante				27.176	28.298	(9.396)	(9.511)
Ativo Não Circulante				187.379	187.444		

Os parcelamentos de débito incluem juros e atualizações monetárias, a taxas, prazos e indexadores variáveis e são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

Do saldo total de títulos a receber, o montante de R\$ 126.242 (R\$ 125.499 em 30 de junho de 2006), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito nº 2016/CCE/2004 e 2033/CME/2005.

6. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com a norma do Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela Administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

A Companhia efetiva as baixas do Contas a receber de consumidores de valores inferiores a R\$ 5 nos termos da Lei nº 9.430/96. Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	30/09/06	30/06/06
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(19.304)	(16.833)
Títulos a receber	(9.396)	(9.511)
Outros créditos	(731)	(514)
Total	(29.431)	(26.858)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Ref	Ativo			
		30/09/06		30/06/06	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<u>Acordo Geral do Setor Elétrico</u>	(a)				
Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE		29.669	106.337	28.998	108.377
Energia Livre - racionamento		7.165	33.726	7.003	35.421
Valores Tarifários Não Gerenciáveis a compensar da Parcela "A" - racionamento		-	18.025	-	17.436
<u>Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da Parcela "A" - CVA</u>	(b)	3.733	-	6.853	-
<u>PIS/COFINS</u>	(c)	1.954	5.850	2.854	7.177
<u>Energia Excedente</u>	(d)	3.044	-	2.593	-
<u>Exposição Financeira</u>	(e)	170	-	247	-
<u>Redução da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição</u>	(f)	454	-	276	-
<u>Outros</u>	(g)	405	-	600	-
Total		46.594	163.938	49.424	168.411

	Ref	Passivo			
		30/09/06		30/06/06	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<u>Acordo Geral do Setor Elétrico</u>	(a)				
Energia Livre - racionamento		7.489	29.543	7.242	31.249
Valores Tarifários Não Gerenciáveis a compensar da Parcela "A" - racionamento		-	2.718	-	2.649
<u>Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da Parcela "A" - CVA</u>	(b)	13.399	-	15.483	-
<u>PIS/COFINS</u>	(c)	1.128	-	1.664	-
<u>Exposição Financeira</u>	(e)	1.167	-	23	-
Total		23.183	32.261	24.412	33.898

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Acordo Geral do Setor Elétrico

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, o “Acordo Geral do Setor Elétrico”, definindo os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que se dará através de adicional tarifário nas contas de fornecimento de energia, sendo 2,9% nas contas faturadas aos consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda), iluminação pública e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras.

Os itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico vinham sendo remunerados com base na variação da taxa SELIC – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (BACEN), acrescida de juros de 1% a.a. sobre 90% do saldo. Através dos Ofícios Circulares nºs 2.212, de 20 de dezembro de 2005; e 074, de 23 de janeiro de 2006, a ANEEL estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

- Para o item Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, a incidência da remuneração deverá ser: (i) sobre o montante financiado, que corresponde a 90% dos valores homologados pela ANEEL, taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a., proporcionalmente aos desembolsos recebidos; e (ii) sobre os 10% não financiados, taxa SELIC (BACEN);
- Para o item Energia Livre, para o caso em que a Geradora obteve o financiamento junto ao BNDES, calcular a remuneração pela taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a., proporcionalmente aos desembolsos recebidos, e para as Geradoras que não obtiveram financiamento a remuneração deverá ser calculada somente pela taxa SELIC (BACEN);
- Para o item “Parcela A”, a remuneração deverá ser apropriada utilizando a taxa SELIC (BACEN).

Os principais itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico estão demonstrados a seguir:

- **Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE**

A Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, alterou o prazo máximo de recuperação para 102 meses, excluindo deste prazo à recuperação dos valores financeiros de itens da “Parcela A”, relativos ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. A Companhia avaliou a recuperação em função dos prazos e manteve a provisão para perda na realização da RTE no valor de R\$ 11.249 (R\$ 11.249, em 30 de junho de 2006).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Recomposição tarifária extraordinária (homologado)	130.237
Remuneração financeira	126.507
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(11.249)
(-) Reversão acumulada	(108.120)
Total em 30 de junho de 2006	137.375
Remuneração financeira	5.880
(-) Reversão no trimestre	(7.249)
Total em 30 de setembro de 2006	136.006
Ativo Circulante	29.669
Ativo Não Circulante	106.337

• Energia livre - racionamento

A Energia Livre é a energia injetada no sistema elétrico, não prevista nos contratos iniciais ou equivalentes e nos contratos bilaterais.

A ANEEL, através da Resolução nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução nº 89 de 25 de fevereiro de 2003, estabeleceu os procedimentos para a recuperação e repasse aos geradores, a partir de fevereiro de 2003, dos valores de energia livre, calculados com a aplicação de 18,71% sobre a arrecadação da RTE.

Em 12 de janeiro de 2004, a ANEEL editou a Resolução nº 1 homologando novo valor da energia livre relativa ao período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002 e através da Resolução nº 45, de 3 de março de 2004, alterou o percentual a ser aplicado à arrecadação da RTE a título de repasse de energia livre, para 19,4527%.

Os valores contabilizados em 30 de setembro de 2006 e 30 de junho de 2006, como energia livre, têm a seguinte composição:

	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Energia Livre (homologado)	8.545	25.379	8.545	25.379
Encargos			(524)	(4.172)
Transferências	18.550	(18.550)	18.550	(18.550)
(-) Reversão Acumulada	(20.092)	-	(19.329)	-
Remuneração financeira	-	28.592		28.592
Total em 30 de junho de 2006	7.003	35.421	7.242	31.249
Encargos	-	-	13	(11)
Transferências	1.917	(1.917)	1.917	(1.917)
(-) Reversão no trimestre	(1.755)	-	(1.683)	-
Remuneração financeira	-	222	-	222
Total em 30 de setembro de 2006	7.165	33.726	7.489	29.543

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da "Parcela A" - Racionamento

A conta de Compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" – CVA registra as variações de custos, negativas ou positivas, dos itens "não gerenciáveis" ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Valores tarifários não gerenciáveis de parcela "A" (homologado)	6.543
Remuneração financeira	8.244
Total em 30 de junho de 2006	14.787
Remuneração financeira no trimestre	520
Total em 30 de setembro de 2006	15.307
Ativo Não Circulante	18.025
Passivo Não Circulante	(2.718)

	Não Circulante	
	Ativo	Passivo
Subvenção para conta de consumo de combustível – CCC	1.736	-
Reserva global de reversão – RGR	-	947
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica – TFSEE	134	-
Encargos de conexão no sistema de transmissão	-	1.771
Tarifa de uso do sistema de transmissão – TUST	5.093	-
Energia comprada para revenda	11.062	-
Total em 30 de setembro de 2006	18.025	2.718
Total em 30 de junho de 2006	17.436	2.649

A Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, definiu os itens da "Parcela A", referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001, bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros, e o período para a recuperação tarifária. Estes valores foram homologados através da Resolução nº 482, de 29 de agosto de 2002, os quais serão recuperados através de adicional tarifário nas contas faturadas, sendo 2,9% para consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda), iluminação pública e rural e de 7,9% para as demais classes consumidoras, contados a partir de 27 de dezembro de 2001, após a conclusão da RTE. Mediante a Resolução nº 1, de 12 de janeiro de 2004, foi excluído o prazo máximo de recuperação dos valores financeiros de itens da "Parcela A".

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 ITR - Informações Trimestrais
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da Parcela "A" - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Composição	Ativo	Passivo
	Circulante	Circulante
CVA - 23 de março de 2004 a 22 de março de 2005 (1)	57	-
CVA - 23 de março de 2005 a 22 de março de 2006 (2)	3.563	6.329
CVA - 23 de março de 2006 a 22 de março de 2007 (3)	113	7.070
Total em 30 de setembro de 2006	3.733	13.399
Total em 30 de junho de 2006	6.853	15.483

(1) As variações de custo ocorridas de 23 de março de 2004 a 22 de março de 2005, foram reconhecidas no reajuste tarifário de abril de 2005, já tendo sido recuperado o montante de R\$ 5.251.

(2) As variações de custo ocorridas de 23 de março de 2005 a 22 de março de 2006 foram reconhecidas no reajuste tarifário de abril de 2006, já tendo sido realizado o montante de R\$ 2.582.

(3) As variações de custo ocorridas de 23 de março de 2006 a 22 de março de 2007 serão consideradas no reajuste tarifário de abril de 2007.

ATIVO - CVA	Saldo em 30/06/06	Remuneração	Constituição	Amortização	Saldo em 30/09/06
CCC	5.128	143	(1.669)	(1.128)	2.474
CDE	431	14	-	(104)	341
ESS	195	6	1	(63)	139
Transporte	51	1	-	(16)	36
Energia comprada	-	-	-	-	-
PROINFRA	1.048	33	-	(338)	743
	<u>6.853</u>	<u>197</u>	<u>(1.668)</u>	<u>(1.649)</u>	<u>3.733</u>

PASSIVO - CVA	Saldo em 30/06/06	Remuneração	Constituição	Amortização	Saldo em 30/09/06
CCC	-	-	295	-	295
Transporte	13.033	414	(1.664)	(2.657)	9.126
Energia comprada	2.450	86	1.618	(176)	3.978
	<u>15.483</u>	<u>500</u>	<u>249</u>	<u>(2.833)</u>	<u>13.399</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) PIS/COFINS

Em conformidade com o Contrato de Concessão e o disposto no parágrafo 3º, do artigo 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que assegura o direito à recomposição tarifária pelo aumento da carga tributária, a Companhia procedeu ao reconhecimento dos valores apurados em consequência da mudança do critério de tributação para não cumulatividade, conforme Lei 10.637/02 do PIS, de 30 de dezembro de 2002, e Lei 10.833/03 da COFINS, de 29 de dezembro de 2003.

Através do Memorando nº 211, de 7 de abril de 2005, a ANEEL homologou, em caráter provisório, parte das diferenças sem cobertura tarifária do período de dezembro de 2002 a junho de 2005 para o PIS, no montante de R\$ 4.818 e do período de fevereiro de 2004 a junho de 2005, para a COFINS, no montante de R\$ 13.970.

No processo de reajuste tarifário de 2006, a ANEEL, através do Memorando nº 183, de 7 de abril de 2006, recalculou os valores homologados de forma provisória em 2005, considerando um novo critério, que atualizado monetariamente pela variação do IGPM até abril de 2006, e subtraídos dos valores contemplados no reajuste de 2005 resultam nos montantes financeiros de R\$ 4.276 para o PIS, e R\$ 16.137 para a COFINS, a serem recuperados no período de um ano, iniciando-se em abril de 2006.

	Ativo		Passivo	
	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
Ativo regulatório das contribuições para:				
PIS (dezembro de 2002 a junho de 2006)	2.220	2.682	671	990
COFINS (fevereiro de 2004 a junho de 2006)	5.584	7.349	457	674
Total	7.804	10.031	1.128	1.664
Ativo Circulante	1.954	2.854	1.128	1.664
Ativo Não Circulante	5.850	7.177	-	-

	Ativo		
	PIS	COFINS	Total
Saldo em 30 de junho de 2006	2.682	7.349	10.031
Remuneração	14	30	44
Amortização	(476)	(1.795)	(2.271)
Saldo em 30 de setembro de 2006	2.220	5.584	7.804

	Passivo		
	PIS	COFINS	Total
Saldo em 30 de junho de 2006	990	674	1.664
Remuneração	7	5	12
Amortização	(326)	(222)	(548)
Saldo em 30 de setembro de 2006	671	457	1.128

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A partir de 1º de julho de 2005, a ANEEL efetuou a exclusão dos tributos do PIS/COFINS do cálculo das tarifas de energia elétrica da Companhia, autorizando-a a efetuar a cobrança aos consumidores separadamente, conforme Resolução Homologatória nº 103, de 18 de abril de 2005. Somente a partir de 15 de setembro de 2005, em função da suspensão da Liminar referente à Ação Cível Pública, processo nº 2005.84.00.005077-5, foi que a Companhia iniciou a cobrança com o PIS/COFINS sendo agregado às tarifas.

(d) Energia Elétrica Excedente

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% (cento e três por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

A definição dos critérios para o repasse desse custo de sobrecontratação de energia é objeto da Audiência Pública 002/2006, instituída em 22 de fevereiro de 2006 e ainda em andamento, por esse motivo a ANEEL homologou no reajuste tarifário de 2006, de forma provisória, o montante de R\$ 3.401, referente ao período de janeiro a dezembro de 2005, a ser recuperado num prazo de 12 meses, iniciando-se em abril de 2006.

Saldo em 30 de junho de 2006	2.593
Constituição	1.269
Remuneração	19
Amortização	(837)
Saldo em 30 de setembro de 2006	3.044

(e) Exposição Financeira

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 28, trata que as eventuais exposições financeiras no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, positivas ou negativas, serão assumidas pelos agentes de distribuição, garantindo o repasse ao consumidor final.

A ANEEL homologou no reajuste tarifário de 2006, o montante de R\$ 325, a ser recuperado num prazo de 12 meses, iniciando-se em abril de 2006.

A Companhia efetuou os registros contábeis decorrentes, cujo montante em 30 de setembro de 2006 é de R\$ 170 (R\$ 247 em 30 de junho de 2006).

Adicionalmente, a Companhia registrou, até 30 de setembro de 2006, um passivo relativo a Exposição Financeira, no valor de R\$ 1.167 (R\$ 23 em 30 de junho de 2006).

(f) Redução da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição

A Resolução Normativa nº 77, de 18 de agosto de 2004, em seu art. 7, configura o direito da concessionária de distribuição compensar o valor correspondente a redução percentual da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração.

A Companhia efetuou os registros contábeis decorrentes, cujo montante em 30 de setembro de 2006 é de R\$ 454 (R\$ 276 em 30 de junho de 2006).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(g) Outros

Custos adicionais reconhecidos pela ANEEL através da Nota Técnica nº 133, de 6 de abril de 2006, a serem recuperados num prazo de 12 meses, iniciando-se em abril de 2006, conforme demonstramos a seguir:

Bolha financeira ajuste IRT 2005	120
PIS/PASEP conexão	64
Parcela ajuste de fronteira rede básica	390
Custos de leilão com energia comprada	202
	<u>776</u>

A Companhia efetuou os registros contábeis decorrentes, cujo montante em 30 de setembro de 2006 é de R\$ 405 (R\$ 600 em 30 de junho de 2006).

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas (%)	30/09/06	30/06/06
Bradesco	CDB	Diversos	98,8% CDI	712	689
Banco do Nordeste (1)	Carteira de Clientes/CDB	03/7/2007	99,5% CDI	3.303	3.191
Total				<u>4.015</u>	<u>3.880</u>
Ativo Circulante				712	689
Ativo Não Circulante				3.303	3.191

(1) As Aplicações Financeiras em Títulos e Valores Mobiliários no montante de R\$ 3.303, constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto ao Banco do Nordeste (vide nota explicativa nº 17).

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Ativo		Passivo	
	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
Imposto de Renda - IR	8.112	9.932	1.562	1.567
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	6.003	3.207	-	-
ICMS (1)	30.055	17.965	17.557	14.890
PIS	511	425	1.394	1.311
COFINS	2.356	1.961	6.421	6.040
INSS	-	-	705	708
FGTS	-	-	172	210
Outros	420	342	452	415
Total	<u>47.457</u>	<u>33.832</u>	<u>28.263</u>	<u>25.141</u>
Circulante	26.249	17.997	26.780	23.658
Não Circulante	21.208	15.835	1.483	1.483

(1) Com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, calculados sobre a receita de recomposição tarifária extraordinária, energia livre e reposicionamento tarifário, para o passivo e para o ativo sobre os prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias.

Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a Contribuição Social, o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente as alíquotas de 9%, 1,65% e 7,6%.

	Ativo				Passivo			
	30/09/06		30/06/06		30/09/06		30/06/06	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Prejuízos fiscais	28.844	7.211	40.326	10.082	-	-	-	-
Diferenças temporárias	68.064	17.016	74.733	18.683	136.006	34.001	137.375	34.343
	96.908	24.227	115.059	28.765	136.006	34.001	137.375	34.343
Contribuição Social								
Base negativa	11.877	1.069						
Diferenças temporárias	55.809	5.023	54.013	4.861	136.006	12.241	137.375	12.364
	67.686	6.092	54.013	4.861	136.006	12.241	137.375	12.364
PIS								
Diferenças temporárias	-	-	-	-	174.373	2.877	179.918	2.969
COFINS								
Diferenças temporárias	-	-	-	-	174.373	13.252	179.918	13.674
Total		30.319		33.626		62.371		63.350
Ativo Circulante		14.450		15.756		8.637		16.055
Ativo Não Circulante		15.869		17.870		57.734		47.295

A base de cálculo das diferenças temporárias são compostas como segue:

	30/09/2006				30/06/2006			
	IR	CSLL	PIS	COFINS	IR	CSLL	PIS	COFINS
Provisão para créditos de liquidação	8.714	8.714	-	-	6.733	6.733	-	-
Provisão para contingências	29.149	25.636	-	-	37.428	25.450	-	-
PIS/COFINS diferidos	12.341	12.341	-	-	12.712	12.712	-	-
Recomposição tarifária extraordinária	136.006	136.006	132.987	132.987	137.375	137.375	134.356	134.356
Energia livre	-	-	40.891	40.891	-	-	42.424	42.424
Subvenção baixa renda	-	-	495	495	-	-	3.138	3.138
Outras	17.860	9.118	-	-	17.860	9.118	-	-
Total	204.070	191.815	174.373	174.373	212.108	191.388	179.918	179.918
Ativo	68.064	55.809	-	-	74.733	54.013	-	-
Passivo	136.006	136.006	174.373	174.373	137.375	137.375	179.918	179.918

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está apresentada a seguir:

Expectativa de Realização	2006	2007	2008	Total
Imposto de Renda	1.769	10.841	11.617	24.227
Contribuição Social	171	4.816	1.105	6.092
	1.940	15.657	12.722	30.319

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34% em 30 de setembro 2006 e 2005.

	30/09/06		30/09/05	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	111.993	111.993	108.629	108.629
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(7.398)	(7.398)	(7.575)	(7.575)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	104.595	104.595	101.054	101.054
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	26.149	9.414	25.264	9.095
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	100	36	86	31
Multas indedutíveis	5	2	2	-
Depreciação veículos diretores	31	11	13	5
Ajuste	2.211	-	1.994	801
	2.347	49	2.095	837
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(3.590)	(1.292)	(3.676)	(1.323)
Ajuste	-	(2.211)	-	-
Outros	(223)	-	-	-
	(3.813)	(3.503)	(3.676)	(1.323)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	24.683	5.960	23.683	8.609

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. BENEFÍCIO FISCAL – ÁGIO INCORPORADO DA CONTROLADORA

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão.

Tendo em vista que o fundamento econômico do ágio foi a aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998, a Companhia mantém o registro contábil (líquido da provisão entre o valor do ágio e o benefício fiscal respectivo) no ativo imobilizado.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349/01.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações contábeis, o valor líquido total de R\$ 151.720 (R\$ 154.186, em 30 de junho de 2006), que em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo circulante e ativo não circulante - realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 30 de setembro de 2006 e 30 de junho de 2006 são como segue:

	30/09/06	30/06/06
Ágio – incorporado	638.018	638.018
Provisão constituída	(421.092)	(421.092)
Benefício fiscal	216.926	216.926
Amortização do ágio acumulada	(191.783)	(184.530)
Reversão da provisão acumulada	126.577	121.790
Líquido correspondente ao crédito fiscal incorporado	151.720	154.186
Ativo Circulante	9.714	9.764
Ativo Não Circulante	142.006	144.422

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	30/09/06	30/06/06
Gastos com colocação de debêntures (1)	2.481	4.563
PROINFA (2)	320	321
Seguros	72	140
Outros	108	273
Total	2.981	5.297
Ativo Circulante	500	1.476
Ativo Não Circulante	2.481	3.821

(1) Conforme descrito na nota explicativa nº 18, a Companhia emitiu debêntures de longo prazo, e os custos envolvidos no processo de colocação desses títulos no mercado estão sendo apropriados ao resultado proporcionalmente aos prazos de vencimento das debêntures.

(2) A Lei nº 10.438/2002, art. 3º, instituiu o PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional - SIN.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 250, de 28 de novembro de 2005, estabeleceu, para o ano de 2006, as quotas de custeio e as de energia elétrica referentes ao PROINFA, e a Companhia efetuou os registros contábeis decorrentes.

13. OUTROS CRÉDITOS

	30/09/06	30/06/06
Subvenção à baixa renda - tarifa social (1)	4.867	4.878
Adiantamento a empregados	303	164
Adiantamento a fornecedores	105	105
Repasse de empréstimos e financiamentos	231	278
Serviços prestados a terceiros	558	493
Encargos CBEE	38	150
RGR a compensar	111	166
Entidade de previdência privada (2)	493	625
Desativações em curso	1.537	1.320
Dispendios a Reembolsar em Curso	2.623	2.562
Outros créditos a receber	984	1.239
Total	11.850	11.980
Ativo Circulante	11.084	10.347
Ativo Não Circulante	766	1.633

(1) O Governo Federal, através da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou um significativo impacto na receita operacional da Companhia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Através do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art.1º da Lei nº 10.438/02 e conforme o estabelecido no artigo 5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

(2) Crédito de antecipação de contribuição patronal aos planos de benefícios patrocinados pela Companhia junto a FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, decorrentes de ajustes dos superávits atuariais nos planos de Contribuição Definida – CD, e de Benefícios Definidos – BD, implicando redução nos percentuais de contribuição patronal sobre a folha de pagamento, aprovados pela Fundação e pela COSERN, com base nas Demonstrações de Resultado de Avaliação Atuarial – DRAA, para 31 de dezembro de 2004.

14. IMOBILIZADO

Por atividade o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	30/09/06	(-) Obrigações vinculadas à concessão	30/06/06
				Subtotal	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Distribuição	4,59	674.733	(279.493)	395.240	(76.875)	318.365
Comercialização	8,75	1.941	(1.138)	803	-	803
Administração	8,10	11.827	(6.721)	5.106	-	5.106
Subtotal		688.501	(287.352)	401.149	(76.875)	324.274
Em curso						
Distribuição		87.920	-	87.920	(48.857)	39.063
Administração		2.689	-	2.689	-	2.689
Subtotal		90.609	-	90.609	(48.857)	41.752
Total		779.110	(287.352)	491.758	(125.732)	366.026

O imobilizado em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
ITR - Informações Trimestrais
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessa obrigação é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Estas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Plano Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica

A ANEEL, através da Resolução nº 223 de 29 de abril de 2003, alterada pela Resolução nº 52 de 25 de março de 2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438/02, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público e distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003 alterou a prioridade de atendimento aos municípios dando ênfase aos com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos apenas a novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 KW.

Até 30 de setembro de 2006, a Companhia já tinha investido cerca de R\$ 121 no Programa de Universalização, perfazendo um total de 164.734 novas ligações.

O Plano de Universalização para o período 2005-2008, foi enviado à ANEEL dentro do prazo previsto. Vale destacar que, na elaboração do citado plano, foi considerada a compatibilização com o Programa Luz Para Todos.

Programa Luz Para Todos

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa LUZ PARA TODOS, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

Em maio de 2004 foi firmado um Termo de Compromisso entre a União (Ministério das Minas e Energia), o Estado do Rio Grande do Norte e a COSERN, com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa Luz Para Todos, na área de concessão da COSERN, propiciando o atendimento de 30.095 novos consumidores no meio rural no período 2004-2008. Neste instrumento, são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Portaria ANEEL nº 416, de 31 de agosto de 2005, aprovou a 2ª Versão do Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no Programa.

PARTICIPAÇÕES (1)	1ª Tranche ECFS 003/2004	2ª Tranche ECFS 119/2005	3ª Tranche ECFS 148/2006	Total
Parcela subvencionada (Eletrobras CDE)	15.953	25.162	34.315	75.430
Parcela financiada (Eletrobras RGR)	4.786	6.291	8.579	19.656
Parcela financiada (Estado do RN)	6.291	-	-	6.291
Parcela COSERN (C)	3.660	5.551	7.570	16.781
Total do Programa (A)	30.690	37.004	50.464	118.158

INGRESSOS DE RECURSOS (1)	1ª Tranche ECFS 003/2004	2ª Tranche ECFS 119/2005	3ª Tranche ECFS 148/2006	Total
Eletrobras (CDE)	13.561	13.839	10.294	37.694
Eletrobras (RGR)	4.068	4.152	2.574	10.794
Estado do Rio Grande do Norte	6.290	-	-	6.290
Ingresso realizado (B)	23.919	17.991	12.868	54.778

GASTOS INCORRIDOS (1)	1ª Tranche ECFS 003/2004	2ª Tranche ECFS 119/2005	3ª Tranche ECFS 148/2006	Total
Gastos Incorridos (CDE, RGR e Estado)	26.854	27.765	11.740	66.359
Contrapartida COSERN	4.739	4.900	2.072	11.711
Total dos gastos	31.593	32.665	13.812	78.070

BALANÇO (1)	1ª Tranche ECFS 003/2004	2ª Tranche ECFS 119/2005	3ª Tranche ECFS 148/2006	Total
Total a receber do programa (A-C)	27.030	31.453	42.894	101.377
Ingressos realizados (B)	23.919	17.991	12.868	54.778
Ingressos a realizar (A-C)-(B)	3.111	13.462	30.026	46.599

NÚMERO DE LIGAÇÕES (1)	1ª Tranche ECFS 003/2004	2ª Tranche ECFS 119/2005	3ª Tranche ECFS 148/2006	Total
Ligações executadas (D)	12.000	7.050	4.575	23.625
Ligações unitizadas	9.180	4.368	-	13.548
Ligações digitadas (Site Eletrobras)	9.180	5.868	-	15.048
Ligações em execução (E)	-	-	2.473	2.473
Ligações a contratar (F)	-	-	3.997	3.997
Ligações totais do programa (D+E+F)	12.000	7.050	11.045	30.095

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
ITR - Informações Trimestrais
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. INTANGÍVEL

Por atividade, o intangível está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	30/09/06		30/06/06	
		Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	14,46	19.113	(9.403)	9.710	10.197
Comercialização	3,37	10.576	(9.961)	615	704
Administração	11,37	9.665	(6.472)	3.193	3.465
Subtotal		39.354	(25.836)	13.518	14.366
Em curso					
Distribuição		2.164	-	2.164	1.584
Administração		389	-	389	98
Subtotal		2.553	-	2.553	1.682
Total		41.907	(25.836)	16.071	16.048

Estão classificados neste grupo, os direitos de uso de Softwares no montante de R\$ 11.028 (R\$ 11.010 em 30 de junho de 2006), e Faixa de Servidão no montante de R\$ 5.043 (R\$ 5.038 em 30 de junho de 2006).

16. FORNECEDORES

	30/09/06	30/06/06
Fornecedores de energia elétrica		
CHESF	9.174	5.369
Coligadas	296	115
CCEE	5	-
Mega leilão	20.356	21.743
Encargos de uso da rede	5.767	4.486
Subtotal	35.598	31.598
Matérias e serviços	11.192	19.194
Total	46.790	50.907

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Encargos da dívida	Principal		Total	
	Circulante	Não Circulante	30/09/06	30/06/06
Moeda nacional				
Banco do Brasil	292	3.330	32.157	35.779
Eletrobrás	-	1.904	16.086	17.990
BNB	84	-	46.184	46.268
BNDES Emergencial (1)	531	14.735	69.297	84.563
BNDES FINEM	98	13.392	10.044	23.534
FINEP	79	709	3.149	3.937
Total moeda nacional	1.084	34.070	176.917	212.071

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 ITR - Informações Trimestrais
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, concedeu, financiamento no valor de R\$ 123.101, para suprir parte das insuficiências de recursos, decorrentes de redução de receita ocorrida durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica com destinação prioritária ao adimplemento de obrigações assumidas junto a agentes do setor elétrico. Sobre o principal da dívida incidem encargos à taxa SELIC acrescida de juros de 1% a.a, sendo essa a mesma condição de remuneração do ativo regulatório reconhecido.

Condições contratuais dos empréstimos em 30 de setembro de 2006:

Fonte	Moeda	Data de assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento
BANCO BRASIL	R\$	30/3/1994	Refinanciamento de dívida com BNDES	IGPM + 10,236% a.a.	2014
BANCO BRASIL	R\$	30/3/1994	Refinanciamento de dívida com Eletrobrás	TJLP + 10,236% a.a.	2014
ELETROBRÁS	R\$	DIVERSAS	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores.	6 a 9 % a.a.	2018
BNDES/FINEM	R\$	19/6/2000	Investimento sistema transmissão/Distribuição	TJLP + 4,5% a.a.	2008
BNDES/Emergencial	R\$	14/2/2002	Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	SELIC + 1% a.a.	2010
BNB	R\$	23/12/2004	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	14% a.a.	2013
FINEP	R\$	23/12/2004	Otimização e desempenho da rede de distribuição e programas comunitários	TJLP + 5% aa.	2011

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, fianças bancárias, notas promissórias ou aval da Neoenergia S.A. e no que se refere ao BNDES, vinculado a Recomposição Tarifária, 4,42% do faturamento mensal.

O total devido em moeda nacional desdobra-se da seguinte forma:

	30/09/06		30/06/06	
	R\$	%	R\$	%
Juros prefixados	46.268	21,82	46.302	21,66
UFIR	17.773	8,38	14.588	6,82
FINEL	218	0,10	264	0,12
IGP-M	31.425	14,82	31.612	14,79
TJLP	31.824	15,01	33.660	15,74
SELIC	84.563	39,87	87.370	40,87
Total	212.071	100,00	213.796	100,00
Principal	210.987		212.676	
Encargos	1.084		1.120	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos trimestres findos em 30 de setembro de 2006 e 2005:

	Variação %	
	30/09/06	30/09/05
IGP - M	0,84	(1,52)
FINEL	0,17	(0,30)
TJLP	1,82	2,35
CDI	3,51	4,74
Taxa de Referência - TR	0,57	0,87
SELIC	3,52	4,75

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	30/09/06	30/06/06
2007	10.770	21.043
2008	36.708	35.469
2009	41.392	40.049
2010	39.399	37.985
2011	18.488	18.004
Após 2011	30.160	27.597
Total	176.917	180.147

Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Circulante	Não Circulante
Saldos em 30 de junho de 2006	33.649	180.147
Ingressos	-	5.032
Encargos	6.033	518
Variação monetária	101	528
Transferências	9.308	(9.308)
Amortizações	(13.937)	-
Saldos em 30 de setembro de 2006	35.154	176.917

18. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	30/09/06			30/06/06	
				Encargos	Principal		Total	Total
				Circulante	Circulante	Não Circulante		
3ª Emissão	Única	17.900	CDI + 1,3% a.a	1.966	-	179.000	180.966	188.729
Total				1.966	-	179.000	180.966	188.729

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2005, aprovou a realização da 3ª emissão pública de debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, de espécie quirográfica, em série única, no valor de R\$ 179.000, a serem resgatadas no prazo de vencimento de 5 anos a partir da data da emissão.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A 3ª emissão foi aprovada pela ANEEL através do Despacho nº 1.089, de 29 de agosto de 2005 e registradas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM sob o nº CVM/SRE/DEB/2005/043 em 21 de setembro de 2005.

A escritura de emissão das debêntures prevê manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações findas em 30 de setembro de 2006 a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	30/09/06	30/06/06
2008	35.800	35.800
2009	71.600	71.600
2010	71.600	71.600
Total	179.000	179.000

19. TAXAS REGULAMENTARES

	30/09/06	30/06/06 (Reclassificado)
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	514	514
Quota de Consumo de Combustível - CCC	3.389	2.864
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	524	524
Encargos da CBEE	211	369
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	2.320	2.207
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	1.830	1.579
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.062	1.950
Programa de Eficientização Energética - PEE	8.603	7.902
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	157	157
Total	20.610	18.066

20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração aprovou a declaração de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários referentes ao primeiro semestre de 2006, conforme demonstrado abaixo:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
RCA de 22 de maio de 2006	JSCP	9.900	0,0575893	0,0633483	0,0633483
RCA de 24 de julho de 2006	JSCP	9.100	0,0529357	0,0582292	0,0582292
RCA de 28 de setembro de 2006	Dividendo	34.776	0,2022957	0,2225252	0,2225252

O valor declarado a título de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários será considerado para fins de cálculo do dividendo obrigatório referente ao exercício de 2006, na forma da Lei e do Estatuto Social da Companhia.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
ITR - Informações Trimestrais
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A formação dos saldos em 30 de setembro de 2006 é como segue:

Em 30 de junho de 2006	56.833
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	
Declarados	43.876
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(188)
Pagos	(10.847)
Em 30 de setembro de 2006	89.674

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões constituídas para contingências e respectivos depósitos judiciais são compostos como segue:

Contingências	30/09/06				30/06/06			
	Valor da provisão (reversão)			Depósitos judiciais	Valor da provisão (reversão)			Depósitos Judiciais
	No trimestre	Atualização	Acumulada		No trimestre	Atualização	Acumulada	
Trabalhistas	204	294	10.192	7.503	(2.205)	2.568	9.694	7.493
Cíveis								
Clientes – Plano Cruzado	(416)	195	7.327	-	(36)	222	7.548	-
Indenização por perdas	(100)	39	1.550	-	186	42	1.611	-
Acidente terceiros/trabalho	-	17	563	-	-	16	546	-
Outras	(219)	22	1.176	751	78	38	1.373	672
Subtotal	(735)	273	10.616	751	228	318	11.078	672
Fiscais								
ISS	-	5	144	76	-	5	139	76
INSS	-	27	820	-	(1.200)	(15)	793	-
COFINS	-	59	1.816	-	-	62	1.757	-
IRPJ	-	59	1.805	1.072	-	61	1.746	1.072
Subtotal	-	150	4.585	1.148	(1.200)	113	4.435	1.148
Outras								
IRRF s/ JSCP	-	-	-	1.483	-	-	-	1.483
Total	(531)	717	25.393	10.885	(3.177)	2.999	25.207	10.796
Ativo Não Circulante			-	10.885			-	10.796
Passivo Circulante			365	-			461	-
Passivo Não Circulante			25.028	-			24.746	-

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir possíveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Ações trabalhistas movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor Provisionado
Contingências Trabalhistas				
Ex-empregados da Companhia	4.069	1ª	Provável	4.069
	492	1ª e 2ª	Possível	
Ex-empregados de Empreiteiras	1.013	1ª	Provável	1.013
	643	1ª e 2ª	Possível	
Empregados	5.110	1ª	Provável	5.110
	90	1ª e 2ª	Possível	
Total	<u>11.417</u>			<u>10.192</u>

Cíveis

Ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor Provisionado
Contingências Cíveis				
Cientes – Plano Cruzado	7.327	1ª e 2ª	Provável	7.327
	11	1ª e 2ª	Possível	
Indenização por perdas	1.550	1ª e 2ª	Provável	1.550
	2	1ª, 2ª e 3ª	Possível	
Acidente terceiros/trabalho	563	1ª e 2ª	Provável	563
	945	1ª, 2ª e 3ª	Possível	
Outras	1.176	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.176
	4.372	1ª, 2ª e 3ª	Possível	
Total	<u>15.946</u>			<u>10.616</u>

Cientes – Tarifas Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores. A Companhia constituiu provisão tomando por base o diferencial de alíquota cobrado no período de março a novembro de 1986 dos consumidores industriais, acrescido dos encargos financeiros, cujos montantes são considerados suficientes tomando como base a jurisprudência dominante no STJ.

Indenização por perdas – Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos. Os valores provisionados são suficientes considerando a média histórica de condenações da empresa no Judiciário do Rio Grande do Norte

Acidente terceiros/trabalho – Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos. Em alguns casos é possível uma condenação da empresa. O montante provisionado é adequado ao estágio em que se encontram as ações e ao histórico dos valores de condenação em ações similares no Judiciário do Rio Grande do Norte.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Fiscais

Ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingências Fiscais	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor Provisionado
ISS	144	1ª	Provável	144
INSS	820	1ª	Provável	820
COFINS	1.816	1ª	Provável	1.816
IRPJ	1.805	1ª	Provável	1.805
ICMS	14.271	1ª e 2ª	Possível	
Outras	20.980	1ª e 2ª	Possível	
Total	39.836			4.585

ISS - Refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

COFINS - Refere-se a processo judicial arguindo a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável à tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos.

IRPJ - Refere-se a auto de infração onde se discute lucro inflacionário acumulado realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório.

ICMS - Dois processos administrativos movidos pelo Estado, além de diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. É possível alguma condenação para a Companhia, entretanto os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos.

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	30/09/06	30/06/06
Consumidores	3.650	3.080
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – COSIP	4.158	4.157
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS	161	249
Convênios	40	643
Caução e garantia	-	1.000
Termo acordo CHESF (1)	2.487	3.335
Outras	1.041	470
Total	11.537	12.934
Passivo Circulante	10.419	11.805
Passivo Não Circulante	1.118	1.129

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1) Acordo firmado em 20 de Abril de 2006, no montante de R\$ 4.002, formalizando entendimentos comerciais pendentes relacionados aos Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados em janeiro de 2000 e setembro de 2002. O valor será pago em 12 (doze) parcelas iguais e mensais, no dia 15 (quinze) de cada mês, corrigidas pelo IGPM e acrescidas de juros de 1% a.m., contados estes a partir de abril de 2006.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital social totalmente subscrito em 30 de setembro de 2006 é de R\$ 179.787. A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Em milhares de ações							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	110.782	85,38	16.507	80,12	14.646	82,63	141.935	84,45
IBERENÉR	8.147	6,28	2.218	10,76	1.417	8,00	11.782	7,01
Uptick Participações S.A.	7.577	5,84	1.157	5,61	1.047	5,91	9.781	5,82
PREVI	1.855	1,43	359	1,74	382	2,16	2.596	1,54
Outros	1.385	1,07	365	1,77	230	1,30	1.980	1,18
Total	129.746	100,00	20.606	100,00	17.722	100,00	168.074	100,00

Acionistas	R\$ mil							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	118.502	85,38	17.658	80,12	15.666	82,63	151.826	84,45
IBERENÉR	8.715	6,28	2.372	10,76	1.516	8,00	12.603	7,01
Uptick Participações S.A.	8.105	5,84	1.237	5,61	1.120	5,91	10.462	5,82
PREVI	1.984	1,43	384	1,74	409	2,16	2.777	1,54
Outros	1.482	1,07	391	1,77	246	1,30	2.119	1,18
Total	138.788	100,00	22.042	100,00	18.957	100,00	179.787	100,00

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, e assegurada, ainda, às ações preferenciais "Classe A", prioridade na distribuição de dividendos.

Incentivo Fiscal Imposto de Renda - ADENE

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto 3.000/99. Por conta disso, a Companhia formalizou pleito à antiga SUDENE e obteve o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais através do Laudo Constitutivo nº 0038/2002 – ADENE, emitido em 3 de julho de 2002.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A ADENE deferiu novo pleito da Companhia para ampliação do percentual de redução do imposto de renda sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, através do Laudo Constitutivo nº 0148/2005, de 31 de maio de 2005. Em 5 de julho de 2005, através do Ato Declaratório Executivo nº 52, a Receita Federal reconheceu o direito da Companhia à redução do IRPJ e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, no percentual de 75%.

A Companhia apurou no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2006 o valor de R\$ 17.386 (R\$ 11.498 em 30 de junho de 2006) de incentivo fiscal ADENE, contabilizado como Reserva de Capital em montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Reserva Especial de Ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da sociedade que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente ao patrimônio líquido. (vide nota explicativa nº 11).

Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de Retenção de Lucros

A constituição da reserva de retenção de lucros visa fazer face aos investimentos futuros da Companhia.

Em 30 de setembro de 2006, a Companhia mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 30.504 (R\$ 30.504 em 30 de junho de 2006), constituída de acordo com o artigo 196 da Lei das S.A.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Nº de consumidores (1)		MWh (1)		R\$	
	30/09/06	30/09/05	30/09/06	30/09/05	30/09/06	30/09/05
Consumidores:						
Residencial	760.187	726.506	779.865	725.234	241.696	206.559
Industrial	4.392	4.211	482.517	581.234	120.557	126.872
Comercial	60.270	57.362	474.174	426.931	165.770	141.723
Rural	39.750	30.719	224.519	240.677	36.294	37.832
Poder Público	9.599	9.208	129.045	121.246	52.087	43.852
Iluminação Pública	2.933	2.743	96.046	95.406	17.983	17.224
Serviço Público	1.393	1.336	150.261	144.129	35.058	32.481
Consumo próprio	91	90	4.895	4.828	-	-
Suprimento	-	1	-	179	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	470	1.002
Subtotal	878.615	832.176	2.341.322	2.339.864	669.915	607.545
Reversão da recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	(21.134)	(20.496)
Receita (reversão) revisão tarifária	-	-	-	-	(274)	(2.827)
Reversão energia livre	-	-	-	-	(5.111)	(4.972)
Disponibilização sistema transmissão e distribuição	-	-	-	-	29.138	11.606
Encargos CBEE	-	-	-	-	130	16.496
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	49.917	28.375	1.856	521
Subvenção à baixa renda - tarifa social	-	-	-	-	27.565	24.297
Outras receitas	-	-	-	-	3.646	4.326
Total	878.615	832.176	2.391.239	2.368.239	705.731	636.496

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Reajuste Tarifário - 2005

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 103, de 18 de abril de 2005, fixou em 19,58% o índice médio de reajuste tarifário da COSERN, para o ano de 2005, sendo 15,02% para os consumidores atendidos em baixa tensão (residenciais e outros) e entre 27,41% e 22,09% para os consumidores de alta tensão (industriais e comerciais de médio e grande portes), vigente a partir de 22 de abril de 2005.

Em 02 de junho de 2005, foi concedida antecipação de tutela, tendo a COSERN sido intimada através do mandado de intimação nº 002.000672-2/2005, para que suspendesse os efeitos da Resolução Homologatória ANEEL nº 103, de 18 de abril de 2005, e aplicasse o reajuste anual de 11,1321% relativos à variação do IGP-M no período de abril de 2004 a março de 2005, aplicado de forma linear pela Companhia a partir de 6 de junho de 2005.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 13 de junho de 2005, foi emitido um novo Mandado de Intimação de nº 0002.000696.8/2005, determinando que o índice de reajuste anual de 11,1321% fosse aplicado de forma proporcional o qual foi atendido pela Companhia. Em 14 de setembro de 2005, a Companhia voltou a praticar as tarifas homologadas pela ANEEL, devido à suspensão da antecipação de tutela pelo STJ, ficando, no entanto, impedida de cobrar os valores retroativos, no período de 6 de junho a 13 de setembro de 2005, em função da nova decisão da Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio Grande do Norte. Em 30 de junho de 2006 a Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio Grande do Norte, julgou improcedente a ação civil pública movida pelo Ministério Público, revogou a liminar que suspendeu os efeitos da Resolução Homologatória nº 103, da ANEEL e impedia a cobrança retroativa para o período citado anteriormente.

A Companhia reverteu o valor de R\$ 6.612 (R\$ 4.364 líquido de impostos), correspondente à diferença do reajuste de 19,58%, homologado pela ANEEL e registrou o valor de R\$ 10.279, efetivamente faturado aos consumidores, resultando um efeito líquido de R\$ 3.667 no resultado do trimestre.

Reajuste Tarifário - 2006

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 317, de 18 de abril de 2006, fixou em 8,23% o índice médio de reajuste tarifário da COSERN, para o ano de 2006, que passa a vigorar a partir de 22 de abril de 2006.

Os consumidores de baixa tensão, incluindo os residenciais, tiveram uma redução de 2,25%. Já os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte ligados em alta tensão, terão as tarifas reajustadas em 7,13% em média. Estes clientes tiveram um reajuste maior porque estão passando por um processo de realinhamento tarifário, definido pela ANEEL, em cumprimento ao Decreto 4.667, de 2002 e que deverá ser concluído no próximo ano. Com esse realinhamento, os consumidores residenciais estão deixando de subsidiar os consumidores comerciais e industriais, como vinha ocorrendo nos últimos anos.

Os reajustes médios autorizados pela ANEEL incluem componentes relativos ao ano 2005, como o repasse de parcelas da Conta de Variação de Itens da Parcela (A) e outros Ativos Financeiros, como o PIS/COFINS.

25. COMPRA E VENDA DE ENERGIA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CCEE

Compra	30/09/06		30/09/05	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
CCEE (*)	6.692	156	52.331	959
Ajustes	(272)	(5)	-	-
	6.420	151	52.331	959

(*) Compra estimada referente ao mês de agosto e setembro de 2006.

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Venda	30/09/06		30/09/05	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
CCEE (*)	49.405	1.825	28.166	517
Ajustes	512	31	209	4
Total	49.917	1.856	28.375	521

(*) Venda estimada referente aos meses de agosto e setembro de 2006 e setembro de 2005.

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Os montantes de receitas/despesas, faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

26. RESULTADO OPERACIONAL

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	30/09/06	30/09/05
Receita Operacional Líquida	503.131	454.398
Custos e Despesas Operacionais (1)		
Pessoal	(37.252)	(30.987)
Administradores	(968)	(1.045)
Entidade de previdência privada	(321)	(748)
Material	(3.944)	(4.367)
Serviços de terceiros	(30.385)	(24.241)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	(2.256)	-
Conta para consumo combustível - CCC	(35.279)	(26.107)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TFSEE	(1.359)	(1.140)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(2.054)	(1.037)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(784)	(519)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.568)	(1.038)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(1.530)	(2.594)
Energia elétrica comprada para revenda	(166.012)	(149.866)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(37.441)	(42.765)
Depreciação e amortização	(25.238)	(26.454)
Tributos	(2.438)	(3.354)
Provisões líquidas - PCLD	(11.560)	(11.520)
Provisões líquidas - contingências	3.673	1.568
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(4.809)	(4.134)
Outros	(2.902)	(5.850)
	(364.427)	(336.198)
Resultado do serviço	138.704	118.200
Resultado Financeiro	(7.309)	(8.649)
Juros sobre capital próprio	(19.000)	-
Resultado Operacional	112.395	109.731

(1) Exceto Resultado Financeiro

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas	Natureza da operação	Ref	30/09/06			30/06/06		30/09/05
			Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)
Amara Brasil	Administração de almoxarifado	(a)	-	51	(476)	-	60	(464)
Neoenergia S.A.	Valores a receber		27	-	-	27	-	-
NC Energia	Energia comprada	(b)	-	264	(522)	-	-	(677)
	Serviços de consultoria	(c)	-	18	(173)	-	115	(187)
	Total NC Energia		-	282	(695)	-	115	(864)
Celpe	Reembolso de despesas		41	-	-	41	-	-
Coelba	Acordo de Cooperação Mútua	(d)	-	158	(1.413)	-	235	-
	Reembolso de despesas		-	-	-	-	-	(41)
	Uso da rede		-	-	(17)	-	-	(50)
	Total Coelba		-	158	(1.430)	-	235	(91)
Afluentes	Uso da rede		-	14	(40)	-	6	-
	Total Afluentes		-	14	(40)	-	6	-

(a) Amara Brasil - Contrato nº 4600007377, vigência de 16 de maio de 2005 até 15 de maio de 2008. O mesmo é corrigido pelo IPCA a cada 12 meses.

(b) NC Energia - Contrato de Compra de Energia (GCS AM – 010/2002), vigência de 1º de outubro de 2002 até 30 de novembro de 2006.

(c) NC Energia - O Contrato de Prestação de Serviços, teve vigência até 31 de dezembro de 2005. A Companhia está providenciando aditamento ao referido contrato, prorrogando o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2006.

(d) Acordo de Cooperação Mútua

A ANEEL, através do Despacho nº 1.408, de 04 de outubro de 2005, aprovou a implantação do Acordo de Cooperação Mútua firmado entre as empresas COELBA, COSERN e CELPE, para a execução e coordenação das atividades referentes aos serviços de informática, mediante a emissão de documento fiscal competente e pagamento em parcelas mensais, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2005.

Em 30 de dezembro de 2005, a ANEEL, através do Despacho nº 2.277, aprovou a implementação de termo aditivo para prorrogar a vigência, até 31 de dezembro de 2006, do Acordo de Cooperação Mútua.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da Companhia.

Atualmente a Companhia não possui dívida em moeda estrangeira.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2006, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Numerário disponível e aplicações financeiras – o valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- As contas e títulos a receber de setores públicos, federais, estaduais e municipais (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$ 237.045 (R\$ 241.157, em 30 de junho de 2006), líquido da provisão para crédito de liquidação duvidosa. Não foi possível estimar os valores de mercado dos créditos vencidos, face às negociações em andamento que impossibilita a previsão dos prazos de recebimento.
- Os ativos e passivos regulatórios estão registrados conforme critérios definidos pela ANEEL.
- Valores contábeis dos empréstimos e financiamentos – Os valores de mercados foram calculados com base em taxas de mercado (BM&F) em vigor na data do balanço. Para os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projetos de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto à ELETROBRÁS e aos consumidores, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2006 e 30 de junho de 2006 são como segue:

	(Ativos) passivos			
	30/09/06		30/06/06	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos	212.071	212.575	213.796	211.994
Debêntures	180.966	180.966	188.729	188.729
Títulos e valores mobiliários	(4.015)	(4.015)	(3.880)	(3.880)
Aplicações financeiras	(22.089)	(22.089)	(1.083)	(1.083)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Fatores de risco

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para reduzir esse tipo de risco, e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamento e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômicos-financeiros em determinados níveis. O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas 17 e 18).

Risco quanto à escassez de energia

A energia adquirida e vendida pela Companhia é basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento de custo na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS, não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 ITR - Informações Trimestrais
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Demonstrações conforme Deliberação CVM nº 488/2005.

ATIVO	Nota	30/9/2006	30/6/2006
CIRCULANTE			
Numerário disponível		9.991	16.315
Aplicações financeiras	3	22.089	1.083
Consumidores, concessionárias e permissionárias	4	164.972	158.023
Títulos a receber	5	27.176	28.298
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	6	(29.431)	(26.858)
Ativos regulatórios	7	46.594	49.424
Serviços em curso		6.795	5.039
Títulos e valores mobiliários	8	712	689
Tributos e contribuições sociais	9	26.249	17.997
Tributos e contribuições sociais diferidos	10	14.450	15.756
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	11	9.714	9.764
Estoque		1.347	1.108
Despesas pagas antecipadamente	12	500	1.476
Outros créditos	13	11.084	10.347
TOTAL DO CIRCULANTE		312.242	288.461
NÃO CIRCULANTE			
<u>Realizável a longo prazo</u>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	4	14.413	15.679
Títulos a receber	5	187.379	187.444
Ativos regulatórios	7	163.938	168.411
Depósitos judiciais	21	10.885	10.796
Títulos e valores mobiliários	8	3.303	3.191
Tributos e contribuições sociais	9	13.564	15.835
Tributos e contribuições sociais diferidos	10	15.869	17.870
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	11	142.006	144.422
Bens e direitos destinados a alienação		9	9
Despesas pagas antecipadamente	12	2.481	3.821
Outros créditos	13	766	1.633
Total do realizável a longo prazo		554.613	569.111
<u>Investimentos</u>			
Investimentos		900	780
Total dos investimentos		900	780
<u>Imobilizado</u>			
Imobilizado - líquido	14	366.026	352.991
Total do Imobilizado		366.026	352.991
<u>Intangível</u>			
Intangível - líquido	15	16.071	16.048
Total do intangível		16.071	16.048
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		945.254	938.930
TOTAL DO ATIVO		1.249.852	1.227.391

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

PASSIVO	Nota	30/9/2006	30/6/2006
CIRCULANTE			
Fornecedores	16	46.790	50.907
Empréstimos, financiamentos e encargos da dívida	17	35.154	33.649
Debêntures e encargos	18	1.966	9.729
Passivos regulatórios	7	23.183	24.412
Folha de pagamento		971	1.251
Taxas regulamentares	19	20.610	18.066
Tributos e contribuições sociais	9	26.780	23.658
Tributos e contribuições sociais diferidos	10	8.637	16.055
Dividendos e juros sobre o capital próprio	20	89.674	56.833
Obrigações estimadas		11.666	7.992
Provisão para contingências	21	365	461
Adiantamentos recebidos		2.906	2.043
Consumidores devolução baixa renda		277	277
Outras contas a pagar	22	10.419	11.805
TOTAL DO CIRCULANTE		279.398	257.138
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	17	176.917	180.147
Debêntures	18	179.000	179.000
Passivos regulatórios	7	32.261	33.898
Tributos e contribuições sociais	9	1.483	1.483
Tributos e contribuições sociais diferidos	10	53.734	47.295
Provisão para contingências	21	25.028	24.746
Outras contas a pagar	22	1.118	1.129
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		469.541	467.698
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23		
Capital social		179.787	179.787
Reservas de capital		221.004	215.115
Reservas de lucros		60.946	60.946
Lucro do exercício		39.176	46.707
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		500.913	502.555
TOTAL DO PASSIVO		1.249.852	1.227.391

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL **Divulgação Externa**
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE **08.324.196/0001-81**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		01/07/2006 a	01/01/2006 a	01/07/2005 a	01/01/2005 a
	Nota	30/9/2006	30/9/2006	30/9/2005	30/9/2005
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - R\$ MIL					
Fornecimento de energia elétrica	24	230.598	669.915	209.922	607.545
Suprimento de energia elétrica - CCEE	24	1.354	1.856	353	521
Disponibilização do sistema de distribuição	24	10.821	29.138	4.623	11.606
Subvenção à baixa renda (tarifa social)	24	9.112	27.565	7.948	24.297
Reversão da recomposição tarifária do racionamento	24	(7.249)	(21.134)	(6.803)	(20.496)
Reversão da energia livre racionamento	24	(1.755)	(5.111)	(1.665)	(4.972)
Receita (reversão) revisão tarifária	24	-	(274)	(531)	(2.827)
Encargos - CBEE	24	(1)	130	3.903	16.496
Outras	24	1.192	3.646	1.307	4.326
Receita operacional		<u>244.072</u>	<u>705.731</u>	<u>219.057</u>	<u>636.496</u>
ICMS		(43.106)	(124.182)	(37.277)	(105.113)
PIS		(4.119)	(13.931)	(4.474)	(10.789)
COFINS		(19.860)	(59.757)	(19.149)	(45.188)
ISS		(111)	(122)	(58)	(75)
Quota para reserva global de reversão - RGR		(1.546)	(4.462)	(1.469)	(4.330)
Encargos CBEE		<u>1</u>	<u>(146)</u>	<u>(3.929)</u>	<u>(16.603)</u>
Deduções da receita operacional		<u>(68.741)</u>	<u>(202.600)</u>	<u>(66.356)</u>	<u>(182.098)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>175.331</u>	<u>503.131</u>	<u>152.701</u>	<u>454.398</u>
Custo do serviço de energia elétrica		<u>(102.765)</u>	<u>(307.456)</u>	<u>(97.095)</u>	<u>(280.316)</u>
Custo com energia elétrica		<u>(66.663)</u>	<u>(203.453)</u>	<u>(66.980)</u>	<u>(192.631)</u>
Energia elétrica comprada para revenda	26	(58.306)	(166.012)	(51.404)	(149.866)
Encargos de uso do sistema de transmissão	26	(8.357)	(37.441)	(15.576)	(42.765)
Custo de operação		<u>(36.011)</u>	<u>(103.855)</u>	<u>(29.971)</u>	<u>(86.167)</u>
Pessoal	26	(3.474)	(14.588)	(3.449)	(12.112)
Entidade de previdência privada	26	(118)	(353)	(84)	(280)
Material	26	(1.016)	(3.479)	(1.158)	(3.342)
Serviços de terceiros	26	(4.231)	(11.754)	(3.296)	(9.599)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	26	(1.299)	(2.256)	-	-
Subvenção - conta consumo de combustível - CCC	26	(12.937)	(35.279)	(10.042)	(26.107)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	26	(1.677)	(4.809)	(1.480)	(4.134)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	26	(472)	(1.359)	(412)	(1.140)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	26	(501)	(2.054)	(368)	(1.037)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	26	(251)	(784)	(179)	(519)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	26	(1.049)	(1.568)	(368)	(1.038)
Programa de Eficientização Energética - PEE	26	(1.185)	(1.530)	(894)	(2.594)
Depreciação e amortização	26	(7.784)	(23.407)	(7.982)	(23.453)
Arrendamentos e aluguéis	26	(5)	(19)	(22)	(33)
Tributos	26	(26)	(176)	-	(148)
Outros	26	14	(440)	(257)	(631)
Custo de serviço prestado a terceiros		<u>(91)</u>	<u>(148)</u>	<u>(144)</u>	<u>(1.518)</u>
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		<u>72.566</u>	<u>195.675</u>	<u>55.606</u>	<u>174.082</u>

(continua)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

				(continuação)
Despesas operacionais		(18.647)	(56.971)	(19.783)
Despesas com vendas	26	(8.139)	(23.966)	(8.060)
Despesas gerais e administrativas	26	(10.508)	(33.006)	(11.723)
Resultado do serviço		53.919	138.704	35.823
Resultado financeiro		(3.715)	(7.309)	(5.931)
Receita		15.601	58.297	17.258
Renda de aplicações financeiras		442	1.133	185
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia		6.925	19.817	6.185
Remuneração financeira ativos regulatórios		6.902	28.547	10.078
Variação monetária		1.193	8.557	1.543
Outras		139	243	(733)
Despesa		(19.316)	(66.606)	(23.189)
Encargos de dívida		(15.774)	(45.482)	(20.097)
Remuneração financeira passivos regulatórios		(803)	(8.742)	(1.981)
Variação monetária		(2.093)	(7.201)	(734)
Outras		(646)	(4.181)	(377)
Juros sobre o capital próprio		(9.100)	(19.000)	-
RESULTADO OPERACIONAL		41.104	112.395	29.892
Receita não operacional		350	351	(9)
Despesa não operacional		(313)	(753)	(319)
Resultado não operacional		37	(402)	(328)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		41.141	111.993	29.564
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(8.589)	(23.217)	(5.642)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(2.841)	(7.426)	(4.060)
Amortização ágio e reversão PMIPL		(2.466)	(7.398)	(2.525)
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		27.245	73.952	17.337
Reversão dos juros sobre o capital próprio		9.100	19.000	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		36.345	92.952	17.337
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO DO CAPITAL - R\$		0,22	0,55	0,10

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

(Valores expressos em milhares de reais)

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A COSERN é uma Companhia distribuidora de energia elétrica, com atuação no Estado do Rio Grande do Norte, que atende a uma população estimada de 2.777 mil habitantes em 167 municípios. Sua área de concessão engloba 52.797 Km², o que corresponde a 100% do território do Estado.

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1 MERCADO

2.1.1 CONSUMIDORES (*)

Descrição	Evolução do número de consumidores					
			Variação Vertical		Variação Horizontal	
	30/09/06	30/09/05	30/09/06	30/09/05	30/09/06	
Residencial	760.187	726.506	86,52%	87,30%	33.681	4,64%
Industrial	4.392	4.211	0,50%	0,51%	181	4,30%
Comercial	60.270	57.362	6,86%	6,89%	2.908	5,07%
Rural	39.750	30.719	4,52%	3,69%	9.031	29,40%
Poder Público	9.599	9.208	1,09%	1,11%	391	4,25%
Iluminação Pública	2.933	2.743	0,33%	0,33%	190	6,93%
Serviço Público	1.393	1.336	0,16%	0,16%	57	4,27%
Subtotal	878.524	832.085	99,99%	99,99%	46.439	5,58%
Consumo Próprio	91	90	0,01%	0,01%	1	1,11%
Suprimento	-	1	0,00%	0,00%	(1)	-100,00%
Total	878.615	832.176	100,00%	100,00%	46.439	5,58%

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Em setembro de 2006, o número de consumidores apresentou um crescimento de 5,58% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que significa um incremento de 46.439 novos consumidores, representando cerca de 127 novas ligações por dia.

As classes, Rural e Iluminação Pública foram as que apresentaram os maiores crescimentos relativos, 29,40% e 6,93% respectivamente, quando comparados os meses de setembro de 2006 e setembro de 2005. Em números absolutos, porém, a classe residencial foi a que apresentou maior evolução, com um aumento de 33.681 consumidores.

O número de consumidores residenciais corresponde a 87,30% do total de consumidores, equivalente a 760.187 consumidores. De conformidade com a Resolução ANEEL nº 485/2002, que estabeleceu novos critérios para classificação dos consumidores de baixa renda, 54,68% dos consumidores residenciais se enquadram nessa categoria.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

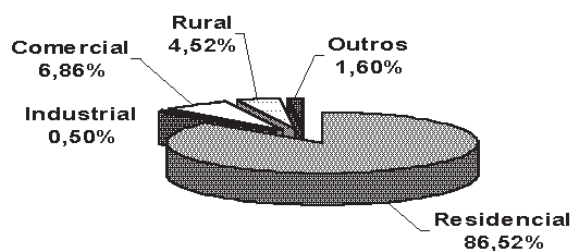
Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

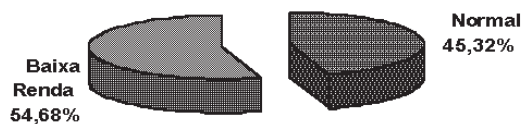
2.1.1.1 PARTICIPAÇÃO DE CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO

Setembro/2006



2.1.1.2 PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO BAIXA RENDA NA CLASSE RESIDENCIAL

Setembro/2006



01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

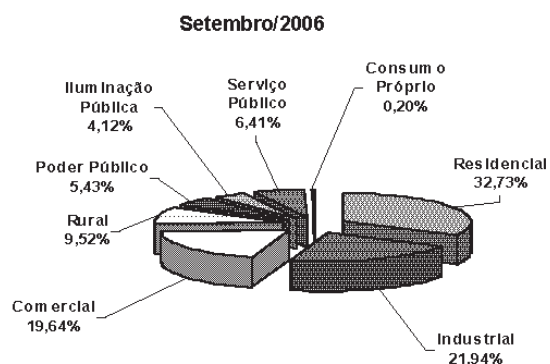
2.1.2 CONSUMO - MWh (*)

	Evolução do Consumo por classe em MWh				
	3º Trim.		Variação Vertical %		Variação Horizontal %
	2006	2005	3º Trim/06	3º Trim/05	3º Trim/06 - 3º Trim/05
Residencial	259.184	233.256	32,73%	30,21%	11,12%
Industrial	173.719	194.917	21,94%	25,25%	-10,88%
Comercial	155.533	142.665	19,64%	18,48%	9,02%
Rural	75.415	78.473	9,52%	10,16%	-3,90%
Poder Público	42.980	39.415	5,43%	5,11%	9,04%
Iluminação Pública	32.616	32.112	4,12%	4,16%	1,57%
Serviço Público	50.733	49.664	6,41%	6,43%	2,15%
Subtotal	790.180	770.502	99,80%	99,80%	2,55%
Consumo Próprio	1.590	1.546	0,20%	0,20%	2,85%
Suprimento	-	20	0,00%	0,00%	-100,00%
Total	791.770	772.068	100,00%	100,00%	2,55%

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

No terceiro trimestre de 2006, o fornecimento de energia elétrica da Companhia foi de 791.770 MWh contra 772.068 MWh no mesmo período do ano anterior, representando um acréscimo de 2,55%. Em relação a participação das três maiores classes consumidoras, a residencial e comercial ganharam participação, em contrapartida a classe industrial apresentou um decréscimo de 10,88%, devido a saída de grandes consumidores para o mercado livre.

2.1.2.1 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO POR CLASSE EM MWh



01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

3. BALANÇO ENERGÉTICO – MWh (*)

CHESF	%	CONTRATOS						RESIDENCIAL	%
117.457	12,15	966.622						259.184	32,73
361.589	38,58	937.364						233.256	30,21
SAELPA	%	CCEE						INDUSTRIAL	%
-	-	(30.275)						173.719	21,94
286	0,03	(18.012)						194.917	25,25
NC Energia	%	PERDAS RB						COMERCIAL	%
2.037	0,21	(22.882)						155.533	19,64
2.534	0,27	(22.771)						142.665	18,48
CCEAR	%	MERC. LIVRE						OUTROS	%
841.834	87,09	135.368						203.334	25,68
572.955	61,12	89.889						201.210	26,06
PROINFA	%	INT. FRONTEIRA						SUPRIMENTO	%
5.294	0,55	194						-	-
-	-	83						20	0,00

Legenda:
3º Trim de 2006
3º Trim de 2005

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

O Balanço Energético da Companhia indica que 87,09% da energia circulada pela rede da distribuidora foi proveniente de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR firmados em dezembro de 2004. O restante 12,91%, foi atendido pela CHESF, pelo Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA e NC Energia.

Do montante da energia injetada, 75,48% foi destinada ao mercado cativo da distribuidora, enquanto que 12,90% atendeu ao mercado livre, conforme a legislação do setor elétrico, que garante acesso à rede de distribuição aos consumidores que atendam aos requisitos de livre escolha do seu fornecedor de energia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

4. INVESTIMENTOS (*)

	3º Trimestre/2006		Acumulado até 30/09/2006	
	Investimento	Subvenções	Investimento	Subvenções
	Total	Recebidas	Total	Recebidas
Distribuição	33.611	13.650	106.979	22.690
Administração	2.151		2.350	
Total	<u>35.762</u>	<u>13.650</u>	<u>109.329</u>	<u>22.690</u>

Os investimentos no terceiro trimestre de 2006 atingiram o montante de R\$ 35.762, destinados à ampliação da rede de distribuição de energia elétrica e a permanente melhoria na confiabilidade do sistema, para atendimento da demanda do mercado visando à expansão e melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados aos clientes.

As principais obras em andamento são:

- Ampliação na LT 69 KV Parnamirim – São José do Mipibu
- Construção da LT 69 KV Extremoz - Ceará Mirim
- Substituição de relés eletromecânicos em subestações
- Ampliação na LT 69 KV Centro - Neópolis
- Recondutoramento em alimentadores
- Ligação de novos clientes

Programa Luz Para Todos

	30/09/06
Ligações executadas até 2005	11.328
Ligações executadas em 2006	12.297
Total	<u>23.625</u>
Em execução	2.473
Ligações previstas pelo Programa	30.095

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 RESULTADO DO PERÍODO

	Indicadores de Rentabilidade	
	3º Trimestre	
	2006	2005
Receita Bruta	244.072	219.057
Deduções da Receita Bruta	(68.741)	(66.356)
Receita Líquida	175.331	152.701
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(102.765)	(97.095)
Resultado Bruto	72.566	55.606
Outras Despesas Operacionais	(18.647)	(19.783)
Resultado do Serviço	53.919	35.823
Depreciação e amortização	8.334	9.047
EBITDA (*)	62.303	44.870
Resultado Financeiro	(3.715)	(5.931)
Resultado Operacional	41.104	29.892
Resultado não Operacional	37	(328)
Resultado antes da Tributação/Participações	41.141	29.564
IR e CSLL	(13.896)	(12.227)
Lucro/Prejuízo antes da reversão dos juros sobre capital próprio	27.245	17.337
Reversão dos juros sobre capital próprio	9.100	-
Lucro/Prejuízo do Período	36.345	17.337

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

5.1.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A COSERN apresentou, no terceiro trimestre de 2006, uma Receita Bruta 11,42% superior a alcançada no mesmo período de 2005, enquanto que a Receita Líquida teve um acréscimo de 14,82% quando comparados os terceiros trimestres dos exercícios 2006 e 2005. Dado as variações acima houve um acréscimo de R\$ 25.015 na Receita Bruta e de R\$ 22.630 na Receita Líquida.

Os fatores determinantes da variação na Receita Líquida foram:

- Reajuste tarifário médio de 12,04% aplicado a partir de 15 de setembro de 2005, conforme anexo II da Resolução Homologatória ANEEL nº 103 de 18 de abril de 2005, o reajuste tarifário anual de 8,23% aplicado a partir de 22 de abril de 2006 e a diferença da estimativa do reajuste tarifário de 2005 discutido na justiça, geraram um acréscimo de R\$ 20.676 na receita de fornecimento e de R\$ 1.164 na subvenção à baixa renda.
- Crescimento na receita de energia elétrica curto prazo – CCEE no valor de R\$ 1.001;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- Crescimento na receita pela disponibilização de uso do sistema, correspondente a R\$ 6.198, decorrente da saída de consumidores livres;
- Término dos encargos da CBEE conforme Resolução Normativa da ANEEL nº 204 de 22 de dezembro de 2005, gerando uma diminuição de R\$ 3.904;
- Crescimento de R\$ 2.385 nas Deduções da Receita Bruta (PIS/COFINS/ICMS) em razão dos itens acima.

5.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos/Despesas Operacionais	3º Trim. 2006	3º Trim. 2005
Pessoal e Administradores	(9.512)	(9.938)
Material	(1.296)	(1.287)
Serviços de terceiros	(11.546)	(8.625)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	(1.299)	-
Conta para consumo de combustível - CCC	(12.937)	(10.042)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSEE	(472)	(412)
Custo com Energia elétrica comprada para revenda	(66.663)	(66.980)
Depreciação e amortização (B)	(8.384)	(9.047)
Provisões Líquidas - PCLD	(3.876)	(4.502)
Provisões Líquidas - Contingências	531	(18)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(1.677)	(1.480)
Outros	(4.281)	(4.547)
Total	(121.412)	(116.878)

Os custos e despesas operacionais no terceiro trimestre de 2006 tiveram um acréscimo de 3,88%, correspondendo a R\$ 4.534, em relação ao mesmo trimestre do exercício de 2005. Os principais fatores que contribuíram para esse incremento foram:

- Aumento de R\$ 1.299 de despesas com PROINFA, conforme Despacho ANEEL nº 2.017, de 5 de dezembro de 2005, o qual fixa os valores das cotas de custeio referentes ao PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica;
- Aumento de R\$ 2.895 na Conta de Consumo de Combustíveis - CCC decorrente do incremento de 45,68% nos valores fixados para os exercícios de 2005 (R\$ 32.424) e em 2006 (R\$ 47.235), por resolução da ANEEL;
- Aumento de despesas com serviços de terceiros no valor de R\$ 2.921, em virtude da ampliação do plano de combate às perdas e inadimplência e da contratação dos serviços de infra-estrutura de tecnologia da informação;
- Diminuição da depreciação no valor de R\$ 663 devido alguns bens da distribuição passarem a ser depreciados com base nas taxas definidas para os bens da transmissão, conforme Resolução Autorizativa da ANEEL nº 473 de 06 de março de 2006.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

5.1.3 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido de R\$ 12.815 negativo no terceiro trimestre de 2006, contra R\$ 5.931 negativo do mesmo período de 2005. Este crescimento decorre principalmente dos Juros sobre Capital Próprio declarados em julho de 2006 e da diminuição dos encargos de dívidas devido a redução das taxas de remuneração aplicadas aos passivos financeiros (CDI: set/05 14,01% a.a. – set/06 11,40% a.a.).

6. PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Empresariais	Acumulado até		Varição %
	30/9/2006	30/9/2005	2006/2005
Indicadores Econômicos			
Receita Operacional Bruta	705.731	636.496	10,88%
Receita Operacional Líquida	503.131	454.398	10,72%
EBITDA (*)	163.942	144.654	13,33%
Resultado do Serviço	138.704	118.200	17,35%
Resultado Financeiro sem Juros Sobre Capital Próprio	(7.309)	(8.469)	-13,70%
Lucro Líquido	92.952	68.762	35,18%
Margem EBITDA (%) (*)	32,58%	31,83%	0,75%
Margem Operacional (%) (*)	27,57%	26,01%	1,56%
Margem Líquida (%) (*)	18,47%	15,13%	3,34%
Indicadores Financeiros			
Ativo Total	1.249.852	1.172.096	6,6%
Patrimônio Líquido	500.913	509.119	-1,6%
Investimentos	109.329	38.462	184,3%
Dívida Total Líquida das Disponibilidades e Aplicações em Títulos (*)	356.942	430.233	-17,0%
Dívida Total Líquida/EBITDA (*) (**)	1,63	2,24	-27,4%
Dívida Total Líquida/(Dívida Total Líquida + Patrimônio Líquido) (*)	41,61%	45,80%	-9,2%
Dívida de Curto Prazo Líquida/Dívida Total Líquida (*)	1,21%	6,75%	-82,0%
Patrimônio Líquido / Ativo Total	40,08%	43,44%	-7,7%

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

(**) EBITDA - Análise dos últimos 12 meses.

Para a apuração do indicador EBITDA em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, são adicionadas ao EBITDA as parcelas de amortização da Recomposição Tarifária do Racionamento.

Em setembro de 2006 a Companhia efetuou o pagamento de encargos de debêntures, que aliado ao incremento das disponibilidades, reduziu sua dívida total líquida em 17,04%, quando comparado este período em relação ao mesmo do ano anterior.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 ITR - Informações Trimestrais
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
 Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Outros Indicadores (*)			Variação %
	30/09/06	30/09/05	2006/2005
Nº de Empregados	707	677	4,43%
Nº de Consumidores	878.615	832.176	5,58%
Consumidores/Empregados	1.243	1.229	1,10%
Receita Operacional Líquida/Empregados	712	671	6,03%

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Em setembro de 2006 o quadro de empregados da COSERN apresentou crescimento de 4,43% em relação a setembro de 2005. Como a Receita Líquida teve um crescimento de 14,82% e o número de empregados cresceu somente 4,43%, isso fez com que o índice ROL/Empregados fosse superior em relação ao mesmo período do ano anterior.

	3º Trimestre		Acumulado até	
	2006	2005	30/9/2006	30/9/2005
Conciliação EBITDA (*)				
Lucro Líquido	36.345	17.337	92.952	68.762
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	(9.100)	-	(19.000)	-
Despesas financeiras	28.416	23.189	84.606	53.370
Receitas financeiras	(15.601)	(17.258)	(58.297)	(44.901)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-
Resultado não operacional	(37)	328	402	1.102
Imposto de renda	11.430	9.702	30.643	32.292
Depreciação e amortização	8.384	9.047	25.238	26.454
Amortização de ágio	2.466	2.525	7.398	7.575
EBITDA	62.303	44.870	163.942	144.654

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 30/09/2006

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	3ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/043
4 - DATA DO REGISTRO CVM	21/09/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/09/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/09/2010
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,3% a.a
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	179.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	17.900
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	17.900
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/03/2007

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos

Acionistas e Administradores da

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

Natal - RN

1. Efetuamos uma revisão especial das informações trimestrais - ITR da COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2006, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado e o relatório de desempenho.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia.
3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários especificamente aplicáveis à elaboração e divulgação das informações trimestrais obrigatórias.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 24 às informações trimestrais, a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 103 de 18 de abril de 2005, fixou em 19,58% o índice médio de reajuste tarifário da Companhia, para o ano de 2005, sendo 15,02% para os consumidores atendidos em baixa tensão (residenciais e outros) e entre 27,41% e 22,09% para os consumidores de alta tensão (industriais e comerciais de médio e grande portes), vigente a partir de 22 de abril de 2005. Em 02 de junho de 2005, foi concedida antecipação de tutela, tendo a COSERN sido intimada através do mandado de intimação nº 002.000672-2/2005, para que suspendesse os efeitos da Resolução Homologatória ANEEL nº 103 de 18 de abril de 2005, e aplicasse o reajuste anual de 11,1321% relativos à variação do IGP-M no período de abril de 2004 a março de 2005, aplicado de forma linear pela Companhia a partir de 6 de junho de 2005. Em 13 de junho de 2005, foi emitido um novo Mandado de Intimação de nº 0002.000696.8/2005, determinando que o índice de reajuste anual de 11,1321% fosse aplicado de forma proporcional o qual foi atendido pela Companhia. Em 14 de setembro de 2005, a Companhia voltou a praticar as tarifas homologadas pela ANEEL, devido à suspensão da antecipação de tutela pelo STJ, ficando, no entanto, impedida de cobrar os valores retroativos, no período de 6 de junho a 13 de setembro de 2005, em função da nova decisão da Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio Grande do Norte. Em 30 de junho de 2006 a Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio Grande do Norte, julgou improcedente a ação civil pública movida pelo Ministério Público e revogou a liminar que suspendeu os efeitos da Resolução Homologatória nº 103, da ANEEL e impedia a cobrança retroativa para o período citado anteriormente. Em 30 de setembro de 2006, a Companhia procedeu o faturamento aos consumidores no valor de R\$ 10.279 mil (R\$ 6.784 mil líquido de impostos), dos quais R\$ 6.612 mil (R\$ 4.364 mil líquido de impostos) já tinham sido registrados anteriormente, correspondente à diferença do reajuste de 19,58%, homologado pela ANEEL, aplicável ao fornecimento de energia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2006

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

5. Os demais assuntos regulatórios que impactam as informações trimestrais estão descritos nas notas explicativas nº 4 (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) e nº 7 (Ativos e Passivos Regulatórios).
6. Anteriormente, revisamos o balanço patrimonial, levantado em 30 de junho de 2006, e emitimos relatório de revisão especial, datado de 21 de julho de 2006, contendo parágrafos de ênfase quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos 4 e 5 acima. As demonstrações do resultado referentes ao trimestre e ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por nós, e emitimos relatório de revisão especial datado de 26 de outubro de 2005, sem ressalvas, contendo os mesmos comentários dos parágrafos 4 e 5 acima (limitados aos eventos ocorridos até 26 de outubro de 2005, data do referido relatório).

Salvador, 25 de outubro de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC – Nº 2SP 011.609/O-8-S “RN”

José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC – BA - Nº 015.640/O-3-S “RN”

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 30/09/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	11
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	48
10	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	58
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	59/60

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

6. ANEXOS

- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 12 de dezembro de 2007
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 13 de dezembro de 2007
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 20 de dezembro de 2007
- Estatuto Social da Emissora
- Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN
- Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-conversíveis em Ações, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, renomeado para Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Subordinadas, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN
- IAN - Informações Anuais da Emissora de 31 de dezembro de 2006
- Súmula da Classificação de Risco
- Declaração da Emissora nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400
- Declaração da Instituição Intermediária Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 12 de dezembro de 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



CNPJ N.º 08.324.196/0001-81

NIRE N.º 24300000502

COMPANHIA ABERTA

RG.CVM 1813-9

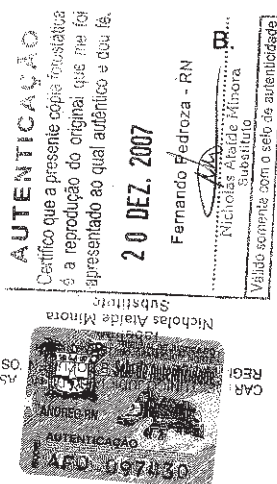
**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN,
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007**

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de 2007, às 10:00 horas, na filial da companhia, localizada na Praia do Flamengo, 78, 3º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, reuniu-se o Conselho de Administração da COSERN, com a totalidade dos membros abaixo assinados, tendo como convidado o Sr. Eduardo Capelastegui, que tomaram conhecimento e deliberaram, por unanimidade, sobre o seguinte assunto:


1 - Termos e condições da distribuição pública da 4ª emissão de até 17.900 (dezesete mil e novecentas) debêntures simples quirografárias, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal"), em série única ("Debêntures"), no montante total de até R\$179.000.000,00 (cento e setenta e nove milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), observada a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures conforme disposto nos artigos 14, §2º e 24 da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), a serem distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação ("Emissão").

Deliberação: Nos termos do §1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, os Srs. Conselheiros aprovaram por unanimidade os seguintes termos e condições da Emissão de Debêntures da Companhia:

- A. Distribuição pública de até 17.900 (dezesete mil e novecentas) debêntures simples quirografárias, todas nominativas e escriturais, sob regime de garantia firme de distribuição, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal"), em série única ("Debêntures"), no montante total de até R\$179.000.000,00 (cento e setenta e nove milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), constituindo a 4ª Emissão da Companhia.



B. Colocação e Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. O público alvo é composto por investidores institucionais ou qualificados, (conforme definição do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004). Entretanto, poderão ser atendidos outros investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não qualificados, clientes dos Coordenadores, desde que atestem ter tido amplo conhecimento dos termos condições e riscos inerentes à Emissão, bem como acesso aos Prospectos Preliminar e Definitivo. As Debêntures serão colocadas sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição observado o disposto no § 3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400/03.



CNPJ N.º 08.324.196/0001-81
COMPANHIA ABERTANIRE N.º 24300000502
RG.CVM 1813-9

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN,
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007**

- C. Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 1º de dezembro de 2007 ("Data de Emissão").
- D. Prazo e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, sendo o último vencimento em 1º de dezembro de 2014 ("Data de Vencimento das Debêntures").
- E. Remuneração. O Valor Nominal Unitário não será atualizado. A partir da data de emissão, as Debêntures renderão juros de acordo com taxa a ser definida em Procedimento *Bookbuilding*, observando-se como limite a taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extragrupo", calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* máximo ou sobretaxa máxima de 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano ("Spread"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização ("Remuneração").
- F. Fundo de Amortização. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.
- G. Preço de Subscrição e Integralização. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, conforme definido na Cláusula V.17 da Escritura de Emissão, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, conforme definido na Cláusula V.16 da Escritura ("Preço de Subscrição"). A subscrição das Debêntures será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição será realizado à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional.
- Pagamento do Valor Unitário. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da será pago pela Emissora em 9 (nove) parcelas, semestrais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento realizado em 1º de dezembro de 2010 ("Amortização" ou "Amortizações").

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia fotostática
é a reprodução do original que me foi
apresentado ao qual autêntico e dou fé.

20 DEZ. 2007

Fernando Pedroza - RN

T. Nicholas Almeida Minoza

Sup. Administrativo

Cadastrado somente com o selo de autenticidade





CNPJ N.º 08.324.196/0001-81

NIRE N.º 24300000502

COMPANHIA ABERTA

RG.CVM 1813-9

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN,
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007**

c. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de seus acionistas controladores e não devidamente elidido pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores, no prazo legal então vigente;

d. término ou rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Concessão nº 08/97, celebrado entre a Emissora e o Poder Concedente (União), em 31 de dezembro de 1997, conforme aditado em 29 de novembro e em 18 de abril de 2005, relativo ao serviço público de distribuição de energia elétrica para o Estado do Rio Grande do Norte ("Contrato de Concessão");

e. inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer obrigações a que esteja sujeita, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, observados os períodos de carência aplicáveis, obrigações essas em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), não regularizado em um período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do descumprimento da obrigação;

f. vencimento antecipado de quaisquer obrigações da Emissora, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

g. liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;

h. protesto de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor unitário ou agregado seja maior ou igual a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da ocorrência do referido protesto, (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) for cancelado, ou, ainda, (iii) forem prestadas garantias em

Vencimento Antecipado por meio de AGD. Observado o disposto na Cláusula VII.4 da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, a AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido na Cláusula VII.3 da referida Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução do original que me foi apresentado ao qual autêntico e dou fé.

20 DEZ. 2007

Fernando Pedroza - RN



Valido somente para o uso da Assinatura Digital

CARTÃO REGISTRO N.º

CNPJ N.º 08.324.196/0001-81

NIRE N.º 24300000502

COMPANHIA ABERTA

RG.CVM 1813-9

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN,
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007**

pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido;

b. caso as declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura forem descumpridas ou provarem-se substancialmente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;

c. alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora, sem que os Debenturistas previamente reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim aprovelem referida alteração;

d. cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, que possa, de qualquer modo vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, excetuadas a cisão, a fusão e a incorporação quando previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o quorum previsto na Cláusula XI.5 da Escritura, sendo admitida a opção de dispensa da realização de Assembleia Geral de Debenturistas prevista no §1º do artigo 231 da Lei nº 6.404/76;

e. não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou decisão arbitral definitiva, contra a Emissora em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu contra-valor em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias da data estipulada para pagamento;

f. não manutenção, pela Emissora, dos índices e limites financeiros a seguir: (a) Relação Dívida Líquida/EBITDA, não superior a 3 (três); e (b) Relação EBITDA/Resultado Financeiro, não inferior a 2 (dois); e

g. realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, caso esteja em mora relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão.

Fica a Diretoria da Companhia autorizada a contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Debêntures, bem como a contratar o Agente Fiduciário, o banco mandatário e escriturador, a(s) agência(s) de classificação de risco, o auditor independente para

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia fotostática
é a reprodução do original que me foi
apresentado ao qual autêntico e dou fé.

20 DEZ. 2007

Fernando Pedrosa - RN

Nicholas Assis de Menezes
Secretário de Administração





CNPJ N.º 08.324.196/0001-81

NIRE N.º 24300000502

COMPANHIA ABERTA

RG.CVM 1813-9

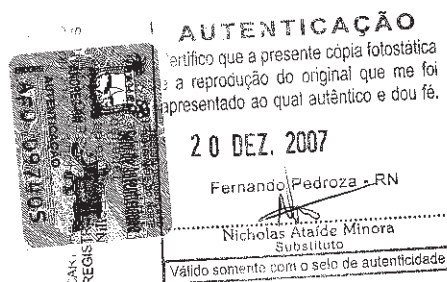
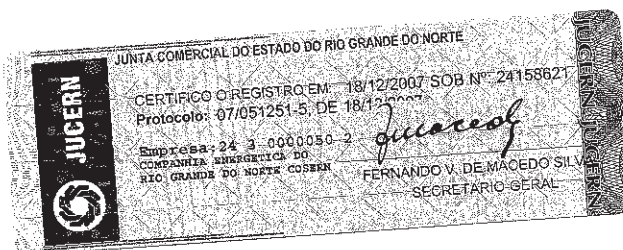
**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN,
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007**

emissão de carta de conforto, escritórios de advocacia, entre outros, podendo, ainda, celebrar a escritura de emissão das Debêntures, seus respectivos aditamentos, o contrato de colocação, os contratos de garantia e os demais contratos relativos à Emissão e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos Conselheiros Srs. Renato Sobral Pires Chaves - Presidente do Conselho de Administração, Clayton Ferraz, Gonzalo Gómez Alcântara, Luciana Freitas Rodrigues, Joilson Rodrigues Ferreira, Marcelo Maia de Azevedo Corrêa, Mário José Ruiz Tagle Larrain (suplente), Pedro Damásio da Costa Neto, e por mim, Denise Faria, que secretariei os trabalhos, a redigi e a encerro com a minha assinatura. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2007.

CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO COMPETENTE


Denise Faria - Secretária



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 13 de dezembro de 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



CNPJ N.º 08.324.196/0001-81

NIRE N.º 24300000502

COMPANHIA ABERTA

RG.CVM 1813-9

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN,
REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2007**

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de 2007, às 10:00 horas, na filial da companhia, localizada na Praia do Flamengo, 78, 3º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, reuniu-se o Conselho de Administração da COSERN, com a totalidade dos membros abaixo assinados, tendo como convidado o Sr. Eduardo Capelastegui, que tomaram conhecimento e deliberaram, por unanimidade, sobre o seguinte assunto:

1 - Exame e ratificação da taxa final de remuneração aplicável às Debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$ 163.600.000,00 (cento e sessenta e três milhões e seiscentos mil reais) ("4ª Emissão"); (ii) ratificar o deságio para a subscrição das Debêntures; (iii) Autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários para formalizar a deliberação anterior:

Deliberação: Tendo em vista o procedimento de *bookbuilding* realizado nesta data com relação à 4ª Emissão, os membros do Conselho de Administração tomaram as seguintes deliberações:

1. Ratificar a remuneração final das Debêntures da 4ª Emissão pública da Companhia, a qual contemplará juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da taxa média diária do DI – Depósito Financeiro de um dia, "over extra grupo", calculada e divulgada pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de spread máximo ou sobretaxa máxima de 0,60% a.a. (sessenta centésimos por cento), base 252 dias úteis, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário a partir da Data de Emissão e pagos ao final de cada Período de Capitalização, nos termos da Escritura de Emissão.

Ratificar que as Debêntures da 4ª Emissão serão subscritas com deságio de 0,568% (quinhentos e sessenta e oito centésimos por cento).

Aprovar que a diretoria da Companhia poderá, desde já, implementar, formalizar e executar todos os atos e documentos necessários para formalizar e aperfeiçoar a deliberação dos item 1 acima.

4. Lavrar a presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, na forma do § 1º do artigo 130 da LSA, autorizada desde já a publicação da Ata com omissão das assinaturas dos acionistas, na forma do § 2º do artigo 130 da Lei das Sociedades Anônimas.

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia fotostática
é a reprodução do original que me foi
apresentado ao qual autêntico e dou fé.

20 DEZ. 2007

Fernando Pedroza - RN

Nicholas Almeida Miranda



CNPJ N.º 08.324.196/0001-81

NIRE N.º 24300000502

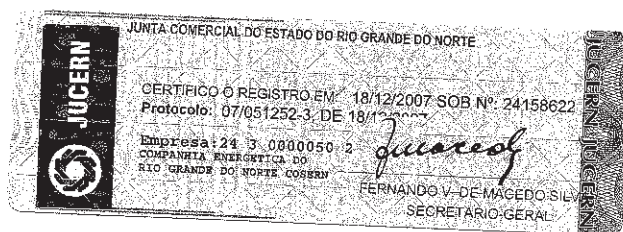
COMPANHIA ABERTA

RG.CVM 1813-9

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN,
REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2007**

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos Conselheiros Srs. Renato Sobral Pires Chaves - Presidente do Conselho de Administração, Clayton Ferraz, Gonzalo Gómez Alcântara, Luciana Freitas Rodrigues, Joilson Rodrigues Ferreira, Marcelo Maia de Azevedo Corrêa, Mário José Ruiz Tagle Larrain (suplente), e por mim, Denise Faria, que secretariei os trabalhos, a redigi e a encerro com a minha assinatura. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2007.

CONFERE COM O ORIGINAL LAVARADO EM LIVRO COMPETENTE


Denise Faria - Secretária**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução do original que me foi apresentado ao qual autêntico e dou fé.

20 DEZ. 2007

Fernando Pedroza - RN


Nicholas Ataíde Minora
Substituto

Válido somente com o selo da Junta Comercial

-
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 20 de dezembro de 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



CNPJ N.º 08.324.196/0001-81

NIRE N.º 24300000502

COMPANHIA ABERTA

RG.CVM 1813-9

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN,
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2007**

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de 2007, às 10:00 horas, na filial da companhia, localizada na Praia do Flamengo, 78, 3º andar, Flamengo, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern ("Companhia"), com a totalidade dos membros abaixo assinados, que tomaram conhecimento e deliberaram, por unanimidade, sobre os seguintes assuntos:

1 - Alteração da espécie das debêntures da 4ª emissão da Companhia, cujas condições foram deliberadas nas Reuniões do Conselho de Administração ("RCAs") da Companhia realizadas em 12 de dezembro de 2007 e 13 de dezembro de 2007 ("4ª Emissão" e "Debêntures", respectivamente).

2 - Autorização à diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para formalizar a deliberação anterior.

Deliberação: Nos termos do §1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração tomaram as seguintes deliberações:

1. Aprovar a alteração da espécie das Debêntures da 4ª Emissão da Companhia para a espécie "subordinada", sendo que mediante o resgate antecipado de debêntures da 3ª emissão de debêntures simples, Não-Convertíveis em Ações, Quirografárias, Sem Garantia, em Série Única da Companhia, no montante de principal igual ao montante da 4ª Emissão, na respectiva Data de Emissão, as Debêntures da 4ª Emissão serão automaticamente transformadas em Debêntures da espécie quirografária.
2. Autorizar a Diretoria da Companhia a implementar, formalizar e executar todos os atos e documentos necessários para formalizar e aperfeiçoar a deliberação do item 1 acima, inclusive, mas não se limitando, assinar o "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-convertíveis em Ações, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN", renomeado para "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Subordinadas, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN" e o "Instrumento Particular de 1º Aditamento ao Contrato de Coordenação, Distribuição e Colocação Pública de Debêntures Simples, Quirografárias, sob Regime de Colocação de Garantia Firme, em Série Única, da 4ª Emissão da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, renomeado





CNPJ N.º 08.324.196/0001-81

NIRE N.º 24300000502

COMPANHIA ABERTA

RG.CVM 1813-9

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN,
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2007**

para Contrato de Coordenação, Distribuição e Colocação Pública de Debêntures Simples, Subordinadas, sob Regime de Colocação de Garantia Firme, em Série Única, da 4ª Emissão da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN”.

3. Lavrar a presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, na forma do § 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades Anônimas, autorizada desde já a publicação da Ata com omissão das assinaturas dos acionistas, na forma do § 2º do artigo 130 da Lei das Sociedades Anônimas.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos Conselheiros Srs. Renato Sobral Pires Chaves - Presidente do Conselho de Administração, Clayton Ferraz Paiva, Gonzalo Gómez Alcántara, Luciana Freitas Rodrigues, Joilson Rodrigues Ferreira, Marcelo Maia de Azevedo Corrêa, Mário José Ruiz Tagle Larrain (suplente), e por mim, Maria Gabriela de Lacerda Fernandes Melita, que secretariei os trabalhos, a redigi e a encerro com a minha assinatura. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2007.

CONFERE COM O ORIGINAL LAVARADO EM LIVRO COMPETENTE


Maria Gabriela de Lacerda Fernandes Melita - Secretária

-
- Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA ENERGÉTICA**DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN****CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

Artigo 1º - A Companhia é uma sociedade anônima, sob a denominação de Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN e reger-se-á pelo presente estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único - A companhia manterá sua condição de companhia aberta por todo o prazo da concessão.

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, e, por decisão da Diretoria, poderá instalar sucursais, filiais, agências, escritórios, postos de serviços ou depósitos em outras cidades, vilas ou distritos do Estado, ou, ainda, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo.

Artigo 4º - A Companhia terá duração por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL

Artigo 5.º - O Capital Social é de R\$ R\$ 179.787.268,58 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil e duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), representado por 168.074.028 (cento e sessenta e oito milhões, setenta e quatro mil e vinte oito) ações nominativas escriturais, divididas em 129.746.219 (cento e vinte e nove milhões, setecentos e quarenta e seis mil e duzentos e dezenove) ações ordinárias, de classe única, 20.606.128 (vinte milhões, seiscentas e seis mil, cento e vinte e oito) ações preferenciais de classe A e 17.721.681 (dezesete milhões, setecentos e vinte e um mil e seiscentos e oitenta e uma) ações preferenciais de classe B, todas sem valor nominal.

Artigo 6º - Somente as ações ordinárias conferem direito de voto nas deliberações da Assembléia Geral, na proporção de um voto por ação.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 7º - As ações preferenciais Classe A e B terão direito ao recebimento de dividendos, por

ação, no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

Parágrafo Único – Às ações preferenciais fica assegurada, na forma da Lei, prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor de patrimônio líquido das ações, no caso de liquidação da Companhia, ficando assegurada, ainda, às ações preferenciais Classe “A” prioridade na distribuição de dividendo.

Artigo 8º - As ações podem ser convertidas em outras classes, desde que a conversão seja solicitada pelo respectivo detentor e expressamente autorizada pela Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro - As despesas com a substituição de certificados de ações ou cautelas que as representem correm por conta do acionista interessado.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá emitir, na forma da Lei, títulos unitários ou múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem.

Artigo 9º - As ações que compõe o controle acionário da Companhia, ou seja representativas de 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante, definido nos termos do Edital nº 01/97, que disciplinou o processo de desestatização da Companhia, não poderão ser transferidas, cedidas ou alienadas, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância do Poder Concedente.

CAPÍTULO III - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 10.º - As condições para a realização da Assembléia Geral, a forma de sua convocação e funcionamento, o número necessário de acionistas presentes, a maneira de suas deliberações e os seus atos preliminares são os prescritos em Lei e neste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - O Presidente do Conselho de Administração instalará a Assembléia e promoverá, por eleição ou aclamação, a escolha do Presidente e do Secretário da mesa que dirigirá os trabalhos.

Parágrafo Segundo – As convocações serão realizadas por meio de edital de convocação publicado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em primeira convocação, e com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação, o qual deverá conter descrição dos assuntos que serão objeto de deliberação pelos acionistas.

Parágrafo Terceiro - Todos os documentos a serem analisados ou discutidos em Assembléia Geral serão disponibilizados aos acionistas na bolsa de valores em que as ações da Companhia forem mais negociadas, assim como na sede social da Companhia, a partir da data da publicação do primeiro edital de convocação referido no Parágrafo Segundo acima.

Artigo 11.º - A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, por convocação do Conselho de Administração, através do seu

Presidente, pelo respectivo substituto, ou, na ausência deles, pela Diretoria, para exercer as atribuições previstas na Lei.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 12.º- A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente por convocação do Conselho de Administração, ou da Diretoria da Companhia, sempre que se fizer necessário, bem assim pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, nos casos previstos em lei.

Artigo 13.º- A remuneração dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, será fixada pela Assembléia Geral de Acionistas.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 14.º- A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, que terão a composição e atribuições previstas na lei e neste Estatuto.

Artigo 15.º- Aos membros da Administração é vedada a aquisição, ainda que em hasta pública, de bens de propriedade da Companhia.

Artigo 16.º- O prazo de gestão de Conselheiros e Diretores estender-se-á até a posse dos respectivos substitutos eleitos.

SEÇÃO I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 17.º- O Conselho de Administração será composto por até 11 (onze) membros, e seus suplentes, eleitos pela Assembléia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos pelos seus membros.

Parágrafo 1º - Aos acionistas minoritários com direito a voto e presentes à Assembléia, excluindo-se os empregados acionistas com direito a voto, é assegurado o direito de eleger um dos Conselheiros, se maior número não lhes couber, pelo processo de voto múltiplo, na forma da Lei, desde que preenchidas as condições necessárias à eleição do respectivo Conselheiro e que os minoritários, em conjunto, representem, ao menos 5% (cinco por cento) do capital .

Parágrafo 2º - Aos empregados acionistas, com direito a voto, é assegurado o direito de eleger, em eleição em separado, um dos membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Os Conselheiros terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 4º - Os Conselheiros tomarão posse assinando, isolada ou conjuntamente, o respectivo termo, lavrado no "Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração", dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à eleição.

Parágrafo 5º - Vagando cargo de Conselheiro, o Conselho designará um substituto para servir até a primeira Assembléia Geral, que elegerá novo Conselheiro para completar o mandato.

Parágrafo 6º - Não se aplicará a regra do parágrafo anterior, quando a eleição dos Conselheiros houver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, ou quando a Assembléia Geral decidir pela recomposição plena do Conselho, casos em que a eleição será feita para todo o Colegiado, permitida a recondução dos membros remanescentes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo 7º - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral.

Artigo 18.º- Ressalvados os casos de urgência, o Conselho de Administração reunir-se-á trimestralmente, em sessão ordinária, em data e horário previamente informados com antecedência mínima de 5 (cinco) dias e deliberará por maioria de votos, presentes, no mínimo, 6 (seis) de seus membros, dentre eles o Presidente.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração poderá ser convocado, extraordinariamente, pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

Parágrafo 2º - O Presidente do Conselho será substituído, nos casos de afastamento temporário e nos impedimentos legais, pelo Vice-Presidente.

Parágrafo 3º - Os Diretores da Companhia, que não forem membros do Conselho, poderão tomar parte nas reuniões do órgão, sem direito a voto, quando:

- (a) a pedido, deferido pelo Presidente; e
- (b) obrigatoriamente, por convocação do Conselho.

Parágrafo 4º - Para fins de atendimento do quorum estabelecido no *caput* deste Artigo, fica determinado que os Conselheiros ausentes, nas Reuniões do Conselho, poderão votar por escrito, desde que entreguem o voto a um outro Conselheiro presente nas reuniões do Conselho.

Artigo 19.º- Compete ao Conselho de Administração:

- (a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, manifestando-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- (b) Eleger e destituir os Diretores, e fixar-lhes as atribuições, observadas as disposições deste Estatuto;
- (c) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, visando assegurar a correta execução da política administrativa da Companhia;
- (d) Convocar a Assembleia Geral;
- (e) Aprovar os programas anuais e plurianuais de investimentos da Companhia;
- (f) Manifestar-se sobre propostas de reforma estatutária apresentada pela Diretoria;
- (g) Autorizar a contratação de empréstimos externos e no País, estes quando superiores a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- (h) Autorizar a alienação, oneração e permuta de bens imóveis pertencentes à Companhia, bem como a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- (i) Aprovar proposta da Diretoria para aquisição de bens imóveis que venham a integrar o patrimônio da Companhia, desde que o valor da operação ultrapasse o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (j) Escolher e destituir os auditores independentes;
- (k) Manifestar-se sobre o sistema de classificação de cargos da Companhia, proposto pela Diretoria;
- (l) Propor ou deliberar a emissão de títulos e valores mobiliários e autorizar a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real e de notas promissórias para distribuição pública;
- (m) Manifestar-se sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido da Companhia, proposta pela Diretoria;
- (n) Deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados de estudos, auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta;
- (o) Autorizar operações de captação de recursos, mediante a emissão de Notas Promissórias e Recibos de Depósitos, observada a legislação vigente;
- (p) Autorizar a compra de ações da Companhia para manutenção em tesouraria ou para cancelamento, nas condições estabelecidas pela legislação vigente;
- (q) Autorizar a instalação de sucursais, filiais, agências, ou escritório da Companhia fora do Estado do Rio Grande do Norte;
- (r) Autorizar à Diretoria, nos casos em que exceda à competência desta, a outorga de poderes especiais a diretor ou a procurador; e
- (s) Decidir sobre os casos omissos neste Estatuto, com base na legislação em vigor.

Parágrafo Único - Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem decisão destinada a produzir efeitos perante terceiros.

SEÇÃO II - DIRETORIA

Artigo 20.º. A Diretoria é o órgão executivo da administração. A diretoria é composta por no mínimo 2 (dois) membros e no máximo por 7 (sete) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente.

Parágrafo 1º - Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo 2º - Em suas ausências ou impedimentos temporários os diretores serão substituídos de acordo com indicação da Diretoria.

Parágrafo 3º - Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, o Conselho de Administração será imediatamente convocado para eleição do substituto. Em caso de vacância de cargo de qualquer outro diretor, o órgão continuará em funcionamento com os demais diretores, devendo o Conselho de Administração ser imediatamente convocado para eleição de novo diretor.

Artigo 21.º- Os membros da Diretoria tomarão posse mediante termo lavrado no "Livro de Atas das Reuniões da Diretoria".

Artigo 22.º- A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, ainda, sempre que convocada por qualquer dos Diretores. A convocação far-se-á por escrito, inclusive via fax ou telex, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis. O quorum de instalação da reunião é a maioria dos membros em exercício.

Parágrafo Único - As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto comum, o de desempate.

Artigo 23.º- Compete à Diretoria:

- (a) Propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais de administração da Companhia, a serem por este examinadas e aprovadas;
- (b) Administrar a Companhia e tomar as providências adequadas à fiel execução das deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração, regulamentando-as, quando couber, mediante a expedição de normas, instruções gerais ou específicas e resoluções;
- (c) Autorizar a criação e extinção de cargos, obedecido o Plano de Cargos e Salários da Companhia;
- (d) Delegar poderes a Diretores e Chefes para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições;
- (e) Propor ao Conselho de Administração a aquisição de bens imóveis por parte da Companhia, quando o valor da operação for superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (f) Convocar a Assembléia Geral, nos casos previstos neste Estatuto;
- (g) Enviar ao Conselho de Administração, dentro de 90 dias a contar do encerramento do exercício e após ouvido o Conselho Fiscal, o relatório anual, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras previstas em lei;
- (h) Designar representantes da Companhia nas Assembléias Gerais de subsidiárias e, quando convier, das demais sociedades das quais a Companhia participa como simples acionista ou quotista;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- (i) Encaminhar à Comissão de Valores Mobiliários, quando for o caso, a exposição justificativa de que trata o parágrafo 4º do art. 202 da Lei nº 6.404/76;
- (j) Propor ao Conselho de Administração a realização de operações de captação de recursos, mediante a emissão de Notas Promissórias e Recibos de Depósito, observadas as normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- (k) Recomendar ao Conselho de Administração a aquisição de ações da Companhia, para manutenção em tesouraria ou para cancelamento, nas condições estabelecidas pela CVM;
- (l) Aumentar o valor de quaisquer dos itens do programa anual de investimentos, em até 5% (cinco por cento) do total aprovado pelo Conselho de Administração, inclusive facultando-se o remanejamento entre itens, desde que não se altere a estrutura original do referido programa de investimentos; e
- (m) Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração ou pela Assembléia Geral.

Artigo 24.º- Compete ao Diretor-Presidente:

- I. Executar e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria;
- II. Representar a Companhia em juízo ou fora dele, perante as empresas subsidiárias ou associadas, os acionistas, os poderes constituídos e o público em geral, podendo delegar tais poderes a qualquer Diretor ou empregado da COSERN;
- III. Aprovar as alterações da estrutura organizacional da Companhia, até o nível de Departamento, ou equivalente;
- IV. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V. Identificar e propor novas oportunidades de negócios para a Cosern;
- VI. Estabelecer e administrar os planos estratégicos dos sistemas de informação da empresa;
- VII. Conduzir as relações institucionais da COSERN com o Poder Concedente e com os Órgãos e Empresas do Setor Elétrico Nacional, participando dos foros importantes de discussão setorial;
- VIII. Coordenar os contatos da Empresa com os Poderes Públicos constituídos;
- IX. Supervisionar as atividades da Companhia no que diz respeito aos seus aspectos jurídicos e legais;
- X. Fazer publicar o relatório anual da Companhia;
- XI. Suspender qualquer decisão da Diretoria, quando considerá-la contrária à Lei, ao Estatuto ou inconveniente aos interesses sociais, submetendo o assunto à deliberação do Conselho de Administração e sugerir o seu encaminhamento à Assembléia Geral, se for o caso;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

XII. Coordenar as atividades executivas dos demais membros da Diretoria; e

XIII. Delegar autoridade aos Diretores para decidirem dentro de suas áreas, sem necessidade de consultas, até o limite que fixar.

Artigo 25.º- No caso de licença ou afastamento, o Diretor-Presidente será substituído por outro diretor ou por um Procurador-Superintendente, indicado pela Diretoria.

Artigo 26.º- Para os fins previstos no artigo anterior, a ausência do Diretor-Presidente deverá ser por ele comunicada oficialmente ao seu substituto, ou reconhecida pela Diretoria, em reunião formal.

Artigo 27.º- Compete a cada um dos demais Diretores as seguintes atribuições:

I. representar a Companhia nos casos de delegação específica do Diretor-Presidente;

II. dirigir, supervisionar, com responsabilidade, as atividades abrangidas pela área que for definida como de sua competência, pelo Conselho de Administração, no âmbito da atuação da Companhia;

III. delegar poderes a empregados da Companhia, em subordinação vertical, no que concerne a atos administrativos na área de sua competência;

IV. tornar efetivo, no que lhe corresponde, o cumprimento das deliberações da Diretoria, do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;

V. substituir o Diretor-Presidente nas hipóteses previstas neste Estatuto; e

VI. exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 28.º- Os seguintes atos necessitam da assinatura do Diretor-Presidente ou de dois outros Diretores, em conjunto: (i) constituição de procuradores "ad negotia" ou "ad judicia", (ii) indicação de prepostos em nome da Companhia.

Artigo 29.º- A Companhia se obriga perante terceiros por atos praticados (i) pelo seu Diretor-Presidente, (ii) por dois outros Diretores, em conjunto, (iii) por um Diretor e por um procurador ou Procurador Superintendente ou (iv) por dois Procuradores Superintendentes em conjunto, constituídos nos termos do artigo 28.

Parágrafo Único - Os contratos, acordos, convênios, ou quaisquer atos que gerem obrigações para a Companhia no valor de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) deverão ser assinados pelo (i) Diretor-Presidente, ou (ii) por dois outros Diretores, em conjunto, ou (iii) por um Diretor e um Procurador-Superintendente em conjunto, ou (iv) por um Diretor e um Procurador em conjunto, ou (v) por dois Procuradores Superintendentes em conjunto, ou (vi) por um Procurador-Superintendente e um Procurador em conjunto. Caso o valor exceda o limite acima indicado, então, os respectivos atos deverão ser assinados conforme previsto nos itens (ii), (iii) e (v) deste parágrafo.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 30.º- O Conselho Fiscal funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Artigo 31.º- Ao Conselho Fiscal compete exercer as atribuições previstas na legislação em vigor.

CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DAS RESERVAS, DOS DIVIDENDOS E DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

Artigo 32.º- No encerramento de cada exercício social, que coincidirá com o ano civil, serão elaboradas, com a observância das disposições legais, as seguintes demonstrações financeiras:

- (a) balanço patrimonial;
- (b) demonstrativo das mutações do patrimônio líquido;
- (c) demonstração do resultado do exercício;
- (d) demonstração das origens e aplicações de recursos.

Artigo 33.º- O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras, sendo levantados balanços semestrais em 30 de junho de cada ano.

Artigo 34.º- Depois de constituída a reserva legal, a destinação da parcela remanescente do lucro líquido apurado ao fim de cada exercício, que coincidirá com o ano civil, será, por proposta da Administração, submetida à deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - A Companhia poderá levantar balanços intercalares e, com base neles, distribuir dividendos, desde que o total dos dividendos pagos com base nesses balanços não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - O valor dos juros, pago ou creditado, a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do parágrafo 7º do Artigo 9º da Lei 9.249, de 26.12.1995 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório e ao dividendo anual mínimo para as ações preferenciais, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais.

Parágrafo 3º - Apurado o resultado do exercício social, observadas as disposições legais, serão feitas as seguintes deduções e destinações:

- (a) de uma parcela destinada aos empregados da Companhia, a título de participação nos lucros, no montante de até 2% (dois por cento) do lucro realizado no ano, apurado antes da dedução de impostos, do resultado não operacional, do resultado financeiro, da depreciação e da amortização, que será distribuída segundo critérios a serem fixados pela Diretoria;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- (b) de outra parcela destinada aos Administradores, dentro do limite legal e somente pertinente ao exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo mínimo previsto em Lei.

Artigo 35.º- Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei, será destinado ao pagamento de dividendos.

Artigo 36.º- O dividendo previsto no artigo anterior não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria - dando prévio conhecimento ao Conselho de Administração - informar à Assembleia Geral Ordinária, com parecer do Conselho Fiscal, ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, observadas as disposições do parágrafo 4º do Art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 37.º- Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado nos termos do art. 287 da Lei nº 6.404/76, reverterão em benefício da Companhia.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 38.º- O capital dos acionistas, enquanto aplicado em obras em andamento, vencerá os juros que a lei fixar, os quais terão o destino indicado na legislação especial relativa aos serviços de energia elétrica.

Artigo 39.º- Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos com base na legislação vigente.

Atualização após alterações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 16 de março de 2007.

-
- Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
QUIROGRAFÁRIAS, EM SÉRIE ÚNICA, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO
RIO GRANDE DO NORTE - COSERN**

ENTRE

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
como Emissora,

E

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
*representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente
emissão*

Datado de

18 de Dezembro de 2007

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, SEM GARANTIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

Pelo presente instrumento particular,

1. **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN**, companhia aberta com sede na Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua Mermoz, nº 150, Bairro Baldo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.324.196/0001-81, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "Emissora"); e
2. **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente emissão (doravante denominados "Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente),

(doravante denominadas, conjuntamente, "Parte" ou "Partes"),

vêm, por esta e na correta forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN" (doravante denominada "Escritura"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura é celebrada com base na deliberação tomada na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de dezembro de 2007 ("RCA").

1.2. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Emissora ratificou, em reunião realizada em 13 de dezembro de 2007, o montante da Emissão, a Remuneração aplicável às Debêntures e o deságio no preço de subscrição ("RCA de Ratificação da Taxa").

CAPÍTULO II - DOS REQUISITOS

II.1. A 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora (doravante denominadas a “Emissão” e as “Debêntures”, conforme definido na Cláusula V) é feita com observância dos seguintes requisitos:

II.1.1. Arquivamento e publicação de deliberações societárias. A ata da RCA e a ata da RCA de Ratificação da Taxa foram protocoladas perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte (“JUCERN”) para arquivamento em 17 de dezembro de 2007, e foram publicadas no “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte” e no jornal “Valor Econômico” em 14 de dezembro de 2007.

II.1.2. Inscrição da Escritura e de seus aditivos. Esta Escritura, bem como seus aditivos, serão inscritos na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei Das Sociedades por Ações, devendo ser submetida para tal registro dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar de sua celebração.

II.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários. A distribuição pública das Debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro 1976, e alterações posteriores (“Lei nº 6.404/76”), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução nº 400/03”), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

II.1.4. Aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (“ANEEL”) aprovou a presente Emissão em 30 de novembro de 2007, por meio do Despacho nº 3.515/2007, publicado no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 2007.

II.1.5. Registro para distribuição no mercado primário. Foi solicitado registro para distribuição no mercado primário por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (“ANDIMA”), sendo a subscrição das Debêntures liquidada e custodiadas na CETIP.

II.1.6. Registro para negociação secundária. Foi solicitado registro para negociação no mercado secundário, (a) no SND - Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrado pela CETIP com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP, segundo as respectivas normas e procedimentos; e (b) no Sistema BovespaFix (“BovespaFix”), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa (“Bovespa”), sendo a negociação e a liquidação das Debêntures realizada na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”).

II.1.7. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento. A oferta das Debêntures será estruturada de acordo com o Código de Auto-Regulação para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários da Associação Nacional dos Bancos de Investimento, de 9 de maio de 2006 (“Código de Auto-Regulação” e “ANBID”, respectivamente), e registrada na ANBID, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 21 do Código de Auto-Regulação, pelo coordenador líder da Emissão (“Coordenador Líder”), conforme definido no “Contrato de Distribuição Pública, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Quirografárias, em Série Única, da 4ª Emissão da Companhia Elétrica do Rio Grande do Norte” (“Contrato de Distribuição”), celebrado entre a Emissora e os Coordenadores da Emissão.

CAPÍTULO III – DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

Atualmente, a Emissora tem por objeto social estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União Federal ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo.

A partir de setembro de 2005, de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as atividades da Emissora estão restritas à distribuição de energia elétrica, lhe sendo vedado o exercício de qualquer outra atividade estranha à atividade de distribuição.

CAPÍTULO IV – DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

O montante líquido dos recursos, obtido pela Emissora com a distribuição pública das Debêntures será destinado para o resgate antecipado da 3ª emissão de debêntures simples, quirografárias, em série única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN.

CAPÍTULO V - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As Debêntures terão as seguintes características:

V.1. Número de ordem da Emissão. Esta é a 4ª (quarta) emissão de Debêntures da Emissora.

V.2. Valor total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$ 163.600.000,00 (cento e sessenta e três milhões e seiscentos mil reais), na Data de Emissão, conforme definido na Cláusula V.11.

V.3. Valor nominal unitário. O valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário") será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

V.4. Número de série. As Debêntures serão emitidas em série única.

V.5. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 16.360 (dezesseis mil, trezentas e sessenta) Debêntures.

V.6. Forma. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, e não contarão com a emissão de certificados representativos. Para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição depositária responsável pela escrituração das Debêntures ("Banco Mandatário"). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será por esta expedido relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.

V.7. Convertibilidade em ações. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

V.8. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária sob condição suspensiva e sem garantia.

V.8.1 A condição suspensiva consiste na liquidação financeira do resgate antecipado das debêntures da 3ª emissão de debêntures da Emissora.

V.9. Limite da Emissão. Tendo em vista que, na data de celebração da presente Escritura, (i) o capital social autorizado da Emissora é de R\$ 179.787.268,58 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), (ii) em 30 de setembro de 2007 o montante total atualizado das debêntures de emissões anteriores da Emissora em circulação era de R\$180.608.804,92 (cento e oitenta milhões, seiscentos e oito mil, oitocentos e quatro reais e noventa e dois centavos), e (iii) que a presente emissão tem como condição suspensiva a liquidação das debêntures da 3ª emissão de debêntures simples, quirografárias, em série única, da Emissora, uma vez atendida referida condição suspensiva, estará atendido o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei nº 6.404/76.

V.10. Colocação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. O público alvo é composto por investidores institucionais ou qualificados, conforme definição do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004. Entretanto, poderão ser atendidos outros investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não

qualificados, clientes dos Coordenadores, desde que atestem ter tido amplo conhecimento dos termos condições e riscos inerentes à Emissão, bem como acesso aos Prospectos Preliminar e Definitivo. As Debêntures serão colocadas sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição observado o disposto no § 3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400/03.

V.11. Data de emissão. Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 1º de dezembro de 2007 ("Data de Emissão").

V.12. Prazo e data de vencimento. As Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, sendo o último vencimento em 1º de dezembro de 2014 ("Data de Vencimento das Debêntures").

V.13. Prazo para subscrição. As Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição da presente Emissão, ("Anúncio de Início").

V.14. Preço de subscrição. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, conforme definido na Cláusula V.17, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, conforme definido na Cláusula V.16 deduzido de deságio de 0,568% (quinhentos e sessenta e oito milésimos por cento) ("Preço de Subscrição").

V.15. Formas de subscrição e integralização. A subscrição das Debêntures será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição será realizado à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional.

V.16. Pagamento do Valor Nominal Unitário.

V.16.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago pela Emissora em 9 (nove) parcelas, semestrais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento realizado em 1º de dezembro de 2010 ("Amortização" ou "Amortizações"), de acordo com a tabela abaixo:

	Pagamentos	% do Valor Nominal das Debêntures
1.	01/12/2010	11,11%
2.	01/06/2011	11,11%
3.	01/12/2011	11,11%
4.	01/06/2012	11,11%
5.	01/12/2012	11,11%
6.	01/06/2013	11,11%
7.	01/12/2013	11,11%
8.	01/06/2014	11,11%
9.	01/12/2014	11,12%

V.17. Remuneração.

V.17.1. O Valor Nominal Unitário não será atualizado. A partir da data de emissão, as Debêntures renderão juros de acordo com taxa apurada em Procedimento de *Bookbuilding* correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extragrupo", calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano ("Spread"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização ("Remuneração").

V.17.1.1. Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. A Remuneração correspondente a cada Período de Capitalização será devida semestralmente, a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 01/06/2008 e o último na Data de Vencimento, ou seja, em 01/12/2014 ("Data de Pagamento da Remuneração").

V.17.1.2. Foi realizado Procedimento de *Bookbuilding*, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de *Bookbuilding*") no qual foram definidas, de acordo com as condições de mercado a época da colocação, a remuneração e a quantidade de Debêntures a serem alocadas na Emissão.

V.17.1.3. O Conselho de Administração ratificou em reunião realizada em 13 de dezembro de 2007, o valor, a remuneração e o número total de Debêntures da Emissão, conforme artigo 59, §1º da Lei 6.404/76.

V.17.1.4. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, desde a Data de Emissão, ou da data do vencimento de juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

V.17.1.5. O cálculo da Remuneração das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do primeiro Período de Capitalização, ou o saldo do Valor Nominal Unitário no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das taxas DI Over da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI Over, sendo " d_k " um número inteiro;

FatorSpread= sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

spread = *Spread* das Debêntures ou sobretaxa, ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP = é o número de dias úteis entre o a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

V.17.1.5.1. O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

V.17.1.5.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante, até o último considerado.

V.17.1.5.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento.

V.17.1.5.4. Considera-se o resultado da multiplicação ("Fator DI" \times "Fator Spread") com 09 (nove) casas decimais, com arredondamento.

V.17.1.6. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

V.17.1.7. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI_k" a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

V.17.1.8. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, o Agente Fiduciário deverá, no primeiro dia útil seguinte ao prazo de 10 (dez) dias ora mencionado, convocar AGD (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, as fórmulas acima estabelecidas e para apuração de "TDI_k" será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

V.17.1.9. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito

ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, no prazo de 20 (vinte) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
- (b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.4 a seguir, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma Taxa Substitutiva definida pelos Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e apresentada à Emissora na referida Assembléia de Debenturistas, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

V.17.1.11. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CBLC e/ou CETIP ou por meio do banco mandatário das Debêntures para os Debenturistas que não estejam com suas debêntures depositadas em custódia vinculada ao BovespaFix e/ou ao SND.

V.18. Local de pagamento. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou pela CBLC, ou por meio do Banco Depositário, para os titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC.

V.19. Banco Mandatário e Banco Depositário. O banco mandatário e banco depositário das Debêntures será o Banco Itaú S.A..

V.20. Fundo de Amortização. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

V.21. Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

V.22. Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo até a Data de Vencimento, adquirir Debêntures em circulação, por preço igual ou inferior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração *pro rata* devida até a data de aquisição e ainda não paga aos Debenturistas, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

V.23. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2,0% (dois por cento) e juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores, em atraso, encargos moratórios esses calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

V.24. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados, os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

V.25. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula V.23, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou Encargos Moratórios, se houver, relativos ao período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

V.26. Publicidade. Observados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal "Valor Econômico" e "Diário Oficial do Rio Grande do Norte" e através da rede mundial de computadores, por meio do *site* da Emissora (<http://www.cosern.com.br>), devendo esta avisar o Agente Fiduciário, antecipadamente, da realização de qualquer publicação. O anúncio de início e o anúncio de encerramento da presente Emissão poderão ser publicados no jornal "Valor Econômico" na forma de aviso resumido, conforme estabelecido pela Instrução nº 400/03, sendo obrigatoriamente disponibilizados, em sua íntegra, no *site* da Emissora acima indicado.

V.27. Imunidade Tributária. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Banco Depositário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção

tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

V.28. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços constantes abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem:

a. Para a Emissora:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

Rua Mermoz, 150, Bairro Baldo

Natal - RN

CEP: 59025-250

At. Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores – Sr. José Arcésio Rodrigues Neto

Telefone: (84) 3215-6104

Fac-símile: (84) 3215-6370

E-mail: jose.arcesio@cosern.com.br



b. Para o Agente Fiduciário:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20050-005

At. Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira

Telefone: (21) 2507-1949

Fac-símile: (21) 2507-1773

E-mail: pavarini@pavarini.com.br

c. Para o Banco Mandatário e Banco Depositário:

BANCO ITAÚ S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 Torre Itaúsa

São Paulo – SP

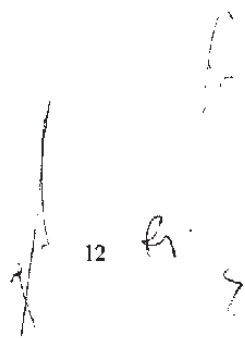
CEP: 04.344-902

At. José Nilson Cordeiro

Telefone: (11) 5029-1317

Fac-símile: (11) 5029-1917

E-mail: jose-nilson.cordeiro@itau.com.br



d. Para a CETIP:

CETIP - CÂMARA DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO

Av. República do Chile, 230, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20031-170
Telefone: (21) 2276-7474
Fac-símile: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
São Paulo – SP
CEP 01009-000
Telefone: (11) 3111-1411
Fax: (11) 3115-1664

e. Para a CBLC:

COMPANHIA BRASILEIRA DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA:

Rua XV de Novembro, 275, 6º andar
São Paulo - SP
CEP: 01014-001
Telefone: (11) 3247-4824
Fax: (11) 3247-5260

CAPÍTULO VI – DEFINIÇÕES DE TERMOS FINANCEIROS

VI. Para os fins desta Escritura, especialmente no que se refere ao disposto no item VII.2.1. abaixo, aplicar-se-ão as seguintes definições, baseadas em demonstrativos elaborados com base nos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil:

“**Dívida Líquida**”: significa o endividamento oneroso total menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“**EBITDA**”: significa o lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses ao qual deverá ser adicionado, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, a parcela da amortização da recomposição tarifária do racionamento; e

“**Resultado Financeiro**”: significa a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, ser for positivo, será considerado “1”.

CAPÍTULO VII – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

VII.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático. O Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida desde a data da Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data da inadimplência;
- b. (i) se a Emissora e/ou seus acionistas controladores ingressarem em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento da processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (ii) pedido de auto-falência ou de falência da Emissora e/ou seus acionistas controladores, formulado pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores; (iii) decretação de falência da Emissora e/ou seus acionistas controladores; e (iv) se a Emissora e/ou seus acionistas controladores pela Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- c. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de seus acionistas controladores e não devidamente elidido pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores, no prazo legal então vigente;
- d. término ou rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Concessão nº 08/97, celebrado entre a Emissora e o Poder Concedente (União), em 31 de dezembro de 1997, conforme aditado em 29 de novembro e em 18 de abril de 2005, relativo ao serviço público de distribuição de energia elétrica para o Estado do Rio Grande do Norte (“Contrato de Concessão”);
- e. inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer obrigações a que esteja sujeita, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, observados os períodos de carência aplicáveis, obrigações essas em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), não regularizado em um período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do descumprimento da obrigação;
- f. vencimento antecipado de quaisquer obrigações da Emissora, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

- g. liquidação, dissolução ou extinção da Emissora; e
- h. protesto de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor unitário ou agregado seja maior ou igual a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da ocorrência do referido protesto, (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) for cancelado, ou, ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo.

VII.2. Hipóteses de Vencimento Antecipado através de AGD. Observado o disposto na Cláusula VII.4, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, a AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido na Cláusula VII.3, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido;
- b. caso as declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura forem descumpridas ou provarem-se substancialmente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;
- c. alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora, sem que os Debenturistas previamente reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim aprovem referida alteração;
- d. cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, que possa de qualquer modo vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura, excetuadas a cisão, a fusão e a incorporação quando previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o quorum previsto na Cláusula XI.5, sendo admitida a opção de dispensa da realização de Assembleia Geral de Debenturistas prevista no §1º do artigo 231 da Lei nº 6.404/76;
- e. não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou decisão arbitral definitiva, contra a Emissora em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu contra-valor em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias da data estipulada para pagamento;
- f. não manutenção, pela Emissora, dos índices e limites financeiros a seguir: (a) Relação Dívida Líquida/EBITDA, não superior a 3 (três); e (b) Relação EBITDA/Resultado Financeiro, não inferior a 2 (dois); e
- g. realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, ressalvado o

disposto no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, caso esteja em mora relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão.

VII.2.1. A apuração pelo Agente Fiduciário das relações previstas na alínea i da Cláusula VII.2 acima deverá ser feita em relação a cada uma das demonstrações financeiras auditadas da Emissora, seja trimestral ou anual, até 05 (cinco) dias úteis após a sua disponibilização pela Emissora à CVM, na forma de legislação aplicável e de acordo com o disposto no item a.8 da Cláusula IX abaixo.

VII.2.2. Os índices e limites financeiros estabelecidos no item VII.2. (f) acima serão apurados ao final de cada trimestre fiscal, sendo certo que, em caso de descumprimento, a Companhia terá até o final do próximo trimestre fiscal, para obter o seu restabelecimento.

VII.2.3. As obrigações previstas nesta Cláusula VII vigorarão durante todo o prazo das Debêntures, até a Data de Vencimento, ou enquanto houver Debêntures em circulação.

VII.3. Após a realização da AGD mencionada na Cláusula VII.2, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescidos da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, a menos que titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, observando-se o previsto no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28/83.

VII.4. Correção de Valores. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas nos itens VII.1 (e), (f) e (h), acima, os respectivos valores de referência serão corrigidos pelo IGP-M a partir da data de assinatura desta Escritura ou, à falta deste, por outro índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.

CLÁUSULA VIII - OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

VIII.1. Oferta de Resgate Antecipado.

VIII.1.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o

resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula V.26 desta Escritura ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se a oferta de resgate será da totalidade das Debêntures ou se a mesma será parcial e, neste caso deverá estar descrito em tal edital, o procedimento para aquisição parcial (sorteio ou atendimento em ordem cronológica); (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) forma de manifestação do Debenturista que aceitar a oferta de resgate; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;
- (ii) Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado;
- (iii) a Emissora, poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e
- (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada nos termos do item V.17.1 desta Escritura; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.

VIII.1.2. As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

VIII.1.3. O pagamento das Debêntures resgatadas por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, (ii) por meio dos procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BovespaFix, e/ ou (iii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não sejam vinculados aos sistemas acima mencionados.

VIII.1.4. Para as Debêntures custodiadas na CETIP, no caso de resgate parcial das Debêntures, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas da Oferta de Resgate Antecipado parcial,

tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

CAPÍTULO IX – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

IX. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- a. encaminhar ao Agente Fiduciário:
 - a.1. dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de seus trimestres sociais, disponibilizar ao mercado suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo trimestre social, bem como relatório contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos índices financeiros estabelecidos no Capítulo VII acima;
 - a.2. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, disponibilizar ao mercado suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e do relatório de administração, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, bem como declaração da Companhia atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, bem como relatório contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos índices e limites financeiros;
 - a.3. cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas editadas pela CVM, inclusive a Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos, ou qualquer outra norma que venha a substituí-la, nos prazos ali previstos;
 - a.4. o anúncio da convocação e a ata de qualquer assembléia geral de acionistas da Emissora, bem como as atas das reuniões do conselho de administração e da diretoria que contenham deliberações que guardem relação com a presente Emissão, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 202/1993, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - a.5. na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula V.26;
 - a.6. informações a respeito de ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento ou Fato Relevante, imediatamente após sua ocorrência, nos termos da Instrução CVM 358/02, informando ainda o Agente Fiduciário;

- a.7. os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas desta Emissão, no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da respectiva data de vencimento;
- a.8. dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis após a disponibilização à CVM de qualquer informação trimestral (ITR) ou anual (DFP-IAN), devidamente auditadas, relatório demonstrativo do cumprimento da obrigação prevista na Cláusula VII.2.1, detalhado em relação a cada um dos índices e limites financeiros a serem observados, com a respectiva memória de cálculo e contas utilizadas;
- a.9. imediatamente, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- a.10. informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no Capítulo VII - Vencimento Antecipado, imediatamente após a sua ocorrência;
- a.11. informações sobre alterações estatutárias ocorridas na Emissora dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis após as referidas alterações, que possam impactar qualquer direito dos Debenturistas da presente Emissão; e
- a.12. cópia dos relatórios de classificação de risco (*rating*) da Emissão, que deverão ser emitidos anualmente pela agência de classificação de risco (*rating*), no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data de seu recebimento. Esses relatórios deverão ser entregues à CVM na mesma data em que forem enviados ao Agente Fiduciário, em cumprimento a este item a.12.
- b. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76 e pelas normas editadas pela CVM, inclusive pela Instrução CVM nº 207, de 01 de fevereiro de 1994, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- c. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- d. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Bovespa-Fix) e a agência de classificação de risco (*rating*) previstas nesta Escritura;
- e. convocar a AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou

indiretamente, se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

- f. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- g. submeter, na forma da legislação aplicável, a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, suas demonstrações financeiras;
- h. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e, bem assim, fornecer aos Debenturistas desta Emissão, quando assim solicitado, as demonstrações financeiras publicadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
- i. manter em adequado funcionamento um centro de atendimento, de forma eficiente, aos Debenturistas desta Emissão;
- j. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- k. notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que (a) possa causar interrupção ou suspensão relevante das atividades da Emissora, (b) ~~faça com~~ que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; ou (c) ~~cause~~ alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura; e
- l. observar os limites de emissão prescritos no artigo 60, da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO X - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

X.1. Nomeação. A Emissora nomeia e constitui a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., como Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

X.2. Declarações. O Agente Fiduciário declara:

- a. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, §3º, da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;

- b. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse, previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;
- c. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- d. aceitar integralmente os termos da presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações nela contidas;
- e. estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações nela previstas;
- f. que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com suas cláusulas;
- g. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não violam qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- h. ser instituição devidamente organizada, equiparada a uma instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- i. que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- j. que verificou a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

X.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, AGD da presente Emissão, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula X.3.4.

X.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá ele comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas desta Emissão, pedindo sua substituição.

X.3.2. É facultado aos Debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

X.3.3. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, inclusive na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

X.3.4. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD desta Emissão não delibere sobre a matéria. Em hipótese alguma a remuneração do agente fiduciário poderá ser superior à remuneração ora avençada.

X.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura, averbado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte.

X.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data desta Escritura, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

X.3.7. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas desta Emissão, em forma de aviso, de acordo com a Cláusula V.26.

X.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados pela CVM, em especial a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.

X.4. Deveres e atribuições. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;
- c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- e. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h. solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora;
- i. solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- j. convocar, quando necessário, a AGD da presente Emissão, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula V.26, observadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura;
- k. comparecer à AGD, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l. elaborar, anualmente, relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - l.1. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - l.2. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - l.3. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - l.4. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

- l.5. resgate, Amortização, aquisição facultativa, e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- l.6. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- l.7. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- l.8. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
- l.9. declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de Agente Fiduciário;
- m. disponibilizar o relatório de que trata a alínea “l” aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - m.1. na sede da Emissora;
 - m.2. no local por ele indicado;
 - m.3. na sede da CVM;
 - m.4. na sede da Bovespa e da CETIP; e
 - m.5. na sede da Instituição Líder;
- n. publicar, às expensas da Emissora, na forma da Cláusula V.2, anúncio comunicando aos Debenturistas desta Emissão que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “m”;
- o. manter atualizada a relação dos Debenturistas desta Emissão, com endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CBLC e à CETIP;
- p. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- q. notificar os Debenturistas desta Emissão, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, discriminando os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha

tomado ou esteja tomando para acautelar e proteger os interesses dos titulares das Debêntures. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- q.1. à CVM;
- q.2. à Bovespa e à CETIP; e
- q.3. à Emissora.
- r. coordenar o sorteio das Debêntures que forem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- s. Enviar à ANBID os relatórios de classificação de risco das Debêntures, que deverão ser elaborados pela agência de *rating* contratada pela Emissora, anualmente, nos termos da Cláusula IX.a.12., em até 05 (cinco) dias úteis contados da veiculação dos referidos relatórios; e
- t. Notificar a Emissora, do descumprimento dos Índices Financeiros, em até 02 (dois) dias úteis contados do recebimento de documentos, por meio dos quais apure o referido descumprimento.

X.5. Atribuições Específicas. Observado as disposições desta Escritura, o **Agente Fiduciário** utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas desta Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos no Capítulo VII:

- a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas desta Emissão;
- c. requerer a falência da Emissora, nos termos da lei brasileira; e
- d. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou, ainda, em qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substituam ou complementem a atual legislação sobre falências e recuperações judiciais ou extrajudiciais.

X.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c", da Cláusula anterior, se, convocada a AGD desta Emissão, aquela assim o autorizar, por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação. Para a hipótese prevista na alínea "d", da Cláusula anterior, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação.

X.6. Remuneração. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, remuneração paga de seguinte forma:

- (a) Parcelas anuais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), devida a primeira no 5º (quinto) dia útil após a obtenção do registro da oferta pública pela CVM e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes;
- (b) O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (c) A remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) As parcelas referentes ao item "a" serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, e até as datas de pagamento de cada parcela seguinte, calculada *pro rata die* se necessário;
- (e) A remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessários ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.
- (f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2 % ao mês e juros de mora de 1,0 % ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- (g) As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Impostos sobre serviços de qualquer natureza), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e

- (h) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

X.7. Despesas. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que, comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas desta Emissão, ou para realizar seus créditos.

X.7.1. O ressarcimento a que se refere a cláusula anterior será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

X.7.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, para resguardar os interesses dos Debenturistas desta Emissão, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas desta Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei e na Instrução CVM nº 28/83, ressarcidas pela Emissora. Os recursos para o pagamento de tais despesas, a serem adiantados pelos Debenturistas desta Emissão, incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas da presente Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, por um período superior a 30 (trinta) dias, com relação ao pagamento destas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas da presente Emissão para cobertura do risco da sucumbência.

X.7.3. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula anterior os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, ficando desde já estipulado que caberá aos demais Debenturistas arcar com tal ônus, devendo os Debenturistas, então impedidos por lei de efetuar tais antecipações, reembolsar os demais Debenturistas quando receberem os valores devidos pela Emissora.

X.7.4. As despesas a que se refere a cláusula X.7 e seguintes compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b. extração de certidões;

- c. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

X.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos Debenturistas da presente Emissão, não saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

CAPÍTULO XI – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

XI.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

XI.2. Convocação. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures, ou pela CVM.

XI.2.1. A Assembléia Geral de Debenturistas será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 08 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

XI.2.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, ao menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, respeitadas as regras relacionadas à publicação de anúncio de publicação.

XI.2.3. Independentemente das formalidades previstas em lei e nesta Escritura, será considerado regular a AGD em que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

XI.2.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observado os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independente de terem comparecido à AGD.

XI.3. Quorum de Instalação. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

X.3.1. Para efeito de constituição de todos os quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstas nesta Escritura, considera-se "Debêntures em

Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; as de titularidade de (i) empresas controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (ii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

XI.4. Mesa Diretora. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

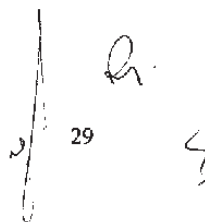
XI.5. Quorum de Deliberação. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, com exceção da modificação (i) da data de vencimento das Debêntures, (ii) das condições da Amortização, (iii) que diminua a Remuneração; (iv) que altere qualquer um dos *quori* de deliberação da AGD; ou (v) que altere qualquer hipótese de vencimento antecipado previstos na presente Escritura, as quais deverão ser deliberadas por Debenturistas que representem 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em circulação, na forma do disposto no artigo 71, § 5º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto na cláusula X.5.1.

XI.5.1. Para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer AGD da presente Emissão, serão excluídos os votos em branco, as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, e de pessoas físicas que sejam controladoras bem como dos administradores de referidas sociedades (“Debêntures em Circulação”).

CAPÍTULO XII – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

XII.1. A Emissora declara e garante que:

- a. é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- b. os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- c. mediante a aprovação da ANEEL e da CVM mencionada no Capítulo II, está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e demais contratos relacionados à Emissão, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- d. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas (d.1) não infringem nem resultam em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora; (d.2) não infringem qualquer disposição legal; (d.3) não resultem na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, (d.4) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (d.5) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- e. esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- f. os prospectos preliminar e definitivo ("Prospectos") contêm e conterão, no mínimo, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, ~~das~~ responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, ~~perdas~~, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo ~~declarações~~ falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- g. as declarações e informações contidas nos Prospectos prestadas ~~pela~~ Emissora com relação à Emissora, suas atividades, sua situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que os Prospectos foram elaborados de acordo ~~com~~ as normas pertinentes;
- h. as opiniões, análises e previsões expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- i. não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- j. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, e as demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 30 de setembro de 2006 e 2007, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e a situação financeira da Emissora refletida Demonstrações Financeiras ora referidas não sofreu, até a data de assinatura desta Escritura, qualquer alteração relevante;

- k. observado o disposto nos Prospectos, a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- l. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer (i) descumprimento contratual, legal, judicial, administrativo ou arbitral; ou (ii) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade; e
- m. a Emissora possui todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas.

CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

XIII.1. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. A presente Escritura é celebrada com caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

XIII.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas desta Emissão, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XIII.3. Despesas. A Emissora arcará com todos os custos (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND e no BovespaFix; (ii) das taxas de registro; (iii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora; (iv) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Banco Depositário, e agência de classificação de risco (*rating*); (v) despesas gerais (*out-of-pocket* – limitadas a R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais); e (vi) despesas com assessoria jurídica.

XIII.4. Título Executivo. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações neles encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

XIII.5. Independência das Cláusulas. Caso uma ou mais cláusulas da presente Escritura sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexecutáveis, em qualquer aspecto, as demais cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e

exeqüíveis, até o cumprimento integral, pelas Partes, de suas obrigações, nos termos desta Escritura.

XIII.6. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

XIII.7. Foro. Fica eleito o Foro do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir as questões oriundas da presente Escritura e da Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

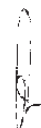


Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, celebram a presente Escritura em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.

São Paulo, 18 de Dezembro de 2007

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

CO
SE
RN
GR
UPO
NEO
ENER
GIA





32


[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN]

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN



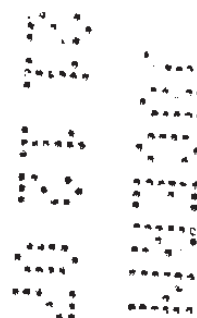
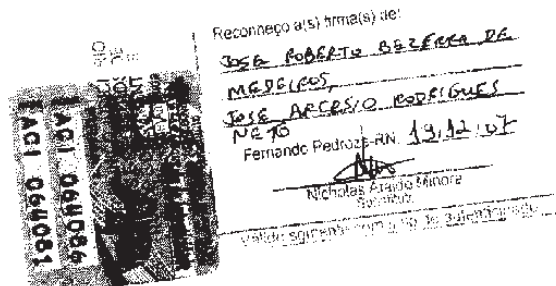
Nome:
Cargo:

José Arcélio Rodrigues Neto
Superintendente Financeiro e de
Relações com Investidores



Nome:
Cargo:

José Roberto Bezerra de Medeiros
Diretor Presidente



[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN]

PAVARINI DISTRUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rosileia
Nome: ROSILEIA MAYER FLORENTINO
Cargo: PROCURADORA

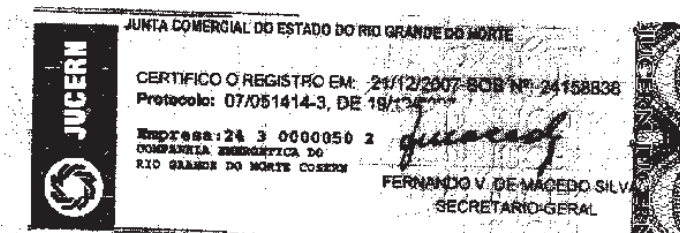
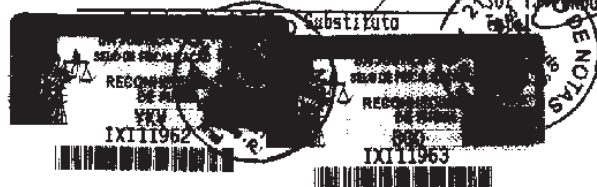
Carlos Alberto Bacha
Nome: CARLOS ALBERTO BACHA
Cargo: PRO-CURADOR

TESTEMUNHAS

1. *Alexandre*
Nome: Alexandre Alves da Silva
RG nº: GERENTE FFI
CPF: 021.950.087-84
CRC/RJ: 081781/0-2

2. *Djailson*
Nome: Djailson Ximenes Dantas
RG nº: Gestor de Dívida e de RI
CPF: 242.578.214-00
RG: 393.600 ITEP/RN

Cartório do 219 Ofício de Notas. Iracema do Ouvidor, 21 B
Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconheço
por semelhança as firmas de: CARLOS ALBERTO BACHA e ROSILEIA MAYER
FLORENTINO
Cod: 01FCSCE0868A
Rio de Janeiro, 18 de Dezembro de 2007. Conf. por:
Eu testemunho da verdade.



-
- Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-conversíveis em Ações, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, renomeado para Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Subordinadas, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**1º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
QUIROGRAFÁRIAS, EM SÉRIE ÚNICA, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO
RIO GRANDE DO NORTE – COSERN, RENOMEADO POR MEIO DESTA
ADITAMENTO PARA INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
SUBORDINADAS, EM SÉRIE ÚNICA, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO
GRANDE DO NORTE – COSERN**

entre

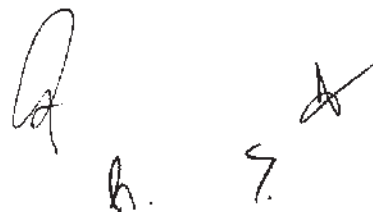
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN,
como Emissora,

E

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
*representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente
emissão*

Datado de

21 de Dezembro de 2007



**1º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
QUIROGRAFÁRIAS, EM SÉRIE ÚNICA, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO
RIO GRANDE DO NORTE – COSERN, RENOMEADO POR MEIO DESTA
ADITAMENTO PARA INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
SUBORDINADAS, EM SÉRIE ÚNICA, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO
GRANDE DO NORTE – COSERN**

Pelo presente instrumento particular:

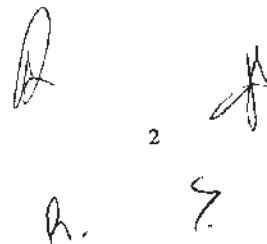
1. **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN**, companhia aberta com sede na Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua Mermoz, nº 150, Bairro Baldo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.324.196/0001-81, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada “Emissora”); e
2. **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente emissão (doravante denominados “Agente Fiduciário” e “Debenturistas”, respectivamente),

(doravante denominadas, conjuntamente, “Parte” ou “Partes”),

vêm, por este e na correta forma de direito, celebrar o presente “Instrumento Particular de 1º Aditamento à “Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN” renomeada por meio do presente instrumento para “Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Subordinadas, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN” (doravante denominado “Aditamento”), contendo as seguintes cláusulas e condições:

**CAPÍTULO I
DA AUTORIZAÇÃO**

Este Aditamento é celebrado com base na deliberação tomada na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de dezembro de 2007 (“RCA”).



2

CAPÍTULO II

AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO E PUBLICAÇÃO DA ATA DE RCA

O presente Aditamento e a ata de RCA serão submetidos a arquivamento perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte - JUCERN em até 10 (dez) dias corridos contados da presente data.

CAPÍTULO III

ALTERAÇÕES

III.1. Fica alterada a denominação da “Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN” a qual é renomeada por meio do presente Aditamento para “Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Subordinadas, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN” (a “Escritura”).

III.2. Fica alterada a Cláusula V.8 da Escritura, a qual passa a vigorar com a redação a seguir. Face à presente deliberação é neste ato suprimida a Cláusula V.8.1.

“V.8. Espécie. As Debêntures serão da espécie subordinada, sendo que, mediante o resgate antecipado de debêntures da 3ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária da Emissora, no montante de principal igual ao montante da 4ª Emissão na Data de Emissão, as Debêntures serão automaticamente transformadas em debêntures da espécie quirografária.”

III.3. Fica alterada a Cláusula V.9 da Escritura, a qual passa a vigorar com a redação a seguir.

“V.9. Limite da Emissão. Nos termos do parágrafo 4º do artigo 60 da Lei das Sociedade por Ações, à Emissão das Debêntures da espécie subordinadas não se aplica os limites estabelecidos no referido artigo. Adicionalmente, tendo em vista que na data de celebração da presente Escritura, (i) o capital social autorizado da Emissora é de R\$ 179.787.268,58 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), (ii) em 30 de setembro de 2007 o montante total atualizado das debêntures de emissões anteriores da Emissora em circulação era de R\$180.608.804,92 (cento e oitenta milhões, seiscentos e oito mil, oitocentos e quatro reais e noventa e dois centavos), e (iii) que os recursos da presente emissão serão integralmente destinados à liquidação do resgate antecipado de debêntures da 3ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária da Emissora, uma vez realizado referido resgate antecipado, estará atendido o limite para a emissão de debêntures quirografárias previsto no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, possibilitando a transformação das

3

h.

7

X

Debêntures em debêntures quirográficas, conforme descrito na Cláusula V.8 desta Escritura."




CLÁUSULA IV RATIFICAÇÃO

Todos os demais termos e condições da Escritura que não tenham sido expressamente alterados por este Aditamento, são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.

Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, celebram o presente Aditamento em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.


Rio de Janeiro, 21 de Dezembro de 2007


[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



4



[Página de assinaturas do 1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, renomeado por meio deste Aditamento para Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Subordinadas, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN]

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN


Nome: José Roberto Bazzera de Medeiros
Cargo: Diretor Presidente


Nome: Edine B. Servão
Cargo: Superintendente de Planejamento e Controle

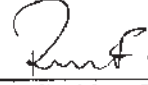
Reconheça e(s) firma(s) de:
JOSÉ ROBERTO BAZZERA DE
MEDIEIROS
JOSÉ LEMAYRE B. TEIXEIRA
Fernando Pedroza/RN, 26/12/07

Nicholas, Assista Minore
Assistente
Assistente de Autenticidade

A. 5

[Página de assinaturas do 1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, renomeado por meio deste Aditamento para Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Subordinadas, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN,]

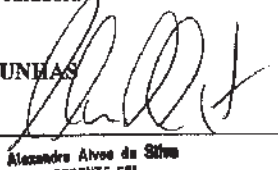
Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2007

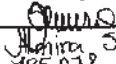
PAVARINI DISTRUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.


Nome: Rosileia Mayer Florentino
Cargo: Procuradora


Nome: Carlos Alberto Bacha
Cargo: Procurador

TESTEMUNHAS

1. 
Nome: Alexandre Alves da Silva
RG nº: 021.040.087-00
CPF: 021.040.087-00
CRC/RJ: 051781/0-2

2. 
Nome: Almiria Silva D. Campos Furtosa
RG nº: 485.072

Cartório do 219 Ofício de Notas, Travessa do Ouvidor, 21 B
Centro, Rio de Janeiro - RJ. Tabelião: Ney Ribeiro, Reconheço
por semelhança as firmas de: CARLOS ALBERTO BACHA e ROSILEIA MAYER
FLORENTINO
Cod: 01FC6ED37397
Rio de Janeiro, 21 de Dezembro de 2007. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia : 6,00
Paulo Osias - Substituto 30% TJ+FUNDOS :
Total :



-
- IAN - Informações Anuais da Emissora de 31 de dezembro de 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2006

Divulgação Externa

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 018139	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08324196000181
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL COSERN		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR COMPANHIA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DO RN		
6 - NIRE 24300000502		
7 - SITE www.cosern.com.br		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Mermoz, 150				2 - BAIRRO OU DISTRITO Baldo	
3 - CEP 59025-250		4 - MUNICÍPIO Natal			5 - UF RN
6 - DDD 084	7 - TELEFONE 3215-6104	8 - TELEFONE 315-6105	9 - TELEFONE 3215-6100	10 - TELEX 2373	
11 - DDD 084	12 - FAX 3215-6242	13 - FAX 3215-6470	14 - FAX 3215-6484		
15 - E-MAIL cosern@cosern.com.br					

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME Alexandre Alves da Silva					
2 - CARGO Ger. do Dep. Fin. e de Rel. com Invest.					
3 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Mermoz, 150				4 - BAIRRO OU DISTRITO Baldo	
5 - CEP 59025-250		6 - MUNICÍPIO Natal			7 - UF RN
8 - DDD 084	9 - TELEFONE 3215-6134	10 - TELEFONE 3215-6159	11 - TELEFONE 3215-6134	12 - TELEX 2373	
13 - DDD 084	14 - FAX 3215-6454	15 - FAX 3215-6242	16 - FAX 3215-6439		
17 - E-MAIL alexandre.alves@cosern.com.br					

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME Banco do Brasil					
19 - CONTATO Elizabeth Pontes Linhares					
20 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Professor Lúcio Gama, nº 105, 26º andar				21 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
22 - CEP 20031-080		23 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro			24 - UF RJ
25 - DDD 021	26 - TELEFONE 3808-3715	27 - TELEFONE 3808-3551	28 - TELEFONE 3808-3554	29 - TELEX	
30 - DDD 021	31 - FAX 3808-3466	32 - FAX 3808-3687	33 - FAX 3808-3551		
34 - E-MAIL aescriturais@bb.com.br					

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2006

Divulgação Externa

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37 - UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01	Natal	RN	84	215-6015	215-6299
02	Natal	RN	84	215-6015	215-6299
03	Natal	RN	84	215-6015	215-6299
04	Natal	RN	84	215-6015	215-6299

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Erick da Costa Breyer					
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Mermoz, 150				3 - BAIRRO OU DISTRITO Baldo	
4 - CEP 59025-250		5 - MUNICÍPIO Natal			6 - UF RN
7 - DDD 084	8 - TELEFONE 3215-6104	9 - TELEFONE 3215-6103	10 - TELEFONE 3215-6100	11 - TELEX 2373	
12 - DDD 084	13 - FAX 3215-6242	14 - FAX 3215-6470	15 - FAX 3215-6484		
16 - E-MAIL ebreyer@cosern.com.br					
17 - DIRETOR BRASILEIRO SIM	18 - CPF 955.093.217-68	19 - PASSAPORTE CE 836242			

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/2006		2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/2006	
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/2007		4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/2007	
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Emst & Young Auditores Independentes S/S			6 - CÓDIGO CVM 00471-5
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Paulo José Machado			8 - CPF DO RESP. TÉCNICO 014.319.648-08

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO				
<input type="checkbox"/> BVBAAL	<input type="checkbox"/> BVMESE	<input type="checkbox"/> BVPR	<input type="checkbox"/> BVRJ	<input type="checkbox"/> BVST
<input type="checkbox"/> BVES	<input type="checkbox"/> BVPP	<input checked="" type="checkbox"/> BVRG	<input checked="" type="checkbox"/> BOVESPA	
2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO Bolsa				
3 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional				
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica				
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Serviço Público de Energia Elétrica				6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES SIM

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2006

Divulgação Externa
Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Nacional Holding	
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.	
<input checked="" type="checkbox"/> Ações	<input type="checkbox"/> Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
<input type="checkbox"/> Debêntures Conversíveis em Ações	<input type="checkbox"/> Notas Promissórias (NP)
<input type="checkbox"/> Ações Resgatáveis	<input type="checkbox"/> BDR
<input type="checkbox"/> Partes Beneficiárias	<input type="checkbox"/> Outros DESCRIÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> Debêntures Simples	
<input type="checkbox"/> Bônus de Subscrição	
<input type="checkbox"/> Certificado de Investimento Coletivo (CIC)	

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs. 12/03/2007	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs. 18/12/2007
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs. 12/03/2007	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 29/01/2007

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO - DOE	RN
02	VALOR ECONÔMICO	SP
03	TRIBUNA DO NORTE	RN

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 18/12/2007	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

Divulgação Externa
Legislação Societária

Serviço Público Federal
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLE	8 - CARGO	9 - FUNÇÃO
01	JOSÉ ROBERTO BEZERRA DE MEDEIROS	069.553.554-49	01/09/2006	01/09/2009		1	10	Diretor Presidente / Superintendente
03	PAULO ROBERTO DUTRA	984.752.407-63	01/09/2006	01/09/2009		1	19	Diretor de Planejamento e Controle
04	ERIK DA COSTA BREYER	955.093.217-68	01/09/2006	01/09/2009		1	12	Diretor de Relações com Investidores
05	SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO	304.753.094-72	01/09/2006	01/09/2009		1	19	Dir. de Regulação
06	ROSELI SCHILAGI	022.106.988-71	01/09/2006	01/09/2009		1	19	Dir. de Recursos Humanos e Serv. Gerais
07	PEDRO DAMÁSIO DA COSTA NETO	074.135.214-15	07/03/2006	Até AGO 2008		2	NÃO	Conselho de Administração (Efetivo)
08	JOILSON RODRIGUES FERREIRA	945.772.268-04	07/03/2006	Até AGO 2008		2	SIM	Conselho de Administração (Efetivo)
09	GONZALO GÓMEZ ALCÁNTARA	012.424.134-48	07/03/2006	Até AGO 2008		2	SIM	Conselho de Administração (Efetivo)
10	LUCIANA FREITAS RODRIGUES	759.395.847-72	07/03/2006	Até AGO 2008		2	SIM	Conselho de Administração (Efetivo)
11	RENATO SOBRAL PIRES CHAVES	764.238.837-34	07/03/2006	Até AGO 2008		2	SIM	Presidente do Conselho de Administração
12	CLAYTON FERRAZ DE PAIVA	000.925.334-34	07/03/2006	Até AGO 2008		2	SIM	Conselho de Administração (Efetivo)
13	GONZALO PEREZ FERNANDEZ	058.458.437-74	07/03/2006	Até AGO 2008		2	SIM	Vice Presidente Cons. de Administração
14	MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORRÊA	425.052.917-72	07/03/2006	Até AGO 2008		2	SIM	Conselho de Administração (Efetivo)
15	MARIO JOSÉ RUIZ TAGLE LARRAIN	058.458.437-74	07/03/2006	Até AGO 2008		2	SIM	Conselho de Administração (Suplente)
16	ROSEANE DE ALBUQUERQUE SANTOS	756.092.154-04	24/07/2006	Até AGO 2008		2	SIM	Conselho de Administração (Suplente)
17	ROBERTO MEDEIROS DOS SANTOS	459.476.274-34	07/03/2006	Até AGO 2008		2	SIM	Conselho de Administração (Suplente)
18	JOSEMAR MEIRELES GRILLO	965.549.707-30	30/07/2007	Até AGO 2008		2	SIM	Conselho de Administração (Suplente)
19	ANTÔNIO CARLOS SILVA	361.420.698-04	07/03/2006	Até AGO 2008		2	SIM	Conselho de Administração (Suplente)
20	ALBERTO MONTEIRO QUEIROZ NETO	843.603.807-04	07/03/2006	Até AGO 2008		2	SIM	Conselho de Administração (Suplente)
21	FRANCISCO ANTÔNIO VEIGA DE MEDEIROS	221.630.424-72	07/03/2006	Até AGO 2008		2	SIM	Conselho de Administração (Suplente)
22	ZENÓBIO DO RÊGO FILHO	108.009.724-49	07/03/2006	Até AGO 2008		2	NÃO	Conselho de Administração (Suplente)

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

02.01.02 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO FISCAL

1 - CONSELHO FISCAL INSTALADO SIM	2 - PERMANENTE NÃO
--------------------------------------	-----------------------

3 - ITEM	4 - NOME DO CONSELHEIRO	5 - CPF	6 - DATA DA ELEIÇÃO	7 - PRAZO DO MANDATO	8 - CARGO	9 - FUNÇÃO
01	RICARDO JOSÉ DA COSTA FLORES	285.080.334-00	27/03/2007	18 A GO 2008	43	C.F. (ELETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
02	ELOIR COGLIATT	397.355.597-49	27/03/2007	18 A GO 2008	43	C.F. (ELETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
03	RODOLFO ROCHA	078.187.037-21	27/03/2007	18 A GO 2008	43	C.F. (ELETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
04	FRANCESCO GAUDIO	128.804.777-00	27/03/2007	18 A GO 2008	46	C.F. (SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
05	VALMIR DE SIQUEIRA VASCONCELOS	005.475.654-53	27/03/2007	18 A GO 2008	46	C.F. (SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
06	RUBENS ANDRÉ CHAGAS BRITO	981.761.457-34	27/03/2007	18 A GO 2008	46	C.F. (SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR**Diretoria Executiva**

José Roberto Bezerra De Medeiros

Data de Nascimento: 28 de dezembro de 1957

Engenheiro Elétrico, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Colaborador da Cosern desde 1981, exerceu vários cargos de chefia e gerência. Participou, como representante da Cosern, de grupos de trabalhos e comitês relacionados ao setor de energia elétrica. Diretor Presidente da Cosern.

Paulo Roberto Dutra

Data de nascimento: 15 de setembro de 1966.

Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Cândido Mendes e pós graduado em Finanças pela FGV/RJ. Foi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da AES TIETE S.A – AES Corporation e Chefe do Departamento de Custos e Informações Gerenciais da Light Serviços de Eletricidade S.A. Atualmente exerce o cargo Diretor de Planejamento e Controle da COSERN.

Erik da Costa Breyer

Data de nascimento: 14 de fevereiro de 1971.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral, MBA em Finanças e Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas e Mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Foi Gerente de Administração de Fundos de Investimentos do Banco do Brasil. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Neoenergia S.A., Diretor de Economia, Finanças e de Relações com Investidores da COELBA, COSERN e CELPE, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores da Itapebi Geração de Energia S.A., membro Titular do Conselho de Administração da CREMER S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Petrobahia S.A.

Roseli Schilagi

Data de nascimento: 29 de julho de 1964.

Graduada em Administração de Empresas pela Universidade São Judas Tadeu, MBA Executivo APG, MBA Administração USP/Ford. Foi Diretora de Recursos Humanos e Administração da Ameritel S.A. e Diretor de Recursos Humanos da Goodyear Brasil. Atualmente exerce o cargo de Diretor de Recursos Humanos da Neoenergia S.A. e Diretor de Recursos Humanos e Serviços Gerais da COELBA, COSERN e CELPE.

Solange Maria Pinto Ribeiro

Data de nascimento: 18 de novembro de 1961.

Graduada em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Mestrado em Engenharia Elétrica pela PUC-RJ. Foi adjunta da Diretoria Financeira da CHESF, Senior Consultant da National Economic Research Associates e Diretora de Assuntos Regulatórios da ELETROPAULO METROPOLITANA S.A. Atualmente exerce o cargo de Diretor de Regulação da Neoenergia S.A., Diretor de Coordenação Territorial da COELBA, COSERN e Diretor de Regulação e Tarifas da CELPE.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR**Conselho de Administração – Membros Titulares****JOILSON RODRIGUES FERREIRA**

Data de Nascimento: 10 de dezembro de 1961

Brasileiro, casado, natural de S.Paulo (SP), bacharel em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), pós graduado em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Gerente-Executivo de Governança e Investimentos no Banco do Brasil S.A., conselheiro de administração suplente da Neoenergia, conselheiro titular da Coelba, Celpe, Termopernambuco, NCenergia e Itapebi, Coordenador dos Comitês Financeiros da Brasilsaúde e da Brasilveículos, ex-vice presidente do conselho de administração da CPFL Energia, CPFL Piratininga, CPFL Paulista, CPFL Geração e CPFL Brasil, foi Diretor interino de Administração e de Participações da PREVI e ex-Diretor da CASSI-Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, ex-vice presidente do CIEFAS (atual Unidas).

Luciana Freitas Rodrigues

Data de Nascimento: 03 de julho de 1966

Graduada em Estatística pela Faculdade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Atuária pela Estácio de Sá, MBA em Finanças pelo IBMEC e Analista de Projetos de Sistemas pelo IBAM. Funcionária de carreira do Banco do Brasil e atualmente à disposição da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, onde exerce o cargo de Técnico Sênior.

Renato Sobral Pires Chaves

Data de Nascimento: 07 de setembro de 1965

Graduado e Pós-Graduado em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas – RJ, Master em Finanças/Mercado de Capitais pela PUC – RJ e Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Funcionário de carreira do Banco do Brasil, atualmente à disposição da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, onde exerce o cargo de Diretor de Participações.

Atualmente Presidente do Conselho.

Gonzalo Perez Fernandez

Data de nascimento: 18 de novembro de 1949

Graduado em Engenharia Industrial pela “Escuela Técnica Superior de Ingenieros Industriales de Madrid”, Especialista em Técnicas Elétricas e Pós-Graduação pelo “Instituto de Estudios Superiores de Empresa Universidade de Navarra”. Foi conselheiro Vice –Presidente da Associação Mexicana de Empresas Elétricas, Presidente da Iberdrola México e Presidente da Empresa Elétrica da Guatemala. Atualmente é Vice Presidente do Conselho de Administração da Cosern.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Clayton Ferraz De Paiva

Data de Nascimento: 03 de julho de 1939

Graduado em Engenharia Elétrica e Civil. Como Engenheiro ajudou em várias equipes da SUDENE. Na CHESF foi Assessor, Chefe de Departamento e Gabinete e Presidente em exercício da FACHESF. Desenvolveu várias atividades no Sindicato dos Engenheiros do Estado de Pernambuco.

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa

Data de Nascimento: 03 de fevereiro de 1956

Graduado em Engenharia pela PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, Rio de Janeiro/RJ; Pós Graduação em MBA em Finanças pelo IBMEC, Rio de Janeiro/RJ

Idiomas - Português nativo, inglês fluente e conhecimentos de espanhol, Atualmente exerce o cargo de Diretor Presidente da Neoenergia S/A, de 1997 a 2004 exerceu a função de Diretor Presidente da VBC - ENERGIA S/A e Serra da Mesa Energia, São Paulo, em; 1997 exerceu o cargo de Consultor da PLANNER TEXTIL S/A, São Paulo/SP, em 1996 exerceu o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com o Mercado da HERING TEXTIL S/A, São Paulo, SP, em 1995 foi CONSULTOR DE UMA JOINT-VENTURE (IPSUN e BFFI), São Paulo/SP, de 1990 a 1995 exerceu o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com o Mercado da SADE SUL AMERICANA DE ENGENHARIA/EQUIPAMENTOS VILLARES S/A, São Paulo/SP e de 1983 a 1990 exerceu os cargos de Gerente de Custos e Orçamento e Diretor Administrativo e Financeiro da SEQUIP, Rio de Janeiro, RJ.

Gonzalo Gómez Alcántara

Data de Nascimento: 13/12/1959.

Graduado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Católico de Artes e Industrias (I.C.A.I.) Universidad Pontificia Comillas (Madrid-España) Ingeniero Superior Industrial del ICAI, especialidad eléctrica.

Pedro Damásio Da Costa Neto

Data de Nascimento: 11 de fevereiro de 1953

Graduado em Engenharia Elétrica e Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Engenheiro da Cosern desde agosto de 1977 é atualmente diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética e Empresas Prestadoras de Serviço no Setor Elétrico e Similares no Estado do Rio Grande do Norte - SINTERN.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Conselho de Administração - Membros Suplentes

Mario José Ruiz-Tagle Larrain

Data de Nascimento: 08 de julho de 1965

Graduado em Direito pela Universidade Diego Portales em 1990 e Pós-Graduado em Administração de Empresas pela Pontificia Universidad Católica do Chile em 2001. Foi Diretor das empresas Madera Cóndor S.A e Florestal Comaco S.A. Ocupou também os cargos de Diretor Suplente da Sociedad Iberoamericana de Energia – IBENER S.A, Sociedad Inversora Elétrica Andina S.A.

Roseane de Albuquerque dos Santos

Data de nascimento: 16 de novembro de 1970

Graduada em Direito pela Pontícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; MBA em Direito e Economia da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas, Consultora Jurídica e Regulamentar do Grupo Endesa, Consultora Jurídica do MAE – Mercado Atacadista de Energia Elétrica, Coordenadora da área de Contratos e Jurídico Regulatório da CERJ – Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro, Advogada Contratos e Licitações da Furnas Centrais Elétricas S/A. Atualmente é Assessora Jurídica do grupo Neoenergia.

Antônio Carlos Silva

Data de nascimento: 21 de novembro de 1951

Técnico em Contabilidade e Graduando em Direito

Pelo Banco do Brasil foi Assistente Administrativo na Direção Geral, Chefe de Setor na Direção Geral, Chefe de Gabinete de Diretoria, Gerente de Propaganda e Promoção da Secretaria de Comunicação da presidência, Superintendente da BB Administradora de Cartões de Crédito, Diretor de Comunicação e Marketing, Assessor de Gabinete de Diretoria, Chefe Adjunto de Gabinete, Assistente Técnico na Direção Geral, Diretor Executivo da AGS Comunicação e Marketing, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário. Atualmente é Diretor Regional em Brasília da Denison Brasil Publicidade Ltda.

Roberto Medeiros dos Santos

Data de nascimento: 08 de maio de 1966

Bacharel em Direito e Pós-graduado em Administração de Empresas na área de Recursos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Advogado militante há nove anos. Ex-funcionário da PETROBRAS, trabalhou durante 12 anos na área de engenharia e inspeção de equipamentos em unidades de óleo e gás. Como advogado atuou em Direito Público e Empresarial nas áreas: contratual, tributária, financeira e administrativa. Prestou assessoria jurídica a Prefeituras e Câmaras Municipais no Estado do Rio Grande do Norte. Atualmente ocupa o cargo de Gerente do Departamento Jurídico da COSERN. É professor de da Universidade Potiguar. Exerce também o cargo de tesoureiro da Caixa de Assistência dos Advogados do RN.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Data de nascimento: 30 de novembro de 1967

Graduado em Administração pela Faculdade Cândido Mendes, Inglês pela EF International School of English – New York, MBA em Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas, Mercado de Capitais e Finanças Corporativas pela USP/FEA, Mestrado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas

Josemar Meireles Grilo

Data de nascimento: 24 de outubro de 1970

Graduado em Ciências Contábeis pela Associação Jacarepaguá de Ensino Superior, com Especialização em MBA Finanças pela Fundação Getúlio Vargas, Especialização em Finanças e Gestão Corporativa pela Universidade Cândido Mendes.

Exerce o cargo de Assessor Sênior da Diretoria de Mercado de Capitais e Investimentos (RJ), com a função de analista da área de Governança Corporativa das empresas participadas do Banco do Brasil. Atualmente é suplente do conselho de administração das empresas Neoenergia, Coelba, Celpe, Cosern, Nc Energia, Itapebi, Termope, Afluente, Baguari I, Goiás Sul, Geração CIII, Bahia PCH I e Neoenergia Investimentos.

Francisco Antônio Veiga de Medeiros

Data de Nascimento: 21 de janeiro de 1959

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte com curso de Especialização em Administração para Executivos pela FGV/RJ, Pós Graduação em Finanças Empresariais pela FGV/RJ, Especialização em Finanças Corporativa pela UFRN. Colaborador da COSERN desde 1981, exerceu os cargos de Assessor da Diretoria de Operações, de Gestão Empresarial, Assistente da Diretoria Administrativa, Diretor Seguridade FASERN. Exerce atualmente o cargo de Diretor Presidente da FASERN.

Zenóbio do Rêgo

Data de Nascimento: 19 de setembro de 1956

Eletrotécnico, trabalha na COSERN, é suplente do representante dos empregados no Conselho de Administração.

Diretor Patrimonial e Previdência Social do SINTERN.

Sócio fundador do Sindicato dos Técnicos do Rio Grande do Norte.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Conselho Fiscal – Membros Titulares

Ricardo José da Costa Flores

Data de nascimento: 21 de janeiro de 1964.

Graduado em Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB em 31/12/89. Participou de vários cursos de especialização em Finanças, Economia e Idiomas voltados para a área financeira e econômica, dentre eles: - Análise de Projetos na área de finanças, ministrado pela Fundação Getúlio Vargas; Elaboração de Projetos na área de finanças ministrado pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPE; MBA Controller na área de Controladoria ministrado pela fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuaria; MBA Programa de Formação Geral Básica para altos executivos na área de Administração ministrado pela Fundação Instituto de Administração (FIA) – USP.

Atualmente exerce o cargo de Diretor de Reestruturação de Ativos Operacionais no Banco do Brasil.

Elair Cogliatt

Data de nascimento: 30 de novembro de 1955

Graduado em Ciências Econômicas pela UCP – Universidade Católica de Petrópolis (RJ), com Pós-Graduação MBA Formação de altos executivos pela FGV EPGE Escola de Pós-Graduação em Economia – Rio(RJ), concluído em 2002. Foi Diretor do BB Banco de Investimentos e DIMEC – Diretoria de Mercado de Capitais e Investimentos no período de novembro/2001 a dezembro/2003; Gerente Agência Petrópolis do banco Nacional S/A no período de 1976 a 1982.

Rodolfo Fernandes da Rocha

Data de Nascimento: 9 de fevereiro de 1976.

Contador, formado pelo Centro Universitário Plínio Leite - Rio de Janeiro. Exerce o cargo de Gerente de Consolidação e Controle para a região América do Sul do Grupo Iberdrola. Anteriormente foi Coordenador de Contabilidade Internacional da Tractebel Energia, empresa do Grupo Suez, trabalhou na área de normas e procedimentos de controle da Companhia Vale do Rio Doce e foi Top Senior de Auditoria da Deloitte, onde iniciou sua carreira profissional e permaneceu por 6 anos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Conselho Fiscal – Membros Suplentes

Rubens André Chagas Brito

Data de Nascimento: 23 de outubro de 1970

Graduado no curso de Desenho Industrial, com MBA em Gestão Empresarial (pós graduação lato sensu) – IDHGE – Funcefet, Bacharel em Desenho Industrial (projeto de produto) – Faculdade da Cidade, Curso Básico de Administração – FGV.

Experiência na Diretoria de Mercado de Capitais e Gerenciamento do Setor de Operações do Banco do Brasil. Participou de vários cursos de aperfeiçoamento no Banco, dentre eles; Qualidade do Crédito, Economia Aplicada, Organização Sistema e Métodos, Introdução a Qualidade Total, Básico de Contabilidade, Relações Jurídico-Negociais, Análise Financeira de Crédito, Governança Corporativa, Avaliação de Empresas, Avaliação de Investimento, Direitos do consumidor.

Francesco Gaúdio

Data de Nascimento: 12 de fevereiro de 1947

Graduado nos cursos de Ciências Contábeis em 1978 e Administração de Empresas em 1975 pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior. Experiência no gerenciamento e implantação de diversas áreas como: Administrativa, Financeira, Custos, Crédito, Cobrança, Contabilidade, Auditoria e Controle. Ocupou cargos de Diretor Administrativo, Superintendente Financeiro, Gerente Contábil dos Bancos Dracma S/A, Mesbla Serviços Financeiros e Fininvest S/A como Gerente Geral.

Valmir de Siqueira Vasconcelos

Data de Nascimento: 05 de abril de 1947

Graduado em Ciências Econômicas em 1973 pela Faculdade de Ciências Econômicas de Patos – Paraíba.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
AGO	27/03/2007	6.193	10	NÃO	NÃO
7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO	8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS				

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL
	8 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	10 - QUANTIDADE (Unidade)	11 - PERCENTUAL	12 - QUANTIDADE (Unidade)	13 - PERCENTUAL
	SIM	3.240.262	2,50	1.335.893	3,49
				14 - QUANTIDADE (Unidade)	15 - PERCENTUAL
				4.576.155	2,72

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO		
1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL
PNA	724.347	3,52
PNB	611.546	3,45

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF				
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (M II)	7 - % (M II)	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (M II)	9 - % (M II)	10 - TOTAL DE AÇÕES (M II)	11 - % (M II)	12 - COMP.CAP.SOC. (M II)	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR	
15/11 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (M II)	15/3 - % PREFERENCIAIS (M II)							
001	NEOENERGIA S/A						01.083.200-0001/18	BRASILEIRA	BR
	110.782	85,38	31.153	81,28	141.935	84,45	31/12/2005		SIM
PNA			16.507	80,11					
PNB			14.646	82,64					
TOTAL			31.153	81,28					
002	IBERENER IBERDROLA ENERGIA S.A							ESPAÑHOLA	ES
	8.147	6,28	3.635	9,48	11.782	7,01	31/12/2006		NÃO
PNA			2.218	10,76					
PNB			1.417	8,00					
TOTAL			3.635	9,48					
003	UPTICK PARTICIPAÇÕES							BRASILEIRA	BR
	7.577	5,84	2.204	5,75	9.781	5,82	31/12/2006		NÃO
PNA			1.157	5,61					
PNB			1.047	5,91					
TOTAL			2.204	5,75					
997	AÇÕES EM TESOURARIA								
	0	0,00	0	0,00	0	0,00			
998	OUTROS								
	3.240	2,50	1.336	3,49	4.576	2,72			
PNA			724	3,52					
PNB			612	3,45					

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (MI)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (MI)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (MI)		11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (MI)	15/3 - % PREFERENCIAIS							
TOTAL		1.336		3,49					
999	TOTAL		129.746	100,00	38.328	100,00	168.074	100,00	
PNA					20.606		100,00		
PNB					17.722		100,00		
TOTAL					38.328		100,00		



Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - 1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
001	NEOENERGIA S/A	31/12/2005

1 - 1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
001001	IBEROPOLA ENERGIA		ESTRANGEIRA	ES		
2.281.748.135	39,00	0	0,00	2.281.748.135	39,00	31/12/2006
001002	PREVI - CAIXA DE PREV. FUNC. DO BRASIL	33.754.482-0001/24	BRASILEIRA	BR		
1.301.396.223	22,24	0	0,00	1.301.396.223	22,24	31/12/2006
001003	521 PARTICIPAÇÕES S.A.	01.547.749-0001/16	BRASILEIRA	BR		
1.048.751.314	17,93	0	0,00	1.048.751.314	17,93	31/12/2006
001004	BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A.	24.933.830-0001/30	BRASILEIRA	BR		
515.361.395	8,81	0	0,00	515.361.395	8,81	31/12/2006
001005	FUNDO MÚTUA INV. AÇÕES CART. LIV-BB	01.955.458-0001/67	BRASILEIRA	BR		
379.521.390	6,49	0	0,00	379.521.390	6,49	31/12/2006
001006	FUNDO MÚTUA INV. AÇÕES CART. LIV-BB	73.899.742-0001/74	BRASILEIRA	BR		
323.857.717	5,53	0	0,00	323.857.717	5,53	31/12/2006
001999	TOTAL					
5.850.636.174	100,00	0	0,00	5.850.636.174	100,00	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
001001	IBERDROLA ENERGIA	31/12/2006
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - OFF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
9 - %	10 - AÇÕES COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
12 - COMP. CAP. SOC.	4 - NACIONALIDADE	5 - UF

Divulgação Externa
Legislação Societária

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM 001002	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA PREVI - CAIXA DE PREV. FUNC. DO B BRASIL					3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2006
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC. (Unidades)

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF					
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS/ (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP CAP SOC.	
1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL									
001003		521 PARTICIPAÇÕES S.A.		31/12/2006									

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM 001004	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2006
1 - ITEM 8 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - % 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - % 10 - AÇÕES COTAS TOTAL (Unidades)
11 - % 12 - COMP. CAP. SOC. (Unidades)	3 - OFF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE
5 - UF		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
001005	FUNDO MÚTUO INOVAÇÕES CART LIV-BB	31/12/2006
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CFF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
9 - %	10 - AÇÕES COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
12 - COMP. CAP. SOC.	4 - NACIONALIDADE	5 - UF

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM 001006	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA FUNDO MÚTUO INV AÇÕES CART LIV-BB					3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2006	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL					3 - C/PF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL					
0002	IBERENER IBERDROLA ENERGIA S.A	31/12/2006					
2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF			
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/ COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	
0002001	49.097.370 100,00	0	0,00	49.097.370 100,00	31/12/2006	ESPAHOLA	ES
0002999	49.097.370 100,00	0	0,00	49.097.370 100,00	TOTAL		



Divulgação Externa
 Legislação Societária

Serviço Público Federal
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2006

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM 002001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA IBERDROLA ENERGIA S.A		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2006			
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC. (Unidades)

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA						3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL		
003	UPTICK PARTICIPAÇÕES						31/12/2006		
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL						3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.		
ENNESSA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES									
003001	52.473.003	100,00	0	0,00	52.473.003	100,00	02.205.515-0001/53		BR
TOTAL									
003999	52.473.003	100,00	0	0,00	52.473.003	100,00			



Divulgação Externa
Legislação Societária

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM 003001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA ENNESSA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2006			
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2006

Divulgação Externa

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 08/08/2005

2 - ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	NOMINATIVA		129.746	138.788	138.788
02	PREFERENCIAIS			0	0	0
03	PREFERENCIAIS CLASSE A	NOMINATIVA		20.606	22.042	22.042
04	PREFERENCIAIS CLASSE B	NOMINATIVA		17.722	18.957	18.957
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			168.074	179.787	179.787

Divulgação Externa
Legislação Societária

Serviço Público Federal
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	7 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	08/08/2005	140.413	39.374	RESERVA ESPECIAL DE ÁGIO	0	0,0000000000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2006

Divulgação Externa

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
0	0	

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)

Divulgação Externa
Legislação Societária

Serviço Público Federal
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LÚCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
01	DIVIDENDO	AGE	29/03/2004	31/12/2003	57.825	0,4814658000	ORDINÁRIA		62.468	31/03/2004
02	DIVIDENDO	AGE	29/03/2004	31/12/2003	57.825	0,5296124000	PREFERENCIAL		20.299	31/03/2004
03	DIVIDENDO	AGO	29/03/2004	31/12/2003	57.825	0,2249073000	ORDINÁRIA		29.181	31/03/2004
04	DIVIDENDO	AGO	29/03/2004	31/12/2003	57.825	0,2473980000	PREFERENCIAL		9.482	31/03/2004
05	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	29/12/2003	31/12/2003	57.825	0,0968085000	ORDINÁRIA		12.561	30/01/2004
06	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	29/12/2003	31/12/2003	57.825	0,0968085000	PREFERENCIAL		3.710	30/01/2004
07	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	13/07/2004	31/12/2004	112.873	0,0901651000	ORDINÁRIA		11.699	06/08/2004
08	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	13/07/2004	31/12/2004	112.873	0,0991816000	PREFERENCIAL		3.801	06/08/2004
09	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	10/11/2004	31/12/2004	112.873	0,1221592000	ORDINÁRIA		15.850	30/11/2004
10	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	10/11/2004	31/12/2004	112.873	0,1343751000	PREFERENCIAL		5.150	30/11/2004
11	DIVIDENDO	AGE	29/11/2004	31/12/2004	112.873	0,2736208000	ORDINÁRIA		35.501	28/07/2005
12	DIVIDENDO	AGE	29/11/2004	31/12/2004	112.873	0,3009829000	PREFERENCIAL		11.536	28/07/2005
13	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	10/12/2004	31/12/2004	112.873	0,0494454000	ORDINÁRIA		6.415	31/05/2005
14	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	10/12/2004	31/12/2004	112.873	0,0543899000	PREFERENCIAL		2.085	31/05/2005
15	DIVIDENDO	AGE	28/03/2005	31/12/2004	112.873	0,0883746000	ORDINÁRIA		11.466	31/05/2005
16	DIVIDENDO	AGE	28/03/2005	31/12/2004	112.873	0,0972121000	PREFERENCIAL		3.726	31/05/2005
17	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	29/12/2005	31/12/2005	116.733	0,2414099000	ORDINÁRIA		31.322	10/01/2006
18	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	29/12/2005	31/12/2005	116.733	0,2655509000	PREFERENCIAL		10.178	10/01/2006
19	DIVIDENDO	AGO	07/03/2006	31/12/2005	116.733	0,4036875000	ORDINÁRIA		52.377	10/05/2006
20	DIVIDENDO	AGO	07/03/2006	31/12/2005	116.733	0,4440563000	PREFERENCIAL		17.019	10/05/2006
21	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	22/05/2006	31/12/2006	141.348	0,0575893000	ORDINÁRIA		7.472	29/11/2006
22	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	22/05/2006	31/12/2006	141.348	0,0633483000	PREFERENCIAL		2.428	29/11/2006
23	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	24/07/2006	31/12/2006	141.348	0,0529357000	ORDINÁRIA		6.868	29/11/2006
24	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	24/07/2006	31/12/2006	141.348	0,0582292000	PREFERENCIAL		2.232	29/11/2006
25	DIVIDENDO	RCA	28/09/2006	31/12/2006	141.348	0,2022957000	ORDINÁRIA		26.247	29/11/2006

27/12/2007 18:40:01

Pág: 30

Divulgação Externa
Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Serviço Público Federal
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
IAN - Informações Anuais

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO	4 - DATA DA APROVAÇÃO	5 - TERMO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
26	DIVIDENDO	RCA	28/09/2006	31/12/2006	141.348	0,2225252000	PREFERENCIAL		8.529	29/11/2006
27	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	17/11/2006	31/12/2006	141.348	0,0482820000	ORDINÁRIA		6.264	29/11/2006
28	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	17/11/2006	31/12/2006	141.348	0,0531102000	PREFERENCIAL		2.036	29/11/2006
29	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/12/2006	31/12/2006	141.348	0,0442100000	ORDINÁRIA		5.736	30/06/2007
30	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/12/2006	31/12/2006	141.348	0,0486310000	PREFERENCIAL		1.864	30/06/2007
31	DIVIDENDO	AGO	27/03/2007	31/12/2006	141.348	0,3848419000	ORDINÁRIA		49.932	27/04/2007
32	DIVIDENDO	AGO	27/03/2007	31/12/2006	141.348	0,4233261000	PREFERENCIAL		16.225	27/04/2007
33	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	28/05/2007	31/12/2007	0	0,0447917000	ORDINÁRIA		5.812	29/06/2007
34	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	28/05/2007	31/12/2007	0	0,0492709000	PREFERENCIAL		1.888	29/06/2007
35	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	30/07/2007	31/12/2007	0	0,0447917000	ORDINÁRIA		5.812	31/08/2007
36	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	30/07/2007	31/12/2007	0	0,0492709000	PREFERENCIAL		1.888	31/08/2007
37	DIVIDENDO	RCA	01/10/2007	31/12/2007	0	0,3810798000	ORDINÁRIA		49.444	30/10/2007
38	DIVIDENDO	RCA	01/10/2007	31/12/2007	0	0,4191877000	PREFERENCIAL		16.066	30/10/2007
39	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	31/10/2007	31/12/2007	0	0,0430466000	ORDINÁRIA		5.585	12/12/2007
40	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	31/10/2007	31/12/2007	0	0,0473512000	PREFERENCIAL		1.815	12/12/2007
41	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	18/12/2007	31/12/2007	0	0,0436283000	ORDINÁRIA		5.661	09/01/2008
42	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	18/12/2007	31/12/2007	0	0,0479911000	PREFERENCIAL		1.839	09/01/2008

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDAD	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R\$ AÇÃO	14 - CUMULA	15 - PRIORITÁ	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		77,20	NÃO		PLENO	0,00		
			0,00	0,00000					
02	PREFERENCIAL	A	12,28	SIM	ORDI	NÃO	0,00	SIM	
NÃO	10% SUPERIOR A ORD		0,00	0,00000	NÃO	SIM	LÚCRO LÍQUIDO AJUSTADO		
03	PREFERENCIAL	B	10,54	SIM	ORDI	NÃO	0,00	SIM	
NÃO	10% SUPERIOR A ORD		0,00	0,00000	NÃO	SIM	LÚCRO LÍQUIDO AJUSTADO		

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LÚCRO)
16/03/2007	25,00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2006
Divulgação Externa
Legislação Societária
Reapresentação Espontânea
01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
SIM	1.511	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2006

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2005

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2004

4- ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	5.097	5.229	3.974
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	141.348	116.733	112.873
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	3ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/043
4 - DATA DO REGISTRO CVM	21/09/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/09/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/09/2010
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,30aa
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	179.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	17.900
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	17.900
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/09/2007

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN foi criada pela Lei Estadual no. 2.721 de 14 de dezembro de 1961 com o objetivo de eletrificar todo o Estado com energia gerada e suprida pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF e iniciou a construção de linhas e redes no interior do Estado, uma vez que a Companhia Força e Luz do Nordeste do Brasil - CFLNB detinha o direito de explorar os serviços de distribuição de energia elétrica na capital.

Em 1968 a COSERN, com o apoio da Eletrobrás, incorporou a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil - CFLNB e em 1972 a empresa incorporou a Companhia de Melhoramentos Mossoró S/A - COMENSA.

Em 22 de dezembro de 1987, o objeto social da COSERN mudou para "promover o estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de produção, transformação, transporte e armazenamento, distribuição e comércio de energia elétrica" e a empresa passou a adotar a denominação de Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN.

Em dezembro de 1997 a COSERN foi privatizada em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro por R\$ 676.400.000,00, passando a ser controlada por um consórcio formado pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, Neoenergia S/A (antiga GUARANIANA S/A) e Uptick Participações S/A.

Ao longo do ano de 1998, foram investidos recursos da ordem de R\$ 40 milhões na ampliação e melhoria no sistema de transmissão e distribuição, o que proporcionou um crescimento de 11,3% no fornecimento de energia elétrica, chegando ao consumo total de 2.964 GWh, e atendendo 804 mil consumidores.

Como reconhecimento do esforço de aprimoramento gerencial e nas relações com seus clientes, a COSERN, ganhou o Prêmio ABRADEE 2000 na categoria "Maior Evolução de Desempenho". Em 2001 a ABRADEE concedeu à COSERN os prêmios de "Melhor Distribuidora da Região Nordeste" e "Melhor Gestão Econômico-Financeira entre as empresas do setor no Brasil".

Em 2003 a COSERN foi novamente premiada como a "Melhor Distribuidora da Região Nordeste" e a 5ª melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil. Recebeu também, a 1ª colocação no prêmio Sesi de "Qualidade no Trabalho do RN" na categoria de grandes empresas. Nas pesquisas realizadas pela comissão de Integração Energética Regional, obteve 4ª posição no Índice de Satisfação de Qualidade Percebida e 10ª no Índice de Desempenho na Área da Qualidade.

No ano de 2004, a COSERN ganhou o Prêmio Eletricidade Moderna, tendo sido reconhecida como a melhor empresa da Região Nordeste. O ranking aponta as distribuidoras de energia elétrica que se sobressaíram em seus processos comerciais, operacionais, de engenharia e de minimização de perdas no ano de 2003. Foi classificada em segundo lugar no Prêmio ABRADEE 2004 na categoria de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica da Região Nordeste. Na categoria geral, no item Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil, a COSERN obteve o 11º lugar entre as 28 maiores empresas concorrentes com mais de 400 mil clientes, chegando a 837 mil consumidores em 2004, quando já contava com todas as suas subestações automatizadas.

No ano de 2005 obteve o prêmio ABRADEE de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Nordeste pela terceira vez. O Grupo Neoenergia foi o único do setor elétrico nacional a contar com todas as suas distribuidoras (CELPE, COELBA e COSERN) sendo premiadas pela ABRADEE no ano de 2005.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - Informações Anuais
 Data-Base - 31/12/2006
 Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Em 2006, a COSERN conquistou diversos prêmios nacionais e regionais pela sua excelência empresarial, desempenho técnico-operacional e responsabilidade social, dentre os quais destacamos:

- Prêmio FGV de Excelência Empresarial, tendo sido considerada a Melhor Empresa do Setor Elétrico Brasileiro por seu desempenho ao longo de 2005, escolhida pela revista Conjuntura Econômica, editada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV).
- Prêmio Mário Henrique Simonsen – Excelência em Balanço Social, promovido pela Fundação Nacional de Apoio Gerencial – FUNAGER, com sede no Rio de Janeiro.
- "Prêmio Eletricidade", na categoria Melhor Empresa da Região Nordeste, promovido pela Revista Eletricidade Moderna.
- Prêmio de Maior Empresa do Rio Grande do Norte/Paraíba no segmento Concessões Públicas, promovido pelo Instituto Miguel Calmon-IMIC.
- Prêmio ABRADÉE 2006 – segundo lugar na categoria Melhor Distribuidora de Energia Elétrica da Região Nordeste.
- 3º lugar no IASC - Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor na Região Nordeste, relativo ao ano de 2005.
- Menção Honrosa concedida pela Federação das Indústrias do RN - FIERN, por suas ações de Responsabilidade Social, no Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho 2006.

Composição Acionária

Dentro da nova estrutura da Grupo, em 2005 foi concluído o processo de desverticalização de todas as empresas do grupo. Neste processo, a Coelba, através de uma redução de seu capital social, deixou de ser acionista da Cosern, que passou a ter como maior acionista a própria Holding do grupo, a Neoenergia. Segue a nova posição acionária após a desverticalização.

Composição Acionária COSERN

Acionista	Controle do Capital
Neoenergia S.A.	84,45%
Iberener Iberdrola Energia S.A	7,01%
Uptick Participações S.A	5,82%
PREVI	1,54%
Minoritários	1,18%
Total	100,0%

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

HISTÓRICO DA EMISSORA

A Cosern, concessionária de serviço público de energia elétrica, é uma companhia aberta com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua Mermoz, nº 150.

A Cosern foi constituída pela Lei nº 2.721, de 14 de dezembro de 1961, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.878, de 8 de janeiro de 1962, sob a denominação de “Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte – COSERN”, como sociedade de economia mista, controlada pelo Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia tinha na época por objeto a produção, o aproveitamento e o comércio, sob qualquer modalidade, de energia elétrica conforme disposto no Decreto Federal nº 1.302, de 3 de agosto de 1962.

A Emissora iniciou a construção de linhas e redes no interior do Estado com o objetivo de eletrificar todo o Estado do Rio Grande do Norte, utilizando-se da energia produzida pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF. Na época, os serviços de energia elétrica da capital estavam sob a responsabilidade da Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil – CFLNB.

Em 1968, com 47 municípios eletrificados e 44.157 consumidores, a Cosern, com o apoio da ELETROBRÁS, incorporou ao seu patrimônio a CFLNB, e, em 1972, também incorporou ao seu patrimônio a Companhia de Melhoramentos Mossoró S.A. – COMENSA.

Em 22 de dezembro de 1987, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte sancionou a Lei nº 5.694, ampliando o objeto social da Cosern e adotando a denominação atual de Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN.

Em 12 de dezembro de 1997, a Emissora foi privatizada, por meio do leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, no qual o consórcio formado pela COELBA, Neenergia (a época denominada Guaraniana) e UPTICK Participações adquiriu 77,92% do capital total da Emissora pelo valor de R\$676,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 1997, a União concedeu à Companhia o direito à exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica e das instalações de transmissão, abrangendo uma área de 53.307 Km² atendendo os 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte, com uma população de aproximadamente 3 milhões de habitantes. A Emissora é a única concessionária de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Norte.

Em 04 de janeiro de 1999, a Emissora tornou-se companhia aberta, inscrita na CVM sob o n.º 01813-9.

A partir de 17 de maio de 1999, foram iniciados negócios com ações de emissão da Cosern na BOVESPA.

Em 29 de dezembro de 2000, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia uma reestruturação societária envolvendo Neenergia (a época denominada Guaraniana), COELBA, Uptick Participações, Cosern e Ibidem, a qual foi autorizada pela ANEEL através da Resolução nº 474, de 30 de novembro de 2000. Essa reestruturação societária teve por objeto a incorporação do ágio originado na aquisição da Emissora, quando de sua privatização.

O racionamento de energia marcou o ano de 2001 em todo o Brasil (ver seção “Visão Geral do Setor de Energia Elétrica”), tendo a Companhia sofrido os efeitos de tal racionamento. Sua arrecadação, por exemplo, reduziu 10,2% em relação à de 2000. Apesar disso, a Companhia apresentou melhora no desempenho em várias áreas, tendo recebido: dois prêmios da ABRADEE, considerando a Emissora a “Melhor Distribuidora da Região Nordeste” e “Melhor Gestão Econômico-Financeira do Brasil”; o prêmio da Revista Eletricidade Moderna como “Maior Evolução do Desempenho do Nordeste”; e o prêmio concedido pelo Instituto Miguel Calmon de “Melhor Empresa de Concessão Pública da Região Nordeste”.

No dia 6 de junho de 2001, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a participação da Companhia na constituição e construção da Termoauçu, sociedade autorizada pela ANEEL a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica. Em 1º de agosto de 2001, foi

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

firmado Termo de Transferência de Titularidade por meio do qual a Neoenergia cedeu para a Companhia uma ação ordinária nominativa, com direito a voto, do capital social da Termoaçu S.A. Em 2 de outubro de 2001, a Emissora subscreveu 68.639.961 ações ordinárias nominativas da Termoaçu, equivalente a 68,69% do capital social da empresa.

Em 17 de outubro de 2001, o objeto social da Emissora foi alterado novamente, passando a vigorar nos seguintes termos: “estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo”.

Em março de 2003, em virtude de determinação da ANEEL de desverticalizar as atividades de geração e distribuição, a Emissora procedeu à venda de suas ações da Termoaçu para a Neoenergia, holding do grupo.

A composição acionária da Emissora foi alterada, em função do processo de desverticalização da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, ocorrida em 29 de novembro de 2005. A partir de então, passou a contar com a seguinte composição: Neoenergia com 84,45% de participação, representando 141.934.875 ações; Iberdrola com 7,01% de participação, representando 11.782.384 ações; Uptick Participações com 5,82% de participação, representando 9.780.611; Previ com 1,54% de participação, representando 2.596.008 ações e outros com 1,18% de participação, representando 1.980.150 ações.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Visão GERAL DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Geral

O MME aprovou o Plano Decenal de Energia Elétrica - PDEE através Portaria n.º 121 de 31 de maio de 2006. Este plano faz um diagnóstico e define critérios para a expansão do sistema elétrico brasileiro para os mercados de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica e parque gerador nacional existente, as interligações internacionais já em operação e também a parcela de Itaipu importada do Paraguai, o diagnóstico contido no PDEE, a capacidade instalada brasileira era de 102,9 GW em dezembro de 2005, divididos da seguinte forma: 70,23% correspondiam a geração hidrelétrica, 19,85% a geração termelétrica (gás natural, petróleo, biomassa, e carvão mineral), 1,95% correspondiam a energia nuclear, 0,03% correspondiam a energia eólica, e 7,94% à importação de energia elétrica pelo SIN.

De acordo com a ANEEL, existe hoje um total de 1.635 empreendimentos de geração em Operação no Brasil, gerando 99.494.260 kW de potência. A adição de 25.120.200 kW na capacidade de geração do País é esperada para os próximos anos, proveniente de empreendimentos em três fases de andamento, sendo 5.610.900 kw sem restrições, 5.334.800 kw em fase de licença ambiental, e 14.174.600 kw com graves restrições.

Em 2007, aproximadamente 37,0% da capacidade instalada de geração de energia dentro do Brasil era de propriedade da ELETROBRÁS, empresa controlada pelo Governo Federal. Por meio de suas subsidiárias, a ELETROBRÁS era responsável também por 70,00% da capacidade instalada de transmissão acima de 230 kV. Além disso, alguns Estados brasileiros controlam empresas envolvidas na geração, transmissão e distribuição de energia, tais como a Companhia Energética de São Paulo (CESP), a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), e a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, o consumo de energia no Brasil registrou em 2006 um total de 347.371 GWh, valor 3,8% superior ao de 2005, que foi de 315.328 GWh. Para os próximos anos espera-se que o crescimento no consumo de energia permaneça correlacionado com o desempenho econômico do país, sendo o crescimento do PIB mais um pequeno acréscimo.

Em setembro de 2006 as empresas privadas possuíam aproximadamente 29,0%, 73,0% e 17,0% do mercado de geração, distribuição e transmissão (rede básica), respectivamente, em termos de capacidade total, de acordo com dados da ANEEL.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Fundamentos Históricos

A constituição brasileira determina que o desenvolvimento, uso e venda de energia podem ser assumidos diretamente pelo governo ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o Setor de Energia Elétrica Brasileiro tem sido dominado pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição, controladas pelo governo. A partir de meados dos anos 90, o governo tomou diversas medidas para remodelar o Setor de Energia Elétrica. Em geral, essas medidas tiveram como objetivo o aumento do papel do investimento privado e a eliminação das restrições ao investimento estrangeiro, aumentando portanto a concorrência no Setor de Energia Elétrica.

Em particular, o governo tomou as seguintes medidas:

(1) A Constituição Brasileira foi alterada em 1995 a fim de autorizar o investimento estrangeiro para exploração dos potenciais de energia hidráulica. Antes dessa alteração, todas as concessões de geração eram detidas por uma pessoa física brasileira, ou por uma sociedade controlada por pessoas físicas brasileiras ou pelo governo.

(2) Foi promulgada em 13 de fevereiro de 1995, a Lei nº 8.987, ou a Lei de Concessões, e em 7 de julho de 1995, a Lei Nº 9.074, ou a Lei de Concessões de Energia, que juntas:

- exigiam que todas as concessões para prestação de serviços relacionados à energia fossem outorgadas por meio de processos licitatórios;
- gradualmente permitiam que certos consumidores de energia com demanda significativa, designados consumidores livres, comprassem energia diretamente de fornecedores detentores de uma concessão, permissão ou autorização;
- estabeleciam a criação de sociedades de geração, ou Produtoras Independentes de Energia, que, por meio de uma concessão, permissão ou autorização, poderiam gerar e vender por sua própria conta e risco, toda ou parte da energia que gerariam a consumidores livres, concessionárias de distribuição, agentes de comercialização, entre outros;
- concediam a consumidores livres e fornecedores de energia acesso aberto a todos os sistemas de distribuição e transmissão mediante ressarcimento de custo de transporte envolvido; e

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

- eliminavam a necessidade de uma concessão para construir e operar projetos energéticos com capacidade de 1 MW a 30 MW, ou Pequenas Centrais Hidrelétricas (sendo necessária apenas uma autorização).

A partir de 1995, parte das participações detidas pela Eletrobrás e por diversos Estados nas empresas de geração e distribuição foram vendidas a investidores privados.

Em 1998, foi promulgada a Lei nº 9.648, ou a Lei do Setor Energético, para revisar a estrutura básica do setor elétrico, que determinou:

- o estabelecimento de um órgão auto-regulador responsável pela operação do mercado de energia de curto-prazo, ou o Mercado Atacadista de Energia Elétrica, que substituiu o sistema anterior de preços de geração e contratos de fornecimento regulados;
- uma exigência que as empresas de distribuição e geração firmassem contratos de fornecimento de energia inicial, ou os contratos iniciais, em geral compromissos do tipo “take or pay”, a preços e volumes aprovados pela ANEEL. O principal objetivo dos contratos iniciais é garantir que as empresas de distribuição tenham acesso a um fornecimento estável de energia a preços que assegurem uma taxa mínima de retorno às empresas de geração durante o período de transição levando ao estabelecimento de um mercado de energia livre e competitivo;
- a criação do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, uma entidade de direito privado sem fins lucrativos responsável pela administração operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Elétrico Interligado Nacional;
- o estabelecimento de processos de licitação pública para concessões para construção e operação de usinas de energia elétrica e instalações de transmissão.
- Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia que durou até o fim de fevereiro 2002. Como resultado, o governo implantou medidas que incluíram:
- um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais adversamente afetadas, a saber as regiões sudeste, centro-oeste e nordeste do Brasil; e
- a criação da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, que aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para consumo reduzido de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, introduzindo regimes tarifários especiais que incentivavam a redução de consumo de energia.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas emergenciais e o racionamento de energia em consequência de grandes aumentos no fornecimento (em virtude de um aumento significativo nos níveis dos reservatórios) e de uma redução moderada na demanda. O governo promulgou novas medidas em abril de 2002 que, entre outras coisas, determinou um reajuste tarifário extraordinário para compensar as perdas financeiras incorridas pelas fornecedoras de energia como resultado do racionamento obrigatório.

O governo, por meio do BNDES, lançou o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica em novembro de 2002, e o Programa de Apoio à Capitalização de Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica, ou Programa de Capitalização, em setembro de 2003, com o objetivo de oferecer apoio financeiro ao refinanciamento das dívidas das empresas de distribuição, para compensá-las pela perda de receitas resultante do racionamento, da desvalorização do Real frente ao Dólar e dos atrasos na aplicação dos reajustes tarifários durante 2002.

A Lei n.º 10.604, de 17 de dezembro de 2002, dentre outras providências, (a) proibiu as concessionárias de oferecerem bens vinculados à concessão, os direitos dela emergente e qualquer outro ativo que possa comprometer suas respectivas concessões em garantia de operação destinada a atividade distinta de sua concessão; e (b) autorizou a criação de subvenção econômica para outorga de benefícios tarifários aos consumidores integrantes da subclasse residencial baixa renda.

Em 15 de março de 2004, o governo promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia. Essa lei foi regulamentada por inúmeros decretos a partir de maio de 2004, e está sujeita à regulamentação posterior emitida pela ANEEL e pelo MME, conforme detalhado mais adiante. Para mais informações, ver "O Novo Modelo para o Setor".

Concessões

As empresas ou consórcios que desejam construir ou operar instalações para geração, transmissão ou distribuição de energia no Brasil devem solicitar ao MME ou à ANEEL, uma concessão, permissão ou autorização, conforme o caso. Concessões dão o direito de gerar, transmitir ou distribuir energia em determinada área de concessão por um período determinado. Esse período é de normalmente 35 anos para novas concessões de geração, e 30 anos para

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

novas concessões de transmissão ou distribuição. Concessões existentes poderão ser renovadas a critério do poder concedente.

A Lei de Concessões estabelece, entre outras disposições, as condições que a concessionária deve cumprir na prestação dos serviços de energia, os direitos dos consumidores, e as obrigações da concessionária. Os principais dispositivos da Lei de Concessões estão resumidos como segue:

Serviço adequado. A concessionária deve prestar adequadamente serviço regular, contínuo, eficiente e seguro.

Uso de terrenos. O Poder Concedente pode declarar os bens necessários à execução do serviço ou obra pública de necessidade ou utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa ou desapropriação, em benefício de uma concessionária. Neste caso, a responsabilidade pelas indenizações cabíveis é da concessionária.

Responsabilidade objetiva. A concessionária é objetivamente responsável pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada dos serviços de distribuição de energia, como no caso de interrupções abruptas no fornecimento e variações na voltagem.

Alterações na participação controladora. O poder concedente deve aprovar qualquer alteração direta ou indireta de participação controladora na concessionária.

Intervenção pelo poder concedente. O poder concedente poderá intervir na concessão a fim de garantir o desempenho adequado dos serviços e o cumprimento integral das disposições contratuais e regulatórias.

Término antecipado da concessão. O término do contrato de concessão poderá ser antecipado por meio de encampação, caducidade ou rescisão do contrato. Encampação consiste no término prematuro de uma concessão por razões relacionadas ao interesse público que devem ser expressamente declaradas por lei. A caducidade deve ser declarada pelo poder concedente depois de a ANEEL ou o MME ter emitido um despacho administrativo final dizendo que a concessionária, entre outras coisas, (1) deixou de prestar serviços adequados ou de cumprir a legislação ou regulamentação aplicável, (2) não tem mais capacidade técnica financeira ou econômica para fornecer serviços adequados, ou (3) não cumpriu as penalidades eventualmente impostas pelo Poder Concedente. Por fim, a rescisão contratual pode ser feita de comum acordo entre as partes ou em decorrência de decisão judicial irrecorrível proferida em processo interposto pela concessionária. Em todos esses casos, a concessionária tem direito à indenização por seus investimentos em ativos reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, após dedução de quaisquer multas e danos devidos pela concessionária.

Término por decurso do prazo. Quando a concessão expira, todos os ativos relacionados à prestação dos serviços de energia reverterem ao Poder Concedente. Depois do término, a concessionária tem direito de indenização por seus investimentos em ativos revertidos, exceto

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

quanto àqueles relacionados ao projeto original, que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados.

Adicionalmente, em 2005, em função das alterações provocadas pela Lei 10.848, do Novo Modelo do setor elétrico, foram efetuados aditivos aos contratos de concessão, afim de adaptá-los às novas condições estipuladas na legislação.

Penalidades

A regulamentação da ANEEL prevê a imposição de sanções contra os agentes do setor e classifica as penalidades com base na natureza e relevância da infração (incluindo advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos de licitação para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Quando a infração é caracterizada como multa, os valores podem chegar a até 2,0% da receita oriunda de venda de energia e prestação de serviços (deduzidos o ICMS e o ISS) das concessionárias verificada no período de 12 meses. Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se à ausência de requerimento, pelo agente, de aprovação da ANEEL, nos seguintes casos:

- celebração de contratos entre partes relacionadas, nos casos previstos na regulamentação;
- venda ou cessão de ativos relacionados a serviços prestados assim como a imposição de qualquer gravame (incluindo qualquer espécie de garantia, caução, fiança, penhor ou hipoteca) sobre a receita dos serviços de energia; ou
- alterações no estatuto social, transferência de ações que implique a mudança do seu controle acionário, assim como reestruturação societária da concessionária.

Principais Autoridades

MME

Após a aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o Governo Federal, atuando basicamente por meio do MME, assume certas obrigações que estavam previamente sob a responsabilidade da ANEEL, destacando-se a outorga de concessões e a emissão de instruções regulando o processo de licitação para concessões referentes aos serviços públicos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

ANEEL

O Setor de Energia Elétrica brasileiro está também regulado pela ANEEL. Depois da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser de regular e supervisionar o Setor de Energia Elétrica em linha com a política a ser ditada pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras: (i) fiscalizar concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive com a aprovação de tarifas; (ii) supervisionar a prestação de serviços pelas concessionárias e impor as multas aplicáveis; (iii) promulgar normas para o setor elétrico; (iv) implantar e regular a exploração de fontes de energia, inclusive o uso de energia hidrelétrica; (v) promover licitações para novas concessões; (vi) resolver disputas administrativas entre os agentes do setor; e (vii) definir os critérios e a metodologia para determinação de tarifas de transmissão.

CNPE

Em agosto de 1997, o CNPE, foi criado para assessorar o Presidente da República no desenvolvimento da política nacional de energia. O CNPE é presidido pelo MME, e a maioria de seus membros é formada por ministros do governo. O CNPE foi criado para otimizar o uso dos recursos de energia do Brasil e para garantir o fornecimento de energia no País.

ONS

Criado em 1998. O ONS é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos constituída por geradores, transmissores, Distribuidores, consumidores livres, importadores e exportadores de energia elétrica. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico concedeu ao governo poder para indicar três diretores para a Diretoria Executiva do ONS. O papel básico do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do Sistema Elétrico Interligado Nacional, sujeito à regulamentação e supervisão da ANEEL.

Os objetivos e as principais responsabilidades do ONS incluem: (i) planejamento operacional para o setor de geração e transmissão; (ii) organização do uso do Sistema Elétrico Interligado Nacional e interligações internacionais; (iii) garantir aos agentes do setor acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória; (iv) assistência na expansão do sistema energético; (v) propor ao MME os planos e diretrizes para extensões da Rede Básica; (vi) apresentação de regras para

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

operação do sistema de transmissão para aprovação da ANEEL; e (vii) elaboração de um programa de despacho otimizado com base na disponibilidade declarada pelos agentes geradores.

MAE e a CCEE

Originalmente uma entidade auto-regulada, o órgão de mercado, a partir de 2002, passou a estar sujeito à autorização, supervisão e regulamentação da ANEEL. O Mercado Atacadista de Energia (MAE) era responsável pela contabilização e pela liquidação das diferenças no mercado de energia de curto-prazo entre seus agentes participantes.

Em 12 de agosto de 2004, o Governo editou um decreto estabelecendo a regulamentação aplicável à nova Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e, dessa forma, em 10 de novembro de 2004 o MAE foi sucedido pela CCEE e suas atividades e ativos foram absorvidos por esse novo órgão de mercado.

Um dos principais papéis da CCEE é realizar, sob delegação da ANEEL, leilões públicos no Ambiente de Contratação Regulada, tais como os leilões de 2004 e 2005. Além disso, a CCEE é responsável, entre outras coisas, por (1) registrar o volume de todos os contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada, os contratos resultantes de contratações no Ambiente de Contratação Livre, e (2) contabilizar e liquidar a diferença entre os montantes efetivamente gerados ou consumidos e aqueles registrados nas transações de curto prazo.

A CCEE é constituída por agentes de geração, distribuição, comercialização e consumidores livres. Seu Conselho de Administração é formado por quatro membros indicados e aprovados por esses agentes em assembléia geral e um pelo MME, que é o Presidente do Conselho de Administração.

EPE

Criada em agosto de 2004, a EPE é responsável por conduzir pesquisas estratégicas no Setor de Energia Elétrica, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE serão usadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador de programas para o setor energético nacional.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

CMSE

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a criação do CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela indicação das providências necessárias para a correção de problemas identificados.

O Novo Modelo para o Setor

Sumário

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes na regulamentação do setor elétrico brasileiro visando (1) fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter a capacidade de geração e (2) garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas módicas por meio de processos de leilões públicos de energia elétrica. As principais características da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- criação de dois ambientes paralelos para comercialização de energia, com (1) um para empresas de distribuição, chamado Ambiente de Contratação Regulada; e (2) um outro mercado para consumidores livres, agentes de geração e empresas de comercialização de energia, em que será permitida a concorrência, chamado Ambiente de Contratação Livre (ACL);
- obrigatoriedade, por parte das empresas de distribuição, de adquirir energia suficiente para satisfazer 100% de sua demanda;
- restrições a certas atividades das Distribuidoras, de forma a garantir que estejam voltadas apenas a seu principal negócio a fim de assegurar serviços mais eficientes e confiáveis a seus consumidores, incluindo a proibição das Distribuidoras venderem eletricidade aos consumidores livres a preços não regulados e de desenvolver atividades de geração e transmissão de energia elétrica;
- eliminação ao auto-contratação (self dealing) de forma a proporcionar um incentivo a que as distribuidoras comprem energia aos mais baixos preços disponíveis, ao invés de comprar de partes relacionadas;
- existência de garantia física de lastro de geração para toda energia comercializada em contratos; e
- respeito aos contratos assinados antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de proporcionar estabilidade às transações realizadas antes de sua promulgação.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico excluiu a Eletrobrás e suas subsidiárias do Plano Nacional de Desestatização, que é um programa criado pelo governo em 1990 visando promover o processo de privatização das empresas estatais.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico vinha sendo questionada perante o Supremo Tribunal Federal. No entanto, em 11 de outubro de 2006, o Supremo Tribunal Federal, por 7 votos a 4, declarou a constitucionalidade daquela lei.

Coexistência de Dois Ambientes de Contratação de Energia

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, negócios de compra e venda de energia serão realizados em dois mercados: (1) o Ambiente de Contratação Regulada, que inclui a contratação de energia elétrica pelas empresas de distribuição por meio de leilões para o atendimento a todo o seu mercado e (2) Ambiente de Contratação Livre, que inclui transações de energia por agentes não regulados tais como consumidores livres e comercializadores.

A energia gerada por (1) projetos de geração de baixa capacidade localizados próximos a pontos de consumo (tais como usinas de co-geração e pequenas centrais hidrelétricas), (2) usinas qualificadas de acordo com o PROINFA, e (3) Itaipu, não estarão sujeitos a processo de leilão para fornecimento de energia ao Ambiente de Contratação Regulada. A energia gerada por Itaipu é comercializada pela Eletrobrás e os volumes que devem ser comprados por cada concessionária de distribuição são estabelecidos por meio de quotas definidas pela ANEEL. A tarifa pela qual a energia gerada por Itaipu é comercializada é denominada em Dólar e estabelecida conforme tratado firmado entre Brasil e Paraguai. Como consequência, a tarifa de Itaipu aumenta ou diminui, em conformidade com a variação da taxa de Dólar/Real. Alterações no preço da energia gerada por Itaipu estão, entretanto, sujeitas ao mecanismo de ressarcimento das variações dos custos da Parcela A discutido abaixo em "Tarifas de Distribuição".

Ambiente de Contratação Regulada - ACR

No Ambiente de Contratação Regulada, empresas de distribuição compram energia para consumidores cativos por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL e operacionalizados pela CCEE. Compras de energia são feitas por meio de dois tipos de contratos: (1) Contratos de Quantidade de Energia, e (2) Contratos de Disponibilidade de Energia.

De acordo com o Contrato de Quantidade de Energia, os Agentes Vendedores (geradoras, comercializadoras e importadoras de energia elétrica) comprometem-se a fornecer determinada quantidade de energia e assumem o risco de que esse fornecimento de energia poderá ser afetado

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

por condições hidrológicas e níveis baixos dos reservatórios, entre outras condições, que poderão reduzir a energia produzida ou alocada, hipótese na qual o Agente Vendedor é obrigado a comprar energia de outra fonte afim de cumprir seu compromisso de fornecimento. De acordo com o Contrato de Disponibilidade de Energia, a unidade geradora compromete-se a disponibilizar uma determinada capacidade de geração ao Ambiente de Contratação Regulada. Nesse caso, a receita da geradora está garantida e possíveis riscos hidrológicos são imputados às Distribuidoras. Entretanto, a legislação vigente prevê que eventuais custos adicionais incorridos pelas Distribuidoras deverão ser repassados aos consumidores. Juntos, esses contratos constituem os CCEAR.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a previsão de mercado de cada Distribuidora é o principal fator na determinação do volume de energia a ser contratado pelo sistema. De acordo com o novo modelo, as Distribuidoras são obrigadas a celebrar contratos para garantir o atendimento de 100,0% de suas necessidades projetadas de energia, e não mais os 95,0% estabelecidos pelo modelo anterior. O não atendimento da totalidade dos seus requisitos pode resultar em multas para as Distribuidoras.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada, os CCEAR deverão ser celebrados entre cada Agente Vendedor e todas as concessionárias e permissionárias de distribuição que participaram de um determinado leilão, sendo estas obrigadas a oferecer garantias às Geradoras. As contratações entre as Distribuidoras e empreendimentos de geração existentes poderão prever entrega da energia a partir do ano seguinte ao da respectiva licitação e terão prazos de duração de, no mínimo, 3 e, no máximo, 15 anos. As contratações entre as Distribuidoras e novos empreendimentos de geração poderão prever entrega da energia a partir do 3º ou do 5º ano contado do ano da respectiva licitação e terão prazo de duração de, no mínimo, 15 e, no máximo, 35 anos. A regulamentação da contratação de energia no Ambiente de Contratação Regulada deverá prever, ainda, condições e limites para repasse do custo de aquisição de energia elétrica para os consumidores finais, bem como o compartilhamento dos riscos hidrológicos entre Geradoras e compradores.

Ambiente de Contratação Livre - ACL

No Ambiente de Contratação Livre a energia elétrica pode ser comercializada entre concessionária de geração, produtores independentes, autoprodutores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia e consumidores livres.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3 MW ao ano, atendidos em tensão, igual ou superior a 69 kV ou em qualquer nível de tensão, se a ligação da unidade consumidora ocorreu após a edição da Lei 9.074 de 1995. Além disso, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW ou mais poderão ser atendidos por outros fornecedores de energia, que não sua empresa local de distribuição, se tais consumidores passarem a ser supridos por fontes incentivadas de energia alternativa, tais como eólica, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo Ambiente de Contratação Livre, nos termos estabelecidos pela Lei 9.074 de 1995, este somente poderá retornar ao ambiente regulado se notificar seu Distribuidor local com cinco anos de antecedência, ou em menor prazo a critério do Distribuidor. Tal exigência prévia busca garantir que, se necessário, a distribuidora tenha tempo hábil para contratar o suprimento da energia necessária para atender o regresso de consumidores livres ao Ambiente de Contratação Regulada. Afim de minimizar os efeitos resultantes da migração de consumidores livres, as Distribuidoras podem reduzir o montante de energia contratado junto à geradoras, por meio dos CCEARs de energia oriunda de empreendimentos de geração existente, de acordo com o volume de energia que não irão mais distribuir a esses consumidores.

Os clientes de alta tensão que compravam energia de Distribuidores no Ambiente de Contratação Regulado o faziam a preços subsidiados. Esse subsídio, conhecido por "subsídio cruzado", começou a ser reduzido gradualmente a partir de julho de 2003, e foi totalmente eliminado em julho de 2007.

Atividades Restritas

Distribuidoras do Sistema Elétrico Interligado Nacional não podem (1) desenvolver atividades relacionadas à geração e transmissão de energia, (2) vender energia a consumidores livres, (3) deter, direta ou indiretamente, qualquer participação em qualquer outra empresa, ou (4) desenvolver atividades que não estejam relacionadas às suas respectivas concessões, exceto aquelas permitidas por lei e/ou constantes do contrato de concessão.

Eliminação do self-dealing

Uma vez que a compra de energia para consumidores cativos é realizada no Ambiente de Contratação Regulada, a contratação entre partes relacionadas (self-dealing), por meio da qual as Distribuidoras podiam satisfazer até 30,0% de suas necessidades de energia por meio da compra de energia junto a partes relacionadas, não é mais permitida, exceto no contexto dos contratos que

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

foram devidamente aprovados pela ANEEL antes da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico ou em função de leilões de energia em que partes relacionadas atuem concomitantemente.

Contratos Assinados Antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que contratos assinados por empresas de distribuição e aprovados pela ANEEL antes da edição da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não podem ser alterados em seus prazos, preços ou volumes de energia já contratados, com exceção dos contratos iniciais, conforme descrito abaixo.

Durante o período de transição (1998-2005) para o mercado de energia livre e competitivo estabelecido pela legislação anterior, compra e venda de energia entre concessionárias de geração e de distribuição deveriam ocorrer por meio dos contratos iniciais. O objetivo do período de transição era o de permitir a introdução gradual da concorrência no setor e proteger os participantes do mercado contra a exposição aos preços do mercado de curto prazo, potencialmente voláteis. Durante esse período, os contratos iniciais seriam reduzidos em 25,0% a cada ano, a partir de 2003, finalizando em 31 de dezembro de 2005. Desde janeiro de 2005, toda a energia descontratada dos contratos iniciais passou a ser negociada no Ambiente de Contratação Regulada ou no Ambiente de Contratação Livre em conformidade com o regramento vigente. Entretanto, a legislação permitiu que empresas públicas e privadas de geração, inclusive produtoras independentes de energia, aditassem seus contratos iniciais em vigor em março de 2004, recontratando suprimento até 31 de dezembro de 2004.

Compras de Energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal editou regulamentação relativa a compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada e no Ambiente de Contratação Livre, assim como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Essa regulamentação inclui regras referentes aos leilões, aos contratos de comercialização de energia e ao método de repasse dos custos de aquisição de energia elétrica aos consumidores finais.

A regulamentação determina que todos os agentes compradores de eletricidade devem garantir a contratação de toda a energia (e potência) necessária para o atendimento de 100,0% de seus mercados ou cargas de acordo com as diretrizes do novo modelo. Por outro lado, os agentes vendedores de energia devem fornecer suporte comprobatório (lastro) de disponibilidade de energia por meio de garantia física de usinas próprias ou de contratos de compra e venda de

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

energia. Os agentes que não cumprirem tais exigências estão sujeitos a multas por insuficiência de lastro impostas pela ANEEL.

Desde 2005, todas as empresas de distribuição são obrigadas a notificar o MME, até 1º de agosto, a respeito de suas necessidades de contratação de energia para cada um dos cinco anos subsequentes. Além disso, as empresas de distribuição são obrigadas a especificar a parte do montante que pretendem contratar para atender seus consumidores potencialmente livres.

O MME estabelece o montante total de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Regulada e a lista das instalações de geração com permissão para participar dos leilões a cada ano.

A nova regulamentação determina que as empresas de distribuição de energia cumpram suas obrigações de fornecimento de energia basicamente por meio de leilões públicos, em conformidade com os procedimentos descritos em "O Leilão de 2004" e "Leilões Subsequentes", abaixo.

Além desses leilões e de contratos celebrados anteriormente à vigência da Lei do Novo Mercado do Setor Elétrico, a empresa de distribuição pode comprar energia de (1) geração distribuída, empresas de geração ligadas diretamente à rede da empresa de distribuição que não sejam hidrelétricas com capacidade maior que 30 MW e algumas companhias geradoras térmicas, e, compulsoriamente, de (2) projetos de geração de energia participantes da fase inicial do PROINFA, e (3) Itaipu Binacional.

Leilões de Energia

Desde 2005, todas as companhias geradoras, Distribuidoras, comercializadoras, geradores independentes e consumidores livres devem encaminhar à ANEEL em 1 de agosto de cada ano, informações sobre a demanda estimada ou geração estimada de energia, conforme o caso, para os 5 anos subsequentes.

Os leilões de energia para novos projetos de geração são realizados (1) cinco anos antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões "A-5"), e (2) três anos antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões "A-3"). Há também leilões de energia de empreendimentos existentes de geração de energia (1) realizados um ano antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões "A-1") e (2) realizados no máximo quatro meses antes da data da entrega (mencionados como "ajustes de mercado"). Os editais para os leilões serão preparados pela ANEEL, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo MME.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Cada empresa de geração vencedora nos leilões assina um contrato de compra de energia com cada empresa de distribuição, na proporção da respectiva demanda estimada de energia das empresas de distribuição. A única exceção a essas regras refere-se ao leilão de ajuste de mercado, em que os contratos serão celebrados diretamente entre as empresas vendedoras específicas e empresas de distribuição. O CCEAR de ambos os leilões A-5 e A-3 terá uma duração entre 15 e 30 anos, e o CCEAR dos leilões A-1 terá uma duração entre 5 e 15 anos. Contratos resultantes dos leilões de ajuste do mercado serão limitados a uma duração de dois anos.

1º Leilão de Energia Existente

Em 7 de dezembro de 2004, a CCEE realizou o primeiro leilão de energia existente com base nas condições estabelecidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As Distribuidoras confirmaram, até 2 de dezembro de 2004, suas declarações de necessidade de contratação, para os próximos cinco anos (inclusive a parcela relativa aos consumidores potencialmente livres). Com base nessas declarações, o MME estabeleceu o montante total de energia a ser comercializado no leilão de 2004. Em função da comprovação de lastro, foi estabelecida a relação dos geradores que tiveram permissão para participar do leilão que vendeu energia a partir de 2005 por 8 anos.

O leilão foi realizado em duas fases, por meio de um sistema eletrônico. Na primeira fase, as negociações ocorreram em rodadas múltiplas, em cada uma das quais os vendedores de energia ofereceram blocos de energia a um preço específico (preço vigente) a serem entregues dentro de um prazo proposto. Os tamanhos dos blocos de energia e seus respectivos prazos de entrega foram estabelecidos antecipadamente pelo MME. A primeira fase cessou quando nenhuma oferta para vender foi feita em uma rodada e os preços vigentes foram iguais ou inferiores aos preços de reserva (teto permitido pelo MME para a celebração dos contratos).

A segunda fase teve uma única rodada, em que os vendedores que fizeram ofertas válidas na primeira fase puderam fazer novas ofertas para cada bloco de energia.

Depois da conclusão do leilão de 2004, as empresas de distribuição e as vendedoras celebraram os CCEARs estabelecendo as condições, os preços e os montantes de energia contratados. As Distribuidoras também foram obrigadas a apresentar garantias financeiras. De acordo com os termos do Contrato de Constituição de Garantia, as compradoras disponibilizarão recebíveis em um montante igual a 110,0% do montante médio das últimas três faturas do CCEAR.

2º Leilão de Energia Existente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

No dia 02 de abril de 2005, a CCEE conduziu outro leilão de energia existente de acordo com as condições estabelecidas pela Lei do Novo Modelo. Durante o leilão, um total de 92.919.600.000,00 MWh foi vendido, correspondendo a 22,0% da demanda das distribuidoras, por um preço médio de R\$83,13/MWh para contratos de 8 anos começando em 2008. O produto 2009 foi excluído.

3º Leilão de Energia Existente

Início de suprimento em 2006, contrato com duração de 3 anos. Foram verificados, após 18 rodadas, decrementos médios de 0,51 R\$/MWh, finalizando o leilão com o preço de 63,80 R\$/MWh. O volume total negociado foi de 102 MW médio.

4º Leilão de Energia Existente

Leilão ocorrido em 11 de outubro de 2005, com início de suprimento em 2009 e duração de 8 anos. O volume total negociado foi de 1.166 MW médios e a necessidade de compra das distribuidoras foi de 1.969 MW médio.

5º Leilão de Energia Existente

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizou no dia 14 de dezembro de 2006 o quinto leilão de energia existente, onde foram contratos de energia elétrica de 8 anos de duração com início de suprimento em 2007. Foram negociados 14.306,1 GWh de energia ao preço médio de R\$104,74 /MWh, gerando um volume financeiro de R\$1,5 bilhões.

1º Leilão de Energia Nova

Os Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração estão previstos nos parágrafos 5º ao 7º do art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e nos artigos 19 a 23 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, com redação modificada conforme o Decreto nº 5.499, de 25 de julho de 2005.

O leilão de 16 de dezembro de 2005 destinou-se a novas usinas ou projetos de ampliação ainda sem concessão ou autorização e também aos projetos concedidos ou autorizados até 16 de março de 2004, que entraram em operação comercial a partir de 1º de janeiro de 2000 e cuja energia estava sem contratação até 16 de março de 2005.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

O total negociado foi de 3.284 MW médio por 15 anos para Usinas Térmicas (contratos por disponibilidade) e 30 anos para Usinas Hidráulicas (contratos por quantidade), com tarifa média de R\$127,15/MWh para o produto 2008, R\$127,77/MWh para o produto 2009 e R\$117,11/MWh para 2010.

2º Leilão de Energia Nova

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizou no dia 29 de junho de 2006 o segundo leilão de energia proveniente de novos empreendimentos, onde foram ofertados dois produtos: (i) Produto H-30: contratos de 30 anos de fornecimento de energia hidrelétrica com início de suprimento em 2009 e; (ii) Produto T-15: contratos de 15 anos de fornecimento de energia termelétrica com início de suprimento em 2009.

Ao todo foram negociados 1.682 lotes de energia o que correspondeu a 356.313,8 GWh e R\$45,7 bilhões. O preço médio ponderado de energia do leilão foi de R\$128,12/MWh (Hidro: R\$126,77/MWh e Termo: R\$132,39/MWh).

3º Leilão de Energia Nova

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizou no dia 10 de outubro de 2006 o terceiro leilão de energia proveniente de novos empreendimentos, onde foram ofertados dois produtos: (i) Produto H-30: contratos de 30 anos de fornecimento de energia hidrelétrica com início de suprimento em 2011 e; (ii) Produto T-15: contratos de 15 anos de fornecimento de energia termelétrica com início de suprimento em 2011.

Ao todo foram negociados 1.104 lotes de energia, que corresponderam a 219.992,8 GWh e R\$27,8 bilhões. O preço médio ponderado de energia do leilão foi de R\$128,9 /MWh (hidro: R\$ 120,86/MWh e Termo: 137,44/MWh).

4º Leilão de Energia Nova

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizou no dia 26 de julho de 2007 o 4º leilão de energia nova, envolvendo os produtos H30 (hidrelétrica – 30 anos de suprimento) e T15 (termelétrica – 15 anos de suprimento) com início de suprimento em 2010. No decorrer do leilão o produto H30 foi excluído dada a inexistência de oferta de energia por fonte hidrelétrica.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Ao todo foram negociados 171.470,8 GWh ao preço médio de R\$134,67/MWh, gerando um volume financeiro de R\$ 23,1 bilhões.

4º Leilão de Ajuste

Leilão ocorrido em 29 de março de 2007, com início de suprimento em abril de 2007 e término em dezembro de 2007. O volume total adquirido foi de 204.000 MWh a um preço médio de R\$69,28 /MWh.

1º Leilão de Energia de Fontes Alternativas

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizou no dia 18 de junho de 2007 o primeiro leilão de energia de fontes alternativas, envolvendo os produtos H30 (hidrelétrica – 30 anos de suprimento) e OF-15 (fontes alternativas – 15 anos de suprimento) com início de suprimento em 2010.

Ao todo foram negociados 30.506,0 GWh ao preço médio de R\$ 137,32/MWh (R\$ 134,99/MWh - fonte hidrelétrica e R\$ 138,85/MWh – fontes alternativas), gerando um volume financeiro de R\$ 4,2 bilhões.

Redução do Nível de Energia Contratada

O Decreto Nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regula a comercialização de energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, permite que empresas de distribuição reduzam seus CCEARs de energia existente (1) para compensar a saída de consumidores potencialmente livres do Ambiente de Contratação Regulada, conforme declaração de necessidade de contratação encaminhada ao MME, (2) até 4,0% ao ano do montante inicialmente contratado devido a outras variações de mercado e (3) na hipótese de aumentos nos montantes de energia adquirida nos termos dos contratos firmados antes de 17 de março de 2004.

As circunstâncias em que a redução do nível de energia contratada poderá ocorrer são devidamente estabelecidas nos CCEARs, e poderão ser exercidas a critério exclusivo da empresa de distribuição e em conformidade com as disposições descritas acima e regulamentação da ANEEL.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Limitação de Repasse

No que se refere ao repasse dos custos de aquisição de energia elétrica dos leilões às tarifas de consumidores finais, o Decreto nº 5.163/04 estabeleceu um mecanismo denominado Valor de Referência Anual (VR), que corresponde à média ponderada dos preços da energia nos leilões A-5 e A-3 calculado para todas as empresas de distribuição. O Valor de Referência Anual é um incentivo para empresas de distribuição contratarem suas demandas esperadas de energia nos leilões A-5 que, acredita-se, terão preços inferiores aos dos leilões A-3. O VR será aplicado nos primeiros três anos de suprimento. A partir do quarto ano, os custos de aquisição da energia serão integralmente repassados. O Decreto nº 5.163/04 estabelece as seguintes restrições na capacidade de empresas de distribuição de repassar os custos aos consumidores:

- não repasse dos custos referentes aos volumes que excedam 103,0% da demanda real;
- repasse limitado dos custos para compras de energia feitas em um leilão “A-3”, se o volume da energia adquirida exceder 2,0% da demanda verificada 2 anos antes (ou seja, em A-5”);
- repasse limitado dos custos de aquisição de energia de novos projetos de geração de energia se o volume recontratado por meio de CCEARs de instalações existentes de geração estiver abaixo do “Limite Inferior de Contratação” definido pelo Decreto Nº 5.163/04;
- de 2006 a 2009, compras de energia das instalações existentes no leilão “A-1” estão limitadas a 1,0% da demanda das empresas de distribuição. Se a energia adquirida no leilão “A-1” exceder este limite de 1,0%, o repasse de custos da parcela excedente aos consumidores finais está limitado a 70,0% do valor médio de tais custos de aquisição de energia gerada pelas instalações existentes de geração. O MME estabelecerá o preço máximo de aquisição para a energia gerada pelos projetos existentes; e
- se as Distribuidoras não cumprirem a obrigação de contratar a energia necessária para o atendimento integral de suas demandas, o repasse dos custos de energia adquirida no mercado de curto-prazo será equivalente ao menor valor entre o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) e o VR.

Índice para Repasse de Energia Fornecida por Itaipu

A ANEEL determina anualmente o Índice para Repasse de Energia Fornecida por Itaipu, em Dólar. Em dezembro de 2004, o índice para o exercício de 2005 foi estabelecido em um montante igual a

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

US\$19,2071/kW. Em 29 de setembro de 2005, a tarifa de repasse de ITAIPU foi reajustada em 12,1%, passando de US\$ 19,2071/kW para US\$21,5311/kW de acordo com a Portaria Ministerial nº 338/05. Para 2007 o reajuste foi de 10,31%, passando a tarifa para US\$ 23,7524/KW.

Limitações à Participação

Em 2000, a ANEEL estabeleceu novos limites à concentração de certos serviços e atividades no setor energético. De acordo com esses limites, com exceção de empresas que participam do Programa Nacional de Desestatização (que precisam apenas cumprir tais limites desde que sua reestruturação societária final seja consumada) nenhuma empresa de energia poderá (1) deter mais de 20,0% do mercado de distribuição do Brasil, 25,0% do mercado de distribuição das regiões Sul/Sudeste/Centro-Oeste ou 35,0% do mercado de distribuição das regiões Norte/Nordeste, exceto na hipótese de um aumento na distribuição de energia excedendo as taxas de crescimento nacionais ou regionais; (2) deter mais de 20,0% do mercado de comercialização final do sistema elétrico nacional, 20,0% do mercado de comercialização intermediária do sistema elétrico nacional, ou 25,0% da soma das porcentagens de participação nas comercializações final e intermediária.

Programa Prioritário de Termelétricidade

Em 2000, foi criado o Programa Prioritário de Termelétricidade ("PPT"), com o objetivo de diversificar a matriz energética brasileira e reduzir sua forte dependência de usinas hidrelétricas. Os benefícios concedidos a usinas termelétricas nos termos do PPT incluem: (1) fornecimento garantido de gás por 20 anos, (2) garantia de que os custos relativos à aquisição da energia produzida por usinas termelétricas serão transferidos aos consumidores até o limite do valor normativo determinado pela ANEEL, e (3) acesso garantido a um programa especial de financiamento do BNDES para o setor elétrico. O PPT enfrentou diversos obstáculos durante sua implementação, particularmente no que diz respeito ao preço do gás, o qual está geralmente atrelado ao dólar e, apesar de diversas alterações regulatórias, o PPT nunca foi integralmente implementado.

Incentivos a Fontes Alternativas de Energia

Em 2002, o Governo Federal criou o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA"), destinado a criar incentivos para o desenvolvimento de fontes alternativas de

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

energia, como projetos de energia eólica e biomassa e PCHs. Os projetos desenvolvidos dentro do PROINFA contam com o benefício de compra garantida pela Eletrobrás durante o prazo de 20 anos. A primeira fase do PROINFA teve por objetivo a inserção de 3.300 MW de fontes alternativas, distribuídos igualmente por cada uma das fontes eólica, PCHs e biomassa. A segunda fase, ainda não regulamentada, prevê que as fontes alternativas atendam a 10,0% (dez por cento) do consumo anual de energia elétrica no País em 20 (vinte) anos. Os projetos qualificados na primeira fase estavam inicialmente previstos para entrar em operação em 30 de dezembro de 2006, tendo tal prazo sido prorrogado até 31 de dezembro de 2008 por lei. Não obstante, o prazo que consta nos contratos com a Eletrobrás é 30 de dezembro de 2007, o que tem gerado a insatisfação dos investidores. A CCE realizou, no dia 18 de junho de 2007, o 1º leilão de energia de fontes alternativas com início de suprimento em 2010.

Tarifas pelo Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão

A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão. As tarifas são (i) a TUSD, tarifa cobrada pelo uso da rede de distribuição exclusiva de cada distribuidora e (ii) a TUST, tarifa pelo uso do sistema de transmissão, que consiste na Rede Básica e suas instalações auxiliares. Adicionalmente, as Distribuidoras do sistema interligado Sul/Sudeste pagam encargos específicos pela transmissão da energia elétrica gerada em Itaipu. A seguir encontra-se um resumo de cada tarifa ou encargo.

A TUSD é paga pelas Geradoras e pelos Consumidores Livres pelo uso do sistema de distribuição da Distribuidora à qual a Geradora ou o Consumidor Livre estejam conectados, e é reajustada anualmente, levando-se em conta a variação de seus componentes. A TUSD compreende os custos de operação e manutenção da rede, encargos setoriais, remuneração dos investimentos e suas depreciações. Atualmente a TUSD é composta de duas partes, uma denominada TUSD-Encargos, calculada de acordo com o uso de energia elétrica, e a outra, denominada TUSD Fio, cobrada pela demanda contratada. O encargo mensal a ser pago pelo respectivo agente conectado ao sistema de distribuição, por ponto de conexão, é calculado pela multiplicação do montante de uso, em KW, pela tarifa estabelecida pela ANEEL, em R\$/KW.

A diminuição da arrecadação decorrente da saída do consumidor livre não impõe necessariamente à distribuidora redução nas suas margens de lucro, uma vez que a remuneração dos investimentos se dá por meio da TUSD, tarifa que continua sendo auferida pela distribuidora. Porém, os clientes que se tornam clientes livres deixam de pagar a Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE criada para compensar distribuidores e geradores de eletricidade pelas perdas sofridas durante o

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

acionamento. Assim, a saída do cliente livre pode afetar a capacidade de uma distribuidora de recuperar o valor integral da recomposição tarifária referida.

Os consumidores especiais, com carga entre 500 kV e 3 MW, que contratem energia de geradores a partir de fontes alternativas, podem ter de 50% a 100% de desconto na TUSD.

Além disso, o Decreto nº 5.597, de 26 de novembro de 2005, contudo, autorizou os consumidores livres a se conectarem à rede básica por meio de rede própria. Como resultado, caso um consumidor livre se conecte diretamente à rede básica, sem utilizar o sistema de distribuição da concessionária, o pagamento da TUSD não será mais devido.

A TUST é paga por Distribuidoras, Geradoras e Consumidores Livres pela utilização da Rede Básica e é reajustada anualmente pela ANEEL de acordo com (i) a inflação e (ii) as receitas anuais permitidas para as concessionárias de transmissão, incluindo o custo de expansão, determinadas pela ANEEL. Em conformidade com critérios estabelecidos pela ANEEL, os proprietários das diferentes partes da rede de transmissão transferiram a coordenação da operação de suas instalações ao ONS em troca do recebimento de pagamentos regulados dos usuários do sistema de transmissão. Os usuários da rede, incluindo as empresas de geração, assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de usar a rede de transmissão em troca do pagamento das tarifas divulgadas. Outras partes da rede de propriedade das empresas de transmissão porém, que não são consideradas como parte do SIN, são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma remuneração específica aos titulares do direito pertinente.

Taxa de Transporte de Itaipu

A usina hidrelétrica de Itaipu possui uma rede de transmissão exclusiva operada em dois troncos (de corrente contínua e alternada), que não é considerada como parte da Rede Básica ou do sistema de conexão intermediário. O uso deste sistema é remunerado por uma taxa específica chamada de taxa de transporte de Itaipu, paga pelas empresas que compulsoriamente compram energia de Itaipu, proporcionalmente às respectivas quotas.

Tarifas de Distribuição

Os valores das tarifas de distribuição são reajustados anualmente pela ANEEL, conforme fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Ao reajustar tarifas de distribuição, a ANEEL divide os custos de concessionárias de distribuição entre (1) custos fora do controle da Distribuidora (chamado de custos "não gerenciáveis"), ou Parcela A, e (2) custos sob o controle das

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Distribuidoras (chamado de custos “gerenciáveis”), ou Parcela B. Os custos da Parcela A incluem, entre outros, os seguintes:

Custos de energia comprada para revenda de acordo com contratos iniciais;

- Custos de energia comprada de Itaipu;
- Custos de energia comprada de acordo com contratos bilaterais livremente negociados entre as partes;
- Custos de energia comprada em leilões públicos;
- Determinados encargos regulatórios; e
- Custos de uso e conexão aos sistemas de transmissão e distribuição.
- A Parcela B compreende os itens de custo que estão sob o controle das concessionárias e incluem, entre outros:
 - Retorno sobre o investimento relacionado à área de concessão;
 - Impostos sobre receitas;
 - Custos de depreciação; e
 - Custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

O contrato de concessão de cada empresa de distribuição prevê um reajuste anual de tarifas. Em geral, todos os custos da Parcela A sejam totalmente repassados aos clientes. Os custos da Parcela B, entretanto, são corrigidos de acordo com o índice IGP-M, ajustado por um fator X.

As empresas de distribuição de energia elétrica, conforme o contrato de concessão, também têm direito à revisão periódica das tarifas com intervalos que podem variar entre três e cinco anos (no caso da Companhia, a cada quatro anos). Nestas revisões (1) todos os custos da Parcela B são recalculados e (2) o fator X é calculado com base em três componentes: (i) Xc estabelecido a cada ano, é baseado em índice de satisfação do cliente, conforme pesquisa da ANEEL; (ii) Xa, também estabelecido a cada ano, é calculado considerando a diferença entre os índices de inflação IPC-A e o IGP-M multiplicada, basicamente, pelos custos totais com pessoal da Distribuidora (uma vez que os aumentos de salários se baseiam no IPC-A e os aumentos da Parcela B se baseiam no IGP-M) e; e (3) Xe, estabelecido a cada revisão periódica, é um fator baseado em ganhos de produtividade da concessionária devido ao crescimento de mercado.

O Fator X é usado para ajustar o índice IGP-M que deve ser aplicado ao componente da Parcela B nos reajustes anuais, de forma que as distribuidoras compartilhem seus ganhos de produtividade com os consumidores finais.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Além disso, concessionárias de distribuição de energia têm direito a revisão extraordinária, analisadas caso a caso, para assegurar seu equilíbrio econômico-financeiro e compensá-las por custos imprevisíveis, inclusive impostos, que alterem significativamente sua estrutura de custos.

Desde 2002, clientes de baixa renda têm se beneficiado de uma tarifa especial estabelecida pelo governo através da ANEEL. Durante o ano de 2002, o déficit gerado pela aplicação desta tarifa especial foi financiado pela Eletrobrás com fundos da Reserva Global de Reversão ("RGR"). Em 2002, de acordo com o Decreto nº 4.336/02, foi determinado que as empresas de distribuição seriam compensadas pela perda de receitas resultante da Tarifa Especial pelo Governo Federal com fundos derivados de dividendos pagos pela Eletrobrás e outras empresas estatais federais e do CDE.

Taxas Regulatórias

Em determinadas circunstâncias, as empresas do setor elétrico são indenizadas em caso de revogação ou encampação da concessão. Em 1971, o Governo Federal criou a RGR, concebida para prover fundos para tal indenização. Em fevereiro de 1999, a ANEEL instituiu a cobrança de uma taxa exigindo que todas as Distribuidoras e determinadas Geradoras que operassem sob o regime de serviços públicos fizessem contribuições mensais à RGR, a uma taxa anual equivalente a 2,5% dos ativos fixos da empresa em operação, porém não podendo exceder 3,0% do total de sua receita operacional em qualquer exercício. Nos últimos anos, a RGR tem sido usada principalmente para financiar projetos de geração e distribuição. A RGR está programada para se esgotar em 2010, e a ANEEL deverá rever a tarifa de forma que o consumidor venha ser de alguma maneira beneficiado pelo fim da RGR.

O governo impôs uma taxa aos Produtores Independentes de Energia baseada em recursos hídricos, exceto por pequenas usinas hidrelétricas, similar à taxa cobrada de empresas do setor público em associação como Fundo RGR. Produtores Independentes de Energia são obrigados a fazer contribuições ao Fundo de Uso de Bem Público, ou Fundo UBP, de acordo com as regras do processo de licitação pública correspondente para a outorga de concessões.

Empresas de distribuição, e empresas de geração que vendem diretamente a clientes finais, são obrigadas a contribuir para a Conta de Consumo de Combustível - CCC que foi criada em 1973 com o objetivo de gerar reservas financeiras para cobertura de custos de combustíveis associados ao aumento do uso de usinas de energia termoeletrica. As contribuições anuais são calculadas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

com base em estimativas do custo de combustível necessário para a geração de energia pelas usinas termelétrica no ano seguinte. A CCC é administrada pela Eletrobrás.

Em fevereiro de 1998, o governo estabeleceu a extinção da CCC. Estes subsídios foram gradualmente extintos durante um período de três anos a partir de 2003 para usinas de energia termelétrica construídas até fevereiro de 1998 e atualmente pertencentes ao Sistema Elétrico Interligado Nacional. Usinas termelétricas construídas depois daquela data não terão direito a subsídios da CCC. Em abril de 2002, o governo estabeleceu que os subsídios da CCC continuariam a ser pagos às usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados por um período de 20 anos com o intuito de promover a geração de energia nestas regiões.

Até dezembro de 2003, todos os agentes do setor elétrico, sejam distribuidoras, geradoras ou comercializadoras, que negociavam energia com consumidores finais realizavam contribuições mensais à CCC. Essas contribuições eram calculadas com base nas estimativas do custo do combustível a ser utilizado pelas usinas de energia termelétrica no ano subsequente. Ao longo de 2004, o recolhimento da parcela destinada à cobertura dos custos da CCC passou a ser realizado diretamente pelas distribuidoras e transmissoras junto aos consumidores finais, por meio de parcela da TUSD e da TUST.

À exceção de algumas pequenas usinas de energia hidrelétricas, todas as instalações hidrelétricas no Brasil devem pagar uma taxa a Estados e Municípios pelo uso de recursos hídricos, a Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos, ou COFURH, que foi introduzida em 1989. As taxas são determinadas com base no volume de energia gerado por cada empresa e são pagas aos Estados e Municípios onde a usina ou o reservatório da usina está localizado.

Em 2002, o governo instituiu a CDE como sucessora da CCC no que se refere à subvenção dos custos de combustíveis às usinas de geração térmica interligadas no SIN que utilizam carvão mineral nacional. A CDE é gerida pela Eletrobrás e é financiada através de pagamentos anuais feitos por concessionárias pelo uso de ativos públicos, penalidades e multas impostas pela ANEEL e, desde 2003, pelas taxas anuais pagas por agentes que oferecem energia a usuários finais, por meio de uma taxa a ser adicionada às tarifas pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Estas taxas são reajustadas anualmente. A CDE foi criada para dar suporte (1) ao desenvolvimento da produção de energia em todo o país, (2) à produção de energia por fontes alternativas, e (3) à universalização de serviços de energia em todo o Brasil. A CDE permanecerá em vigor por 25 anos e é administrada pela Eletrobrás.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que a falta de pagamento da contribuição ao RGR, PROINFA, CDE, CCC, compensação financeira por utilização de recursos hídricos, ou de pagamentos devidos em virtude da compra de energia (inclusive de Itaipu) impedirá que a parte

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

inadimplente receba reajuste de tarifa (exceto a revisão extraordinária) ou receba recursos advindos do RGR, CDE ou CCC.

Mecanismo de Realocação de Energia

O MRE é um mecanismo destinado a distribuir o risco hidrológico entre as Geradoras. Todas as Geradoras hidroelétricas com despacho centralizado e as Geradoras termelétricas beneficiárias da CCC desde que tenham celebrado Contratos Iniciais são membros do MRE (sendo que a partir de janeiro de 2006, apenas Geradoras hidroelétricas serão membros do MRE). De acordo com este mecanismo cada planta possui uma quantidade de energia a ser comercializada proporcional à sua participação no valor total da Energia Assegurada. Desta forma, a produção total de um membro do MRE é alocada a cada membro de acordo com sua participação no total, independentemente de sua produção individual. Em suma, o MRE transfere o excedente de produção daquelas plantas que produziram acima de seu nível de Energia Assegurada para outros membros que registraram produção abaixo de tal nível. A ANEEL define a Energia Assegurada de cada empreendimento de geração hidroelétrica com base em modelos computacionais que fazem uso do tratamento estatístico do histórico de aflúências na região em questão, fluxos de água dos rios e níveis de água no reservatório de cada usina, em um período de tempo determinado. A partir dessas informações e considerando um risco de 5% de não suprimento à demanda, a Energia Assegurada é calculada e seu valor poderá ser revisto a cada cinco anos pela ANEEL ou na ocorrência de fatos relevantes, até o limite de 5% do valor estabelecido na última revisão, limitadas as reduções à 10% do valor constante dos respectivos contratos celebrados com o Poder Concedente.

O MRE é alocado por meio de um processo de quatro etapas que examina, primeiramente, a capacidade das usinas, dentro da mesma região, de satisfazer os níveis de Energia Assegurada e, a seguir, considera o compartilhamento da geração excedente entre as diferentes regiões. Tais etapas são detalhadas abaixo:

- aferição se a produção total líquida dentro do MRE alcança os níveis totais de Energia Assegurada dos membros do MRE como um todo;
- aferição se alguma geradora gerou volumes acima ou abaixo de seus volumes de Energia Assegurada, conforme determinados pelo ONS;
- caso determinadas Geradoras, membros do MRE, tenham produzido acima de seus respectivos níveis de Energia Assegurada, o adicional da energia gerada será alocado a outras Geradoras do MRE que não tenham atingido seus níveis de Energia Assegurada. Esta alocação do adicional da energia gerada, designada de Energia Otimizada, é feita, primeiramente, entre as Geradoras dentro de uma mesma região (sub-mercado) e, depois,

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

entre as diferentes regiões, de forma a assegurar que todos os membros do MRE atinjam seus respectivos níveis de Energia Assegurada;

- se, após a etapa (3) acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de Energia Assegurada e houver saldo de energia produzida, o adicional da geração regional líquida, designada de Energia Secundária, deve ser alocado entre as Geradoras das diferentes regiões. A energia será negociada pelo preço MAE prevalecente na região em que tiver sido gerada; e
- se, após a etapa (2) ou (3) acima, todos os membros do MRE não tenham atingido seus níveis de Energia Assegurada, a energia faltante será paga pelos membros do MRE com base no PLD.

As Geradoras membros do MRE que produziram energia excedente além de seus níveis de Energia Assegurada são compensadas por custos variáveis de operação e manutenção ("O&M"), e custos com o pagamento de "royalties" pelo uso da água. Na impossibilidade de gerar os níveis de Energia Assegurada estabelecidos, as mesmas devem pagar custos de O&M e custos com os "royalties" pelo uso da água às Geradoras que produziram acima de seus respectivos níveis de Energia Assegurada durante o mesmo período.

Em situações nas quais as Geradoras do MRE em conjunto não tenham produção líquida suficiente para atingir os níveis de Energia Assegurada do MRE, a Energia Assegurada é escalonada de forma a refletir os números efetivos de geração do MRE. Isto é, as Geradoras recebem um nível de Energia Assegurada Escalonada que é baseado na porcentagem do seu nível de Energia Assegurada em relação ao nível de Energia Assegurada do sistema como um todo, multiplicado pela geração efetiva. Ainda que algumas Geradoras do MRE gerem acima de seus níveis de Energia Assegurada, se o MRE como um todo não for capaz de atingir os níveis totais de Energia Assegurada, aquelas Geradoras receberão, ainda assim, níveis de Energia Assegurada Escalonada, que estarão abaixo de seus níveis de Energia Assegurada.

Caso as Geradoras do MRE, em conjunto, não tenham produção líquida suficiente para atingir os níveis de Energia Assegurada, mas as Geradoras termelétricas que não são membros do MRE gerem energia suficiente para evitar a necessidade de um racionamento, as Geradoras do MRE deverão comprar de tais Geradoras termelétricas a quantidade suficiente de energia para atingir seus respectivos níveis de Energia Assegurada no mercado local. O mecanismo do MRE tenta assegurar que todos os membros atinjam seus respectivos níveis de Energia Assegurada, independentemente do montante contratado. Assim sendo, se um membro do MRE não tiver a totalidade de sua Energia Assegurada contratada, o MRE assegurará que tal membro satisfaça seus compromissos contratuais, e não seus níveis de Energia Assegurada. A necessidade de racionamento é determinada pelo ONS em bases regionais. Na hipótese de racionamento, o preço

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

refletirá o custo da energia não entregue, ou o preço máximo que os consumidores pagariam pela energia, conforme determinado pelo ONS. O racionamento é alocado segundo critérios técnicos, ao invés de uma base comercial que daria prioridade a contratos de comercialização de energia.

Racionamento

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que, na hipótese de decretação de uma redução compulsória no consumo de energia numa determinada região, todos os CCEARs por quantidade de energia, cujos compradores estejam localizados nessa mesma região, terão seus volumes ajustados na proporção da redução de consumo verificada.

Pesquisa e Desenvolvimento – Programa de Eficiência Energética (PEE)

As concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica devem investir a cada ano um mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. PCHs, projetos de energia solar, eólica e biomassa estão isentos de tal exigência.

Meio Ambiente

As exigências legais e da sociedade, relacionadas às questões ambientais, têm aumentado consideravelmente nos últimos tempos.

As violações à legislação ambiental podem caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os administradores, que podem até ser presos, como a própria pessoa jurídica dessas empresas. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas, como multas e suspensão temporária ou definitiva de atividades. Tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos os direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações de determinada empresa, como a disposição final de resíduos, não exime a responsabilidade da contratante por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Adicionalmente, a legislação ambiental prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, sempre que esta for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazos determinados de validade: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, quando obrigatória, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas, tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R\$10,0 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

De acordo com a Lei Federal nº 9.985/2000, os empreendedores de atividades com potencial de causar impacto ambiental significativo são obrigados a apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação. Para tanto, como requisito para o licenciamento ambiental, o empreendedor deverá pagar, a título de compensação ambiental, uma quantia no valor de, no mínimo, 0,5 % sobre o custo total de implantação do empreendimento.

No Estado do Rio Grande do Norte, os processos de licenciamento ambiental são regulamentados pela Lei Complementar nº 272/2004, que estabelece, em caráter complementar à legislação federal, as diretrizes básicas para obtenção das licenças exigidas para os empreendimentos implantados neste Estado, incluindo as regras aplicáveis às linhas de transmissão e de distribuição de energia.

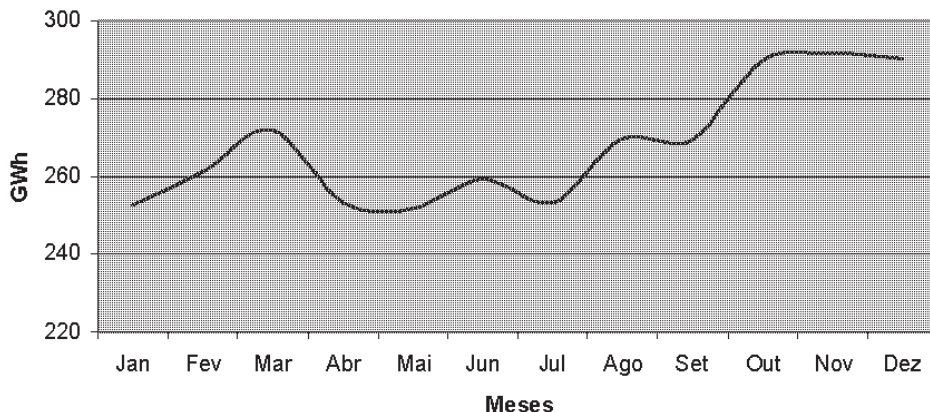
As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a eventual impossibilidade de essas empresas atenderem às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação de empreendimentos.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

Apesar de o principal mercado atendido pela Companhia ser o residencial, seus negócios também são afetados pela sazonalidade do mercado. Normalmente, ocorre aumento no consumo de energia elétrica dos clientes industriais e comerciais no quarto trimestre, devido ao aumento da atividade industrial e comercial na época de festas de fim de ano. Além disso, há um aumento geral de uso em todas as categorias de clientes durante o verão, em razão das temperaturas elevadas, que acarretam, por sua vez, a utilização de equipamentos de refrigeração e climatização com maior intensidade. Já no período de maio a agosto temos menores consumos devido ao aumento dos índices pluviométricos e conseqüente diminuição de temperatura, que afeta diretamente o consumo das classes residencial, comercial, poder público e rural. Outros aspectos sazonais que impactam o consumo de energia são as atividades turísticas e férias escolares.

Sazonalidade do Mercado Cativo - 2006



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Divulgação Externa
Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1 - ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	Distribuição e venda de energia elétrica	100,00

Divulgação Externa

Legislação Societária

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2006

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO	9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR					
01	Energia elétrica	NÃO		0	SIM	NÃO
CIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO-CHESF						
02	Energia Elétrica	NÃO		0	SIM	NÃO
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A						
03	Energia elétrica	NÃO		0	SIM	NÃO
CIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO						
04	Energia Elétrica	NÃO		0	SIM	NÃO
COPEL GERAÇÃO S/A						
05	Energia Elétrica	NÃO		0	SIM	NÃO
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL						
06	Energia Elétrica	NÃO		0	SIM	NÃO
CEMIG GERAÇÃO						
07	Energia Elétrica	NÃO		0	SIM	NÃO
LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A						
08	Energia Elétrica	NÃO		0	SIM	NÃO
COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA						
09	Energia Elétrica	NÃO		0	SIM	NÃO
DUKE ENERGY INTERNATIONAL GERAÇÃO PARANA						
						1,63

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01813-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	3 - CNPJ 08.324.196/0001-81
---------------------------	---	--------------------------------

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1 - ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO	9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR					
10	Energia Elétrica EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA	NÃO	0	SIM	NÃO	0,69
11	Energia Elétrica ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	NÃO	0	SIM	NÃO	0,68
12	Energia Elétrica NC ENERJIA	NÃO	0	SIM	NÃO	0,16
13	Energia Elétrica OUTROS	NÃO	0	SIM	NÃO	0,53

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Atendimento ao Cliente

Para cada um dos segmentos de cliente, além de disponibilizar um atendimento personalizado com analistas e atendentes especializados, a COSERN desenvolve planos específicos de relacionamento e também disponibiliza produtos e serviços que atendam às necessidades de cada um.

Os clientes potencialmente livres, ou seja, que podem optar por comprar energia de outro fornecedor, ou têm demanda contratada acima de 1,00 MW, formam o segmento de Grandes Clientes, que representa em média 30% do consumo total da Companhia. Para esses, o foco é conquistar a sua lealdade e fidelização através de um atendimento personalizado e preferencial, de visitas periódicas às suas instalações e do acesso privilegiado à Unidade de Operação e Controle do Sistema Elétrico – EOCS da COSERN, para registro de ocorrências. Além disso, são oferecidos produtos e serviços que visam reduzir o custo médio da sua energia elétrica consumida, como eficiência energética e energia adicional temporária. (Energia Mais).

No caso particular das prefeituras, além da negociação dos débitos, busca-se também reduzir o valor das faturas de energia elétrica para iluminação pública e prédios públicos, através da oferta de produtos como Eficientização de Iluminação Pública e Gestão Energética Municipal. Busca-se ainda a redução de reclamações quanto à manutenção e expansão da iluminação pública, através da transferência de propriedade desse acervo da COSERN para os municípios, e da celebração de convênios que autorizem a COSERN a expandir as instalações de iluminação pública dos municípios, acompanhando a rede secundária de distribuição.

A COSERN disponibiliza também para seus clientes um atendimento comercial e de emergência unificados, através do teleatendimento e de suas 18 Agências de Atendimento existentes em todo o Estado.

Como parte da diretriz de sua atuação estratégica, a Companhia tem feito investimentos na melhora da qualidade dos seus serviços, visando à satisfação de seus clientes como forma de garantir fidelidade no fornecimento. Dessa forma, a Emissora vem atingindo posição de destaque nas pesquisas de satisfação, posicionando-se como a 3ª colocada do Nordeste em 2005 e a 4ª em 2006, no IASC – Índice ANEEL de Satisfação dos Clientes.

Comparativamente a 2005, o número de reclamações comerciais em 2006 foi reduzido de 3,70% para 3,07%, o que demonstra a evolução na qualidade dos serviços prestados.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Clientes

Os clientes da Companhia são classificados em oito classes principais: (i) residencial; (ii) comercial, serviços e outras atividades (incluindo universidades e hospitais); (iii) industrial (compreendendo a manufatura e atividades de processamento); (iv) poder público (compreendendo órgãos municipais, estaduais e federais), (v) iluminação pública, (vi) serviços públicos (incluindo empresas de água, esgoto e saneamento); (vii) rural; e (viii) consumo próprio.

As classes de clientes da Emissora estão distribuídas em 2 grupos: (i) o grupo A, que compreende os clientes com fornecimento de energia em nível de tensão igual ou superior a 13,8 KV; e (ii) o grupo B, que compreende os demais clientes.

Os clientes classificados no grupo A representam cerca de 0,24% dos contratos, 42,97% da energia faturada e 38,94% do faturamento da Emissora, enquanto os clientes do grupo B representam 99,76% dos contratos, 57,03% da energia faturada e 61,06% do faturamento.

A maior classe de clientes é a residencial que, em setembro de 2007, correspondia a 85,97% do total dos clientes e a 32,33% das vendas de energia e 36,41% da receita da Companhia. A classe comercial corresponde a 6,79% dos clientes, 19,63% das vendas de energia e a 22,73% da receita. A classe industrial, por sua vez, corresponde a 0,50% dos clientes e 20,68% das vendas de energia e a 20,47% da receita. Os clientes das outras classes correspondem a 6,74% do total de consumidores e a 27,35% das vendas de energia e a 20,39% da receita.

Em 2006, o número de clientes apresentou um crescimento de 6,17% em relação ao ano anterior, o que significou um incremento de 54 mil novos clientes. A classe residencial contribuiu com um crescimento de 5,27% em relação ao ano anterior, que representa 40 mil novos clientes residenciais, participando com 74,07% do incremento total, fomentado pela implantação do Programa Luz para Todos.

Em setembro de 2007, o número de clientes residenciais corresponde a 85,97% do total de clientes/contratos ativos, equivalente a 963 mil consumidores. De conformidade com a Resolução ANEEL n.º 485/2002, que estabeleceu novos critérios para classificação dos consumidores de baixa renda, 46,88% dos consumidores residenciais se enquadram nessa categoria.

A venda de energia elétrica para consumidores residenciais classificados como baixa renda vem evoluindo desde 2002. Em 2002 a classe de consumidores residenciais baixa renda representava 1,5% do faturamento total da Emissora. Com as mudanças na legislação, em setembro de 2007, a participação passou para 5,37% de todo o faturamento da COSERN.

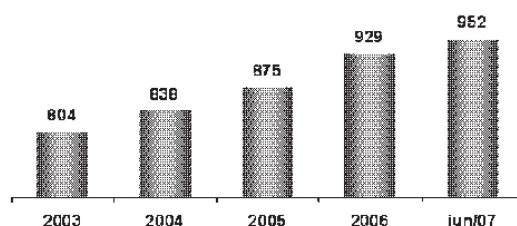
Os maiores clientes da COSERN responderam, em setembro de 2007, por cerca de 15,09% das vendas da Companhia em volume, e a 19,57% do faturamento de energia. Em setembro de 2007,

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

o maior consumidor em volume representava aproximadamente 8,92% do total do consumo dos clientes da Companhia.

Os números de contratos ativos da Emissora estão representados no quadro abaixo:



Consumidores Livres, Consumidores Parcialmente Livres e Consumidores Potencialmente Livres
 Em 30 de setembro de 2007, havia, na área de concessão da Companhia, 8 Consumidores Livres e 1 Parcialmente Livres, cujas participações em seu mercado são demonstradas nas tabelas que seguem:

CLIENTES LIVRES			
N.º	Clientes	Receita Líquida (R\$)	Participação (%)
1	CANTO DO AMARO - 1060015	549.059,65	0,69%
2	ALTO DO RODRIGUES - 850529493	518.449,98	0,65%
3	VICUNHA - 1549014	449.712,15	0,56%
4	ITAPETINGA - 976016	179.453,36	0,22%
5	RIACHO DA FORQUILHA - 850953724	165.640,18	0,21%
6	NORTEX - 850386706	62.823,65	0,08%
7	EXTRA PTA NEGRA - 855333945	6.417,99	0,01%
8	TELEMAR - 425010	5.224,98	0,01%
Participação Percentual Livres		1.936.781,94	2,42%
Dados Gerais COSERN - MWh		79.946.346,61	100,00%

Para estes consumidores, a comercialização da energia consumida não é realizada pela COSERN. Desta forma, a COSERN não possui contratos de venda de energia junto a Consumidores Livres. O faturamento obtido pela COSERN e apresentado acima, decorre do faturamento da unidade com base nos encargos pagos pelo uso do sistema de distribuição.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - Informações Anuais
 Data-Base - 31/12/2006
 Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

A participação do cliente parcialmente livre dentro do mercado da COSERN refere-se ao montante de energia mensal contratada no ambiente cativo. O restante da energia necessária ao atendimento das cargas da unidade é obtido a partir de contratos bilaterais entre o cliente e a sua comercializadora. Quanto ao faturamento, o valor apresentado na tabela abaixo representa a soma do valor faturado no ambiente cativo (demanda e energia contratada) e livre (encargos de uso do sistema de distribuição).

CLIENTES PARCIALMENTE LIVRES					
N.º	Clientes	Energia (MWh)	Participação (%)	Receita Líquida (R\$)	Participação (%)
1	Coteminas - 101010 - Parte Cativa	1.200,00	0,42%	1.105.887,70	1,38%
	Participação Percentual Parc. Livres	1.200,00	0,42%	1.105.887,70	1,38%
	Dados Gerais COSERN - MWh	282.667,61	100,00%	79.946.346,61	100,00%

Em 30 de setembro de 2007, a Companhia possuía contratos de fornecimento de energia com 4 Consumidores Potencialmente Livres. Os contratos têm prazos médios de 1 a 5 anos.

CLIENTE POTENCIALMENTE LIVRE					
N.º	Clientes	Energia (MWh)	Participação (%)	Receita Líquida (R\$)	Participação (%)
1	Petrobras Pólo Guamaré - 794015	20.290,37	7,18%	3.607.843,06	4,51%
2	Coats Corrente Extremoz - 1793012	2.288,84	0,81%	406.651,22	0,51%
3	Midway Mall - 853088900	1.816,34	0,64%	367.450,07	0,46%
4	Potiporã - 852205113	1.696,25	0,60%	95.242,80	0,12%
	Participação Percentual Pot. Livres	26.091,80	9,23%	4.477.187,15	5,60%
	Dados Gerais COSERN - MWh	282.667,61	100,00%	79.946.346,61	100,00%

A opção dos consumidores de tornarem-se livres implica uma queda na arrecadação da COSERN. Entretanto, a cobrança da tarifa paga por esses consumidores à COSERN pelo uso das linhas de distribuição tem por finalidade a manutenção da margem da distribuição.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Investimentos Realizados

Anualmente, a Companhia promove o seu Plano de Investimentos para expansão e modernização que reúne investimentos na área de operação e distribuição de energia, ligação de novos consumidores, frota automotiva, informática e automação. Esses investimentos têm como objetivo garantir o atendimento ao crescimento do mercado, ampliando o número de consumidores rurais e urbanos atendidos pelo serviço de energia elétrica, bem como melhorar a qualidade do atendimento.

Em 2006, foram investidos um total de R\$ 117,1 milhões. Para 2007, os investimentos previstos para o ano somam R\$ 81,9 milhões. A distribuição dos investimentos feitos em 2004, 2005 e 2006, bem como a distribuição dos investimentos planejados para 2007, seguem abaixo:

	2004 R\$ mil	2005 R\$ mil	2006 R\$ mil
PLANOS	54.817	60.486	117.153
. Plano 1 - Expansão de rede	9.231	6.122	9.104
. Plano 2 - Projetos especiais	19.155	30.634	81.008
. Plano 3 - Renovação de subestações	1.068	1.050	775
. Plano 4 - Renovação de linhas (LT)	850	807	2.022
. Plano 5 - Automação	272	336	179
. Plano 6 - Telecomunicações	363	185	194
. Plano 7 - Novas ligações	9.312	9.719	8.814
. Plano 8 - Exploração de redes de distribuição	8.089	8.966	7.860
. Plano 9 - Informática	3.662	1.626	2.740
. Plano 10 - Ferramentas e serviços	1.039	345	1.225
. Plano 11 - Veículos	1.658	539	2.042
. Plano 12 - Infra-estrutura	118	157	1.190

A distribuição dos investimentos planejados para 2007 é a seguinte:

	Planejado 2007 R\$ mil
PLANOS	81.899
. Plano 1 - Expansão de Rede	23.668
. Plano 2 - Projetos Especiais	29.235

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

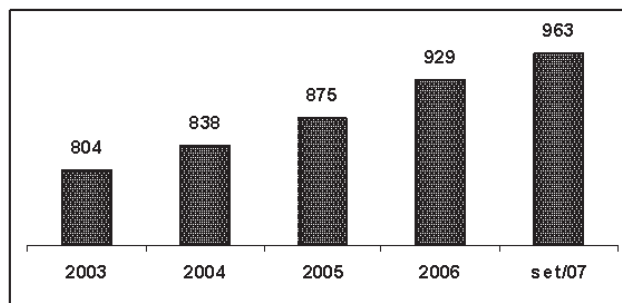
08.324.196/0001-81

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

. Plano 3 - Renovação de Subestações	1.665
. Plano 4 - Renovação de Linhas (LT)	389
. Plano 5 - Automação	108
. Plano 6 - Telecomunicações	259
. Plano 7 - Novas Ligações	12.028
. Plano 8 - Exploração de Redes de Distribuição	11.022
. Plano 9 - Informática	900
. Plano 10 - Ferramentas e Serviços	705
. Plano 11 - Veículos	1.700
. Plano 12 - Infra-estrutura	220

Mercado de Energia Elétrica

Em 30 de setembro de 2007, a COSERN atendia a 963 mil consumidores, com mercado de 2.500.333 MWh até essa data. É a 4ª concessionária de serviços de distribuição de energia elétrica do nordeste, com cerca de 9,95% de participação nesse mercado, de acordo com o resultado econômico financeiro publicado pela ABRADEE em junho de 2007. O gráfico abaixo demonstra a evolução do número de clientes da Companhia nos últimos anos:



O consumo de energia elétrica concentra-se na região metropolitana de Natal, cuja demanda, em setembro de 2007, foi de aproximadamente 30% da energia distribuída, fato explicado pela presença de indústrias, centros comerciais e de 27,2% do número de consumidores da COSERN. A classe residencial detém a maior participação de consumo no mercado da COSERN, seguida das classes comercial e industrial, conforme apresentado na tabela abaixo para os 3º trimestres de 2006 e 2007:

MERCADO CATIVO (MWh)	3º Trimestre 2006	3º Trimestre 2007
Residencial	779.864	858.248

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - Informações Anuais
 Data-Base - 31/12/2006
 Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Industrial	482.516	497.033
Comercial	474.174	506.208
Rural	224.519	233.338
Poder Público	129.045	137.169
Iluminação Pública	96.046	99.570
Serviço Público	150.261	165.435
Uso Próprio	4.895	3.333
Total	2.341.322	2.500.333

No ano de 2006, o consumo de energia foi de 3.730 GWh, tendo uma variação positiva de 6,12% em relação ao ano de 2005, e positiva de 18% em relação a 2004.

A Companhia encerrou o ano de 2006 com 929 mil clientes com contratos ativos. Em 30 de setembro de 2007, este número correspondeu a 963 mil clientes. A tabela abaixo apresenta o total de contratos ativos da Companhia em 30 de setembro de 2007:

Residencial	826.887
Industrial	4.871
Comercial	65.787
Rural	49.515
Poder Público	10.316
Iluminação Pública	3.743
Serviço Público	1.480
Uso Próprio	91
Total	962.690

A tabela abaixo mostra a evolução da taxa de atendimento da Companhia para os anos de 2004 a 2006:

Taxa de Atendimento – Número de Clientes/ Total Domicílios (%)			
Ano	2004	2005	2006
Rural	89,1%	90,1%	96,7%
Urbana	99,9%	99,9%	99,9%

Faturamento e Arrecadação

A COSERN fatura o consumo de energia elétrica de seus consumidores mensalmente. Consumidores servidos em alta tensão e baixa tensão têm prazo de 5 dias úteis para pagarem suas contas, a contar da data de apresentação da fatura, que é de 2 dias para os consumidores

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

residentes em Natal e 3 dias para consumidores residentes no interior. A apresentação da fatura para o setor público ocorre no dia 5 de cada mês, com 15 dias corridos para o vencimento.

Consumidores inadimplentes estão sujeitos à multa de 2% sobre o valor da conta pelo atraso no pagamento e à suspensão do fornecimento, além de juros de 1% ao mês (*pro rata*). Vencida a conta e não paga, a Emissora envia uma notificação ao consumidor inadimplente (quinze dias após o vencimento para Grupo A, e na próxima conta para o Grupo B) concedendo prazo adicional de quinze dias para o pagamento. Findo este prazo, a COSERN concede mais dois dias úteis (tendo em vista que o pagamento pode estar em fase de repasse pelo agente arrecadador) e, não pago o valor devido, só então suspende o fornecimento de energia.

Doze bancos, três empresas, sendo duas de arrecadação, e os Correios prestam à COSERN serviço de arrecadação de contas de energia elétrica, pelo que recebem uma comissão por cada conta arrecadada. Os agentes-empresas, por sua vez, subcontratam outras empresas, na sua maioria farmácias. A arrecadação é toda direcionada para a conta corrente da Emissora no Banco do Brasil. Em setembro de 2007, 94% da arrecadação ocorreu por meio dos bancos e 6% por meio das empresas. A partir do mês de setembro de 2007 a Emissora iniciou a implantação da rede de arrecadação COSERN SERVIÇOS cujo objetivo é estar presente em todos os municípios do Estado do Rio Grande do Norte, ampliando as opções locais de pagamento para os consumidores.

A COSERN controla diariamente os repasses feitos pelos seus agentes arrecadadores. Caso algum agente fique inadimplente com relação a suas obrigações, a Companhia o notifica para que repasse os valores recebidos imediatamente, além de penalizar com a aplicação de multa por atraso. A Emissora pode, se considerar necessário, descredenciar qualquer agente arrecadador em dois dias. Dos agentes arrecadadores, exceto os bancos, a Companhia exige garantias para salvaguarda dos valores arrecadados visando garantir o integral repasse das contas recebidas.

Clientes Públicos

A cobrança de clientes públicos tem atendido à seguinte estratégia: (i) sistematização da cobrança do Poder Público, de forma a transparecer que o fornecimento de energia elétrica, fruto de concessão de serviço público, é operado por empresa de capital privado e, portanto, a inadimplência não deve ser tolerada; (ii) respeito às diferenças peculiares do poder público, tomando a cobrança do mesmo mais próxima daquela feita com relação aos clientes de outras categorias; (iii) estímulo à implementação da cobrança da CIP; e (iv) fidelização da relação de confiança entre a Companhia e o cliente.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Para clientes públicos, a negociação de débitos obedece critérios de valor e prazo de pagamento. O parcelamento em geral é feito de acordo com o débito e a capacidade de pagamento dos clientes públicos, sendo que na consolidação do débito este valor é atualizado pela aplicação de juros de mora e multa por atraso de pagamento, é negociada uma entrada, e nas parcelas são aplicados juros de 1,0% ao mês, com correção anual do saldo devedor pelo IGPM ou IPCA. A Emissora exige uma garantia das prefeituras para os parcelamentos, sendo que normalmente os municípios concedem como garantia os recursos do Fundo de Participação dos Municípios, da conta centralizadora da arrecadação municipal ou da conta única do município. Por ocasião do parcelamento, também é oferecido o serviço de eficientização da iluminação pública, com a transferência do acervo para o município, bem como a assinatura de contrato para arrecadação da Contribuição para Custeio de Iluminação Pública - CIP na conta de energia elétrica.

Clientes Privados

A negociação de débitos para clientes privados obedece a critérios de valor e prazo de pagamento. Em geral, no parcelamento dos privados corporativos é cobrada uma entrada de 50%, podendo ser flexibilizada até o mínimo de 30% do valor total do débito, e nas parcelas são aplicados juros de 1% ao mês, sendo estas cobradas nas contas de energia dos meses seguintes.

Débitos de Liquidação Duvidosa e Contas Pendentes

As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas de acordo com a norma do Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber. Em 30 de setembro de 2007, a provisão para créditos de liquidação duvidosa somava R\$ 45.913 mil.

A tabela abaixo ilustra o histórico da provisão nos últimos três exercícios sociais e em setembro de 2007:

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa				
Discriminação	R\$ mil			
	Ano			
	2004	2005	2006	Setembro de 2007
PCLD	16.979	20.598	33.113	45.913

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Em 30 de setembro de 2007, a Companhia tinha um total de contas vencidas no valor aproximado de R\$ 95.442, conforme tabela a seguir:

	Saldo vincend os	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/0 7	30/06/0 7	30/09/ 07	30/06/0 7
Residencial	14.494	17.687	4.238	36.419	38.404	(2.871)	(3.172)
Industrial	11.682	3.809	4.889	20.380	19.120	(3.924)	(3.755)
Comercial, serviços e outras	14.304	6.270	7.527	28.101	28.281	(6.428)	(5.017)
Rural	4.019	2.502	6.133	12.654	11.386	(6.985)	(7.035)
						(20.20	
	44.499	30.268	22.787	97.554	97.191	8)	(18.979)
Setor Público							
Poder público							
Federal	1.737	92	211	2.040	2.433	(22)	(111)
Estadual	2.503	1.257	2.346	6.106	6.669	(329)	(233)
Municipal	2.272	1.977	905	5.154	5.839	(3.262)	(2.234)
	6.512	3.326	3.462	13.300	14.941	(3.613)	(2.578)
Iluminação pública	2.167	609	1.119	3.895	4.801	(1.290)	(1.223)
Serviço público	9.160	842	2.585	12.587	27.866	(6.958)	(6.768)
						(11.86	
	17.839	4.777	7.166	29.782	47.608	1)	(10.569)
Fornecimento não faturado	26.630	-	-	26.630	27.718		
					172.51	(32.06	
SubTotal - Consumidores	88.968	35.045	29.953	153.966	7	9)	(29.548)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	4.923	-	14.549	19.472	15.499	-	-
Acréscimos moratórios	195	80	6.489	6.764	6.627	-	-
Serviços prestados a terceiros	34	111	659	804	768	-	-
Disponibilização do sistema de distribuição	96	280	4.683	5.059	4.986	-	-
Outros Créditos	(1.777)	52	3.541	1.816	60	-	-
					200.45	(32.06	
Total	92.439	35.568	59.874	187.881	7	9)	(29.548)
					186.03	(32.06	
Ativo Circulante				173.299	7	9)	(29.548)
Ativo Não Circulante				14.582	14.420		

Em 30 de setembro de 2007, a Companhia tinha um total de títulos a receber vencidos no valor aproximado de R\$ 11.192 mil. Estes títulos referem-se a parcelamento de débito de contas de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

fornecimento de energia em atraso e parcelamento de prestação de serviços, conforme demonstrado abaixo:

	Saldos Vincend	Vencidos		Total		PCLD	
		Até 90	Mais de 90	30/09/0	30/06/0	30/09/0	30/06/0
Setor público	221.032	654	10.02	231.71	213.32	(12.99)	(10.29)
Setor privado	106	9	504	619	1.029	(163)	(163)
Total	221.138	663	10.52	232.33	214.35	(13.15)	(10.45)
Ativo Circulante				33.021	32.666	(13.15)	(10.45)
Ativo Não Circulante				199.30	181.69	-	-

Os parcelamentos de débitos compreendem juros e atualização monetária, a taxas, prazos e indexadores variáveis e são considerados recuperáveis pela administração da Companhia.

Do saldo total de títulos a receber, o montante de R\$ 146.915 mil refere-se ao alongamento da dívida da CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito nº 2016/CCE/2004 e 2033/CME/2005.

Em razão do disposto na Lei n.º 10.848/04 e da Resolução n.º 79, de 27 de abril de 2004, a Companhia poderá melhorar a sua arrecadação, na medida em que tais normativos estabelecem mecanismos que possibilitam o combate à inadimplência, uma vez que estabelecem que as concessionárias e permissionárias de distribuição poderão condicionar a continuidade de fornecimento aos usuários inadimplentes, excetuados consumidores que prestem serviços públicos essenciais, de mais de uma fatura mensal em um período de 12 (doze) meses: (i) ao oferecimento de depósito-caução, limitado ao valor inadimplido, não aplicável aos consumidores integrantes da classe residencial; e (ii) à comprovação de vínculo entre o titular da unidade consumidora e o imóvel onde se encontra, não aplicável ao consumidor integrante da subclasse residencial baixa renda.

Na hipótese de inadimplência de consumidor apto à livre aquisição de energia, a concessionária poderá exigir que o usuário inadimplente apresente contrato de compra de energia junto a outro agente, para utilizar-se do serviço de distribuição.

Um importante inadimplemento de clientes da Emissora é verificado com relação às 8 cooperativas de eletrificação rural (sob regime de autorização), atuantes na área de concessão da Companhia.

A Emissora pretende assumir os clientes atendidos por essas cooperativas ou às suas próprias redes de distribuição, a fim de controlar o consumo e aprimorar seus meios de arrecadação dos valores devidos pelos mesmos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

A área de concessão da COSERN abrange todo o Estado do Rio Grande do Norte, não existindo, até o presente, nenhum concorrente nela instalado.

Concorrência

A reestruturação do setor elétrico, iniciada em 1995, visou, dentre outros objetivos, a substituição de um mercado fundado no conceito de mercado verticalizado e controlado pelo sistema de livre formação dos preços, regido pela livre concorrência. A fim de introduzir a concorrência nesse setor, foram instituídos novos elementos e estruturas no mercado, tais como: a quebra do monopólio do Estado, a criação da ANEEL, a desverticalização do setor (separação das atividades de geração, transmissão e distribuição), a ampliação do quadro de consumidores livres, a criação da figura do Produtor Independente e a ampliação da atuação do Auto-produtor, a possibilidade de livre comercialização de energia por quase todos os agentes do mercado e a criação do MAE e do ONS.

A Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, alterada pela Lei nº 9.648/98, aboliu parcialmente a exclusividade do fornecimento de energia elétrica de que gozavam as concessionárias dentro das respectivas áreas de concessão.

Considerando-se que o mercado competitivo ainda está em implementação, a atuação da ANEEL hoje concentra-se sobretudo no controle das estruturas. Nesse sentido, a ANEEL emitiu a Resolução nº 278, de 19.07.2000 - que substituiu a Resolução nº 94, de 30 de março de 1.998 - impondo limites à concentração econômica na geração e na distribuição energéticas. A ANEEL busca, dessa forma, inibir as concentrações horizontal e vertical no mercado energético, tentando limitar o nível de influência decisória, direta ou indireta, exercida por um agente em um determinado segmento do setor. No caso do serviço de distribuição dentro da área de atuação da COSERN, os limites são os seguintes: (i) um agente econômico não pode deter participação na energia distribuída do sistema elétrico nacional superior a 20% (vinte por cento); e (ii) um agente econômico não poderá deter participação na energia distribuída do sistema elétrico das regiões norte e nordeste superior a 35%.

Consumidores Livres

A Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, alterada pela Lei nº 9.648/98, aboliu parcialmente a exclusividade do fornecimento de energia elétrica de que gozavam as concessionárias dentro das respectivas áreas de concessão. O seu artigo 15 prevê etapas nesse processo de implementação do modelo concorrencial. A partir da edição da Lei, consumidor com demanda contratada igual ou maior que 10 MW, atendido em tensão igual ou superior a 69 kV, pode optar por contratar seu fornecimento, no todo ou em parte, com produtor independente de energia elétrica; a partir de 08 de Julho de 1998, tais consumidores puderam estender sua opção de compra a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do sistema interligado; a partir de 08 de Julho de 2000, os consumidores com demanda contratada igual ou superior a 3 MW, atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV, podem optar por comprar energia elétrica de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do mesmo sistema interligado; com a publicação da Resolução ANEEL 264, de 13 de agosto de 1998, os consumidores ligados a partir de 08 de julho de 1995, com demanda contratada igual ou superior a 3 MW, atendidos em qualquer tensão, já nascem potencialmente livres. A Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, disciplinada pela Resolução Normativa ANEEL nº 247, de 21.12.2006, ampliou esse universo de consumidores que podem comprar energia de outro fornecedor, ou seja, os consumidores responsáveis por unidade consumidora ou conjunto de unidades consumidoras do

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Grupo "A", integrante(s) do mesmo submercado no SIN, reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 kW, e que adquiram a energia de empreendimentos de geração que utilizem fontes primárias incentivadas, a exemplo das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH's, ou advindas de fontes alternativas, tais como, eólica, biomassa ou solar.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

Não temos.

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1 - ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO	4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO
14 - OBSERVAÇÃO												
01	Edifício Sede	Rua Mermoz, 150	Natal	RN	38,585	8,300	32	SIM	NÃO	NÃO		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

FATORES DE RISCO**Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos**

A Companhia atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.

Freqüentemente, o Governo Federal intervém na economia do País, realizando, ocasionalmente, mudanças drásticas e repentinas nas suas políticas. As medidas do Governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido alterações nas taxas de juros, flutuação da moeda, controle de câmbio, tarifas e limites à importação, controles no consumo de energia elétrica, entre outras medidas. Essas políticas, bem como algumas condições macroeconômicas, causaram efeitos significativos na economia brasileira, assim como no mercado de capitais brasileiro.

Além disso, discute-se atualmente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados diversas reformas e/ou medidas que poderão ser aprovadas e implementadas pelo Governo Federal, dentre elas: (i) a reforma tributária, a qual já foi parcialmente implementada; e (ii) a reforma da legislação trabalhista.

Adicionalmente, não há como prever quais diretrizes das políticas econômica e monetária serão adotadas pelo Governo Federal e quais serão os impactos dessas medidas sobre a Emissora.

A adoção de medidas que possam resultar em eventuais flutuações da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal poderão impactar negativamente os negócios, a condição financeira, a capacidade de geração de caixa e os resultados operacionais da Emissora.

A inflação e certas medidas governamentais para contê-la podem ter efeitos adversos sobre a economia brasileira, o mercado mobiliário brasileiro e/ou os negócios da Emissora.

Ao longo de sua história, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. Determinadas medidas adotadas no passado pelo Governo Federal para combatê-la tiveram um forte impacto negativo sobre a economia brasileira. Eventuais pressões inflacionárias persistem e medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal, podem gerar um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado bancário e de capitais brasileiro. A inflação apurada pelo IGP-M foi de 12,4% em 2004, 1,2% em 2005, 3,84% em 2006 e 4,1% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2007. Os preços, por sua vez, quando apurados

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

pelo IPCA, aumentaram 7,6% em 2004, 5,7% em 2005, 3,14% em 2006 e 3,0% nos primeiros nove meses de 2007.

Caso as taxas de inflação venham a aumentar, eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal poderá vir a resultar em desaceleração no nível de atividade econômica e no poder aquisitivo da população, gerando conseqüências negativas para os nossos negócios, nossa condição financeira, os nossos resultados operacionais. Além disso, caso o Brasil venha a registrar altas taxas de inflação, poderemos não ser capazes de ajustar os nossos preços de forma a compensar os efeitos da inflação sobre os custos da Companhia.

Caso as taxas de inflação voltem a aumentar, os negócios da Emissora, sua condição financeira e o resultado de suas operações poderão ser afetados negativamente.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente nos considerados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Emissora.

A economia e as companhias brasileiras têm sido impactadas, em diferentes intensidades, pelas condições econômicas de outros países. Desta forma, a possibilidade de obtenção de crédito por empresas brasileiras é diretamente influenciada pelas condições econômicas no Brasil e também, ainda que em graus diversos, pela economia em outros países, principalmente os emergentes.

Acontecimentos ou condições econômicas e/ou políticas em outros países já afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira e resultaram em consideráveis saídas de recursos estrangeiros no País.

Não há como garantir que futuros acontecimentos em outros países não afetarão a oferta de crédito às companhias brasileiras, podendo, deste modo, vir a afetar negativamente a oferta de crédito para a Emissora, podendo resultar em impacto material adverso nos seus resultados.

Efeitos das Flutuações das Taxas de Juros.

O BACEN estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro. Durante os últimos anos, a taxa de juros básica tem oscilado consideravelmente, chegando a, aproximadamente, 45,0% em março de 1999 e caindo para 15,2% em 17 de janeiro de 2001. Posteriormente, a taxa de juros básica atingiu 26,5% em fevereiro de 2003 e recuou novamente para 16,5% em dezembro do mesmo ano. Nos anos seguintes a taxa básica de juros esteve novamente em alta equivalente a 19,7% entre maio e agosto de 2005, quando o Banco Central passou a tomar medidas que possibilitaram que a taxa de juros básica chegasse aos atuais 11,43% ao ano, de acordo com a Econômica.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A elevação das taxas de juros poderá ter impacto negativo no resultado da Emissora na medida em que pode inibir o crescimento econômico e conseqüentemente a demanda por energia, e também porque suas atividades exigem intensos investimentos de capital. Tais investimentos são, em sua maioria, financiados com recursos de terceiros e remunerados a taxas de juros pós-fixadas. Em 30 de setembro de 2007, a COSERN não possuía endividamento atrelado à variação cambial, tendo suas dívidas indexadas ao CDI, TJLP, dentre outros índices. Caso haja uma elevação das taxas de juros que influencie esses indexadores, as despesas financeiras da Emissora também aumentarão, afetando negativamente a capacidade de pagamento da Emissora.

Alterações nas leis tributárias brasileiras podem ter impacto adverso nos resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias, as quais afetam os participantes do mercado brasileiro de energia, a Companhia, as distribuidoras e os consumidores industriais. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários cujos recursos são alocados para certos fins determinados pelo Governo Federal. Tais medidas podem aumentar as obrigações fiscais da Companhia, o que poderá, por sua vez, influenciar sua lucratividade, e afetar adversamente os seus resultados operacionais.

Caso a Companhia não consiga repassar aos consumidores o custo com esses tributos adicionais, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia podem ser adversamente afetados.

Riscos Relacionados ao Setor de Energia Elétrica

A Emissora atua no setor elétrico brasileiro, o qual foi reestruturado pelo Governo Federal. Eventuais alterações na regulamentação do Setor Elétrico poderão afetar de maneira adversa as empresas sujeitas às suas regras, como a Companhia.

O Governo Federal vem implementando mudanças significativas na legislação do setor elétrico brasileiro durante os últimos anos, especialmente por meio da Lei de Concessões, da Lei do Setor Elétrico e da Lei de Reestruturação do Setor Elétrico, além da regulamentação administrativa. Essas medidas tiveram por objetivo desvincular a autoridade regulatória do Governo Federal, aumentar o investimento privado na geração, transmissão e distribuição de energia no Brasil e incentivar a competição no setor. No âmbito dessa reestruturação, a competência regulatória foi atribuída à ANEEL.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Em 15 de março de 2004 foi aprovada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes e implementou o novo modelo do setor elétrico no Brasil. Na mesma data, foi editada a Lei nº 10.847, que autorizou a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor elétrico nacional. Em julho e agosto de 2004, foram promulgados os Decretos nº 5.163, 5.175, 5.177 e 5.184 que regulamentam as Leis nº 10.847 e e a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, uma parcela significativa da energia futura comprada por empresas de distribuição, inclusive a Emissora, será adquirida em leilões públicos anuais de todo o setor. A ANEEL aprovou os procedimentos para estabelecer os preços e as quantidades de comercialização de energia desde o primeiro desses leilões, que ocorreu em 7 de dezembro de 2004, sem que houvesse mudança posterior. Se os leilões públicos não forem bem sucedidos, o Governo poderá estabelecer novos procedimentos de comercialização de energia, e não podemos ter certeza a respeito do efeito de tais procedimentos sobre a nossa condição financeira e resultado operacional.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico vinha sendo contestada perante o Supremo Tribunal Federal. No entanto, em 11 de outubro de 2006, o Supremo Tribunal Federal, por 7 votos a 4, declarou a constitucionalidade daquela lei.

Contudo, reformas futuras no setor elétrico e seus efeitos sobre nós são difíceis de prever. Na medida em que a Companhia não for capaz de repassar aos seus clientes os custos dessa e de outras leis e regulamentos futuros, os seus resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

As tarifas que a Emissora cobra pela venda de energia a consumidores cativos são determinadas de acordo com o Contrato de Concessão firmado com o Governo Federal, por meio da ANEEL. A receita operacional da Emissora pode ser afetada adversamente se a ANEEL tomar decisões desfavoráveis quanto às tarifas praticadas pela Emissora.

Como concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, a Emissora está sujeita a um ambiente altamente regulado. Além disso, a ANEEL é autorizada a regular e fiscalizar diversos aspectos dos negócios da Emissora, inclusive determinar que as tarifas cobradas pela Companhia sejam reduzidas, os investimentos sejam incrementados, o desenvolvimento de programas para a melhora do serviço, dentre outros.

O Contrato de Concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preço máximo, que permite três tipos de ajuste tarifário: (1) o reajuste anual, (2) a revisão periódica e (3) a revisão

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

extraordinária. A Emissora tem o direito a um reajuste anual, que é concebido para compensar certos efeitos da inflação sobre as tarifas e para repassar aos consumidores certos encargos de sua estrutura de custos não gerenciáveis pela Emissora, como o custo de aquisição de energia e encargos setoriais, incluindo encargos pelo uso de instalações de transmissão e distribuição. Além disso, a ANEEL conduz uma revisão periódica a cada cinco anos para identificar variações nos custos da Emissora e definir um índice baseado na sua eficiência operacional que será aplicado sobre o índice dos reajustes anuais da Emissora, e cujo efeito é premiar a boa administração dos seus custos e compartilhar quaisquer ganhos com os consumidores da Emissora. A Emissora também tem o direito de requerer uma revisão extraordinária das suas tarifas se custos imprevisíveis vierem a alterar significativamente sua estrutura de custos.

A Emissora não pode assegurar que a ANEEL estabelecerá tarifas que lhe sejam favoráveis. Além disso, se quaisquer desses reajustes não forem concedidos pela ANEEL no prazo apropriado ou a Emissora seja obrigada pela ANEEL a efetuar gastos adicionais imprevistos, sem previsão de subsídios e sem a respectiva contrapartida tarifária, de forma a viabilizar o repasse integral do valor de tais despesas adicionais para a tarifa, ou, ainda, sejam estabelecidas normas ainda mais rígidas ou que gerem incertezas, a condição financeira e os resultados das operações da Emissora podem ser adversamente afetados.

As tarifas de distribuição, ainda que determinadas pela ANEEL, podem ser questionadas judicialmente, o que pode afetar adversamente a receita operacional da Emissora.

Não obstante as revisões e reajustes tarifários da COSERN estarem sujeitos à aprovação da ANEEL, bem como aos limites estabelecidos em seu Contrato de Concessão e na legislação

brasileira, as decisões da ANEEL acerca das tarifas da Emissora podem ser objeto de contestação judicial, inclusive pelo Ministério Público na defesa dos interesses difusos dos consumidores da área de concessão da Emissora, dada a natureza de serviço público da atividade de distribuição de energia elétrica. Neste sentido, eventuais questionamentos de aumentos tarifários concedidos pela ANEEL podem afetar a capacidade financeira da Emissora (ver seção “Atividades da Emissora – Tarifa”)

O Governo criou um programa de “universalização” que requer que as distribuidoras de energia forneçam serviços de eletricidade a determinados consumidores e incorram despesas operacionais e de capital que podem não ser vantajosos para a Companhia.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Em 2002, o Governo deu início à implementação de um programa de “universalização” com o objetivo de fornecer eletricidade a consumidores de baixo consumo. De acordo com o programa, as empresas de distribuição de energia devem arcar com os custos iniciais de eletricidade para clientes cuja potência declarada dos equipamentos elétricos não ultrapasse 50 kW.

Além disso, em 2003, foi criado o Programa “Luz para Todos” alocando recursos dos fundos setoriais (CDE e RGR) e dos Estados para financiar a universalização nas áreas rurais. Neste sentido, o Termo de Compromisso celebrado entre o Ministério das Minas e Energia, a Cosern e o Estado do Rio Grande do Norte, com a interveniência da ANEEL e da Eletrobrás, determina que as parcelas de participação financeira dos agentes sejam de 75% da Eletrobrás (10% de CDE, a título de subvenção econômica e 65% de financiamento da RGR), 15% de capital próprio da empresa e 10% de participação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, também como subvenção. Não existem garantias de que esses agentes cumprirão com as parcelas de investimentos que foram definidas no Termo de Compromisso.

Se a Companhia não cumprir o objetivo determinado no programa, a Companhia poderá ser penalizada nos reajustes tarifários até cumprir tais metas. Devido as suas características geográficas e sócio-econômicas, este programa pode exigir despesas operacionais e dispêndios de capital significativos da Cosern. O Estado do Rio Grande do Norte tem um grande número de consumidores que se enquadram nos quesitos exigidos por este programa. Além disso, o Governo pode impor à Companhia ônus adicionais no futuro no âmbito do programa de universalização ou outros programas, os quais podem aumentar significativamente os dispêndios de capital e custos operacionais da Companhia e afetar negativamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.

A Emissora pode enfrentar crescente concorrência que pode afetar adversamente sua participação de mercado, em virtude da perda de Consumidores Livres e, conseqüentemente, sua receita.

Em vista da legislação aprovada em 1995, 1998 e 2004, outros fornecedores podem oferecer energia elétrica a certos consumidores de grande porte, que atendam às exigências legais para se qualificar como Consumidores Livres, ou seja, os Consumidores Potencialmente Livres. Consumidores Livres são aqueles cuja demanda é igual ou superior a 3 MW em níveis de tensão iguais ou superiores a 69 kV ou, no caso de novos consumidores que entraram no mercado a partir de julho de 1995, aqueles cuja demanda é igual ou superior a 3 MW em qualquer nível de tensão. Em 2006, os Consumidores Livres representavam 5% da receita bruta da Companhia. Os

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

eventuais concorrentes da Emissora podem vir a oferecer a esses consumidores energia elétrica a preços menores do que os cobrados atualmente pela Companhia.

Em 30 de setembro de 2007 havia, na área de concessão da Emissora, 8 Consumidores Livres, 1 Parcialmente Livre e 4 Consumidores Potencialmente Livres, os quais podem optar por comprar a parcela de energia elétrica de outro fornecedor. Neste caso, esses consumidores pagarão pelo uso do sistema de distribuição da Emissora, por meio do pagamento da tarifa de uso de seu sistema de distribuição ("TUSD"), e que representam 9,23% do seu mercado total.

Além disso, a Emissora pode perder consumidores na faixa de demanda entre 500 kW e 3000 kW. Esses consumidores podem optar por obter suprimento de fontes alternativas tais como energia eólica, PCHs e biomassa, com direito a descontos nas tarifas de transmissão e distribuição de pelo menos 50%.

A perda de clientes para outros fornecedores que atendam a Consumidores Livres na área de concessão da Emissora pode afetar adversamente sua participação de mercado, e, conseqüentemente, sua situação econômico-financeira.

Adicionalmente, o risco de perda dos Consumidores Potencialmente Livres pode também ser agravado caso esses consumidores tornem-se auto-produtores de energia elétrica, com a instalação da fonte de geração dentro de sua área privada, hipótese na qual a Emissora, além de perder a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica a esses consumidores, também perderia a receita decorrente da TUSD.

Períodos de escassez de energia elétrica podem afetar o custo da energia elétrica e os preços que a Emissora pode cobrar dos seus clientes.

Devido à dependência do setor de energia elétrica de variáveis naturais e sazonais, como os níveis de chuva e de água, a deterioração dessas condições pode afetar severamente a geração de energia elétrica no País.

Em 2001, o Brasil sofreu severa redução de geração de energia elétrica. A crise deveu-se em grande parte à falta de investimento em geração e transmissão de energia e à situação de seca na maior parte do país, que fizeram com que os níveis de água nas usinas hidrelétricas caíssem para menos de um terço da sua capacidade.

A fim de evitar a possibilidade de blecautes, em 2001 o Governo Federal baixou medidas destinadas à redução do consumo de energia elétrica nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil em 20% em média e instituiu sobretaxas para os que não atingissem suas quotas de redução e recompensas para os que o fizessem. O Governo brasileiro também

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

determinou que as empresas de distribuição de energia localizadas nas regiões afetadas do país restringissem o fornecimento de energia a seus consumidores. As restrições perduraram até 28 de fevereiro de 2002.

No futuro, o Governo brasileiro poderá adotar novas medidas para reduzir o consumo de energia se a capacidade de geração no Brasil não aumentar para suprir o crescimento da demanda. Tais medidas, se adotadas no futuro, incluindo redução do consumo de energia elétrica dos clientes da Emissora, podem ter efeito adverso relevante sobre as condições financeiras e os resultados de operações da Emissora. Além disso, a escassez de energia elétrica pode provocar volatilidade de preços se o processo de estocagem de água não for suficientemente adequado ao crescimento da demanda, ou os investimentos em geração não acompanharem adequadamente crescimento de demanda, o que também pode afetar negativamente os resultados da Emissora.

A Emissora pode ser forçada a comprar energia no mercado de curto prazo para atender a demanda dos consumidores e o preço de compra de energia no mercado de curto prazo pode ser substancialmente maior que o preço da energia sob os contratos de compra de energia de longo prazo da Emissora. Falta uma definição quanto à destinação de eventual sobra superveniente de energia.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as distribuidoras de energia elétrica, incluindo a Companhia, devem contratar, por meio de licitações públicas conduzidas pela ANEEL, a totalidade de sua demanda de energia elétrica projetada para as respectivas áreas de concessão, em um período de cinco anos antes do efetivo fornecimento dessa energia. Sempre que as projeções iniciais ficarem aquém da demanda do mercado, e após leilões de ajuste e do mecanismo de compensação de sobras e déficits entre as distribuidoras, a Emissora poderá ser obrigada a cobrir a diferença contratando energia no mercado de curto prazo. A Emissora não pode assegurar que suas projeções iniciais da demanda de energia em sua área de concessão de distribuição serão precisas e exatas e, se não o forem, poderá pagar preços significativamente mais altos no mercado de curto prazo para satisfazer suas obrigações de distribuição de energia elétrica e sofrer certas penalidades impostas pela ANEEL. Tal situação poderá impactar negativamente a situação econômico-financeira da Companhia.

Além disso, a eventual perda de Consumidores Potencialmente Livres acarretará uma sobra de energia elétrica contratada para a Companhia, provocando impacto em seu fluxo de caixa, até que a ANEEL regulamente a forma de devolução dessa energia elétrica pelas concessionárias distribuidoras

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Previsões incorretas das necessidades de energia nas áreas de distribuição da Companhia podem afetar adversamente os seus resultados operacionais.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a Companhia corre o risco de ser impedida de repassar integralmente aos seus clientes os custos das suas compras de energia se errar na previsão da sua demanda de energia. De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, um distribuidor de energia deve contratar com antecedência, por meio de licitações públicas, 100% das necessidades de energia previstas para as suas áreas de concessão nos cinco anos seguintes, podendo ajustar sua previsão inicial. Sempre que as projeções iniciais ficarem aquém da demanda do mercado, e após leilões de ajuste e do mecanismo de compensação de sobras e déficits entre as distribuidoras, a Emissora poderá ser obrigada a cobrir a diferença contratando energia no mercado de curto prazo. A Companhia pode errar na previsão de demanda e comprar mais ou menos eletricidade do que necessita, podendo pagar preços significativamente mais altos no mercado de curto prazo para satisfazer suas obrigações de distribuição de energia elétrica e sofrer certas penalidades impostas pela ANEEL, além de poder ser impedida de repassar integralmente aos seus clientes os custos das suas compras. A Companhia não pode garantir que a sua previsão de demanda de eletricidade será correta.

O projeto de Reforma das Agências Reguladoras em tramitação no Congresso Nacional pode afetar a competência da ANEEL.

Há projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras. Esse projeto de lei visa alterar a estrutura de tais agências, mediante, dentre outros pontos, a criação (i) de contratos de gestão, que deverão ser firmados entre as Agências e os Ministérios a que estiverem vinculadas, e, também, (ii) de ouvidoria nas Agências, com o objetivo de zelar pela qualidade dos serviços prestados e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação da Agência, seja contra entes regulados, sendo que o ouvidor, responsável pela respectiva ouvidoria, será indicado pelo Presidente da República.

Caso a mencionada lei entre em vigor, as medidas dela decorrentes poderão reduzir as atribuições da ANEEL, passando o Poder Concedente, por outro lado, sobretudo o MME – ao qual a ANEEL é vinculada – a ter maior atuação e influência no setor elétrico brasileiro. Não há como garantir que as alterações a serem aprovadas não afetarão negativamente as empresas distribuidoras de energia elétrica, incluindo a Cosern.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Ingerência do Tribunal de Contas da União Federal nos procedimentos adotados pela ANEEL poderão causar insegurança jurídica aos administrados.

O Tribunal de Contas da União ("TCU") acompanhou e fiscalizou o procedimento de revisão tarifária de algumas empresas do setor elétrico, conduzido pela ANEEL no ano de 2003, e proferiu acórdãos nos processos referentes às empresas Eletropaulo Metropolitana – Eletricidade de São Paulo S.A., Light Serviços de Eletricidade S.A. e Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, nos quais elaborou diversas considerações, críticas e determinações à ANEEL, referentes à metodologia da revisão.

Riscos Relacionados às Atividades da Emissora

O não atendimento, pela Emissora, de obrigações assumidas por meio de contratos financeiros pode acarretar o vencimento antecipado de suas dívidas.

Alguns contratos financeiros estabelecem diversas obrigações de manutenção de índices de endividamento, capitalização e cobertura da dívida. Não há como garantir que a Companhia atingirá todos os índices contratados no futuro, o que poderá gerar o vencimento antecipado de

suas dívidas e, igualmente, afetar, de forma substancial e negativa, a condição financeira da Emissora.

A Companhia atua num setor sujeito à redução de resultado em decorrência do aumento nos atrasos e inadimplência de seus clientes.

Em 30 de setembro de 2007, o saldo total das faturas de consumo de energia elétrica vencidas e não pagas pelos clientes da Emissora era de aproximadamente R\$ 65 milhões ou 6,5% em relação ao faturamento médio dos 12 últimos meses anteriores a tal data, dos quais R\$ 30 milhões encontravam-se vencidos há mais de 90 dias. Do total dos valores vencidos e não pagos em 30 de setembro de 2007, 81,5% referiam-se ao setor privado e 18,5% ao setor público. Em 30 de setembro de 2007, a provisão para créditos de liquidação duvidosa somava R\$ 45.913 mil.

A Emissora não pode assegurar que conseguirá implementar todas as medidas necessárias à redução do inadimplemento, nem tampouco que tais medidas garantiriam a redução da inadimplência. A manutenção ou aumento dos índices de inadimplência pode afetar o resultado da Emissora.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A Emissora é parte em diversos processos administrativos e judiciais que, caso decididos contrariamente à Emissora, podem ter um impacto negativo em seus resultados e condição financeira.

Atualmente, a Emissora é parte em diversos processos administrativos e judiciais, de natureza cível, previdenciária, trabalhista e fiscal, decorrentes do exercício regular de suas atividades. Em 30 de setembro de 2007, as provisões da Emissora para tais contingências totalizavam cerca de R\$ 28.875 mil, sendo R\$ 6.233 mil para ações fiscais, R\$ 13.555 mil para ações cíveis e R\$ 9.087 mil para ações trabalhistas. Caso o valor total dessas provisões não seja suficiente para fazer frente às contingências que se tornem exigíveis, os resultados da Emissora podem ser afetados negativamente, além de poder resultar em impacto material adverso nos negócios e na capacidade de geração de caixa da Emissora.

A extinção do Contrato de Concessão pelo Poder Concedente poderá impedir a realização do valor integral de determinados ativos e causar a perda de lucros futuros sem uma indenização suficiente para fazer frente aos seus compromissos.

Nos termos da Lei de Concessões, a concessão está sujeita à extinção antecipada em determinadas circunstâncias, quais sejam: encampação, caducidade, rescisão amigável ou judicial e anulação do Contrato de Concessão e falência ou extinção da concessionária, bem como existe previsão de indenização e intervenção em situações descritas nos contratos de concessões. Ocorrendo a extinção da concessão, o então concessionário não terá direito a qualquer parcela do serviço ou dos poderes que se encontravam sob sua gestão no curso do Contrato de Concessão. Os ativos vinculados à concessão serão revertidos ao Poder Concedente. Apesar da Emissora ter o direito ao valor desses ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados de acordo com os termos do Contrato de Concessão, em caso de extinção antecipada, não se pode assegurar que esse valor será suficiente para compensar a perda de lucro futuro. Se a ANEEL extinguir o Contrato de Concessão com base no inadimplemento por parte da Companhia, o valor da indenização pode ser reduzido a até zero, pela imposição de multas ou outras penalidades.

A extinção antecipada do Contrato de Concessão, assim como a imposição de penalidades à Emissora associadas a tal extinção, poderão gerar significativos impactos nos seus resultados e afetar sua capacidade de pagamento e cumprimento de obrigações financeiras.

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A Companhia pode ser penalizada pela ANEEL pelo não atendimento das obrigações contidas no Contrato de Concessão, o que pode acarretar multas e outras penalidades e, dependendo da gravidade do inadimplemento, a caducidade da concessão.

As atividades de distribuição da Companhia são conduzidas em conformidade com o Contrato de Concessão. O órgão regulador poderá impor penalidades à Companhia caso ela deixe de cumprir com qualquer disposição contida no referido contrato. Dependendo da extensão da gravidade da não conformidade, as penalidades aplicáveis incluem:

- advertências;
- multas por infração, limitadas a 2% da receita da concessionária no exercício encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração;
- embargo à construção de novas instalações e equipamentos;
- restrições à operação das instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária de participação em processos licitatórios tendo por objeto novas concessões;
- intervenção da ANEEL na administração da concessionária inadimplente; ou
- caducidade da concessão.

A imposição de penalidades à Companhia pela ANEEL pode afetar de maneira adversa a situação financeira e o resultado operacional da Companhia e até comprometer a continuidade de suas atividades.

Os equipamentos, instalações e operações da Emissora estão sujeitos a vários regulamentos ambientais e de saúde que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

As atividades de distribuição estão sujeitas a abrangente legislação federal e estadual e à supervisão pelas agências governamentais brasileiras responsáveis pela implementação de leis e políticas ambientais e de saúde. Essas agências podem tomar medidas coercitivas contra a Companhia por inobservância de seus regulamentos. Tais medidas podem incluir, entre outras, a imposição de multas e revogação de licenças. Regulamentos ambientais e de saúde mais rigorosos podem forçar a Emissora a destinar investimentos de capital para o seu atendimento e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre a condição financeira e sobre os resultados das operações da Emissora.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Além disso, a inobservância, pela Emissora, das leis, regulamentos e termos de ajustamento de conduta ambientais pode acarretar, além da obrigação de reparação de danos que eventualmente sejam causados, a aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, podendo também incluir a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, podendo ter impacto negativo nas receitas da Emissora ou, ainda, inviabilizar a captação de recursos junto ao mercado financeiro.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância pela Emissora das leis, regulamentos, termos de ajustamento de conduta ou acordos judiciais poderá causar impacto adverso relevante na imagem, na receita e no resultado da Emissora e de suas controladas, coligadas e controladora.

O não atendimento do padrão de serviços estabelecido pela ANEEL poderá sujeitar a Emissora a penalidades.

Os indicadores técnicos relativos a padrões de serviços e atendimento que devem ser observados pela Emissora constantes dos Contratos de Concessão e fixados pela ANEEL são objeto de constante aperfeiçoamento, nos períodos de adaptação, transição e finalmente aplicação desses indicadores. Caso a Emissora não atenda aos padrões estabelecidos, estará sujeita a penalidades que vão desde advertência ou multa pecuniária até caducidade da respectiva concessão, nos casos de reincidência continuada no descumprimento dos indicadores. Ademais, o completo atendimento desses padrões de serviços é requisito essencial para a renovação das concessões nos termos da Lei de Concessões. Caso a Companhia viole os indicadores de qualidade para ela estabelecidos e venha a sofrer reincidentes penalidades, a sua condição financeira e os seus resultados poderão ser adversamente afetados.

Se a Companhia não conseguir controlar as perdas de energia, os seus resultados operacionais e a sua situação financeira poderão ser prejudicados.

A Companhia apresenta dois tipos de perda de energia: perdas técnicas e perdas comerciais. As perdas técnicas acontecem no curso normal da sua distribuição de eletricidade, já que parte da eletricidade que distribui inevitavelmente se dissipa no curso da distribuição. As perdas comerciais são o resultado de conexões ilegais, fraudes, erro na medição de consumo e de faturamento. O total das perdas (técnicas e comerciais) como porcentagem da energia total distribuída em 2005 e 2006 pela Cosern representou, respectivamente, 12,35% e 11,96%. No terceiro trimestre de 2007,

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

esse total foi de 11,29%. Além disso, medidas governamentais futuras em reposta a eventual escassez de energia, tais como a imposição de limites ao consumo de energia implementada por meio do programa de racionamento em 2001, podem resultar em aumentos nas perdas de energia, uma vez que alguns consumidores tentam burlar tais limites por meio de conexões ilegais, roubo e fraude, como ocorrido em 2001. Como a Companhia não pode repassar aos seus clientes a totalidade dos custos com perdas por meio de aumentos de tarifa, aumentos nas perdas podem afetar negativamente a situação financeira da Companhia e os seus resultados operacionais.

Os seguros que a Companhia mantém podem não prover a cobertura completa dos riscos a que está sujeita em razão da sua responsabilidade objetiva.

A Companhia, na qualidade de prestadora de serviços públicos, tem responsabilidade objetiva por danos diretos e indiretos decorrentes da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, tais como interrupções abruptas no suprimento e variações de voltagem. Em linhas gerais isso significa que basta a demonstração do dano, ou seja, independe da comprovação de culpa dos agentes. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por até 100% das perdas e danos causados a terceiros em decorrência de interrupções ou distúrbios que não forem atribuíveis a um integrante identificado do ONS. A ocorrência de perdas ou demais responsabilidades que não estejam cobertas por seguro ou que excedam os limites de seguro da Companhia poderão acarretar significativos custos adicionais não previstos, impactando negativamente os resultados da Companhia.

Além disso, de uma forma geral, os seguros da Companhia são contratados de acordo com as políticas adotadas pelo Grupo Neoenergia. A Companhia não pode garantir que os seguros contratados para os próximos anos manterão o mesmo nível de cobertura atual. Assim, na hipótese das políticas de administração de risco adotadas pelo Grupo Neoenergia no futuro orientarem a Companhia para contratação de seguros em níveis inferiores aos atuais, é possível que a ocorrência de danos ou prejuízos a serem custeados a partir de tais seguros impacte adversamente o fluxo de caixa e os resultados da Companhia.

Estratégia da Companhia

Após a privatização, a COSERN passou a viver uma profunda transformação, tanto técnica como na sua forma de atuação, tendo como suporte a metodologia de reengenharia de processos desenvolvida pela Neoenergia. A estratégia geral consiste em um conjunto de ações convergentes e

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

orientadas para os objetivos empresariais que deverão conduzir a Companhia a uma condição futura de modo que obtenha nível de excelência em qualidade e confiabilidade, ofereça preços competitivos e aufera rentabilidade adequada.

Para tanto, a estratégia tem sido orientada por três diretrizes de atuação: (i) busca da excelência nos indicadores operacionais; (ii) busca de reconhecimento pela qualidade dos serviços prestados por conta dos clientes; e (iii) rentabilidade. Essas políticas são desdobradas em todas as áreas corporativas, para as quais são determinados objetivos específicos

A Companhia vem tomando medidas com vistas a (i) alcançar os melhores níveis de qualidade no fornecimento de energia elétrica para os clientes e superiores aos recomendados pelo órgão regulador; e (ii) aumentar a satisfação global dos clientes com o serviço oferecido, fidelizando o consumidor potencialmente livre.

Os objetivos da COSERN para 2007 são a (i) Continuidade do Programa Luz para Todos, (ii) Plano Especial de Investimento com ações de redução das Perdas, (iii) ações de redução da inadimplência dos clientes privados e públicos, (iv) melhoria na prestação dos serviços à comunidade e (v) responsabilidade social e sócio-ambiental.

Contratos Relevantes

Contratos Operacionais

Contrato de Concessão

Em 31 de dezembro de 1997, a Companhia e a União Federal celebraram Contrato de Concessão, o qual regula a exploração, pela COSERN, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Norte.

A concessão tem vigência de 30 anos, contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, isto é, até 31 de dezembro de 2027. O prazo da concessão pode ser prorrogado por igual período mediante requerimento apresentado pela Companhia até 36 meses antes do vencimento do Contrato de Concessão e aprovação do Poder Concedente, que levará em consideração todas as informações sobre os serviços prestados e a não constatação, em relatórios técnicos fundamentados emitidos pelo órgão de fiscalização, do descumprimento pela Companhia dos requisitos de eficiência, segurança, atualidade e cortesia do atendimento.

Observadas as regras da legislação econômica vigente, por iniciativa da ANEEL ou da Companhia, as tarifas poderão ser reajustadas mediante aplicação de fórmulas constantes no Contrato de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Concessão, a cada intervalo não inferior a 12 meses, podendo haver revisão de tarifas de acordo com as situações elencadas no Contrato de Concessão. Especificamente no caso da Companhia, a época prevista para o reajuste anual é abril de cada ano.

Além do reajuste anual, a Companhia está sujeita à revisão ordinária a cada 5 anos, que pode aumentar ou diminuir as suas tarifas. A primeira revisão ordinária da Companhia ocorreu em abril de 2003.

Para maiores informações sobre as regras aplicáveis ao Contrato de Concessão ver seção “Visão Geral do Setor de Energia Elétrica”.

O Contrato de Concessão foi aditado em 29 de novembro de 2001 e em 18 de abril de 2005.

O primeiro aditamento ao Contrato de Concessão foi realizado a fim de impor procedimentos a serem tomados pela Companhia, em face da incorporação de sua controladora IBIDEM S.A, realizada nos termos e condições estabelecidos pela Resolução ANEEL nº 474/2000

O segundo aditamento foi firmado a fim de refletir alterações da legislação introduzidas pelo novo modelo do setor elétrico com relação ao período de referência para determinação do IRT. Esta mudança visou neutralizar as futuras variações de custos já conhecidas na data dos reajustes tarifários, decorrentes de variações de preço de compra de energia entre o período tarifário, permitindo que estes custos sejam reconhecidos no instante do cálculo do reajuste.

Contratos de Uso ao Sistema de Transmissão (CUST) e Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)

Em 15 de outubro de 2002, a COSERN, concessionárias de transmissão e o ONS, representando as concessionárias de transmissão, firmaram o contrato CUST nº 34/1999, com prazo de duração até a extinção da concessão, com o objetivo de estabelecer os termos e as condições que regularão (i) o uso da rede básica de transmissão pela Companhia, incluindo a prestação de serviços de transmissão pelas concessionárias, mediante controle e supervisão do ONS; (ii) prestação pelo ONS dos serviços de coordenação e controle de operação dos sistemas elétricos interligados e de administração dos serviços de transmissão prestados pelas concessionárias de transmissão; e (iii) a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.

A COSERN pagará mensalmente os encargos de uso da transmissão, bem como eventuais ultrapassagens de demanda de potência, excedentes aos estabelecidos nos Contratos Iniciais e sobrecargas em instalações e equipamentos das concessionárias de transmissão, conforme

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

regulamentação da ANEEL, sendo que os encargos serão compostos de 4 partes: (i) pagamento dos serviços de transmissão às concessionárias de transmissão; (ii) pagamento ao ONS pelos serviços prestados; (iii) pagamento às concessionárias de transmissão na hipótese de ultrapassagem de demanda de potência; e (iv) pagamento às concessionárias de transmissão por eventuais sobrecargas em suas instalações e equipamentos. A Companhia firmou contrato de constituição de garantia.

Em 30 de dezembro de 2002, a COSERN, concessionárias de transmissão e o ONS, representando as concessionárias de transmissão, firmaram o contrato CUST nº 99/2002, complementar ao contrato CUST nº 34/1999, com prazo de duração até a extinção da concessão, com o objetivo de estabelecer os termos e as condições que regularão (i) o uso da rede básica de transmissão pela Companhia, incluindo a prestação de serviços de transmissão pelas concessionárias, mediante controle e supervisão do ONS; (ii) prestação pelo ONS dos serviços de coordenação e controle de operação dos sistemas eletroenergéticos interligados, das interligações internacionais e de administração dos serviços de transmissão prestados pelas concessionárias de transmissão; e (iii) a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.

A COSERN pagará mensalmente os encargos de uso da transmissão, bem como eventuais ultrapassagens do montante de uso e sobrecargas em instalações e equipamentos das concessionárias de transmissão, conforme regulamentação da ANEEL. Os encargos de uso da transmissão objeto do CUST n.º 099/2002 são referentes exclusivamente às parcelas do montante de uso não vinculadas aos Contratos Iniciais. Os encargos serão compostos de 4 partes: (i) pagamento dos serviços de transmissão às concessionárias de transmissão; (ii) pagamento ao ONS pelos serviços prestados; (iii) pagamento às concessionárias de transmissão na hipótese de ultrapassagem do montante de uso; e (iv) pagamento às concessionárias de transmissão por eventuais sobrecargas em suas instalações e equipamentos. A Companhia firmou contrato de constituição de garantia. O contrato CUST nº 99/2002 foi aditado em 13 de fevereiro de 2003, em 30 de maio de 2003, em 22 de dezembro de 2003, em 26 de novembro de 2004 e em 30 de dezembro de 2004.

Tendo como objeto o estabelecimento das condições, procedimentos, responsabilidades técnico-operacionais e comerciais que regulam a conexão da Companhia com a rede básica, através das instalações e pontos de conexão de propriedade da CHESF, a COSERN e a CHESF, com a interveniência do ONS, firmaram os seguintes Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT: CCT Inicial, de 14 de fevereiro de 2000; CCT 001/2003, de 17 de março de 2003; CCT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

005/2003, de 19 de setembro de 2003; e CCT 012/2006, de 27 de dezembro de 2006. Todos os CCT's encontram-se vigentes, e com prazo de duração até a extinção da concessão.

Tanto os Encargos de Uso do Sistema de Transmissão, quanto os Encargos de Conexão ao Sistema de Transmissão são homologados pela ANEEL e, em 30 de setembro de 2007, perfaziam um valor total de R\$ 4.900.009,60, mensais, sendo R\$ 4.492.238,83 relativos aos Encargos de Uso, e R\$ 407.770,77 relativos aos Encargos de Conexão.

Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica

A seguir é feita descrição dos principais contratos e leilões de compra e venda de energia de que a Companhia se utilizou para assegurar o integral atendimento das suas necessidades de energia elétrica:

Leilão MAE – 001/2002

Em 23 de setembro de 2002, o Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE realizou Leilão de Compra de Energia, através do qual a Companhia firmou, com a CHESF (CCVE 017/2002), a contratação de 45,0 MW médios, equivalentes a 394.200 MWh/ano, a um preço de R\$ 71,87/MWh, a preços de setembro de 2007. O prazo de suprimento é 6 anos, com início em 01.01.2003 e término em 31.12.2008.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. O preço é reajustado com periodicidade anual, pela variação do IGP-M/FGV, e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 3% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica – TERMOAÇU

Em 11 de novembro de 2002, a Companhia e a Termoaçú celebraram um contrato de compra e venda de energia, de um volume médio de energia de 88 MW médios, equivalentes a 770.880 MWh/ano, a um Preço de R\$ 108,27, a preços de março de 2007. O contrato tem prazo de vigência de 20 (vinte) anos, com início em 31.03.2008 e término em 31.03.2028.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A energia fornecida será faturada e paga mensalmente. O preço é reajustado com periodicidade anual, em conformidade a com fórmula paramétrica contratual, e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

1º Leilão de Energia de Energia Existente – Edital nº 001/2004

Em 7 de dezembro de 2004, foi realizado o primeiro leilão de energia, oriunda de empreendimentos existentes, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, através do qual a Companhia, inclusive já com os ajustes decorrentes do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits – MCSD, realizados até o mês de outubro de 2007, mantém contratados:

- (I) Produto 2005 a 2012, Fonte Hidro: 256,85 MW médios, equivalentes a 2.250.006 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 64,56/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 8 anos, com início em 01.01.2005 e término em 31.12.2012;
- (II) Produto 2006 a 2013, Fonte Hidro: 135,87 MW médios, equivalentes a 1.190.221 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 75,59/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 8 anos, com início em 01.01.2006 e término em 31.12.2013; e
- (III) Produto 2007 a 2014, Fonte Hidro: 20,17 MW médios, equivalentes a 176.689 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 84,71/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 8 anos, com início em 01.01.2007 e término em 31.12.2014.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual, pela variação do IPCA, e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

2º Leilão de Energia de Energia Existente – Edital nº 001/2005

Em 2 de abril de 2005, foi realizado o segundo leilão de energia de empreendimentos existentes, através do qual a Companhia, inclusive já com os ajustes decorrentes do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD, realizados até o mês de outubro de 2007, mantém contratados: Fonte Hidro, 15,30 MW médios, equivalentes a 134.028 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 90,89/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 8 anos, com início em 01.01.2008 e término em 31.12.2015

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual, pela variação do IPCA, e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

4º Leilão de Energia de Energia Existente – Edital nº 003/2005

Em 11 de outubro de 2005, foi realizado o quarto leilão de energia de empreendimentos existentes, através do qual a Companhia, inclusive já com os ajustes decorrentes do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD, realizados até o mês de outubro de 2007, mantém contratados: Fonte Hidro, 26,64 MW médios, equivalentes a 233.366 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 101,74/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 8 anos, com início em 01.01.2009 e término em 31.12.2016

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual, pela variação do IPCA, e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA*1º Leilão de Energia de Novos Empreendimentos – Edital nº 002/2005*

Em 16 de dezembro de 2005, foi realizado o primeiro leilão de energia oriunda de novos empreendimentos, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, através do qual a Companhia mantém contratados:

- (I) Produto 2008 a 2037, Fonte Hidro: 1,71 MW médios, equivalentes a 14.980 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 113,61/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 30 anos, com início em 01.01.2008 e término em 31.12.2037;
- (II) Produto 2008 a 2022, Fonte Termo: 13,50 MW médios, equivalentes a 118.260 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 140,49/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 15 anos, com início em 01.01.2008 e término em 31.12.2022;
- (III) Produto 2009 a 2038, Fonte Hidro: 1,13 MW médios, equivalentes a 9.899 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 121,39/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 30 anos, com início em 01.01.2009 e término em 31.12.2038;
- (IV) Produto 2009 a 2023, Fonte Termo: 14,48 MW médios, equivalentes a 126.845 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 137,05/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 15 anos, com início em 01.01.2009 e término em 31.12.2023;
- (V) Produto 2010 a 2039, Fonte Hidro: 23,34 MW médios, equivalentes a 204.458 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 122,20/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 30 anos, com início em 01.01.2010 e término em 31.12.2039;
- (VI) Produto 2010 a 2024, Fonte Termo: 22,63 MW médios, equivalentes a 198.239 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 129,40/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 15 anos, com início em 01.01.2010 e término em 31.12.2024.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora, pela variação do IPCA, no caso dos Produtos de Fonte Hidro, e em conformidade com fórmula paramétrica contratual, no caso dos Produtos de Fonte Termo.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

2º Leilão de Energia de Novos Empreendimentos – Edital nº 002/2006

Em 29 de junho de 2006, foi realizado o segundo leilão de energia oriunda de novos empreendimentos, através do qual a Companhia mantém contratados:

- (I) Produto 2009 a 2038, Fonte Hidro: 27,98 MW médios, equivalentes a 245.105 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 132,62/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 30 anos, com início em 01.01.2009 e término em 31.12.2038;
- (II) Produto 2009 a 2023, Fonte Termo: 17,53 MW médios, equivalentes a 153.563 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 140,45/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 15 anos, com início em 01.01.2009 e término em 31.12.2023.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora, pela variação do IPCA, no caso dos Produtos de Fonte Hidro, e em conformidade com fórmula paramétrica contratual, no caso dos Produtos de Fonte Termo.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

3º Leilão de Energia de Novos Empreendimentos – Edital nº 004/2006

Em 10 de outubro de 2006, foi realizado o terceiro leilão de energia oriunda de novos empreendimentos, através do qual a Companhia mantém contratados:

- (I) Produto 2011 a 2040, Fonte Hidro: 14,64 MW médios, equivalentes a 128.246 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 125,46/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 30 anos, com início em 01.01.2011 e término em 31.12.2040;
- (II) Produto 2011 a 2025, Fonte Termo: 13,77 MW médios, equivalentes a 120.625 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 142,67/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 15 anos, com início em 01.01.2011 e término em 31.12.2025.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora, pela variação do IPCA, no caso dos Produtos de Fonte Hidro, e em conformidade com fórmula paramétrica contratual, no caso dos Produtos de Fonte Termo.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

5º Leilão de Energia de Energia Existente – Edital nº 006/2006

Em 14 de dezembro de 2006, foi realizado o quinto leilão de energia de empreendimentos existentes, através do qual a Companhia, inclusive já com os ajustes decorrentes do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits – MCSD, realizados até o mês de outubro de 2007, mantém contratados: Fonte Hidro, 1,59 MW médios, equivalentes a 13.928 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 107,87/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 8 anos, com início em 01.01.2007 e término em 31.12.2014

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual, pela variação do IPCA, e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

4º Leilão de Ajuste – Edital CCEE nº 001/2007

Em 29 de março de 2007, foi realizado o quarto Leilão de Ajuste, através do qual a Companhia mantém contratados: Fonte Hidro, 3,01 MW médios, equivalentes a 26.368 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 64,56/MWh, a preços correntes de 2007, prazo de suprimento de 9 meses, com início em 01.04.2007 e término em 31.12.2007.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são fixos e irrevogáveis.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada carta de fiança bancária.

1º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas – Edital nº 003/2007

Em 18 de outubro de 2006, foi realizado o primeiro leilão de energia oriunda de fontes alternativas, através do qual a Companhia mantém contratados:

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- (I) Produto 2010 a 2039, Fonte Hidro: 0,33 MW médios, equivalentes a 2.891 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 136,58/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 30 anos, com início em 01.01.2010 e término em 31.12.2039;
- (II) Produto 2010 a 2024, Fonte Termo: 0,99 MW médios, equivalentes a 8.672 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 140,49/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 15 anos, com início em 01.01.2010 e término em 31.12.2024.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora, pela variação do IPCA, no caso dos Produtos de Fonte Hidro, e em conformidade com fórmula paramétrica contratual, no caso dos Produtos de Fonte Termo.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, foi dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

4º Leilão de Energia de Novos Empreendimentos – Edital nº 002/2007

Em 26 de julho de 2007, foi realizado o quarto leilão de energia oriunda de novos empreendimentos, através do qual a Companhia mantém contratados: Fonte Termo: 12,16 MW médios, equivalentes a 106.522 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 134,67/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 15 anos, com início em 01.01.2010 e término em 31.12.2024.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora, pela variação do IPCA, no caso dos Produtos de Fonte Hidro, e em conformidade com fórmula paramétrica contratual, no caso dos Produtos de Fonte Termo.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, será dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

6º Leilão de Ajuste – Edital CCEE nº 003/2007

Em 27 de setembro de 2007, foi realizado o quarto Leilão de Ajuste, através do qual a Companhia mantém contratados: Fonte Hidro, 4,00 MW médios, equivalentes a 35.040 MWh/ano, a um Preço

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Médio de R\$ 138,85/MWh, a preços de setembro de 2007, prazo de suprimento de 12 meses, com início em 01.01.2008 e término em 31.12.2008.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são fixos e irrevogáveis.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, será dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

5º Leilão de Energia de Novos Empreendimentos – Edital nº 001/2007

Em 16 de outubro de 2007, foi realizado o quinto leilão de energia oriunda de novos empreendimentos, através do qual a Companhia mantém contratados:

- (I) Produto 2012 a 2041, Fonte Hidro: 18,97 MW médios, equivalentes a 166.177 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 129,14/MWh, a preços de outubro de 2007, prazo de suprimento de 30 anos, com início em 01.01.2012 e término em 31.12.2041;
- (II) Produto 2012 a 2026, Fonte Termo: 42,37 MW médios, equivalentes a 371.161 MWh/ano, a um Preço Médio de R\$ 128,37/MWh, a preços de novembro de 2007, prazo de suprimento de 15 anos, com início em 01.01.2012 e término em 31.12.2026.

A energia fornecida é faturada e paga mensalmente. Os preços são reajustados com periodicidade anual e de forma concatenada com os reajustes das tarifas de fornecimento da Emissora, pela variação do IPCA, no caso dos Produtos de Fonte Hidro, e em conformidade com fórmula paramétrica contratual, no caso dos Produtos de Fonte Termo.

Em caso de mora no pagamento das obrigações, incidem sobre as parcelas multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. Em garantia do pagamento das obrigações, será dada a própria receita, oriunda do pagamento das contas de consumo de energia elétrica, mediante celebração de Contrato de Constituição de Garantia – CCG.

Contratos Financeiros

A COSERN busca anualmente financiar os seus planos de investimentos junto a Bancos de Fomento e Organismos Multilaterais. Atualmente a principal fonte de financiamento da companhia é o Banco do Nordeste S.A. (BNB), tendo financiado os planos de investimento da companhia nos anos de 2004, 2006 e 2007 (o projeto de financiamento para o ano corrente está em andamento). A companhia monitora o mercado constantemente, com o objetivo de identificar novas oportunidades e custos atraentes para financiamento de seus investimentos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

 01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A tabela abaixo resume os principais contratos financeiros da Emissora:

Fonte	Moe	Data de assinatura	Objetivo	Encargos	Vencimento
BANCO	R\$	30/3/19	Refinanciamento de dívida com	IGPM +	2014
BANCO		30/3/19	Refinanciamento de dívida com	O que exceder	
BRASIL	R\$	94	Eletrobrás	a TJLP em 6%+	2014
ELETROBRÁS		DIVERS	Expansão de linhas e redes de		
S	R\$	AS	distribuição, linhas de transmissão e	6 a 9 % a.a.	2018
BNDES/FINE	R\$	1º/6/200	aquisição de medidores.	TJLP + 4,5%	2008
BNDES/Emer		14/2/200	Investimento sistema transmissão /		
gencial	R\$	2	Emergencial de Redução do Consumo	SELIC + 1% a.a.	2010
BNB I	R\$	23/12/2	de Energia	11,5% a.a.	2013
BNB II	R\$	27/11/2	Investimentos nos sistemas de linhas	11,5% a.a.	2014
			Otimização e desempenho da rede		
		23/12/2	de distribuição e		
FINEP	R\$	004	programas comunitários	TJLP + 5% aa.	2011

Empréstimos em Moeda Nacional

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito

Em 1º de junho de 2000, a COSERN celebrou com o BNDES o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 61.928 – BNDES/FINEM, no montante de R\$ 65,2 milhões, dividido em quatro subcréditos, destinados ao plano de investimentos em expansão, melhorias e modernização do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica. O prazo total do contrato é de 96 meses, incluindo os prazos de carência previstos no Contrato, e o prazo de amortização que varia entre 60 e 72 meses, conforme o sub-crédito. A taxa de juros convencionada é de Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central, acrescida de spread de 4,5% ao ano.

A Companhia deu em garantia ao BNDES vinculação de parte de sua receita, em valor equivalente a, no mínimo, 140% do valor da dívida. Além disso, a Emissora emitiu, em favor dos agentes financeiros, nota promissória com vencimento à vista de valor equivalente a 130% do montante devido.

Figuram como agentes financeiros da operação (i) Banco Credibanco S.A. (sucedido pelo Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.); (ii) Banco Alfa de Investimento S.A.; (iii) Banco Itaú

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

BBA S.A.; (iv) Banco Sudameris Brasil S.A.; (v) Banco ABC Brasil S.A.; e (vi) Banco BVA S.A (aqui referidos como os “Agentes Financeiros”).

Em 30 de setembro de 2007, o saldo devedor deste contrato era de R\$ 10,13 milhões.

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito

Em 14 de fevereiro de 2002, a COSERN celebrou com o BNDES o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, no montante de R\$ 116 milhões no âmbito do programa emergencial e excepcional de apoio às concessionárias de serviço de distribuição de energia elétrica. Os recursos oriundos do financiamento destinavam-se a suprir parte das insuficiências de recursos da Companhia decorrentes de (i) redução de receita ocorrida durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica; e (ii) variações de valores relativos ao Contrato de Concessão, verificadas no exercício de 2001. A utilização do crédito foi limitada ao valor equivalente a 90% do valor devido à Companhia a título de recomposição tarifária extraordinária.

Os juros pactuados são de 1%, a título de “spread”, acima da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, tornando-se exigíveis juntamente com as respectivas amortizações do principal. O principal da dívida deverá ser pago ao BNDES da seguinte forma:

i) R\$ 117 milhões em 101 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de março de 2002 e a última em 15 de julho de 2010; e

ii) R\$ 6 milhões em 4 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2010 e a última em 15 de novembro de 2010.

Em garantia à obrigação assumida, a Companhia procedeu à cessão e transferência ao BNDES, através do mecanismo de conta vinculada, do produto da cobrança da tarifa de fornecimento de serviços públicos de distribuição de energia elétrica no valor equivalente a 4,42 % do seu faturamento mensal.

Em 30 de setembro de 2007, o saldo devedor deste contrato era de R\$ 71,24 milhões.

O contrato estabelece a obrigação de a Emissora observar os seguintes índices financeiros, sob pena de vencimento antecipado das obrigações: Dívida Líquida/Ebitda < 3,0 e Ebitda/Resultado Financeiro > 2,5x.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81
---	--------------------

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Contrato Particular de Abertura de Crédito com o Banco Nordeste do Brasil S.A.

A Companhia firmou com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. 02 Contratos Particulares de Abertura de Crédito, nos valores de R\$ 46,2 milhões e R\$ 35 milhões, respectivamente. Os recursos destinam-se a expansão das redes de transmissão e distribuição de energia elétrica, modernização de sistemas e ligação de novos consumidores. Os prazos de amortização são de 60 e 78 meses, tendo vencimento final em 23 de dezembro de 2013 e 27 de novembro de 2014, respectivamente. Incidirão, sobre o principal da dívida, juros devidos à taxa efetiva de 11,5%, sendo aplicável a tal taxa um bônus de adimplemento de 25% para o investimentos realizados na região do semi-árido, e de 15% para os investimentos realizados nas demais regiões.

Os contratos encontram-se garantidos por Fianças Bancárias e fiança da Neoenergia equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento concedido. Os contratos encontram-se garantidos, ainda, por fundo de liquidez representado por aplicações financeiras da Emissora mantidas em conta corrente não movimentável pela Emissora, por ela mantida junto ao BNB.

Em 30 de setembro de 2007, o saldo devedor destes 02 (dois) contrato era de R\$ 81,64 milhões.

Contratos de Financiamento com a Eletrobrás

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa LUZ PARA TODOS (LPT), no âmbito do Programa de Universalização, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

Em maio de 2004 foi firmado um Termo de Compromisso entre a União (Ministério das Minas e Energia), o Estado do Rio Grande do Norte e a COSERN, com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa Luz Para Todos, na área de concessão da COSERN, propiciando o atendimento de 30.095 novos consumidores no meio rural no período 2004-2008. Neste instrumento, são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos. A meta do Termo de Compromisso foi atingida no 1º trimestre de 2007.

Através do Comitê Gestor do Programa Luz para Todos, está sendo elaborado levantamento de possíveis demandas ainda não conhecidas com vista ao encerramento do programa até o fim de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

2008. O contrato ECFS 148/2006 foi aditado para contemplar 3.241 novas ligações para execução até dezembro de 2007.

A Companhia é signatária dos contratos abaixo relacionados, com as seguintes especificações:

CONTRATOS	1ª Tranche ECFS 003/2004	2ª Tranche ECFS 119/2005	3ª Tranche ECFS 148/2006	
DATA DE ASSINATURA	16/06/2004	09/11/2005	27/06/2006	
PARTICIPAÇÕES				Total
Parcela subvencionada (Eletrobras CDE)	15.954	25.163	52.686	93.803
Parcela financiada (Eletrobras RGR)	4.786	6.291	13.171	24.248
Parcela financiada (Estado do RN)	6.291	-	-	6.291
Parcela COSERN	3.660	5.551	11.622	20.833
Total do Programa	30.691	37.005	77.479	145.175
	1ª	2ª	3ª	
INGRESSOS DE	ECFS 003/2004	ECFS 119/2005	ECFS 148/2006	Total
Eletrobrás (CDE)	13.561	22.646	26.444	62.651
Eletrobrás (RGR)	4.068	5.661	6.611	16.340
Estado do Rio Grande do Norte	6.290	-	-	6.290
Ingresso realizado	23.919	28.307	33.055	85.281

Os empréstimos devidos à Eletrobrás têm as amortizações de principal devidas em prestações mensais após encerramento do período de carência de cada financiamento. Para garantia de tais financiamentos, a Companhia vinculou sua própria receita para recebimento direto dos valores

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

vencidos e não pagos à satisfação da Eletrobrás, com prioridade em relação aos saques da própria Companhia. A vinculação de sua receita é suportada com a outorga de procuração pública à Eletrobrás, para transferência dos valores existentes em suas contas bancárias perante quaisquer estabelecimentos bancários, para satisfação do pagamento de quantias que se tornarem devidas pela Emissora em decorrência de inadimplemento financeiro da Emissora.

Em 30 de setembro de 2007, o saldo devedor destes 03 (três) contratos era de R\$ 15.866.155,40. Além dos contratos no âmbito do Programa Luz para Todos a companhia possui mais 05 (cinco) contratos de empréstimo junto a Eletrobrás para expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores que em 30 de setembro de 2007 tinham o saldo de R\$ 5.685.050,43.

Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívida entre a União, através do Banco do Brasil S.A.

A Companhia firmou em 30 de Março de 1994 o Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívida com a União Federal, tendo como agente financeiro o Banco do Brasil S.A., na forma prevista na Lei 8.727, de 05 de Novembro de 1993.

O contrato tem vencimento em 2014 e envolveu dois refinanciamentos, um junto ao BNDES que hoje possui custo de IGPM +10,236% a.a., e outro junto a Eletrobrás com custo de TJLP*+10,236% a.a. (*o que exceder 6% da TJLP). Em 30 de setembro de 2007 o saldo devedor da parcela relativa ao refinanciamento junto ao BNDES era de R\$ 3,96 milhões, e o saldo da parcela relativa ao refinanciamento junto a Eletrobrás era de R\$ 29,70 milhões.

Contratos Não Operacionais

A Companhia celebrou diversos contratos de natureza não operacional com diversas partes, sendo os principais apresentados abaixo:

CONTRATO	EMPRESA	SERVIÇO PRESTADO	VALOR
4600009816	XEROX	Serviços de impressão de documentos	R\$ 5.705.860,71
4600009816	EDS	Serviços de administração do ambiente de data center e contingência	R\$ 22.390.045,90
4600008518	SAP	Contratação de Licenças SAP/CCS	R\$ 8.444.478,21
4600009453	GETRONICS	Serviços de help desk e manutenção de equipamentos	R\$ 2.039.451,99
4600012528	SAP	Consultoria para implementação do CCS	R\$ 11.138.699,01
4600010666	STEFANINI	Serviços de manutenção de aplicativos	R\$ 3.299.262,76

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

CONTRATO	EMPRESA	SERVIÇO PRESTADO	VALOR
4600009986	TICKET SERVIÇOS SA	SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL	R\$ 3.847.292,05
4600010385	KONTIK FRANSTUR VIAGENS E TURISMO LTDA	AGENCIAMENTO DE PASSAGENS	R\$ 3.650.396,79
4600007820	ADLIM TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA	SERVIÇOS DE LIM. E CONSERVAÇÃO	R\$ 1.324.612,46
4600008586	BENARRÓS VEÍCULOS LTDA	FORNECIMENTO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 500.000,00
4600006942	EMVIPOL - EMPRESA DE VIGILÂNCIA	SERV. DE VIGIL. ELETRÔNICA	R\$ 359.120,32
4600006941	GARRA VIGILÂNCIA LTDA	SERV. DE VIGIL. ARMADA	R\$ 1.334.950,84
4600008316	COMP LINE INFORMATICA LTDA.	GESTÃO DO ACERVO DOCUMENTAL DA COSERN	R\$ 373.927,72
4600010870	A R PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	EXECUÇÃO ESCRITÓRIOS E AUDITÓRIO ED.SEDE	R\$ 1.400.000,00

Empregados

No quadro abaixo, pode-se identificar a evolução do quadro de pessoal da COSERN nos últimos cinco anos (não considerando diretores, estagiários, conselheiros fiscais e administrativos):

Dezembro de:	2002	2003	2004	2005	2006
Número de Empregados	624	633	651	684	710

Em 30 de setembro de 2007, a Companhia possuía 805 empregados (categorias de superintendente, diretor, empregado, estagiário e menor). Seu quadro de pessoas incluindo terceiros totalizava 2.319. Segue abaixo quadro de força de trabalho referente ao ano de 2007:

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Empregados	719	723	725	722	725	723	723	724	724
Superintendentes	7	7	7	7	7	8	8	8	8
Diretores	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Terceiros	1.691	1.680	1.664	1.664	1.671	1.644	1.657	1.557	1.514
Estagiários	52	50	49	51	51	53	52	52	48
Menores	13	16	20	20	20	20	20	20	20
Total	2.487	2.481	2.470	2.469	2.479	2.453	2.465	2.366	2.319

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Segue, abaixo, quadro de funcionários da Companhia por qualificação em setembro de 2007:

Executivos	86
Superior	84
Técnicos	185
Administrativos	162
Operacionais	227

O valor da folha de pagamento da COSERN de competência Setembro/07 totalizava R\$ 1.484.431,86.

Sindicatos

Os empregados da COSERN são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética e Empresas Prestadoras no Serviço Elétrico e Similares do Rio Grande do Norte - SINTERN.

A renegociação salarial dos empregados da COSERN ocorre no mês de novembro. O índice de reajuste salarial nos últimos quatro anos foram os seguintes:

- 10% em 2002;
- 15% em 2003;
- 5,72% em 2004;
- 5,60% em 2005; e
- 3,20% em 2006.

Durante os períodos referidos acima, não ocorreu nenhuma paralisação na Companhia.

Previdência

A Companhia é patrocinadora da FASERN – Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica constituída sob a forma de fundação, por prazo indeterminado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a seus participantes e respectivos dependentes as prestações estabelecidas em seus planos de benefícios previdenciários complementares ou assemelhados aos concedidos pelo sistema oficial da previdência social.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A entidade administra dois Planos de Benefícios Previdenciários: (i) o Plano de Benefícios Previdenciários Regulamento Nº 001; e (ii) o Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001.

O Plano de Benefícios Previdenciários Regulamento Nº 001 é plano da modalidade de benefício definido, sendo que para o custeio do plano, as contribuições da Companhia, na qualidade de patrocinadora, equivalem a duas vezes o valor da contribuição dos participantes.

O Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 é enquadrado na modalidade de contribuição definida, sendo que para o custeio do plano, as contribuições da Companhia, na qualidade de patrocinadora, são na mesma proporção da contribuição dos participantes.

A FASERN adota o regime financeiro de capitalização.

Durante o período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2006, a Companhia efetuou contribuições à FASERN no montante de R\$ 1.295.915,42.

Plano de Participação nos Lucros e Resultados - PLR

A COSERN possui um modelo próprio de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. A verba do PLR é aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, considerando o cumprimento de metas e objetivos corporativos, ou seja o desempenho da Companhia. A distribuição do PLR é negociada com o sindicato, nos termos da Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

O último pagamento ocorreu em março de 2007, referente ao desempenho da Emissora no ano de 2006 e representou R\$ 5.768.224,90.

Planos de Opção de Compra de Ações destinados a empregados

A Companhia não possui planos de opção de compra de ações destinados a empregados ou de outras formas de seu envolvimento no capital da Companhia.

Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho

O programa de prevenção de acidentes da COSERN tem como objetivo levantar os fatores impactantes à saúde, segurança e aos aspectos ergonômicos que são identificados através dos seguintes programas:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO com o objetivo de promover e preservar a saúde do conjunto dos seus empregados, este programa tem ligação com o PPRA, que juntos identificam os riscos a saúde ocupacional da força de trabalho da Empresa;

Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA com objetivo na preservação e a integridade da saúde dos seus empregados, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Os riscos são identificados através de inspeções e medições de ruídos e luminância nos ambientes de trabalho da Empresa;

Plano de Saúde e Segurança das Empresas Prestadoras de Serviços – PSS que tem como objetivo estabelecer procedimentos técnicos e administrativos para disciplinar a aplicação das normas e da Legislação de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho nas Empresas Prestadoras de Serviços da COSERN, conforme estabelecido em contrato. Deste modo, contribui de forma continuada na melhoria do nível de segurança do trabalho dos empregados das contratadas, através das inspeções de segurança e análise do PPRA e PCMSO apresentado pelo SESMT de cada empresa.

Análise Ergonômica – AE com objetivo de avaliar os postos de trabalho no seu conjunto de componentes: o Homem (exigências físicas e mentais), a Tecnologia (utilização de ferramentas), a Organização do Trabalho (métodos de execução das tarefas) e o Meio Ambiente (iluminância, temperatura, ruído e mobiliário). É um método qualitativo (entrevistas dos empregados, análise de execução das tarefas e utilização do mobiliário); e quantitativo (mensuração do nível de iluminação, do ruído e da temperatura). Todos esses são implantados após uma rigorosa identificação dos riscos e das necessidades dos empregados, através de inspeções, feitas pelos profissionais da área de segurança, nos postos de trabalho. Esse processo visa proporcionar maior conforto e satisfação no ambiente de trabalho, evitar as doenças ocupacionais e o absenteísmo na Companhia.

Com esses planos, a Companhia traçou diversas ações para eliminar ou minimizar os perigos e riscos. As principais ações são: políticas e diretrizes de saúde e segurança; inspeções nos postos de trabalho; auditorias de saúde, segurança e higiene; sala de orientação de segurança – SOS; plano de saúde e segurança das empresas prestadoras de serviços; exames médicos ocupacionais; perfil de saúde dos empregados; etc.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Em 2006, a COSERN investiu R\$ 117,152 milhões, aplicados na melhoria e manutenção dos padrões de qualidade operacional; na capacidade de fornecimento da energia elétrica aos seus clientes; em projetos de grande cunho social, como o Programa de Universalização e o Programa Luz para Todos, expandindo a rede e o número de ligações de clientes, para um melhor atendimento à população do Rio Grande do Norte.

Como resultado desses investimentos, a COSERN continuou a apresentar índices de qualidade técnica em patamares de excelência, quando comparados a outras empresas da Região Nordeste e do Brasil.

Para o programa de transmissão, foram destinados R\$ 11,282 milhões, distribuídos, principalmente, na construção de linhas de transmissão e subestações. No que concerne a linhas de transmissão, os recursos foram aplicados para o recondutoramento da linha de transmissão 69 kV Natal II – Neópolis; a reconstrução do circuito 1 da Linha de Transmissão 69 kV Parnamirim – São José do Mipibú e a construção da LT 69 kV Serra Vermelha – Benfica. Além disso, no que tange ao investimento em ampliação de subestações, destacam-se a conclusão dos serviços para energização da subestação Pipa, a instalação do 2º transformador na subestação Açú e a implantação de transformação na subestação Lagoa Nova.

No Programa de Distribuição, foram aplicados R\$ 17,666 milhões. Estes recursos foram investidos na consecução de 45.233 novas ligações, instalação de 05 equipamentos telecomandados (relatores e chaves), construção de 1.321 km de redes de média tensão e 1.644 km de redes de baixa tensão, implantação de 26.746 postes e adição de 4.252 transformadores à rede de distribuição. Além disso, foram ainda realizadas instalações de medidores, relocação e melhorias em redes, intervenções de emergência e eficiência da iluminação pública.

No Programa para Infra-estrutura se investiu R\$ 7,197 milhões. Esse montante engloba investimentos em sistemas de informática, ferramentas, veículos e patrimônio, com destaque para a renovação de parte dos computadores da Empresa; investimentos na rede corporativa e na renovação da frota de veículos.

Em projetos especiais, a Empresa investiu em 2006 o total de 81,008 milhões. Nestes projetos, estão incluídos investimentos com a universalização dos serviços de energia elétrica e os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento dos Ciclos 2004/2005 e 2005/2006, integrantes de 1% da Receita Operacional Líquida – ROL que as empresas devem destinar anualmente em projetos de eficiência energética e P&D. Esses projetos envolvem as áreas de estudos e planejamento, qualidade de energia, fontes alternativas de energia, informática e comercial.

No âmbito da eletrificação rural, merece destaque a continuidade da execução do Programa Luz para Todos, cuja meta global da Empresa é universalizar o meio rural até o primeiro trimestre de 2007, com o atendimento de 32.500 novas ligações. No ano de 2006 foram ligados 16.448 consumidores que somados aos 11.328 consumidores atendidos em 2004 e 2005, totalizam 27.776 novos clientes atendidos pelo Programa. É importante destacar que, do montante total a ser investido neste programa, 50% é subsidiado pelo Governo Federal, através de recursos da CDE, 15% financiado com recursos da RGR, 20% refere-se à parcela do Governo do Estado e os 15% restantes são custeados com recursos próprios da Cosern.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

No ano de 2006, verifica-se que o sistema de distribuição apresentou um desempenho superior ao realizado em 2005, com um DEC de 12,48 horas de interrupção e um FEC de 8,33 interrupções.

A COSERN encerrou 2006 com um tempo médio de atendimento das ocorrências – TMA de 1,94 horas, ficando 10,85% acima do resultado obtido em 2005 de 1,75 horas. Este aumento deve-se ao período prolongado de chuvas ocorrido durante o ano.

Em 2006, o índice de perdas na distribuição foi de 11,96% em relação à energia injetada (carga própria mais mercado livre), correspondendo a 506.564 MWh e representando uma redução de 0,39 pontos percentuais em relação ao ano de 2005.

Investimentos globais

R\$ mil

	2002	2003	2004	2005	2006
Transmissão					
- Linhas de Transmissão	5.461	8.851	7.469	2.619	5.388
- Subestações	7.238	4.577	2.932	4.326	5.521
- Automação/Controle e Telecomunicação	1.990	1.048	636	521	373
	14.689	14.476	11.037	7.466	11.282
Distribuição					
- Distribuição	20.928	14.069	8.837	11.644	9.715
- Medidores	6.835	7.916	9.313	8.075	7.951
	27.763	21.985	18.150	19.719	17.666
Instalações Gerais	7.538	5.518	6.475	2.667	7.197
Projetos Especiais		10.406	19.156	30.634	81.008
Total	49.990	52.385	54.818	60.487	117.152

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Visando à expansão da rede de distribuição e melhoria dos serviços prestados, a Companhia planeja realizar novos investimentos no seu ativo imobilizado, conforme detalhado na tabela abaixo, que também destaca os investimentos efetivamente realizados.

Programa	Realizado					Previsto			
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Expansão da rede	15.533	14.625	9.232	6.122	9.104	23.668	31.147	31.551	33.087
Projetos Especiais	8.142	10.406	19.155	30.634	81.008	29.235	18.403	3.360	3.690
Renovação de Subestações	653	443	1.068	1.050	775	1.665	1.375	1.400	1.500
Renovação de linhas	153	42	850	807	2.022	389	2.100	2.564	1.850
Sistema de Automação	1.177	736	272	336	179	108	540	520	500
Sistema de telecomunicações	813	312	363	185	194	259	390	345	300
Novas ligações	9.701	11.892	9.312	9.719	8.814	12.028	12.450	16.345	17.210
Exploração de rede de distribuição	7.309	8.410	8.089	8.966	7.860	11.022	9.445	9.800	10.500
Informática	4.736	4.387	3.662	1.626	2.740	900	920	1.230	900
Ferramentas/Equipamentos e Serviços	480	292	1.039	345	1.225	705	360	374	380
Veículos	1.194	708	1.658	539	2.042	1.700	2.435	2.435	2.435
Infra-estrutura	99	132	118	157	1.190	220	225	235	250
Total	49.990	52.385	54.817	60.487	117.152	81.899	79.790	70.152	72.602

Fonte: COSERN

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Atualmente existe um único procedimento de cunho ambiental em desfavor da COSERN, que se refere ao objeto do Auto de Infração nº 248337, lavrado pelo IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, por desrespeito a dispositivos legais estabelecidos na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), tais como os artigos 72 e 60.

O referido procedimento administrativo foi remetido à justiça pública, estando tramitando atualmente sob o nº 100.05.001408-0, perante o JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE ASSÚ – RN, estando em fase instrutória.

Ressalta-se, outrossim, que todos os projetos de expansão do sistema elétrico são executados com a observância da legislação ambiental vigente. As licenças e os estudos de impactos ambientais são regularmente obtidos quando exigidos por lei.

Quando exigido pelo ente administrativo um ajustamento de conduta, a Emissora igualmente cumpre com as determinações ali contidas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2006

Divulgação Externa

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL. PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTALAÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	1,23	6,19	SIM	9.087	7.479
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	12,11	61,05	SIM	6.233	73.730
03	OUTRAS	26,73	134,71	SIM	13.555	162.707

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas	Ref.	Natureza da operação	2006			2005		
			Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)
Amara Brasil Ltda.	(a)	Administração de almoxarifado	-	52	(634)	-	43	(592)
Neoenergia		Valores a receber	-	-	-	27	-	-
NC Energia	(b)	Energia comprada	-	-	(809)	-	274	(1.511)
	(c)	Serviços de consultoria	-	18	(231)	-	19	(249)
		Total NC Energia	-	18	(1.040)	-	293	(1.760)
Celpe	(d)	Acordo de Cooperação Mútua	-	-	-	-	-	-
		Reembolso de despesas	-	-	-	41	-	3
		Total Celpe	-	-	-	41	-	3
Coelba	(d)	Acordo de Cooperação Mútua	-	134	(1.689)	-	-	-
		Reembolso de despesas	-	7	-	-	236	(940)
		Uso da rede	-	-	(17)	-	7	(67)
		Total Coelba	-	141	(1.706)	-	243	(1.007)
Afluentes		Uso da Rede	-	13	(70)	-	-	-

(a) Amara Brasil - Contrato nº 4600007377, vigência de 16 de maio de 2005 até 15 de maio de 2008. O mesmo é corrigido pelo IGP-M a cada 12 meses.

(b) NC Energia - Contrato de Compra de Energia (GCS AM – 010/2002), vigente de 1º de outubro de 2002 a 30 de novembro de 2006.

(c) NC Energia - O Contrato de Prestação de Serviços, teve vigência até 31 de dezembro de 2006. A Companhia providenciou o aditamento ao referido contrato, prorrogando o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2007.

(d) Acordo de Cooperação Mútua

A ANEEL, através do Despacho nº 1.408, de 04 de outubro de 2005, aprovou a implantação do Acordo de Cooperação Mútua firmado entre as empresas COELBA, COSERN e CELPE, para a execução e coordenação das atividades referentes aos serviços de informática, mediante a emissão de documento fiscal competente e pagamento em parcelas mensais, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2005.

Em 30 de dezembro de 2005, a ANEEL, através do Despacho nº 2.277, aprovou a implementação de termo aditivo para prorrogar a vigência, até 31 de dezembro de 2006, do Acordo de Cooperação Mútua.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

18.01 - ESTATUTO SOCIAL**ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA ENERGÉTICA****DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN****CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

Artigo 1º - A Companhia é uma sociedade anônima, sob a denominação de Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN e reger-se-á pelo presente estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único - A companhia manterá sua condição de companhia aberta por todo o prazo da concessão.

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, e, por decisão da Diretoria, poderá instalar sucursais, filiais, agências, escritórios, postos de serviços ou depósitos em outras cidades, vilas ou distritos do Estado, ou, ainda, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo.

Artigo 4º - A Companhia terá duração por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL

Artigo 5.º - O Capital Social é de R\$ R\$ 179.787.268,58 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil e duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), representado por 168.074.028 (cento e sessenta e oito milhões, setenta e quatro mil e vinte oito) ações nominativas escriturais, divididas em 129.746.219 (cento e vinte e nove milhões, setecentos e quarenta e seis mil e duzentos e dezenove) ações ordinárias, de classe única, 20.606.128 (vinte milhões, seiscentas e seis mil, cento e vinte e oito) ações preferenciais de classe A e 17.721.681 (dezesete milhões, setecentos e vinte e um mil e seiscentos e oitenta e uma) ações preferenciais de classe B, todas sem valor nominal.

Artigo 6º - Somente as ações ordinárias conferem direito de voto nas deliberações da Assembléia Geral, na proporção de um voto por ação.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 7º - As ações preferenciais Classe A e B terão direito ao recebimento de dividendos, por ação, no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

Parágrafo Único – Às ações preferenciais fica assegurada, na forma da Lei, prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor de patrimônio líquido das ações, no caso de liquidação da Companhia, ficando assegurada, ainda, às ações preferenciais Classe “A” prioridade na distribuição de dividendo.

Artigo 8º - As ações podem ser convertidas em outras classes, desde que a conversão seja solicitada pelo respectivo detentor e expressamente autorizada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - As despesas com a substituição de certificados de ações ou cautelas que as representem correm por conta do acionista interessado.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá emitir, na forma da Lei, títulos unitários ou múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem.

Artigo 9º - As ações que compõe o controle acionário da Companhia, ou seja representativas de 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante, definido nos termos do Edital nº 01/97, que disciplinou o processo de desestatização da Companhia, não poderão ser transferidas, cedidas ou alienadas, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância do Poder Concedente.

CAPÍTULO III - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 10.º - As condições para a realização da Assembleia Geral, a forma de sua convocação e funcionamento, o número necessário de acionistas presentes, a maneira de suas deliberações e os seus atos preliminares são os prescritos em Lei e neste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - O Presidente do Conselho de Administração instalará a Assembleia e promoverá, por eleição ou aclamação, a escolha do Presidente e do Secretário da mesa que dirigirá os trabalhos.

Parágrafo Segundo – As convocações serão realizadas por meio de edital de convocação publicado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em primeira convocação, e com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação, o qual deverá conter descrição dos assuntos que serão objeto de deliberação pelos acionistas.

Parágrafo Terceiro - Todos os documentos a serem analisados ou discutidos em Assembleia Geral serão disponibilizados aos acionistas na bolsa de valores em que as ações da Companhia forem mais negociadas, assim como na sede social da Companhia, a partir da data da publicação do primeiro edital de convocação referido no Parágrafo Segundo acima.

Artigo 11.º - A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, por convocação do Conselho de Administração, através do seu

Presidente, pelo respectivo substituto, ou, na ausência deles, pela Diretoria, para exercer as atribuições previstas na Lei.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 12.º- A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente por convocação do Conselho de Administração, ou da Diretoria da Companhia, sempre que se fizer necessário, bem assim pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, nos casos previstos em lei.

Artigo 13.º- A remuneração dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, será fixada pela Assembléia Geral de Acionistas.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 14.º- A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, que terão a composição e atribuições previstas na lei e neste Estatuto.

Artigo 15.º- Aos membros da Administração é vedada a aquisição, ainda que em hasta pública, de bens de propriedade da Companhia.

Artigo 16.º- O prazo de gestão de Conselheiros e Diretores estender-se-á até a posse dos respectivos substitutos eleitos.

SEÇÃO I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 17.º- O Conselho de Administração será composto por até 11 (onze) membros, e seus suplentes, eleitos pela Assembléia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos pelos seus membros.

Parágrafo 1º - Aos acionistas minoritários com direito a voto e presentes à Assembléia, excluindo-se os empregados acionistas com direito a voto, é assegurado o direito de eleger um dos Conselheiros, se maior número não lhes couber, pelo processo de voto múltiplo, na forma da Lei, desde que preenchidas as condições necessárias à eleição do respectivo Conselheiro e que os minoritários, em conjunto, representem, ao menos 5% (cinco por cento) do capital .

Parágrafo 2º - Aos empregados acionistas, com direito a voto, é assegurado o direito de eleger, em eleição em separado, um dos membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Os Conselheiros terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 4º - Os Conselheiros tomarão posse assinando, isolada ou conjuntamente, o respectivo termo, lavrado no "Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração", dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à eleição.

Parágrafo 5º - Vagando cargo de Conselheiro, o Conselho designará um substituto para servir até a primeira Assembléia Geral, que elegerá novo Conselheiro para completar o mandato.

Parágrafo 6º - Não se aplicará a regra do parágrafo anterior, quando a eleição dos Conselheiros houver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, ou quando a Assembléia Geral decidir pela recomposição plena do Conselho, casos em que a eleição será feita para todo o Colegiado, permitida a recondução dos membros remanescentes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo 7º - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral.

Artigo 18.º- Ressalvados os casos de urgência, o Conselho de Administração reunir-se-á trimestralmente, em sessão ordinária, em data e horário previamente informados com antecedência mínima de 5 (cinco) dias e deliberará por maioria de votos, presentes, no mínimo, 6 (seis) de seus membros, dentre eles o Presidente.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração poderá ser convocado, extraordinariamente, pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

Parágrafo 2º - O Presidente do Conselho será substituído, nos casos de afastamento temporário e nos impedimentos legais, pelo Vice-Presidente.

Parágrafo 3º - Os Diretores da Companhia, que não forem membros do Conselho, poderão tomar parte nas reuniões do órgão, sem direito a voto, quando:

- (a) a pedido, deferido pelo Presidente; e
- (b) obrigatoriamente, por convocação do Conselho.

Parágrafo 4º - Para fins de atendimento do quorum estabelecido no *caput* deste Artigo, fica determinado que os Conselheiros ausentes, nas Reuniões do Conselho, poderão votar por escrito, desde que entreguem o voto a um outro Conselheiro presente nas reuniões do Conselho.

Artigo 19.º- Compete ao Conselho de Administração:

- (a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, manifestando-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- (b) Eleger e destituir os Diretores, e fixar-lhes as atribuições, observadas as disposições deste Estatuto;
- (c) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, visando assegurar a correta execução da política administrativa da Companhia;
- (d) Convocar a Assembleia Geral;
- (e) Aprovar os programas anuais e plurianuais de investimentos da Companhia;
- (f) Manifestar-se sobre propostas de reforma estatutária apresentada pela Diretoria;
- (g) Autorizar a contratação de empréstimos externos e no País, estes quando superiores a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- (h) Autorizar a alienação, oneração e permuta de bens imóveis pertencentes à Companhia, bem como a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- (i) Aprovar proposta da Diretoria para aquisição de bens imóveis que venham a integrar o patrimônio da Companhia, desde que o valor da operação ultrapasse o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (j) Escolher e destituir os auditores independentes;
- (k) Manifestar-se sobre o sistema de classificação de cargos da Companhia, proposto pela Diretoria;
- (l) Propor ou deliberar a emissão de títulos e valores mobiliários e autorizar a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real e de notas promissórias para distribuição pública;
- (m) Manifestar-se sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido da Companhia, proposta pela Diretoria;
- (n) Deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados de estudos, auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta;
- (o) Autorizar operações de captação de recursos, mediante a emissão de Notas Promissórias e Recibos de Depósitos, observada a legislação vigente;
- (p) Autorizar a compra de ações da Companhia para manutenção em tesouraria ou para cancelamento, nas condições estabelecidas pela legislação vigente;
- (q) Autorizar a instalação de sucursais, filiais, agências, ou escritório da Companhia fora do Estado do Rio Grande do Norte;
- (r) Autorizar à Diretoria, nos casos em que exceda à competência desta, a outorga de poderes especiais a diretor ou a procurador; e
- (s) Decidir sobre os casos omissos neste Estatuto, com base na legislação em vigor.

Parágrafo Único - Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem decisão destinada a produzir efeitos perante terceiros.

SEÇÃO II - DIRETORIA

Artigo 20.º. A Diretoria é o órgão executivo da administração. A diretoria é composta por no mínimo 2 (dois) membros e no máximo por 7 (sete) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente.

Parágrafo 1º - Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo 2º - Em suas ausências ou impedimentos temporários os diretores serão substituídos de acordo com indicação da Diretoria.

Parágrafo 3º - Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, o Conselho de Administração será imediatamente convocado para eleição do substituto. Em caso de vacância de cargo de qualquer outro diretor, o órgão continuará em funcionamento com os demais diretores, devendo o Conselho de Administração ser imediatamente convocado para eleição de novo diretor.

Artigo 21.º- Os membros da Diretoria tomarão posse mediante termo lavrado no "Livro de Atas das Reuniões da Diretoria".

Artigo 22.º- A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, ainda, sempre que convocada por qualquer dos Diretores. A convocação far-se-á por escrito, inclusive via fax ou telex, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis. O quorum de instalação da reunião é a maioria dos membros em exercício.

Parágrafo Único - As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto comum, o de desempate.

Artigo 23.º- Compete à Diretoria:

- (a) Propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais de administração da Companhia, a serem por este examinadas e aprovadas;
- (b) Administrar a Companhia e tomar as providências adequadas à fiel execução das deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração, regulamentando-as, quando couber, mediante a expedição de normas, instruções gerais ou específicas e resoluções;
- (c) Autorizar a criação e extinção de cargos, obedecido o Plano de Cargos e Salários da Companhia;
- (d) Delegar poderes a Diretores e Chefes para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições;
- (e) Propor ao Conselho de Administração a aquisição de bens imóveis por parte da Companhia, quando o valor da operação for superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (f) Convocar a Assembléia Geral, nos casos previstos neste Estatuto;
- (g) Enviar ao Conselho de Administração, dentro de 90 dias a contar do encerramento do exercício e após ouvido o Conselho Fiscal, o relatório anual, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras previstas em lei;
- (h) Designar representantes da Companhia nas Assembléias Gerais de subsidiárias e, quando convier, das demais sociedades das quais a Companhia participa como simples acionista ou quotista;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- (i) Encaminhar à Comissão de Valores Mobiliários, quando for o caso, a exposição justificativa de que trata o parágrafo 4º do art. 202 da Lei nº 6.404/76;
- (j) Propor ao Conselho de Administração a realização de operações de captação de recursos, mediante a emissão de Notas Promissórias e Recibos de Depósito, observadas as normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- (k) Recomendar ao Conselho de Administração a aquisição de ações da Companhia, para manutenção em tesouraria ou para cancelamento, nas condições estabelecidas pela CVM;
- (l) Aumentar o valor de quaisquer dos itens do programa anual de investimentos, em até 5% (cinco por cento) do total aprovado pelo Conselho de Administração, inclusive facultando-se o remanejamento entre itens, desde que não se altere a estrutura original do referido programa de investimentos; e
- (m) Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração ou pela Assembléia Geral.

Artigo 24.º- Compete ao Diretor-Presidente:

I. Executar e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria;

II. Representar a Companhia em juízo ou fora dele, perante as empresas subsidiárias ou associadas, os acionistas, os poderes constituídos e o público em geral, podendo delegar tais poderes a qualquer Diretor ou empregado da COSERN;

III. Aprovar as alterações da estrutura organizacional da Companhia, até o nível de Departamento, ou equivalente;

IV. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

V. Identificar e propor novas oportunidades de negócios para a Cosern;

VI. Estabelecer e administrar os planos estratégicos dos sistemas de informação da empresa;

VII. Conduzir as relações institucionais da COSERN com o Poder Concedente e com os Órgãos e Empresas do Setor Elétrico Nacional, participando dos foros importantes de discussão setorial;

VIII. Coordenar os contatos da Empresa com os Poderes Públicos constituídos;

IX. Supervisionar as atividades da Companhia no que diz respeito aos seus aspectos jurídicos e legais;

X. Fazer publicar o relatório anual da Companhia;

XI. Suspender qualquer decisão da Diretoria, quando considerá-la contrária à Lei, ao Estatuto ou inconveniente aos interesses sociais, submetendo o assunto à deliberação do Conselho de Administração e sugerir o seu encaminhamento à Assembléia Geral, se for o caso;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

XII. Coordenar as atividades executivas dos demais membros da Diretoria; e

XIII. Delegar autoridade aos Diretores para decidirem dentro de suas áreas, sem necessidade de consultas, até o limite que fixar.

Artigo 25.º- No caso de licença ou afastamento, o Diretor-Presidente será substituído por outro diretor ou por um Procurador-Superintendente, indicado pela Diretoria.

Artigo 26.º- Para os fins previstos no artigo anterior, a ausência do Diretor-Presidente deverá ser por ele comunicada oficialmente ao seu substituto, ou reconhecida pela Diretoria, em reunião formal.

Artigo 27.º- Compete a cada um dos demais Diretores as seguintes atribuições:

I. representar a Companhia nos casos de delegação específica do Diretor-Presidente;

II. dirigir, supervisionar, com responsabilidade, as atividades abrangidas pela área que for definida como de sua competência, pelo Conselho de Administração, no âmbito da atuação da Companhia;

III. delegar poderes a empregados da Companhia, em subordinação vertical, no que concerne a atos administrativos na área de sua competência;

IV. tornar efetivo, no que lhe corresponde, o cumprimento das deliberações da Diretoria, do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;

V. substituir o Diretor-Presidente nas hipóteses previstas neste Estatuto; e

VI. exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 28.º- Os seguintes atos necessitam da assinatura do Diretor-Presidente ou de dois outros Diretores, em conjunto: (i) constituição de procuradores "ad negotia" ou "ad judicia", (ii) indicação de prepostos em nome da Companhia.

Artigo 29.º- A Companhia se obriga perante terceiros por atos praticados (i) pelo seu Diretor-Presidente, (ii) por dois outros Diretores, em conjunto, (iii) por um Diretor e por um procurador ou Procurador Superintendente ou (iv) por dois Procuradores Superintendentes em conjunto, constituídos nos termos do artigo 28.

Parágrafo Único - Os contratos, acordos, convênios, ou quaisquer atos que gerem obrigações para a Companhia no valor de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) deverão ser assinados pelo (i) Diretor-Presidente, ou (ii) por dois outros Diretores, em conjunto, ou (iii) por um Diretor e um Procurador-Superintendente em conjunto, ou (iv) por um Diretor e um Procurador em conjunto, ou (v) por dois Procuradores Superintendentes em conjunto, ou (vi) por um Procurador-Superintendente e um Procurador em conjunto. Caso o valor exceda o limite acima indicado, então, os respectivos atos deverão ser assinados conforme previsto nos itens (ii), (iii) e (v) deste parágrafo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

18.01 - ESTATUTO SOCIAL**CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL**

Artigo 30.º- O Conselho Fiscal funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Artigo 31.º- Ao Conselho Fiscal compete exercer as atribuições previstas na legislação em vigor.

CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DAS RESERVAS, DOS DIVIDENDOS E DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

Artigo 32.º- No encerramento de cada exercício social, que coincidirá com o ano civil, serão elaboradas, com a observância das disposições legais, as seguintes demonstrações financeiras:

- (a) balanço patrimonial;
- (b) demonstrativo das mutações do patrimônio líquido;
- (c) demonstração do resultado do exercício;
- (d) demonstração das origens e aplicações de recursos.

Artigo 33.º- O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras, sendo levantados balanços semestrais em 30 de junho de cada ano.

Artigo 34.º- Depois de constituída a reserva legal, a destinação da parcela remanescente do lucro líquido apurado ao fim de cada exercício, que coincidirá com o ano civil, será, por proposta da Administração, submetida à deliberação da Assembléia Geral.

Parágrafo 1º - A Companhia poderá levantar balanços intercalares e, com base neles, distribuir dividendos, desde que o total dos dividendos pagos com base nesses balanços não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - O valor dos juros, pago ou creditado, a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do parágrafo 7º do Artigo 9º da Lei 9.249, de 26.12.1995 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório e ao dividendo anual mínimo para as ações preferenciais, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais.

Parágrafo 3º - Apurado o resultado do exercício social, observadas as disposições legais, serão feitas as seguintes deduções e destinações:

- (a) de uma parcela destinada aos empregados da Companhia, a título de participação nos lucros, no montante de até 2% (dois por cento) do lucro realizado no ano, apurado antes da dedução de impostos, do resultado não operacional, do resultado financeiro, da depreciação e da amortização, que será distribuída segundo critérios a serem fixados pela Diretoria;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2006
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE 08.324.196/0001-81

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- (b) de outra parcela destinada aos Administradores, dentro do limite legal e somente pertinente ao exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo mínimo previsto em Lei.

Artigo 35.º- Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei, será destinado ao pagamento de dividendos.

Artigo 36.º- O dividendo previsto no artigo anterior não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria - dando prévio conhecimento ao Conselho de Administração - informar à Assembleia Geral Ordinária, com parecer do Conselho Fiscal, ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, observadas as disposições do parágrafo 4º do Art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 37.º- Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado nos termos do art. 287 da Lei nº 6.404/76, reverterão em benefício da Companhia.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 38.º- O capital dos acionistas, enquanto aplicado em obras em andamento, vencerá os juros que a lei fixar, os quais terão o destino indicado na legislação especial relativa aos serviços de energia elétrica.

Artigo 39.º- Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos com base na legislação vigente.

Atualização após alterações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 16 de março de 2007.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA**COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA**

A composição acionária da COSERN foi alterada, em função da desverticalização da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, ocorrida em 29 de novembro de 2005. A partir de então, passou a contar com a seguinte composição: Neoenergia S.A. com 84,45% de participação, representando 141.934.878 ações; Iberener com 7,01% de participação, representando 11.782.384 ações; Uptick Participações S.A. com 5,82% de participação, representando 9.780.611; Previ com 1,54% de participação, representando 2.596.010 ações e Outros com 1,18% de participação, representando 1.980.145 ações.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Empresa disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores (telefone 55-84-3215-6015), e-mail (ri@cosern.com.br), no *site* corporativo (www.cosern.com.br – link Relações com Investidores) e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais enviados para a Bovespa e CVM. Para a COSERN, é imprescindível que o mercado a reconheça como uma empresa cidadã, sendo sólida, eficaz, ética e comprometida com o retorno aos seus acionistas e com o crescimento do país.

Além disso, através da *holding* Neoenergia, foram ampliados os canais de comunicação e de relacionamento com o mercado. As principais práticas implantadas foram:

Divulgação trimestral de Relatório sobre o desempenho do Grupo;

Realização de um *conference call* trimestral para apresentação do relatório;

Realização de reuniões *one-to-one* com as principais instituições de relacionamento do Grupo.

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

Para garantir os princípios básicos de governança corporativa, a Auditoria Interna depende diretamente do Conselho de Administração que aprova e define o seu plano de trabalho. A COSERN vem promovendo um fortalecimento da sua estrutura geral de controles internos, visando o atendimento aos requerimentos da Seção 404 da Lei norte-americana Sarbanes-Oxley. Em 2006, foi efetuada a documentação dos principais processos de negócio da Companhia, com foco nos riscos e controles que impactam significativamente as demonstrações financeiras. Em 2006 também foi concluída a implantação do Sistema de Gestão de Normativos – SGN, para atender as necessidades de padronização dos documentos normativos, facilitar o acesso/consulta a esses documentos e garantir disponibilização de informações sempre atualizadas e em consonância com os processos de negócio da Companhia.

CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

O Conselho de Administração é composto por oito membros sendo sete deles representantes dos acionistas controladores e um deles representante dos empregados, cujo mandato é de dois anos. Cabe ao Conselho determinar a política geral dos negócios da Companhia e supervisionar sua administração, eleger os membros da Diretoria Executiva e aprovar orçamentos anuais e de investimentos.

O Conselho Fiscal é composto por três membros, sendo todos representantes dos acionistas controladores, cujo mandato é de um ano.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

CÓDIGO DE ÉTICA

A COSERN possui um Código de Ética que é permanentemente atualizado e discutido, além disso, possui um Comitê de Ética que se reúne periodicamente e faz cumprir as determinações nele contidas.

A edição completa do Código de Ética fica à disposição de todos no site da Empresa. Este instrumento é a referência de conduta de todos os integrantes da COSERN e encontra-se aderente aos princípios e valores praticados pela Companhia, dentro dos padrões de Governança Corporativa.

GESTÃO DE PESSOAS

A COSERN preocupada em buscar uma melhor favorabilidade quanto ao clima organizacional e promover melhoria dos processos organizacionais, diante do resultado da pesquisa de clima de 2005, oportunizou a elaboração de planos de ação por Superintendência, desenvolvidos conjuntamente com a área de Gestão de Pessoas, além dos programas corporativos instituídos a partir dos resultados obtidos.

SAÚDE E SEGURANÇA

A COSERN, além de atender a legislação em vigor, desenvolve diversas ações como parte de um programa para a melhoria nos procedimentos, no conforto e na saúde dos seus colaboradores, cujas regras assumem condições de vanguarda aos preceitos de Saúde e Segurança do Trabalho.

Em 2006, vale destacar as seguintes ações desenvolvidas pela COSERN: acompanhamento do Nível de Segurança do Trabalho – NST; treinamentos e inspeções de segurança; perfil de saúde dos colaboradores; campanha de vacinação contra a gripe; ginástica laboral; massagem shiatsu; acompanhamento às CIPA's, realização das SIPAT's e Feira da Saúde e caminhada com os colaboradores – "Caminhando com Energia". Na área da prevenção de Acidentes do trabalho, uma das ações mais importantes realizadas em 2006, foi a implantação dos Mutirões de Segurança, realizado nas Empresas Prestadoras de Serviços.

CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Os Programas de Treinamento são direcionados em consonância com os objetivos corporativos, considerando as metas e plano de ação de cada área. Assim, a programação anual é desenvolvida com base nas necessidades dos cargos, das equipes de trabalho e, conseqüentemente, de cada área da Empresa.

Em 2006 foi implementado o Programa de Gestão de Desempenho – PGD, desenvolvido com a finalidade de avaliar os diversos níveis organizacionais, a fim de promover o desenvolvimento das pessoas atrelado ao desenvolvimento da Empresa, atingindo dentre outros aspectos pesquisados, os fatores de Gestão de Desempenho, Treinamento e Desenvolvimento e Feedback e Carreira. Somado a este programa, foi desenvolvido o Programa de Concessão à Graduação, que consiste no custeio parcial dos estudos e formação dos colaboradores, em cursos de nível médio, técnico e superior que sejam reconhecidos pelo MEC (Ministério de Educação e Desporto), extensivo a qualquer empregado que venha a se candidatar.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

Consciente de seu papel em atuar cada vez mais como uma empresa socialmente responsável, mantém o firme compromisso em contribuir com o desenvolvimento do Estado e, em especial, promover e apoiar ações sócio-ambientais no Rio Grande do Norte.

PROJETOS SOCIAIS

A COSERN deu continuidade as suas ações como portadora do Selo Empresa Amiga da Criança, recebido em 2003 da Fundação Abrinq. Nesse sentido, além do compromisso e atuação social em favor da criança e do adolescente, na prevenção e erradicação do trabalho infantil, a Empresa destina 1% do Imposto Devido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Além disso, firmou parceria com o Instituto Ayrton Senna, através do Programa Educação pela Arte, onde passou a apoiar o trabalho da ONG Centro Cultural Casa da Ribeira, com o Projeto ArteAção.

PROJETOS CULTURAIS

Tendo sido a empresa do Estado do Rio Grande do Norte que mais investe em cultura, patrocinou em 2006, 15 projetos, que foram viabilizados através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, Câmara Cascudo e Lei Federal Rouanet, além dos projetos patrocinados com recursos próprios.

PROJETOS AMBIENTAIS

A COSERN orienta as suas ações para um ambiente ecologicamente equilibrado e fundamentadas na Política de Meio Ambiente, no Projeto e na Missão da Empresa e no seu Código de Ética. Em 2006, os investimentos em ações ambientais totalizaram R\$ 599 mil.

A Empresa possui critérios e padrões na construção de subestações e linhas de transmissão, mais compactos, com postes mais altos e de redes de distribuição com cabos isolados e multiplexados, possibilitando uma melhor convivência com as árvores, diminuindo a necessidade de cortes e podas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2006

Reapresentação Espontânea

01813-9 CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

08.324.196/0001-81

20.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Relativas ao formulário IAN de 31/12/06:

- 1.6 Quadro 09.02 “Características do setor de Atuação” atualizado de acordo com Prospecto Preliminar de Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples;
- 1.7 Quadro 11.02 “Processos de Comercialização, Distribuição, Mercados e Exportação, atualizado de acordo com o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples;
- 1.8 Quadro 14.03 “Outras informações consideradas importantes para um melhor entendimento da Companhia”, inclusões relativas aos riscos, informações referentes a “Empregados”, foram atualizadas de acordo com o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples;

2- Cadastro (CVM Web – Sistema IPE)

Equalizado os números de telefone e fax do Diretor de Relações com Investidores com o informado no IAN

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS	1
01	04	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	2
01	05	REFERÊNCIA / AUDITOR	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS	3
01	08	PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS	3
01	09	JORNAIS ONDE A CIA DIVULGA INFORMAÇÕES	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02.01	01	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA	4
02.01	02	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO FISCAL	5
02	02	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADM. E	6
03	01	EVENTOS RELATIVOS A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL	13
03	02	POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU	14
03	03	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES	16
04	01	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	27
04	02	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	28
04	04	CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO	29
04	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL ACIONÁRIO AUTORIZADO	29
06	01	PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS 3 ÚLTIMOS ANOS	30
06	03	DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL	32
06	04	DIVIDENDO OBRIGATÓRIO	32
07	01	REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	33
07	02	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	33
08	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	34
09	01	BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA	35
09	02	CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO	39
09	03	PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS	68
10	01	PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS	69
10	02	MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES	70
11	02	PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO	72
11	03	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	83
12	01	PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS	85
13	01	PROPRIEDADES	86
14	03	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA	87
14	05	PROJETOS DE INVESTIMENTO	121
15	01	PROBLEMAS AMBIENTAIS	124
16	01	AÇÕES JUDICIAIS	125
17	01	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	126
18	01	ESTATUTO SOCIAL	127

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01813-9	CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	08.324.196/0001-81

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
20	00	INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA	137
20	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	140

-
- Súmula da Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ratings

Síntese Analítica: COSERN - Companhia Energética do Rio Grande do Norte

[Back](#)

Publication Date: Nov 13, 2007 21:00 EST

Juliana Gallo, São Paulo (55) 11-5501-8948, juliana_gallo@standardandpoors.com

Marcelo Costa, São Paulo (55) 11-5501-8955, marcelo_costa@standardandpoors.com

Rating de crédito corporativo

Escala Nacional Brasil: 'brAA-/Estável/-'

4ª emissão de debêntures

Valor: R\$ 179 milhões

Rating de emissão: 'brAA-' (Escala Nacional Brasil)

Fundamentos

Em 14 de novembro de 2007, a Standard & Poor's Ratings Services atribuiu, em sua Escala Nacional Brasil, o rating 'brAA-' à 4ª emissão de debêntures da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), no valor de R\$ 179 milhões. O rating de crédito corporativo da empresa é 'brAA-' com perspectiva estável.

As debêntures da 4ª emissão terão prazo de sete anos, com nove amortizações semestrais a partir de 2010 até o seu vencimento final em 2014. As debêntures contarão com a garantia firme de colocação dos bancos coordenadores e serão simples, nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária. Os recursos dessa emissão serão destinados ao pré-pagamento da 3ª emissão de debêntures (R\$ 179 milhões em setembro de 2007) com o propósito de alongar o prazo e reduzir o custo do endividamento da companhia.

Os ratings da COSERN refletem sua sólida posição financeira e o fato de a empresa se beneficiar da estratégia financeira e operacional consolidada do grupo Neoenergia ('brAA-/Estável/-' para suas subsidiárias, e também o seu acesso aos mercados de dívidas e de capitais sob condições bastante favoráveis. Ao longo dos últimos anos, a empresa tem demonstrado uma evolução positiva do seu perfil de endividamento, alongando o seu cronograma de amortização e reduzindo o custo da sua dívida em reais, o que, combinado a sua forte geração de caixa, minimiza os riscos de refinanciamento e resulta em fortes indicadores de crédito. Outros fatores positivos incluem a contínua melhora nos indicadores operacionais da empresa, o aumento na sua arrecadação em relação aos montantes faturados e a crescente demanda na sua área de concessão.

Por outro lado, esperamos que a companhia continue apresentando um alto nível de distribuição de dividendos com o objetivo de suportar a estratégia de expansão do grupo. Além disso, os ratings também incorporam a exposição da empresa à estrutura regulatória do setor elétrico brasileiro, o que engloba os desafios do segundo ciclo de revisão tarifária para 2008.

A COSERN continuou apresentando um forte desempenho financeiro nos primeiros nove meses de 2007, ante o mesmo período de 2006. Nesse período, a empresa registrou um forte crescimento do EBITDA de 36%, atingindo R\$ 221 milhões ao mesmo tempo em que manteve o seu endividamento total no mesmo nível do ano anterior em cerca de R\$ 400 milhões, resultando em sólidos indicadores financeiros como: dívida bruta total sobre EBITDA de 1,4x (1,8x nos nove meses findos em setembro de 2006), cobertura de juros pelo EBITDA de 5,5x (3,3x em setembro de 2006) e margem EBITDA de 41% (35% em setembro de 2006). Para o ano fiscal de 2007, esperamos a manutenção dos indicadores de crédito já alcançados pela empresa.

Fatores de Crédito de Curto Prazo

A liquidez da COSERN e a flexibilidade financeira proporcionada pelo grupo Neoenergia são adequadas para a sua categoria de rating. A empresa apresenta um baixo cronograma de amortização de dívida cuja média anual será de cerca de R\$ 40 milhões para os próximos três anos, após a presente emissão de debêntures, sendo compatível com a esperada geração de caixa operacional livre média anual da empresa, estimada em mais de R\$ 130 milhões para este mesmo período. Em setembro de 2007, o endividamento total da empresa era de R\$ 402 milhões, sendo que R\$ 75 milhões eram dívidas de curto prazo, valor que será parcialmente refinanciado pela emissão de debêntures e também poderá ser amortizado com a própria geração de caixa da empresa e/ou negociado com os seus bancos de relacionamento.

Para os próximos cinco anos, os investimentos atingirão uma média anual de R\$ 80 milhões, que poderiam ser totalmente realizados com a geração interna de caixa, mas espera-se que sejam quase que totalmente financiados com recursos de bancos multilaterais.

Perspectiva

A perspectiva estável do rating de crédito corporativo da COSERN reflete a nossa expectativa de que a empresa continuará com o seu trabalho de gerenciamento de passivos, alongando prazos e reduzindo os custos de sua dívida, bem como apresentando um desempenho financeiro que resulte em indicadores de crédito, tais como cobertura de juros pelo EBITDA melhor que 4,5x e dívida bruta total sobre EBITDA melhor que 1,6x.

Uma revisão da perspectiva para positiva ou uma elevação do rating poderia ser considerada se o desempenho financeiro da COSERN permanecesse em evolução apesar das perspectivas de significativa distribuição de dividendos, e dos resultados do segundo ciclo de revisão tarifária.

Por outro lado, a perspectiva do rating poderia ser alterada para negativa caso a distribuição de dividendos levasse a uma deterioração da posição financeira da empresa (como aumento significativo da alavancagem e piora do perfil da dívida), ou se observássemos um inesperado desenvolvimento negativo no ambiente regulatório.

-
- Declaração da Emissora nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)




DECLARAÇÃO

Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern, companhia aberta com sede na Rua Mermoz, nº 150, Bairro Baldo, Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.324.196/0001-81, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Estatutário, Sr. **Jose Roberto Bezerra de Medeiros**, e seu Superintendente Sr. **Jose Lenine Bandeira Servija** (a "Companhia"), na qualidade de emissora de 16.360 (dezesseis mil, trezentas e sessenta) debêntures simples da sua 4ª emissão, da forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, perfazendo o montante total de R\$ 163.600.000,00 (cento e sessenta e três milhões e seiscentos mil reais), declara que, em seu julgamento, o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Debêntures Simples da 4ª Emissão da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern ("Prospecto Preliminar") contém, e o Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures Simples da 4ª Emissão da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern ("Prospecto Definitivo") conterá, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, da Companhia, de suas atividades e dos riscos a elas inerentes, de sua situação econômico-financeira e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Natal, 18 de dezembro de 2007.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN


Nome: Jose Roberto Bezerra de
Medeiros
Cargo: Diretor Presidente


Nome: Jose Lenine Bandeira Servija
Cargo: Superintendente de
Planejamento e Controle

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Declaração da Instituição Intermediária Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400 - 4º andar, parte, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, por seus diretores estatutários, Sr. Fernando Fontes Iunes e Sr. André Emilio Kok Neto ("Coordenador Líder"), vem, no âmbito do pedido de registro da oferta pública de 16.360 (dezesesseis mil, trezentas e sessenta) debêntures simples ("Debêntures") de forma nominativa, escritural, não conversível em ação, em série única, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) da 4ª emissão da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN** ("Companhia") ("Oferta"), nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar:

CONSIDERANDO que:


- I. o Coordenador Líder foi assessorado por consultores legais na implementação da Oferta;
- II. para realização da Oferta, está sendo realizada auditoria jurídica na Companhia e em suas controladas, iniciada em setembro de 2007 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- III. por solicitação do Coordenador Líder, os auditores independentes da Companhia estão participando da elaboração e revisão do prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e participarão da elaboração e revisão do Prospecto Definitivo e emitirão para o Coordenador Líder uma carta de conforto substancialmente nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA n.º 12, de 03 de abril de 1997;
- IV. a Companhia disponibilizou os documentos que consideraram relevantes para a Oferta;
- V. além dos documentos a que se refere o item IV acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia;
- VI. conforme informações prestadas pela Companhia, foram disponibilizados, para análise do Coordenador Líder e dos consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- VII. a Companhia, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participou da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus consultores legais;




O Coordenador Líder declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (i) o Prospecto Preliminar contenha e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, sobre a Oferta, as Debêntures, a Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; (ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400; e (iii) as informações prestadas pela Companhia, por ocasião do arquivamento do Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e fornecidas ao mercado durante a Oferta, sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

São Paulo, 21 de dezembro de 2007.

Banco Itaú BBA S.A.



Nome:
Cargo: **Fernando Fontes Lúnes**
Diretor
Investment Banking



Nome: **André E. Kók Neto**
Cargo: **Diretor**
Investment Banking





Emissora

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

Rua Mermoz, nº 150, Bairro Baldo, 59025-250, Natal - RN

Instituição Intermediária Líder

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar, 04538-132, São Paulo - SP

Instituições Intermediárias

BANCO CITIBANK S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111, 10º andar, 01311-920, São Paulo - SP

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

Avenida Eusébio Matoso, nº 891, 20º andar, 05423-901, São Paulo - SP

Banco Mandatário e Depositário

BANCO ITAÚ S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, 04344-902, São Paulo - SP

Agente Fiduciário

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, 20050-005, Rio de Janeiro - RJ

Consultores Legais

MATTOS FILHO, VEIGA FILHO, MARREY JR. E QUIROGA ADVOGADOS

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447, 01403-001, São Paulo - SP

SOUZA, CESCUN AVEISSIAN, BARRIEU E FLESH ADVOGADOS

Rua Funchal, nº 418, 11º andar, 04551-060, São Paulo - SP

Este Prospecto está disponível no Website:

www.mercadosdecapitais.com.br



(11) 3121-5555